

3º CICLO  
HISTÓRIA

|

/

|

(

ç

:

/

|

2



**Álvaro Curia**

**Herdeiros do Muro?**

**Análise comparada da reação pública de cinco partidos comunistas  
sul-europeus aos acontecimentos históricos de 1989/1991.**

Tese realizada no âmbito do Doutoramento em História orientada pelo Professor  
Doutor Manuel Loff  
e coorientada pelo Professor Doutor Joan Botella Corral

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

março de 2018



# Herdeiros do Muro?

Análise comparada da reação pública de cinco partidos  
comunistas sul-europeus aos acontecimentos históricos de  
1989/1991.

Álvaro Cúria

## Membros do Júri

Presidente:

Doutor Gaspar Manuel Martins Pereira

Vogais:

Doutor Pere Ysàs Solanes

Doutor André Renato Leonardo Neves dos Santos Freire

Doutora Luciana de Castro Soutelo

Doutor José Virgílio Borges Pereira

Doutor Manuel Vicente de Sousa Lima Loff

## *Dedicatória*

*Não esperava que desde o início deste ciclo de estudos até ao presente tanto se alterasse na minha vida a nível pessoal. De todas, a alteração mais marcante foi o desaparecimento de uma das figuras centrais da minha vida. Esperava ainda poder vir a ler umas páginas deste trabalho à minha avó Magdalena, discutir com ela algumas destas ideias, em momentos onde me contaria as suas aventuras clandestinas na RDA do início dos anos 50, as distribuições à socapa de alguns exemplares do Avante!, as viagens à fronteira espanhola com o objetivo de proporcionar disfarçadamente fugas mais ou menos perigosas, entre outros episódios não menos inspiradores. Daí partiríamos rapidamente para as histórias da jovem médica brasileira cujo primeiro trabalho foi numa fazenda do interior de São Paulo, onde cosia testas com fios inventados, tratava febres com o que tinha à mão e fazia partos em tendas à chuva tropical, tal era o improviso necessário.*

*Esta dedicatória é o meu testemunho de que sem ela nada disto teria sido possível, já que me ensinou o valor imensurável do conhecimento, aprendido em longas conversas, onde tanto poderiam aparecer os testemunhos das tosses de Vivian Leigh num hospital em Londres, como as técnicas infalíveis para quebrar um coco ou as descrições sobre o racionamento de comida na Londres do pós-guerra. A falta que sinto da sua presença todos os dias pesa. Mas pesa com a leveza de quem se sente extremamente grato por ter tido o privilégio de conviver 35 anos com alguém como a minha marcante e inspiradora avó Magdalena. E, por isso, mesmo não estando cá para o ver, este trabalho é todo para ela, porque dela resulta.*

Esta investigação contou com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia, através da atribuição de uma Bolsa de Doutoramento com a duração de quatro anos e do financiamento do período de investigação na Universidade Autónoma de Barcelona.



O desenvolvimento desta tese de doutoramento contou com o apoio do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, através da minha integração como investigador nos quadros do instituto.





# Sumário

<b>Agradecimentos</b> .....	<b>10</b>
<b>Resumo</b> .....	<b>12</b>
<b>Abstract</b> .....	<b>13</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>14</b>
<b>Capítulo 1- Contextualização histórica e política: os partidos e os acontecimentos em estudo.</b>	<b>32</b>
1.1. - As interpretações sobre o ciclo de acontecimentos históricos de 1989/1991 na Europa centro-oriental .....	32
1.1.1. Os teóricos do anticomunismo <i>versus</i> a “visão serena e rigorosa” dos factos .....	33
1.1.2. A abertura dos arquivos e a historiografia do comunismo .....	37
1.1.3. Visões sobre a <i>perestroika</i> de Gorbatchov .....	39
1.1.4. Três retrocessos que conduzem a “uma revolução sem revolucionários” .....	47
1.1.5. Interpretações sobre a queda dos governos na Europa de Leste .....	50
1.1.6. A (frágil) teoria da “terceira vaga de democratização” .....	59
1.1.7. A questão da autoridade e da geopolítica no desmantelamento do sistema .....	61
1.1.8. Os anos de 1989 a 1991: interpretações sobre o comunismo no Ocidente europeu .....	67
1.2. - Os partidos comunistas em estudo nas décadas de 70 e 80 .....	98
1.2.1. O Partido Comunista Português .....	98
1.2.2. Partido Comunista Francês .....	116
1.2.3. Partido Comunista de Espanha .....	134
1.2.4. O Partido Socialista Unificado da Catalunha .....	159
1.2.5. O Partido Comunista Italiano .....	172
<b>Capítulo 2- Enquadramento Metodológico</b> .....	<b>193</b>
2.1- Teorias de análise e notas metodológicas .....	193
2.1.1 Proposta metodológica de aplicação das teorias de base ao estudo empírico .....	194
2.2 - A informação pública veiculada pelos partidos políticos: imprensa partidária e imprensa comunista.....	206
2.2.1 O papel e o lugar da imprensa comunista.....	207
2.2.2 Percurso histórico e posicionamento das publicações em análise.....	222
<b>Capítulo 3 - Estudo de Caso</b> .....	<b>234</b>
3.1. – Definição de objetivos e hipóteses de trabalho .....	234
3.2. – Corpus de análise: constituição e seleção.....	236
3.3. – Operacionalização de conceitos .....	245
3.3.1. Grelha de identificação prévia do acervo e seriação de texto .....	245
3.3.2. Quadro de análise de enquadramentos .....	247
3.4. - A reação pública dos partidos comunistas sul europeus aos acontecimentos de 1989/1991 na Europa centro-oriental.....	248
3.4.1. Análise de conteúdo dos textos da imprensa partidária dos partidos estudados sobre as mudanças na Europa centro-oriental .....	248



3.4.1.1. Mudanças na Polónia: da esperança na Mesa Redonda de fevereiro de 1989 à comparação entre Walesa e Mussolini em abril de 1990.....	251
3.4.1.2. Transformações na Hungria: do “pacote democrático” de janeiro de 1989 à vitória do centro-direita em abril de 1990.....	331
3.4.1.3. Revolução na Checoslováquia: o pacifismo de novembro e dezembro de 1989, a memória de 1968 e o anticomunismo instituído em 1990 .....	387
3.4.1.4. RDA: os dias da “queda do Muro” em novembro de 1989 e a “anexação” da RDA em outubro de 1990 .....	421
3.4.1.5. Transição de regime na Bulgária: a mudança “inspirada” do PCB em janeiro de 1990 e a vitória dos ex-comunistas nas eleições livres de junho de 1990.....	479
3.4.1.6. Revolução na Roménia: os últimos dias de Ceausescu, em dezembro de 1989 e as primeiras eleições livres em maio de 1990.....	502
3.4.1.7 A tentativa de golpe de Estado em agosto de 1991: o anúncio do desmantelamento da URSS.....	536
3.4.2. Uma <i>família comunista ocidental</i> ? Diferentes posicionamentos públicos para os mesmos fenómenos históricos .....	578
3.4.3. Considerações finais: confirmação das hipóteses de trabalho .....	630
<b>Conclusão .....</b>	<b>639</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>653</b>

## **Declaração de honra**

Declaro que a presente tese é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 11 de dezembro de 2017

Álvaro António Curia Fonseca Cardoso Lima

## Agradecimentos

Trabalhando juntos há mais de oito anos, desde o início do meu Mestrado, o meu agradecimento principal vai para o incansável acompanhamento do meu orientador, o Prof. Manuel Loff. Que nunca deixou, ao longo destes anos, de atender um telefonema, responder a um correio eletrónico, aceder a um pedido de reunião, de escrita de parecer, de ajuda nas mais diversas situações académicas. Cuja capacidade de trabalho e conhecimento eu admiro de forma incondicional e que exerceu sempre de forma irrepreensível o trabalho de orientador, guiando-me através de possíveis opções metodológicas, proporcionando-me a autonomia ideal para desenvolver o meu trabalho e incluindo-me sempre em atividades académicas de grande valor. Espero contar com esta mesma colaboração na possibilidade de um pós-doutoramento!

Al professor Joan Botella, el meu co-supervisor, qui em va rebre a la UAB i es va mostrar sempre disponible per a qualsevol aclariment, i va posar a la meva disposició totes les espectaculars instal·lacions de la UAB, sempre receptiu a les meves peticions. Espero tornar aviat a Barcelona!

À Fundação para a Ciência e Tecnologia, nomeadamente aos seus colaboradores, que me surpreenderam pela pontualidade na resposta a pedidos, *e-mails* e solicitações. E, claro, por todo o investimento feito nos meus estudos, que espero em breve poder retribuir.

À Universidade do Porto, à Faculdade de Letras e ao Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, por me proporcionarem as condições para o desenvolvimento do meu trabalho.

À Universidade Autónoma de Barcelona, onde desenvolvi o período de mobilidade com o objetivo de cumprir o período referente ao Doutoramento Europeu e onde sempre me senti muito bem-vindo.

À minha mãe, pois já lho disse uma vez e repito: não existe nunca solidão quando existe mãe. Sei que posso contar sempre com a tua porta aberta para mim e com as tuas palavras, vindas de quem quer única e exclusivamente o melhor para mim. Desculpa a falta de atenção

nas alturas mais atribuladas deste trabalho... mas infelizmente não te posso tranquilizar: espero que mais trabalho venha, a partir deste, e que estejas sempre ao meu lado.

À minha irmã Mariana, minha cúmplice, parceira de jogo, confidente, com quem me zango e faço as pazes sem me aperceber que me zanguei e fiz as pazes e ao meu cunhado Nuno. A nossa conexão, Milhim, vai sempre existir. A tua força de vontade para ultrapassar obstáculos é, também, uma fonte de inspiração para mim.

À Raquel, a quem não preciso de escrever grande coisa porque ela sabe quase sempre em que estou a pensar. A certeza e a qualidade da tua amizade deixam-me a pensar que sou um rapaz cheio de sorte. E o facto saberes apenas vagamente sobre o que trata a minha tese é a prova mais evidente dessa amizade: quando estamos juntos, definitivamente trabalho não entra.

Ao Diogo, que me acompanhou na última fase deste trabalho e a quem muito tenho de agradecer pela amizade, cumplicidade e disponibilidade. É uma trilogia única, que espero estar à altura de a saber valorizar e acarinhar!

À Margarida, o maior amor da minha vida. Que me ensina, todos os dias, mais do que qualquer livro que possa ter na estante. Que alinha em qualquer programa e para quem eu serei sempre o melhor ser do mundo. No entanto, tu é que o és e nem sabes disso.

Ao Ruben, porque as histórias não se apagam com o tempo. Continuam sempre num espaço qualquer onde só ficarão memórias boas e tranquilas.

Aos meus primos Paula, António Augusto, Jaqueline e às minhas priminhas Sofia, Stephanie e Vitória, aquele abraço transatlântico e quem me dera estar mais tempo do vosso lado!

Aos meus amigos, tendo eles a perfeita consciência de saberem que eu sei que eles sabem quem são.

Por último, mas em primeiro, ao meu avô António, de quem a força, resistência e determinação eu gostaria de ter herdado um terço. Este trabalho é também, sem qualquer dúvida, para ele.

## Resumo

**Palavras-chave:** socialismo real; revoluções de 1989; comunismo ocidental; imprensa partidária; comparativismo histórico; História do Tempo Presente; historiografia do comunismo

A presente investigação tem como objetivo realizar um estudo comparativo da reação pública de cinco partidos comunistas sul-europeus (PCP, PCE, PSUC, PCF e PCI) ao ciclo de acontecimentos históricos de 1989/1991 que compreendem, entre outros, a deposição dos governos das repúblicas populares da Europa centro-oriental, e episódios relacionados com essas alterações, como a legalização do sindicato Solidariedade, na Polónia (fevereiro de 1989), a reabilitação das personalidades envolvidas na revolução húngara de 1956, na Hungria (particularmente, com a homenagem a Imre Nagy, em abril de 1989), a Revolução de Veludo, na Checoslováquia (novembro e dezembro de 1989) a queda do Muro de Berlim, na RDA (novembro de 1989), a deposição, julgamento e execução de Nicolae Ceausescu na Roménia (dezembro de 1989), a vitória dos ex-comunistas nas primeiras eleições livres na Bulgária (junho de 1990), a reunificação alemã (formalizada em outubro de 1990) e o golpe de Estado na URSS (agosto de 1991). O estudo é realizado através de análise de material proveniente da imprensa partidária dos anos em questão. Foi elaborada uma investigação multidisciplinar, recorrendo a ferramentas da História do Tempo Presente, da historiografia do comunismo e das Ciências da Comunicação, para chegar a resultados que permitissem uma análise comparativa sustentada em hipóteses de trabalho devidamente fundamentadas. Os partidos políticos em questão, alguns deles já em plena fase de modificação durante o ciclo em estudo, são levados a reagir a esses acontecimentos: é a comunicação dessas reações públicas e interpretações que comparamos, contrapondo-as com as opções estratégicas seguidas pelos próprios partidos ao longo destes três anos.

## **Abstract**

The present research aims at carrying out a comparative study of five Southern European communist parties' (PCP, PCE, PSUC, PCF and PCI) public reaction to the cycle of the historical events of 1989/1991 which include, inter alia, the deposition of the governments from Central and Eastern Europe, and all the episodes related to these changes, such as the legalization of the Solidarity union in Poland (February 1989), the rehabilitation of the personalities involved in the 1956 Hungarian revolution in Hungary (particularly in April 1989, with the tribute to Imre Nagy), the Velvet Revolution in Czechoslovakia (November and December 1989) the fall of the Berlin Wall in the GDR (November 1989), the deposition, trial and execution of Nicolae Ceausescu in Romania (December 1989), the victory of the ex-communists in the first free elections in Bulgaria (June 1990), the German reunification (formalized in October 1990) and the coup d'état in the USSR (August 1991). The study was carried out through the analysis of party press' material from the years in question. A multidisciplinary research was developed, using tools from the History of Present Time, the Historiography of Communism and Communication Sciences, to arrive at results that allowed a comparative analysis based on duly substantiated working hypotheses. The political parties in question, some of them already in the midst of a change during this course of events, are led to react to them: it is the communication of these reactions and interpretations that we compare, relating them with the strategic options followed by the parties themselves over these three years.

**Keywords:** real socialism; Revolutions of 1989; Western communism; Party press; Historical comparative research; History of the present time; Historiography of communism

## Introdução

“It is a melancholic illusion of those who write books and articles that the printed word survives. Alas, it rarely does. The vast majority of printed works enter a state of suspended animation within a few weeks or years of publication, from which they are occasionally awakened, for equally short periods, by research students.”

Eric Hobsbawm<sup>1</sup>

No dia em que caiu o Muro de Berlim eu tinha feito onze anos havia menos de um mês. Tínhamos, em casa, uma televisão. Onde conseguíamos, com algum esforço e muita *chuva*, apanhar o sinal aberto e assumidamente clandestino que a antena parabólica do quartel de Bombeiros Sapadores da Constituição, no Porto, proporcionava aos habitantes das redondezas. E que nos trazia, já em 1989, uma série de canais estrangeiros, que interrompiam o monopólio dos dois canais nacionais. Entre eles, a *Sky News*, a *RTL*, então um autêntico mito urbano, um ou outro canal informativo, onde provavelmente já estaria a *CNN*, ainda não internacionalmente conhecida pela sua cobertura em direto da Guerra do Golfo de 1990/1991 e, claro, a *MTV*. A um pré-adolescente urbano, fascinado pela *pop* norte-americana e ávido de novidades sobre Madonna, Prince, New Kids on the Block ou Guns N’Roses, a *MTV* e os seus *charts* intermináveis de *hits* eram a fonte principal de informação. Tudo o resto, como a queda do Muro de Berlim ou a *perestroika* de Gorbatchov, eram, naturalmente, realidades acessórias, penduradas aqui e ali durante a conversa dos adultos.

No serão em que Günther Schabowski se terá precipitado ao, atabalhoadamente, interpretar as informações de um dado comunicado de imprensa da direção do SED<sup>2</sup> sobre a abertura das fronteiras na RDA como tendo efeito imediato, estávamos, lá em casa, no universo *MTV*, em pleno início de dois dias ininterruptos com emissão dedicada a Madonna.

---

<sup>1</sup> E. J. Hobsbawm, *How to Change the World: Marx and Marxism 1840-2011* (Londres: Little Brown and Company, 2011).

<sup>2</sup> Partido Socialista Unificado da Alemanha, *Sozialistische Einheitspartei Deutschlands*, em alemão.

Seria quarta-feira à noite, a antena parabólica dos bombeiros exibia em sinal aberto e foi necessária uma grande negociação, da minha parte, para que em vez de assistir ao noticiário da *CNN*, de onde emergiam imagens daquilo que eram, à altura, para mim, apenas pessoas a trepar um Muro (algo que fazia todos os fins-de-semana com os meus amigos), a família se reunisse antes perante o videoclip de *Express Yourself*. Não obstante a sua exclamação: “Daqui a uns anos vais perceber a importância do que está a acontecer!”, a cedência do meu pai foi relativamente fácil de conquistar e eu pude seguir Madonna e a *MTV* com a mesma atenção de quem assiste a acontecimentos históricos de uma importância singular.

Não estaria sozinho, calculo, na minha clara prioridade dada a Madonna em relação a Krenz ou Gorbachov. Estou convencido que todos nós, que em 2017 temos mais de trinta e cinco e menos de quarenta anos, posta a opção entre assistir à derrocada do Muro de Berlim ou aos *MTV Video Music Awards* em diferido, em novembro de 1989, não teríamos hesitado um segundo. A nossa memória sobre os acontecimentos históricos de 1989/1991, entre os quais se insere a abertura definitiva das fronteiras da RDA, é, à semelhança de outros grandes momentos da História, como a Guerra do Golfo de 1990/1991, uma memória construída a partir de testemunhos, de interpretações, de lições sobre esses mesmos acontecimentos. Ainda que já tivéssemos nascido à data em que se desenrolaram perante nós alguns dos acontecimentos históricos mais importantes da época contemporânea, era naturalmente, pela nossa idade, pouca ou nenhuma a importância que lhes atribuíamos.

Nesse sentido, o trabalho que levei a cabo nesta tese tem claramente uma motivação de natureza pessoal, que é a de compreender como se desenrolaram e que efeitos provocaram esses acontecimentos, que eu não acompanhei em direto, e observá-los hoje através dos olhos daqueles que lhes prestaram maior atenção. Em vários encontros científicos onde tive já a oportunidade de debater algumas das conclusões do meu estudo, são vários os testemunhos que encontro, indicando-me, na grande maioria das vezes, sentidos completamente opostos entre si sobre como determinado facto se passou, como determinada personalidade reagiu mas sobretudo como dado partido se debruçou sobre dada questão. Os testemunhos, as interpelações e as interpretações são por vezes tão díspares que chego a pensar se, à altura, não teriam também eles a televisão sintonizada na *MTV*...



Naturalmente, a intenção de quem me interpela, com a sua própria interpretação de determinado acontecimento ou de uma dada reação, será a melhor: procurar orientar-me através das suas próprias memórias e representações que, ao contrário das minhas, seriam muito mais vívidas e estariam muito mais focadas, mercê da idade, nos acontecimentos que se desenrolaram ao longo daqueles três anos. Não obstante, ao ouvi-los, ao ler as diversas interpretações sobre os acontecimentos que depuseram definitivamente o “socialismo real” na Europa centro-oriental, ao consultar textos da imprensa generalista, arquivos, ao procurar informação na *Internet*, a confusão em torno de um facto vinha sempre, por um lado, carregado de uma extensa carga de atribuições próprias de quem vivenciou, de forma passiva ou mais interventiva, um determinado momento da História do Tempo Presente e, por outro, impregnadas de uma valoração política fortíssima.

A minha motivação de natureza pessoal justifica-se sobretudo pelo meu amplo interesse pelos Estudos do Comunismo, já objeto de tema central da minha dissertação de Mestrado, particularmente no que diz respeito aos estudos relacionados com os partidos comunistas do Sul da Europa. Mas à minha motivação pessoal juntou-se, então, um forte objetivo de carácter científico, motivado pela necessidade de encontrar, entre tantas observações e leituras, interpretações concretas para aquele ciclo de acontecimentos. A descrição histórica dos acontecimentos de 1989/1991 está amplamente tratada por historiadores como Hobsbawm<sup>3</sup>, Gotovitch<sup>4</sup>, Lewin<sup>5</sup>, Brown<sup>6</sup> ou Soulet<sup>7</sup>, referências essenciais no estudo da História Contemporânea e às quais recorro em vários momentos do meu estudo, valorizadas por mim, neste trabalho, pela amplitude de reflexão que um trabalho realizado com uma determinada distância temporal em relação aos acontecimentos permite ao historiador.

Interessou-me, então, e dado o já mais que exaustivo estudo histórico dos acontecimentos em si, estudar este ciclo de acontecimentos através dos olhos de alguns dos agentes políticos que não só os vivenciaram mais atentamente, como também foram obrigados a tornar públicas as suas interpretações e posicionamentos. Verifiquei, pela análise da

---

<sup>3</sup> E. J. Hobsbawm, *A Era Dos Extremos. História breve do Séc. XX* (Lisboa: Presença, 1996).

<sup>4</sup> José Gotovitch, Pascal Delwit, e Jean-Michel De Waele, *L'Europe des Communistes, Questions Au XXe Siècle* (Bruxelles: Éditions Complexe, 1992).

<sup>5</sup> Moshe Lewin, *O Século Soviético*, trad. Miguel Serras Pereira (Porto: Campo da Comunicação, 2004).

<sup>6</sup> Archie Brown, *Ascensão e queda do Comunismo*(Alfragide: Edições Dom Quixote, 2010).

<sup>7</sup> Jean-François Soulet, *História da Europa de Leste: da Segunda Guerra Mundial dos Nossos Dias*(Lisboa: Teorema, 2006).

literatura sobre o tema, um relativo vazio sobre a forma como os partidos comunistas ocidentais, particularmente os do Sul da Europa, interpretaram e sobretudo comunicaram a sua leitura dos acontecimentos. A bibliografia publicada sobre esta temática centra-se na análise de casos específicos de forma isolada, recorre sobretudo a fontes secundárias e é muito escassa no que se refere à exploração de estudos comparativos e interdisciplinares.

Não foi, de todo, e do ponto de vista científico, uma organização da visão oficial de determinados partidos políticos perante acontecimentos históricos que me propus estudar mas antes, partindo da descrição do acontecimento histórico em si, verificar qual foi a interpretação dada por cinco partidos comunistas sul-europeus, que tipo de estratégias utilizaram na sua comunicação ao público, através do seu principal órgão de imprensa, e como esse ciclo histórico influenciou, ou não, nas tomadas de posição dentro desses mesmos partidos ao longo desses anos.

O âmbito desta dissertação passou, então, por realizar um estudo comparativo, transnacional e interdisciplinar sobre a reação de partidos políticos a acontecimentos históricos que supõem uma alteração e que provocaram, nas estruturas desses partidos, a necessidade de uma tomada de posição. Assim, analisei a reação pública de cinco partidos comunistas do sudoeste europeu face a alguns dos acontecimentos ocorridos na Europa centro-oriental, entre 1989 e 1991, que levaram ao fim do “socialismo real”. Os partidos em questão são o Partido Comunista Português (PCP), o Partido Comunista de Espanha (PCE), o Partido Socialista Unificado da Catalunha (PSUC), o Partido Comunista Italiano (PCI) e o Partido Comunista Francês (PCF). Esta escolha foi motivada por fatores externos às estruturas políticas, relacionados com a proximidade cultural das sociedades onde se inserem, mas também fatores internos, relacionados com a sua origem, o seu percurso e as diferentes vias seguidas após o colapso do “socialismo real”.

O meu estudo poder-se-ia ter centrado nos partidos comunistas do “socialismo real”, nos partidos comunistas escandinavos ou, até, naturalmente, em partidos doutras famílias partidárias que não a comunista. A escolha destes cinco partidos sul-europeus foi motivada sobretudo pelo facto de, à altura dos acontecimentos de 1989/1991, serem, na sua maioria, partidos comunistas com franca robustez eleitoral, com influência junto de organizações de massas como os sindicatos e, sobretudo, por alguns deles estarem já em processo de mutação

evidente antes e durante o ciclo de acontecimentos que aqui se estudará. Num estudo futuro, no entanto, e como já me tem sido sugerido, a porta fica entreaberta à análise da reação pública de outros grupos partidários, com a possibilidade de estender o estudo comparativo. A análise referente aos partidos relacionados, a riqueza das fontes primárias e a ausência quase absoluta de estudos comparativos sobre os mesmos, constituíram, desde início, um motivo aliciante para a investigação académica.

Importou-me analisar a informação tornada pública pelos partidos. Em particular, a imprensa partidária enquanto veículo direto de comunicação entre o partido e o público, percebendo como foi transmitida a reação dos partidos aos acontecimentos na Europa centro-oriental e como estes foram interpretados. Através da análise de conteúdo, verifiquei de que forma a informação pública partidária desses anos, e relativamente a esses acontecimentos, foi enquadrada em determinados ângulos, no sentido de motivar determinadas interpretações. Trata-se, então, de um estudo promovendo a interligação entre a Ciência Política e a História Política - dando preeminência à análise de acontecimentos históricos e à sua interpretação - e as Ciências da Comunicação (nomeadamente a comunicação política) - através da análise de imprensa partidária e da utilização de técnicas de estudo do discurso. Como referi, não se tratou de reescrever a história daquele ciclo de acontecimentos baseando-me nas interpretações oficiais de cinco partidos políticos, nem foi objetivo alcançar uma verdade histórica sobre os acontecimentos em si, já amplamente estudados do ponto de vista académico, mas antes vê-los através da lente de cinco agentes políticos, perceber que tipo de estratégias de comunicação estes levaram a cabo e, sobretudo, compará-las entre si.

A questão central prende-se, então, com a *comparação das interpretações veiculadas pelos cinco partidos através do seu principal meio de comunicação pública, reagindo a acontecimentos históricos ocorridos entre 1989 e 1991, e de que forma estas se conjugam com as opções políticas tomadas no decorrer destes anos* de forma a perceber se estes partidos são, realmente *herdeiros do Muro*.

O título da tese aponta para a formulação desta questão e para o objetivo central de realizar uma análise comparada da reação pública das cinco partidos face ao ciclo de acontecimentos históricos de 1989/1991 que compreendem, entre outros, a vitória do Solidariedade na Polónia (junho de 1989) e a eleição do primeiro chefe de governo não-

comunista da Polónia desde 1945 (agosto de 1989); o aumento do fluxo de emigrantes da RDA (a partir de agosto de 1989); os episódios conducentes à queda do Muro de Berlim (outubro e novembro de 1989), a *Revolução de Veludo* na Checoslováquia (novembro de 1989); os episódios referentes à deposição do governo romeno (dezembro de 1989); as eleições na Polónia, Checoslováquia, Bulgária, Hungria e RDA (maio e junho de 1990); os episódios conducentes à reunificação alemã (ao longo do ano de 1990); as eleições presidenciais polacas (novembro de 1990) e a tentativa de golpe de Estado na URSS (agosto de 1991).

A interrogação “herdeiros do Muro”, que antecede o título da tese, está, naturalmente, sujeita à interpretação do leitor. Mas foi meu objetivo principal, nas conclusões deste trabalho, dar-lhe uma resposta. A ideia de uma herança geralmente supõe procedência, continuidade, legitimidade, transferência mas pode também supor rutura, conflito, intervalo e mudança. A imagem do *Muro* é, claro, a do Muro de Berlim, símbolo essencial de todo este processo de transformação. Ao perguntarmo-nos que tipo de “herdeiros do Muro” estes cinco partidos comunistas são, se é que o são, estamos a assumir que, pelo facto de estes serem partidos comunistas, tiveram qualquer tipo de relação política com o “socialismo real.” Descobrir a(s) resposta(s) a esta questão, esclarecendo o posicionamento destes partidos em relação a tudo o que de simbólico representa a queda do Muro de Berlim, faz parte do trabalho interpretativo desta tese.

Do objetivo principal da investigação, e para que fosse possível atingi-lo, decorreram outros objetivos. Em primeiro lugar, foi necessário estudar a literatura existente, através de uma exaustiva avaliação do estado da arte, em que foi feita uma revisão bibliográfica a diversos níveis:

a) Interpretações oriundas das várias ciências sociais (de natureza histórica, sociológica, antropológica, politológica, entre outras) sobre os acontecimentos dos anos de 1989/ 1991 na Europa central e de Leste. Mais do que uma descrição dos factos, confrontámos as várias interpretações académicas relativas a estes acontecimentos, fornecendo um mapa teórico interpretativo;

b) A génese, as características e o papel da imprensa partidária comunista, traçando um perfil do papel desta imprensa não apenas no seio dos partidos e junto dos

militantes mas também na sociedade em geral. Dentro da imprensa comunista, prestámos especial atenção à caracterização dos órgãos de informação que servem de base ao estudo;

c) A contextualização dos partidos em estudo nas diferentes sociedades, as adaptações e interpretações ao longo dos anos 70 e 80.

d) A reação dos partidos políticos em estudo aos acontecimentos de 1989/ 1991, procurando perceber, através da literatura publicada sobre o caso, quais foram as principais interpretações.

Em segundo lugar, o objeto central deste estudo centrou-se na análise das estratégias de comunicação pública dos partidos políticos aos acontecimentos de 1989/1991, através do estudo de textos da imprensa partidária e de documentos políticos, propondo um estudo comparativo entre os diferentes partidos através de um método que compreendeu vários instrumentos metodológicos:

a) Uma grelha de análise reunindo os mais de 4000 documentos recolhidos, onde foram estudados os textos publicados pelos partidos no âmbito da sua reação às matérias em estudo. A grelha de análise foi elaborada de forma a poder ser trabalhada do ponto de vista estatístico e a poder servir de ferramenta de trabalho a outros estudos do género.

b) A análise de conteúdo, tendo como alvo de estudo as particularidades que permitiram estabelecer parâmetros e criar relações intra e extratextuais nos elementos analisados. As primeiras grandes conclusões quanto à reação pública dos partidos aos acontecimentos históricos em estudo surgiram nesta fase da investigação.

c) A criação de um quadro histórico comparativo, utilizando a informação reunida, entre as diversas interpretações e posicionamentos adotados pelos vários partidos, estudados através da análise de conteúdo dos textos da imprensa partidária.

Todos estes objetivos concorreram, enfim, para traçar um quadro preciso sobre a reação pública daqueles partidos ao derrube do “socialismo real”, relativamente à forma como adaptaram as suas estratégias de comunicação, e observar o discurso político, que, nesta altura, comunicou opções políticas distintas.

O estudo das reações públicas destes partidos aos acontecimentos históricos de 1989/1991 torna-se pertinente por diversas razões. Em primeiro lugar, é importante perceber se o posicionamento adotado foi comum no seio do comunismo ocidental ou se, por outro

lado, houve estratégias diversas e reações públicas distintas, conforme os partidos e as sociedades em que se inserem e conforme as opções políticas que seguiram no decurso dos acontecimentos. Embora abraçando a ideologia comunista, estes partidos tinham diferentes posicionamentos dentro da esquerda e face a várias questões de fundo referentes à ideologia que abraçam - não foi de estranhar, portanto, que em referência aos acontecimentos em questão, os partidos optassem por estratégias de posicionamento público também elas distintas.

Em segundo lugar, os partidos comunistas do ocidente europeu tiveram, pela sua dimensão e influência, um papel decisivo durante a Guerra Fria e, mesmo no decorrer dos acontecimentos de 1989/1991, não foram assistentes passivos do resvalar do “socialismo real”. Em França, Espanha (com uma nota especial para a Catalunha), Itália, e Portugal, particularmente, os partidos comunistas tiveram uma importância assinalável, ao longo da segunda metade do séc. XX que, à exceção da Finlândia e da Grécia, não encontra par nos outros países da Europa capitalista. O milhão de militantes do PCF e outro do PCI, nos anos 80, os 200 mil do PCP, os 40 mil do PSUC e os 250 mil do PCE fazem destes partidos, nas sociedades em que se inserem, partidos de massas de facto. E não obstante a redução significativa de militantes ao longo dos anos 80, todos os partidos em estudo eram, ainda, em 1989, grandes atratores de militância efetiva, o que os tornava, como referimos, atores com um papel determinante junto de sindicatos, organizações de trabalhadores e do próprio governo e parlamento.

Em terceiro lugar, e decorrente do ponto anterior, trata-se de partidos com uma influência concreta no curso da história daquelas sociedades. Em Espanha e em Portugal, o PCE, o PSUC e o PCP foram fundamentais no derrube das ditaduras que aí vigoraram até aos anos 70, da mesma forma que o PCI e o PCF tiveram uma importância decisiva no período da Libertação da Europa, nos anos 40. Por outro lado, a vivência de um período de clandestinidade, maior no caso português, espanhol e catalão e menor no caso francês e italiano, dotaram estes partidos de uma história rica e de particularidades fascinantes para um estudo deste género. É interessante, também, estudar estes partidos e estes dirigentes num momento de grande perturbação e perceber de que forma as suas reações perante os factos vão sendo transmitidas ao público.

Esta investigação poderia incluir o caso grego. De um ponto de vista da análise prática, no entanto, e já que nos propusemos estudar exaustivamente documentação escrita, a língua grega colocava um impedimento óbvio, que não acontece com as outras cinco línguas, cuja compreensão escrita dominamos. Contudo, ao propor uma grelha de análise transversal, esta poderá vir a ser utilizada em estudos posteriores que incluam o caso grego, assim como outros casos europeus ocidentais, como, por exemplo, o finlandês, ou, ainda, casos referentes a outras famílias políticas.

Quanto ao caso catalão, o único partido não estatal analisado, decidimos estudá-lo por duas razões: em primeiro lugar, a importância do partido no âmbito do contexto espanhol, em termos de militância e influência, já que, à altura da legalização, em 1977, o PSUC tinha cerca de 40 mil militantes, sendo um dos partidos comunistas mais robustos da Europa ocidental e, em 1980, a terceira força, em termos de votos, na Catalunha. Em segundo lugar, a particularidade de ter seguido uma via distinta em relação ao PCE, aproximando-se mais à solução italiana do que à espanhola, o que constitui um caso singular dentro dos partidos comunistas de âmbito regional, muito embora a Catalunha não seja uma região mas antes uma comunidade autónoma. Ainda no que se refere à Catalunha, optámos por excluir o PCC desta análise, muito embora este tenha vindo a participar, posteriormente, em 2003, no governo autonómico, escolhendo antes o representante mais robusto, em termos de militância, e com um percurso histórico de maior relevo.

Analisámos estes partidos também por critérios diferenciadores. Particularmente, a inclusão de quatro destes partidos na vertente do eurocomunismo (o francês, italiano, o catalão e o espanhol), por oposição ao caso português, englobado, por autores como Rizzo<sup>8</sup>, num grupo apelidado de “eurocomunistas anómalos”, do qual também fariam parte os jugoslavos e o comunismo asiático, em particular o indiano.

Optámos, ainda, por estudar apenas, dentro de cada sociedade, o partido comunista de maior relevo, utilizando, para isso, critérios relativos à relevância eleitoral, à militância, à antiguidade e à presença no governo. Deixámos de lado, portanto, outros partidos comunistas, de menor expressão, decorrentes, por exemplo, das cisões motivadas pela cisão sino-soviética ou por outras cisões internas nos partidos principais. Seria o caso, em Portugal, do PCTP-

---

<sup>8</sup> Aldo Rizzo, *La Frontiera Dell'eurocomunismo*(Roma-Bari: Laterza, 1977).

MRPP (1976) ou, em Espanha, de partidos comunistas que surgem no seguimento de cisões internas do PCE, como é o caso do PCPE (1984), do PTE-ORT (1979) ou, na Catalunha, do PCC (1982), embora este último seja um caso distinto, uma vez que passa a fazer parte da IU já em 1989.

Do ponto de vista da motivação inerente à escolha de uma determinada metodologia, acreditamos que, embora se tenha perdido na atualidade a noção de uma família comunista, e mesmo, na altura dos acontecimentos em estudo, essa terminologia já fosse discutível para estudar os partidos comunistas ocidentais, é possível trabalhar o percurso destes partidos através de uma grelha comum de análise. Particularmente se esse estudo versar sobre momentos específicos e sobre interpretações que todos tiveram que fazer, como foi o caso da reação pública aos acontecimentos de 1989/ 1991.

A própria discussão em torno destes temas levou-nos a compreender melhor a atualidade da esquerda europeia, e a dispor de elementos precisos para refletir sobre questões que lhe são inerentes, quer no debate histórico, quer no debate político, como o seu grau de democraticidade, o seu posicionamento nas respetivas sociedades e no contexto europeu.

Os Estudos do Comunismo, de uma forma geral, pecam pela demasiada parcialidade. Poucos são os investigadores que realizam estudos transversais, comparativos e os que vão além da descrição factual dos dados e dos acontecimentos. A perspetiva comparada, nestes casos, tem vindo a ser dificultada pela variedade de sociedades onde se inserem os partidos, que multiplicam os fatores a ter em conta, e, também, pela dificuldade efetiva em analisar fontes primárias em vários idiomas, publicados quase na totalidade apenas nas línguas dos países ou regiões onde se inserem.

Tendo havido motivação suficiente para ultrapassar essas dificuldades, propusemos um estudo comparativo, utilizando para isso ferramentas específicas de várias disciplinas e uma análise centrada num momento específico mas adaptável também a outros contextos e podendo servir de suporte a outros estudos do género.

Foi, no entanto, essencial recorrer à literatura específica sobre o assunto, fosse referente aos acontecimentos históricos de 1989/1991, fosse a referente aos partidos comunistas. No período em análise, a ideologia comunista desaparece do espaço europeu enquanto ideologia



oficial de Estado num qualquer país europeu (Brown<sup>9</sup>; Brown<sup>10</sup>; Bosco<sup>11</sup>; Fontana<sup>12</sup>; Fukuyama<sup>13</sup>; Giovannini<sup>14</sup>; Gotovitch et al.<sup>15</sup>; Pons<sup>16</sup>; Curtois<sup>17</sup>; Cortesi<sup>18</sup>; Gaspar<sup>19</sup>; Guerra<sup>20</sup>; Hollander<sup>21</sup>, Narkiewicz<sup>22</sup>), com o desmoronamento do “socialismo real” na Europa centro-oriental e, sobretudo, com a enumeração dos seus problemas, como o estrangulamento económico, a corrupção, o abuso de poder, o enriquecimento ilícito das cúpulas partidárias, a repressão policial ou a censura, considerados contrários à imagem que as estruturas governativas daquelas sociedades pretendiam fazer transparecer para o Ocidente.

Os partidos comunistas do Ocidente europeu, impulsionados pela opinião pública e pelo facto de manterem relações com os partidos comunistas dos países do “socialismo real” veem-se na necessidade de reagir ao destapar das fragilidades dos governos do Leste europeu ao resto do mundo (Bell<sup>23</sup>; Bosco<sup>24</sup>; Bull<sup>25</sup>; Calise<sup>27</sup>; Diamandouros e Gunther<sup>28</sup>). Estudámos e comparámos neste trabalho as interpretações feitas pelos partidos sobre esses acontecimentos, na altura.

No entanto, para os partidos comunistas do Ocidente, os acontecimentos de 1989/ 1991 não representaram a primeira vez que estes tiveram que reagir a momentos que determinaram convulsões internas: a desestalinização dos anos 50, a cisão sino-soviética, no início dos anos

---

<sup>9</sup> Brown, *Ascensão e Queda do Comunismo*.

<sup>10</sup> M.E. Brown, *The Historiography of Communism* (Temple University Press, 2009).

<sup>11</sup> Anna Bosco, *Comunisti : Trasformazioni di Partito in Italia, Spagna e Portogallo*, Ricerca (Bologna: Il mulino, 2000).

<sup>12</sup> Josep Fontana, *La Historia despues del fin de la Historia: Reflexiones acerca de la situacion actual de la ciencia historica* (Barcelona: Crítica, 1992).

<sup>13</sup> Francis Fukuyama, *The End of History and the Last Man* (Nova Iorque: Free Press, 1992).

<sup>14</sup> Fabio Giovannini, *Se tornasse il Comunismo. Tramonto e Rinascita di Una visione del mondo* (Milão: Il Minotauro, 1996).

<sup>15</sup> Gotovitch, Delwit, e De Waele, *L'Europe Des Communistes*.

<sup>16</sup> Silvio Pons, *Berlinguer e la fine del Comunismo* (Turim: Giulio Einaudi, 2006).

<sup>17</sup> Stéphane Courtois et al., *Le livre noir du Communisme. Crimes, Terreur, Répression.*, ed. Stéphane Courtois (Paris: Éditions Robert Laffont, S.A., 1997).

<sup>18</sup> L. Cortesi, *Storia del Comunismo: da utopia al Termidoro Sovietico* (Manifestolibri, 2010).

<sup>19</sup> Carlos Gaspar and Vasco Rato, *Rumo À Memória: Crónicas Da Crise Comunista* (Lisboa: Quetzal, 1992).

<sup>20</sup> Adriano Guerra, *Il Crollo dell'impero Sovietico*, Politica E Società (Roma: Editori riuniti, 1996).

<sup>21</sup> Paul Hollander, *O Fim do Compromisso. Intelectuais, Revolucionários d Moralidade Política* (Colares: Pedra da Lua, 2008).

<sup>22</sup> Olga A. Narkiewicz, *The End of the Bolshevik Dream: Western European Communist Parties in the Late Twentieth Century* (Londres/ Nova Iorque: Routledge, 1990).

<sup>23</sup> D.S. (ed.) Bell, *Western European Communists and the Collapse of Communism*, ed. D.S. Bell (Londres: Berg Publishers, 1993).

<sup>24</sup> Bosco, *Comunisti : Trasformazioni di partito in Italia, Spagna e Portogallo*.

<sup>25</sup> Anna Bosco e Leonardo Morlino, *Party Change in Southern Europe* (Londres: Routledge, 2007).

<sup>26</sup> Martin J. Bull e Paul Heywood, *West European Communist Parties after the Revolutions of 1989* (Nova Iorque: St. Martin's Press, 1994).

<sup>27</sup> M. Calise, *Come cambiano i partiti* (Il mulino, 1992).

<sup>28</sup> Nikiforos P. Diamandouros e Richard Gunther, *Parties, Politics, and Democracy in the New Southern Europe*, The New Southern Europe (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001).

60, o golpe de Praga, em 1968, a invasão do Afeganistão, em 1979, a repressão do sindicato polaco Solidariedade, no início dos anos 80, ou mesmo a opção de Gorbachov pela *Perestroika*, desde 1985, tinham, na sua maioria, já colocado aos partidos em estudo a necessidade de reagir. O facto fez-nos também querer investigar, portanto, a existência de um padrão na comunicação, que não deixa de ser uma comunicação de crise, utilizada por estes partidos, ou a possibilidade de uma revisão sobre posicionamentos públicos tomados em algum daqueles momentos.

Por outro lado, a desconfiança dos outros partidos face aos partidos comunistas, receosos dos seus objetivos revolucionários, do desprezo pelo capitalismo ou da subserviência a Moscovo, colocou-os quase sempre numa posição marginal ao exercício do poder executivo<sup>29</sup>, o que faz com que o papel destes partidos seja tipicamente de oposição, apesar de dirigirem um grande número de governos locais e regionais. A presença destes partidos na governação, como foi o caso, por exemplo, do PCF, entre 1944 e 1947, entre 1981 e 1984 e entre 1997 e 2002, é sempre no âmbito de coligações à esquerda e nunca de forma isolada.

Finalmente, desde o final dos anos 70, a reflexão interna dos partidos comunistas do Ocidente europeu vinha reconhecendo que para o facto de que as mudanças ocorridas na organização da sociedade, com o aprofundamento da utilização da tecnologia na indústria, os padrões culturais influenciados pelos EUA e o predomínio do modelo de vida capitalista, estavam a provocar a erosão da influência dos partidos junto da massa trabalhadora (Berlinguer et al.<sup>30</sup>; Cunhal<sup>31</sup>; Marchais<sup>32</sup>; Frutos<sup>33</sup>; Mayayo<sup>34</sup>). E torna-se claro que os partidos comunistas ocidentais viviam, nos anos 80, em crise: ao nível eleitoral, ao nível da militância e na sua influência junto das instituições. Também neste cenário, que é, ainda, alheio aos acontecimentos na Europa centro-oriental dos finais dos anos 80, os partidos procuram estratégias de adaptação- a inclusão do PCE na Esquerda Unida, em 1986, é disso um exemplo.

---

<sup>29</sup> K. Hudson, *European Communism since 1989* (London: Macmillan, 2000)., p.87-88

<sup>30</sup> Enrico Berlinguer, Paolo Bufalini, e Ottano Cecchi, *O Compromisso Histórico* (Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975).

<sup>31</sup> Álvaro Cunhal, *Desenvolver Portugal - Ano 2000* (Lisboa: Editorial «Avante!», 1987).

<sup>32</sup> G. Marchais, *O Socialismo para a França: 22º Congresso Do Pcf - 1976*, trad. Ana Rabaça, Argumentos (Seara Nova, 1976).

<sup>33</sup> Francisco Frutos, "El debate real del PCE," *El País*, 13/11 1991.

<sup>34</sup> Andreu Mayayo, *Nuestra Utopía : PSUC, Cincuenta Años de Historia de Cataluña* (Barcelona: Planeta, 1986).

No entanto, é, de facto, nos anos 80, que a já de si fragilizada família dos partidos comunistas ocidentais se vai fragmentar de vez (Bosco<sup>35</sup>; Pons<sup>36</sup>; Bell<sup>37</sup>; Bull<sup>38</sup>). Os partidos comunistas do Ocidente seguem estratégias de adaptação díspares, desde a opção por reformas drásticas, que compreenderam o abandono da ideologia comunista, como foi o caso do PCI e do PSUC, à integração em coligações parlamentares, que visaram o aumento da influência junto da máquina governativa e a reforma dos estatutos do partido, como é o caso do PCF, ou, por outro lado, à manutenção de um posicionamento ideológico marxista-leninista, como no caso do PCP.

Ao longo do séc. XX, os investigadores têm vindo a abordar os partidos comunistas do Ocidente europeu sobretudo através de três perspetivas (Keith<sup>39</sup>): em primeiro lugar, nos anos 60 e 70, relativamente às vias seguidas pelos partidos, nomeadamente o eurocomunismo, que é entendido pelos investigadores como uma forma de alguns partidos ocidentais se distinguirem da linha soviética. Neste âmbito, estudos como os de Devlin<sup>40</sup>; Mortimer et al.<sup>41</sup>; Timmermann<sup>42</sup>; Urban<sup>43</sup>; Di Palma<sup>44</sup>; McInnes<sup>45</sup>; e Greene<sup>46</sup>, constituem bons exemplos, abordando, ainda assim, os partidos comunistas do Ocidente, a sua adaptação, influência e evolução, sob uma perspetiva isolada e não comparativa.

Em segundo lugar, sobretudo nos anos 80, os autores passam a analisar as razões do declínio destes partidos: seja o facto de se tornarem menos atraentes em sociedades cada vez mais seduzidas pelo capitalismo, seja pelo decréscimo de trabalhadores sindicalizados, ou

---

<sup>35</sup> Bosco and Morlino, *Party Change in Southern Europe*.

<sup>36</sup> Pons, *Berlinguer e la fine del Comunismo*.

<sup>37</sup> Bell, *Western European Communists and the Collapse of Communism*.

<sup>38</sup> Bull and Heywood, *West European Communist Parties after the Revolutions of 1989*.

<sup>39</sup> Daniel Keith, "Party Organisation and Party Adaptation: Western European Communist and Successor Parties" (University of Sussex, 2010).

<sup>40</sup> K. Devlin, "The New Crisis in European Communism," *Problems of Communism* 17, no. 6 (1968); "The Challenge of Eurocommunism," *Problems of Communism* 26 (1977); "Eurocommunism: Between East and West," *International Security* 3, no. 3 (1979).

<sup>41</sup> E. Mortimer, Filo della Torre, P. and Story, J., "Whatever Happened to 'Eurocommunism'," *International Affairs* 55, no. 4 (1979).

<sup>42</sup> H. Timmermann, "The Eurocommunists and the West," *Problems of Communism* 28 (1979).

<sup>43</sup> G. R. Urban, *Eurocommunism: Its Roots and Future in Italy and Elsewhere* (London: Temple Smith, 1978).

<sup>44</sup> G. Di Palma, "Eurocommunism?," *Comparative Politics* 9, no. 3 (1977).

<sup>45</sup> N. McInnes, *The Communist Parties of Western Europe* (London: Oxford University Press, 1975).

<sup>46</sup> T.H. Greene, "Non-Ruling Communist Parties and Political Adaptation," *Studies in Comparative Communism* 1, no. 4 (1973).

fatores internos, como a estrutura centralizada. Autores como Waller<sup>47</sup>; Waller e Fennema<sup>48</sup>; e Lazar<sup>49</sup>, descrevem a progressiva erosão da influência destes partidos, assim como perspectiva deles face à *perestroika*.

Em terceiro lugar, no início dos anos 90, os investigadores (como Bell<sup>50</sup>; Bull<sup>51</sup>; Wilson<sup>52</sup>; Calise<sup>53</sup>; Narkiewicz<sup>54</sup>; Cunha<sup>55</sup>; Giudici<sup>56</sup>; Pilieri<sup>57</sup>; Galli<sup>58</sup>) estudam as reações destes partidos face ao fim do “socialismo real” na Europa, a sua adaptação e transformação, entre estratégias de total mudança de perfil ou de manutenção de estrutura.

Nestes últimos estudos citados, naqueles que mais se relacionam com o âmbito desta investigação, a abordagem realizada é marcadamente descritiva e factual, deixando pouco espaço para a análise comparativa e interpretativa. Neste sentido, Daniel Keith<sup>59</sup> realiza o primeiro grande trabalho de fundo sobre a organização dos partidos comunistas ocidentais europeus na sua adaptação aos acontecimentos de 1989/1991, numa perspectiva comparada e propondo uma grelha de análise específica para a codificação desse estudo. Keith analisa cinco partidos: dois holandeses, um sueco, um irlandês e o português. Tratam-se, à exceção do PCP, de partidos políticos com pouca influência em termos eleitorais nos sistemas políticos em que se inserem, mesmo no período pré-1989. Na presente investigação, deslocámos o foco para o Sul da Europa, estudando os partidos que são os principais representantes do comunismo no Ocidente: não apenas pela longevidade, maior no caso do PCP, PCE e PCF mas também pela capacidade eleitoral, tornando-se, como é o caso do PCF e do PCI durante décadas, os principais representantes da esquerda nos respetivos países.

Por outro lado, à exceção de alguns estudos já citados, em que os autores versam exclusivamente sobre um caso específico ou, então, abordam a reação dos partidos comunistas

---

<sup>47</sup> M. Waller, "The Radical Sources of the Crisis in West European Communist Parties," *Political Studies* 37 (1989).

<sup>48</sup> M. and Fennema Waller, M. (eds.), *Communist Parties in Western Europe: Decline or Adaptation?* (Oxford: Basil Blackwell, 1988).

<sup>49</sup> M. Lazar, "Communism in Western Europe in the 1980s," *Journal of Communist Studies* 4, no. 3 (1988).

<sup>50</sup> Bell, *Western European Communists and the Collapse of Communism*.

<sup>51</sup> Bull and Heywood, *West European Communist Parties after the Revolutions of 1989*.

<sup>52</sup> F.L. Wilson, *The Failure of West European Communism: Implications for the Future* (Paragon House, 1993).

<sup>53</sup> Calise, *Come Cambiano I Partiti*.

<sup>54</sup> Narkiewicz, *The End of the Bolshevik Dream: Western European Communist Parties in the Late Twentieth Century*.

<sup>55</sup> Carlos Cunha, "The Portuguese Communist Party and Perestroika: Resistance and Reforms," *Current Politics and Economics of Europe* 1.2 (1991).

<sup>56</sup> Marco Giudici, *Dopo il Pci : Cronaca di una svolta annunciata* (Roma: Cinque lune, 1990).

<sup>57</sup> Antonio Pilieri, *La Grande Mutazione : Il Pci* (Florença: Vallecchi, 1991).

<sup>58</sup> Giorgio Galli, *Storia del Pci : Livorno 1921, Rimini 1991* (Milão: Kaos, 1993).

<sup>59</sup> Keith, "Party Organisation and Party Adaptation: Western European Communist and Successor Parties."

no âmbito das transformações eleitorais europeias de um ponto de vista geral, todas as investigações realizadas sobre a questão que abordamos são feitas no âmbito da análise da factologia imediata. Mais de vinte e seis anos passados sobre o fim do ciclo de acontecimentos que estudamos foi possível um distanciamento focal com o qual a investigação sobre o tema só teve a ganhar.

No que se refere à abordagem metodológica, os estudos realizados sobre esta questão, quer se trate daqueles realizados nos anos 90, quer dos mais recentes, tratam o tema de uma perspetiva monodisciplinar: seja através da descrição histórica dos dados e das reações, seja através da proposta de uma interpretação politológica para as estratégias de adaptação dos partidos.

Pretendemos, pelo contrário, abordar a questão de um ponto de vista transdisciplinar, utilizando várias ferramentas das ciências sociais, como seja a metodologia de análise comparativa para o estudo das conclusões (Ragin e Zaret<sup>60</sup>; Morlino e Sartori<sup>61</sup>), a teoria do *framing* na análise da informação (Entman<sup>62</sup>) e a abordagem dos acontecimentos daqueles anos segundo a perspetiva da História do Tempo Presente (Chaveau e Tétart<sup>63</sup>; Bédarida<sup>64</sup>; Delacroix et al.<sup>65</sup>).

Através da análise dos textos dos autores citados, entre outros, propusemos um método de análise baseado no caráter inédito da consulta dos arquivos dos PC's, tendo em conta a forma de acessibilidade às fontes históricas, a metodologia e a produção de elementos próprios. Estivemos sempre conscientes da dificuldade de tratar um tema de natureza tão marcada e do exercício de distanciamento que foi necessário ter em conta – acreditamos, no entanto, que fomos capazes de o fazer e produzir assim um estudo onde objetividade histórica e a análise das interpretações não saíram prejudicadas, ainda que conscientes de que, não só enquanto investigador mas também enquanto cidadão, estamos sujeitos a posicionamentos políticos e ideológicos. Embora não exista uma imposição formal a este respeito, procurámos

---

<sup>60</sup> C. and Zaret Ragin, D., "Theory and Method in Comparative Research," *Social Forces* 61, no. 3 (1983).

<sup>61</sup> L. Sartori e Morlino, G., *La comparación en las ciencias sociales* (Madrid: Alianza Editorial, 1994). e *Projections of Power: Framing News, Public Opinion, and U.S. Foreign Policy* (Chicago: University of Chicago Press, 2004).

<sup>62</sup> Robert M. Entman, "Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm," *Journal of Communication* 43, no. 4 (1993).

<sup>63</sup> A. Tétart e Chaveau, Philippe, *Questões para a História do Presente* (São Paulo: EDUSC, 1999).

<sup>64</sup> François Bédarida, *Histoire, Critique et Responsabilité, Textes réunis par Gabrielle Muc et Michel Trebitsch*, Histoire Du Temps Présent (Bruxelas: Editions Complexe, 2003).

<sup>65</sup> C.; Dosse Delacroix, F.; Garcia, P.; Trebitsch, M. (eds.), *Les Chemins d'histoire* (Bruxelas: Editions Complexe, 2002).

desenvolver toda a investigação de uma forma imparcial e objetiva, particularmente no que se refere à análise de conteúdo dos textos selecionados. A sensibilidade de um tema político como o que trato poderá ter comprometido, em alguns momentos deste estudo, de carácter mais interpretativo, a objetividade e a imparcialidade. Estou certo, no entanto, que em nenhum momento isso implicou a perda de cientificidade ou de validade de uma investigação deste género. Procurei, de forma consciente, revestir este estudo com características metodológicas com um carácter inédito, com a utilização de ferramentas de várias ciências sociais e a preocupação com o estudo comparativo que, como referi, vem colmatar um vazio muito expressivo na produção académica.

O método comparativo foi utilizado para realizar uma análise das conclusões alcançadas através do estudo das reações dos partidos, contrapondo-as de forma a chegar a resultados concretos sobre o assunto em estudo. Consideramos que a comparação é o método que mais se adequa à análise das conclusões, na medida em que é através de um raciocínio estruturado que se pode alcançar regularidades ou, pelo contrário, perceber quebras e transformações, construir modelos, tipologias, “identificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenómenos sociais.”<sup>66</sup> Quanto à análise de textos partidários, particularmente ao nível da imprensa partidária, a proposta de Entman teve de ser adaptada, servindo de inspiração metodológica mas não proporcionando um quadro restrito de análise, já que, à partida, as publicações de um partido político pressupõem um determinado enquadramento, relacionado com a sua natureza ideológica.

Em relação às fontes em que baseámos o estudo, estas dividem-se entre as fontes secundárias, resultantes de literatura publicada e que foi, pelo menos ao nível dos seus autores principais, sendo apresentada ao longo desta introdução, e, para a análise de conteúdo e o estudo comparativo, que constituem o essencial deste trabalho, as fontes primárias provenientes da imprensa escrita e de documentos oficiais dos vários partidos.

Entre os periódicos consultados, constam os jornais partidários *Avante!*, *Mundo Obrero*, *Treball*, *L’Humanité*, *L’Unità*. Deles foram retirados todos os textos e documentos políticos

---

<sup>66</sup> Sérgio; Schmitt Schneider, Cláudia Job, "O Uso Do Método Comparativo Nas Ciências Sociais," *Cadernos de Sociologia* 9(1998), p.146

que abordaram, em 1989, 1990 e 1991, o ciclo de acontecimentos que estudámos, resultando um acervo de cerca de 4150 textos, organizados através de critérios de relevância que explicaremos no corpo da tese.

A escolha pela imprensa escrita, onde estão, também, publicados documentos políticos, teve a ver com o facto de esta representar, no período que aqui estudamos, a mais importante forma de comunicação direta dos partidos, sem passar pelo filtro da imprensa generalista ou da análise académica. Ao lidar com a fonte primária, construímos um arquivo próprio de informação, trabalhando-o em termos de representatividade e relevância, compreendendo também a dinâmica da publicação dos textos.

No final desta introdução, volto ao seu início, justificando a presença da citação de Hobsbawm e concordando com um dos historiadores cujo trabalho de investigação mais admiro e que há anos me vem servindo de inspiração para determinadas interpretações relacionadas com os factos que estudo. Acredito, porém, que o principal objetivo da palavra impressa não é o de sobreviver através de uma quase omnipresença nem que o facto de livros, artigos e outro material escrito ficar amiúde num “state of suspended animation” seja obrigatoriamente depreciador do documento impresso. Tal como Hobsbawm, estou convicto, e este trabalho contribuiu para tal, que a palavra escrita sobrevive precisamente através do seu estudo, proporcionando a possibilidade da realização de interpretações, da estruturação de mapas comparativos, numa espécie de reutilização que lhe imprime novas marcas e lhe dá, de cada vez que é lida e utilizada, um novo significado e uma nova expressão.

Perguntaram-me várias vezes, ao longo destes anos de preparação da tese de doutoramento, e sobretudo nos centros arquivísticos que visitei (a maioria deles relacionados com bibliotecas e repositórios de partidos políticos), por que razão queria regressar às páginas de um jornal impresso há 28 anos ou reler uma resolução de um congresso ocorrido há 27, por exemplo. Observaram-me com curiosidade folhear, fotografar, reler, imprimir, copiar páginas de jornais e publicações cuja sobrevivência, como refere Hobsbawm, estava há muito dedicada à clausura das prateleiras de uma estante. Foi precisamente no trabalho de recolha e organização desse material, na sua catalogação e, posteriormente, na exploração das linhas dos textos selecionados, que encontrei o fascínio de acreditar que a partir de uma série de fontes escritas deixadas ao esquecimento nos imensos corredores dos centros de arquivo

encontrei os outros textos que estavam dentro desses mesmos mas que não eram visíveis a olho nu. O cruzamento de interpretações, o trabalho comparativo, a associação de enquadramentos e molduras específicas àquelas palavras conduziram-me a, partindo delas, encontrar uma determinada tridimensionalidade onde todos estes fatores se conjugaram para dar origem a um novo texto. Texto esse que poderá ainda servir de base a futuros estudos de temática relacionada, por abrir portas, quer do ponto de vista metodológico, quer temático, a um assunto de relevo indiscutível na sociedade atual e cujas consequências têm, ainda hoje, uma influência tão direta na organização da vida política, económica e social a nível mundial.

Talvez, na atualidade, já não mudasse o canal da televisão para a *MTV*, como fiz em 1989, se por acaso algum acontecimento de relevo idêntico ao da queda do Muro de Berlim ocorresse no mundo. Não que, de alguma forma, tenha perdido o interesse pela música produzida pelos grandes estúdios mas porque, através dos anos de estudo e, particularmente, após a elaboração desta tese, tomei consciência de como os acontecimentos se relacionam entre si e de como um facto que teve lugar no início da minha vida pode, ainda hoje, influenciá-la de forma marcante. E daí a necessidade de lhe prestar atenção, interpretar, esclarecer e posicionar a informação, tarefa que claramente não se esgota com a presente investigação, que tem como objetivo essencial entreabrir a porta a posteriores estudos comparativos que conjuguem diversas disciplinas no âmbito desta mesma temática.



## **Capítulo 1 – Contextualização histórica e política: os partidos e os acontecimentos em estudo**

### **1.1 – As interpretações sobre o ciclo de acontecimentos históricos de 1989/1991 na Europa centro-oriental**

Mais do que uma elencação e descrição de acontecimentos, pretendemos, nesta fase, demonstrar o posicionamento de uma série de investigadores face ao que aconteceu na Europa centro-oriental entre 1989 e 1991. A deposição dos governos do “socialismo real” na Polónia, Hungria, RDA, Checoslováquia, Roménia e Bulgária, a política de Gorbatchov para a URSS e o desmantelamento do sistema soviético geraram uma série de interpretações, não apenas sobre os acontecimentos em si mas também sobre tudo o que foi o comunismo enquanto regime historicamente verificado e o “socialismo real”.

Torna-se essencial, por isso mesmo, ancorar esta reflexão num sentido mais lato, procurando uma análise de algumas das principais interpretações acerca do comunismo em si. A reflexão será efetuada em torno de dois tipos de interpretações: as mais políticas, com argumentos claramente anticomunistas, próximas aos acontecimentos, que encaram o comunismo como um fenómeno puramente político e totalitário; e, por outro lado, um conjunto de autores que interpretam o comunismo no plural, através de uma análise lata sobre o que foi o comunismo na Europa centro-oriental, em todas as suas vertentes.

Partimos de uma questão orientadora: afinal, na atualidade, quais são as interpretações que prevalecem sobre o período em questão? E de que forma se conjugam? Podemos desde já responder a esta questão, sendo que atualmente prevalece, maioritariamente, um posicionamento responsável em torno do comunismo. As interpretações mais radicais não encontrarão, hoje, o mesmo eco no mundo académico, subscrevendo-se sobretudo ao debate político. Uma das frases que retemos, e que replicamos no corpo do texto, é de que, hoje em dia, num debate académico sobre a questão, já não haverá unanimidade quanto à necessidade de fazer comparecer o comunismo ao tribunal da História.

Nesta fase, recorreremos a uma panóplia de autores como Michel Dreyfus, Marc Ferro, François Fejtö, Moshe Lewin ou Carlos Taibo, complementando com interpretações de outros autores, como historiador Eric Hobsbawm, Adriano Guerra ou Archie Brown.

Acrescentámos um autor português, Diogo Freitas do Amaral, que lançou um livro sobre os dias de Gorbatchov à frente da URSS. A razão de incluirmos esta obra prende-se, em primeiro lugar, com o facto de ser uma obra recente a debater precisamente esta questão. Em segundo lugar, porque se trata de um político e investigador que, embora associado, ao longo da maior parte do seu percurso público, claramente avesso a qualquer identificação com as propostas dos governos do “socialismo real”, tem uma interpretação ponderada sobre os acontecimentos de 1989/1991 e uma atitude crítica, como veremos, sobre a figura de Gorbatchov.

### **1.1.1. - Os teóricos do anticomunismo versus *uma visão serena e rigorosa*<sup>67</sup> dos factos**

Talvez nenhuma outra ideologia tenha sido alvo de críticas tão acirradas, do ponto de vista do debate académico, mas sobretudo do debate político, como o comunismo, ao longo do século XX.

Stéphane Courtois, em 1997, em *Le Livre Noir du Communisme*<sup>68</sup>, e juntamente com os outros autores do livro, prefaciado em Portugal por José Pacheco Pereira, chega mesmo a classificá-lo como o *mal do século*, objeto de todas as críticas, ator de todos os crimes, detentor de uma natureza que, por essência, procurou ao longo de grande parte do séc. XX instalar regimes criminosos em todos os continentes, baseados na coerção, no terror e na repressão: “Communist regimes did not just commit criminal acts (all states do so on occasion); they were criminal enterprises in their very essence: on principle, so to speak, they all ruled lawlessly, by violence, and without regard for human life.”<sup>69</sup>

Este ângulo de análise tem sido alvo de críticas relativas, principalmente ao enquadramento da investigação levada a cabo pelos seus defensores. Deixaremos de parte a discussão sobre a contagem de possíveis vítimas de regimes comunistas ou a fidelidade das

---

<sup>67</sup> Expressão retirada do subtítulo do livro: Michel Dreyfus et al., *O Século dos comunismos. Depois da ideologia e da propaganda, uma visão serena e rigorosa*. (Lisboa: Notícias Editorial, 2004)

<sup>68</sup> Courtois et al., *Le Livre Noir Du Communisme. Crimes, Terreur, Répression*.

<sup>69</sup> Martin Malia, in *The Black Book of Communism. Crimes, Terror, Repression.*, ed. Mark Kramer (cons.), trans. Jonathan Murphy and Mark Kramer (Cambridge/ London: Harvard University Press, 1999). XVII

citações, motivos que levam vários historiadores a criticar a seriedade da obra. Interessa-nos, no âmbito desta reflexão, a crítica de que o livro procura uma generalização do comunismo relacionada com o terror político, transpondo-a, de um ponto de vista estritamente teórico, para todas as sociedades onde, numa dada altura, o comunismo foi a ideologia no poder ou os dirigentes se autointitularam comunistas. Courtois, e os outros autores, parecem não ter em conta a heterogeneidade das sociedades onde existiram governos comunistas, se esses o eram, de facto, realmente comunistas, assim como as particularidades inerentes aos vários partidos comunistas, se eles o eram, de facto, partidos comunistas, assim como não é feita uma reflexão sobre os princípios orientadores da ideologia em si e as divergências existentes em relação à forma como foi interpretada e posta em prática ao longo do séc. XX.

O exacerbado anticomunismo de fim de século, protagonizado por Courtois mas altamente defendido também por Nicholas Werth, coautor do livro citado, François Furet ou Ernst Nolte<sup>70</sup>, procura culpabilizar o comunismo por todas as desgraças do século XX: segundo os autores, o fascismo e o nazismo teriam mesmo surgido na Europa como resposta ao crescimento do comunismo, sobretudo na Alemanha, dos anos 20 e 30: “A invenção de uma natureza do comunismo, por essência universal e criminosa, tornou-se no único modelo explicativo dos dramas do século, sobretudo porque o fascismo e o nazismo, afinal de contas, não seriam senão respostas derivadas.”<sup>71</sup>

Michel Dreyfus, e os outros autores de *Le Siècle des Communismes* falam-nos do quanto uma visão afunilada do comunismo impossibilita a análise da diversidade desta ideologia já que propõe uma interpretação meramente causal, o que interdita o debate e surge com contornos altamente dogmáticos. Dreyfus aponta, também, para o perigo da desculpabilização do nazismo e do fascismo, que teriam surgido na Europa, segundo Courtois e os restantes apoiantes daquela visão do comunismo, como uma reação à possibilidade de *contágio* da Revolução Russa de 1917.

Iríamos mais longe. Ao justificar o nazismo e o fascismo como uma tentativa de travar algo, caracterizado como pernicioso, Courtois e os outros investigadores desta linha de

---

<sup>70</sup>Por exemplo: François Furet, *Le Passé D'une Illusion, Essai Sur L'idée Communiste Au X Xe Siècle*(Paris: Éditions Robert Laffont/ Calmann-Lévy, 1995); François Furet and Ernst Nolte, *Fascisme Et Communisme*(Paris: Éditions Plon, 1998).

<sup>71</sup> Michel Dreyfus et al., *O Século Dos Comunismos. Depois Da Ideologia E Da Propaganda, Uma Visão Serena E Rigorosa.*, ed. Michel Dreyfus, et al., trans. Inês Hugon(Lisboa: Notícias Editorial, 2004). 554.

pensamento estão implicitamente a retratar aquelas ideologias como, diríamos, tendo *intenções moderadoras* face a um hipotético e temido comunismo galopante. Tal como refere o próprio Martin Malia, na introdução a *O Livro Negro sobre o comunismo*, e que deu origem a uma das principais críticas ao livro, tem a ver com o facto de, colocando o comunismo e as ideologias de extrema-direita no mesmo patamar político, as últimas acabam por ser legitimadas: “Le Monde’s editorialists deemed The Black Book inopportune because equating Communism and Nazism removed «the last barriers to legitimating the extreme right» that is, Le Pen.” O autor defende-se da crítica com uma frase de Albert Camus, dizendo que a verdade é a verdade e que negá-la ridiculariza tanto a humanidade como a moral.<sup>72</sup>

Em determinado momento, na obra organizada por Courtois, o comunismo é tido, inclusivé, como mais dissimulado do que o nazismo: “The Nazis, after all, never pretended to be virtuous. The Communists, by contrast, trumpeting their humanism, hoodwinked millions around the globe for decades, and so got away with murder on the ultimate scale. (...) The Nazis, moreover, killed off their victims without ideological ceremony; the Communists, by contrast, usually compelled their prey to confess their guilt in signed depositions thereby acknowledging the Party line’s political «correctness»”<sup>73</sup>

A própria ideia de sustentar este tipo de argumentação parece-nos perversa: ainda que tendo em conta unicamente os regimes ditos comunistas mais repressivos, a perseguição nunca se baseou, como no nazismo, em critérios puramente raciais ou intrínsecos à natureza biológica dos indivíduos. A distinção entre a perseguição por motivos sociais, culturais ou políticos, oposta a outra baseada em motivos genéticos, não suaviza a primeira pela natureza brutal da segunda: torna-as, contudo, incomparáveis. Não só pelo genocídio baseado em características naturais do ser humano excluir, à partida, a possibilidade de exceção ou defesa, mas porque parte de um quadro de raciocínio diametralmente oposto, em que a lógica da superioridade genética impossibilita qualquer hipótese de *conversão* ou de *arrependimento* para os perseguidos, ainda que nada haja de legítimo para o indivíduo de arrepender.

Porém, mais do que as diferenças óbvias na prática das duas ideologias, existe uma diferença basilar entre o fascismo e o comunismo: ao contrário do primeiro, o comunismo

---

<sup>72</sup>Martin Malia in Courtois et al., *The Black Book of Communism. Crimes, Terror, Repression*. XVII.

<sup>73</sup> Ibid. XV.

chama ao exercício do poder político, ou, pelo menos, à participação no poder político, as classes *dominadas*, segundo a sua própria retórica, em detrimento das classes estabelecidas no poder. A partir daqui, toda a teorização da ideologia é obrigatoriamente oposta.

Dreyfus, Pudal, Groppo e os outros autores d' *O Século dos comunismos* afirmam mesmo que “a utopia de um poder político «efetivamente» exercido pelas classes populares, grupos mais numerosos da sociedade, pelos grupos menos dotados de recursos materiais e culturais”<sup>74</sup>, é o que diferencia o comunismo do fascismo. A perversão desta lógica, através dos vários regimes de partido único e do exercício do poder através da propaganda e do terror, constituem divergências à ideologia inicial. O mesmo não se pode dizer dos regimes fascistas. Estudar uma comparação entre comunismo e fascismo é legítima, segundo os autores, se os investigadores tiverem presente a ideia de que estudar o comunismo na sua forma mais agressiva, geralmente conotada com o estalinismo, representa estudar a regra partindo de uma das suas mais perversas exceções. Novamente os autores aconselham, aos estudiosos do comunismo, “definir como horizonte de pensamento a diversidade dos comunistas e dos comunismos, a pluralidade das supostas motivações e das esperanças fundadoras, não perdendo de vista as barreiras que progressivamente se levantaram.”<sup>75</sup>

Moshe Lewin afirma mesmo, a respeito do anticomunismo, que este nada tem de investigação histórica, sendo antes uma ideologia que pretende fazer-se passar por investigação: “Não só não se adapta aos contornos que desenham a realidade do «animal político» a estudar como, mais ainda, brandindo o estandarte da democracia, dedicou-se paradoxalmente a invocar o regime autoritário (ditatorial) da URSS em benefício de causas conservadoras, ou piores ainda.”<sup>76</sup> Neste sentido, Lewin refere precisamente as “manobras de embelezamento” da direita alemã, tendentes a inocentar a figura de Hitler, em detrimento de Estaline: “Trata-se de um comportamento que não serviu para melhorar a sua imagem e que decerto não contribuiu também para um entendimento adequado da experiência soviética e de muitos outros importantes fenómenos que se relacionaram com ela.”<sup>77</sup>

---

<sup>74</sup> Dreyfus et al., *O Século Dos Comunismos. Depois Da Ideologia E Da Propaganda, Uma Visão Serena E Rigorosa*. 16.

<sup>75</sup> Ibid. 17.

<sup>76</sup> Lewin, *O Século Soviético*. 415.

<sup>77</sup> Ibid.

Totalmente alheada a uma análise séria da História do séc. XX, e em particular da história das ideologias políticas, a versão do comunismo como uma ideologia focalizada unicamente para um fim perverso constitui em si uma ameaça à própria reflexão histórica, por tolher o debate, por deixar de lado a complexidade social associada ao comunismo, por não ter em consideração a variedade (no tempo e no espaço) das manifestações da ideologia e, acima disso tudo, por procurar justificar o flagelo causado pelo nazismo e pelo fascismo na Europa do séc. XX como meras tentativas de controlar um fenómeno político e social, abstraindo-se de outros aspetos determinantes do contexto em que estas ideologias políticas se desenvolvem. Outros acontecimentos, como os decorrentes da I Guerra Mundial, em muito maior grau de determinação do que a crescente influência bolchevique na Europa dos anos 20 e 30, alimentam as bases de apoio ao florescimento do nazismo e do fascismo.

Não acreditamos, porém, que os estudos do comunismo passem, hoje, por uma visão dualista, que faça obrigatoriamente “comparecer o comunismo no tribunal da História.”<sup>78</sup> Até porque, como sustenta Moshe Lewin, o totalitarismo terá servido, ao longo do séc. XX, para taldar “várias páginas sombrias da história do Ocidente (...) e para desviar as atenções das contradições e pontos fracos dos regimes democráticos ocidentais.”<sup>79</sup> Segundo o autor, interpretações que façam com que se deixe definitivamente de encobrir determinados fracassos do Ocidente através da diabolização do regime soviético contribuem para a dignificação da investigação histórica.

### **1.1.2. - A abertura dos arquivos e a historiografia do comunismo**

A este propósito, fixemo-nos nas interpretações dadas, em termos do relevo para a investigação, à abertura dos arquivos soviéticos no início dos anos 90. Num contexto totalmente distinto, os investigadores deparam-se, a partir de 1989, com a progressiva abertura de arquivos antes indisponíveis à pesquisa académica. Este facto dá origem a duas visões diferentes sobre a pertinência dos trabalhos efetuados antes. Idealmente, a abertura de arquivos deveria promover o debate e servir para, num novo contexto político, sem o

---

<sup>78</sup> Dreyfus et al., *O Século Dos Comunismos. Depois Da Ideologia E Da Propaganda, Uma Visão Serena E Rigorosa*. 556.

<sup>79</sup> Lewin, *O Século Soviético*. 416.

secretismo característico do período da Guerra Fria, atenuar as diferenças entre os investigadores. Estes seriam idealmente retirados de um campo de análise política para potenciar o estudo documental e de outras dimensões daquelas sociedades.

Contudo, o debate suscitado pela abertura dos arquivos<sup>80</sup> deu origem a interpretações opostas, entre os defensores de que os trabalhos anteriores se tornavam obsoletos e, pelo contrário, os que observavam as investigações anteriores como elaboradas de diferentes extratos: tais investigações não se tornavam necessariamente obsoletas mas passíveis de revisão. Para estes, os mesmos que se opõem à visão totalitária do comunismo, a abertura dos arquivos significaria sobretudo um alargamento do campo de investigação, ao invés de outros investigadores, ligados à corrente anticomunista, que afirmam que, após a abertura dos arquivos, o trabalho académico prévio deveria ser considerado obsoleto, por não dispor de todos os factos à altura da sua execução.

Novamente, as interpretações em torno da abertura dos arquivos dos partidos comunistas do Leste europeu surgem carregadas de interesses ideológicos e políticos, sobretudo do lado dos que acreditam que o novo fluxo de informação vem invalidar os estudos anteriores. A este respeito, contrapondo esta visão supressora da investigação no período anterior aos anos 90, Serge Wolikow refere: “A exploração dos arquivos abriu novos campos de investigação, sobretudo para o período posterior a 1945, e permitiu também aperfeiçoar as interpretações já existentes. Da mesma forma que é chegado o momento de pôr à prova velhas interpretações, desenvolvem-se novos tipos de estudos relativos aos processos de decisão, às biografias dos militantes e dos dirigentes ou aos sistemas de representação associados às práticas políticas.”<sup>81</sup>

A abertura dos arquivos da URSS não foi total e notou uma tendência decrescente a partir de 1995, coincidente com o período em que Ieltsin tenta agradar ao eleitorado comunista<sup>82</sup>. No entanto, ao contrário dos anos da Guerra Fria, a tendência geral continua a ser a da abertura dos arquivos a investigadores estrangeiros.

---

<sup>80</sup> Referimo-nos, aqui, à abertura dos arquivos em si, ao facto de existir mais informação disponível, e não ao conteúdo a que os investigadores poderão eventualmente ter tido acesso.

<sup>81</sup> Serge Wolikow in Dreyfus et al., *O Século Dos Comunismos. Depois Da Ideologia E Da Propaganda, Uma Visão Serena E Rígida*. 101.

<sup>82</sup> Nota-se, em 1995/ 1996, a crescente influência do Partido Comunista, na Rússia, que acaba por ser o partido mais votado para a Duma nas eleições de 1995, ainda que sem conseguir a maioria dos assentos.

Sobretudo, a abertura dos arquivos deveria ter significado o incremento do debate quanto à metodologia do estudo da História do Tempo Presente e da historiografia do comunismo. É certo que a abundância de informação colocou problemas aos investigadores, mais habituados à escassez de dados no que se refere aos estudos do comunismo.

Entendemos que as novas questões colocadas no seguimento da abertura dos arquivos colocam definitivamente os estudos do comunismo na historiografia do presente, ao dotar aquela disciplina de todas as características deste tipo de estudo: um maior rigor na escolha das fontes, uma atenção especial a processos de decisão metodológica, o aparecimento de novas abordagens fundamentadas, a verificação de trabalhos anteriores, a interpelação de atores históricos ainda vivos e a atenção a outras perspetivas que se devem distanciar da análise impregnada de teor político. A análise passou a obedecer a um determinado método comprovável, que permite efetivamente avançar no conhecimento de determinados processos históricos. Processos históricos que não deverão passar por uma leitura política mas também pela articulação entre várias disciplinas, como a a sociologia, a antropologia, as ciências da comunicação ou a psicologia política, de forma a dotar os *novos* estudos do comunismo e das sociedades comunistas de um rigor que o contexto maniqueísta característico do período da Guerra Fria não permitiu.

A abordagem descritiva alia-se à abordagem comparada para, como no caso da obra de Gotovitch, Delwit e Waele, *L'Europe des Communistes*<sup>83</sup>, estudar a história do comunismo tendo em conta a sua diversidade, não apenas ideológica, como social ou geográfica. A interpretação abrangente daquela obra contrasta com a versão totalitária do comunismo dada no já citado *Livre Noir du Communisme* que, ao invés de tirar proveito da maior quantidade e qualidade de informação sobre o comunismo, “simplifica o fenómeno e impede a compreensão do seu impacto e da sua dimensão.”<sup>84</sup>

### **1.1.3. Visões sobre a *Perestroika* de Gorbatchov**

Os acontecimentos históricos que estudamos, pela capacidade de alterarem uma determinada ordem, trazem novos temas à história do século XX, não apenas no que respeita

---

<sup>83</sup> Gotovitch, Delwit, and De Waele, *L'Europe Des Communistes*.

<sup>84</sup> Serge Wolikow in Dreyfus et al., *O Século Dos Comunismos. Depois Da Ideologia E Da Propaganda, Uma Visão Serena E Rigorosa*. 109.



à reflexão sobre o comunismo em si mas também ao estudo dos sistemas de governo. E à importante questão da coerência entre a designação de determinada ideologia dominante e a sua execução prática. Provavelmente, o único ponto que une os teóricos do anticomunismo aos investigadores mais interessados num estudo abrangente das várias camadas (social, demográfica, cultural, política) das sociedades comunistas do século XX é o facto de ambos concordarem que “aquilo em que o comunismo se tornou pouco tem a ver com as proclamações emancipadoras e o socialismo histórico do século XX.”<sup>85</sup>

Porém, a perspectiva de ambos sobre o facto diverge: enquanto os investigadores que consideram o comunismo como uma doutrina política totalitarista falam da natureza totalitária intrínseca da ideologia e do projeto político, os novos estudos sobre o comunismo interpretam-no como uma evolução histórica de determinados sistemas políticos.

Não nos cabe refletir sobre as diferenças entre os vários líderes soviéticos, ou os períodos de maior afastamento ou distanciamento em relação à URSS dos outros países do “socialismo real” mas antes analisar o próprio fenómeno de *nacionalização* do comunismo.

A esta noção, compreendida pela adaptação da ideologia comunista às especificidades dos regimes, acrescentaríamos outra, a de *periodização* da ideologia comunista, ao longo de todo o século, onde, logicamente, a adaptação a diferentes contextos favoreceu mudanças na definição da própria ideologia.

Michel Dreyfus aponta a *nacionalização* do comunismo como estando na base da sua queda, sobretudo na Europa Centro-oriental. Ao emanciparem-se, através das reformas possíveis graças à *perestroika* de Gorbatchov, as repúblicas do Leste europeu procuraram uma transformação económica e social que esteve na base do desmoronamento do próprio sistema: “O mercado capitalista mundial vingou sobre o sistema comunista, não sem dificuldade mas sem guerra. Este último destruiu-se pelo seu interior ao não preparar, por si mesmo e de forma sinuosa, a sua própria transformação.” Neste sentido, o autor aponta o facto de, uma vez vencido, o comunismo ter sido “privado de tudo, inclusivé da sua pretensão a melhorar a sociedade.”<sup>86</sup>

---

<sup>85</sup> Ibid. 114.

<sup>86</sup> Ibid.116.

Em relação à *perestroika*, Donald Filtzer apresenta algumas noções polémicas<sup>87</sup>. O autor refere que, ao contrário do que a opinião pública do Ocidente vinha acreditando, a liberalização da política e economia soviéticas não foi bem recebida pela população da URSS. Desde já, a maior parte das reformas económicas, ao nível da indústria, por exemplo, foram em favorecimento dos dirigentes, e não dos trabalhadores. Os despedimentos em massa, os cortes nos salários e outras medidas tomadas por Gorbatchov com vista à recuperação da economia soviética foram mal recebidas pelos trabalhadores, originando greves, como no caso dos mineiros das principais bacias de carvão da URSS, em 1989.

Carlos Taibo sustenta a ideia de que uma determinada faceta de Gorbatchov, voltada para o capitalismo e a economia de mercado, privilegiava um discurso tecnocrata, responsável por uma alteração profunda das relações laborais: “el designio criptocapitalista que se escondía tras muchos de los movimientos gorbachovianos florecía en forma de una gigantesca reconversión de las relaciones laborales en la que la vieja lógica burocrática servía a intereses que históricamente no habían sido los suyos.”<sup>88</sup> Assim, à medida que cresce o desemprego e que o Estado social vai encolhendo, vão emergindo as diferenças sociais e a lógica de produção capitalista.

Também Olga A. Narkiewicz, autora de diversas obras sobre o comunismo, partilha desta opinião, em relação ao desfazamento entre as políticas de Gorbatchov e as expectativas dos cidadãos soviéticos: “while Mr. Gorbachev’s policies may seem liberal and praiseworthy in the West, indeed, very Eurocommunist, they stand little chance of voluntary implementation in the Soviet Union.”<sup>89</sup> A autora sugere que Gorbatchov se deveria ter centrado na eliminação da corrupção ao nível dos dirigentes mas também das camadas mais baixas da população, principalmente no que toca à economia paralela, de forma a fazer crescer uma classe média na URSS.

Carlos Taibo refere a existência de um temor, nas políticas de Gorbatchov, quanto à atribuição de um papel de relevo aos trabalhadores. Por um lado, Gorbatchov apresenta-se como admirador do capitalismo. Por exemplo, refere o autor, no que diz respeito à nomeação dos diretores das empresas, embora esta devesse ser feita, por lei, pelos trabalhadores, esta era

---

<sup>87</sup> Ibid.218.

<sup>88</sup> Carlos Taibo, *Unión Soviética: La Quiebra De Un Modelo*(Madrid: Los Libros de la Catarata, 1991). 51.

<sup>89</sup> Narkiewicz, *The End of the Bolshevik Dream: Western European Communist Parties in the Late Twentieth Century*. 171.

uma regra constantemente ignorada. Porém, a faceta “neoburocrática” de Gorbatchov, que pretende assumidamente um novo rosto para um velho regime, é avessa a tudo o que é um corte radical com o passado. Estes dois perfis de ação do líder soviético acabam por se travar mutuamente: “las trabas que el proyecto neoburocrático ha impuesto a la instauración de un sistema capitalista en la URSS no eran en modo alguno consecuencia de la defensa de un «programa» de carácter socialista y solidario. Eran, simple y escuetamente, el efecto de los esfuerzos que la burocracia en sus diversas formas realizaba para mantener el grueso de sus privilegios.”<sup>90</sup>

Perante a *Perestroika*, e muito particularmente sobre a figura de Gorbatchov e o percurso da URSS entre 1985 e 1991, propomos a análise de uma outra perspetiva, partindo de um político português, associado na maior parte do seu percurso à democracia-cristã mas que fez parte de um governo do Partido Socialista, em Portugal, em 2005. Diogo Freitas do Amaral, em *Glória e Tragédia de Gorbatchov*<sup>91</sup>, faz inequivocamente um elogio ao líder soviético. No entanto, o autor não deixa de lhe apontar vários erros que custaram a continuação da própria URSS.

Partidário da tese totalitária sobre o comunismo soviético, Freitas do Amaral reconhece, no entanto, a intenção de Gorbatchov de fazer uma transição entre “o maior Estado totalitário comunista de sempre para um Estado de Direito Democrático.”<sup>92</sup> Transição que, no seu entender, ficou por completar e que foi apropriada por outras personalidades políticas. Tendo Gorbatchov sido eleito secretário-geral do PCUS com os objetivos claros de negociar a paridade nuclear com os EUA, impor reformas económicas e tecnológicas e tomar iniciativas diplomáticas com o Ocidente, acaba por ficar marcado, na História, por ser, segundo o autor, o responsável pelo desmantelamento das sociedades socialistas da Europa centro-oriental e o principal mentor da democratização do sistema soviético.

Em relação à primeira responsabilidade, voltaremos a ela mais tarde. No que se refere à democratização da URSS, Gorbatchov aparece como o precursor de reformas económicas e políticas no sentido da transformação da economia soviética numa economia de mercado e de apontar o sistema político da URSS rumo à democratização, ao promover eleições de acordo

---

<sup>90</sup> Taibo, *Unión Soviética: La Quiebra De Un Modelo*. 52.

<sup>91</sup> Diogo Freitas do Amaral, *Glória E Tragédia De Gorbatchov*(Coimbra: Almedina, 2012).

<sup>92</sup> *Ibid.* 5.

com os parâmetros internacionais ou, por exemplo, ao destituir o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) do seu papel de dirigente.

No campo da manutenção da paz, o autor é da opinião de que a esta foi tida como preocupação central, por parte do dirigente soviético, nos anos em que esteve à frente da URSS. Não só pela retirada das tropas do Afeganistão, mas, sobretudo, pela insistência na negociação com os EUA acerca do desarmamento nuclear. Tenha esta opção pela paz ficado a dever-se a um esgotamento de fundos para a guerra, à consciência de que a URSS não conseguia competir com os EUA, em termos de defesa e em termos de arsenal bélico, a uma intenção honestamente pacifista ou ao conjunto de todas estas razões, a verdade é que, entre 1985 e 1991, muitos foram os esforços de Gorbatchov para que o perigo de uma guerra nuclear mundial se extinguísse de vez. Esforços muito superiores, por parte da URSS, do que do seu rival capitalista: “[Gorbatchov] pôs fim a meio século de «guerra fria», reduziu a zero (ou quase) o perigo de um holocausto nuclear, obrigou os Estados Unidos a negociar seriamente programas ousados de desarmamento, aceitou a democratização do Leste europeu (que permanece), acabou com a divisão da Europa em dois blocos inimigos, restabeleceu a liberdade religiosa, e inspirou a transformação de numerosos países em todo o mundo, nomeadamente nos PALOP’s, em democracias pluralistas.”<sup>93</sup>

Freitas do Amaral reconhece erros crassos na administração da URSS daqueles anos, pelo que não tem unicamente uma visão idílica de Gorbatchov. O ex-ministro dos Negócios Estrangeiros português coloca três questões sobre “as ideias de Gorbatchov”, às quais procura responder, e cujas respostas constituem, por si só, interpretações sobre o desmembramento da URSS. Queremos expô-las, sobretudo para dar a conhecer uma visão que, ainda que partindo do velho conceito pós-comunista de uma caracterização unicamente política do comunismo como um sistema totalitário, é altamente crítica sobre a URSS pós-1991, e, pelo que se entende do seu ensaio sobre Gorbatchov, é partidário da solução que o último dirigente soviético queria para a URSS e não conseguiu cumprir. Solução que passava, segundo o autor, pela instalação de um regime socialista democrático numa união renovada.

---

<sup>93</sup> Ibid. 106.

Em primeiro lugar, quem inspirou o dirigente. Freitas do Amaral fala de Gorbatchov como um “marxista-leninista e um bom cidadão russo e soviético”<sup>94</sup>, humanista, simpatizante discreto da Primavera de Praga e admirador do “socialismo de rosto humano”. Entre 1985 e 1989, Gorbatchov ter-se-á inspirado em Lenine e a NEP, assim como em Bukharine e sobretudo em Dubcek ao encetar uma série de reformas económicas e políticas no sentido da liberalização da URSS. Posteriormente, ao verificar a dificuldade em implementar essas reformas na URSS dos anos 80, Gorbatchov terá tido como modelo a democracia da Europa Ocidental, particularmente a social-democracia nórdica, o socialismo francês e o trabalhismo inglês. Segundo o autor, Gorbatchov não estava “ao lado dos conservadores britânicos ou dos republicanos da América (apesar de se ter entendido bastante bem com Thatcher e com Reagan).”<sup>95</sup>

Em segundo lugar, Freitas do Amaral pergunta-se sobre o porquê do falhanço do reformismo do regime. Atribui a culpa à dificuldade em controlar e reformar o PCUS, que não acompanhou Gorbatchov nas reformas sem, contudo, o contrariar: “a discordância surda e obediente, a par da falta de ousadia e de vontade de arriscar, gerou um empate. E o empate gerou um bloqueio.”<sup>96</sup>

Por fim, a terceira questão tem a ver com o porquê de Gorbatchov ter falhado. Note-se que, embora o autor reconheça uma capacidade extraordinária no dirigente soviético, e ao longo do livro lhe teça elogios rasgados, entre os quais o de que é um perfeito merecedor do Prémio Nobel da Paz que lhe foi atribuído em 1990, ele reconhece também que Gorbatchov falhou e que não concretizou os seus planos para a URSS.

Segundo Freitas do Amaral, a URSS era o país onde a transição era mais difícil de efetuar, pela sua vastidão geográfica, pela dimensão do PCUS e pela abundância de controlo policial sobre os cidadãos. Por fim, a questão do “falso federalismo” da URSS, onde havia, de facto, uma Rússia metrópole, dominante sobre as outras catorze repúblicas: “um poder central russo, com 52% da população e com 80% dos militares da URSS instalados na cidade

---

<sup>94</sup> Ibid. 94.

<sup>95</sup> Ibid. 96.

<sup>96</sup> Ibid. 97.

de Moscovo (simultaneamente capital do império e da metrópole), e depois, num plano inferior e subordinado, 14 repúblicas federadas.”<sup>97</sup>

O responsável pelo desmantelamento da URSS é, segundo o autor, Boris Ieltsin. A demarcação da Rússia da União, já sob o comando de Ieltsin, significou que a URSS ficara sem a sua cabeça, transformando-se numa “superestrutura sem alicerces de suporte, sem corpo e em breve sem membros, que pairava no vácuo.”<sup>98</sup> Ieltsin pôde assim proibir o funcionamento do PCUS em território russo, ameaçar a formação de um exército russo, declarar inaplicáveis as leis do Soviete Supremo da URSS, anunciar a intenção de colocar o banco central da união sob a alçada russa e suprimir vários ministérios federais.

O autor nota, aqui, uma certa ingenuidade em Gorbatchov. Preocupado porque a oposição ao seu mandato poderia sair das fileiras mais conservadoras do governo, como se verificou na tentativa de golpe de Estado de agosto de 1991, Gorbatchov que estava certo de que nenhum dos dirigentes das quinze repúblicas iria contra o referendo anteriormente realizado, sobre a continuidade da permanência das repúblicas soviéticas numa União *federalizada*, e em que a vontade maioritária do povo soviético fora de que a união fosse reformulada mas continuasse a existir. A ideia de que os dirigentes soviéticos seriam bons democratas, honestos e cumpridores da constituição. O maior erro de Gorbatchov, segundo o autor, não esteve, contudo, nessa possível ingenuidade e confiança na integridade dos outros líderes soviéticos mas antes na brandura com que lidou com Ieltsin nestes anos: “Houve um momento em que Gorbatchov (...) falhou como governante (...): foi quando, tendo começado a haver declarações separatistas e independentistas – quer da parte de Ieltsin, quer de outros líderes das várias repúblicas da União - , não ordenou ao Ministério Público que mandasse prender os implicados, sob a acusação de estarem a executar o crime de «traição à pátria». (...) O Presidente da URSS tinha esse direito. Mais: tinha esse dever.”<sup>99</sup>

A conspiração levada a cabo por Ieltsin culminou com o encontro em Minsk, onde decidiu, juntamente com os presidentes e primeiros-ministros da Bielorrússia e Ucrânia, puxar o tapete a Gorbatchov e terminar de vez com qualquer plano de reforma da URSS: “enfim,

---

<sup>97</sup> Ibid. 99.

<sup>98</sup> Ibid. 101.

<sup>99</sup> Ibid. 103.

não exerceu como devia os seus poderes legais e constitucionais para impor a autoridade democrática do Estado contra quem se dispunha a trair a Pátria comum.”<sup>100</sup>

Marc Ferro interpreta o que aconteceu no ano de 1991 na URSS, desde a tentativa de golpe de Estado à *traição* por parte de Ieltsin, como uma falta de atenção de Gorbatchov ao que se passava no interior do país, pela demasiada atenção dada ao exterior: “Gorbatchov soube dirigir as negociações no que respeita ao desarmamento, deixar os Estados-satélites da Europa Central operarem a sua própria *perestroika* (...). Soube demonstrar e dismantelar o sistema que governava o país e, no entanto, não viu despontar o problema nacional, nem a forma mediante o qual o seu rival Ieltsin poderia instrumentalizá-lo. O problema nacional rebentou-lhe nas mãos como uma granada.”<sup>101</sup>

Tendo estado a fragilidade do dirigente, a sua falta de atuação política interna ou o travão a uma guerra civil na URSS a poucos dias de terminar o ano de 1991, o certo é que a própria opinião pública do Ocidente, particularmente nos EUA, estava, nesta altura, a ser moldada no sentido de uma preferência por Ieltsin, considerado anticomunista, em relação a Gorbatchov. Exemplo disso são as inúmeras conferências dadas por Ieltsin em universidades norte-americanas durante os últimos anos de existência da URSS e, tal como refere Henri Alleg, jornalista franco-algerino e membro do Partido Comunista Francês, existia, nestes anos, uma onda de exaltação da figura de Boris Ieltsin entre a opinião pública norte-americana. Esta era, segundo o autor, orientada a preferir Ieltsin a Gorbatchov. Foi pelas palavras do ex-presidente Richard Nixon que o povo americano ficou a saber que “Ieltsin repudiou totalmente a filosofia comunista – uma coisa que Gorbatchov não fez. Ieltsin interromperá imediatamente todos os auxílios a Cuba, ao Afeganistão, a Angola e a outros *losers* [no original] do Terceiro Mundo.<sup>102</sup>” Gorbatchov, pelo contrário, e segundo o ex-Presidente norte-americano, não teria sido tão veemente ao repudiar o socialismo – a sua intenção seria a de manter uma união coesa entre as repúblicas soviéticas e avançar, como vimos, para um tipo de governação baseado no socialismo democrático.

---

<sup>100</sup> Ibid. 105.

<sup>101</sup> Marc Ferro, *O Regresso Da História*, trans. Susana Pires (Lisboa: Bertrand, 2012). 125.

<sup>102</sup> Richard Nixon, cit. por Henri Alleg, in Alleg, Henri, *O Grande Salto Atrás* (Lisboa: Ed. Avante!, 1997) 113.

#### 1.1.4. Três retrocessos que conduzem a “uma revolução sem revolucionários”

A respeito do desmantelamento da URSS, Marc Ferro ironiza: “Os trotskistas foram os revolucionários sem revolução. Em 1991, os russos fizeram uma revolução sem revolucionários.”<sup>103</sup> Segundo o autor, foram vários os projetos de passagem de sociedades capitalistas a socialistas. Já o oposto, “ninguém teria imaginado que se produziria. Além disso, esta reviravolta comporta aspetos paradoxais: o comunismo desapareceu, e, todavia, os comunistas continuam a existir.”<sup>104</sup> Ferro fala, então, não tanto dos militantes ou simpatizantes comunistas mas dos próprios governantes das repúblicas populares da Europa centro-oriental e, particularmente, na URSS, onde são altos cargos do próprio PCUS a procurar, e conseguir, tanto as reformas do regime como o seu próprio colapso. O autor nomeia três figuras – Andropov, Gorbatchov e Ieltsin como os *obreiros* do colapso do regime soviético.

Este facto explica-se, segundo Marc Ferro, pela omnipresença do PCUS, que contava, em 1986, com 19 milhões de membros: “não são as fações, as tendências que os dividem, mas, pura e simplesmente, a pluralidade dos interesses.”<sup>105</sup> Ferro coloca a tónica muito mais em interesses particulares que justificam o colapso do sistema soviético do que numa conjuntura do sistema em si: “compreende-se que falar de uma ditadura de partido único, sobretudo a partir do presente, não permite deslindar o funcionamento do regime soviético.”<sup>106</sup>

Neste sentido, o autor aponta vários retrocessos, no que toca ao domínio do aparelho de governo sob o rumo dos acontecimentos. Em primeiro lugar, o aparecimento de zonas de autonomia: o desenvolvimento da iniciativa organizacional por parte dos cidadãos, ainda com Estaline; a *microautonomia* dos sindicatos que, não tendo mais o dever de defender os trabalhadores porque estes estavariam no poder, se especializaram em tarefas como a gestão de hotéis ou da segurança social; a existência de algumas produções científicas e artísticas que escapam às normas, como a revista *Eko*; a existência de filmes irónicos sobre o regime, como, *O Primeiro Mestre* (1965), de Andrei Konchalovski, e *Sejam Bem-Vindos* (1964), de Elem Klimov; e o aparecimento de zonas autónomas no exército e no próprio funcionamento do Estado, na gestão municipal e na proliferação dos subúrbios: em 1975, 5938 zonas urbanas

---

<sup>103</sup> Ferro, *O Regresso Da História*.103.

<sup>104</sup> Ibid.

<sup>105</sup> Ibid.104.

<sup>106</sup> Ibid.



autoadministram-se, independentes da região (*oblast*) a que pertencem: “é o movimento de autonomização que Gorbatchov quis acelerar ao repetir que «o partido não pode substituir os sovietes»”.<sup>107</sup>

O segundo retrocesso apontado por Marc Ferro tem a ver com a desplebeização do poder. Entre 1975 e 1985, a participação voluntária dos operários na vida pública enfraqueceu mas cresceu à medida que aumentou o nível de instrução. Em 1988, 50,2% dos membros do PCUS, em Moscovo, tinham estudos superiores, contrariando os 14% em 1938. Por outro lado, antes da *Perestroika*, 45,9% dos membros do Soviete Supremo eram operários e camponeses, contra apenas 23% em 1989. Nesta altura, também, aparecem menções a “investigadores”, “criadores”, “jornalistas” e “advogados”, profissões que surgem pela primeira vez na composição do Soviete Supremo. Estes constituiriam o grosso dos oradores na campanha eleitoral das eleições de março de 1989: “foram estes que a implementaram [à *Perestroika*] – tanto quanto o modelo eleitoral o permitia – sobre os representantes da ordem antiga, assegurando a vitória dos cantores da *glasnost* e da *Perestroika*, que não podiam já suportar, do alto da sua formação, o espantilho de uma ideologia esclerosada.”<sup>108</sup> Segundo o autor, a *Perestroika* surge assim, “como uma revolução social que emanou de cima”, procurando a modernidade, apoiando-se no modelo das democracias ocidentais. Esta mudança requerida não foi unânime: os altos postos sentiam-se ameaçados, assim como os que geraram a herança política e moral do pós-guerra.

Do lado da população, a terceira geração desde a Revolução de Outubro era dominante, com uma grande quantidade de cidadãos com estudos superiores. A nova geração, além de instruída, conhecia a cultura ocidental: “Andropov (...) apercebeu-se perfeitamente da dissolução dos dogmas da autoridade soviética, da penetração das ideias e dos costumes ocidentais nos jovens, entre outros, por via da música.”<sup>109</sup>

Um terceiro retrocesso, de que fala Ferro, tem a ver com a “palavra libertada”. Logo no início do seu mandato, Gorbatchov tomou uma série de medidas no sentido da liberalização do regime: proclama a necessidade de transparência, liberta o dissidente Sakharov, tem uma atitude conciliadora face aos acontecimentos na Polónia, negocia o desarmamento nuclear

---

<sup>107</sup> Ibid.111.

<sup>108</sup> Ibid.113.

<sup>109</sup> Ibid.114.

com o Ocidente e pretende terminar a intervenção no Afeganistão. Além disso, aponta Marc Ferro, dois acontecimentos tornariam imparável a transparência soviética: o desastre de Chernobyl, em 1986, e a disseminação de câmaras de filmar portáteis nas mãos dos jornalistas. Quanto ao primeiro, pelas suas dimensões e consequências, torna impossível o silêncio por parte das autoridades que têm, não só que reportar o acontecimento, mas que admitir uma falha no seu sistema e constatar “o arcaísmo das realizações científicas no país.” O segundo facto leva a reprodução de imagem para fora do estúdio: passa a ser mais simples e acessível filmar o que se passa numa fábrica ou no interior de uma casa.

Noutro aspeto, o relato da História passa, com a *Perestroika*, a ter um papel principal na sociedade soviética: “com a *Perestroika*, tais revistas [revistas literárias que operavam alguma crítica ao regime] deram lugar à torrente de apelos à memória e denúncias recolhidas pela associação Memorial, que reuniu todos os registos de antigos deportados.”<sup>110</sup>

Do lado da sociedade civil, a *Perestroika* permite o aparecimento de cerca de 30 mil associações, que evoluem, algumas, para a formação de partidos políticos. Neste caso, partidos com uma forte componente nacionalista, como o Partido Ortodoxo Monárquico Russo, o movimento Pamiat, com o seu violento antisemitismo, e os ecologistas, nomeadamente os da Sibéria. Porém, “a noção de multipartidarismo não corresponde às aspirações das camadas populares a que a *glasnost* nada traz. Estas veem naquela efervescência política uma contestação a tudo aquilo em que haviam acreditado, a que continuavam afeiçoadas e que justificou a severidade da sua existência, dos seus sacrifícios passados.”<sup>111</sup>

A juntar a isto, as notícias sobre os acontecimentos nos países da Europa de Leste permitem revelar que a *família comunista* se está a desintegrar. Juntamente com os depoimentos cada vez mais frequentes de antigas *vítimas* do sistema, e a proliferação das máfias da economia paralela, o contexto em que Gorbachov afirma que “tudo está podre” faz cada vez mais sentido.<sup>112</sup>

---

<sup>110</sup> Ibid.119.

<sup>111</sup> Ibid.120.

<sup>112</sup> Ibid.121.

### 1.1.5. Interpretações sobre a queda dos governos na Europa de Leste

Regressamos por um momento à teoria de Freitas do Amaral sobre o fim dos regimes comunistas na Europa de Leste, para nos fixarmos, quase em jeito de apontamento, na razão que o autor aponta para que Gorbatchov tivesse permitido a emancipação das repúblicas socialistas e para que a URSS não tivesse agido aquando dos levantamentos populares e da deposição dos partidos no poder<sup>113</sup>. Essa explicação dada pelo político português tem a ver com os meandros dos bastidores da diplomacia política e com uma mulher, Margaret Thatcher.

A visita de Thatcher a Moscovo, de 28 de março a 2 de abril de 1987, destinava-se a negociar com Gorbatchov o apoio do Ocidente ao dirigente soviético, nomeadamente servindo de elo de ligação com os EUA. Destes, Gorbatchov pretendia a manutenção da paridade nuclear, o acelerar do programa mútuo de desmantelamento nuclear e o atraso na construção da Iniciativa de Defesa Estratégica norte-americana, com a qual os soviéticos não podiam competir. Estes eram pontos cruciais na agenda governativa de Gorbatchov. O apoio formal e público do Ocidente seria então altamente negociado por Thatcher nessas datas, que exigiu ao dirigente soviético grandes provas de que a URSS estaria disposta a manter a paz em troca de um faseamento muito mais prolongado na eliminação do sistema de defesa nuclear norte-americano: “a grande intuição de Thatcher (ou de algum dos seus conselheiros), apontou – naquele momento histórico – neste sentido: reclamar de Gorbatchov que revogasse a *doutrina Brejnev* e concedesse uma independência total e efetiva às oito velhas nações europeias (...).”<sup>114</sup>

A hipótese de Freitas do Amaral é, então, de que teria sido a *Dama de Ferro* a garantir a Gorbatchov o apoio de Reagan, Mitterrand e Kohl, tendo como única condição que os países do “socialismo real” deixassem de ser *controlados* pela URSS, o que lhes permitiria seguir o rumo político que desejassem, revogando assim a *doutrina Brejnev*, que instituía uma soberania limitada para os países daquela zona da Europa: “é claro que, como resulta dos

---

<sup>113</sup> Optamos por referir especificamente à deposição dos partidos no poder, ou dos governos, e não dos governantes ou dirigentes, uma vez que, em alguns casos, como na Bulgária, alguns governantes, integrados em partidos com designações reformuladas, continuaram, após eleições, no poder, nos respetivos países.

<sup>114</sup> Amaral, *Glória E Tragédia De Gorbatchov*.34.

factos referidos, o histórico acordo de 1987 não foi, como à primeira vista poderá parecer, um *acordo Gorbachov-Thatcher*, mas sim um *acordo Gorbachov-Reagan, via Thatcher*<sup>115</sup>.<sup>116</sup>

O abdicar da influência sobre a região do Leste da Europa não terá sido tão linear e decerto não foi tida em conta de forma tão marcadamente negocial. O acordo entre Thatcher e Gorbachov poderá ter formalizado uma intenção do dirigente soviético mas as repúblicas do Leste europeu tinham vindo a dar passos largos, ao longo das últimas décadas, no sentido de um afastamento cada vez maior em relação à URSS. Como relembra François Fejtö, é preciso não esquecer que, em 1985, uma das primeiras medidas do recém-eleito Gorbachov foi o prolongamento do Pacto de Varsóvia por mais 20 anos, numa cerimónia em Varsóvia, a 2 de abril: “tout portait à croire que l’URSS (...) serait d’autant plus capable de préserver et de fortifier la cohésion de son camp sous l’égide d’un leader jeune et résolu.”<sup>117</sup>

A *Perestroika* e a política reformista de Gorbachov têm, segundo Adriano Guerra, um importante papel que ultrapassa a própria fronteira do império soviético: “il grande, straordinario merito della perestrojka sta nel fatto che essa non soltanto ha aperto la via della rivoluzione democratica per i vari popoli dell’ex URSS – quello russo compreso – e dell’Europa centrale ed orientale, ma ha permesso che il processo di dissoluzione dell’impero si svolgesse nella sua prima e piú delicata fase non soltanto – e grazie proprio alla politica estera di Gorbacev – in una situazione internazionale favorevole, ma anche senza creare irreparabili conflitti all’interno. Di questa rivoluzione democratica e nazionale la perestojka è stata anzi la prima ed essenziale fase.”<sup>118</sup>

A queda dos regimes comunistas nos países da Europa centro-oriental acontece, porém, segundo Antony Todorov, um dos autores presente na obra *Le Siècle des Communismes*, de forma distinta em relação à URSS. Ou, antes, por motivos distintos. Para explicá-la, o autor recua ao término da liderança de Estaline na URSS, nos anos 50. Segundo o autor, a desestalinização inicia um período em que aqueles países, antes sob a orientação de uma alçada soviética uniformizadora, começam a interpretar o comunismo sob um ponto de vista próprio. Na Hungria e na Polónia, por exemplo, a desestalinização é acompanhada pela

---

<sup>115</sup> Itálico, no original.

<sup>116</sup> Amaral, *Glória E Tragédia De Gorbachov*.39.

<sup>117</sup> François Fejtö, *La Fin Des Démocraties Populaires*(Paris: Éditions du Seuil, 1992).102.

<sup>118</sup> Guerra, *Il Crollo Dell'impero Sovietico*.213.

rejeição do modelo soviético de organização do Estado, na Roménia e na Albânia a desestalinização não é aceite e o comunismo adquire contornos nacionalistas fortes, e na Bulgária e Checoslováquia a desestalinização é aceite com dúvidas quanto à sua real efetivação: “As reações à desestalinização evidenciam diferenças entre os países da Europa de Leste, por vezes em maior quantidade do que os pontos em comum. Estas diferenças procuraram a legitimação do poder comunista.”<sup>119</sup>

François Fejtö partilha da mesma opinião. Em *La Fin des Démocraties populaires*, o autor refere que os textos publicados pelos órgãos oficiais dos partidos que governam as repúblicas da Europa centro-oriental preocupavam-se, nessa altura, com a defesa da missão dirigente dos partidos comunistas: “dans certains pays de l’Est, comme la Hongrie, la Tchécoslovaquie ou la Pologne, les PC étaient promus défenseurs d’une sorte de «social-consumérisme». Dans autres – la Roumanie, la Bulgarie e la RDA – le Parti se faisait quasi ouvertement le porte-parole d’un certain «national-communisme.»” fdp33

Os anos sessenta marcaram, nestes países, o acentuar das diferenças em relação à URSS, optando por uma via própria para alcançar o “comunismo global”, sendo que todos os países da Europa de Leste declararam, nessa altura, que a primeira fase da construção do socialismo estava concluída e que a fase seguinte conduziria ao “comunismo total”, a ser alcançado num período de vinte anos. A declaração do superar de etapas não acompanha, contudo, a melhoria do nível de vida nas repúblicas populares, agora denominadas repúblicas socialistas, mas antes, como no caso da Roménia e da Bulgária, a mudança na liderança do partido. A legitimação do poder é feita, nesta altura, pelo esclarecimento popular quanto ao afastamento em relação à URSS e pela exaltação do sucesso das reformas rumo ao comunismo: “as diferentes experiências da desestalinização na Europa de Leste durante os anos de 1953-1962 deram origem a um comunismo de múltiplas expressões: um comunismo finalista clássico menos revolucionário, um comunismo reformador e reformista, um comunismo nacionalista e populista.”<sup>120</sup>

Nessa década sucederam-se as reformas económicas nas repúblicas socialistas. Por exemplo, o aprofundamento do modelo socialista jugoslavo, já definitivamente separado da

---

<sup>119</sup> Dreyfus et al., *O Século Dos Comunismos. Depois Da Ideologia E Da Propaganda, Uma Visão Serena E Rigorosa*.352.

<sup>120</sup> Ibid.353.

URSS desde 1948, mas que conheceu nesses anos um novo fôlego, com o reforço da autogestão das empresas e a liberalização dos preços, mas sem ceder no que toca à abertura do sistema político.<sup>121</sup> Ou na Hungria, onde, após a intervenção do Pacto de Varsóvia em 1956, se procurou, a partir de 1964, um novo modelo de economia socialista, baseado na liberalização parcial dos preços, a autonomia económica das empresas ou a liberalização de algumas áreas controladas pelo Estado. Nesse país, a reforma económica alargou a base de apoio ao regime de Kádár mas, nos anos setenta, os indicadores económicos inicialmente prometedores recuaram. Já na Checoslováquia, a desestalinização foi mais tardia e permaneceu até ao final dos anos 60 o debate sobre a procura de novas soluções económicas e sobre um novo modelo de democracia socialista, mais próximo da Jugoslávia do que da URSS, acompanhado de uma democratização ao nível do sistema governativo. Reformas que foram travadas pela intervenção do Pacto de Varsóvia, em 1968.<sup>122</sup>

As repúblicas populares da Europa centro-oriental adotaram, nos anos setenta, novas interpretações sobre a forma de atingir o comunismo total, estágio objetivo e final do caminho a percorrer. Os novos programas acentuaram ainda mais as diferenças entre os vários sistemas políticos, mas todos tinham o objetivo de legitimar o comunismo no poder, assim como renovar a ideia do partido como o dirigente da evolução: “dizer que os países de Leste tinham passado a ser socialistas significava que as sociedades seguiam o bom caminho para o comunismo e que só os PC tinham capacidade para as conduzir a esse objetivo com sucesso.”<sup>123</sup>

A Polónia, Jugoslávia e Hungria aplicaram reformas económicas avançadas, contrastando com a Albânia e a Roménia, onde permanecia uma organização de contornos estalinistas. Já a Bulgária e a Checoslováquia optaram por um posicionamento intermédio. Da mesma forma, nasceu, nos anos 70, um primeiro esboço de uma produção política intelectual independente. François Fejtö refere, a este respeito: “les démocraties populaires étaient ensuite entrées dans une phase de diversification croissante. Dès début des années 70

---

<sup>121</sup> A Jugoslávia tinha um dos três sistemas políticos na Europa de Leste (juntamente com a própria URSS e a Albânia) onde, de facto, existia apenas um partido político.

<sup>122</sup> Dreyfus et al., *O Século Dos Comunismos. Depois Da Ideologia E Da Propaganda, Uma Visão Serena E Rigorosa*.352.

<sup>123</sup> Ibid.358.

commençait en effet à se dessiner le clivage entre les plus «conservatrices» e les plus «ouvertes» d'entre elles.”<sup>124</sup>

Nesses anos, o consumo aumentou exponencialmente, a economia modernizou-se e procurou-se acompanhar o desenvolvimento tecnológico do Ocidente. Aumentava a distância em relação à URSS e estreitavam-se as diferenças, em algumas das repúblicas, como a Polónia ou a Hungria, em relação aos seus vizinhos do Ocidente, no que toca, por exemplo, ao desenvolvimento da sociedade de consumo.

O consumo acabou por tornar-se, como refere François Fejtő, o objetivo de um número cada vez maiores de habitantes das repúblicas do Leste europeu. Em 1975, Rezső Nyers, citado por Fejtő, declarava mesmo, na revista húngara *Gazdaság*, de Budapeste, que no seu país “les structures de la consommation tendaient à être similaires à celles des pays occidentaux.”<sup>125</sup> Segundo Fejtő, a exploração do desejo de consumismo teria, por parte dos políticos, uma intenção: “cultiver l’esprit consumériste devait servir a stabiliser la situation politique et sociale pour redonner souffle à la légitimité chancelante des régimes.”<sup>126</sup>

Por outro lado, aumentou o desenvolvimento do estado social. Foi criado o sistema geral de reformas, desenvolvida a rede de assistência médica, gratuita e acessível a todos, elevando o número de médicos para valores, por vezes, superiores aos dos países mais desenvolvidos do Ocidente, assim como decresceram as percentagens de mortalidade infantil. Entre outros elementos desenvolvidos nesta altura, a rede de serviços sociais ligados à maternidade, o sistema de férias para os funcionários das empresas públicas, as casas de repouso para idosos, as alterações profundas nos sistemas de educação, o investimento na cultura, a obrigatoriedade do ensino secundário e o acesso às universidades: “as despesas com a Segurança Social aumentaram tanto que chegaram a ultrapassar – como no caso da Hungria – o nível médio dos países da OCDE. Em 1983, atingem 15,4% na Hungria e 14,4% na Suécia.”<sup>127</sup>

Quais foram, então, os resultados imediatos deste investimento, ao longo dos anos 70, no bem-estar e do desenvolvimento da economia e da tecnologia? A concretização de uma sociedade de consumo, com habitantes instruídos, com expetativas face ao futuro e com

---

<sup>124</sup> Fejtő, *La Fin Des Démocraties Populaires*.113.

<sup>125</sup> Rezső Nyers, cit. por Fejtő, in *ibid.*77.

<sup>126</sup> *Ibid.*78.

<sup>127</sup> Dreyfus et al., *O Século Dos Comunismos. Depois Da Ideologia E Da Propaganda, Uma Visão Serena E Rigorosa*.360.

crescentes exigências face ao sistema político. Do ponto de vista económico, as taxas de crescimento foram maiores no Leste do que no Ocidente, com uma rápida urbanização e industrialização das sociedades e um franco progresso no nível de vida das pessoas.

François Fejtö refere que nada faria prever, nos anos 70, que fosse possível parar a expansão do comunismo, tal era a estabilidade do mundo socialista. Brejnev parecia ter terminado com um os “projetos aventureiros” do seu antecessor, Nikita Khrushchov, e, internacionalmente, as relações entre as duas superpotências tinham arranjado uma forma de conviverem pacificamente. As vitórias da URSS no terceiro-mundo somavam-se e, também na Europa Ocidental, os vários partidos comunistas conheciam excelentes momentos eleitorais: “fort de tous ces succès, les leaders soviétiques semblaient surtout habitués d’une confiance inébranlable dans les possibilités illimitées de leur pays et du communisme. Convaincus des difficultés croissantes – voire du déclin imminent – du monde capitaliste, Brejnev, Souslov et les autres maîtres du Kremlin affirmaient en revanche que leur propre camp ne connaissait aucun problème et qu’il se consolidait continuellement.”<sup>128</sup>

Esta esperança no futuro era confirmada, como afirma Fejtö, sobretudo na firme crença no espírito de decisão bolchevique e numa ideologia que conseguia uma confiança absoluta na eficácia da vontade humana.<sup>129</sup>

A visão ocidental do sucesso da URSS e das repúblicas populares da Europa centro-oriental corresponde, na maior parte dos casos, à análise soviética, sendo que poucas são as vozes ocidentais a duvidar da solidez, da estabilidade e do sucesso do mundo socialista nestes anos. Mesmo do ponto de vista bélico, a capacidade de defesa da URSS era inquestionável, fazendo com que nenhum outro país, nem mesmo os EUA, pusesse em causa a integridade do seu território.

A análise de quem não estava de acordo com esta visão, geralmente dissidentes do próprio regime, não era, na sua maioria, legitimada pelo Ocidente, sendo que os testemunhos de expatriados soviéticos, como Andrei Amalrik, famoso pela sua obra *Will the Soviet Union Survive Until 1984?*<sup>130</sup> eram desacreditados pela maior parte dos investigadores ocidentais, mesmo os norte-americanos, como refere o autor de *La Fin des Démocraties Populaires*.

---

<sup>128</sup> Fejtö, *La Fin Des Démocraties Populaires*.21.

<sup>129</sup> Ibid.22.

<sup>130</sup> Andrei Amalrik, *Will the Soviet Union Survive until 1984*(New York: Harper & Row, 1970).



Nos anos 80, a tendência inverteu-se. O incremento no nível de vida diminuiu em quase todos os países do “socialismo real”. De uma forma geral, em todos estes países, o crescimento económico tornou-se mais lento, a produtividade decresceu e a tecnologia continuava a não conseguir competir com o Ocidente: “à l’aube des années 80, si personne ne pouvait encore prévoir l’étendue de la crise finale dont on ne mesurera la pleine ampleur que lorsqu’il s’agira, après 1989 d’en réparer les dégâts, des signaux d’alarme de plus en plus nombreux commençaient toutefois à troubler la confiance des leaders communistes dans l’avenir radieux du régime.”<sup>131</sup>

Segundo Antony Todorov, as razões do abrandamento do fulgor de desenvolvimento são de ordem económica, tecnológica e política: “as reformas económicas mantiveram-se parciais, inacabadas: não tinham por objetivo atingir uma economia de mercado e de livre-câmbio com instituições como os bancos e as empresas privadas. [a] modernização fez-se com base numa tecnologia antiga.”<sup>132</sup>

No entanto, a razão principal, segundo o autor, para o abrandamento económico, que esteve na base do desmoronamento de todo o sistema, é de natureza política. No Ocidente, a competição económica dáva-se num contexto político democrático, plural e competitivo. No Leste, o desenvolvimento criou cidadãos cujas expectativas, de âmbito social, embatiam num sistema político impermeável, formado por um partido único (ou dominante), num ambiente que não permitia o crescimento que os novos cidadãos do Leste almejavam: “a *Perestroika* soviética foi a manifestação desta crise do modelo. Os governos comunistas de Leste, não dispendo das capacidades políticas e sociais para gerir a situação, deram lugar às transformações e à transição. O comunismo abriu o caminho à sua própria destruição.”<sup>133</sup>

Fejtő acrescenta um fator preponderante no abrandamento do fulgor económico nestes países a partir do início dos anos 80. Uma vez que os mercados, muito particularmente o polaco, o húngaro, o romeno, mas também o jugoslavo e, em certa medida, o das restantes repúblicas do Leste europeu, se tinham aberto, em determinado grau, ao Ocidente, tinham tido a necessidade de recorrer a empréstimos maciços à banca ocidental, de forma a modernizar a

---

<sup>131</sup> Fejtő, *La Fin Des Démocraties Populaires*.116.

<sup>132</sup> Dreyfus et al., *O Século Dos Comunismos. Depois Da Ideologia E Da Propaganda, Uma Visão Serena E Rigorosa*.362.

<sup>133</sup> Ibid.

sua tecnologia e indústria e assim conseguir competir. Esse financiamento seria abatido consoante fossem crescendo as exportações para o Ocidente.

No entanto, devido em grande parte à crise petrolífera de 1973 e 1979, que afetou particularmente o mundo ocidental, as importações, por parte deste, abrandaram. Os países de Leste, principalmente a Hungria, a Polónia e a Roménia, ficaram a braços com uma dívida incomportável que o Ocidente queria ver saldada e para o pagamento da qual recorreram a novos endividamentos, numa espiral que conduziu à recessão. Na Roménia, Ceausescu submeteu a população a esforços sobre-humanos de forma a conseguir pagar a dívida do país ao Ocidente, através de exportações maciças – facto que, em 1989, antes de ser deposto, havia conseguido com sucesso mas com um custo social interno de grandes proporções.<sup>134</sup>

Eric Hobsbawm refere, a este respeito que “essa foi a situação em que o «socialismo realmente existente» na Europa entrou no que se revelou ser a sua década final.”<sup>135</sup> Já em relação à URSS, Hobsbawm tem uma interpretação particular, no que se refere à influência da crise petrolífera na URSS. Sendo este país um dos mais importantes produtores de petróleo, esta crise veio funcionar como um *jackpot* com uma grave consequência: a transformação do petróleo em “ouro” veio aumentar enormemente as exportações soviéticas para as economias de mercado. Este facto pode parecer altamente favorável, caso não tivesse significado um adiamento de reformas económicas necessárias. “Sugeriu-se que foi essa enorme e imprevista bonança que tentou o regime de Brejnev a entrar numa política internacional mais ativa de competição com os EUA (...) e num curso suicida de tentar igualar a capacidade de armamento americano.”<sup>136</sup>

Fejtő interpreta, por isso, os acontecimentos de 1989 nestas repúblicas, como, sobretudo, uma revolução por uma melhoria no nível de vida: “*misère et dénouement les plus absolu pour les uns, soif de consommation pour les autres, volonté d’épanouissement de certains dans la libre entreprise et la libre initiative: les facteurs économiques et sociaux ont été à la base même du mouvement de fond qui finit par se propager à travers l’Europe centrale et orientale tout entière.*”<sup>137</sup>

---

<sup>134</sup> Fejtő, *La Fin Des Démocraties Populaires*.117-118.

<sup>135</sup> Hobsbawm, *A Era Dos Extremos. História Breve Do Séc. Xx*.463.

<sup>136</sup> *Ibid.*462.

<sup>137</sup> Fejtő, *La Fin Des Démocraties Populaires*.122.

Gorbatchov, até certa altura, interpretou os acontecimentos na Europa centro-oriental como manifestações populares que seriam no sentido de uma renovação do socialismo, do assumir de uma atitude democrática face à participação política mas nunca da desistência na construção de uma sociedade socialista. O próprio afirma, ainda em 1987, citado por François Fejtö, num discurso em Leningrado a 13 de outubro de 1987, que a *Perestroika* não poderia ser realizada por outro que não o Partido Comunista: “au-delà de tous ces changements de visage, de stratégie et de tactique, la fiction de la «mission historique» du Parti – c’est-à-dire la conservation par le PC du control total la société – est restée la même.”<sup>138</sup> Essa visão deixaria de fazer sentido à medida que os governos comunistas iam caindo e que a *Perestroika* assumia um caráter mais radical: “Mais tarde, [a *Perestroika*] voltou a mudar o significado, pelo menos para Gorbatchov. Passou a representar o desmantelamento do sistema político soviético tal como existira ao longo de sete décadas.”<sup>139</sup> E é o próprio Gorbatchov quem suprime o artigo 6º da Constituição soviética, que oficializa a decisão de Lenine, de 1919, de fazer do PCUS a “força que dirige e orienta a sociedade soviética [...] e confere um caráter científico fundado à sua luta pela vitória do comunismo.”<sup>140</sup>

Contudo, o colapso do “socialismo real” e, sobretudo, a vitória, nas primeiras eleições realizadas na maior parte das antigas repúblicas populares, de forças políticas apologistas da economia de mercado e altamente críticas do passado comunista, pôs definitivamente fim ao comunismo de Estado na Europa e a qualquer interpretação reformista dos acontecimentos. A procura de um modelo socialista de organização da economia, a unidade laboral e a apropriação dos meios de produção pela classe trabalhadora, tornaram-se, na Europa, uma ideia cada vez mais associada ao passado.<sup>141</sup> Efetivamente, o comunismo cessou de existir enquanto ideologia dominante na organização de todos os países da Europa centro-oriental onde, à exceção da Checoslováquia, da Alemanha e de algumas repúblicas resultantes da desagregação da URSS, deixou também de ter representação eleitoral relevante. Deveremos salientar, contudo, que todos os partidos comunistas reformados nesta altura (à exceção do

---

<sup>138</sup> Ibid.59.

<sup>139</sup> Brown, *Ascensão E Queda Do Comunismo*.552.

<sup>140</sup> Ferro, *O Regresso Da História*.124.

<sup>141</sup> Josef Velek, "The Meaning of the 1989 Revolution for the Project of Modern Society," in *Traditions and Present Problems of Czech Political Culture*, ed. Miloslav Bednar and Michal Vejraska(Washington: Paidea Publishers & The Council for Research in Values and Philosophy, 1994).121.

romeno) e de cuja reformulação resultaram partidos sociais-democratas, têm tido um papel relevante nas respetivas sociedades, sendo inclusive responsáveis pela formação de governo.

#### **1.1.6. A (frágil) teoria da *terceira vaga de democratização*<sup>142</sup>**

Estes acontecimentos incluíram-se, para Samuel Huntington, numa “terceira vaga de democratização” da sociedade mundial. Para este autor, existem três fases de democratização da sociedade, tendo a primeira sido no início do séc. XIX, com o sufrágio, nos EUA, atribuído aos homens brancos, no seguimento da política do presidente Andrew Jackson, tendo-se iniciado uma onda democratização que apenas terminaria em 1922, com a ascensão de Mussolini ao poder, em Itália, acontecimento que inicia um período de vinte anos em que, segundo o autor, existiu uma forte contração democrática.

Em 1942, haveria, segundo Huntington, cerca de 12 democracias no mundo. A segunda vaga de democratização teve o seu início com a vitória dos Aliados na II Guerra Mundial, para terminar em 1962. Até meados dos anos setenta, assistiu-se, segundo o autor, a nova retração na democratização. Em 1974, com a Revolução dos Cravos, em Portugal, começava a chamada terceira vaga, que abarcava posteriormente as modificações na Europa centro-oriental.<sup>143</sup> Na sua obra, publicada em 1991, Huntington associa a democratização ao cristianismo, dando o exemplo de sociedades, inclusive algumas no Leste europeu, como a Polónia e a RDA, onde a presença de um maior número de cristãos é associada ao mais rápido desenvolvimento das insurreições contra os regimes autoritários.

As críticas a Huntington apontam para a clara impossibilidade de caracterizar democracias de forma quantitativa. Em determinados casos, e muito particularmente no que se refere às transições ocorridas no Leste europeu, estas ocorrem, segundo Larry Diamond, e nos anos em estudo por Huntington (até 1991) de regimes autoritários para regimes semi-autoritários<sup>144</sup>.

Hoje em dia, é altamente criticada pelos analistas e tida como precipitada a assunção de Huntington de que apenas porque se tinham dissolvido os governos ditos comunistas do Leste europeu, caracterizados uniformemente sob um jugo totalitário discutível, esse facto fosse

---

<sup>142</sup> S.P. Huntington, *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*(University of Oklahoma Press, 1991).

<sup>143</sup> Ibid.

<sup>144</sup> Larry Diamond, "Thinking About Hybrid Regimes," *The Journal of Democracy* 12, no. 2 (2002).

obrigatoriamente dar lugar a uma onda real de democratização ao nível das instituições e mesmo do aparelho de Estado. Mais de vinte anos sobre o livro de Huntington, continua a haver um debate aceso sobre a democraticidade de determinados Estados da Europa centro-oriental e sobre o rumo que tomou o pós-comunismo em sociedades como, por exemplo, a russa. Inclusive, debate-se se o processo de mudança que se seguiu às revoluções ocorridas em 1989 foi realizado de forma democrática: “Since the early days of the *third wave* of global democratization, it has been clear that transitions from authoritarian rule can lead anywhere. Over the past quarter-century, many have led to the establishment of some form of democracy. But many others have not. They have given birth to new forms of authoritarianism that do not fit into our classic categories of one-party, military, or personal dictatorship.”<sup>145</sup>

Por outro lado, a teoria de associação do cristianismo à democratização é desde logo vetada, também, pela existência, por exemplo, de países africanos e americanos onde, em dadas alturas, o cristianismo, embora maioritário, não influi nos desígnios democratizantes e convive com governos autoritários estabelecidos. Por outro lado, multiplicam-se o exemplo de países com uma maioria de população com outro credo que não o cristão e onde a democracia é uma realidade.

Críticas a um exacerbado ocidentocentrismo de Huntington, que refere que “the United States is the premier democratic country of the modern world [and the] (...) major promoter of democratization”<sup>146</sup>, retiram grande parte da legitimidade ao estudo, colocando-o sob o prisma de uma atitude um tanto ou quanto eufórica face ao desaparecimento do “socialismo real” e à necessidade de encontrar um novo parâmetro que prolongasse o sucesso da hegemonia norte-americana e do seu sistema económico e político.

Noutro tipo de registo, alguns autores, igualmente extasiados com o que interpretaram como sendo a vitória do capitalismo sobre o comunismo, pondo assim um fim à competição que orientou a *Guerra Fria*, falam mesmo do “fim da história”<sup>147</sup>, do fim da utopia ou, para os mais contidos, da “extinção leninista.”<sup>148</sup>

---

<sup>145</sup> Andreas Schedler, "The Menu of Manipulation," *ibid.* 13.

<sup>146</sup> Huntington, *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. 30.

<sup>147</sup> Fukuyama, *The End of History and the Last Man*.

<sup>148</sup> Ken Jovitt, *New World Disorder: The Leninist Extinction* (Berkeley: University of California Press, 1992).

### 1.1.7. A questão da autoridade e da geopolítica no desmantelamento do sistema

Sabine Dullin, ao sintetizar as interpretações francesas sobre o sistema do soviético, afirma que a desintegração rápida e pacífica da URSS e do bloco socialista da Europa centro-oriental “surpreendeu e desconcertou, tanto aqueles que consideravam o sistema como um todo inalterável e perigoso, como aqueles que desde os anos 60 entreviam evoluções sociais e culturais forçando o sistema no sentido de uma normalização progressiva.”<sup>149</sup> Relativamente ao pós-sovietismo, Sabine Dullin fala de três diretrizes de análise: a construção de um Estado moderno na Rússia, a ambiguidade do federalismo na Rússia, baseado num Estado herdeiro de vários nacionalismos e, por fim, as interpretações internas sobre a própria História da Rússia.

A autora aponta o facto de existir, mesmo depois da Revolução de 1917, a necessidade de um sistema de comando, na Rússia, que vai buscar representações antigas e que precisa da presença física de um chefe que exerça a autoridade. Com a *perestroika*, esta necessidade da presença de um líder forte não é cumprida e o diálogo deixa de se fazer em torno da lealdade ou contestação a uma autoridade robusta. É uma perspectiva perfeitamente discutível, por particularizar a sociedade russa e a generalizar um determinado povo do ponto de vista da sua relação com o poder. Mas, de facto, os dois grandes momentos de rutura na História Contemporânea da Rússia dão-se em momentos em que a liderança se mostra frágil: o czar, em 1917, e o líder do PCUS, neste caso Gorbachov, no início dos anos 90. Ambos são substituídos por líderes perfeitamente identificáveis, no caso de 1917, Lenine, passados oito meses da queda do czar, e, em 1991, Boris Ieltsin. Líderes que, independentemente do seu carácter, e obviamente incomparáveis no que toca à sua importância e ao seu legado para a história do país, unem o povo russo e protagonizam momentos em que têm um papel determinante no rumo dos acontecimentos.

Mesmo Moshe Lewin chega a afirmar, na sua análise sobre o que é a história da Rússia, que, esta seria “uma certa variedade de sistemas autoritários e das suas crises.”<sup>150</sup>

Esta visão da história da Rússia, protagonizada por um autor anticomunista, Nicolas Werth, mas defendida também por investigadores como Claudio Ingerflom e Tamara

---

<sup>149</sup> Dreyfus et al., *O Século Dos Comunismos. Depois Da Ideologia E Da Propaganda, Uma Visão Serena E Rigorosa*.67.

<sup>150</sup> Lewin, *O Século Soviético*.416.

Kondratieva, demonstra “a perenidade de um poder que, independentemente das tendências modernistas e dos objetivos ideológicos, é tributário de representações antigas, onde a autoridade, longe de ser um lugar vazio regido pela lei, só existe através da presença física do chefe.”<sup>151</sup>

Segundo Moshe Lewin, a dinâmica da autoridade funcionou, no caso soviético, como um entrave a um sistema político mais moderno, condizente com uma opinião pública mais instruída e com um nível diferente de exigências, sobretudo a nível económico e social. Segundo o autor, mesmo as reformas tentadas por Andropov poderiam ter sido suficientes e ter dado à URSS “um Estado reformado e ativo, capaz de prosseguir o seu papel de agente de desenvolvimento, mas também de renunciar a um autoritarismo que se tornara obsoleto, na medida em que a paisagem social se transformara em profundidade.”<sup>152</sup> Teria sido uma determinada mentalidade da elite dirigente que contribuiu para o falhanço destas reformas, e a constante promoção de interesses pessoais em detrimento da modernização do Estado: “Em vez de acrescentar o computador à foice e ao martelo, a direção refugiava-se no conservadorismo, embarcando numa via inglória.”<sup>153</sup>

Uma tese que desmorona juntamente com o sistema soviético é a de que seriam as peculiaridades étnicas dentro da federação, por oposição ao suposto domínio da Rússia na URSS, a provocar a implosão da união. Sejam os ucranianos e bielorrussos, como afirmou Pline, ou os muçulmanos, como sugeriu Hélène Carrière d’Encausse<sup>154</sup>, não foram as diferentes etnias presentes na união a estar na base da desintegração do sistema soviético. Nenhum dos autores analisados conclui que o nacionalismo das repúblicas do Báltico, por exemplo, tenha verdadeiramente estado na base do desmantelamento da URSS. Terá sido uma das suas expressões mas não o seu rastilho: “o federalismo soviético (...) acabou por sustentar, reforçar e até criar nações, às quais as elites urbanas formadas no contexto soviético atribuíram uma legitimidade, reabilitando um património histórico e cultural esquecido.”<sup>155</sup> Marc Ferro nota que, atualmente, “na Rússia, insiste-se que o comunismo lograra congelar os conflitos

---

<sup>151</sup> Dreyfus et al., *O Século Dos Comunismos. Depois Da Ideologia E Da Propaganda, Uma Visão Serena E Rigorosa*.70.

<sup>152</sup> Lewin, *O Século Soviético*.419.

<sup>153</sup> Ibid.420.

<sup>154</sup> Já em 1990, a autora continua a sustentar esta tese. Por exemplo, na obra Hélène Carrière d’Encausse, *La Gloire Des Nations Ou La Fin De L’empire Soviétique*(Paris: Fayard, 1990).

<sup>155</sup> Dreyfus et al., *O Século Dos Comunismos. Depois Da Ideologia E Da Propaganda, Uma Visão Serena E Rigorosa*.73.

étnicos.”<sup>156</sup> Segundo o autor, no entanto, esses conflitos reapareceriam na época de Gorbatchov.

Não deixa de ser curioso que quem, de facto, desfez definitivamente a URSS, foram os presidentes e primeiros-ministros das três repúblicas eslavas: a Rússia, a Bielorrússia e a Ucrânia, na “conspiração de Minsk”. Aí, aqueles líderes foram contra o que foi antes acordado com Gorbatchov, no sentido da formação de uma nova união, constituída por repúblicas soberanas, violaram a Constituição e, numa clara extrapolação dos seus próprios poderes, “não apunhalaram apenas a URSS, mas também a Grande Rússia, além de que colocaram as outras doze repúblicas perante um facto consumado.”<sup>157</sup>

No pós-URSS, o nacionalismo russo parece não conhecer um ponto final: Boris Ieltsin propôs a soberania da Rússia face ao à URSS, procurando, para a construção de uma sociedade capitalista na Rússia, a reabilitação do Estado pelo ponto de vista do autoritarismo. Os líderes russos que lhes seguiram não interromperam, também, esta lógica de exacerbação do sentimento nacionalista russo.

Por fim, outro dos argumentos, de carácter geopolítico, que serve para sustentar a fragilidade do “império” soviético, centra-se na ideia de que a URSS perdeu o controlo da sua zona periférica, vital para a perpetuação do sistema. Moshe Lewin, defensor desta teoria, afirma que a duplicação do modelo soviético nas repúblicas socialistas da Europa centro-oriental teve a ver com o controlo de um bloco geográfico fundamental para se proteger da Alemanha e, posteriormente, dos EUA. Com a emancipação das repúblicas socialistas, as consequências foram inversas e a construção geopolítica acabou por se desmoronar, assim como a própria URSS e a noção da Rússia como superpotência.

Quando se deu o fim do “socialismo real” na Europa centro-oriental, em 1989, estes países, como vimos, não eram, definitivamente, se é que alguma vez o foram, um bloco monolítico obediente à URSS nem o replicar de modelos governativos idênticos ao soviético.

Na Polónia, o percurso do Solidariedade demonstrou a incompatibilidade entre a sociedade civil e o Estado; na Hungria, a recusa de Kádár, na sua fase final, em assumir reformas e em democratizar o sistema político húngaro traduziu-se no reacender do

---

<sup>156</sup> Ferro, *O Regresso Da História*.111.

<sup>157</sup> Amaral, *Glória E Tragédia De Gorbatchov*.72.



anticomunismo e na proliferação de vozes reformistas; a Roménia viveu sob o jugo do terror de Ceausescu; na RDA, na Checoslováquia e na Bulgária, os governos optaram pelo conservadorismo e manutenção das estruturas políticas como forma de manter a opinião pública tranquila; a Jugoslávia viveu uma tripla crise, que conjugou a crise económica com o exacerbar da retórica nacionalista e uma crise de liderança; a Albânia, após a rutura com a China e a morte de Enver Hodja, permaneceu num isolamento quase absoluto. Na URSS, a morte de Brejnev, em 1982 reacendeu as dúvidas quanto ao rumo do país, nomeadamente ao nível da sua relação com o exterior. Após a curta governação de Andropov (novembro de 1982 a fevereiro de 1984) e Tchernenko (fevereiro de 1984 a março de 1985), Gorbatchov foi nomeado secretário-geral do PCUS em março de 1985. Era clara, à altura da nomeação de Gorbatchov, a ideia de que existiam duas tendências rivais no seio do partido: uma mais conservadora, protagonizada por Andrei Gromyko, crente de que a ausência de mudanças seria a melhor forma de conservar o estado das coisas, e outra, que se inspira em Yuri Andropov, entretanto falecido, que ia já apontando as fragilidades do sistema soviético e a necessidade de modernização: “loin de toute tentative de réforme au sens qu’allait lui donner quelques années plus tard son fils spirituel Mikhail Gorbatchov, la volonté publique d’Andropov était effectivement d’assainir la situation pour pallier les faiblesses latentes, mais de plus en plus perceptibles, de l’Empire soviétique.”<sup>158</sup>

Na Europa centro-oriental, ainda antes da liderança de Gorbatchov na URSS, a governação de Tchernenko revelara já a incapacidade da URSS, muito devido aos seus próprios problemas internos, de controlar o que se passava nas repúblicas populares. A tomada de consciência, por parte dos líderes daqueles países, da fragilidade crescente da URSS levou-os, nos anos 80, a procurar resolver os seus próprios problemas sem a interferência soviética: “tous en effet, de Berlin-Est à Sofia et de Varsovie à Budapest, devaient désormais recourir à leur propre énergie et à leur propre imagination pour combattre une crise économique et un mécontentement populaire de plus en plus préoccupants.”<sup>159</sup>

No entanto, indiferente a todas as particularidades nacionais do “socialismo real”, multiplicavam-se, ao longo dos anos 80, os sinais de alerta no que respeitava à fragilidade

---

<sup>158</sup> Fejtö, *La Fin Des Démocraties Populaires*.147.

<sup>159</sup> Ibid.148.

económica destes sistemas. A profunda crise do sistema económico destes países esteve na base, como vimos, da crise política e social.

Marc Ferro interpreta vários dados que surgiram a partir do início dos anos 80, e até aos nossos dias, como reveladores de que os contextos sociais e as conceções elaborados no final da II Guerra Mundial vão perdendo a sua significância. Entre os fatores que conduziram a essa situação, a dessindicalização, o desarmamento das defesas no mundo laboral, a estagnação ou declínio dos partidos social-democratas, a derrocada do comunismo na URSS e a sua eliminação nas repúblicas populares e o enfraquecimento dos partidos comunistas no resto da Europa, nos anos antes ou durante “aquela derrocada”.<sup>160</sup>

O autor cita dois autores, um assumidamente marxista, outro não, para explicar duas visões sobre a experiência soviética na URSS e nas repúblicas da Europa centro-oriental. Eric Hobsbawm afirma que a ação dos comunistas, na URSS, foi “negativa no interior e positiva no exterior, e apenas assim fora porque os seus exércitos tinham vencido o nazismo e porque o seu projeto tinha podido servir de exemplo.”<sup>161</sup> Jean-Denis Bredin diz antes que “o comunismo, tão detestável quando deteve o poder, serviu com utilidade algumas democracias, aquelas que praticamente não progridem sem um empurrão. (...) [O]bstinada e cegamente, os comunistas não pararam de reivindicar em proveito dos explorados tudo e mais alguma coisa, e, arrancando o mínimo que fosse, prestaram algum serviço à nossa democracia (...) ajudando a esquerda a manter o rumo”.<sup>162</sup>

A distância em relação à factologia imediata, aliada a um maior rigor na análise das matérias estudadas, permitiu, assim, leituras distintas sobre os acontecimentos de 1989/1991.

No início e meados da década de noventa, o estudo desta questão centralizava-se na análise da história das elites comunistas, o ambiente político e social durante os regimes comunistas, factos históricos convencionais sobre os levantamentos populares, os dissidentes, as implicações e causas económicas e o significado das revoluções. Não existe, na literatura do início e meados dos anos 90 sobre a questão, a perspetiva das revoluções vinda de baixo, dos atores da mudança, exceções feitas aos estudos de Karl Dieter Opp, Christiane Gern e

---

<sup>160</sup> Ferro, *O Regresso Da História*.63.

<sup>161</sup> Ibid.64.

<sup>162</sup> Ibid.

Peter Voss sobre a base popular da contestação na RDA<sup>163</sup> e o estudo de Anthony Oberschall, de 1995<sup>164</sup>, sobre a análise dos recursos e o enquadramento dos protestos na RDA, Polónia e Hungria.

Este último demonstra que existia uma difusão de interesses dentro da oposição aos regimes comunistas, falando, pela primeira vez, da oposição aos regimes não como uma grupo homogéneo mas como um conjunto de grupos de pessoas lutando por causas diferentes e provenientes de diferentes quadrantes da sociedade, tendo como único elo de ligação a vontade de depor um determinado governo<sup>165</sup>.

François Fejtö refere, tal como a maioria dos analistas dos acontecimentos de 1989/1991, e até como a imprensa, ao noticiar os acontecimentos à medida que estes se sucediam, algo que aconteceu muito rapidamente: “Le Mur est tombé, le théâtre a fermé, avec son esthétique policière et ses illusions meurtrières. L’hebdomadaire britannique *The Economist* a trouvé une formule heureuse: «The party is cancelled». La partie est annulée, les partis ont disparu.”<sup>166</sup> Segundo o autor, o tempo que se seguia seria o de começar a encarar o *drama* comunista e as suas personagens, sem ter de lutar contra eles ou de os defender, mas sendo antes a preocupação principal a de os compreender, abandonando assim um campo e uma perspetiva meramente políticas de análise para dimensionar as várias facetas destas sociedades, procurando estudar a sua complexidade.

Acrescentaríamos que é altura, na investigação académica sobre o tema, e em particular sobre os acontecimentos de 1989/1991, de deixar de os observar como meros efeitos de *regimes políticos* para falar antes, num quadro mais lato, em modificações de *sociedade*, com os seus atores, as suas interações e a sua evolução: “a experiência soviética não poderia ser analisada unicamente por si só, nem dissociada do movimento social europeu.”<sup>167</sup>

Do ponto de vista estritamente político, será altura, também, de questionarmos se estes acontecimentos representam, para o bem-estar, como o direito ao emprego, a salvaguarda de direitos básicos, o serviço público, uma “evolução”, como referem os críticos mais acérrimos

---

<sup>163</sup> K.D. Opp, P. Voss, and C. Gern, *Origins of a Spontaneous Revolution: East Germany, 1989*(University of Michigan Press, 1995).

<sup>164</sup> Anthony Oberschall, *Social Movements: Ideologies, Interests, and Identities*(Transaction, 1995).

<sup>165</sup> Ibid.

<sup>166</sup> Fejtö, *La Fin Des Démocraties Populaires*.68.

<sup>167</sup> Ferro, *O Regresso Da História*.64.

do comunismo, ou, por outro lado, a perda de um contrapeso político. Devemo-nos questionar se o fim súbito, na Europa, de sistemas políticos que, mesmo que apenas do ponto de vista teórico, procuravam o socialismo, não terá, por si só, aberto caminho a um monopólio ideológico do conservadorismo e do neoliberalismo. Como refere Marc Ferro, “a defesa das premissas fundamentais (...) torna-se mais difícil de garantir do que nunca. Perante tal regressão ameaçadora, os amanhã não cantarão – a menos que seja renovado o arsenal das ideias de esquerda.”<sup>168</sup>

### **1.1.8. Os anos de 1989 a 1991: interpretações sobre o comunismo no Ocidente europeu**

#### **1.1.8.1 - A interpretação imediata dos factos: a associação ao PCUS e a inexistente família comunista ocidental**

Claramente, e à semelhança das interpretações relativas aos acontecimentos em si, podemos distinguir dois tipos de observações sobre o posicionamento dos partidos ocidentais, tendo em conta a linha temporal em que se situa essa observação. A que é realizada nos anos imediatamente posteriores a 1991 e outra, mais recente, em que os investigadores dispõem de um distanciamento maior, que lhes permite uma abordagem e um enquadramento mais complexos.

A maior parte dos autores, mesmo os que realizam as suas análises num período de tempo muito próximo dos acontecimentos, tem já consciência de que, mesmo antes do início do ciclo de acontecimentos destes anos, os vários partidos comunistas ocidentais que estudamos seguiam rumos estratégicos diferentes, motivados por condicionantes próprias às sociedades onde atuavam. Há, no entanto, entre a produção científica da época, a ideia comum da perda de terreno por parte dos partidos comunistas ocidentais ao longo dos anos 80, face aos partidos do centro político. A este respeito, Bell refere: “Western Communists are, by the 1980s (with only a few exceptions) already marginal forces in a continent dominated by the conservative (mainly Christian Democrats) and Socialists of the Second International stamp.”<sup>169</sup> A investigação de Bell, de 1993, cuja obra é extensa na análise imediata das

---

<sup>168</sup> Ibid.134.

<sup>169</sup> Bell, *Western European Communists and the Collapse of Communism.*, p.1

tomadas de posição dos partidos comunistas ocidentais face aos acontecimentos de 1989/1991, realiza-se num âmbito muito lato, analisando a estratégia de pequenos partidos, como o britânico ou o holandês, claramente minoritários e muitos deles sem expressão parlamentar há décadas. A estes, Bell junta, na sua análise, os grandes partidos comunistas do Ocidente, como o italiano e o francês.

Em relação a estes últimos, assim como aos outros presentes no nosso estudo, a ilação que leva Bell a afirmar que, nos anos 80, os partidos comunistas do Ocidente eram partidos marginais não deveria ser feita, uma vez que estes representam partidos fortemente implantados nas suas sociedades, parte integrante de governos, como no caso francês, ou o PCI, que recolheu sempre, desde 1953, entre 25 a 35% dos votos em eleições parlamentares, chegando a ser vencedor isolado nas Europeias de 1984. Há, claramente, uma ideia de declínio, justificada do ponto de vista político. Mas a ideia de marginalidade dos partidos comunistas do Ocidente deve ser concretizada de forma mais precisa, uma vez que difere da realidade de alguns desses partidos. Marginalizar os partidos comunistas da Europa Ocidental é uma estratégia de pesquisa errada, quer do ponto de vista metodológico, quer do ponto de vista político. E uma das ideias centrais que abordamos nesta área da dissertação é, precisamente, a questão da existência e a caracterização de uma eventual *família* comunista ocidental, nestes anos. Defenderemos que os partidos comunistas que estudamos são um grupo de formações políticas com notáveis diferenças ideológicas e estratégicas mas devemos pensar se este conceito de *família* política admite, ou não, a diversidade, nomeadamente quando pensamos na existência de diferenças substanciais entre os integrantes de outras *famílias políticas*, como, por exemplo, a democracia-cristã.

Quando Gorbachov tomou posse, em 1985, o movimento comunista ocidental, pela sua multiplicidade de circunstâncias, não existia, de facto. Existiam partidos comunistas em quase todos os países da Europa Ocidental, mas não existia a noção de uma *família* comunista, guiada por objetivos comuns. Existiam partidos defensores de uma política mais conservadora e outros mais reformistas, resultando inalcançável uma formulação comum do que era o comunismo ocidental, ou sequer em que ponto se encontrava, de forma lata, o comunismo ocidental nos anos 80. Era é essa, precisamente, a sua característica principal: a realidade diversa dos vários partidos comunistas ocidentais e os diferentes momentos que viviam nas

respetivas sociedades ao longo dos anos 80, e, particularmente, quando se iniciou o ciclo de acontecimentos que estudamos.

Chegámos à conclusão de que não terá grande pertinência querer assumir a existência de um comunismo meridional no final dos anos 80. Todos os partidos que estudamos estavam perfeitamente incluídos nos vários sistemas políticos e, face à inexistência de um movimento comunista internacional de facto, nesta altura, responderam com uma progressiva mas marcante focalização da sua estratégia nos vários sistemas nacionais onde operavam. Permanecia, na grande maioria dos casos, o sentimento internacionalista e inúmeros pontos comuns com os outros partidos comunistas. Mas, em todo o caso, a estratégia de cada um estava focalizada na sua sociedade específica, sendo que todas as adaptações são feitas à luz do quadro nacional, com pouca ou nenhuma preocupação na obediência a um caminho comum.

Curiosamente, o fator que vem alterar, por um curto período, esta malha diversificada que constituía o grupo dos partidos comunistas do Ocidente foi a eleição do novo secretário-geral do PCUS, em 1985. A popularidade de Gorbatchov, nos anos iniciais da sua governação, aproximou também os partidos comunistas ocidentais, ainda que estes mantivessem diferentes estratégias e objetivos: “the vigour and dynamism of Gorbachev’s foreign policies were welcome by the parties as a change (...) Gorbachev’s offensives against President Reagan’s SDI and ‘Euromissiles’ as popular themes around which they could mobilise opinion and the ‘disarmament initiatives’ (...) were also welcomed.”<sup>170</sup>

Não obstante, a figura de Gorbatchov não apaziguou os conflitos existentes na vida interna dos partidos em estudo, levando a que se gerassem, ou, como nos casos espanhol e italiano, aprofundassem, linhas de divisão em torno da leitura da política de Gorbatchov. No centro do debate, a questão da social-democratização dos partidos comunistas. Em todos os partidos que estudamos surgiram nesta altura tendências renovadoras mais radicais e outras, mais próximas dos princípios fundadores das várias formações políticas, que, embora apoiando igualmente, no início, a política de Gorbatchov na URSS, não a encararam como uma social-democratização do comunismo mas antes como uma *correção* que ia ao encontro dos princípios fundadores da ideologia.

---

<sup>170</sup> Ibid., p.6

Vários autores, inclusivé os que realizam a sua análise praticamente no decorrer deste ciclo de acontecimentos, são claros ao afirmar que os partidos que optaram por reformar-se tiveram, nestes anos, resultados eleitorais inferiores àqueles que optaram pela manutenção da sua ideologia: “this might be because the ‘modernised’ Communists are competing for an electoral space on the left of the Socialist parties which is either very small or already occupied.”<sup>171</sup>

Bell coloca um foco decisivo na reação dos partidos ao golpe de Estado na URSS em agosto de 1991, para perceber se o partido em questão é, ou não, favorável à renovação promovida pela política de Gorbachov. Mais importante, porém, será perceber até que ponto o golpe de Estado de agosto de 1991, que falhou em toda a linha, significou também, e em que partidos, a justificação para a cisão efetiva de dissidentes.

Após o golpe de Estado de agosto de 1991 na URSS, o PCP e o PCF, juntamente com o KKE grego, assim as interpretações como as de Bell o querem fazer crer, não condenaram abertamente a tentativa de deposição de Gorbachov. Estes mantiveram-se no grupo a que o autor chama “the world’s last Communists”, ao passo que os italianos teriam optado por utilizar a sua condenação do golpe de Estado como uma forma de se distanciarem definitivamente do comunismo e entrarem sem reticências na família socialdemocrata europeia. Por essa altura, o PCI já estava extinto e o PDS, partido para o qual migra a maioria dos quadros do PCI, era considerado um partido sucessor que, ao condenar o golpe de 1991, se afastava definitivamente, perante a opinião pública, do seu passado e da sua história.

A interpretação de David Bell, feita sobre o imediatismo dos acontecimentos, em 1993, cai, no entanto, na contradição de um argumento que o próprio autor cria. Bell admite, primeiramente, que os partidos comunistas da Europa Ocidental<sup>172</sup> eram já, em 1980, distintos no que se refere à sua estratégia. Recordemos a sua citação: “Western communists were moving in different directions already in the 1980s”<sup>173</sup> à qual não nos opomos. No entanto, numa conclusão à introdução do seu estudo sobre a reação dos partidos comunistas ocidentais ao “colapso” do comunismo, Bell afirma: “for the Western Communist parties all roads led to

---

<sup>171</sup> Bell, *Western European Communists and the Collapse of Communism.*, p.8

<sup>172</sup> Bell estuda não apenas o caso português, italiano, espanhol e francês, como também, entre outros, o grego, britânico e finlandês, assim como partidos de expressão francamente reduzida, como é o caso do partido comunista luxemburguês.

<sup>173</sup> Bell, *Western European Communists and the Collapse of Communism.*, p.1

Moscow. There were different national roads, people started from different origins, but the destination was the same: the Soviet-style system.”<sup>174</sup> Com esta afirmação, o autor coloca partidos com estratégias tão díspares como o português ou o italiano, ou os pequenos partidos comunistas do norte da Europa, sob a mesma alçada, ignorando marcos fundamentais pelos quais os vários partidos comunistas ocidentais passaram, como o eurocomunismo, as tomadas de posição diversas em relação a acontecimentos chave do comunismo nos anos 80, caindo numa contradição que só se poderá justificar pelo próprio imediatismo da análise em relação aos factos em estudo. Esta tendência de englobar todos os partidos comunistas sob uma interpretação aglutinante é particularmente notória nas interpretações que surgem no decorrer dos acontecimentos de 1989/1991 e compactua com uma determinada produção académica que procura, ao contrário do que acontece com as outras famílias partidárias, aglutinar sob a mesma definição, quase sempre redutora, todos os partidos comunistas. O eixo principal desta interpretação uniformizadora dos PC’s é, sempre, o de acreditar que todos eles, por definição, tinham o PCUS como guia, oferecendo uma leitura que perceciona os PC’s como uma espécie de *seita*.

Todos os partidos comunistas consideravam a posição do PCUS na formulação da sua política externa, na sua visão das relações internacionais, exatamente como os partidos não-comunistas sempre consideraram prioritariamente a posição do governo dos EUA desde, pelo menos, 1947. Uma consideração bem diferente é a que diz respeito à forma como todos os partidos, comunistas ou não, pensavam nos problemas sociais, nas políticas económicas ou de organização política dos respetivos Estados.

No entanto, a vinculação dos PC’s ocidentais ao PCUS é defendida, também, por Narkiewicz, em 1990, no auge das modificações em curso na Europa centro-oriental. A respeito do PCI, a autora é da opinião de que o corte de relações entre o partido italiano e o PCUS deveria ter acontecido aquando da entrada da Itália na OTAN, logo em 1949, mas que, não tendo acontecido aí, seria impossível que acontecesse, de facto, em qualquer outro momento. Nem quando o PCI enveredou definitivamente pelo eurocomunismo: “when the break did not happen, a suspicion began to grow that the PCI and other Eurocommunist parties were in league with Moscow, and that the new ideology was a ploy, imposed on unsuspected

---

<sup>174</sup> Ibid., p.10



party members and Western European politicians, in order to make Communism more generally acceptable.”<sup>175</sup> A autora vai mais longe, afirmando que, desde que a existência de fações foi “eliminada”, nos anos 20, os partidos comunistas que não compactuassem com a estratégia do PCUS seriam acusados de deslealdade, como no caso chinês ou jugoslavo. Acontece, porém, que os partidos comunistas do Ocidente se inseriam num contexto social e político diametralmente oposto aos dos casos citados. Já antes de 1989, o PCI demonstrou claramente a sua oposição às políticas soviéticas, nomeadamente na condenação da atuação no Afeganistão. Os casos de dissidências com a URSS sucederam-se, ao longo de todo o séc. XX, entre os vários partidos estudados.

Narkiewicz afirma que, no caso do PCE, os textos de Carrillo pretendiam passar a ideia de um dirigente idealista, aproximando-o ao socialismo utópico. Ideia que, segundo a autora, não correspondia à realidade: “throughout his life, and particularly in the period of the 1980’s, Carrillo has given plenty of evidence that, whatever his theories may be, he is a hard-headed realist.”<sup>176</sup> A ideia de um dirigente próximo ao PCUS é defendida pela autora, que é perentória ao afirmar que, mesmo no caso destes partidos ocidentais, o elo com o PCUS não se quebrou nunca ao longo das décadas.

Narkiewicz alonga-se um pouco mais no caso francês e na figura de Marchais e da sua perspectiva sobre a *perestroika* de Gorbatchov: “while he sounded very enthusiastic about it, his eyes only really lit up when he began to discuss the many types of cooperation which France could start with the USSR.”<sup>177</sup> A autora é clara ao afirmar que a aproximação de Marchais a Gorbatchov poderia ser interpretada como “oportunismo” mas também como vontade de instaurar um determinado tipo de nova ordem política e social, onde o partido comunista passasse definitivamente a ser encarado como um partido de governo. Contudo, nas eleições de 1988, os socialistas venceram com maioria relativa e recusaram-se a aceitar um pacto de governo com o PCF.

O exemplo francês serve para demonstrar, novamente, a importância das condicionantes nacionais na integração política dos PC’s, alheias às opções do PCUS. O PSF não deixou cair uma aliança com o PCF em 1982, quando no PCUS governavam Brezhnev e Andropov, três

---

<sup>175</sup> Narkiewicz, *The End of the Bolshevik Dream: Western European Communist Parties in the Late Twentieth Century.*, p.39

<sup>176</sup> Ibid., p.46

<sup>177</sup> Ibid., p.49

anos após o início da intervenção armada no Afeganistão. No entanto, recusou negociações com o PCF em 1988, no auge da popularidade de Gorbatchov e da *perestroika*. Assumir, assim, que a relação do PCF com o PCUS é de alguma forma relevante para o governo da França, é altamente discutível.

O argumento internacionalista, em relação aos partidos comunistas, tem sido utilizado de forma maleável pelos restantes partidos políticos, não parecendo haver para os outros atores políticos e para a generalidade dos investigadores que analisam o período de 1989/1991 uma lógica, de quando a relação com a URSS é um contrapeso fundamental ou não. Os partidos comunistas têm, pela sua história, uma dimensão internacionalista inegável, muito embora o chamado *movimento comunista internacional* tenha sido um termo e uma estrutura inorgânica abandonados pela extensa maioria dos partidos comunistas ocidentais desde finais dos anos 70. Porém, a invocação desse internacionalismo desemboca sempre nas tentativas de colagem dos PC's ao PCUS, como se fosse sempre necessário e elemento essencial de interpretação estratégica, e isto está bem patente nos dois autores que apresentámos, estabelecer uma relação entre qualquer partido comunista e o PCUS.

Há a outra face do internacionalismo político, que funciona no sentido contrário e que raramente é mencionada ao narrar a história dos PC's ocidentais e da sua relação com os outros partidos. O constante afastamento dos partidos comunistas das soluções de governo, nos países ocidentais, tem muito mais a ver com os próprios partidos em si do que com condicionantes externas. A “União das Esquerdas”, em França, em 1977, terá acabado, como sugere Narkiewicz, por indicação de Henry Kissinger, secretário de Estado dos EUA: “at the time Kissinger denounced Eurocommunism as a ‘tactical variation of a universal strategy.’ He also violently opposed the entry of Communists into OTAN countries’ governments. (...) Kissinger had said: ‘The Atlantic Alliance was brought into being in order to contain Communist expansion. We don’t need any Trojan horses.’”<sup>178</sup> A autora aponta outras razões, como dissidências nos próprios partidos, para justificar o falhanço do governo de 1983 em França. E associa claramente a figura e a determinação de Marchais para justificar a forma como o PCF chega aos acontecimentos de 1989/1991: a autora menciona-o de um partido que permanece, nesta altura, voltado para o proletariado e que, mesmo sem nunca ter ocupado um

---

<sup>178</sup> Ibid., p.52

cargo governativo de topo, Marchais mantém, até 1990, data em que escreve, uma “aura” de líder de Estado.

Entendemos, no entanto, que a tese de Kissinger é típica de quem sobrevaloriza os jogos geopolíticos e desconhece a textura das várias realidades nacionais. No que se refere à visão de Marchais como um “líder de Estado”, há que referir que o secretário-geral do PCF nunca foi ministro e a sua origem social e política é puramente operária. Não ficamos esclarecidos, portanto, em relação a esta suposição da autora e à sua visão sobre Georges Marchais.

Sobre Álvaro Cunhal e o PCP, Narkiewicz tem igualmente afirmações surpreendentes, falando de um líder “profundamente anti-eurocomunista” mas que chega a 1989 sem nunca o reconhecer, tendo adotado aquela visão do comunismo de forma muito notória. O PCP, encontrando no pós-25 de abril um país sobretudo “agrário, pobre, analfabeto, tendo que lidar com questões urgentes como a descolonização e a instabilidade política”, ter-se-ia focado na realidade nacional de forma exclusiva, sob o perigo de novas tentativas de implantação de um regime autoritário. A crise desencadeada pelo “corte do crédito norte-americano”, segundo a autora, “patrocinador, em grande parte, do regime anterior”, no decorrer da Revolução de Abril, teria deixado o país, ao longo dos anos 70 e início dos anos 80, numa situação financeira débil e as prioridades ter-se-iam alterado dentro do PCP, levando Cunhal a cooperar com outros partidos políticos na formação de governos e na procura de soluções.

Em 1989, do ponto de vista do sistema político português, o PCP, sob a alçada de Cunhal, era um partido na oposição, que sofreu uma grave perda do seu eleitorado em 1987, mas que, refere Narkiewicz, mantinha clara a sua visão, mais uma vez considerando exclusivamente a conjuntura nacional do país: “Portugal needed American help if it was to be lifted out of its poverty. Such help would be withheld, if the Communists were in government. So far [1990] this has not happened. But it may yet lie in the future.”<sup>179</sup>

As afirmações da autora são surpreendentes por revelarem um total desconhecimento da realidade portuguesa, muito particularmente do período pós-revolucionário. Desde 1970 que o primeiro setor de atividade em Portugal era a indústria, em número de ativos e em mais de metade do PIB, estando o analfabetismo reduzido a 18%. Os dados vêm contradizer a justificação apresentada pela autora de que Cunhal teria aceitado colaborar com o PS devido

---

<sup>179</sup> Ibid., p.56

a questões económicas. Fá-lo ao aceitar o resultado das eleições parlamentares de 1975 sem qualquer restrição, sem nunca abandonar, ao longo do período pós-25 de abril, a ideologia e a ideia da formação de uma sociedade socialista democrática em Portugal. A atestar esta intenção de Cunhal e do PCP, o preâmbulo da Constituição Portuguesa de 1976 é o melhor exemplo.

O livro de Narkiewicz, escrito no decorrer dos acontecimentos de 1989/1991, e quando a URSS ainda não se tinha desintegrado, peca naturalmente pela extrema associação entre os PC's ocidentais e os governos da Europa centro-oriental, que a investigação posterior, como veremos, tende a minimizar no âmbito da sua importância para a pesquisa política e histórica. No entanto, entre determinados posicionamentos francamente extremados e fruto de uma visão política dominante, aponta já pistas interessantes que outros autores, à altura, parecem não considerar essenciais. Em primeiro lugar, e embora não sendo novidade, a clara noção de que os partidos comunistas robustos do Ocidente se resumem ao português, espanhol, italiano e francês. Associaríamos a estes o grego, o finlandês e o catalão. Ao contrário de Bell, Narkiewicz parece perceber que, do ponto de vista metodológico, comparar partidos com a dimensão, participação parlamentar, militância, e, enfim, uma influência junto do sistema político tão vincada como os países da Europa do Sul com pequenos partidos políticos da Europa do Norte, dentro da qual faríamos exceção ao caso finlandês, é errado e conduz a conclusões sempre influenciadas pela ideia de um determinado chapéu uniformizador dos partidos.

Este facto demonstra que, embora interpretando o posicionamento dos partidos em cima dos acontecimentos, Narkiewicz tinha já a noção, ao contrário de Bell, de que os partidos comunistas significativos, no Ocidente, estão no Sul da Europa e era a esses que era preciso prestar atenção. As décadas seguintes demonstrariam que a autora estava certa e os partidos sobre os quais versou a sua análise foram aqueles, à exceção do italiano, que resistiram e que permanecem forças políticas de relevo dentro das suas sociedades, incluídos, ou não, em coligações de esquerda e fazendo, inclusivé, parte de governos ou dando suporte parlamentar a governos minoritários.

Por outro lado, surge outro dado interessante no livro de Narkiewicz e que é a observação dos dois lados da questão internacionalista: à influência hipotética do PCUS sobre

os partidos ocidentais juntava-se, também, segundo a autora, a influência inegável dos condicionalismos norte-americanos às sociedades da Europa Ocidental, no sentido de excluir sistematicamente os partidos comunistas da governação, que chegava a ser sob a forma de apelos diretos, no caso português e italiano e, muito provavelmente, no caso francês, também.

No seu livro “The End of the Bolshevik Dream”, de 1990, Narkiewicz está longe de imaginar o que se passará na URSS daí a menos de um ano. A sua interpretação é a de que Gorbatchov era um eurocomunista, orientando o Kremlin para um posicionamento nesse sentido, inspirado por figuras como Berlinguer, Marchais e... Occhetto, que é visto pela autora como uma personagem da política italiana interessada numa reformulação do comunismo. Como é sabido, não foi o eurocomunismo que o futuro reservou para a Rússia. As dúvidas da autora sobre o destino da URSS, embora postas em 1990, têm uma importante atualidade: “it is to be feared that the Eurocommunist trend will disappear soon, possibly taking Mr. Gorbachev down with it; but it may provide less civilized solutions than those proposed by the Eurocommunists.”<sup>180</sup>

E embora esta afirmação seja de uma validade assinalável, não retira o espanto com que certas afirmações erróneas são levadas a cabo no estudo de Narkiewicz, atestando a falibilidade da análise na imediação dos acontecimentos e a visão altamente centrada em pressupostos totalmente desacertados em relação às realidades nacionais dos países europeus, às relações internacionais e às intenções dos partidos comunistas que analisa.

#### **1.1.8.2 - A questão da democraticidade dos partidos comunistas**

Os autores que realizam estudos posteriores sobre os partidos comunistas ocidentais e os acontecimentos de 1989/1991 colocam o foco da sua investigação não tanto na relação dos partidos com a URSS mas, antes, na forma como esses partidos estão integrados nas suas sociedades. Nesse sentido, o tema da democraticidade do funcionamento interno dos partidos comunistas aparece como central, na medida em que esta é uma questão essencial na relação dos partidos com os seus pares e com o eleitorado. Também a natureza democrática da ideologia continua a ser posta em causa. Não faltarão exemplos de debates políticos, na

---

<sup>180</sup> Ibid., p180

atualidade, em que líderes da direita evocam exemplos de governos ditos comunistas, associando-os unicamente ao totalitarismo. Não é raro ouvir-se, por exemplo, na Assembleia da República portuguesa, as bancadas da direita a associar o PCP à Coreia do Norte ou no Congresso dos Deputados espanhóis, membros do Partido Popular a evocar Estaline para fazer face aos argumentos da Esquerda Unida.

Isto acontece porque existiram governos autoritários, ao longo do séc. XX, que se associaram à ideologia comunista. No entanto, nenhum desses regimes existiu na Europa Ocidental. E, será essencial frisá-lo, sempre que os PC's ocidentais chegaram ao governo fizeram-no num contexto de democracia. Mesmo nos anos atribulados pós-ditaduras, como no período da Libertação da Europa, ou após a deposição das ditaduras de Portugal e Espanha, nos anos 70, os PC's nacionais aceitaram a democracia parlamentar, não impondo de forma autoritária a sua presença no governo ou tendo intenção de instaurar nos respetivos países regimes de índole autoritário.

Desde 1944, no caso italiano e francês, 1974 em Portugal e 1977 em Espanha, anos correspondentes ao fim de ditaduras impostas nesses países, que os vários PC's participam na democracia de forma livre, sem questionar o escrutínio popular e assumindo os papéis, quer de governo, quer de oposição, que o voto popular transmite. Sendo esta discussão de natureza claramente política, procuraremos, no entanto, descobrir de onde surge a ideia da falta de democraticidade dos PC's ocidentais e de que forma se explica a necessidade política de, mais do que uma determinada direita herdeira dos partidos de governo durante as ditaduras ibéricas (sendo o mais evidente o caso do PP espanhol, oriundo da Alianza Popular, formada em 1976, na sua maioria composta por quadros do regime franquista), os partidos comunistas precisarem de, a todo o momento, demonstrar a sua democraticidade.

Esta é uma questão central para percebermos alguns dos posicionamentos dos partidos face ao ciclo de acontecimentos que estudamos e, sobretudo, para determinar uma das nossas formulações centrais, que se prende com a diferenciação evidente entre os partidos comunistas que são âmbito da nossa análise e os partidos que constituíam o governo nas repúblicas populares da Europa centro-oriental. Para chegar a esta conclusão é preciso, no entanto, observar o posicionamento desses partidos no seu contexto nacional.

Anna Bosco e Carlos Gaspar,<sup>181</sup> no artigo “Four Actors in Search of a Role”, referem-se ao período entre 1985 e 1991, em que Gorbatchov governou com a intenção de reformar o sistema soviético, como não sendo, no entanto, o desafio mais difícil enfrentado por estes partidos ao longo do séc. XX e, em particular, após a queda das ditaduras e em contexto de democracia, ainda que extremamente relevante para os partidos comunistas do Ocidente europeu.

Reportando-se aos casos português, italiano, espanhol e grego, os autores referem que os verdadeiros desafios destes partidos foram anteriores a estes acontecimentos e determinaram claramente a forma como os partidos se posicionaram perante a queda dos governos da Europa centro-oriental: encontrar a sua legitimidade no seio do sistema democrático e o seu papel político dentro desse mesmo sistema. Esta foi, segundo os autores, a preocupação essencial dos PC's ocidentais, a partir do final da II Guerra, no caso francês e italiano, e a partir dos anos 70, no caso português, espanhol e catalão.

Particularmente, estes partidos tiveram, no final do século, de se adaptar a sociedades em constante evolução, analisando rápidas mudanças na sua base de apoio social: “in this sense, the collapse of “real socialism” helped to accelerate a process of internal transformation that had, in part, already been set in motion, and that affected, among other things, ideology, strategy, organization, and the social recomposition of party support.”<sup>182</sup> Na opinião dos autores, o papel que cada um dos partidos representava no sistema político dependeria, em larga escala, do seu grau de integração no sistema democrático.

Neste sentido, o PCP, o PCI e o PCE (mas também o PCF, o PSUC e o KKE) foram figuras centrais, enquanto durou a ditadura nos respetivos países, na resistência e na luta pela transformação da sociedade autoritária, onde se viram subjugados à clandestinidade. Este facto dota-os de uma legitimidade democrática que curiosamente não é reativada aquando dos acontecimentos de 1989/1991 porque, de uma forma geral, a democraticidade dos vários PC's ocidentais não é um dado consensual no próprio sistema político em que se inserem. A associação destes partidos aos governos do Leste, no contexto da Guerra Fria, sobrepõe-se à luta travada em décadas anteriores pela derrota de forças autoritárias. No final dos anos 80, a

---

<sup>181</sup> N.P. Diamandouros et al., *Parties, Politics, and Democracy in the New Southern Europe*(Johns Hopkins University Press, 2001).

<sup>182</sup> *Ibid.*, p.329

associação entre os partidos comunistas do Ocidente a Estaline e a Ceausescu é mais vinculativa da sua imagem dentro dos sistemas políticos do que os anos que esses partidos passaram a lutar contra Hitler, Mussolini, Franco ou Salazar.

Mesmo após a deposição das ditaduras de direita, para a qual o papel dos partidos comunistas é determinante, estes têm, ainda assim, porventura pela própria característica antissistémica da ideologia de base e pelo contexto da Guerra Fria, que passar por um processo de legitimação democrática perante os outros partidos políticos e perante a população em geral, processo esse que os outros partidos, mesmo aqueles cujas bases são maioritariamente oriundas de partidos ligados aos regimes ditatoriais, não têm de passar, ou passaram-no, no sentido inverso, apenas em momentos claramente datados, como é o caso da AP, em Espanha, ou do PPD e CDS em Portugal, no contexto, respetivamente, da Transição Espanhola e do PREC. A desconfiança ocidental face aos partidos comunistas, de que são exemplo as sucessivas campanhas anticomunistas, utilizadas pelos outros partidos sempre com o argumento de colagem entre os PC's ocidentais, os governos da Europa de Leste e a URSS, dificulta o papel da legitimação democrática: “moreover, even the securing of democratic credibility did not mean that the communist parties could expect to join a government coalition over the short term: this measure of acceptance was also dependent on other constraints and opportunities of the political game in each country.”<sup>183</sup> É atual a questão da reticência que os outros partidos têm em admitir os PC's em coligações, muitas vezes dando a entender à opinião pública que uma recusa em formar coligações de esquerda parte dos comunistas e não dos socialistas ou sociais-democratas.

O cenário pós eleitoral português de 2015 ilustra bem esta desconfiança permanente em relação, neste caso, ao PCP. De uma atitude crítica face ao PCP, acusado de imobilista ao longo das décadas e desinteressado na criação de soluções de governo, a direita e o então Presidente da República passaram a uma crítica diferente, quando este partido aceitou dar suporte parlamentar a um governo minoritário do PS. A crítica passou a ser feita, abertamente, à própria identidade do partido, remetendo-o, mesmo em 2015, a uma espécie de *clandestinidade tolerada*. Esta desconfiança tinha como base, precisamente, o questionamento da natureza democrática do partido e da ideologia que defende.

---

<sup>183</sup> Ibid., p.330



Fará sentido, no entanto, duvidar da democraticidade dos partidos comunistas do Ocidente? De forma a cativar o apoio de potenciais militantes e eleitores, os partidos comunistas em estudo passaram todos, sem exceção, por modificações assinaláveis ao nível da sua estrutura organizacional, tornando-se mais flexíveis e adaptados às sociedades onde atuam. A reintegração em sociedades multipartidárias, democráticas, pluralistas, significou também a alteração do próprio posicionamento do partido no seu sistema político. Embora maioritariamente colocados pelos eleitores e pelos outros partidos num papel de oposição a governos, os PC's em estudo perderam a sua perspetiva radicalmente antissistema, historicamente conotada com o papel de resistência, integrando-se perfeitamente num sistema político democrático.

As três questões levantadas por estes autores são fundamentais para compreender o posicionamento dos partidos políticos em estudo perante os acontecimentos de 1989/1991: “have communist parties been integrated into the democratic regimes set up in Italy in the 1940's and (...) in Portugal and Spain in the mid 1970's? Have the communist parties been able to adjust to the social changes in each country? And, lastly, what way has their position in the party system changed?”<sup>184</sup>

Segundo os autores, a resposta à primeira pergunta é claramente afirmativa. A consolidação democrática levou a que os partidos encetassem mudanças no sentido de se incluírem no sistema partidário de cada país. O papel destes partidos nos seus sistemas políticos variou, contudo, consoante o seu grau de transformação e as circunstâncias de competitividade interpartidária em cada país. A sua abertura ao eleitorado dependeu da imagem pública do partido na sociedade em que se insere, das suas propostas políticas e das mudanças levadas a cabo pelos partidos: “the main lesson to emerge from this study of the processes of democratic integration is that, in adjusting to the environment created by democratic consolidation, the PCI, the PCE, the PCP (...) followed different paths.”<sup>185</sup>

Segundo os autores, o PCP só aceitou formalmente a democracia liberal anos após a queda da ditadura, em 1985, no contexto das eleições legislativas. Ainda assim, a aceitação formal da democracia por parte do partido não lhe teria conferido, automaticamente,

---

<sup>184</sup> Ibid., p.383

<sup>185</sup> Ibid., p.384

reconhecimento dessa mesma aceitação, sob o ponto de vista dos outros agentes políticos. O caso que melhor ilustra esta circunstância é o do PCI, constantemente bloqueado por outros partidos de entrar no governo de Itália, muito embora, desde muito cedo, o partido se afirmasse claramente como um partido democrático, defensor do sistema pluripartidário. A sua exclusão continuada do governo é a explicação para os acontecimentos de 1991, que determinam a extinção do PCI e o nascimento do PDS e da Refundação Comunista. Segundo Anna Bosco e Carlos Gaspar, o facto de que nenhum dos outros partidos estudados tenha mudado a sua identidade de forma tão brusca como o PCI deve-se a que nenhum deles ter sido rejeitado, por um período tão longo de tempo, no que respeita à sua legitimidade democrática.

Neste ponto, discordamos dos autores. Em relação ao PCP o questionamento sobre a sua legitimidade democrática perdura e foi muito notória entre 1989 e 1991. Materializou-se nas justificações que levaram a que os dissidentes abandonassem o partido, apoiando-se, precisamente, na impermeabilidade da organização e colando-o aos governos da Europa centro-oriental; e da parte dos outros partidos políticos portugueses: ao longo dos anos 80 e 90 várias foram as vezes em que os socialistas tiveram a oportunidade de governar com uma maioria absoluta de esquerda se tivessem chegado a um entendimento com o PCP. Nunca aconteceu, precisamente sob o argumento do PS de que o PCP permanecia um partido antissistema. Foi necessário chegar ao ano de 2015 para que o PS, então com uma minoria de deputados na Assembleia da República, encetasse negociações à sua esquerda no sentido da obtenção de um apoio parlamentar maioritário que lhe permitisse formar governo.

Tornar-se um partido integrado no regime significou, para os PC's em análise, ter a oportunidade de concorrer em igualdade de circunstâncias com os outros partidos aos atos eleitorais, procurando aumentar a sua base de apoio. Exemplo de que integração no sistema não significa integração no governo é o PCE que, desde logo, se assumiu como um partido político ator pro-regime mas ao qual nunca foi confiado um papel de governo. Neste sentido, os autores afirmam: “the absolute majority of seats achieved by the PSOE in 1982 and confirmed in successive elections led the PCE/IU to compete for discontented socialist voters. Having to do so, however, meant that the party adopted a line of strong opposition to the government that made impossible any agreement with the PSOE.”<sup>186</sup>

---

<sup>186</sup> Ibid., p.385

Segundo os autores, os partidos seguiram caminhos diferentes no que respeita à integração no sistema democrático: “these different paths explain the different positions occupied by each neo- and postcommunist party within its party system. (...) the analysis of the way in which the Communist parties of Southern Europe adapted to democratic consolidation suggests that dissimilarities may be more important than similarities.”<sup>187</sup> Assim, embora discordando em alguns aspetos da análise de Bosco e Gaspar relativa à integração dos PC’s em estudo nos respetivos sistemas políticos, o que é importante concluir, no âmbito deste estudo, é que, de facto, a inclusão dos partidos numa determinada família ideológica, neste caso a comunista, e numa determinada forma de organização interna são, em termos da imagem dos partidos e da avaliação do seu grau de democraticidade, muito menos preponderantes do que as circunstâncias políticas de cada país e a história de cada partido em particular. Embora, por parte dos outros partidos políticos, seja sempre a ideologia e a organização interna do partido que são chamadas a debate público.

No âmbito deste capítulo, esta reflexão ajuda-nos a perceber a necessidade de um distanciamento histórico e a importância do estudo comparativo para interpretar o posicionamento destes partidos políticos perante acontecimentos internacionais como os de 1989/1991.

Remetendo-nos para o artigo de Bell que primeiro citámos, continua a haver uma interpretação política forte que, em 1989 e 1991, liga os partidos comunistas ocidentais às sociedades do Leste da Europa. Esta é, no nosso entender, uma visão da área da estratégia política, uma vez que quer a História, quer a Ciência Política, demonstram que as ambições políticas destes partidos em nada se assemelha às dos partidos comunistas da URSS, ou da Bulgária, ou da Roménia, por exemplo.

O que ressalta da análise é que o comunismo, enquanto ideologia, é sempre motivador de exercícios que extrapolam o âmbito do partido político nacional, ao contrário do que acontece noutras famílias políticas, como a social-democracia ou o liberalismo.

Veremos, em seguida, as razões que levam a que, no final da década de 80, estas associações ainda sejam feitas e quais são os atores sociais e políticos que mais contribuem para que isso aconteça. Procuraremos perceber por que razão, entre 1989 e 1991, mais do que

---

<sup>187</sup> Ibid., p.387

em qualquer outro momento da sua história, os PC's ocidentais, embora se esforcem por ser partidos com "paredes de vidro", são constantemente chamados a demonstrar a sua boa intenção no jogo político e a demarcar-se de governos autoritários e antidemocráticos.

### **1.1.8.3- Os partidos comunistas inseridos em democracias parlamentares**

Os PC's ocidentais, nascidos nas primeiras décadas do séc. XX, surgem como partidos fortemente ideologizados. Nos primeiros tempos da sua existência, a estratégia do partido, em todos os casos, estava dirigida para ação política revolucionária, procurando a implementação de uma determinada ordem social, inspirada pela filosofia de Marx e pelo alcance da Revolução Russa de 1917.

Os objetivos revolucionários e a possível tentativa de imitação da revolução bolchevique nas suas sociedades é, no entanto, no caso dos partidos em estudo, efêmera, resumindo-se às primeiras décadas da sua existência. No caso francês e italiano, o posicionamento dos PC's na II Guerra Mundial redefine a ação estratégica dos partidos, assim como no caso espanhol e catalão, a Guerra Civil de Espanha, marca, da mesma forma, uma modificação na atuação do PCE e do PSUC. No caso português, o PCP abandona definitivamente, no que diz respeito à comunicação pública do partido, o ideário revolucionário no final dos anos setenta, ao retirar expressões como *ditadura do proletariado* do seu programa político. No caso destes cinco partidos, a prioridade, ao nível das cúpulas partidárias, colocou-se no derrube das ditaduras de direita que governaram os respetivos países, em diferentes momentos, dando origem, obrigatoriamente, a alterações na estratégia de como alcançar os seus objetivos e na relação destes partidos comunistas com os restantes atores sociais. Inclusive, como no caso português, a amenização do discurso revolucionário e um determinado conservadorismo no que diz respeito à alteração da ordem estabelecida, representa, nos anos 60 e 70, motivo de cisões à esquerda e de um forte combate à agitação provocadas pelos partidos oriundos dessas cisões.

Este começa também por ser um ponto de diferenciação essencial entre os PC's ocidentais e os partidos comunistas do Leste da Europa. Num contexto multipartidário, eleitoral, a chegada ao poder através de uma revolução popular armada é um objetivo descartado pelos PC's em estudo, embora o PCP considere que o período de 1974-75 foi isso

mesmo. E a literatura publicada sobre este assunto, mesmo a que é marcadamente crítica do comunismo, reconhece-o: “Yet as they became entangled in elections, there were some inevitable contradictions between the Communists’ revolutionary aspirations and their electoral activities.<sup>188</sup>” Wilson, claramente inclinado para uma visão sobre “o desaparecimento do comunismo ocidental,” interpreta este abandono das intenções revolucionárias como uma forma de rendição à democracia burguesa e não tanto como uma questão de opção quanto de inevitabilidade histórica, dado o posicionamento geoestratégico do pós-guerra em que se encontravam estes partidos. Seja como for, é consensual na literatura académica, mesmo em autores como Wilson, marcadamente críticos da evolução dos partidos comunistas, que os PC’s ocidentais, muito antes dos anos 80, teriam já abandonado a ideia de uma revolução proletária armada e se inseriram nos sistemas políticos dos respetivos países: “the decision to opt for the electoral objective rather than revolution was made in most West European parties early in the post World War II era. Leaders sensed that the objective conditions were not favorable for a revolution.”<sup>189</sup>

A motivação para o abandono dos objetivos revolucionários tem, como é habitual nestes setores da literatura, duas interpretações: uma, que refere que os PC’s ocidentais abandonaram a ideia de uma revolução proletária no Ocidente pela impossibilidade de vencer um levantamento armado num território de um país membro da OTAN e porque as indicações da URSS, para os partidos comunistas ocidentais, era de que, não atuando em sociedades sob a sua “alçada”, mantivessem a sua ação restrita ao sistema político específico de cada país, procurando ganhar relevo junto de sindicatos e associações populares. Outra visão, mais estrutural, aborda o assunto sob o ponto de vista da responsabilidade política e analisa o que, de facto, aconteceu a estes partidos na Europa Ocidental. Partindo do pressuposto de que estes PC’s assumem o seu lugar no quadro das várias democracias parlamentares europeias, é observada a forma como se desenvolve a sua atuação nos contextos nacionais. Os PC’s que alcançavam resultados eleitorais inexpressivos, como é o caso na Irlanda, Noruega ou Suíça, entre outros, são os que se radicalizam mais, reavivando o ideário revolucionário. Por outro lado, partidos com forte implementação eleitoral, como é o caso dos que estudamos, aos que

---

<sup>188</sup> Wilson, *The Failure of West European Communism: Implications for the Future.*, p.23

<sup>189</sup> *Ibid.*, p.25

juntaríamos sobretudo o caso grego e finlandês, são os que se integram de forma mais robusta nos respectivos sistemas nacionais partidários.

Este é um fator essencial de diferenciação entre os PC's ocidentais e os PC's do Leste da Europa, que, num estudo histórico, político ou sociológico sério, não pode, ainda que tendo em conta interpretações diferentes, não ser tido em conta: os PC's ocidentais de relevo inserem-se perfeitamente no quadro das democracias parlamentares multipartidárias, respeitando todos os atos eleitorais e orientando a sua ação no sentido do aumento da representatividade e da influência e não na ideia de uma revolução armada que impusesse um programa. Embora isto pareça historicamente lógico e aceite até por autores declaradamente críticos do comunismo, como Wilson ou Courtois, há ainda, na atualidade, quem associe, no contexto da estratégia política ou do comentário, os PC's ocidentais como organizações antidemocráticas, teorizando sobre o seu afastamento de soluções governativas de governo e imputando-lhes responsabilidades históricas que extrapolam as fronteiras do partido, do país, e por vezes até do continente. Na imprensa e no debate político, é habitual ver estes partidos confrontados, frequentemente, com opções políticas tomadas na URSS de Estaline ou na Coreia do Norte de Kim-il Sung. Esta associação parte frequentemente de dissidentes comunistas, para os quais a desilusão com os PC's acontece, surpreendentemente, largos anos, ou décadas, após estarem envolvidos com o partido.<sup>190</sup>

Inseridos em democracias multipartidárias, os partidos procuraram formas de se tornarem mais apelativos ao voto de uma fração cada vez maior de eleitores, moderando a sua retórica. Mesmo ao nível da militância, os partidos passaram a privilegiar constituir-se como uma associação massiva de militantes: “after the Second World War, the more successful Communist parties moved away from the original Leninist notion of an elite party do develop a mass membership. The growing party membership gave an additional sign of the movement's success even as revolution remained a remote goal.”<sup>191</sup> Os novos militantes comunistas, embora constituam uma massa de apoiantes mais difusa, menos ativa politicamente, formam, ainda assim, um enorme potencial humano do partido, capaz de contribuir não apenas com o voto, mas com ações de campanha mais simples, como a

---

<sup>190</sup> <http://observador.pt/opiniao/nao-querer-participar-a-segunda-vez-no-mesmo-filme/>

<sup>191</sup> Wilson, *The Failure of West European Communism: Implications for the Future.*, p.27

distribuição de brochuras ou a partilha de informação partidária. A forma de direção e chefia do partido, no entanto, não são alteradas com este alargamento a uma militância mais lata, permanecendo inalterada, ao longo do período analisado, para os cinco partidos, a organização interna baseada no centralismo democrático.

Annie Kriegel interpreta o centralismo democrático como funcionando sempre mais a favor do centralismo do que da democracia.<sup>192</sup> Esta afirmação tem como base a ideia de que o debate interno é suprimido, tal como a dissidência, criando uma versão única da linha política partidária, sobre a qual não pode haver desvios. Esta imposição vinda do topo do partido contribui fortemente para que alguns académicos encarem estes partidos como não democráticos e de funcionamento autoritário no que respeita à sua vida interna. Os que não concordam com as instruções da cúpula partidária, aprovadas, quase sempre, de forma unânime em reuniões dos comités dos partidos, queixam-se frequentemente de não poder expressar o seu descontentamento, facto que leva ao abandono do partido e alimenta os grupos dissidentes.<sup>193</sup>

Outras críticas permanecem em relação ao centralismo democrático. À ideia de que qualquer dissidência é afastada do partido, somam-se os autores que falam da organização interna dos partidos comunistas como privilegiando a figura do líder, em detrimento da estrutura de militância de base ou dos representantes parlamentares. Ao longo do séc. XX, as figuras destacadas dos vários partidos comunistas ocidentais, defende Schwab, foram sempre os seus secretários-gerais, muitas vezes não eleitos para o parlamento, mas dos quais era sempre a última palavra sobre as ações partidárias.<sup>194</sup> Georges Marchais, Enrico Berlinguer ou Álvaro Cunhal permaneceram líderes dos respetivos partidos, mesmo após derrotas eleitorais consideráveis: “Party doctrine dictated loyalty to these organizational principles even when leaders and would-be reformers recognized their damaging effects in democratic elections campaigns.”<sup>195</sup> A permanência de uma figura central na direção dos partidos comunistas não parece, assim, estar ligada a vitórias ou derrotas eleitorais, ao contrário do que

---

<sup>192</sup> Kriegel, *The French Communists*, p. 236

<sup>193</sup> Jane Jenson and George Ross, *The View from Inside: A French Communist Cell in Crisis*(Berkeley: University of California, 1985).

<sup>194</sup> George Schwab, *Eurocommunism: The Ideological and Political-Theoretical Foundations*(Westport: CT: Greenwood, 1981), p.202

<sup>195</sup> Wilson, *The Failure of West European Communism: Implications for the Future.*, p.29

acontece com outros partidos políticos, onde, perante resultados desanimadores, os seus líderes frequentemente se demitem da direção partidária. O facto aponta para a ideia de que os partidos comunistas, embora inseridos em sistemas multipartidários, não orientam a sua ação para o resultado do sufrágio, dando a ideia de um partido com uma natureza política distinta.

A dedicação exclusiva à luta dos trabalhadores, a orientação para objetivos políticos e sociais que extrapolam os atos eleitorais, o afastamento em relação aos outros partidos, a sua organização, baseada na disciplina e no centralismo democrático e o empenho na substituição do sistema político, social e económico capitalista permanecem na estrutura programática dos vários partidos comunistas em estudo ao longo dos anos 80. O ideário comunista herdado da Revolução Russa de 1917 é, no entanto, abandonado parcialmente quando estes partidos chegam a 1989, seja pela sua adesão ao eurocomunismo, seja pelas adaptações pelas quais passaram, fruto dos contextos nacionais em que atuaram.

#### **1.1.8.4. - 1989/1991: todos os focos voltados para os partidos comunistas**

Após a II Guerra Mundial, o prestígio alcançado pela URSS na vitória dos Aliados é rapidamente ultrapassado, no Ocidente, pela política anticomunista da Guerra Fria e pela intensa oposição entre as duas superpotências que emergem do conflito. A propaganda anticomunista coloca a ideologia comunista como motivo essencial da falência financeira de um determinado Estado. Mas só no caso de se tratar de um governo comunista. Parece, então, haver duas medidas na análise: para países que, ao longo do séc. XX, apresentam altos índices de pobreza, como a grande maioria dos países sul-americanos, mas cujos governos são próximos dos EUA, os analistas não colocam na ideologia vigente na governação o motivo da pobreza, mas antes em fatores externos. Por outro lado, países onde governam partidos comunistas mas que são, também eles, países com altas taxas de pobreza, o motivo da sua falência é associado à ideologia política de suporte dos seus governos. Por outras palavras, o discurso norte-americano não associa, por exemplo, a fraqueza da economia haitiana ao capitalismo e à orientação ideológica dos seus sucessivos governos, mas a vasta maioria dos autores associa a debilidade da economia búlgara ou albanesa, apenas para citar alguns



exemplos, à ideologia comunista, em que se baseiam os seus governos até ao final da década de 80. Na análise política e económica ocidental, o comunismo surge sempre como motivador de falência, independentemente de outros fatores de relevo das sociedades.

Esta visão, que promove uma associação entre comunismo e pobreza emergiu no Ocidente relativamente à URSS dos anos da Guerra Civil (1918/1921) e da coletivização da terra (1925/1933) mas foi contrariada pelos sucessos económicos dos anos 30 e dos anos de reconstrução do pós-guerra e da industrialização de todos os países socialistas, com níveis muito elevados de crescimento económico até ao início dos anos 80. Nesses anos, a preocupação do discurso ocidental era o de negar serem ultrapassados tecnologicamente pela URSS. Só numa perspetiva de imediato pós 1989/1991 esta visão reemerge, no contexto do desmantelamento do modelo económico socialista e na reconstrução capitalista que lhe sucede.

O mesmo raciocínio não é feito, claro, pelos partidos comunistas do Ocidente europeu. Estes reconhecem as fraquezas dos países da Europa de Leste, nomeadamente no que se refere às violações dos direitos humanos, desde, pelo menos, os anos 70. No entanto, atribuem essas fraquezas, não à governação comunista, mas à ausência de uma tradição histórica de defesa das liberdades nesses países.<sup>196</sup> Mais do que verificar se esta interpretação está correta, ou é, sequer, cientificamente aceitável, importa-nos analisar de que forma os PC's do Ocidente europeu se opõem aos elementos que condenam em sociedades governadas por partidos comunistas e de que forma, no seu discurso, garantem que, no caso de uma governação comunista no Ocidente, as mesmas debilidades não se verificariam.

A atitude dos partidos comunistas ocidentais face ao “socialismo real”, até 1989, não se limita a apontar a excelência deste modelo. É referida várias vezes a estabilidade política, o desenvolvimento económico, a justiça social, o acesso à educação, saúde, cultura e transportes nos países onde há governos ditos socialistas, mas as críticas surgem, também, essencialmente no que respeita à privação das liberdades. Já nos anos 70, o movimento eurocomunista aspetos frágeis das sociedades do Leste europeu e, ao longo dos anos 80, os líderes comunistas do Ocidente são unânimes ao afirmar que o modelo do “socialismo real” não poderá ser aplicado diretamente às sociedades ocidentais e que esses enfrentam, incluindo a URSS, uma situação

---

<sup>196</sup> Ibid., p.106

económica desfavorável, não tendo recuperado, ao contrário do que aconteceu no Ocidente, da crise económica dos anos 70.<sup>197</sup> A figura de Gorbachov surge, em 1985, como uma esperança na tentativa de recuperação das sociedades do Leste europeu, que já não cresciam ao ritmo das décadas pós-II Guerra Mundial mas que, pelo contrário, estavam estagnadas e perdendo terreno de forma considerável para as economias ocidentais.

O destapar das fragilidades dos governos ditos socialistas começa por trazer a público a corrupção política e económica desses governos e a existência de uma elite privilegiada de governantes. Tendo como estrutura de análise a visão anticomunista, essas fragilidades são extrapoladas para o comunismo em si, tornando, através de uma forte campanha nos média, o marxismo-leninismo numa ideologia globalmente desacreditada, desta vez com uma evidência que o atestava e que era a situação económica débil dos países do Leste europeu.<sup>198</sup> Obviamente, como referimos antes, noutros tempos, em que a evolução económica desses mesmos países era muito superior ao da Europa Ocidental, o raciocínio não era feito de forma inversa, nem esse sucesso atribuído, pela extensa maioria da produção académica ocidental, às políticas socialistas.

O ano de 1989 conhece um desenrolar de acontecimentos que levam a que o “socialismo real” se extinga. Alguns dos novos governos, formados após o derrube do “socialismo real” não colocam no poder, após eleições livres e avaliadas pela comunidade internacional, novas personalidades. O caso paradigmático é o da Bulgária, em que o partido reforma apenas o seu nome e retira do seu conteúdo referências ao marxismo e ao leninismo, mas permanece no governo do país, reconduzindo figuras chave do aparelho partidário em várias áreas da nova governação. Mesmo na URSS, as figuras que emergem são figuras ligadas ao antigo PCUS, nomeadamente à polícia política, como é o caso de Vladimir Putin, mas que abandonam qualquer ligação à ideologia marxista-leninista, para, definitivamente, abraçar o capitalismo.

No imediatismo dos acontecimentos de 1989/1991, a purga a ser feita não se relacionava tanto com as personalidades políticas quanto com a ideologia. E qualquer elemento do regime deposto, independentemente do seu papel nesse mesmo regime, que renunciasse ao comunismo, parecia passar imediatamente a contar com o apoio do Ocidente. O que não deixa

---

<sup>197</sup> Anders Aslund, *Gorbachev's Struggle for Economic Reform* (London: Frances Printer, 1989).

<sup>198</sup> Brzezinski, *The Grand Failure*, p.189

de ser estranho, quando as principais fragilidades apontadas a esses regimes eram a corrupção e o benefício das elites. É certo que as principais figuras dos governos caem. Alguns serão julgados, como Honecker, na RDA, ou até executados, como Ceausescu, na Roménia. Mas, na grande maioria dos países, os sucessores são figuras conhecidas da política nacional, que ocuparam cargos de relevo nos governos cessantes.

Na opinião pública internacional, com o apoio de uma incansável campanha política e mediática, o que emerge é a derrota do comunismo, a vitória dos EUA na Guerra Fria e a ideia de que os países governados por governos ditos socialistas são sociedades economicamente atrasadas, politicamente baseadas em regimes autoritários culturalmente distantes dos padrões ocidentais e privadas de liberdade. Aos PC's ocidentais impõe-se a necessidade de reagir, uma vez que os alicerces da sua identidade estavam irremediavelmente abalados. Os acontecimentos de 1989/1991 arrasaram definitivamente, na opinião pública, o modelo soviético de construção do Estado, do ponto de vista político, económico, cultural ou social, e transportaram esta interpretação para os restantes partidos comunistas, que passaram a ser os herdeiros, de certa forma à força, de uma determinada forma de organização do Estado, que se demonstrou incapaz, ainda que, alguns deles, se tivessem demarcado desse mesmo caminho para o comunismo décadas antes. O que aconteceu, nestes anos, é um autêntico desmantelamento da ideologia: “communists everywhere began the process of seeking new ends and means in order to survive in this new «post-Communist» milieu and escape from the growing public impression that their parties were parties of the past whose visions of the future had failed.”<sup>199</sup>

A maioria das interpretações académicas leva a crer, portanto, que os acontecimentos de 1989/1991 deviam acarretar grandes consequências para os PC's do ocidente, uma vez que a sua perceção, e até a sua legitimidade, nomeadamente ao nível da sua democraticidade, seriam severamente postas em causa com o desmoronar dos governos da Europa centro-oriental.

A questão do abandono da defesa do modelo marxista-leninista para a construção do Estado é mais complicada no Ocidente do que no Leste europeu. Aí, a militância nos vários partidos comunistas é encarada, pela opinião pública ocidental, não obedecendo, na extensa

---

<sup>199</sup> Wilson, *The Failure of West European Communism: Implications for the Future.*, p.108

maioria dos casos, a convicção, mas a oportunismo, a progressão profissional ou social, no Estado ou diretamente no partido. E, assim, esta militância foi fácil de abandonar, uma vez que não seria uma militância baseada na partilha de valores. No Ocidente, porém, o caso é o inverso: inseridos em democracias multipartidárias, onde os vários partidos comunistas não possuem o mesmo grau de influência de um partido de governo (à exceção dos governos regionais e municipais onde a militância poderá, porventura, propiciar também oportunidades), a militância nesses mesmos partidos não traz uma vantagem social, sendo que é feita, sempre, tendo como base um compromisso ideológico que acarreta, em vários momentos, precisamente o contrário, ou seja, uma desvantagem social face ao preconceito existente em relação aos partidos comunistas no Ocidente europeu.

Ser militante de um partido comunista em Portugal, Itália, Espanha, ou noutra país do lado ocidental da Cortina de Ferro, compreendia um compromisso diametralmente oposto a ser militante de um partido comunista na Polónia, na Hungria ou na Roménia, nos anos pré-1989. E esta é uma diferença que deve ficar clara e que distingue claramente a constituição social de ambos os grupos de partidos: “among the few rewards for a person involved in a permanent minority party, as were the West European Communist parties, was the emotional satisfaction of defending a pure, unadulterated ideal or ideology (...) In Eastern Europe and the Soviet Union, many of those who had affiliated with the Communist parties had done so out of political opportunism, pursuing political careers, or easing the way for upward social mobility in all fields of endeavour.”<sup>200</sup>

A militância comunista no Ocidente contava nos anos 80 com quase sete décadas de ação política em todos os casos sob a clandestinidade a que foram, em algum momento, obrigados por ditaduras de direita e contra as quais lutaram. Esta virtude política, estandarte reconhecido claramente aos comunistas do Ocidente europeu, sofreu um choque com o destapar das fragilidades dos governos do “socialismo real”. Neste sentido, o debate dentro dos partidos tornou-se urgente e a reflexão teórica foi imperativa. Esta reflexão não foi feita, em nenhum dos partidos, de ânimo leve: “Western European Communist parties behave like a church that is afraid both of losing its distinctiveness by throwing out too much of a now

---

<sup>200</sup> Ibid., p.109

unappealing dogma and of losing its appeal by not throwing out enough.”<sup>201</sup> Contribuindo para a crise instalada, todos os partidos se encontravam numa situação de franca perda de apoio eleitoral, num período anterior mas já de si motivador, também, de uma reflexão interna.

Quais eram os caminhos que se apresentavam, então, para os PC's do Ocidente no período imediatamente após o ciclo de acontecimentos de 1989/1991? À sua esquerda, estes partidos tinham grupos e outros partidos, com menor expressão, e também eles em mudança; à sua direita, os cada vez mais robustos, do ponto de vista eleitoral, partidos socialistas (à exceção do caso italiano, onde o PSI se extinguiu), que ocupavam o lugar de uma esquerda cada vez mais próxima do centro político e os partidos de direita, que formam governo, nos anos 90, na maioria dos países a que os PC's em estudo pertencem. Gravitando em torno dos partidos comunistas, determinados movimentos sociais, alguns mais recentes, como os ligados a questões ecológicas, à defesa dos direitos das minorias e de uma democracia mais participativa.<sup>202</sup>

Uma das opções para os PC's ocidentais era a de incrementar o seu papel enquanto partidos de protesto, em oposição ao governo, colocando a tónica na contestação do modelo capitalista de organização da economia, mantendo a sua relevância junto de sindicatos, reforçando o seu compromisso com as classes trabalhadoras e reforçando também a sua presença junto a novos movimentos sociais, cuja importância cresce ao longo do final do séc.XX. Esta opção colocava, no entanto, três obstáculos à estratégia destes partidos: o afastamento persistente destes de soluções de governo; a concorrência, por parte de novos partidos emergentes, que não se apresentavam com a carga histórica dos partidos comunistas e que captavam mais facilmente a atenção dos novos movimentos sociais, e, por fim, a mudança de paradigma no que respeita à manifestação da insatisfação social, que foi aproveitada de forma premente pelos partidos da extrema-direita, nomeadamente no que respeita ao repúdio às comunidades imigrantes, estratégia claramente repudiada desde sempre pelos partidos comunistas.

Para H. Timmermann, que não estuda o caso português, onde o PCP tem um discurso e uma política menos moderada, o PCF é o principal representante, entre os PC's ocidentais por

---

<sup>201</sup> Stanley Hoffman, "Fragments Floating in the Here and Now," *Daedalus* Winter(1979).

<sup>202</sup> Dalton e Kuechler, eds., *Challenging the Political Order*

ele estudados, dos que optaram por esta estratégia de se tornar um partido de protesto. Não é realizada nenhuma mudança doutrinária de base: “the PCF seeks to counter its electoral decline by serving as a catch basin for protest.”<sup>203</sup> O partido procurou ser o representante dos protestos da classe trabalhadora, associando-se às principais greves da CGT, às reivindicações da comunidade imigrante ou à crítica da política da União Europeia. Em relação ao posicionamento face aos acontecimentos a Leste, o PCF criticou as mudanças económicas e sociais nesses países, preferindo frisar o aumento do desemprego, da inflação, a perda de benefícios sociais, as privatizações e as vagas de migrantes surgidas no pós 1989. Ao apontar estes aspetos dos processos resultantes da queda dos governos da Europa centro-oriental, o PCF fez uma comparação com a situação francesa, colando-a e atribuindo a culpa à falta de justiça do sistema capitalista: “French communists remain attached to a basically unreformed version of Marxism-Leninism (...) The party no longer features its ideology and its attachment to the Soviet model as it did in the past. But it has not reaffirmed the doctrinal moderations it made in the early 1970s and then repudiated after 1977. It still retains the symbols, rhetoric, and style of the hard-line revolutionary party.”<sup>204</sup>

O posicionamento enquanto partido de protesto no período imediatamente após 1989/1991 não conseguiu travar o declínio eleitoral do partido. Mas ao mesmo tempo que não foi uma estratégia bem-sucedida, esta não nos parece, também, ao contrário do que aponta alguma produção académica, ter sido uma reação direta à deposição dos governos ditos socialistas na Europa centro-oriental. A estratégia tinha vindo a ser adotada pelo partido desde a saída do governo conjunto com os socialistas, em 1984, e o declínio eleitoral não aconteceu subitamente no pós 1991.

A sobrevivência do PCF não está ligada, assim, ao ciclo de acontecimentos de 1989/1991. Desde 1978 que a perda de eleitores acontecia e isto devia-se a condicionantes particulares da sociedade francesa. Entre 1978 e 1988, o partido perdeu mais de metade do número de eleitores, a militância desceu para um terço: “with a strong and electorally powerful PS on its right, the PCF did not have the political room needed to become a more moderate party of reform.”<sup>205</sup> A nível interno, o debate sobre uma aproximação do PCF ao centro foi,

---

<sup>203</sup> Heinz Timmermann, *The Decline of the World Communist Movement*(Boulder: Westview Press, 1987)., p.166

<sup>204</sup> Wilson, *The Failure of West European Communism: Implications for the Future.*, p.112

<sup>205</sup> *Ibid.*, p.115

no início dos anos 90, infrutífero. Georges Marchais abandonou a liderança do PCF apenas em 1994, procurando, até lá, afastar alguma ideia parecida com a socialdemocratização do partido.

Outro caminho para os partidos comunistas do Ocidente foi, precisamente, o do seu afastamento ideológico em relação ao marxismo-leninismo e a sua social-democratização. Ou seja, o abandono de qualquer premissa baseada na alteração da sociedade e a aceitação plena do capitalismo. O partido optava pela reforma, deixando de lado símbolos e princípios relacionados com o comunismo, para se tornar idêntico aos partidos socialistas ou sociais-democratas na sua visão estratégica para a política nacional. Esta opção compreendia um repúdio ao passado do partido, uma crítica pública premente às sociedades governadas por partidos comunistas e, enfim, um afastamento radical em relação à ideologia e ao movimento comunista.

Ao fazê-lo, o partido libertava-se da herança da URSS: “it does assist the party in overcoming the legacy of failed Communist regimes. The problems of the Soviet Union and the former Communist regimes in Eastern Europe do not embarrass such a reformist party because it does not hold up these countries as models for its future.”<sup>206</sup> As reivindicações do *novo* partido passavam a estar ligadas somente à defesa de uma mudança social moderada. A estratégia do reformismo procurou, claramente, alargar o eleitorado do partido, transformando-o num partido de governo mas prescindindo, para isso, da sua ideologia.

A principal dificuldade associada a esta opção é a presença estável, nos sistemas políticos nacionais, de outros partidos idênticos, sejam eles socialistas ou sociais-democratas, pelo que só numa sociedade onde o partido socialista não tenha uma forte penetração eleitoral fará sentido que a opção tomada pelo partido comunista seja a via reformista, sob pena, caso não seja essa a situação, de duplicar um partido que já existe, confundindo o eleitorado. O partido repudia a sua história, isola-se politicamente e torna-se um elemento indefinido no espectro político nacional.

O PCI tinha esse espaço livre à sua direita. O PSI, embora com uma trajetória crescente ao longo dos anos 80, não era um partido maioritário e não reunia a preferência dos eleitores de esquerda. Desde o início da Guerra Fria que o PCI se afirmava como o principal

---

<sup>206</sup> Ibid., p.116

representante da esquerda italiana, lugar que nunca mais foi ocupado pelo PSI desde 1948. O facto de ter sido o precursor do eurocomunismo, as frequentes dissidências com as opções soviéticas e as críticas feitas às fragilidades verificadas nos governos da Europa centro-oriental, colocavam o PCI numa situação confortável para que a mudança ocorresse no sentido da social-democratização do partido. No epicentro dos acontecimentos de 1989/1991, o PCI, pela voz daquele que então era o seu recentemente empossado secretário-geral, Achille Occhetto, admitia que o partido já não procurava o caminho para o comunismo e abandonava definitivamente a procura de uma terceira via entre a social-democracia e o “socialismo real”. O partido preocupava-se, então, em alterar determinados elementos da ordem económica e social estabelecida mas já não a queria substituir. Foi o triunfo dos *miglioristi*: os comunistas italianos que queriam melhorar o capitalismo e não derrubá-lo, confirmando uma tendência que vinha desde o início dos anos 80, altura em que os *miglioristi* tomaram conta do aparelho do PCI e dos seus governos regionais e locais.

Para o PCI, o ciclo de acontecimentos de 1989/1991 não poderia vir em melhor altura. Já desde 1986, o partido deixara de citar publicamente Lénine, encarava Marx apenas como um crítico da sociedade ocidental e mesmo os escritos de Gramsci haviam sido postos de lado em nome do desenvolvimento de novos laços diplomáticos com a social-democracia europeia. No final dos anos 80, o PCI abandonou o grupo parlamentar europeu onde estão sentados os outros partidos comunistas da UE, sugeriu à principal central sindical italiana que deixasse de lado qualquer ligação a Moscovo<sup>207</sup> e ofereceu ajuda aos socialistas espanhóis no referendo sobre a permanência da Espanha na OTAN.

O caminho foi aberto para que, sempre com o intuito de dar a entender que esta reforma no partido estava intimamente relacionada com a evolução da situação na Europa centro-oriental, o PCI alterou definitivamente o seu nome, em 1991. Em 1992, nas suas primeiras eleições enquanto partido reformado, o PDS perdeu cerca de metade dos eleitores, caindo para 16% da votação: “not only had de PCI’s renovation failed to produce electoral growth, it coincided with the party’s greatest electoral defeat in its entire history.”<sup>208</sup> As eleições de 1992 foram, de facto, uma exceção na linearidade do eleitorado italiano desde o fim da II Guerra

---

<sup>207</sup> *L’Unità*, 10 de abril de 1986

<sup>208</sup> Wilson, *The Failure of West European Communism: Implications for the Future.*, p.121



Mundial, já que os principais partidos sofreram perdas significativas. O PDS não conseguiu, no entanto, lucrar com esses votos, que se direcionaram para partidos regionais e com uma representação minoritária.

Outro caminho seguido pelos PC's ocidentais no período pós 1991 foi a de serem uma esquerda alternativa, incluindo-se em coligações de partidos de esquerda que apelaram ao eleitorado descontente em relação ao rumo dos partidos socialistas. É o caso do PCE, que desde 1986 está incluído na Esquerda Unida, coligação que passou pelo período 1989/1991 de forma praticamente inalterada, sem que tivesse sentido a necessidade de realizar uma reflexão dramática em relação à sua orientação teórica, não obstante o facto de alguns dos seus dirigentes nacionais, como Nicolás Sartorius, ter nesta altura abandonado o PCE para entrar no PSOE. Em 1989, a IU duplicou o resultado do PCE isolado, em 1982 (embora a votação da coligação em 1986, a primeira vez que a IU se apresentou, não tenha sido tão expressiva no que se refere à diferença de votos com o PCE isolado) reforçando a ideia de que o eleitorado espanhol não associava a IU ao “socialismo real”. O PCE manteve os seus estatutos e é o partido maioritário dentro da IU, sendo novamente as circunstâncias nacionais que moldaram a forma como os espanhóis votam e o cansaço perante a política austeritária de González que poderiam ser uma interpretação para o aumento nos votos da coligação de esquerda.

O enfraquecimento dos partidos comunistas ocidentais, nos anos 80 e 90, não se traduziu num sinal positivo para as democracias. Sem exceção, os partidos analisados são organizações políticas democráticas, que apoiam a democracia, que lutaram para o seu aperfeiçoamento e que se envolveram (ao longo, sobretudo, das três últimas décadas do séc.XX, no caso dos partidos ibéricos), no incremento das liberdades individuais, dando voz a eleitores que se sentiam afastados do modelo capitalista de organização do Estado e defendendo a classe trabalhadora através de um papel ativo junto das organizações sindicais: “the downfall of communism in the 1980s and 1990s eliminates these responsible advocates of the discontented. Without the powerful voice of Communist parties to speak out for the alienated, the discontented will search for new vehicles for their protest.”<sup>209</sup> Wilson escreveu em 1993 mas previu já o crescimento do radicalismo de direita na Europa e o surgimento de grupos não

---

<sup>209</sup> Ibid., p.125

democráticos baseados em pressupostos, por exemplo, de ordem religiosa, deixando um desabafo: “we may yet come to regret the passing from the political scene of the «tame» Communist parties of the 1970s and 1980s that were able to absorb and direct social unrest into productive and democratic modes of action.”<sup>210</sup>

Para os partidos comunistas da Europa Ocidental, o significado mais imediato das revoluções de 1989 prendeu-se com a demarcação das realidades *destapadas* com a deposição dos governos do “socialismo real” e as suas próprias estruturas, procurando, num plano ideológico e programático, distanciar-se desses partidos comunistas: “the changes in Eastern Europe took on a radically different dimension: they were concerned with throwing out only not Stalinism but socialism altogether.”<sup>211</sup> A rapidez e surpresa com que o desencadear dos acontecimentos se deu contrariou o otimismo criado em torno da figura de Gorbatchov como personalidade revitalizadora do socialismo, encontrou uma *família* comunista ocidental fragmentada e provocou uma onda de repúdio ao comunismo e aos seus símbolos na Europa centro-oriental.

As diversas reações aos acontecimentos de 1989/1991 tornaram ainda mais distante a ideia de um comunismo ocidental homogêneo, uma vez que os caminhos seguidos pelos vários PC’s foram díspares, em linha, no entanto, com trajetórias históricas para as quais as revoluções de 1989 não representaram um momento de rutura ou mudança de linha, o que torna premente questionarmo-nos sobre se as transformações no comunismo ocidental têm uma ligação tão direta com os acontecimentos de 1989/1991 quanto grande parte da produção académica e do discurso político o faz crer.

Bull identifica três tipos de respostas dadas pelos PC’s ocidentais à deposição dos governos da Europa centro-oriental: os que rejeitaram a ideia de que a deposição desses governos exigia uma transformação no partido e que conservaram a ideologia comunista da forma como tradicionalmente ela é interpretada (incluindo neste grupo, entre outros, o PCP e o PCF); os que afirmaram que a falência dos governos do Leste representava a falência de um determinado modelo de socialismo e não do socialismo em si, grupo no qual o autor insere o PCE e a Refundação Comunista, formada a partir do desmantelamento do PCI; e, por fim, os

---

<sup>210</sup> Ibid.

<sup>211</sup> Bull and Heywood, *West European Communist Parties after the Revolutions of 1989.*, p.210

partidos que concluíram que as revoluções de 1989/1991 representaram a falência do comunismo em si e, como tal, repudiaram os seus símbolos e a sua própria história, como é, segundo o autor, o caso, entre outros, do PCI.

Jürgen Habermas<sup>212</sup> agrupa os PC's ocidentais, no seu posicionamento face à deposição dos governos do "socialismo real", mediante outros vetores, classificando-os de "estalinistas", "leninistas", "comunistas-reformistas", "pós-modernos", "anticomunistas" e "liberais". Aplicaríamos estas classificações aos partidos estudados considerando o PCP um partido "leninista", o PCE e o PCF partidos "comunistas-reformistas" e o PSUC e o PCI, na fase final do ciclo de acontecimentos que estudamos, como "anticomunistas."

De qualquer forma, seja qual for o nome dado à orientação seguida pelos PC's ocidentais a partir dos anos 90, todas as interpretações vão no sentido de que é ainda mais clara a existência de diferentes respostas e de diferentes rumos por parte dos partidos. A análise académica é consensual, no entanto, ao ligar essas transformações aos acontecimentos de 1989/1991. Defendemos, contudo, que embora o peso desses acontecimentos seja fundamental na história dos partidos, as transformações que ocorreram foram o resultado de processos históricos próprios e não apenas de uma reação a acontecimentos internacionais.

## **1.2. – Os partidos comunistas em estudo nas décadas de 70 e 80**

### **1.2.1- Partido Comunista Português**

O PCP passou, ao longo dos anos 70 e 80, por alguns dos momentos mais entusiasmantes da sua história e, outros que, associados a uma quebra eleitoral, são vistos por analistas como um decréscimo na importância do papel do PCP na sociedade portuguesa e no panorama político português.

Não tendo sofrido uma transformação tão intensa quanto a que viria a ocorrer com outros partidos comunistas do Ocidente europeu, ou sequer entrado numa coligação de esquerdas (as coligações das quais o PCP faz parte são sempre de âmbito estritamente eleitoral), o PCP

---

<sup>212</sup> Jürgen Habermas, "What Does Socialism Mean Today? The Rectifying Revolution and the Need for New Thinking on the Left," *New Left Review* September/ October, no. 183 (1990).

mantevem-se fiel, ao longo do final dos anos 70 e durante a década de 80 a um determinado ideário que vinha acompanhando o partido desde os anos quarenta, fazendo, no entanto alterações de base estrutural, como, por exemplo o abandono de expressões como “ditadura do proletariado”.

No sistema partidário português, a situação de “exclusão continuada” do PCP em termos de formação de governo, do qual, desde o período revolucionário de meados dos anos setenta, o partido nunca mais fez parte, torna-se, segundo Carlos Jalali, “um dos principais padrões do sistema de partidos português”<sup>213</sup>, contrariado apenas em 2015, altura em que o PCP dá o seu apoio parlamentar a um governo minoritário do PS. O autor refere, no entanto, a pouca relevância da análise sobre se o PCP é um partido antissistema ou não: “o facto é que é percecionado como tal, e é conveniente para os outros partidos tratá-lo desse modo. (...) A acontecer, a inclusão do PCP no governo simbolizaria uma modificação radical nos padrões de interação e potencialmente representaria uma alteração profunda das estruturas de competição e da natureza do sistema de partidos [em Portugal]”<sup>214</sup> A afirmação de Jalali é anterior a 2015 e, embora o PCP não tenha entrado de facto no governo do PS saído das eleições legislativas de outubro desse ano, assinou um compromisso de entendimento para, como referimos, a garantia de apoio parlamentar ao governo socialista.

#### **1.2.1.1. - Contextualização histórica: o partido e o seu percurso**

O PCP surge da Federação Maximalista Portuguesa, fundada em 1919, que reunia sindicalistas revolucionários oriundos da CGT, e não partindo, ao contrário de alguns dos seus congéneres europeus, de uma cisão à esquerda dentro de um partido socialista. Fundado em 1921, é o mais antigo partido político português ainda em atividade, tendo conseguido resistir, na clandestinidade, a 48 anos de ditadura. Os momentos históricos e as personalidades marcantes do partido tiveram um contributo essencial para o rumo da sociedade portuguesa no séc. XX. Nomeadamente, no que diz respeito à dedicação do partido à classe trabalhadora, facto reconhecido por todos os constituintes do espectro político nacional: “government

---

<sup>213</sup> C. Jalali, *Partidos E Democracia Em Portugal, 1974- 2005: Da Revolu-Cão Ao Bipartidarismo*(Imprensa de Ciências Sociais, 2007), p 210

<sup>214</sup> Ibid.

repression meant that mainly the truly committed (willing to suffer the negative consequences of membership) joined the party. (...) Its historical legacy positioned the PCP to emerge after the revolution as the strongest political party in the country.”<sup>215</sup>

O nível de militância no partido, durante o período analisado, era alto: “dal punto di vista organizzativo il Pcp ha il maggior numero di iscritti e tradizionalmente presenta la base sociale più coerente e meglio definita, formata principalmente dai operai della cintura industriale di Lisboa e lavoratori agricoli delle grandi proprietà di Alentejo.”<sup>216</sup> Em 1988, o partido afirmava contar com cerca de 200 mil militantes, contra cerca de 3000 quando o partido sai da clandestinidade, em 1974, 100 mil em 1975, 115 mil em 1976 e 200.700 em 1983<sup>217</sup>. Ao longo do período em análise, e de acordo com fontes oficiais do partido, mesmo excluindo a Juventude Comunista Portuguesa, não parecia haver uma crise na militância comunista. Após um período de crescimento exponencial (resultante da legalização do partido e do seu papel no âmbito da revolução democrática), o número de militantes partidários tendeu a estabilizar ao longo da década de oitenta.

O partido é identificado pela maioria dos analistas políticos como estando definitivamente posicionado à esquerda do Partido Socialista, “com uma ideologia marxista-leninista ortodoxa.”<sup>218</sup> Este posicionamento é contestado por fações internas do partido havendo uma ala renovadora em oposição à corrente maioritária, liderada pelo secretário-geral do partido, Álvaro Cunhal, motivadora de uma grande crise, em 1991 e, posteriormente, em 2000/2002.

Álvaro Cunhal foi o líder carismático do PCP entre 1961 e 1992, ajudando à sobrevivência do partido ao longo dos anos de clandestinidade e, no período que analisamos neste texto, promovendo a manutenção do compromisso do partido com a ideologia marxista-leninista: “Álvaro Cunhal, a major figure within the party since the thirties (...), insisted on keeping the PCP firmly rooted in Marxism-Leninism. While the party has weathered occasional internal attempts to move it to the left or right, continued orthodoxy has been aided

---

<sup>215</sup> Carlos Cunha, "It Is Not Enough to Switch Partners When the Dance Remains the Same. The Portuguese Communist Party'S Continued Orthodoxy," in *Communist and Post-Communist Parties in Europe*, ed. Patrick Moureau(Paris: Cerf, 2013).

<sup>216</sup> Carlos Jalali, "Partiti Ed Elettori Nel Sud Europa," in *Collana Di Sociologia Politica*, ed. Anna Bosco(Soveria Mannelli Italy: Rubbettino, 2006)., p. 7

<sup>217</sup> Carlos Cunha, "Le Parti Communiste Portugais: Un 'Fossile' Vivant," *Problemes politiques et sociaux* Nov-Dec(1999).

<sup>218</sup> Jalali, *Partidos E Democracia Em Portugal, 1974- 2005: Da Revolu-ção Ao Bipartidarismo.*, p.195

by avoiding contradictions from events such as (...) the Hungarian invasion of 1956, and the invasion of Czechoslovakia in 1968.”<sup>219</sup> Todos estes acontecimentos tiveram lugar, como refere o autor, enquanto o partido vivia ainda na clandestinidade, tornando impossível, por isso, o seu impacto no debate público em torno da posição do partido face aos acontecimentos que marcaram algumas das principais cisões entre os comunistas ao longo do séc. XX. Por outro lado, a clandestinidade, sob um regime que impedia a livre discussão, por exemplo, dos casos húngaro e checo, terá tido um impacto negativo na militância comunista e no seu próprio debate sobre estes casos. Para um debate académico honesto sobre o tema, terá claramente que se ter em conta a vivência de clandestinidade do partido e a repressão do regime em vigor.

A resistência do partido à ditadura, durante o período de clandestinidade, onde o PCP se mantinha ativo não obstante a forte repressão do aparelho ditatorial, tornou-o o principal representante da contestação ao regime, que se materializar na organização de greves e atração de outros setores opostos ao regime.

Em termos de divisões internas, a história do PCP ao longo do séc. XX é bastante rica e mostra um partido onde, ainda que na clandestinidade, o debate é intenso. Em 1938, após a expulsão da Internacional Comunista, por receio de infiltração no partido por parte de elementos da polícia secreta do regime, e em que o partido se viu dividido em duas fações distintas (protagonizadas por José de Sousa e Bento Gonçalves), a desestalinização do partido foi levada a cabo.<sup>220</sup> Nos anos 50, o partido sofreu, devido à forte repressão policial interna e à crescente impopularidade do comunismo na opinião pública do Ocidente, um decréscimo em termos da sua ação na clandestinidade e da sua militância. A partir dos anos 60 lida com o aparecimento de grupos associados à extrema-esquerda, que não nascem do interior do PCP, sendo os mais relevantes o PCTP (1976), fundado a partir do MRPP (1970) e a UDP (1974), ambos com uma orientação maoísta-albanesa, a que se junta o PSR, trotsquista, já em 1979.

O PCP manteve, no período pós-revolucionário, uma imagem muito próxima da unanimidade, contrariado apenas pelas dissidências internas levantadas pelo processo da *perestroika* soviética, a partir de 1985/1987 e, posteriormente, pelos acontecimentos que levaram ao derrube dos governos dos países da Europa centro-oriental. Embora já fora do

---

<sup>219</sup> Cunha, "It Is Not Enough to Switch Partners When the Dance Remains the Same. The Portuguese Communist Party'S Continued Orthodoxy."

<sup>220</sup> Ibid.

espectro temporal de análise deste capítulo importa referir, no desenho de um percurso do PCP no séc. XX, que, em 1989 e 1990, vários militantes proeminentes, como Miguel Portas (1989), Vital Moreira e José Magalhães (1990), saíram do partido. Os últimos passaram para o PS mas o caso de Miguel Portas é a mais relevante pois estará, posteriormente, na génese de um novo partido de esquerda, o Bloco de Esquerda. Já no séc. XXI, “os renovadores, um novo grupo de dissidentes partidários, como João Amaral e Carlos Brito, que viriam a abandonar o partido já em 2004, por seu lado, argumentam que o imobilismo do partido esteve por trás do seu declínio eleitoral e da sua incapacidade de atrair uma sociedade em rápida mudança.”<sup>221</sup>

É claro que dispomos hoje de indicadores que nos permitem avaliar a relevância do PCP na sociedade atual de forma diferente daquela realizada, quer pelo próprio partido, quer pelos seus dissidentes, em 89/90 ou em 2004. Porém, o exemplo de outros partidos comunistas europeus que optaram por uma renovação profunda e praticamente desapareceram da cena política dos seus países, ou acabaram por abandonar, de facto, qualquer compromisso com o comunismo, ao contrário do PCP, que manteve a sua orientação ideológica histórica e conseguiu estabilizar e, em anos mais recentes, subir a sua representação eleitoral, permitem-nos avaliar, hoje, com uma clareza diferente, a consistência das diversas opções que se apresentavam aos partidos comunistas durante os anos de 1989/1991.

Entre os partidos comunistas do Ocidente da Europa, os resultados eleitorais do PCP estão entre os melhores. Carlos Cunha é da opinião, da qual discordamos, de que o PCP “continues rooted in an orthodox, Marxist-Leninist Foundation when most other international communist parties have evolved with the fall of the Soviet Bloc” mas reconhece que os resultados eleitorais do partido, analisados até às eleições legislativas de 2005, “are quite good.”<sup>222</sup>

### **1.2.1.2. - Os anos 70 e 80: as interpretações e as mudanças estratégicas**

O Movimento das Forças Armadas (MFA) pôs fim, através de um levantamento militar que teve lugar no dia 25 de abril de 1974, a 48 anos de ditadura de direita em Portugal, sendo este, juntamente com o espanhol, os dois únicos regimes de contornos fascistas a sobreviver

---

<sup>221</sup> Jalali, *Partidos E Democracia Em Portugal, 1974- 2005: Da Revolu-Cão Ao Bipartidarismo.*, p.197

<sup>222</sup> Cunha, "It Is Not Enough to Switch Partners When the Dance Remains the Same. The Portuguese Communist Party'S Continued Orthodoxy."

à IIª Guerra e a obter a anuência do resto da Europa e do mundo ocidental, com a integração de Portugal na OTAN logo em 1949, na OECE (depois OCDE), na EFTA e participando periodicamente em diversos acontecimentos desportivos e culturais de relevo a nível europeu e internacional, ao mesmo tempo que, no país, o regime impunha a censura, a polícia política, entre outros elementos próprios de uma ditadura, assim como, desde 1961, a “guerra colonial” nos territórios das, então, colónias portuguesas em África.

Com o levantamento militar lançado pelo MFA começa também um período revolucionário, que terminará a 25 de novembro de 1975. Sobre o 25 de novembro de 1975, são várias as teses envolvidas: tratar-se-ia de uma tentativa de golpe militar, desta vez protagonizado pela extrema-esquerda, com o envolvimento ou não do PCP em algum estágio do seu planeamento<sup>223</sup> ou, por outro lado, segundo alguns autores, como o historiador pioneiro no estudo da transição democrática, Sánchez Cervelló,<sup>224</sup> o resultado de uma provocação continuada da direita militar que conduziu a um movimento militar dos para-quedistas, que não teve como objetivo nenhum golpe de Estado mas que é altamente enfatizado pela direita como forma de encenar um perigo iminente e pôr um fim ao período revolucionário.

Durante este período, os principais partidos políticos portugueses, entre eles o PCP, assim como o próprio MFA, mostravam-se interessados na implementação de um sistema democrático em Portugal. Adelino Gomes refere que “o processo revolucionário visava garantir a transição para uma revolução popular que criasse um novo sistema político socialista, mas embateu na determinação dos defensores de um regime político de vocação ocidental.<sup>225</sup>” Esta tese é altamente rebatida por historiadores como Raquel Varela<sup>226</sup> que justificam, em última instância, a ausência de intenção, por parte do PCP, na implementação de um sistema político semelhante aos dos países da Europa oriental, pelo facto de que nem a própria URSS estaria interessada nisso. Manuel Loff refere, a esse propósito que “en polémica con el izquierdismo maoísta en los últimos años de la dictadura, Cunhal reconocía en 1979

---

<sup>223</sup> Adelino Cunha refere, a este propósito: “Álvaro Cunhal demarcou-se do golpe nessa noite através de um telefonema efetuado para o Presidente da República e retirou do terreno os setores comunistas que mergulharam no golpe. (...) Pinheiro de Azevedo escreveu que o PCP começou por apoiar a insurreição, mas depois demarcou-se já durante a sua execução e mandou os seus militares recuarem.” Adelino Cunha, *Álvaro Cunhal - Retrato Pessoal E Íntimo* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010), p.555

<sup>224</sup> Inserir nota de rodapé

<sup>225</sup> Cunha, *Álvaro Cunhal - Retrato Pessoal E Íntimo*, p.490

<sup>226</sup> Raquel Varela, *A História Do Pcp Na Revolução Dos Cravos* (Lisboa: Bertrand Editora, 2011).



que, pese a que el objetivo del PCP fuese «a construção em Portugal do socialismo e do comunismo», y pese a la «interpenetração de elementos democráticos, nacionais e socialistas na revolução democrática e nacional» esta «não se transformará por si em revolução socialista.»<sup>227</sup>

Em parte, o papel do PCP no período pós-revolucionário ganhou uma dimensão diferente: “the PCP became cautious as it abandoned attempts to extend the revolution and focused on consolidating gains: nationalizations, agrarian reform, new liberties, and work self management.”<sup>228</sup> Contudo, como refere o autor, a estratégia do partido continuava a passar por uma dupla aposta, quer no ressurgimento da própria revolução, quer nos ganhos eleitorais, que lhe assegurariam presença e peso parlamentar. De uma forma geral, o PCP não alterou, no período pós-revolucionário, o seu discurso e os seus objetivos, nem a forma de os alcançar. Procurando uma presença em zonas do país onde o partido não conseguia uma grande representação, a preocupação principal do PCP, nestes anos, virou-se para a situação nacional, procurando agir como um partido que reconhece a realidade do país como uma prioridade na sua análise e debate sobre a sua própria orientação ideológica: “the tactics and short-termed strategies were adapted to the new political situation, but the basics analysis upon which they grounded the nation’s transition to socialism remained the same.”<sup>229</sup>

O período pós-revolucionário, iniciado no final de 1975, foi, no âmbito do espetro de tempo desta análise, o primeiro momento em que poderia ter havido uma mudança ideológica no PCP, no sentido do eurocomunismo, cuja força crescia em Itália e fora adotado, enquanto quadro de reorganização ideológica, também em Espanha e, ainda que apenas por um período de tempo, também pelos comunistas franceses. As interpretações em torno da razão que levou Cunhal a não se interessar pelo eurocomunismo poderão ter a ver com vários fatores, alguns internos, outros externos.

Alguns autores, como Adelino Cunha, referem que a inspiração de Cunhal na URSS era conhecida e a figura de Lenine e da Revolução Russa de 1917 continuavam a estar presentes

---

<sup>227</sup> Loff, Manuel, “Comunistas y socialistas en el proceso portugués de democratización” em *Las Izquierdas en Tiempo de Transición*, coord. Carme Molinero e Pere Ysàs. Valência: PUV Universitat de València. 2016, p.63

<sup>228</sup> Cunha, "It Is Not Enough to Switch Partners When the Dance Remains the Same. The Portuguese Communist Party'S Continued Orthodoxy."

<sup>229</sup> Ibid.

no ideário do secretário-geral do partido<sup>230</sup>. Em meados dos anos 70, a URSS, segundo autores como Adelino Cunha, representava, para a maioria dos partidos comunistas, a um nível internacional, um modelo de inspiração na implementação de uma sociedade socialista de facto. Segundo o autor, Álvaro Cunhal observaria os acontecimentos ocorridos em Portugal nestes anos como potenciadores da mesma vitalidade com que o comunismo tinha sido instaurado na Rússia de 1917: um país pobre e deprimido e, principalmente, onde as massas se movimentavam no sentido do aplauso a uma insurgência protagonizada pelos militares que levou ao derrube pacífico de uma ditadura estabelecida: “a situação revolucionária que Álvaro Cunhal encontrou em Portugal em 1974 reproduziu o imaginário da sua adolescência inspirada pela chegada de Lenine à Rússia incandescente no início do século.”<sup>231</sup>

Todavia, em *Rumo à Vitória*, de 1965, Álvaro Cunhal fez uma reflexão muito sólida sobre a realidade portuguesa, longe de ideias mitificadas, como a que aproxima Portugal pré-25 de abril à Rússia de 1917. A ideia de que o afastamento do partido em relação ao eurocomunismo se deve a um fascínio romântico do líder do PCP pela revolução russa é altamente falaciosa: Cunhal realizou um estudo exaustivo das particularidades da sociedade portuguesa e estava bem ciente das diferenças existentes entre ambas as sociedades. A exaltação da revolução russa de 1917 esteve, claramente, patente em muitos dos escritos deixados por Cunhal. A título de exemplo, num artigo escrito em 1963 para o *Pravda*, Cunhal afirma que “o esteio das revoluções do século XX – a grande e gloriosa União Soviética -, aplicando a política marxista-leninista do internacionalismo proletário, mantém-se, 46 anos após a revolução de Outubro, na vanguarda das forças progressistas de todo o mundo.”<sup>232</sup> Mas, embora a revolução russa de 1917 se mantivesse como essencial na sua forma de realização, Cunhal reconheceu desde cedo que a realidade portuguesa e as prioridades revolucionárias em Portugal se distinguiam do contexto da Rússia de 1917. Num artigo publicado na *Revista*

---

<sup>230</sup> Adelino Gomes refere, acerca da chegada de Cunhal a Lisboa, no dia 30 de abril de 1974: “O líder dos revolucionários portugueses repetiu a «mise-en-scène» de Lenine quando chegou a Petrogrado do seu exílio na Suíça e subiu para um carro de combate que o esperava na Portela para saudar as massas. Um tributo cénico digno de Eisenstein.” Cunha, *Álvaro Cunhal - Retrato Pessoal E Íntimo*, p.499. Uma imagem que é, antes, evocada por Mário Soares, e por isso bastante mais política do que histórica. Será curioso o facto de que, também a chegada de Soares, a Santa Apolónia em abril de 1974, tenha sido comparada à chegada de Lenine à Rússia de 1917. A este respeito, Soares responde, na altura: “Lenine era um grande homem, eu sou apenas um militante.”

(<https://caminhosdamemoria.wordpress.com/2009/07/01/cunhal-e-soares-%E2%80%93-os-%C2%ABinimigos-intimos%C2%BB/>)

<sup>231</sup> *Ibid.*, p. 502

<sup>232</sup> Cunhal, Álvaro, “Obras Escolhidas II 1947-1967”, Edições Avante, Lisboa, 2008, p.421

*Internacional* nº 6, em junho de 1961, Cunhal referia que “a tarefa que se impõe aos portugueses é reconquistar o seu próprio país, oprimido pelos imperialistas estrangeiros e por um punhado de fascistas, seus agentes e seus cúmplices. Portugal deve reconhecer a independência dos povos das suas colónias e conquistar aos imperialistas a sua própria independência.”<sup>233</sup> O anticolonialismo, a cessação da dependência face a potências estrangeiras e a libertação do país do jugo totalitário assumiam-se, assim, como tarefas prioritárias da luta dos comunistas portugueses. Nas declarações do secretário-geral do PCP sobre as prioridades do partido e a caracterização da realidade portuguesa, ou em nenhum documento de sua autoria a que tenhamos tido acesso, em nenhum lugar encontramos um paralelismo entre Portugal de 1974 e o contexto da Rússia de 1917. Como refere Manuel Loff, “la forma en que el PCP adaptó la tesis de la «revolución democrática e nacional», que había aprobado en el su VI Congreso (1965), al nuevo marco político democrático acabaría siendo, como sería de esperar, el factor central de lo que podríamos entender como la tercera refundación del PCP. De nuevo la Revolución Portuguesa (1974-1976) permitiría al PCP demostrar su autonomía respecto al movimiento comunista internacional, enfrentándose no solamente a los partidos eurooccidentales que acababan de dar vida al eurocomunismo (...) sino también al PCUS y algunos de sus aliados,”<sup>234</sup>

Cunhal, no período pós-revolucionário, e embora procurando também ganhos eleitorais que lhe permitissem uma maior influência política junto do governo, não deixou nunca de acreditar no reavivar da chama revolucionária e de ter como objetivo a construção do socialismo em Portugal: “le parti restait dans ce contexte fidèle à sa stratégie révolutionnaire fondée sur une conception marxiste-léniniste de la lutte pour le pouvoir, qui le plaçait, avec son appareil, au coeur de l’action politique. (...) le référentiel central du PCP, le passage du Portugal au socialisme, ne fut jamais remis en cause.”<sup>235</sup>

Com a vitória do PS, em 1975, nas eleições para a Assembleia Constituinte e a fragmentação do MFA, Cunhal admitiu a crise desse mesmo processo, ao mesmo tempo que teve que se demarcar da extrema-esquerda: “as brechas tinham sido abertas pelo PS, pela

---

<sup>233</sup> Idem, p. 294

<sup>234</sup> Loff, Manuel, “Comunistas y socialistas en el proceso portugués de democratización” em *Las Izquierdas en Tiempo de Transición*, coord. Carme Molinero e Pere Ysàs. Valência: PUV Universitat de València. 2016, p.68

<sup>235</sup> Cunha, “Le Parti Communiste Portugais: Un 'Fossile' Vivant.”, p.66

campanha anticomunista e pelos Nove, genericamente designados como «militares conservadores.»<sup>236</sup> Do ponto de vista do posicionamento político, o PCP teve, então, de lidar com as forças políticas à sua esquerda e à sua direita. Aqui, encontrou o PS que, embora tivesse, através do seu líder, Mário Soares, estado próximo do PCP entre 1973 e até ao final de 1974<sup>237</sup>, claramente demarcou-se do partido de Cunhal no decorrer do processo revolucionário, após a perceção de que o PS poderia ser a formação política a liderar a frente anticomunista, interna e externamente. Este facto lançou o partido de Soares numa clara estratégia de confronto com o PCP, a partir, sobretudo, do Verão de 1975.

Até 1977, por uma opção tática e na tentativa de encetar uma maioria parlamentar de esquerda a que o PS não quer dar concretização prática, o PCP continuará a pedir a formação de uma frente governativa com os socialistas. Do lado do PS, porém, e ao contrário do que sucedeu, por exemplo, entre socialistas e comunistas em França, a mesma abertura a um entendimento não era, de forma alguma, consensual: “o PS nunca considerou realmente uma aliança a nível nacional com o PCP. Inicialmente, uma aliança dividiria o partido; mais tarde, o declínio do PCP tornava-a eleitoralmente menos vantajosa.”<sup>238</sup> Em 1977, porém, a aprovação de uma série de leis por parte do governo socialista relacionadas com a revisão da reforma agrária, inviabilizaram qualquer coligação entre socialistas e comunistas, desta vez também por parte do PCP, sendo que, em 1982, a Revisão Constitucional, resultante de um acordo entre o PS e a direita, acentuou o clima de não entendimento entre os dois partidos.

Durante o período pós-revolucionário, o PCP analisou os resultados eleitorais em termos de esquerda e direita, associando, à primeira, a revolução sustentada pelo levantamento militar e popular e, à segunda, a intenção de colocar um ponto final definitivo a qualquer intenção revolucionária: “favorable results were blown out of proportion while unfavorable results were minimized, or ignored altogether.”<sup>239</sup> A comprovar esta afirmação, o autor refere as eleições de 1976, quando o PCP afirma que os resultados do sufrágio são uma clara indicação

---

<sup>236</sup> Cunha, *Álvaro Cunhal - Retrato Pessoal E Íntimo.*, p. 550

<sup>237</sup> São vários os momentos, neste período, de aproximação entre os líderes comunista e socialista. Talvez o mais marcante seja o aparecimento de ambos na tribuna do Estádio da FNAT, na manifestação do 1º de maio de 1974. A aproximação entre os dois duraria pouco tempo, facto que leva a historiadora Maria Manuela Cruzeiro a considerar que Soares e Cunhal “odeiam-se como verdadeiros irmãos”. (<https://caminhosdamemoria.wordpress.com/2009/07/01/cunhal-e-soares-%E2%80%93-os-%C2%ABinimigos-intimos%C2%BB/>)

<sup>238</sup> Jalali, *Partidos E Democracia Em Portugal, 1974- 2005: Da Revolu-Cão Ao Bipartidarismo.*, p. 206

<sup>239</sup> Carlos Cunha, "The Portuguese Communist Party," in *Political Parties and Democracy in Portugal*, ed. Thomas C. Bruneau (Boulder: Westview Press, 1997)., p.36

da vontade do povo no sentido de um governo PCP/PS, quando, observados os resultados, a formação de um governo PS/PPD teria recebido um apoio mais expressivo. No entanto, contrariando esta leitura, mesmo que a votação PS/PPD fosse superior, é preciso ter em conta que este argumento induz a pensar que, em caso de maioria relativa, as coligações mais viáveis seriam sempre entre os dois partidos mais votados.

Em eleições legislativas, os resultados do PCP, desde o 25 de Abril de 1974, oscilaram, entre 1976 e 1985, entre um mínimo de 30 parlamentares e um máximo de 47, em totais que vão de 63 a 250. O primeiro sinal de decréscimo da votação comunista aconteceu em 1987, um ano após a eleição presidencial em que, celebrenemente, Álvaro Cunhal recomendou aos comunistas que, na segunda volta das eleições, entre Freitas do Amaral e Mário Soares, votassem em Mário Soares, mas de olhos fechados<sup>240</sup>. Acabariam por ser os votos dos comunistas a permitir a eleição de Soares, por uma margem escassa de 140 mil votos, numa eleição em que Diogo Freitas do Amaral se apresentava, à partida, como o candidato favorito. Freitas do Amaral foi, aliás, o candidato mais votado na primeira volta eleitoral, onde o candidato apoiado pelos comunistas foi o socialista independente Salgado Zenha.

O apoio do PCP a Mário Soares na segunda volta das eleições presidenciais de 1986, decidido em congresso extraordinário do partido, seria a primeira vez em que o PCP fazia, de facto, uma cedência significativa ao PS. Teremos que analisar se se tratou, também, de uma cedência ideológica, no sentido de um certo abandono de um conservadorismo com a qual o partido vinha sendo identificado ou se, por outro lado, se tratou de uma ação com um significado meramente contextual. Conforme publicado originalmente n' *O Militante* em março de 1986, e transcrito por Carlos Cunha, o voto comunista em Soares, em 1986, torna-se uma escolha entre o “menor de dois males”: “after months of portraying Soares as a candidate of the right and insisting that the PCP would never vote for him, it had to suddenly reverse its position.”<sup>241</sup>

---

<sup>240</sup> A expressão tornou-se célebre na política portuguesa e foi pronunciada num congresso extraordinário convocado pelo PCP, a 2 de Fevereiro de 1986, precisamente para discutir a posição do partido em relação às Presidenciais desse ano: “convocado, preparado e realizado em apenas 5 dias para definir a atitude do Partido na 2ª volta das eleições presidenciais, o Congresso foi uma poderosa afirmação da força organizada, da unidade e da influência das massas do PCP. Para fazer frente à ameaça da eleição de Freitas do Amaral para Presidente da República, o Congresso considerou imperativo que os democratas e patriotas votassem em Mário Soares sem que esse voto significasse apoio a Soares nem à sua política. <http://www.pcp.pt/partido/anos/80anos/frset-historia-congressos.html> (consultado a 19.06.2012)

<sup>241</sup> Cunha, "The Portuguese Communist Party.", p.40

Diríamos, até, que a recomendação de voto em Soares é o menor de três males. O primeiro seria impensável, tendo em conta o seu percurso até 1986: Diogo Freitas do Amaral, líder do CDS, era o candidato da direita, com uma campanha política em torno de valores e objetivos radicalmente opostos aos do PCP. Já Soares significava o voto na esquerda que tinha “metido o socialismo na gaveta.” Significava também o apoio a um candidato que tinha liderado dois anos de governo conjunto com o PSD (1983/1985), marcados por políticas de austeridade. O terceiro dos males, porém, poderia ter-se revelado bastante mais perigoso para o PCP, e seria a recomendação pela abstenção. Não só propiciaria a vitória do candidato da direita, vitória com a qual seria conivente, como deixaria nas mãos de Soares a representação de toda a esquerda, sem que para isso tivesse havido uma indicação clara do partido. Mais, uma política de abstenção iria contra toda a estratégia política do PCP e, muito particularmente, contra o que havia sido pedido pelo partido aos portugueses na primeira volta dessas mesmas eleições, e que era uma participação popular maciça no ato eleitoral.

De um ponto de vista da estratégia política, o apoio do PCP a Mário Soares, na segunda volta das eleições presidenciais de 1986 significou também evitar um Presidente da República de direita juntamente com um governo de direita, saído das eleições legislativas de 1985. Nessas eleições, é de salientar o facto de que o PCP fica a apenas 5 pontos percentuais de diferença (15,6% para 20,8%) do resultado do PS, partido prejudicado pelo recém-formado PRD e pela governação encostada à direita e de forte medidas de austeridade para o país.

Por outro lado, a reviravolta destas eleições presidenciais não esteve apenas relacionada com a segunda volta eleitoral. Na primeira volta, o PCP deu o seu apoio a Salgado Zenha, candidato que reuniu também o apoio do PRD de Ramalho Eanes, um partido cuja primeira votação surpreendeu, nas legislativas de 1985, ao conseguir 17,9% dos votos e 45 deputados: “a estratégia [do PCP] poderia ter sido bem-sucedida se o PRD tivesse escolhido um candidato mais cedo (...) ou se o adversário fosse um político menos hábil do que Soares, que, como Mitterrand, não foi facilmente desencorajado por sondagens iniciais altamente desfavoráveis.<sup>242</sup>”

Outra surpresa na política portuguesa aconteceu nas eleições legislativas de 1987, precipitadas pela aprovação de uma moção de censura ao governo minoritário de Aníbal

---

<sup>242</sup> Jalali, *Partidos E Democracia Em Portugal, 1974- 2005: Da Revolu-ção Ao Bipartidarismo.*, p. 208

Cavaco Silva, saído das eleições legislativas de 1985, lançada pelo PRD e aprovada com os votos do PCP e do PS. O PRD acabou por ser autenticamente pulverizado no decorrer das eleições legislativas de 1987, em que o PSD não só renovou a liderança, como o fez com maioria absoluta, aumentando em mais de 20% o seu resultado de 1985 e em 60 deputados o seu grupo parlamentar. À exceção da subida residual do PS (que consegue em 1987 mais três deputados), todos os outros grupos parlamentares decresceram, sendo o PCP, apresentando-se a eleições na CDU (menos sete deputados) e, principalmente, o CDS (menos dezoito deputados, reduzindo o seu grupo parlamentar a quatro deputados, quando ganhou a alcunha de “partido do táxi”), os partidos mais penalizados. O autor da moção de censura, o PRD perde 38 deputados.

O primeiro sinal do decréscimo na votação do PCP foi, portanto, ainda alheio aos acontecimentos na Europa centro-oriental: em 1987, à data das eleições, as sociedades socialistas do Leste europeu experimentavam uma política de reformulação a diversos níveis, marcada pelas esperanças colocadas na *perestroika* de Gorbatchov na URSS.

A sociedade civil, no entanto, não ficou alheia ao abandono do PCP por parte de alguns dos seus militantes mais destacados, à existência de clivagens políticas internas e a um discurso público em torno do comunismo, por parte dos meios de comunicação e de personalidades políticas da altura não afetas ao PCP, marcadamente anticomunista. Porém, mais do que isso, as mais importantes cisões internas dentro do PCP, ocorridas a partir deste ano, deveram-se a condicionantes nacionais que, na nossa opinião, serão mais tarde enquadradas por uma conjuntura internacional desfavorável ao comunismo.

Enquadramos, por isso, a diminuição da votação comunista e a análise do que aquilo que vários observadores têm assumido como declínio da relevância do partido a partir de 1987, motivador de cisões internas e de um novo questionamento sobre a necessidade, ou não, de reforma do próprio partido, sempre que possível, num contexto nacional, contrariando a ideia de que os acontecimentos na Europa centro-oriental foram a alavanca desse decréscimo eleitoral. A nossa hipótese, referente a este caso específico, e que procuraremos comprovar no decorrer da investigação, é de que a diminuição dos votos no PCP acontece sobretudo por condicionantes de carácter nacional.

Embora não ignorando a força dos acontecimentos na Europa de Leste e a sua influência no quadro nacional, procuraremos confirmá-los, em relação ao PCP, mais como motivo de crítica por parte de outros partidos e dos dissidentes partidários do que como chave da ignição de uma derrapagem eleitoral. No que se refere a dissidências internas e tentativas de reforma do partido, estas foram surgindo ao longo da história do PCP. Como já referimos, houve, em determinado momento, nos anos 40, duas organizações reivindicando para si próprias o nome do PCP. Trata-se, no entanto, de um curto período de tempo (1941/43) em que, em virtude da expulsão do PCP, em 1938, da Internacional Comunista, não houve contactos entre o PCP e o movimento comunista internacional. Nos anos 60, surgiram vozes internas dissonantes no que se refere ao derrube da ditadura, criticando a via pacífica proposta pela direção do PCP e preferindo uma tentativa armada de derrube do regime. Algumas destas dissidências, pré-1974, foram conhecidas apenas com a passagem do partido à legalidade e representaram uma ameaça séria ao rumo seguido pela direção do PCP. A pressão interna foi de tal forma significativa que o PCP criou uma organização armada própria (a ARA) que atuava em paralelo com outra (as BR), criada pelos dissidentes. A partir de 1974 continuaram a existir vozes dissonantes, nomeadamente as que, no decorrer do Verão Quente de 1975, defendiam uma aproximação do partido à extrema-esquerda. Por outro lado, acontecimentos externos, como a presença soviética no Afeganistão, a partir de 1979, ou os acontecimentos na Polónia, desencadeados pelo sindicato Solidariedade, desde 1982, juntavam também opiniões discordantes no seio do partido<sup>243</sup>. Todavia, antes de 1987, não há nenhum caso evidente de crítica interna ao posicionamento internacional do PCP. Havia, sim, mas feita por alguns dos dissidentes do período pré-1974, como Cândida Ventura, que apoia Freitas do Amaral em 1986, ou Silva Marques, que saíra do PCP e se tornara deputado pelo PSD. São, no entanto, casos de crítica que partem de antigos militantes e que é, por isso, externa ao partido.

Em relação às opiniões discordantes de determinados posicionamentos do PCP, ao longo dos anos 70 e início dos anos 80, estas não significaram, por não partirem de militantes, a criação de facções oposicionistas que pusessem realmente em causa os objetivos e o direcionamento essencial do partido: “most communists that leave the party or decrease their

---

<sup>243</sup> Idem



partisan activity are still committed to the goals of achieving a more just society. They have merely distanced themselves from the official line on matters of principle.”<sup>244</sup>

Importa-nos analisar, então, o contexto prévio que virá a motivar, a partir de 1987, a organização de um grupo de dissidentes no seio do PCP. Estes tiveram uma atitude muito diferente dos que anteriormente discordaram de tomadas de posição do partido e representariam um grupo que não se coíbiu de trazer as suas discordâncias, de ordem estrutural e não pontual, a público.

No que se refere às motivações da dissidência de finais dos anos 80, seria forçado associá-las unicamente a uma súbita visão sobre as incongruências da aplicação do marxismo-leninismo pelos governos do “socialismo real.” Muitos dos dissidentes que deixaram de pertencer ao PCP no decorrer dos anos 80 e início dos 90 viveram, estudaram ou permaneceram, no passado, em vários daqueles países. Desde o seu regresso a Portugal, teriam tido oportunidade de denunciar o que, na sua opinião, seriam os desvios ao socialismo desses governos: “even though the PCP espoused the same type of socialism for Portugal, the enlightened travelers assumed that with time the problems and contradictions would be resolved or that the PCP might avoid committing similar errors.”<sup>245</sup> De facto, não há nada que o PCP, e Cunhal, tenham negado mais, desde que, em 1947, o partido retomou contacto com o movimento comunista internacional, do que a inviabilidade de um modelo único de socialismo, defendendo a via portuguesa para a concretização dos objetivos do partido.

Ao longo dos anos 80, essas personalidades do partido vieram a público, no entanto, referir que as incongruências encontradas nos governos das repúblicas da Europa centro-oriental seriam de ordem estrutural, acusando-as de serem sociedades onde o povo estava alheado do comando do poder, que padeciam de falhas sistémicas impossíveis de ser colmatadas apenas com o passar dos anos, mas que precisariam de uma mudança de rumo profunda. E, aplicando estas observações à realidade nacional, os dissidentes comparavam o que se passava nos partidos comunistas de governo com o que se passava no PCP: segundo eles, uma ortodoxia inquestionável, um alheamento às mudanças nas relações de trabalho

---

<sup>244</sup> Cunha, "The Portuguese Communist Party and Perestroika: Resistance and Reforms."

<sup>245</sup> Ibid.

motivadas pela evolução da sociedade portuguesa, definitivamente incluída numa economia de mercado capitalista, e a manutenção do ideário partidário marxista-leninista.

A este grupo, o facto de o PCP conviver pacificamente com a democracia parlamentar havia mais de uma década, o seu respeito pelos resultados eleitorais, assim como a promoção das liberdades individuais (o PCP chega, em 1982, a ser o primeiro partido a defender a abrir na Assembleia da República o debate sobre a interrupção voluntária da gravidez, curiosamente protagonizado por Zita Seabra, uma das dissidentes do partido, em 1987, e que mais tarde, em 1998 e enquanto deputada do PSD iria fazer campanha pelo “Não” no Referendo à despenalização do aborto em Portugal), o repúdio por qualquer solução armada para a implementação do socialismo em Portugal, integrado claramente na tradição do movimento operário europeu desde o séc. XIX, de forte crítica ao “putschismo”, a inclusão de representantes em governos onde o partido era minoritário (governos provisórios, no rescaldo da Revolução do 25 de Abril de 1974) ou a capacidade mobilizadora do partido, juntamente com os sindicatos, parecem não ter sido suficientes, a este grupo de dissidentes, para inferir acerca do carácter democrático e democratizador do PCP e distingui-lo, assim, das próprias observações realizadas em torno dos partidos comunistas da Europa centro-oriental.

As reivindicações levantadas pelos dissidentes prendiam-se com a necessidade de o partido reformular a sua linguagem, o seu carácter revolucionário e a retórica utilizada em campanhas eleitorais, além de mudanças estruturais na organização do próprio partido e da perceção do partido quanto à integração de Portugal na Comunidade Europeia. Sem querer, num momento inicial, abandonar o partido, quando o fizeram, estes dissidentes falaram dos anos 80 como um período em que se sentiam frustrados por não conseguirem impor a sua visão sobre as necessidades de adaptação do PCP: “some of these critics became frustrated, decreased their activity, or dropped out of the party. But many more critics remained entrenched within the system, waiting for the opportune moment to mobilize.”<sup>246</sup>

É importante referir que, em 1987, quando as vozes dissonantes começaram a ser conhecidas no espaço público, estas representam uma minoria dentro do PCP, um pequeno círculo de personalidades: “although most dissenters might have been aware of a handful of friends or acquaintances who were also critical of the party’s direction, because of democratic

---

<sup>246</sup> Ibid.

centralism no one knew exactly how many other renovators existed within the party beyond their small circle.”<sup>247</sup> Contudo, não seria difícil aos dissidentes atraírem novos adeptos: a estagnação eleitoral, o aparente declínio da militância (não comprovado pelos números lançados pelo partido), o insucesso na atração de novos militantes, a diminuição na circulação d’*O Avante!*, o desaparecimento de células comunistas ou a fraca participação em reuniões promovidas pelo PCP motivaram a crítica e facilitaram determinadas leituras acerca da necessidade de reformulação.

A visão da direção do PCP foi, porém, menos imediatista e concentrou-se na procura da explicação das motivações da dissidência mas também em circunscreve-la a uma minoria de militantes. Poderíamos fazer o raciocínio inverso e pensar, antes, nas razões para a direção do partido optar por não encetar nenhuma modificação de fundo na orientação do PCP, para além de que estas medidas poderiam não reunir o apoio maioritário dos militantes do partido. A análise da direção poderia, eventualmente, ter tido como base a experiência de outros partidos comunistas ocidentais que reformularam, de facto, a linguagem, os objetivos e a forma de os alcançar. Mas teria isso servido como rampa de lançamento a um crescimento dos respetivos partidos? Em Itália, o PCI continuava afastado do governo, muito embora a sua distância em relação à URSS e a sua opção pelo eurocomunismo fosse a mais marcada entre os partidos comunistas ocidentais. O PCF de Marchais abraçara políticas reformistas nos meados dos anos 70, tendo inclusive celebrado um pacto de entendimento com o PS francês. O resultado não poderia ter sido pior para o PCF e Marchais arrependeu-se da mudança efetuada.

Acreditamos, porém, que a manutenção da ideologia comunista, do marxismo-leninismo, com a sua linguagem e os seus objetivos, por parte do PCP, se prendeu, novamente, muito mais com a realidade nacional do que com qualquer observação internacional, sem, no entanto, lhe retirarmos a relevância. Cunhal terá olhado para esta tentativa de inclusão tardia do PCP no eurocomunismo como uma perigosa aproximação ao PS. Retirando ao PCP a base revolucionária, o ideário marxista, a defesa da continuidade da revolução de Abril; modificando a linguagem do partido no sentido de uma aproximação a uma nova geração de eleitores pós-25 de abril, abandonando definitivamente a política da reforma agrária, da defesa das nacionalizações ou o seu compromisso com as reivindicações dos sindicatos, o que

---

<sup>247</sup> Ibid.

passaria a distinguir o ideário do PCP com o da social-democracia? O respeito dos portugueses pelo partido, pela sua história de clandestinidade e luta contra a ditadura seriam suficientes para que os eleitores efetuassem essa distinção entre o PS e um “novo” PCP? E se, mesmo assim, essa relevância histórica fosse suficiente, seria congruente, para o PCP, nos anos 80, abandonar os vetores essenciais da ideologia que lhe conferia, precisamente, esse reconhecimento?

Ainda assim, não nos identificamos com uma leitura que atribui um determinado monolitismo à direção do PCP nestes anos. Ainda que dispuséssemos de outros exemplos, a eleição presidencial de 1986 demonstra, em pleno período de debate interno, em plena ignição dos grupos dissidentes, uma determinada elasticidade que não tem vindo a ser valorizada pela análise académica existente sobre o assunto. Além do apoio a Soares na segunda volta eleitoral, o PCP apoiara Salgado Zenha na primeira volta, um ex-dirigente socialista, com quem se tinha enfrentado em 1975 em torno da unicidade sindical. Mesmo a preparação do PRD, em 1985, é acolhida favoravelmente pelo PCP, apoiando-a em termos práticos, embora sem o assumir publicamente, com o objetivo de desbloquear o jogo político à esquerda, conseguindo enfraquecer o PS. A exposição do partido à crítica, a constante associação entre o comunismo português e a URSS, teriam já motivado Cunhal a apelidar o partido que dirigia como *O Partido com Paredes de Vidro*.

A emergência do grupo de dissidentes no seio do PCP deu-se a partir de 1987. No seguimento da quebra da coligação eleitoral APU, que o partido mantinha há onze anos com o MDP, e aproveitando o rescaldo desse rompimento, emergiu um grupo de intelectuais do partido, constituído por Vital Moreira, Veiga de Oliveira, Vítor Louro, Dulce Martins, Sousa Marques e Silva Graça, apelidado de “Grupo dos Seis” e considerado uma facção, à qual se chegaram a juntar outros militantes comunistas. O “Grupo dos Seis”, ou, mais tarde, os subscritores da “Terceira Via”, apareceram num contexto motivado pelo questionamento do “socialismo real” levantado pela *perestroika* de Gorbatchov e a necessidade de mudanças profundas para que se estabelecesse uma clara distinção entre o PCP e os partidos que formavam os governos das repúblicas do Leste da Europa.

De um partido saído da clandestinidade após um levantamento militar e popular que depôs um regime ditatorial de direita, o PCP passou, ao longo dos anos setenta e até ao início

da segunda metade dos anos oitenta, de um partido focalizado no prosseguimento de um processo revolucionário que levaria à instauração de um sistema democrático e socialista em Portugal a um partido que, findo o processo revolucionário e sem nunca conseguir ganhar as eleições, convive no Parlamento com governos saídos de eleições democráticas, sem nunca questionar a sua legitimidade do ponto de vista eleitoral mas denunciando, em 1975 e 1976 o clima de terror anticomunista no Norte e centro do país. Assumindo-se como representante dos valores de abril, o partido terminou esta fase da nossa análise sob acusações de imobilismo da sua direção e com a presença cada vez mais evidente de vozes dissidentes, que reclamavam uma amenização de discurso e um afastamento definitivo em relação a determinadas linhas da ideologia comunista.

Ao longo do período em análise, Álvaro Cunhal confirmava-se no cenário da política portuguesa como uma das principais figuras responsáveis pelo curso dos acontecimentos, quer na direção de um partido comunista numa sociedade em processo revolucionário, quer depois, na direção de um partido que, ainda que afastado do governo, tinha um papel essencial na oposição aos governos e uma influência decisiva junto do movimento sindical do país, sendo claramente reconhecido, da esquerda à direita, como estando na proa da defesa da classe trabalhadora em Portugal.

### **1.2.2. - Partido Comunista Francês**

A procura de uma modificação estratégica e de uma alteração ao nível das prioridades programáticas partidárias encontrou no caso francês sérias dificuldades e as soluções encontradas revelaram-se, ao longo das décadas em estudo, francamente infrutíferas. De um partido considerado como um dos principais candidatos ao poder em França, herdeiro de um passado de resistência ao ocupante nazi, com um papel fulcral na Libertação da Europa e no pós-guerra, o PCF a sua influência decair drasticamente, em termos eleitorais, sendo ultrapassado, eleitoralmente, desde 1973, pelo Partido Socialista como, também, no que respeita a candidaturas presidenciais, pelo maior partido da extrema-direita, a Frente Nacional, que supera quase sempre o PCF ou a coligação em que se passa a inserir, a Front de Gauche, desde 2002 e, em alguns casos, desde 1986. Segundo autores como Frank Wilson, “much of

this decline comes from the loss of its ideology and its inability to formulate an attractive alternative dogma and policies.”<sup>248</sup>

### **1.2.2.1. - Contextualização histórica: o partido e o seu percurso**

O PCF, o mais antigo partido político francês ainda em atividade, fundado em 1920, no congresso da Secção Francesa da Internacional Operária (Partido Socialista), em Tours, contava, em 1978, com 520 mil militantes, que passaram a ser 415 mil em 1983 e 330 mil em 1987. Em 1990, porém, o PCF reivindicava um crescimento para 600 mil militantes.<sup>249</sup>

O PCF, dentro do quadro dos partidos comunistas ocidentais, tem vindo a ser apontado, particularmente pelos partidos da oposição, ao longo da sua história, como um dos partidos comunistas mais próximos ao PCUS e ao modelo político soviético. Esta associação tem vindo a ser feita desde a II Guerra Mundial, altura em que o PCF foi acusado de só se opor à presença alemã em França após agosto de 1940, data em que o partido estava já proibido de exercer a sua ação, tendo essa atitude sido tomada pelo Estado francês, precisamente devido ao facto de o PCF se opor à guerra. Ao contrário de alguns dos seus congéneres, como o PCI, que desde logo condenou a intervenção armada alemã e apoiou a guerra, o PCI só fez mais tarde.<sup>250</sup> Após a Operação Babarrossa, em junho de 1941, o partido colocou-se definitivamente ao lado dos Aliados.

O eleitorado tradicional do PCF estava ancorado nas massas operárias dos grandes centros industrializados de França, particularmente no Norte do país, assim como entre pequenos proprietários agrícolas do Sul do país: “throughout the Fourth Republic, one in four French voters supported the Communist candidate. The Party hit its maximum support in 1946 when the PCF took 5.4 million votes or 28.2 percent of the overall vote in the National Assembly elections of that year.”<sup>251</sup>

---

<sup>248</sup> Wilson, "After the Deluge: The French Communist Party after the End of Communism.", p.260

<sup>249</sup> Jean Charlot, *Les Partis Politiques Et Le Systeme Des Partis En France*(Paris: Ministere des Affaires Etrangeres, Direction de la Presse de l'Information et de La Communication, 1992)., p.32

<sup>250</sup> A 4 de julho de 1940, ainda se lê, no *L'Humanité*, o jornal oficial do PCF: “Il est particulièrement réconfortant en ces temps de malheur de voir de nombreux travailleurs parisiens s’entretenir avec les soldats allemands, soit dans la rue, soit au bistro du coin. Bravo camarades, continuez même si cela ne plaît pas à certains bourgeois aussi stupides que malfaisants ! La fraternité des peuples ne sera pas toujours une espérance, elle deviendra une réalité vivante.”

<sup>251</sup> Wilson, "After the Deluge: The French Communist Party after the End of Communism.", p.261

O importante papel no período da Libertação da Europa do jugo nazi, a força da sua imprensa partidária, organizada em torno do jornal *L'Humanité*, a influência junto da principal confederação sindical francesa, a *Confédération Générale du Travail*, assim como a dinamização de uma série de outras associações paralelas, dirigidas a públicos específicos, como as mulheres, os estudantes, os desportistas ou os agricultores, aumentaram o nível de intervenção do PCF na sociedade francesa ao longo das décadas de 40, 50 e 60, patente também numa série de publicações que se dirigem a audiências específicas: "for those many French citizens who believed that loyalty to the Revolution of 1789 required them to vote for the party furthest to the Left, the PCF was the natural party of the Left. The party's truly valiant sacrifices during the German occupation of France gave the PCF a nationalist air in spite of its subservience to Moscow on foreign policy matters."<sup>252</sup>

Após ter sido um dos principais partidos políticos em França, alcançando o seu pico de representatividade eleitoral durante a IV República Francesa (1946-1958), o declínio da influência do PCF verificou-se já no final dos anos cinquenta, coincidente com o regresso do General De Gaulle ao poder, altura em que a sua votação decresceu em cerca de 7 pontos percentuais e onde o PCF se transformou, praticamente, no único partido de oposição a De Gaulle. Entre os motivos desta oposição, a reforma constitucional que criou a figura de um Presidente da República eleito através de sufrágio popular universal e com poderes muito alargados e a eleição dos deputados franceses através de duas voltas eleitorais, onde acede ao cargo, na primeira volta, apenas o deputado que tem a maioria absoluta dos votos. Ambas as modificações colocaram os partidos mais extremos numa situação desfavorável perante os partidos do centro, mais capazes de se acomodarem em coligações.

Do exterior, a partir de 1956, os efeitos não foram, também, tranquilizantes para o PCF. O XX Congresso do PCUS e as revelações sobre a governação de Estaline<sup>253</sup> tiveram um efeito negativo na legitimidade do movimento comunista internacional, ao que os partidos comunistas ocidentais, e particularmente o PCF, não foram alheios: "à partir de 1956, le PCF entre progressivement dans la deuxième phase de son histoire, introduite par les effets

---

<sup>252</sup> Ibid., p.264

<sup>253</sup> «Un rapide bilan des évolutions doctrinales depuis l'époque stalinienne montre l'ampleur des changements. Le XXe Congrès du PCUS (1956) ouvre la voie, mais il faut attendre la liquidation de « l'affaire » Servin-Casanova (janvier 1961) pour que se débloque réellement, sous la houlette de Thorez, le processus français. » Bernard Pudal, "La Beauté De La Mort Communiste," *Presses de Sciences Po/ Revue française de science politique* 52, no. 5 (2002)., p.548

délégitimants consécutifs aux révélations du XXe congrès du PCUS et à l'épuisement de la force propulsive du mouvement communiste international.<sup>254</sup>»

Durante os vinte anos seguintes, o partido viria a alcançar resultados sempre em torno dos 20% dos votos, antes de começar, em 1981, uma curva descendente que não viria, até hoje, a ser contrariada.<sup>255</sup>

#### **1.2.2.2. - Os anos 70 e 80: as interpretações e as mudanças estratégicas**

O declínio eleitoral do PCF ao longo das décadas de 70 e 80 tem sido motivo de várias interpretações. Algumas, centradas no próprio partido, outras referentes às modificações na sociedade francesa. Outras, ainda, referentes às mudanças no quadro político internacional e à relação dos eleitores com os partidos comunistas.

Ao contrário da análise efetuada no quadro dos outros partidos comunistas ocidentais em estudo, concordamos com a visão de um declínio eleitoral acentuado do PCF no panorama político francês, refletido na sua influência junto dos órgãos políticos em França. Sustentamos a hipótese de que esse declínio não teve início, subitamente, nos anos 70, mas que é fruto de uma estagnação da votação comunista que se vinha arrastando desde o final dos anos 50, se acentua com a adoção do eurocomunismo, entre 1976 e 1978, e se instala de forma incontornável a partir da eleição presidencial de 1981 e da participação do PCF no governo de maioria socialista, entre 1981 e 1984. Não sustentamos, da mesma forma, a hipótese de um declínio do PCF associado aos acontecimentos históricos de 1989/1991 na Europa centro-oriental ou que esse declínio tenha sido fruto unicamente da relação do partido com o PCUS e com a URSS.

Antes, porém, devemos deixar claro os parâmetros com que avaliamos o percurso do PCF nestes anos. Verificar o declínio de um partido significa analisar várias condicionantes, pelo que os resultados eleitorais não são as únicas. Segundo Jean Ranger, é importante, nesta análise, observar o comportamento do partido quanto à perda de votos em eleições, à

---

<sup>254</sup> "Les Communistes," in *Histoire Des Gauches En France*, ed. Jean-Jacques Becker and Gilles Candar (Paris: La Découverte/ Poche, 2005), p.68

<sup>255</sup> Charlot, *Les Partis Politiques Et Le Systeme Des Partis En France.*, p.33”



degradação da sua imagem junto da opinião pública (ao nível da sua coerência e consistência) e a imagem do partido junto dos seus militantes.<sup>256</sup>

A década de setenta viria a marcar, no percurso do PCF, a perda do primeiro lugar, em termos eleitorais, na esquerda francesa. Em 1970, Waldeck Rochet retirou-se da direção do PCF, por motivos de doença, sendo George Marchais eleito secretário-geral do partido. Marchais entrara no PCF nos anos 40. Desde então, o seu percurso no partido foi marcado por um forte papel na agitação social em defesa dos trabalhadores, mas também no debate intelectual, muitas vezes em contextos políticos adversos: “like the generation of Nikita Khrushchev and Leonid Brezhnev in the Soviet Union, Marchais represented a new generation to the PCF, less dogmatic but also less likely to break ranks on grounds of conscience.”<sup>257</sup>

Nas legislativas de 1973, o PS aproximou-se do PCF, ao conseguir 19,18% dos votos, contra 21,34% do voto comunista. De facto, a união eleitoral entre PCF e PS devia ir muito mais além, nestes anos, do que o mero acordo eleitoral. Por um lado, o PCF aceitava, tal como o fez, pela primeira vez, a economia de mercado e moderava o seu discurso ideológico, sobretudo no que respeita ao PCUS e à União Soviética. Os socialistas renovavam o seu compromisso ao marxismo e a sua retórica relativa à luta de classes, assim como se comprometiam com uma série de medidas relacionadas com a nacionalização do setor bancário e produtivo e o aumento da importância do estado social e da liberdade dos sindicatos: “within days of signing the document, Mitterand announced to the new Parti Socialiste (PS) that he planned to win millions of voters from the Communists. The Socialist leader was remarkably successful in this task over the next decade.”<sup>258</sup>

Nesta altura, e no seguimento desse entendimento, o PCF realizou uma reflexão ideológica em torno dos seus próprios ideais, concluindo um processo iniciado em 1956. A adoção da linha eurocomunista, à semelhança do PCI, foi defendida no XXII Congresso do partido, onde se excluiu também qualquer referência à ditadura do proletariado dos documentos oficiais do partido: “C’est la voie démocratique et révolutionnaire que nous proposons à notre peuple pour aller au socialisme tenant compte des conditions de notre

---

<sup>256</sup> Jean Ranger, "Le Déclin Du Parti Communiste Français," *Revue française de science politique* 36e année, no. n°1 (1986).

<sup>257</sup> Jeffrey Vanke, "Georges Marchais and the Decline of French Communism," *Journal of Cold War Studies* 6, no. 1 (2004), p.91

<sup>258</sup> Ibid., p.92

époque en faveur des forces de progrès, de liberté, de paix. Le but du PCF, «parti de la nation et internationaliste », est « la transformation de la société capitaliste en une société socialiste, société fraternelle sans exploiters ni exploités.»<sup>259</sup>

Se, por um lado, nas eleições municipais de 1977, o PCF obteve um bom resultado, ao colocar-se como o segundo partido em termos de conselheiros municipais em França, as legislativas de 1978 confirmaram a posição de liderança do PS na esquerda, que ultrapassou pela segunda vez o PCF naquele ato eleitoral. Também nas eleições europeias de 1979, o recuo do PCF continuou, face a um PS com resultados eleitorais cada vez mais volumosos, por comparação com o PCF.

No que diz respeito às eleições presidenciais, o início dos anos oitenta representou um revés determinante nos resultados eleitorais do PCF: a votação em Marchais nas presidenciais de 1981 não foi além dos 15,35%, a mais de dez pontos de François Mitterrand, candidato apoiado pelo PS, que disputou e ganhou uma segunda volta eleitoral. Tratou-se da última vez, até à atualidade, que o PCF, isoladamente<sup>260</sup>, tem uma votação presidencial acima dos 10%.

Em 1981, após a derrota de Marchais nas eleições presidenciais, a direção do PCF assumiu que, quer em termos eleitorais, quer em termos da organização política (verificável, por exemplo, ao nível da militância), a relevância do partido se encontrava em declínio. Antes, os resultados eleitorais pouco satisfatórios do PCF eram encarados como provisórios e justificados por questões externas. Por exemplo, o facto de as eleições presidenciais serem realizadas por sufrágio universal, o que colocaria o candidato comunista sempre numa posição de apoiante do candidato socialista, e sem hipótese real de alcançar a vitória.<sup>261</sup> Tanto para os analistas, como para os eleitores, e no interior do próprio partido, tornou-se clara uma tendência descendente na votação comunista e na influência do partido junto da esquerda francesa: “la opinion publique a pris brusquement conscience des difficultés du Parti communiste français au soir du 26 avril 1981, quand fu connu le score de Georges Marchais au premier tour de l’élection présidentielle. Les signes antérieurs ne manquaient pas, mais

---

<sup>259</sup> L'Humanité, 20/01/1976

<sup>260</sup> Apenas em 2012, com os 11,1% de Jean-Luc Mélenchon conseguidos nas eleições presidenciais e sob a coligação Frente de Esquerda, um candidato presidencial apoiado pelo PCF na primeira volta eleitoral viria a ultrapassar os 10% de votos.

<sup>261</sup> Charlot, *Les Partis Politiques Et Le Systeme Des Partis En France.*, p.33

aucun n'avait cette évidence massive et statistique que revêt un échec électoral majeur. De 1978 à 1981, le PC perdait le quart de son audience."<sup>262</sup>

Já antes, porém, os entendimentos com o PS (antes SFIO), iniciados com Waldeck Rochet, secretário-geral do partido entre 1964 e 1972, ter-se-iam demonstrado vantajosos apenas para o PS: “le PS a tiré l'électorat de la gauche vers l'acceptation du capitalisme, d'autant que les changements intervenus au PC – notamment, son attitude plus critique vis-à-vis du modèle soviétique et sa recherche d'une «voie française» vers le socialisme – étaient systématiquement déformés, selon le PCF, par la «guerre ideologique» menée contre lui par «la bourgeoisie.»<sup>263</sup>

Por fim, outra das razões apontadas pelo próprio PCF, até 1981, para a estagnação e declínio da sua influência política, teve a forma de uma autocrítica e relacionou-se com um “atraso considerável” da elaboração de uma reflexão sobre as mudanças estruturais ocorridas na sociedade francesa entre 1956 e 1976, no que respeita à adaptação do discurso do partido. Contudo, embora o número de operários tenha decrescido cerca de 10% entre 1968 e 1989, existiu um decréscimo de mais de 16% no voto operário atribuído ao PCF, enquanto, em relação ao PS, o voto operário cresceu, nestes anos, cerca de 26%: “l'analyse des délégués aux congrès du PCF et celle de l'évolution de l'appareil communiste, de 1956 à 1986, montrent le retournement de tendance : alors que les ouvriers étaient largement majoritaires, ils sont progressivement concurrencés et souvent remplacés par les « non-manuels.»”<sup>264</sup>

Jean Charlot<sup>265</sup> não deixa de levar em consideração estas variantes, apontadas pelo próprio partido, para explicar a estagnação que se vinha verificando desde 1956 e que prenuncia num declínio acentuado, em termos de votação e militância, ao longo do final da década de 70 e 80. No entanto, o autor refere que a estagnação do PCF no período pré-1981, embora estando também associado àquelas causas, explica-se sobretudo por uma questão ideológica, que, segundo o autor, nunca convenceu os franceses, que estariam apenas à espera do aparecimento de outra força política à esquerda, mais moderada, para nela canalizarem o seu voto. Essa questão ideológica é a proximidade à União Soviética: “l'identification du PCF

---

<sup>262</sup> Ranger, "Le Déclin Du Parti Communiste Français.", p.46

<sup>263</sup> Charlot, *Les Partis Politiques Et Le Systeme Des Partis En France*.

<sup>264</sup> Pudal, "Les Communistes.", p.70

<sup>265</sup> Charlot, *Les Partis Politiques Et Le Systeme Des Partis En France*.

à l'URSS et au «communisme réel» l'a toujours handicapé en France, surtout à partir de 1956 et de la déstalinisation. En fait, le déclin du PCF coïncide vis-à-vis des Communistes dans une société de plus en plus fermée aux idées et pratiques du PCF. »<sup>266</sup>

A relação do PCF com o comunismo soviético parece estar, para o autor, particularmente depois de 1956, na base de uma desconfiança dos eleitores franceses perante o partido, motivada sobretudo por uma atitude pouco clara e oscilante do PCF face à URSS. Este argumento não deixa, no entanto, de ser contraditório. Não encontramos consenso para afirmar que o PCF tenha sofrido perda de influência eleitoral a partir de 1956. Pelo contrário, os resultados eleitorais de 1956 e 1978 (respetivamente, 18 e 20%) foram fundamentalmente os mesmos e a sua influência política tendeu até a melhorar nos anos 70 e 80, com a chegada ao poder.

Segundo o autor, a atitude do PCF face ao “socialismo real” não é coerente: após um período de modernização do partido, entre 1968 e 1977, o PCF reviu, nesse ano, uma ortodoxia que o dividia internamente. Após uma primeira rutura com o PS, em 1977, abriram-se conflitos na própria direção do partido, saíram vários membros, entre os quais alguns intelectuais proeminentes, surgindo textos críticos desta opção, assim como tentativas de formação de grupos opositores à linha do secretário-geral do partido: «Peu à peu les intellectuels impliqués par le travail théorique (les universitaires, les chercheurs) se désengagent massivement. L'érosion progressive des positions du parti communiste dans le monde politique, intellectuel et social, se traduit par une atmosphère de fin de règne dont le roman de François Salvaing, *Parti*, publié chez Stock en 2000, peut être considéré comme une chronique fictionnelle subjective à travers le destin croisé de deux intellectuels communistes, dont l'un est un conseiller de Georges Marchais. L'humour noir devient, dans ce contexte, l'une des ressources de ces intellectuels dépités.»<sup>267</sup> »

A dissidência interna no PCF é também notada por Daniel Singer.<sup>268</sup> Bernard Pudal afirma que o processo de decisão que conduziu a uma reorientação tão marcante no partido é,

---

<sup>266</sup> idem

<sup>267</sup> Pudal, "Les Communistes.", p.72

<sup>268</sup> "Indeed, after the debacle last June, a number of members rebelled. The would-be reformers, dubbed criticized the party's "globally positive" assessment of the Soviet Union, its sudden swings in domestic policy from unprincipled concessions to sectarian isolation, its suppression of genuine debate through pressure from above." Daniel Singer, "Five Days That Shook the Party," *The Nation*, 23/03 1985.

ainda hoje, mal conhecido. Porém, o autor não duvida do que representou, internamente, o abandono do eurocomunismo por parte do PCF: “qu’oi qu’il en soit, il se traduit par une hémorragie qui affecte principalement les intellectuels et les cadres intermédiaires appartenant aux classes moyennes intellectuelles. »<sup>269</sup>

Entre 1962 e 1977, o PCF parecia vir a seguir uma orientação em direção ao eurocomunismo. O partido, que tinha apoiado em 1956 a intervenção soviética em Budapeste, criticou em 1968 a ação do Pacto de Varsóvia em Praga e a repressão de dissidentes soviéticos, em 1976, afirmando, definitivamente, uma via francesa e democrática rumo ao socialismo.

Em 1976, Marchais participou na Conferência dos partidos comunistas e operários da Europa, onde se afirmou que a crise do capitalismo conduzia ao desenvolvimento da democracia e do socialismo, devendo para isso derrotar-se os monopólios para alcançar uma democracia avançada: “daí ser necessário abandonar a ditadura do proletariado como fórmula deixada cair com o menor ruído possível”<sup>270</sup>

A inclusão do PCF na linha eurocomunista foi, contudo, breve e fez-se com muito mais hesitações do que por parte de outros partidos, como o PCI. Foi abandonado o termo “ditadura do proletariado”, limitadas as referências à revolução, assim como aceites a participação da França na CEE e, em parte, na OTAN. Os outros partidos políticos, no entanto, continuaram a desconfiar deste posicionamento do partido, expresso também em opiniões académicas mais recentes: “the PCF’s slow pace of reform and its limits on the content of its changes left many observers skeptical about its sincerity. Some believed French Eurocommunism was purely an electoral tactic.”<sup>271</sup>

Outro facto que vem ao encontro da teoria de que, entre 1962 e 1977, teria havido uma tendência de moderação e modificação da linguagem do partido tem a ver com a sua participação ativa na promoção da união da esquerda francesa através da celebração de acordos eleitorais, desde 1962, e a participação, em 1972, num programa de governo comum com o PS e a esquerda radical. Estes acordos eram, no entanto, inevitáveis, face ao regresso, desde 1958, ao sistema maioritário de duas voltas eleitorais.

---

<sup>269</sup> Pudal, "La Beauté De La Mort Communiste.", p.551

<sup>270</sup> Rodríguez Araujo, *Esquerdas E Esquerdismo : Da Primeira Internacional a Porto Alegre* , p.159

<sup>271</sup> Wilson, "After the Deluge: The French Communist Party after the End of Communism.", p.269

Dois factos concorrem para que este entendimento não prevalecesse: por um lado, o PCF acusou o PS de não estar comprometido com os valores da esquerda, tornando-se, por isso, a convivência entre os dois cada vez mais difícil. Por outro lado, a hipótese cada vez mais provável de os socialistas ultrapassarem a votação comunista nas eleições legislativas de 1978, foi associada pelo PCF à sua própria modificação ideológica. Por um lado, os eleitores descontentes com De Gaulle, mas não eleitores comunistas, passariam a ver no PS uma força política de esquerda, moderada, na qual poderiam confiar o seu voto. Como reação a este contexto, desfavorável ao PCF, Georges Marchais quebrou o entendimento com o PS, celebrado em 1978, sob acusação de este não estar a cumprir o acordo: “in short order, the party also abandoned the Eurocommunist reforms it had adopted over the previous decade. It ended criticism of Soviet foreign policy and civil rights abuses. The PCF, alone among West European Communist parties, endorsed the Soviet invasion of Afghanistan and backed the suppression of Solidarity in Poland.<sup>272</sup>” Contudo, embora seja certo que partidos como o PCI ou o PCE não apoiaram a intervenção soviética no Afeganistão, outros, como o PCP e o grego KKE, fazem-no claramente.

Os resultados das eleições de 1978 viriam a atribuir a vitória, à segunda volta, aos partidos da direita permitindo-lhes novamente formar governo. O PSF, o PCF e a MRG reeditaram em 1978 o programa comum de 1972 e apresentaram-se em coligação na segunda volta, exatamente como haviam feito em 1974.

Neste aspeto, há que ter em conta, sobretudo, a evolução histórica dos socialistas franceses, que governaram com os setores do republicanismo radical burguês entre 1924 e 1926 e, já no âmbito da Frente Popular, entre 1936 e 1938, apoiando-os entre 1932 e 1936, e governaram diretamente com a direita não gaullista na maioria do período de 1947 (após a expulsão do PCF do governo) a 1958, quando se deu o golpe militar que coloca De Gaulle novamente no poder. Existe, porém, também, em França, uma tradição de âmbito eleitoral entre comunistas e socialistas, logo em 1936/1938, com o PCF fora do governo mas participando na coligação eleitoral em 1936 e nos governos da Libertação (1944/1947), com ministros do PCF a integrar o governo do país.

---

<sup>272</sup> Ibid.

Em 1980, Georges Marchais, em visita a Moscovo, aprova a ação soviética no Afeganistão, sendo este apoio interpretado como o fim simbólico do eurocomunismo no PCF: “celui-ci perd, dans cet épisode symptomatique d’une *glaciation* en cours, beaucoup de membres et de sympathisants dans les milieux culturels et intellectuels.”<sup>273</sup> Olivier Duhamel e Jean-Luc Parodi, citados por Jean Ranger, falam mesmo de um “efeito Cabul”, “en relevant les conséquences immédiates de la prise de position de Georges Marchais, en direct de Moscou, au lendemain de l’invasion de l’Afghanistan.”<sup>274</sup>

A reaproximação entre o PCF e o PCUS, a classificação positiva dos governos da Europa centro-oriental, cada vez mais presente por exemplo, em artigos do *L’Humanité*, ou a defesa da intervenção soviética no Afeganistão são também, segundo Gotovitch, a consequência direta e lógica das mudanças de estratégia interna do PCF: “Il atteste l’abandon progressif de l’eurocommunisme.”<sup>275</sup> Esta opção estratégica viria a ser testada nas eleições presidenciais de 1981, onde Marchais promoveu uma campanha altamente anti-PS, que se revelou infrutífera: “le piège se referme sur un parti communiste qui, par manque de réflexion claire et crédible, s’enfonce dans une spirale qui le condamnera au déclin.”<sup>276</sup>

O apelo de Marchais ao voto em Mitterrand, na segunda volta das eleições presidenciais de 1981, embora condizente com a estratégia do partido desde 1958, que foi a da concentração dos votos no candidato de esquerda mais bem posicionado, acentuou, no entanto, no contexto do início dos anos 80, ainda mais a impressão de uma certa incoerência no PCF. As eleições de 1981, com a direita dividida entre os apoiantes de Giscard e os gaullistas de Chirac, teriam representado uma nova hipótese de entendimento à esquerda. Ao invés, o PCF optou por candidatar, na primeira volta, Georges Marchais, que foi afastado da segunda volta com menos um milhão de votos em relação às eleições precedentes, apelando ao voto em Mitterrand, que acabou por vencer a direita por uma escassa margem. Uma das primeiras medidas de Mitterrand foi a dissolução da Assembleia Nacional e a convocação de eleições legislativas, onde o PCF fica muito atrás do PS, ao conseguir apenas 16,7% da votação, num parlamento maioritariamente socialista.

---

<sup>273</sup> Gotovitch, Delwit, and De Waele, *L’europe Des Communistes*.

<sup>274</sup> Ranger, "Le Déclin Du Parti Communiste Français.", p.54

<sup>275</sup> Gotovitch, Delwit, and De Waele, *L’europe Des Communistes.*, p. 281

<sup>276</sup> Ibid.

Porém, foi neste contexto que George Marchais aceitou participar num governo de coligação de maioria socialista, sob o programa governativo do PS, onde, entre 40 ministros, apenas 4 seriam comunistas. Pela primeira vez, desde 1947, haveria, no governo de França, ministros comunistas, participantes de um governo cujo principal partido havia sido fortemente criticado pelo secretário-geral do PCF na campanha eleitoral precedente: “le PCF se retrouve donc dans une situation totalement paradoxale. Grand perdant des élections, il devient pourtant partie prenante de la coalition gouvernementale. Jusqu’aux plus fidèles des militants, l’incompréhension est totale.»<sup>277</sup>

Os quatro ministros comunistas não tinham o peso e o relevo determinante para modificar o rumo da governação socialista: a presença do PCF na coligação beneficia sobretudo o PS, ao estreitar a ligação deste com a principal central sindical francesa, a CGT, facilitando a aceitação de reformas estruturais na sociedade francesa, que, em 1982, foram claramente modificações no sentido da austeridade e dos cortes no Estado social. O convite de Mitterrand aos comunistas não foi, de todo, inocente: ao incluir ministros comunistas num governo maioritariamente socialista, Mitterrand acabou por silenciar a oposição do PCF às reformas empreendidas pelo PS, ao mesmo tempo que baralhou os eleitores comunistas, incrédulos perante uma tão aparente contradição: “in part, this gesture of forgiveness allowed Mitterrand to renew the notion of a Union of the Left. It was also a way of coopting the PCF to minimize its opposition in parliament and the public to the Socialist-dominated government.”<sup>278</sup>

A participação do PCF no governo iniciado em 1981 foi, do ponto de vista eleitoral, catastrófico, sendo que o PCF, em março de 1983, nas eleições municipais, participante num governo associado à austeridade, que não recolhe a aprovação do eleitorado tradicional comunista, perde 22 cidades de mais de 30 mil habitantes.

O PCF promoveu, nestes anos de governo, uma estratégia política de “un pied dedans, un pied dehors”<sup>279</sup>, procurando ser um representante das aspirações do povo num governo que promovia políticas pouco populares e ao qual, no entanto, na tomada de posse, havia jurado fidelidade: “son discours combatif trouve peu d’échos dans une classe ouvrière sur la

---

<sup>277</sup> Ibid., p.282

<sup>278</sup> Wilson, "After the Deluge: The French Communist Party after the End of Communism.", p.274

<sup>279</sup> Gotovitch, Delwit, and De Waele, *L'europe Des Communistes.*, p 282



défensive.”<sup>280</sup> Porém, a participação comunista no governo de 1981/1984 deverá ser encarada, segundo Jeffrey Vanke, de um ponto de vista contextual: “because the PCF wanted to reverse its declining electoral performance, the political alliance with Mitterrand had more substance (...) The left was running France for the first time in a quarter-century (...)”<sup>281</sup> A inclusão do PCF no governo de maioria socialista de 1981/1984 veio, assim, na linha de atuação do partido, na medida em que lhe permitiu estar dentro do primeiro governo de esquerda em França, em mais de 25 anos – é muito mais uma opção de fundo do que o cumprimento de um mero interesse tático e contextual.

Parece-nos exagerada a análise que demonstra uma enorme incompreensão por parte dos militantes e eleitores comunistas face à participação do PCF no governo. O eleitorado comunista terá percebido perfeitamente a razão pela qual o partido entrou para o governo. Não terá entendido, contudo, porque é que a rutura, que, embora tardia, aconteceu, não se tenha dado antes de 1984.

Em 1984, o PCF obteve apenas 11,3% dos votos nas eleições europeias, causando uma onda de choque no partido. Em junho de 1984, Georges Marchais teve como importante missão explicar ao comité nacional os fracos resultados eleitorais, sendo que nem internamente, nem ao nível do eleitorado, a constante atribuição da culpa ao PS parecia ganhar adeptos. Entre forte contestação interna, a direção não se demitiu mas a mudança de governo de julho de 1984 permitiu ao PCF sair da coligação e passar a ser um partido de oposição: “mécontentant tout le monde, en accentuant le processus de son déclin.”<sup>282</sup> Além de ter provocado cisões internas irreparáveis, a participação do PCF no governo retirou-lhe a confiança de uma parte do seu eleitorado mais tradicional, os trabalhadores, altamente afetados pelas políticas seguidas pelo governo de maioria PS.

Além disso, a participação do PCF no governo, entre 1981/1984, veio demonstrar que a referida “re-ortodoxização” do partido não impediu que aceitasse participar em coligações, mesmo em conjunturas em que o PS sozinho tinha maioria, como foi o caso da segunda volta das eleições legislativas de 1981. Mesmo tendo em conta que a coligação pré-eleitoral previa a entrada no governo dos partidos que as constituem, o período 1981/1984 demonstra

---

<sup>280</sup> Ibid., p.283

<sup>281</sup> Vanke, "Georges Marchais and the Decline of French Communism.", p. 94

<sup>282</sup> Charlot, *Les Partis Politiques Et Le Systeme Des Partis En France.*, p. 34

claramente a inconsistência de muitas das críticas ao carácter inflexível dos comunistas franceses.

A visão dos comunistas foi, ao longo dos três anos de governo, constantemente ignorada pela maioria socialista, ao mesmo tempo que os eleitores não entenderam de que forma o PCF pôde fazer parte, durante quatro anos, de um governo que impôs uma política de austeridade e reestruturação industrial, com a privatização de várias empresas chave do setor público francês. A viragem austeritária que o governo do socialista Mauroy fez em 1983 tornou-se ainda mais difícil de aceitar pelo facto de as políticas de nacionalização terem sido um dos pontos principais para a celebração do acordo entre o PCF e o PS, aquando do entendimento entre os dois partidos de esquerda, em 1978, e estar a ser desrespeitado de forma sucessiva pela maioria socialista, não obstante as nacionalizações ocorridas em 1981.

Perante o novo governo, formado em 1984, o PCF passou de novo a um papel de oposição. Porém, dessa vez, altamente fragilizado pela sua presença no governo anterior. Ao longo do tempo restante de Mitterrand na presidência francesa (1984/ 1995), o PS não conseguiu nunca governar com maioria absoluta. Embora muitas vezes apoiando o PS na Assembleia Nacional, o PCF só voltaria a estar no governo, juntamente, com os socialistas, em 1997, num governo onde o PS sozinho não tinha a maioria: “out of government but backing the Socialist governments, the PCF’s positions were obscure and difficult to present. The party’s continued electoral decline further weakened public interest in its program and policies.”<sup>283</sup>

Em 1988, o PCF não conseguiu sequer garantir um grupo parlamentar autónomo. Foi o PS quem pareceu “resgatar” o PCF na Assembleia Nacional, ao diminuir o número necessário de deputados para formar um grupo parlamentar de 30 para 20: “the PS acted less in the fraternal spirit of the united Left than on the basis of hardball politics. The rule change that allowed them to have their own parliamentary group came as a reward to the Communists for their deputies’ support of the Socialist candidate for president of the National Assembly.”<sup>284</sup>

A respeito da sua relação com o PS, o próprio PCF referiu que a estratégia de uma união da esquerda francesa não é possível, uma vez que o PS não representa os interesses da

---

<sup>283</sup> Wilson, "After the Deluge: The French Communist Party after the End of Communism.", p. 275

<sup>284</sup> Ibid.

população: “cette stratégie est remise en cause par la direction communiste sous prétexte d’avoir entretenu les illusions sur la nature du PS et d’avoir freiné les luttes sociales.”<sup>285</sup>

Segundo Jean Charlot, o oscilar de posições face à União Soviética, que, ao contrário do que se passava no PCI, em Itália, não deixa clara uma atitude face ao “socialismo real” por parte do PC francês, poderá ter como explicação uma determinada pressão feita pelo próprio PCUS sobre a direção do PCF. O próprio PS, através de Jean Pierre Chevenement, membro da ala mais à esquerda do partido, referiu-se à relação do PS com o PCF, no início da década de 70, e após sucessivas reformas dentro do PCF no sentido da aproximação ao eurocomunismo, como “dois merceeiros com vitrinas frente a frente e que vendem a mesma mercadoria a um mesmo cliente.”<sup>286</sup> E Rodriguez Araújo acrescenta: “competidores, mas com a diferença de que os social-democratas vendiam a sua mercadoria desde o século anterior e o PC acabava de inaugurar a sua loja”<sup>287</sup>, sendo essa “loja” a que se refere Araújo, a opção pelo eurocomunismo.

Jean Charlot vai, contudo, mais longe, procurando uma motivação individual, por parte dos dirigentes do PCF, para que este partido nunca tivesse, realmente, abraçado o eurocomunismo e realizado uma mudança efetiva: “le refus de s’adapter manifesté par le PCF s’explique d’abord par la volonté de ses dirigeants de conserver à tout prix leur pouvoir à sa tête: ils n’ont jamais accepté même pendant le période d’ouverture de 1968-77, de toucher à l’organisation léniniste du parti (...) de donner tous pouvoirs sur le parti à son secrétariat.”<sup>288</sup>

Segundo o ponto de vista deste autor, a razão do declínio do PCF foi, assim, mais profunda e relacionada com o próprio caráter dos seus dirigentes: estes seriam ainda mais ortodoxos do que os dirigentes soviéticos. Para provar esta afirmação, Jean Charlot utiliza três momentos referentes às reações públicas do PCF face a acontecimentos a Leste. Em primeiro lugar, acusando o partido de ter reagido tardiamente à desestalinização, havendo inclusivé um momento, em 1956, em que o PCF duvidou do relatório de Khrushchov tornado público no XX Congresso do PCUS. Por outro lado, o PCF, na sua comunicação pública, foi sempre bastante comedido e, segundo o autor, até receoso ao comentar os avanços da *perestroika* na

---

<sup>285</sup> Gotovitch, Delwit, and De Waele, *L'europe Des Communistes.*, p.280

<sup>286</sup> Jean Pierre Chevenement, citado por Rodríguez Araújo, *Esquerdas E Esquerdismo : Da Primeira Internacional a Porto Alegre* , p.161

<sup>287</sup> Ibid., p.162

<sup>288</sup> Charlot, *Les Partis Politiques Et Le Systeme Des Partis En France.*, p. 35

Europa centro-oriental. Para além de, internamente, a relação com o PS e, externamente, a relação com a URSS, não deixarem claro o posicionamento do PCF, existem outras condicionantes incontornáveis na análise do declínio do PCF. Uma delas é a ascensão da extrema-direita a partir de meados dos anos 80, com a Frente Nacional (FN) de Jean-Marie Le Pen. Segundo Frank Wilson, embora o perigo representado pela FN estivesse sobretudo associado a eleitores de direita descontentes com os partidos da direita clássica em França, a demagogia da extrema-direita francesa e o extremismo das suas posições poderão ter-se revelado atrativos para alguns antigos eleitores comunistas, particularmente os eleitores dos subúrbios das grandes cidades francesas. Isto, na medida em que, ausente do governo, a FN assumiu-se, do ponto de vista meramente formal, naquelas comunidades, como o partido antissistema outrora representado pelo PCF que, ao ter assumido responsabilidades governativas e legislativas com o PS, veria esse rótulo ser-lhe retirado. A ameaça da FN em relação ao PCF vai, porém, além do simples cálculo eleitoral: “the FN picked up populist causes that the PCF might have exploited (...) the decline of public services such as transportation, education, health, and housing; government globalization; government fiscal and budget austerity; urban and suburban decay.”<sup>289</sup>

Outra das condicionantes que marcaram o declínio do papel do PCF na sociedade francesa tem a ver com a própria forma como o comunismo era encarado numa sociedade onde a maioria dos eleitores já não passou pelos anos da Libertação da Europa, na qual o PCF teve um papel decisivo, e a quem se tornou essencial comunicar o importante lugar de um partido como o PCF numa sociedade diferente daquela de início e meados do séc. XX. As modificações sociais, com a modificação dos sistemas políticos, a evolução do papel dos meios de comunicação, as mudanças na escola pública, nas universidades, o apelo ao consumo, “sans oublier évidemment tout ce qui tient à la spécificité de l’entreprise communiste elle-même, aux conditions sociohistoriques de son succès relatif en France qui sont aussi les conditions de son déclin (...)”<sup>290</sup>, as campanhas mediatizadas, o próprio financiamento das campanhas partidárias e uma cada vez maior orientação política em função dos resultados eleitorais e muito menos no conteúdo ideológico diferenciador dos partidos,

---

<sup>289</sup> Wilson, "After the Deluge: The French Communist Party after the End of Communism.", p.277

<sup>290</sup> Pudal, "Les Communistes.", p.69

levou inegavelmente à perda de terreno por parte dos partidos como o PCF. Não subscrevemos, no entanto, a tese de que o “novo” é incompatível com o comunismo, a mesma que, contudo, acredita que o liberalismo ou o nacionalismo são sempre objeto do presente e do futuro. Reconhecemos, porém, as exigências que se colocam à promoção dos programas políticos dos partidos comunistas, por oposição ao facilitismo do populismo e de uma comunicação pública eleitoralista.

Ao mesmo tempo, a desqualificação sistemática do comunismo, nos anos 70 e 80, feita por uma forte propaganda de tom anticomunista, embora não superior à dos anos 50 e 60, degradou a imagem dos partidos comunistas ocidentais, constantemente prejudicados pelos relatos feitos por dissidentes soviéticos, como por Aleksandr Solzhenitsyn ou Andrei Sakharov, com grande repercussão na opinião pública ocidental: “ce sont ensuite les liens symboliques et historiques avec le monde soviétique que le PCF tente de reconfigurer au fur et à mesure qu’il est confronté aux révélations sur la terreur stalinienne désormais « incontrôlables » qui sont faites : du film de Costa Gavras, *L’Aveu*, tiré du livre d’Arthur London (1968), par exemple, à *L’Archipel du Goulag* de Soljenitsyne qui symbolise le point de non-retour dans la perception de l’URSS.<sup>291</sup>”

A análise da influência do anticomunismo no declínio do PCF é sobretudo apontada por Bernard Pudal: «L’histoire des mille et un vecteurs, par lesquels la disqualification du communisme s’est opérée, reste à faire: elle concerne aussi bien le monde journalistique et essayiste que le monde scientifique, aussi bien la vie d’usine que les représentations du groupe ouvrier, représentations mises en oeuvre dans les catégories d’État et dans les mots d’ordre politique, dans la littérature et dans les pratiques sociales les plus quotidiennes.<sup>292</sup>» De uma forma geral, Pudal fala da desqualificação da imagem dos trabalhadores, das elites comunistas e da “enorme” desqualificação da história do comunismo em França, através de trabalhos de teóricos franceses, como Stéphane Courtois, que revê toda a história do comunismo<sup>293</sup>, ou da orientação política de várias das principais escolas universitárias francesas, particularmente ao longo dos anos 80 e 90: « précisons que par disqualification, nous n’entendons nullement la critique et la condamnation du communisme, quelque forme qu’elles prennent, mais un type

---

<sup>291</sup> Ibid., p.70

<sup>292</sup> "La Beauté De La Mort Communiste.", p.555

<sup>293</sup> Por exemplo, em : Courtois et al., *Le Livre Noir Du Communisme. Crimes, Terreur, Répression.*

d'opération intellectuelle qui s'assure une crédibilité et une vraisemblance en laissant simplement parler l'indifférence à l'autre fondée sur la méconnaissance de sa «nécessité».”<sup>294</sup>

Rodríguez Araújo aponta o caso francês como aquele em que a adaptação dos partidos comunistas ocidentais aos novos paradigmas da sociedade, daquelas décadas, foi menos bem-sucedida, com o PCF a tornar-se num partido político com uma representação escassa, depois de ter sido “a principal força eleitoral nos primeiros anos da IV República e um partido ainda muito influente antes das eleições de 1981, ano em que começou o seu declínio.”<sup>295</sup> O autor considera que o fracasso eleitoral do PCF se deveu a uma democratização interna e a um distanciamento da URSS “mais discursivos do que reais.”

A opinião pública, certamente motivada pelos outros partidos e pelo trabalho de alguns autores, habituou-se a olhar para o PCF, durante a maior parte da sua existência, como um partido guiado por um compromisso com a URSS e o PCUS, observando o momento em que o partido se distanciou da URSS, entre 1962 e 1977, como uma mudança estratégica com objetivos temporais e táticos. O PCF, embora tenha adaptado o seu discurso ao longo das duas décadas em análise hesita sempre, e particularmente pela voz do seu secretário-geral, Georges Marchais, em renunciar à ideia de que a única forma de o socialismo chegar à França seria através de uma revolução baseada no marxismo-leninismo e instalando um determinado regime controlado pelo proletariado: “even during its moderate eras, it continued to talk of the revolution and to conduct actions designed to promote their ultimate ideological goals.”<sup>296</sup> Não quer dizer, contudo, que ao falar de “revolução” e ao considerar-se um “partido revolucionário” a única proposta para a rutura fosse um levantamento revolucionário violento.

Uma sondagem levada a cabo em 1990, junto dos 1019 participantes do XXVII congresso do PCF<sup>297</sup>, revelava que 99% dos participantes defendiam a manutenção da identidade do partido, 96% estavam satisfeitos com o seu funcionamento, a mesma percentagem que defendia a atualidade da expressão “luta de classes”. 81% afirmavam como positiva a ação de Lenine e 72% consideravam como globalmente positivas as conquistas da

---

<sup>294</sup> Pudal, "La Beauté De La Mort Communiste."

<sup>295</sup> Rodríguez Araujo, *Esquerdas E Esquerdismo : Da Primeira Internacional a Porto Alegre* , p.162

<sup>296</sup> Wilson, "After the Deluge: The French Communist Party after the End of Communism.", p.285

<sup>297</sup> Sondagem levada a cabo pela SOFRES, explicada em Charlot, *Les Partis Politiques Et Le Systeme Des Partis En France.*, p.35.

União Soviética. Os números demonstram um claro apoio às premissas mas, também, a existência de uma discordância interna relevante (28%) em relação às conquistas da URSS.

Jean Ranger prefere falar do tema da relação do PCF com a URSS sob um ponto de vista mais estrutural, referindo que o declínio do partido comunista não se deu especificamente por causa da suposta proximidade do partido ao PCUS. A relação do PCF com o PCUS seria antes, segundo o autor, e juntamente com outros fatores como o próprio funcionamento do partido, um problema latente. A questão do relacionamento entre o PCUS e o PCF é ativada na discussão de outros conflitos mais imediatos, como a prestação do partido no governo de 1981/1984 ou a relação conflituosa com o PS, e a explicação que prevalece na opinião pública não é a que o PCF deu mas antes a que o PS defende.<sup>298</sup>

A forte perda de posições nas autarquias locais,<sup>299</sup> a quebra acentuada do número de militantes, a própria descida abrupta das vendas do principal jornal do partido, que acabou por ser aberto a capitais privados, a perda de prestígio perante a opinião pública, assim como a acentuada quebra eleitoral e a perda de representação parlamentar, confirmam que, no final dos anos 80, o PCF se encontrava já numa situação de declínio acentuado, antes de qualquer acontecimento anunciar o fim dos governos ditos socialistas. Em 1986, quando nada faria prever o desenrolar dos acontecimentos de 1989/1991, Jean Ranger escrevia já: “En réalité, et je crois que tous les éléments matériels convergent dans ce sens, le Parti communiste est probablement menacé d’un déclin à peu près continu, par étouffement progressif.”<sup>300</sup>

### **1.2.3. - Partido Comunista de Espanha<sup>301</sup>**

O Partido Comunista de Espanha foi fundado em novembro de 1921, a partir da facção mais à esquerda do PSOE, que adere à III Internacional Comunista. Permaneceu ilegal logo a partir de setembro de 1923, situação da qual sairia com a proclamação da II República, em abril de 1931, para, após um fulcral papel de resistência republicana durante a Guerra Civil

---

<sup>298</sup> Ranger, "Le Déclin Du Parti Communiste Français.", p. 55

<sup>299</sup> « Le déclin du PCF a atteint évidemment cette dimension essentielle de son implantation : en 1977, on dénombrait 1465 maires communistes ; ils n'étaient plus que 887 (dont 756 effectivement membres du PCF) en 1995 (...) » Pudal, "Les Communistes.", p. 67

<sup>300</sup> Ranger, "Le Déclin Du Parti Communiste Français.", p. 62

<sup>301</sup> Os dados eleitorais relativos ao PCE podem ser consultados na página do Ministério do Interior do Governo de Espanha, em <http://www.infoelectoral.mir.es/> (última consulta efetuada a 02.07.2012)

Espanhola de 1936/1939, voltar de novo a ser ilegalizado pelo regime de Franco, a partir de 1939.

Com uma longa história de luta pela defesa dos seus ideais em situação de clandestinidade, o papel do PCE na sociedade espanhola ao longo da maior parte do séc. XX foi maioritariamente do lado da oposição aos sucessivos governos espanhóis, durante a ditadura, no período de transição e durante as últimas décadas do século. O PCE foi legalizado no período da *Transição Democrática*, que se iniciou um ano depois da morte do ditador Francisco Franco, a 20 de Novembro de 1975 e da proclamação de Juan Carlos I como rei de Espanha, dois dias depois.

O período em análise compreende anos de grandes transformações no PCE. A partir de 1986, o partido passa a incluir-se definitivamente na coligação Esquerda Unida (IU), que ultrapassa o âmbito eleitoral para se tornar numa organização política, cujos órgãos estatutários se sobrepõem aos dos seus constituintes, sem os eliminar: “ce processus permet aux communistes de sortir de leur isolement et de renouer avec les nouveaux mouvements sociaux.”<sup>302</sup>

### **1.2.3.1. - Contextualização histórica: o partido e o seu percurso**

O PCE nasceu a 13 de abril de 1921, pela união do Partido Comunista Espanhol (1920) e do Partido Comunista Operário Espanhol (1921), partidos formados por cisões à esquerda no PSOE. A união entre ambos foi sugerida pelo Komintern, para que houvesse apenas uma secção espanhola naquele órgão, representada por um só partido. Em março de 1922, celebrou-se o seu primeiro congresso, onde García Quejido é eleito secretário-geral. Logo a partir de 1923 o partido passa à clandestinidade, sob a ditadura de Primo de Rivera: “la represión provocará una aguda crisis interna y la renovación de la cúpula dirigente.”<sup>303</sup> A partir de 1925, a direção fixou-se em Paris, com Bullejos como secretário-geral. No final dos anos 20 e no início da década de 30 o partido levou a cabo uma reformulação dos seus quadros dirigentes: “las contradicciones dentro de esse equipo se agudizaron posteriormente con las

---

<sup>302</sup> Gotovitch, Delwit, and De Waele, *L'Europe Des Communistes.*, p.304

<sup>303</sup> “Cronologia”, *El Mundo*, 21/04/1995, p.3



discrepâncias en el análisis de la situación política española.”<sup>304</sup> Em 1932, José Diaz, um antigo anarquista, foi eleito secretário-geral do PCE. Diaz adaptou a estratégia do partido às indicações do Komintern e à via seguida pela generalidade dos partidos comunistas europeus.

O início da década de 30 foi marcado pela entrada de Dolores Ibárruri no comité central do PCE, figura incontornável da história contemporânea de Espanha, ao atravessar gerações e momentos excepcionais, como a resistência à ditadura de Primo de Rivera, a Segunda República, a Guerra Civil, a clandestinidade, a transição para a democracia e, por fim, a *perestroika*. O percurso do próprio PCE é, assim, indissociável de uma das suas líderes mais carismáticas.

Quanto ao partido em si, saiu da clandestinidade com o advento da Segunda República, em 1931, mas foi só nas segundas eleições legislativas, em 1933, que obteve a sua primeira presença parlamentar. No ano seguinte, o partido voltaria a ser ilegalizado, fruto do seu apoio incondicional aos levantamentos populares dos mineiros asturianos (1934) e à forte contestação dos trabalhadores ao governo. Em 1936, o partido integrou a coligação da Frente Popular, de esquerda, que venceu as eleições, elegendo os comunistas 17 deputados para o Parlamento. Em julho desse ano, a direita organizou um golpe militar que procurou depor o governo democraticamente eleito e o PCE esteve desde logo na proa da contestação. Os confrontos entre republicanos e militares rebeldes levariam à Guerra Civil, onde o PCE teve sempre um posicionamento marcado pela luta pela democratização da sociedade, opondo-se às forças da direita que pretendiam a implementação de um regime fascista. Com o final da Guerra Civil e a derrota das forças republicanas, grande parte dos dirigentes comunistas espanhóis partiram para França mantendo, no entanto, uma forte estrutura clandestina em Espanha.

O regime franquista ilegalizou o PCE, sustentando que “el Frente Popular fue un diabólico invento comunista siguiendo la tactica preconizada por el Komintern.”<sup>305</sup> A investigação académica demonstra, porém, que a Frente Popular sustentava uma convergência das forças republicanas, onde se incluía o objetivo de impedir a instalação do fascismo em Espanha. Durante a Guerra Civil, o PCE assumiu um papel de relevo e é consensual afirmar

---

<sup>304</sup> “PCE: 75 aniversario”, El Mundo, 21/04/1995, p.2

<sup>305</sup> Idem

que a URSS foi, no âmbito internacional, o apoio mais forte à causa republicana. Durante os anos da guerra, não obstante o facto de haver apenas dois ministros comunistas no governo, a organização política é marcada por elementos característicos do programa comunista. O PCE foi, nestes anos, extremamente cauteloso quanto ao seu carácter revolucionário, opondo-se, por exemplo, à coletivização dos campos, por entender que “un proceso revolucionário de tipo anticapitalista en plena guerra civil no hubiera provocado sino más temores internacionales respecto al futuro de la República y hubiera alejado de ésta a las capas burguesas.”<sup>306</sup> Nesta altura, a preocupação central e prioritária do PCE centrava-se na defesa da República e em impedir a formação e a propagação das ideias fascistas no país.

A derrota na Guerra Civil das forças republicanas foi, também, uma derrota do PCE e dos trabalhadores espanhóis. O comunismo passou a ser o alvo preferido da repressão fascista: “desde el exilio, como todas las fuerzas derrotadas, el comunismo estuvo obligado a una etapa de marcados sufrimientos y de silencio.”<sup>307</sup>

A oposição a Franco reorganizou-se a partir de 1944. A “União Nacional” criada pelo PCE, que pretendia reunir as forças políticas oposicionistas, não teve o êxito previsto, debaixo da forte repressão e das extremas dificuldades impostas pela ditadura: “la lucha guerrillera, sin poner realmente en peligro nunca la existencia del régimen de Franco, sí que fue una de las preocupaciones graves de éste, que empleó contra ella a fondo al Ejército y la Guardia Civil.”<sup>308</sup>

Aconselhado pelo PCUS, o PCE passou, a partir de 1948, a outro tipo de luta contra o regime, abandonando as ineficazes guerrilhas armadas, que embatiam contra a forte repressão do poder instalado. Porém, a direção do PCE não conseguiu levar à prática esta mudança estratégica. As guerrilhas mantiveram-se ativas até aos anos 60, praticamente todas lideradas e constituídas por militantes comunistas que desobedeceram às instruções da direção do PCE no exílio. Procurou-se iniciar, neste período, e ainda sob a liderança de Dolores Ibárruri, a estratégia de resistência e oposição através da penetração do partido nas organizações de trabalhadores, ou seja, os sindicatos verticais criados pelo regime, e na sociedade civil. A partir de outubro de 1951, “el PCE se plantea como nueva táctica de oposición antifranquista

---

<sup>306</sup> Idem

<sup>307</sup> Idem

<sup>308</sup> Idem

el acercamiento a otras fuerzas democráticas (PSOE) y las luchas pacíficas por las libertades.”<sup>309</sup> Abriu-se espaço para um período de reconciliação entre as forças oposicionistas e o partido conseguiu penetrar em organizações criadas pelo próprio regime. O papel do partido durante este período passou pela proteção aos exilados e aos clandestinos mas também pela informação às gerações mais jovens, para as quais o comunismo vinha associado a uma imagem altamente distorcida e promovida de forma muito eficaz pela ditadura.

A partir de 1952, a imagem do comunismo e da URSS tendeu a suavizar-se um pouco na sociedade espanhola, com a entrada da Espanha na ONU com o voto favorável da URSS, a desestalinização, a política de apaziguamento, fatores que transformam, em parte, a imagem do próprio PCE junto da população e, particularmente, dos universitários espanhóis. Por outro lado, prosseguia, por parte do partido, a tentativa de reconciliar as forças oposicionistas: “enarbolando la bandera de la reconciliación, los comunistas españoles comenzaron a desarrollar contactos con otras formaciones políticas tan reducidas como inoperantes, con el objetivo de articular una acción unitária contra el franquismo.”<sup>310</sup>

Nos anos sessenta cresceu a participação dos trabalhadores em manifestações e em greves como a de junho de 1962, numa altura em que nasciam as fundações daquele que viria a ser o principal sindicato espanhol, as *Comisiones Obreras*, nesta altura a funcionar em plena clandestinidade: “a mediados de la década empezó a hablarse de la «alianza de las fuerzas del trabajo y la cultura» y se realizó un mayor esfuerzo de análisis de la realidad española.”<sup>311</sup> Quanto ao PCE, esteve presente em todas as frentes e atividades de contestação, desde o trabalho, à cultura, à universidade. A contestação a que o partido se associava levaram a que cada vez mais jovens militantes se juntassem ao PCE, descobrindo nele uma voz contra a asfixia promovida pela ditadura. Como refere Pedro Vega, autor do artigo de *El Mundo*, trata-se de uma juventude para quem o PCE está muito menos associado ao PCUS do que está à democracia, ao laicismo e ao antifranquismo.

A partir de 1968, o PCE distanciou-se da maior parte dos posicionamentos da URSS, particularmente na ação do Pacto de Varsóvia em Praga: “si Mayo de 68 produjo una oleada de entusiasmo y fervor revolucionario en el grueso de la militancia comunista, la invasión de

---

<sup>309</sup> Idem

<sup>310</sup> “De la reconciliación a la libertad”, *El Mundo*, 21/04/1995, p.4

<sup>311</sup> Idem

Checoslovaquia fue como un mazazo, suponía un sério revés para la política de apertura y diálogo con otras formaciones políticas.”<sup>312</sup> A condenação da intervenção na Checoslováquia foi o primeiro de vários passos que o partido toma no sentido de se afastar do socialismo real. No final dos anos sessenta e início da década de setenta, o PCE foi claro ao afirmar, através dos seus líderes, que a via para o socialismo se fazia através do pluralismo político e do respeito por eleições livres e universais.

A adoção plena e clara do eurocomunismo foi a principal opção estratégica do partido, defendendo claramente a via democrática para o socialismo, em oposição ao que, particularmente Santiago Carrillo, do PCE, e Enrico Berlinguer, do PCI, identificavam como tendo sido a construção do socialismo na Europa Centro-oriental.

Nas vésperas da morte do ditador, o PCE era a organização oposicionista que contava com um maior apoio em termos da sua relevância no que diz respeito ao número de militantes e à participação em iniciativas de combate ao fascismo espanhol.

### **1.2.3.2.- Os anos 70 e 80: as interpretações e as mudanças estratégicas**

Em julho de 1974, em Madrid e em Paris, foi apresentada a Junta Democrática, uma coligação de partidos oposicionistas e outros elementos da sociedade empenhados na construção de uma sociedade de contornos democráticos em Espanha. O regime fascista vivia em Espanha um período de transformação, marcado pela doença do ditador, que viria a falecer em novembro de 1975. Alonso Zaldivar, refere, contudo, que a debilidade de Franco não era refletida numa atitude mais branda por parte do regime, uma vez que 1975 “es un año de endurecimiento del régimen franquista, com un Estado de Excepción en País Vasco, más violento que cualquiera de los anteriores. Es el año de los fusilamientos, algo que parecía que no iba a ocurrir más, después de diciembre de 1970.”<sup>313</sup> Foi, também, um ano de importante contestação e de crescimento da tensão entre as forças governamentais e a oposição. É de salientar, no âmbito do processo de transformação iminente da sociedade espanhola, as eleições sindicais de 1975, que representaram um grande avanço das *Comisiones Obreras*, a

---

<sup>312</sup> Idem

<sup>313</sup> Vários, *Para Una Historia Del P.C.E.*, ed. Fundación de Investigaciones Marxistas, 60º Aniversario De La Fundación Del P.C.E. (Madrid: Fundación de Investigaciones Marxistas, 1980).,p.186

morte do ditador e a proclamação de um novo rei, Juan Carlos I, em novembro de 1975. Todo o país estava expectante sobre que rumo seguiria a governação.

Santiago Carrillo, representando o PCE, era uma das figuras de proa do movimento libertador. Os principais pontos de combate da Junta Democrática passavam pela formação de um governo provisório que garantisse o reconhecimento das liberdades e direitos democráticos, a amnistia dos presos políticos, a legalização dos partidos políticos, a liberdade sindical, o direito à greve e à manifestação, a liberdade de expressão e de imprensa, a independência da justiça, o profissionalismo e neutralidade política das forças armadas, o reconhecimento das nacionalidades catalã, galega e basca, a separação entre Estado e igreja, as eleições livres, periódicas e universais e a integração da Espanha nas instituições europeias.

A Junta não veria, no entanto, satisfeita por parte do novo rei a sua reivindicação de um governo provisório que assumisse estas prioridades. João Carlos I optou por manter na presidência do governo o franquista Arias Navarro, cujo governo de “franquismo sem Franco” foi fortemente contestado pela população. Entre os eventos de contestação, as manifestações em Vitória, em março, revelaram particularmente a incapacidade de resposta do governo de Arias às movimentações populares que pediam a democratização do regime. Em julho, o rei deu posse a Adolfo Suárez para formar um novo governo. Suárez, secretário-geral do partido único, era um político com vários cargos, desde os anos 50, dentro da ditadura franquista, mas, ainda assim, nomeado para proceder ao desmantelamento das estruturas desse mesmo regime e que reunindo apoios moderados entre a oposição. Suárez e o seu Projeto de Reforma Política pareciam conseguir atrair uma oposição interessada, prioritariamente, no desmantelamento da ditadura, sendo Suárez descrito como o primeiro presidente de governo democrático após a morte de Franco e apelidado, por Santiago Carrillo, secretário-geral do PCE, de “anticomunista inteligente”: “Yo no creo que el presidente Suárez sea un amigo de los comunistas. Le considero más bien un anticomunista, pero un anticomunista inteligente que ha comprendido que las ideas no se destruyen con represión e ilegalizaciones. Y que está dispuesto a enfrentar a las nuestras, las suyas. Bien, ése es el terreno en el que deben dirimirse las divergencias. Y que el pueblo, con su voto, decida.”<sup>314</sup>

---

<sup>314</sup> [http://www.elmundo.es/especiales/2007/03/espana/30aniversario\\_pce/sabadosantorajo11.html](http://www.elmundo.es/especiales/2007/03/espana/30aniversario_pce/sabadosantorajo11.html) (30/10/2013)

Suárez conseguiu fazer aprovar nas Cortes espanholas a Lei para a Reforma Política de Espanha, levada a referendo em dezembro de 1976 e, aprovada com mais de 80% dos votos a favor, promulgada em janeiro de 1977. Embora sem uma rutura abrupta com o regime anterior, esta lei previa a passagem da ditadura que vigorava em Espanha desde o final da Guerra Civil, em 1939, para um sistema constitucional democrático assente numa monarquia parlamentar e abria as portas à eleição do Parlamento espanhol de forma livre e universal, através do sufrágio, que viria a ter lugar em junho de 1977.

Um dos pressupostos da transição democrática, e sem a qual as eleições não seriam livres, era a legalização dos partidos políticos. Ainda assim, seria com surpresa que as Cortes e a elite do regime que definhava receberiam a notícia da legalização do PCE, em abril de 1977: “la noticia cae literalmente como una bomba en el país. Provoca el estupor y el miedo en los sectores no politizados, una indignación inmensa en la derecha franquista y una furia casi incontenible en el seno del Ejército.”<sup>315</sup>

Victoria Prego, jornalista do *El Mundo*, adianta que a indignação das elites do regime perante a decisão de Suárez de legalizar o PCE seria tanta que teria sido o próprio Suárez a pedir a Carrillo que estivesse fora de Espanha quando isso acontecesse. Particularmente porque, contra a vontade de Carrillo, a legalização do PCE fez-se em plena Semana Santa de 1977. Suárez reconheceu a importância da legalização do PCE como uma das ações políticas mais marcantes e definitivas no que respeita ao desmantelamento do regime franquista: “Sin esta última carta, la construcción emprendida no estaría completa, pero ésta es precisamente también la carta que podría hundir definitivamente el esqueleto del futuro edificio y acabar para siempre con el proyecto.”<sup>316</sup> Até porque, como bem refere Alonso Zaldívar, Santiago Carrillo era a principal cara, nesta altura, da luta pela unidade da oposição espanhola e é por isso útil, para Suárez, uma associação à figura de Carrillo: “con algunas de ellas se forma la «Comisión de los diez», donde también se resumen las plataformas unitarias de las nacionalidades, y se inicia la «negociación-diálogo» con el presidente Suárez.”<sup>317</sup> Não obstante a delicadeza do assunto da legalização do PCE, era fulcral, para a imagem de

---

<sup>315</sup> Idem

<sup>316</sup> Idem

<sup>317</sup> Vários, *Para Una Historia Del P.C.E.*, p.186

mudança e democratização que Suárez queria imprimir à sua governação, que o partido do qual é secretário-geral a principal figura da oposição saísse da clandestinidade.

A partir de abril de 1977, o PCE passa a ser um partido legal. Nesse sentido, concorreu em junho seguinte às eleições gerais, após 40 anos de interregno. Não obstante o papel decisivo de Santiago Carrillo na oposição ao regime franquista, a União do Centro Democrático (UCD), presidida por Adolfo Suárez, então chefe do governo, ganhou as eleições. Mesmo dentro das forças de esquerda, o PCE não foi, de longe, o partido mais votado: o PSOE de Felipe González conseguiu ser a força de esquerda mais representada, remetendo o partido de Carrillo para a terceira posição no Parlamento, com apenas 20 deputados, nos quais se incluíam ainda os 8 deputados eleitos pelo PSUC (então o braço do PCE na Catalunha): “las elecciones del 15 de junio son el momento más sintético de toda esta gran batalla, y quizás no se ha hecho suficiente énfasis en que sus resultados fueron una sorpresa para casi todos los partidos que allí participaron.”<sup>318</sup> É verdade que o resultado de apenas 9,24% dos votos fica muito aquém das expectativas criadas na campanha eleitoral realizada pelo PCE, culminar de um processo de luta do qual os comunistas espanhóis se sentem protagonistas. Porém como referem Carme Molinero e Pere Ysàs, “el resultado era superior a las previsiones de todas las encuestas publicadas en las semanas anteriores a los comicios, si bien ella no evitó la decepción de buena parte de los militantes comunistas, especialmente después de una campaña electoral caracterizada por la masiva asistencia a los actos del partido.”<sup>319</sup>

Para os socialistas, a surpresa foi outra. O resultado alcançado foi superior ao previsto pelos seus líderes e colocou o partido numa situação de supremacia em relação às outras forças de esquerda representadas no Parlamento: “se abrían por tanto, unos problemas de resituación de cada partido en su terreno real, y a partir de ahí, de definición de sus líneas de avance.”<sup>320</sup> O PSOE, que se havia eclipsado após a guerra civil para regressar à cena política apenas nos anos setenta, obteve, de facto, uma votação robusta nas eleições de 1977. Anna Bosco atribui este resultado do PSOE a dois fatores determinantes: a direção jovem e agressiva de Felipe

---

<sup>318</sup> Ibid., p.194

<sup>319</sup> Molinero, Carmen e Ysàs, Pere, “El PCE y la democracia” em *Las Izquierdas en Tiempo de Transición*, coord. Carme Molinero e Pere Ysàs. Valência: PUV Universitat de València. 2016, p.127

<sup>320</sup> Vários, *Para Una Historia Del P.C.E.*, p.186

González e Alfonso Guerra e outro, mais determinante: “nel 1977, i due partiti [PSOE e PCE] non si distanziavano né dal punto di vista ideológico né da quello programmatico.<sup>321</sup>” O PSOE optou, no seu XXVII Congresso, em dezembro de 1976, por um posicionamento radical, definindo-se como um partido marxista. Da parte do PCE, o fraco resultado desta eleição foi justificado por fatores externos ao partido, ligados à sua recente legalização, às associações frequentemente trazidas à opinião pública relativas ao período da guerra civil e, sobretudo, à existência de uma lei eleitoral penalizadora para as formações políticas minoritárias.

Em outubro de 1977, os acordos de La Moncloa representaram um passo essencial no processo de transição para a democracia, formalizando o compromisso entre o governo liderado por Suárez, os partidos políticos com representação parlamentar e os principais sindicatos, na estabilização do processo de democratização da sociedade espanhola e na procura de uma política económica estável. Em dezembro de 1978, a aprovação da Constituição foi o culminar desta política, que abriu definitivamente o caminho à democracia e encerrou os anos da ditadura de Francisco Franco.

Em 1979, as segundas eleições democráticas em Espanha após o regime ditatorial pouco ou nada vêm alterar o panorama político nacional: a UCD voltou a vencer as eleições sem maioria absoluta, o PSOE permaneceu como a segunda força política parlamentar e o PCE aumentou relativamente a sua votação efetiva e em termos percentuais, elegendo mais três deputados para o Parlamento. Após as eleições de março de 1979 foi formado o primeiro governo presidido por Adolfo Suárez. Não existiram variações relevantes nestas eleições, embora o crescimento de 1% do PCE, representativo de mais 220 mil votos, viesse, segundo Anna Bosco, premiar a política de democratização defendida pelo PCE, mas que ficou, novamente, aquém das expectativas: “indicando che i rapporti di forza instauratisi tra socialisti e comunisti non sono un dato congiunturale.<sup>322</sup>” Os acordos entre o PCE e o PSOE, celebrados após as eleições municipais, tiveram um forte impacto, permitindo à esquerda governar a nível local cerca de 20 milhões de espanhóis.

Antes de analisarmos os resultados eleitorais de 1982, onde se deu o que alguns autores apelidam de “implosão” do PCE,<sup>323</sup> será importante falar da política interna e externa do

---

<sup>321</sup> Bosco, *Comunisti : Trasformazioni Di Partito in Italia, Spagna E Portogallo.*, p.100

<sup>322</sup> *Ibid.*, p.101

<sup>323</sup> Gotovitch, Delwit, and De Waele, *L'Europe Des Communistes.*, p. 277



partido durante os anos setenta e de que forma o PCE se posicionou, primeiramente, no centro da luta pelo derrube das estruturas fascistas do Franquismo e, depois, dentro de um parlamento onde não teve um papel preponderante mas numa sociedade onde a influência dos partidos não se resumia à proporção eleitoral ou parlamentar, mas antes, durante os primeiros anos do regime democrático, pela procura de entendimentos parlamentares formadores de uma assembleia de representação plural. Segundo Alonso Zaldívar, o PCE, nestes anos, centrou a sua política em 5 eixos fundamentais: a mobilização das massas, a procura de união entre as forças democráticas, a independência relativamente a qualquer influência exterior, a implantação do partido na realidade espanhola e a inclusão do PCE, definitivamente, no eurocomunismo.

Alonso Zaldívar sustenta que, a partir do momento em que o partido foi legalizado, e com a marcação das eleições gerais de 1977, o objetivo da luta de massas promovida pelo PCE não foi o de formar um governo alternativo a Suárez mas antes o de proporcionar um contexto político tranquilo e favorável ao desenvolvimento sem incidentes da campanha eleitoral e das eleições em si e conseguir, através do voto popular, uma representatividade considerável para o PCE no novo Parlamento democraticamente eleito.<sup>324</sup> Se o primeiro objetivo foi claramente conseguido, com a celebração de eleições gerais livres, o segundo ficou aquém do esperado por Carrillo e pelos militantes comunistas.

Tratou-se de uma viragem política no objetivo da luta de massas do PCE, passando de um período em que exigia a mudança, centrado nos anos de 1975 e 1976, para outro, iniciado com as eleições de 1977, altamente marcado pelos Acordos de La Moncloa em 1978 e que duraria até ao período posterior às eleições gerais de 1979, em que o partido exigia que fossem cumpridos os pressupostos que levariam à democratização do sistema político espanhol: “antes se luchaba para que el Gobierno no pudiera hacer lo que proclamaba, ahora había que luchar para que el Gobierno hiciera lo que pactaba.”<sup>325</sup> O incumprimento por parte do governo dos pressupostos previstos nos Acordos de La Moncloa e a viragem à direita do governo de Suárez foram motivos suficientes para que, no outono de 1979, as *Comisiones Obreras* se mostrem favoráveis a uma nova greve geral: “el Partido Comunista se manifesta contrario a

---

<sup>324</sup> Gotovitch, Delwit, and De Waele, *L'Europe Des Communistes*.

<sup>325</sup> Vários, *Para Una Historia Del P.C.E.*

un esfuerzo de masas aislado y plantea la necesidad de una presión social sostenida y profunda.”<sup>326</sup>

Assim, entre 1975 e, pelo menos, até às eleições de 1982, a preocupação central do PCE, no que diz respeito à luta de massas e à contestação, passou por duas fases distintas: a primeira, exigindo que fosse assegurado o desmantelamento das estruturas remanescentes do regime fascista e, a segunda, a partir de 1977/1978, de luta pelo cumprimento dos objetivos programáticos do governo de transição democrática e dos Acordos de La Moncloa. Em qualquer um dos momentos, foi constante a preocupação central do partido em que as ações de luta de massas tivessem como propósito assegurar a tranquilidade da transição democrática e unificar a oposição em torno de objetivos comuns, observando, na sua luta, a especificidade da realidade espanhola e estabelecendo prioridades. A reflexão do partido, neste período, é sempre feita em torno da forma de como encarar a luta de massas num contexto democrático, estabelecendo, sempre que possível, pontes com outras formações políticas e movimentos sociais.

Este foi, segundo o autor, o segundo grande eixo de atuação do PCE, referente a uma política unitária para a oposição espanhola. Ao longo de 1975 e 1976, os quadros nacionais e locais do partido desenvolveram ações próximas de outras forças políticas oposicionistas. No entanto, esse esforço embate constantemente na dificuldade em focar de forma mais específica as ações de luta: “conseguir esta unidad tiene el precio de que hay que precisar menos, dejar más ambiguos, los objetivos que se pretenden.”<sup>327</sup> No processo da transição democrática espanhola, os temas e os objetivos foram-se flexibilizando, à medida que as legislaturas de Suárez como chefe do governo (1977 e 1979) evoluíram num determinado sentido, contrário ao inicial. Entre os exemplos da flexibilização das exigências do período pós 1975/1976, a aceitação do regime monárquico, a garantia de impunidade aos colaboradores do regime franquista por não poderem ser julgados crimes políticos anteriores a 1977, salvo os praticados contra as autoridades públicas, ou a questão das limitações à luta dos trabalhadores foram temas, alguns deles, que contornaram os objetivos iniciais da oposição, em particular do PCE.

---

<sup>326</sup> Ibid.

<sup>327</sup> Ibid., p. 189

Tratar-se-ia de conceder, em parte, aspetos fundamentais da política do partido e das convicções dos seus militantes.

Em relação a este tema, porém, há que salientar dois aspetos: o facto de, nos anos de 1975 e 1976, o PCE se assumir francamente, junto das instituições, como a principal força de oposição à permanência de um regime de “Franco sem Franco” e, ainda que ilegal, ser a força política de proa na contestação ao regime. A partir das eleições de 1977, o cenário inverteu-se e o PCE não conseguiu aglutinar, através da expressão eleitoral, o papel de destaque alcançado nos anos anteriores. Refere Carrillo, a este propósito que “los comunistas habíamos demostrado saber ser unitarios cuando éramos los más fuertes – entre las fuerzas a unir -; a partir del 15 de junio teníamos que aprender a ser unitarios no siendo los más fuertes.”<sup>328</sup> Quer os Acordos de La Moncloa, quer as eleições posteriores, em 1979, ficaram condicionados a um contexto em que os comunistas, pelo menos no que diz respeito à expressão eleitoral, não eram a força dominante na esquerda, deixando esse lugar ao PSOE. E, dada a clara orientação à direita da UCD, dependia do entendimento daqueles dois partidos uma união dos partidos de esquerda.

Não menos importante, porém, e essencial no âmbito da nossa dissertação, é procurar perceber a política internacional do PCE durante o período da Transição Espanhola, em particular entre os anos de 1975 e 1979. A partir do momento da sua legalização, em 1977, o PCE, no que respeita à política internacional, encetou diálogo com os países não-alinhados e com países onde existiam movimentos de libertação de regimes ditatoriais. Por um lado, o partido era contrário à presença da Espanha na OTAN ou à presença de bases aéreas norte-americanas em território espanhol, tendo em vista a defesa de uma política de dissolução dos pactos militares. Por outro lado, também no que diz respeito à URSS, o PCE não apoiou a intervenção armada no Afeganistão, em 1979, assim como se opôs à atuação bélica da responsabilidade doutros governos comunistas: “uno de los ejes de la acción del partido es la lucha contra el restablecimiento de la guerra fría y el alineamiento com los bloques existentes.”<sup>329</sup> A oposição do PCE aos blocos militares não foi uma novidade, porém, do período da Transição Espanhola: já em 1968 o partido se mostrara contrário à intervenção do

---

<sup>328</sup> Ibid., p.190

<sup>329</sup> Ibid., p. 191

Pacto de Varsóvia na Checoslováquia e vinha desenhando a sua atuação política internacional no caminho da promoção da dissolução dos dois grandes blocos militares comandados pelas duas superpotências da Guerra Fria. A política do PCE procurava uma aproximação entre os partidos comunistas do Ocidente europeu, o socialismo e a social-democracia com vista à tomada de posicionamentos comuns, nomeadamente em relação à crise económica. Uma atitude que, embora esteja a ser aqui descrita como sendo dos finais dos anos setenta, contrasta com a do partido na atualidade, onde a convergência é feita pela IU à sua esquerda.

No que diz respeito à monarquia, Santiago Carrillo justifica a aceitação, por parte do PCE, na reunião do Comité Central do partido de abril de 1977, pelo facto de o partido verificar que, dentro desse regime, estão a ser reestabelecidas, de forma decisiva, condições para a democratização da sociedade espanhola: “Hemos defendido la República, y las ideas de nuestro partido son republicanas; pero hoy, la opción no es entre Monarquía o República, sino entre dictadura o democracia.”<sup>330</sup> Também nesta reunião ficou novamente explícita a exigência, por parte do PCE, do reconhecimento das particularidades das nacionalidades, povos e regiões espanhóis. Carrillo defendeu, então, a existência de uma Espanha unida mas onde não faria sentido não conceder autonomia e reconhecer a diversidade, referindo-se, objetivamente, à Galiza, Catalunha e ao País Basco, regiões cuja identidade tinha sido desconsiderada e, em muitos aspetos proibida, pelo regime fascista.

Na reunião do Comité Central de 14 e 15 de abril de 1977 tornou-se evidente também a vontade de união interna em torno do consenso de democratização do sistema político espanhol, espelhado no programa eleitoral, que foi então apresentado aos espanhóis. O principal ponto de referência deste programa era a consciencialização do povo de que, a partir daquelas eleições, o voto seria livre e secreto, pelo que todas as opiniões seriam respeitadas. O PCE combateria pela ideia de que o voto nas forças democráticas contribuiria para um período de grande estabilidade e segurança. Assim, o programa eleitoral do PCE define que o voto comunista é um voto pela democracia e reitera a sua vontade de cooperar com todas as formações políticas na elaboração de uma Constituição democrática. Entre outros aspetos, o programa refere as liberdades individuais, a igualdade de género e de acesso aos cargos públicos, a democratização da vida económica e a separação clara entre a Igreja e o Estado.

---

<sup>330</sup> Idem

O último eixo essencial da política do PCE naqueles anos prende-se com a sua inequívoca inclusão no eurocomunismo. Como refere Zaldívar, não se pode distinguir um eixo específico para caracterizar a política eurocomunista do partido, uma vez que está relacionada com todos os eixos essenciais acima descritos. No Manifesto Programa de 1975, o partido fez uma clara alusão ao eurocomunismo, defendendo os seus elementos essenciais. Em 1976, na Conferência de Partidos Comunistas em Berlim, o PCE enquadra-se perfeitamente nesta linha e em 1977, juntamente com Marchais e Berlinguer, Carrillo publica “eurocomunismo e Estado.” É, contudo, após as eleições de 1977 que se define a necessidade de homogeneizar o partido de acordo com a linha eurocomunista, facto que não é consensual que tenha sido levado a cabo de forma transversal no partido, como atestam as conclusões do Congresso do partido de 1978, onde foi questionada a orientação eurocomunista objetivada pela direção.

Assim, entre 1975 e 1979, o PCE passa por momentos marcantes da sua história, facilmente definíveis através de acontecimentos chave que modificaram o percurso do partido. A morte de Franco, em novembro de 1975, levou à agitação social, encabeçada pelo PCE, ainda clandestino, elemento essencial da Coordenação Democrática. Embora tenha sido malgrado o objetivo de formação de um governo provisório, a contestação ao governo de Arias levou à sua queda: “al repensar esos momentos me he permitido calificarlos cada uno con un rasgo, y para mi el rasgo del Partido Comunista ante la muerte de Franco es decisión.”<sup>331</sup> O referendo à lei da Reforma Política constituiu outro momento relevante para o percurso do partido pois, a partir do seu resultado, seria redefinido todo o campo de ação do PCE: caso o referendo fosse reprovado pelos espanhóis, as estruturas franquistas manter-se-iam, dificultando a sua ação. Porém, o período prévio à realização do referendo tinha demonstrado ao partido a sua força mobilizadora junto da população, facto que não passou, obviamente, despercebido à direção do PCE. A importante decisão de agir no âmbito da transição pactuada e não de uma rutura é tomada nesta altura, sendo crucial para caracterizar o posicionamento do partido ao longo destes anos. A opção de incluir a sua ação no âmbito de um contexto de transição pactuada é tomada numa reunião clandestina da cúpula do partido, realizada num moinho de vento, durante este período.<sup>332</sup>

---

<sup>331</sup> Ibid., p.192

<sup>332</sup> Ibid., p.193

A legalização do partido aparece como o terceiro grande momento, significando o cumprimento do seu objetivo primordial: “en definitiva, es el dato que nos permite medir hasta donde había llegado la fuerza generada por la política de movilización y unidad.”<sup>333</sup>

A reta final do período da Transição Espanhola não é favorável ao PCE. Com a crise económica, após os anos de governo da UCD, a afetar de forma muito incisiva a indústria espanhola, particularmente na Catalunha e nas Astúrias, onde, do ponto de vista municipal, o partido estava mais implantado, a direção optou por outro tipo de estratégia que não a agitação social. Também internamente, no início dos anos 80, o partido sofreu uma série de cisões, sendo que a direção do PCE se viu questionada, quer por parte dos militantes mais progressistas, quer por parte dos mais conservadores: “pour les uns, «les rénovateurs», le parti doit pousser plus avant l’eurocommunisme. Il doit reconnaître le droit de tendance et se rapprocher du PSOE.”<sup>334</sup> Esta é a tese defendida pelo setor intelectual do partido, contestada por uma facção mais à esquerda, que acusa Carrillo de deixar de lado as preocupações reais da classe trabalhadora espanhola. Às tensões dentro do PCE somaram-se as divergências entre o partido. No País Basco, onde determinadas facções do EPK propunham um maior diálogo com outros partidos de esquerda basca, no sentido da formação de uma frente ampla de partidos, e na Catalunha, com o PSUC, cuja força é determinante no seio do comunismo espanhol a recusar, em janeiro de 1981, a via do eurocomunismo.<sup>335</sup>

Entre 1980 e 1982 o partido enfrentou três crises internas, consequência dos fracos resultados eleitorais das eleições precedentes e das outras dificuldades internas, na conjugação entre as diferentes tendências entre o partido do exílio e o partido legal.<sup>336</sup> Anna Bosco aponta igualmente três crises internas essenciais neste período: a facção pró-soviética do partido comunista catalão, que abandonou o PSUC e forma o PCC (1982); um setor renovador que exigia maior democratização a nível do funcionamento interno do partido e estava presente em várias secções regionais; e, por fim, a facção nacionalista basca, que abandonou a ligação ao PCE e forma uma força política independente.

---

<sup>333</sup> Ibid.

<sup>334</sup> Gotovitch, Delwit, and De Waele, *L'europe Des Communistes.*, p.277

<sup>335</sup> Ibid.

<sup>336</sup> Bosco, *Comunisti : Trasformazioni Di Partito in Italia, Spagna E Portogallo.*, 105

Carrillo, cuja gestão provocou a reação dos vários setores críticos, teve de jogar com todas estas tendências: o descontentamento evidente de uma larga fatia dos seus eleitores de base, as crises internas perante opções estratégicas do partido e as divergências relativas aos braços políticos do PCE em importantes regiões, como o País Basco e a Catalunha: “l’opposition sera totale entre sa ligne politique résolument «modernisatrice» e sa façon autoritaire et despotique d’imposer ses solutions”<sup>337</sup>. O autor apontou o carácter inflexível de Carrillo, nesta altura, como principal culpado do grande número de abandono de quadros de relevo do partido e da redução drástica do número de militantes para 40 mil, a nível nacional, excluindo o PSUC, que teria, sozinho, nesta altura, mais militantes do que o próprio PCE.

Em 1981, o X congresso do PCE realizou-se num clima de grande tensão, levando a confrontos internos que resultam em expulsões e demissões nas estruturas do partido.

As eleições gerais de outubro de 1982 refletiram este clima de turbulência: o PCE perdeu dois terços do seu eleitorado, desceu para 4,1% dos votos e conseguiu eleger apenas 4 deputados, numa legislatura em que o PSOE de Felipe González alcançou a primeira maioria absoluta do período democrático espanhol.

Como consequência, Carrillo demitiu-se da secretaria-geral do PCE. Uma sondagem revelava que 38% dos eleitores comunistas que deixaram de o ser, justificavam o seu abandono através do modo como a crise foi gerida pela direção do PCE.<sup>338</sup> Carrillo é considerado um político “responsável” por 62% dos eleitores comunistas, mas apenas por 38% daqueles que passaram a dar o seu voto, em 1982, ao PSOE.

O seu sucessor, Gerardo Iglesias, reiniciou uma aproximação ao grupo de renovadores que tinham entretanto abandonado o partido: “le PCE vit alors une nouvelle période de turbulence avec la «guerre des secrétaires généraux».”<sup>339</sup> Existia uma minoria que saiu do partido e criou, em 1984, o Partido Comunista dos Povos de Espanha (PCPE), que abarcou uma série de formações políticas defensoras de uma política mais próxima da União Soviética e afastada do eurocomunismo. O novo partido arrastou consigo uma parte considerável dos militantes do PCE e contou com o apoio do PCUS, o que lhe permite um financiamento considerável.

---

<sup>337</sup> Gotovitch, Delwit, and De Waele, *L'europe Des Communistes*.

<sup>338</sup> Bosco, *Comunisti : Trasformazioni Di Partito in Italia, Spagna E Portogallo*.

<sup>339</sup> Gotovitch, Delwit, and De Waele, *L'europe Des Communistes*., p. 278

No PCE, no entanto, a política continuava a ser de diálogo entre as várias facções discordantes. Carrillo, aproximando-se estrategicamente de alguns dos elementos mais conservadores da direção do partido, propôs simultaneamente uma política de convergência com os renovadores: “les «carrillistes» proposent, eux, le dialogue avec les pro-sovietiques de Gallego et refusent toute dilution du parti dans un conglomerat que lui ferait perdre son identité.”<sup>340</sup> No entanto, a política de apaziguamento não deu frutos e, com o objetivo de terminar com as discussões estratégicas, o comité central optou pela exclusão de Carrillo das suas listas, em abril de 1985, facto que levou à saída do histórico dirigente comunista do PCE, após 22 anos como secretário-geral, em outubro de 1985. Carrillo formou ele próprio um novo partido, o Partido dos Trabalhadores de Espanha – Unidade Comunista (PTE – UC), em fevereiro de 1987, resultante de uma formação de debate político, a *Mesa para la unidad de los Comunistas*.

Gotovitch é da opinião de que os anos entre 1981 e 1985, marcados por divisões internas e facções que se opõem, provocaram uma sangria irreparável no PCE, a que vários observadores do período associam uma morte iminente. Face a um PCE moribundo, delapidado em termos eleitorais, com uma base militante cada vez mais diminuta, sem o apoio do seu braço forte na Catalunha e sem encontrar um consenso interno em torno de uma estratégia política, é levada a cabo, no período pós-1985, uma profunda reflexão sobre o lugar e a identidade dos comunistas espanhóis, sendo que o futuro imediato do PCE e do comunismo espanhol se construía baseado nos resultados das reformulações estratégicas desses anos.

Novamente, tal como no caso português, o declínio do PCE deu-se num período onde não existe qualquer indício de uma crise no Leste da Europa: a URSS vivia um período de reformulação, com a eleição de Gorbachov como secretário-geral do PCUS em 1985, e nada parecia indicar o desmoronar do socialismo real a partir de 1989.

A crise do PCE foi, portanto, anterior a esses anos e tem motivações claramente internas, no sentido em que são condicionantes espanholas a determinar o rumo do partido e internas no sentido em que foi no seio do PCE que apareceram divergências que tornaram a convivência entre diferentes facções partidárias uma impossibilidade. A realidade nacional,

---

<sup>340</sup> Ibid., p. 279



também no caso do PCE, sobrepõe-se a qualquer eco de Leste quando se trata de analisar as razões para o seu declínio e para a reorganização das forças comunistas em Espanha.

Regressemos a uma citação de Carrillo, precisamente acerca da relação entre os partidos eurocomunistas e os partidos comunistas do chamado socialismo real: “o drama dos partidos comunistas da Europa é que quando falamos da nossa perspetiva socialista, da sociedade que queremos criar nos nossos países, não podemos propor o modelo dos países do chamado socialismo real. (...) não digo combater, não digo lutar contra [o socialismo real], digo estudar criticamente o socialismo chamado real (...), não só para propor outro tipo de sociedade nos nossos países como para contribuir também com esta crítica à superação do modelo socialista existente.”<sup>341</sup> O estudo crítico levado a cabo pelos eurocomunistas acabou por aproximar estes partidos comunistas da social-democracia, abandonando definitivamente a retórica marxista-leninista. A distinguir os eurocomunistas dos sociais-democratas ficaria a ténue fronteira entre a vontade de transformar o sistema, por parte dos primeiros, e a administração do mesmo, por parte dos segundos. As soluções oferecidas pelo PCE e pelo PSOE passam a ser cada vez mais difíceis de distinguir pelo eleitorado espanhol.

Ao longo dos anos 80, o PCE procurou uma estratégia de acordos que deve ser analisada sob o ponto de vista da competição existente dentro da esquerda espanhola, e não tanto ao nível das dissidências internas. Entre 1977 e 1982, a política do PCE concentrou-se claramente na constituição de um governo democrático. Ainda que formado com a UCD e com o PSOE sendo o maior partido da esquerda parlamentar, o apoio dos comunistas espanhóis ao governo, depois de aprovada a Constituição, foi decisivo. O apoio do PCE a governos da UCD baseia-se no facto de que a democracia espanhola é, nesses anos, ainda frágil e no facto de que o principal objetivo do partido é o desmantelamento definitivo das estruturas fascistas: “alla base di questa scelta, vi è la convinzione che il nuovo regime democratico sia ancora fragile e vada quindi consolidato con alleanze estese, che ricomprendano anche la Ucd, e non messo a repentaglio con un governo monopartitico socialista.”<sup>342</sup>

O que explica, então, o desaire eleitoral do PCE em 1982 e a situação de fragilidade a que o PCE ficou sujeito na primeira metade dos anos 80? Na opinião de Anna Bosco, muito

---

<sup>341</sup> Segunda conferência de Santiago Carrillo no colóquio sobre eurocomunismo, Universidade Autónoma do México, 1979, cit. por Rodríguez Araujo, *Esquerdas E Esquerdismo : Da Primeira Internacional a Porto Alegre* .p. 158

<sup>342</sup> Bosco, *Comunisti : Trasformazioni Di Partito in Italia, Spagna E Portogallo.*, p.98

mais do que olhar para dentro do PCE e para os seus problemas internos, deve olhar-se para o papel do PSOE na esquerda espanhola. De uma fase de aliança política com o PCE, em 1977, quando este representava a formação de proa da contestação ao regime franquista, o PSOE passa, logo a partir de 1978, quando se reconcilia com as outras facções socialistas espanholas (o PSOE, histórico, de José Prat, e o Partido Socialista Popular, de Tierno Galván), a assumir-se como uma força política, não de união das esquerdas, mas de alternativa ao governo de Suárez. Para isso, abandonou completamente a ideologia marxista logo em 1979 e concentrou-se na captação do eleitorado do centro, aproximando-se ideologicamente da UCD de Suárez. A estratégia de moderação de González foi largamente apoiada pelo partido (embora perca o primeiro Congresso, em 1979, em que propôs o abandono do marxismo, e se visse obrigado a demitir, vence no congresso seguinte), representando o abandono definitivo do marxismo e das alianças à esquerda. González afirma mesmo que a estratégia do PSOE e a sua capacidade de atração do eleitorado espanhol passa completamente ao lado de acordos com outros partidos, particularmente com o PCE<sup>343</sup>. A opção de González de excluir qualquer coligação com os comunistas, juntamente com a política de aproximação ao centro, remete o PCE para um espaço marginal. A política do PCE, de aproximação entre as forças da esquerda espanhola para a formação de um governo de esquerda fica fortemente comprometida quando o PSOE abandona esta intenção, colocando-se definitivamente no centro do espectro político e repudiando qualquer acordo com o PCE: “il Pce dunque è isolato, bloccato all’ombra dell’opposizione vigorosamente condotta dal Psoe, con il quale non può collaborare e che non può attaccare, giacché per farlo dovrebbe abbandonare le posizione moderate faticosamente costruite nei due anni precedenti.”<sup>344</sup>

As eleições de 1982 representaram, assim, uma mudança radical no sistema espanhol de partidos, que passou de um pluralismo moderado, de uma política assente na procura de consensos e alianças, característica do período entre 1977 e 1982, a um sistema de partido dominante. A UCD vivia também um período de crise, desde o início de 1980 e até julho de 1982, com dissidências internas e o desgaste de vários anos de governo; o PCE viu-se marginalizado pelos socialistas, que recusaram determinadamente, a partir de 1979, qualquer

---

<sup>343</sup> Cit por ibid., p.102

<sup>344</sup> Ibid.

aliança política parlamentar com os comunistas. O PSOE surgia, então, como o partido da alternativa à UCD, com um discurso próximo, abandonando a retórica revolucionária e conquistando a confiança de 48,3% dos espanhóis.

Os comunistas foram os maiores prejudicados: perdem 60% da sua base eleitoral e conseguiram apenas quatro representantes no parlamento espanhol, provenientes de Madrid, Barcelona, Oviedo e Sevilha. Nenhuma outra província espanhola conseguiu eleger deputados comunistas para o Parlamento. A maior perda de votos registou-se na Catalunha, onde o PSUC, partido comunista catalão formalmente independente mas vinculado ao PCE, passou de uma votação de 17,4% para 4,3%. Em nenhuma localidade, nestas eleições, o PCE foi o partido mais votado.

O voto comunista é transferido, segundo Anna Bosco, diretamente para o PSOE, o seu principal competidor na esquerda espanhola. A autora aponta as já referidas crises internas como estando na base deste desaire eleitoral: “nel 1982, infine, il partito viene percepito più vicino all’estrema sinistra di quanto non fosse nel 1979 [...] le lotte interne e la politica delle espulsioni hanno eroso l’immagine moderata del partito.<sup>345</sup>” A autora refere o facto de o eleitorado espanhol ser muito suscetível à imagem dos dirigentes políticos, particularmente durante o período da Transição Espanhola: “in queste circostanze, l’elettorato è molto elástico rispetto al comportamento della leadership partitica, un aspetto cruciale per spiegare le decisione di voto.”<sup>346</sup>

O outro motivo apontado pela autora para o desaire eleitoral de 1982 é, em certo modo, alheio às circunstâncias internas do partido. Uma facção considerável dos eleitores comunistas afirma ter alterado o seu voto baseada na convicção de que o PCE não tinha força suficiente para formar um governo alternativo à UCD. Dessa forma, optam por um voto útil no PSOE, motivados pela necessidade de mudança, a convicção de que o PSOE poderia representar essa mudança e que essa mudança seria também protagonizada por uma força de esquerda. A campanha política baseada na ideia de mudança, com o *slogan* “Por el cambio”, levada a cabo pelo PSOE, tem uma ação determinante junto do eleitorado espanhol: González promete a solução para a crise económica, para o terrorismo e para o desemprego e no controlo dos ainda

---

<sup>345</sup> Ibid., 106

<sup>346</sup> Ibid., p.106

saudosos da ditadura de Franco. Por outro lado, o PCE concentra novamente a sua campanha na democratização, supondo o apoio do outro partido de esquerda que, a essa altura, terá já afirmado a sua indisponibilidade para governar com os comunistas. Aos eleitores espanhóis, explanados os planos dos partidos durante a campanha eleitoral, e com o objetivo de retirar a UCD do poder e de ultrapassar a crise económica, o voto no PCE não lhes parece prometer uma solução alternativa, face à renitência do PSOE na formação de um governo conjunto: “nell’ottobre 1982 la maggioranza assoluta socialista rifedinisce invece i rapporti di forza all’interno della sinistra e transforma il Pce in un partito superfulo, mettendo in luce il falimento della politica delle alianze perseguita fino a quel momento.”<sup>347</sup>”

Após as eleições de 1982, o PCE atravessa uma fase de transformações a nível organizativo. Impossibilitada a reunião de forças com o PSOE, cada vez mais distante ideologicamente e próximo da direita, o processo de transformação do comunismo espanhol concretiza-se com a formação da coligação Esquerda Unida (IU), em 1986. O nascimento desta coligação teve como base a união em torno do “não” à permanência da Espanha na OTAN, referendada a 12 de março de 1986. Embora perdendo para o “sim”, a consulta teve a vantagem de unir as organizações de esquerda do país sob uma plataforma cívica que, mais tarde, resultaria numa coligação. A comissão política dirigente desta nova formação foi presidida por Gerardo Iglesias e juntou o PCE (que representava mais de 80% da militância na IU), o PSUC (que abandonaria a coligação em 1987, já integrado na Iniciativa pela Catalunha), o Partido de Ação Socialista, a Esquerda Republicana, a Federação Progressista (que abandonou a coligação em 1988), o Partido Humanista (expulso ainda em 1986) e o Partido Carlista (que abandona também a IU em 1988), aos quais se viriam a juntar o Partido Comunista dos Povos de Espanha (que abandona a coligação em 1989 mas cujo dirigente, assim como a grande maioria dos seus quadros, acabariam por se integrar no PCE nesse mesmo ano) e o Coletivo de Unidade dos Trabalhadores – Bloco Andaluz das Esquerdas, entre outros independentes. As formações políticas que constituem a IU variam ao longo dos anos, que ao nível da sua independência em relação à coligação, quer ao seu nível de participação, originando, em alguns casos, como na Galiza, Comunidade Valenciana ou Canárias, partidos autónomos. A partir de 1990, a soberania dos partidos integrados na IU é transferida para a

---

<sup>347</sup> Ibid., p.107

coligação, passando a funcionar como uma formação política de facto e não apenas uma coligação de âmbito eleitoral.

O essencial no âmbito deste estudo é perceber de que forma a IU modificou o posicionamento e a representatividade do comunismo em Espanha. Em junho de 1986, a IU sobe o resultado eleitoral do PCE, obtendo mais três deputados do que em 1982. No entanto, nas eleições parlamentares seguintes, em 1989, a IU duplica a sua votação e aumenta em dez os representantes comunistas na assembleia espanhola. O sucesso da coligação aponta também para o sucesso na resolução dos conflitos internos no PCE e, acima de tudo, que essa resolução foi percebida pelo eleitorado comunista de forma positiva, recolocando o PCE na cena política espanhola e contrariando o que alguns analistas apontavam como sendo o seu fim enquanto formação política.

Para compreender os anos de 1982 a 1989 em Espanha é preciso analisar, ainda que de forma sucinta, os resultados dos governos de Felipe González. A anunciada mudança, bandeira de campanha em 1982 e que prometia resolver a crise económica através de políticas de investimento público e reconversão industrial, passou, ao invés, por uma estratégia de forte austeridade imposta aos espanhóis, com o aumento de impostos, contenção salarial e redução de verbas orçamentais dedicadas ao estado social, que resultaram numa quebra da inflação mas não na redução do desemprego e da maioria dos problemas que afetavam o dia-a-dia da população. Logo a partir de 1984 cresce a agitação social, face à escalada do desemprego, que chega aos 21,5% em 1986. As principais centrais sindicais, Comisiones Obreras e Unión General de Trabajadores demonstram o seu descontentamento perante as políticas do governo com a primeira a abandonar qualquer acordo com o executivo de González logo em 1983 e a segunda, próxima do PSOE, a contrapor-se a muitas das opções governativas a partir de 1985.

No seio do PCE, persistem as três tendências: os fiéis a Carrillo, e à manutenção de uma estrutura de classe do partido, a de Gerardo Iglesias, que tem como objetivo uma aproximação do partido à realidade nacional atual, com o objetivo de inserir o PCE na linha da frente das forças progressistas e, outra, próxima ao PCUS<sup>348</sup>. O projeto de reforma de Iglesias sai vencedor desta disputa tripartida, facilitada pela saída do partido da linha mais próxima do PCUS, que forma o PCPE. A plataforma de apoio ao “não” no referendo à permanência da

---

<sup>348</sup> Ibid., p. 132

Espanha na OTAN volta a juntar algumas destas fações, que permanecem juntas com vista às eleições de 1986, à exclusão de Carrillo, que decide participar sozinho no ato eleitoral.

As eleições de 1986 não conseguem trazer de volta ao PCE (agora inserido na IU) os eleitores perdidos em 1982 para o PSOE. É de salientar, no entanto, a forte recuperação da votação comunista na Andaluzia, onde a IU se junta a uma formação progressista já existente, que, sob a direção de Julio Anguita, conseguem elevar a votação comunista dos 8,4% de 1982 para os 17,6% já em 1986: “le elezioni andaluse sono cruciali non solo perché accalorano l’ipotesi che IU, com più tempo e disposizione, avrebbe ottenuto un risultato migliore, ma ache perché proiettano sulla scena nazionale la figura di Anguita.<sup>349</sup>” Por outro lado, a análise que a autora faz dos resultados eleitorais de 1986 demonstra que os eleitores da nova formação política não provêm exclusivamente do PCE e dos outros partidos que integram a IU nem dos antigos eleitores comunistas que votaram no PSOE em 1982. Há uma percentagem de mais de 16% dos eleitores da IU que provêm doutros partidos e que demonstram que existe uma nova quota de eleitores disponíveis a votar na coligação. Embora não tenha significado uma subida considerável em termos eleitoral e de representatividade, as eleições de 1986 dão um novo ânimo ao PCE: por um lado, as disputas internas estão resolvidas, o partido que se formou a partir de dissidentes do PCE não alcança qualquer representatividade parlamentar<sup>350</sup>, existe uma percentagem de eleitores que regressa ao PCE após o voto no PSOE em 1982 por último, a campanha da IU, seja a do referendo, seja a campanha eleitoral de 1986, agregou o voto de uma quantidade importante de novos eleitores e de eleitores de outros partidos: “un turnover assai elevato nella propria base elettorale, cedendo elettori collocati in media più a sinistra in cambio di votante presumibilmente più moderate.<sup>351</sup>”

Em 1988, a eleição de Julio Anguita como líder da IU resolve também o problema da liderança, que não tinha sido consensual em torno de Iglesias. Anguita tem um tom mais agressivo do que Iglesias, no que respeita à denúncia da aproximação do PSOE à direita. O tom crítico de Anguita ao governo de González encontra eco na população e nos sindicatos. A contestação ao PSOE culmina na convocação conjunta de uma greve geral que paralisa a

---

<sup>349</sup> Ibid., p.133

<sup>350</sup> O partido de Carrillo, o PTE - UC não consegue eleger sequer o seu líder, ficando Santiago Carrillo de fora do parlamento espanhol pela primeira vez desde as eleições livres de 1977.

<sup>351</sup> Bosco, *Comunisti : Trasformazioni Di Partito in Italia, Spagna E Portogallo.*, p.135

Espanha a 4 de dezembro de 1988. Para a IU é importante, também, a inclusão nas fileiras de um dos seus partidos formadores, o PASOC, de socialistas descontentes com o rumo da política de González, como Pablo Castellano e Francisco Bustelo.

A grande novidade das eleições de outubro de 1989 é o sucesso da IU, que passa a ser o terceiro partido mais votado em Espanha. O crescimento da coligação é considerado “espectacular”<sup>352</sup>, obtendo, em várias províncias, o melhor resultado de sempre. Em Madrid, a IU passa de 6,1% a 15,4% dos votos, com resultados ainda mais surpreendentes no País Basco, Galiza e Castela Leão. Embora represente aumentos da ordem dos 150 e 200%, devido à lei eleitoral espanhola, não se traduz em assentos parlamentares, sendo que, ainda assim, estes crescem de 7, em 1986, para 17, em 1989.

No entanto, o sucesso de 1989 não representa apenas um número. Anna Bosco refere duas conclusões fundamentais do aumento do voto comunista nestas eleições: em primeiro lugar, a mudança da base eleitoral da IU, com um forte aumento registado nas áreas urbanas e industriais e em localidades onde não existia tradição no voto comunista. Em segundo lugar, a autora, através do estudo do posicionamento do eleitorado comunista das eleições de 1989, refere o facto de que há uma aproximação ao centro e a captação concreta de novos eleitores: “nel 1989 solo il 22,4% dei suoi votante dichiara dia ver sempre votato per il Pce – indica che Iu è in grado di attingere ad un cacino più ampio e diversificato che in passato.”<sup>353</sup> A leitura que a autora faz deste facto é a da possibilidade de reequilibrar, naquela altura, na esquerda espanhola, os papéis desempenhados pelos seus dois maiores partidos, o PSOE e a IU.

A perda da maioria absoluta por parte do PSOE associada à subida da IU nas eleições de 1989 recolocam o comunismo espanhol no espectro político do país de forma decisiva, tornando-o uma alternativa à política neoliberalista e autoritária seguida por González desde 1982.

Na Alemanha, em novembro desse ano, menos de 10 dias depois destas eleições, e enquanto o comunismo espanhol conquistava uma das maiores vitórias parlamentares da sua história, cairia definitivamente o Muro de Berlim. Incluímos este facto no final deste capítulo como evidência da tese que sustentamos, de que a realidade nacional de cada um dos países

---

<sup>352</sup> “El País”, cit por *ibid.*, 138

<sup>353</sup> *Ibid.*, p.140

em análise é um fator de preponderância muito mais relevante para a análise do posicionamento dos partidos comunistas do sul da Europa, do que as notícias vindas da Europa de Leste, às quais a oposição de direita procura, através da manipulação da opinião pública, colar os partidos comunistas nacionais. No caso espanhol, esta conclusão é particularmente evidente.

#### **1.2.4. - Partido Socialista Unificado da Catalunha**

Formado em julho de 1936, o que torna o PSUC particular no quadro dos partidos comunistas europeus é o facto de a sua origem estar na base da fusão de quatro partidos distintos (a *Unió Socialista de Catalunya*, o *Partit Català Proletari*, o *Partit Comunista de Catalunya* e a *Federació Catalana del PSOE*), sendo os dois primeiros de âmbito exclusivamente catalão e os segundos os braços ativos do PCE e do PSOE na Catalunha. Ao contrário da maioria dos outros partidos comunistas do Ocidente europeu, criados por cisões à esquerda dos partidos socialistas, o PSUC, pelo contrário, surge do entendimento de quatro partidos distintos que propõem desenvolver um partido único da classe trabalhadora.

A par do PCI, o PSUC é um dos partidos estudados que, após a dissolução total na coligação Iniciativa pela Catalunha (IC), em 1997<sup>354</sup>, deixa de existir enquanto partido com órgãos estatutários próprios. Ao contrário do PCE, que mantém a sua autonomia estatutária dentro da IU, realizando, por exemplo, congressos à margem da coligação, o PSUC funde-se na IC, deixando de ser o partido referente do PCE na Catalunha e perdendo, de facto, independência enquanto formação política, que passa a estar, nestes anos, totalmente integrada na nova formação política.

Com um papel de relevo durante a Guerra Civil Espanhola (1936/39), durante os anos de clandestinidade a que se viu obrigado durante a ditadura fascista de Franco e com uma força mobilizadora inegável na *Transição Espanhola*, o estudo do percurso deste partido torna-se relevante no âmbito desta dissertação, como já referido, por diversas razões. Não apenas por ser, a determinada altura da sua história, um dos partidos comunistas mais robustos

---

<sup>354</sup> A dissolução do PSUC na IC acontece em 1997 mas a coligação surge em 1987, altura em que o PSUC, o Partido dos Comunistas da Catalunha e o Entendimento dos Nacionalistas de Esquerda se juntam.



do Ocidente, a nível da militância, por ter quebrado a ligação ao PCE, tornando-se um partido independente do principal referente comunista a nível nacional, mas muito particularmente pela sua origem, anómala dentro do quadro dos partidos comunistas do Ocidente e pelas soluções encontradas para o seu declínio eleitoral nos anos 80, distintas daquelas encontradas no caso espanhol. Diversas particularidades, inerentes aos anos em estudo, ou não, que iremos expor, atestam a declaração de Gregori López Raimundo quando fala do PSUC como um partido “revolucionario, nacional y de clase desde sus orígenes, singularidad que está presente en su trayectoria hasta nuestros días”<sup>355</sup>, e tornam este um caso de estudo dentro do comunismo ocidental.

#### **1.2.4.1. - Contextualização histórica: o partido e o seu percurso**

Foram os acordos resultantes do VII Congresso da Internacional Comunista, de 1935, que apontavam para a união entre os partidos comunistas europeus, que incentivaram a criação do PSUC. Os quatro partidos que originariam o PSUC tinham aprovado um documento que apontava claramente para a união dos partidos marxistas e dos movimentos de trabalhadores na Catalunha. O que há de original no PSUC é a fusão, pela primeira vez desde a saída dos comunistas dos partidos socialistas ou sociais-democratas, entre 1918 e 1921, de um partido comunista com um partido socialista. A 23 de julho de 1936, a criação do PSUC é formalizada.

Desde logo, o partido procura o restabelecimento da ordem e do funcionamento dos órgãos da região, após o golpe franquista de 18 de julho de 1936, agindo em duas frentes: “desde su fundación, el PSUC se enfrentó con decisión a los excesos y arbitrariedades de los comités [anarquistas] CNT-FAI, que se habían hecho los dueños de la situación el 19 de julio<sup>356</sup>”. Por outro lado, ao mesmo tempo que combatiam aquilo que considerava serem os excessos das organizações anarquistas, a principal preocupação do partido centra-se na necessidade de retenção do avanço das forças fascistas. Neste sentido, o partido assume desde logo funções de grande responsabilidade junto dos sindicatos regionais, que passam a um âmbito mais institucional, nomeadamente ao nível do Conselho Executivo da Generalidade:

---

<sup>355</sup> Mayo, *Nuestra Utopía : Psuc, Cincuenta Años De Historia De Cataluña.*, p.218

<sup>356</sup> *Ibid.*, p.219

“responsabilidades que cumplieron com firmeza y iniciativa, ganando un amplio apoyo entre los trabajadores y el resto de los sectores populares.<sup>357</sup>”

Nos seus primeiros anos de existência, a discussão de base no PSUC era ao nível da sua ação estratégica. Se, por um lado, havia que dar prioridade à defesa da república e à retenção do fascismo ou, por outro, a prioridade do partido assentava na defesa de uma revolução do proletariado. Acaba por vingar a ideia de que a principal preocupação do partido era a defesa das instituições republicanas, com a intenção de formar um exército e uma indústria de guerra, assim como a mobilização dos recursos e do povo da Catalunha para a vitória contra o fascismo. Assim, ao contrário dos outros partidos comunistas em estudo, o PSUC nasce já num período de avanço do fascismo, em que os pressupostos da revolução passam claramente para um segundo plano, procurando antes evitar o avanço da conjuntura, que desembocaria na proclamação da ditadura fascista de Franco, ao mesmo tempo que sente, desde cedo, a necessidade de combater pela preservação da identidade catalã.

O número de militantes do PSUC, atraídos pelo seu programa unitário, cresce para dez vezes mais. O PSUC é associado, nesta altura, como o partido antifascista catalão que luta pelos interesses da Catalunha contra a ameaça fascista, dando origem a um “patriotismo *psuquero* que aún perdura y que constituye un importante capital político del PSUC.”<sup>358</sup>

É importante frisar que o PSUC nasce como um partido que reivindica a identidade da Catalunha. Durante a Guerra Civil de Espanha, o PSUC conquista mesmo, entre os partidos catalães, a hegemonia no que diz respeito à defesa dos objetivos do catalanismo. Com o aparecimento do PSUC, a sua ação no período 1936-1939 e o combate antifascista, é cristalizado um movimento forte de esquerda ligado à afirmação da Catalunha, não confundível com o independentismo que, nessa altura, era maioritariamente associado aos nacionalismos de direita.

O PSUC é, desde a sua criação, também, um partido de classe, sendo que 82% dos seus militantes são operários fabris ou camponeses e a UGT, dirigida por militantes do PSUC, celebra o seu congresso, já em 1937, enquanto o maior sindicato da Catalunha, com perto de 600 mil afiliados: “todo esto permite afirmar que, al cumplir su primer año de existencia, el

---

<sup>357</sup> Ibid.

<sup>358</sup> Ibid., p. 220

PSUC era un partido comunista de masas, de lucha y de gobierno, nacional y internacionalista, de gran influencia entre la clase obrera y en el conjunto del Pueblo catalán.<sup>359</sup>”

Após a derrota na Guerra Civil, a grande maioria dos quadros do PSUC passa à clandestinidade, exilando-se em França. Em Paris, a cúpula do partido reúne-se e é nesta altura que surgem os primeiros atritos com o PCE: “en algunas intervenciones se hicieron duras críticas al PCE que hicieron temer un cambio en las relaciones entre ambos partidos.<sup>360</sup>” Não obstante, o PSUC reafirma o seu vínculo ao PCE e a sua integração na Internacional Comunista, sendo reconhecido como o braço catalão daquela organização, com a garantia de que o partido teria personalidade própria dentro da IC, não se atendo a ser um representante regional do comunismo espanhol.

Durante a II Guerra Mundial, com a ocupação nazi da França, a direção do PSUC viu-se forçada a novo exílio, desta vez no México, mantendo uma atividade permanente de denúncia e contestação ao regime franquista e ao avanço do fascismo na Europa. Os anos da guerra foram, também, anos de grande aproximação entre PSUC e PCE, na colaboração para a introdução em Espanha e Catalunha, de material informativo e propagandístico e apoio aos resistentes comunistas no país.

Terminada a II Guerra Mundial em 1945, regressam a França algumas das principais figuras do partido, entre as quais Joan Comorera que, juntamente com a resistência instalada na Catalunha, consegue importantes feitos na região, como a circulação clandestina do *Treball* em Barcelona, a organização das primeiras manifestações de trabalhadores e a proteção das crescentes organizações clandestinas do PSUC na capital catalã.

A sintonia entre o PCE e o PSUC prossegue ao longo dos anos 40, com uma matriz comum de trabalho: “creer que la guerra mundial no terminaria verdadeiramente hasta que se pusiera fin a la dictadura franquista y hasta que en España se reconquistaran la República y la democracia, para todo lo cual se reclamaba y se esperaba la ayuda de los gobiernos aliados.<sup>361</sup>” Mantém-se, inclusivé, uma guerrilha localizada no Sul de França que tenta um golpe no Vale de Aran, em 1944 e se mantém ativa até 1949. É nesse ano, também, e no seguimento de discórdias táticas sobre a ação política do PSUC, que Comorera é expulso do partido. Na base,

---

<sup>359</sup> Ibid.

<sup>360</sup> Ibid.

<sup>361</sup> Ibid., 221

estão diferenças políticas com a direção do PCE, que levariam, ainda sob a direção de Comorera, ao rompimento efêmero das relações entre os dois partidos. Esta quebra de relações não é aceite pela grande maioria dos quadros do PSUC, que, ao invés, decidem pela expulsão de Comorera e pela manutenção das boas relações com o PCE. A coordenação do secretariado do PSUC passa a estar a cargo de Josep Moix, mais tarde, em 1956, nomeado secretário-geral do PSUC, no seu I Congresso, celebrado clandestinamente em França. Na base do atrito entre os dois partidos esteve, claramente, a opção tática entre o prosseguimento de uma política de guerrilha ou uma alteração estratégica, apoiada pela extensa maioria dos militantes comunistas espanhóis.

A Guerra Fria viria demonstrar que, para as potências aliadas, a II Guerra Mundial estava terminada e as ditaduras fascistas de Portugal e Espanha não representavam motivo de preocupação para as democracias ocidentais europeias. A mudança tática do PSUC e do PCE, nos anos 50, vem precisamente ao encontro desta reflexão. A tática de guerrilha, condenada ao isolamento, mostrar-se-ia incapaz de solucionar o problema. Os dois partidos espanhóis passam então a concentrar-se na reorganização da classe trabalhadora, utilizando, para tal, a escassa permeabilidade das estruturas sindicais do regime. Os militantes do PSUC são, então, encorajados a participar nas eleições sindicais, ação que se revelou altamente frutífera a partir de 1950, quando muitos comunistas catalães conseguem infiltrar-se em organizações do regime e se tornaram decisivos na organização da greve geral de 1951, de Barcelona, a maior ocorrida durante a vigência de Franco.

Após a greve, a detenção, por parte da polícia política, dos quadros do PSUC significou um abrandamento do sucesso da chamada mudança tática. Porém, mesmo sob forte repressão, a resistência comunista na Catalunha consegue organizar-se ao longo dos anos 50, fazendo-se representar, de forma clandestina, em setores essenciais, como o dos transportes, a construção, a metalurgia ou os têxteis, estabelecendo entre si organizações laborais paralelas que, ainda que clandestinas, formaram a base de trabalho que, mais tarde, iria originar a central sindical *Comisiones Obreras*. A assembleia de dirigentes sindicais, em 1964, em Sants, é considerada a primeira pedra na construção das *Comisiones Obreras*, constituída por trabalhadores que atuam em duas frentes: dentro das estruturas verticais do regime como força de oposição e em organizações paralelas, contestatárias e à margem do regime.

O papel do PSUC no seio destas organizações destaca-se sobretudo ao nível da sua penetração nas universidades. Ao longo dos anos sessenta, esta estratégia partidária consegue o objetivo de desenvolver um movimento contestatário de larga escala. O Sindicato Democrático de Estudantes da Universidade de Barcelona é, nos anos sessenta, um elemento chave para a partilha das ideias do partido e para a angariação maciça de militantes do PSUC. No início dos anos 70, graças à opção tática de penetração nas organizações do regime, de resistência ao nível dos sindicatos clandestinos e do movimento estudantil, o PSUC possuía células em 71 das 105 cidades catalãs com mais de 5000 habitantes.

Existem outros dois fatores, segundo López Raimundo, que devem ser assinalados e que são fundamentais para a compreensão do PSUC como um partido de caráter nacional e organizador da resistência espanhola. Trata-se, em primeiro lugar, da colaboração que existe, a partir de meados dos anos 60, entre um movimento cristão progressista cada vez mais colaborativo e as lutas laborais. Quase todas as reuniões clandestinas se realizam em igrejas, com a abadia beneditina de Montserrat a destacar-se, desde o final dos anos 50, como “punto de referencia destacado de las aspiraciones nacionales y democráticas del Pueblo catalán<sup>362</sup>”, e, em 1974, com a inclusão do grupo cristão progressista *Bandera Roja* nas fileiras do PSUC.

O segundo fator assinalado por López Raimundo é a migração para a Catalunha, desde os anos 50 e até ao período da Transição Espanhola, de trabalhadores oriundos de toda a Espanha. Nos anos setenta, os migrantes constituem cerca de 40% da população catalã e, no que respeita à massa trabalhadora, estão em larga maioria. O PSUC desempenha um papel fundamental na integração destes trabalhadores migrantes na sociedade catalã, evitando o perigo de ascensão de um governo regional populista. Pelo contrário, tendo como base a inserção destes migrantes no movimento operário catalão, o PSUC consegue, concomitantemente, promover a identidade própria da região e a luta pela autonomia.

#### **1.2.4.2. - Os anos 70 e 80: as interpretações e as mudanças estratégicas**

No início da década de 70, o PSUC assume-se como um partido pluralista e democrático, independente e de classe. Não deixa cair a reivindicação que vem já desde a sua formação, e

---

<sup>362</sup>Ibid., p.225

que é sublinhada nos I, II e III Congressos, de ser um partido de âmbito nacional e internacionalista, “que forma en la practica un todo unido al PCE cuando hay que abordar los problemas internacionales y de ámbito estatal, pero que elabora y decide su política catalana teniendo en cuenta, en primer lugar, las necesidades y las aspiraciones del pueblo catalán.<sup>363</sup>”

Em todas as suas reuniões partidárias durante a clandestinidade, o partido afirma como essencial a luta pela democracia em Espanha e pelo estatuto autónomo da Catalunha, fazendo-o através do desenvolvimento de estratégias de inserção dos militantes nas estruturas do regime, com o objetivo de provocar a sua queda e organizar um governo provisório que promovesse eleições livres.

Tal como aconteceu em toda a Espanha, estes objetivos saíram, em parte, malogrados. O fim da ditadura de Franco não teve como consequência direta a nomeação de um governo provisório. López Raimundo aponta algumas pistas para o que considera a ausência de força suficiente para provocar uma rutura expressiva: a fraca politização do povo, após o período de ditadura, assim como não foi tida em conta de forma decisiva a memória da guerra civil: “en la minoria politizada y en sus grupos o partidos más representativos, empezando por el PSOE, se valoraba y se respectaba a los comunistas en tanto que actores o protagonistas de la lucha contra la dictadura, pero el hecho de que los comunistas pudieran ser la fuerza hegemónica del cambio les daba más miedo que la misma continuación de la dictadura.<sup>364</sup>”

O ex-líder do PSUC afirma, contudo, que a procura de uma rutura através da convocatória de uma greve geral, que levasse à convocação de um governo provisório, não foi um erro, mas antes uma forma de que o PSUC e o PCE se assumissem como os partidos de representação das massas trabalhadoras e os seus esforços constituíssem os abalos mais fortes provocados ao regime ao longo das décadas de 60 e 70. López Raimundo refere que, se não tivesse havido as movimentações populares do início dos anos 70, lideradas pelos dois principais partidos comunistas nacionais, a ditadura ter-se-ia prolongado no tempo e o período de transição ter-se-ia realizado dentro de condições mais adversas para os trabalhadores espanhóis e para todos os defensores da democracia.

---

<sup>363</sup>Ibid., p.226

<sup>364</sup> Ibid., p. 227

Legalizado logo após o PCE, em 1977, o PSUC cresce exponencialmente em termos de militância e a visibilidade do partido torna-o um dos principais pontos de referência do comunismo ocidental. Em 1978, o PSUC contaria com 40 mil militantes, tornando-se em proporção, ao nível da militância, o terceiro maior partido comunista do ocidente europeu, dando-lhe uma força assinalável e reafirmando o seu posicionamento enquanto partido de âmbito nacional e internacional.

Tal como estudámos antes, quando descrevemos o percurso do PCE dentro do período da Transição Espanhola, também o PSUC é partidário, nesta altura de uma união coesa entre as forças de esquerda e é nesse sentido que passa, a partir de 1977, a orientar a sua estratégia. O autor justifica esta opção com a visão, que na sua opinião se revelou errónea, de que a união das forças de esquerda levaria, a médio prazo, às transformações de fundo reivindicadas pelos partidos comunistas. Na Catalunha, particularmente, a força da direita e a sua ação social foram subestimadas e foi com surpresa que, no rescaldo do seu IV congresso, em outubro de 1977, o PSUC assistiu, nas primeiras eleições para o Parlamento catalão, à vitória da coligação de direita que passaria a controlar as estruturas autonómicas da região.

Nos seus congressos posteriores, o PSUC admite que não agiu suficientemente, já num quadro de legalidade, no enraizamento próprio dentro da sociedade catalã, privilegiando antes uma política de união entre as esquerdas. López Raimundo admite que o partido deveria antes “extender y profundizar los canales y las formas de participación popular en la construcción de las instituciones democráticas, es decir, para fortalecer los movimientos y las organizaciones de masas.<sup>365</sup>” Nomeadamente, ao nível da sindicalização dos trabalhadores catalães, muito inferior naquele período quando comparado com o resto da Espanha.

É já em 1979, na sua III conferência política, que se notam as dissidências internas no partido, entre uma ala mais conservadora, que vê as suas teses aprovadas no V Congresso, em 1981, e outra ala, partidária do eurocomunismo e de uma aproximação à visão do comunismo mais coincidente com o PCI. Nestes anos, estão em questão a inclusão de termos como “leninismo” nos estatutos do partido, dando origem a duas fações identificadas claramente.

No V Congresso do PSUC, em janeiro de 1981, as teses eurocomunistas são derrotadas a favor das que defendem uma visão identificada como pró-soviética e personalizada na figura

---

<sup>365</sup> Ibid., p.228

de Pere Ardiaca. Este é eleito como presidente do PSUC, com Francisco Frutos como secretário-geral. Porém, logo em maio desse ano, o Comité Executivo do partido faz uma petição ao Comité Central para a recuperação da orientação eurocomunista do PSUC, contando com a forte oposição do setor afeto a Pere Ardiaca, que se recusa a aceitar os termos das resoluções e é destituído do cargo. Neste ano, o partido vive um julho quente, com o comité central a convocar um congresso extraordinário, facto que não contou com a aprovação do chamado setor pró-soviético, que acusa ambos os comités de desrespeitarem as teses acordadas no V Congresso.

Pere Ardiaca e os opositores do eurocomunismo abandonam o PSUC e formam, em abril de 1982, o PCC, elegendo Ardiaca como seu presidente. O PCC tornar-se-ia o braço catalão do PCPE, uma cisão que ocorre, em 1984, no próprio PCE e pelos mesmos motivos.

Após o desaire eleitoral de 1982, refletido também nas eleições autonómicas de 1984, o PSUC leva a cabo um trabalho interno de grande reflexão e reposicionamento. É aceite a ideia de que deve existir, entre os comunistas catalães, a ideia de união em torno de uma identidade comum, e, por outro lado, que a colaboração com o PSC, o braço do PSOE na Catalunha, não é mais possível. Não só pelo desvio à direita promovido por Felipe González ao longo dos anos 80, mas também, tal como aconteceu em toda a Espanha, pela recusa deste partido em admitir qualquer aliança com os comunistas, seja a nível nacional ou regional.

Recuperamos o editorial do *El País* de 24 de março de 1982, no período circundante ao VI Congresso do PSUC, que reelege Gutiérrez Díaz como secretário-geral, e que nos dará uma noção mais clara sobre como as disputas internas e a decadência eleitoral afetam a imagem pública do partido, nestes anos.

O editorial começa por afirmar que o PSUC é o partido da vanguarda modernizadora e renovadora do comunismo em Espanha, inspirando-se no comunismo italiano e estabelecendo-se de forma firme, não apenas entre as massas trabalhadoras mas também noutros setores da sociedade: “Mientras el resto de los comunistas españoles luchaban todavía por salir del ghetto de rechazo social y político al que les habían conducido el clima de guerra fría, los recuerdos del conflicto bélico de 1936 y el anticomunismo emocional cultivado por la propaganda del interior régimen, el PSUC lograba adelantarse en la ruptura de ese



aislamiento y se incorporaba de forma mucho menos traumática a los primeros acuerdos globales de la oposición antifranquista.<sup>366</sup>”

Recuperando, de certa forma, as palavras que também o histórico dirigente do partido, López Raimundo escreveu e às quais já nos remetemos neste texto, também o editorial do jornal refere o PSUC como um partido de união entre os trabalhadores mas também com uma forte componente de luta pela democratização, solidariedade e com um âmbito nacional, equiparando-se, em termos da robustez da sua ação durante a resistência, ao PCE. O sentido democratizante do partido é sublinhado no facto de ter sido, em parte, pela sua ação apaziguadora e responsável que não emergiram na Catalunha nacionalismos radicais, como no País Basco.

No período da Transição Espanhola, o *El País* refere o resultado “espectacular” do PSUC nas eleições gerais de 1977, onde tem três vezes mais votos, na Catalunha, do que o PCE em termos nacionais, contribuindo com metade dos deputados do partido no Congresso. A diferença de votos entre PSUC e PCE esmorece na eleição de 1979 mas não é significativo: “En cualquier caso, Cataluña permanecía para los comunistas españoles como el único espacio social en el que las esperanzas de la revolución de la mayoría y de la conquista de la hegemonía ofrecían horizontes que no fueran meros ensueños.<sup>367</sup>”

Em 1982, no entanto, o *El País* antevê que a grave crise que se verifica no seio do partido pudesse vir a destroná-lo como referência nas ambições dos comunistas espanhóis. Facto que veio, efetivamente, a verificar-se.

A crise interna de 1979-1982 no PSUC tem um impacto profundo e vai impor-se muito mais do que a nível eleitoral. Tratar-se-ia, sobretudo, de uma crise ao nível do funcionamento interno do partido, que, à exceção do período da expulsão de Comorera, ainda no rescaldo da II Guerra Mundial, não tinha sofrido nenhum percalço, mas que tem na sua base também, o relacionamento do partido com o PCE. Após o VI congresso, regressam López Raimundo e Gutiérrez Díaz a cargos de topo no PSUC, por imposição de Santiago Carrillo, ainda secretário-geral do PCE. No entanto, os conflitos internos no PSUC começam a ganhar relevo

---

<sup>366</sup> [http://elpais.com/diario/1982/03/24/opinion/385772409\\_850215.html](http://elpais.com/diario/1982/03/24/opinion/385772409_850215.html) (19.02.2014)

<sup>367</sup> Ibid.

com as críticas levadas a cabo por Carrillo precisamente a esses mesmos dirigentes, aquando do V Congresso do PSUC.

O V Congresso do PSUC tem um desfecho inesperado, com a vitória das teses pró-soviéticas, facto que em nada agrada ao secretário-geral do PCE, também ele envolvido, nesta altura, com facções dissidentes no seu próprio partido. O editorial de *El País* sugere mesmo que a crise no PSUC teria sido despoletada pelo próprio PCE, mas com a forte convicção de que, no V Congresso, sairiam vitoriosas as teses eurocomunistas, facto que não se veio a confirmar.

No seguimento desse congresso, a instabilidade tomou conta do PSUC, entre os partidários de uma corrente apelidada “leninista”, que viram as suas teses aprovadas e o seu representante máximo eleito presidente do partido e os partidários do eurocomunismo, representados em larga escala nos Comités Central e Executivo e apoiada pelo PCE: “Abandonados por los afganos, para quienes los pactos del V Congreso fueron tan solo una argucia táctica, los componentes de la tendencia encabezada por Francisco Frutos no tenían otra salida que convocar un nuevo Congreso que estableciera una nueva alianza con la tendencia eurocomunista, repusiera en sus cargos a los antiguos dirigentes dimitidos y sellara definitivamente la paz con Santiago Carrillo.<sup>368</sup>”

O VI Congresso do partido traz de volta duas figuras de proa do PSUC, López Raimundo e Gutierrez Díaz, anula a representação da ala *leninista* no PSUC e remete o secretário-geral eleito no anterior congresso, Francisco Frutos, para um fraco resultado nas votações finais dos delegados partidários.

O editorial citado descreve a crise no PSUC praticamente como um golpe palaciano promovido por Carrillo, dado com o objetivo de expulsar a ala partidária mais ligada à URSS e de restaurar o eurocomunismo como tese essencial do PSUC. A nível nacional, o comunismo espanhol está a braços, como vimos, com cisões em várias regiões, sendo que o desenlace conseguido por Carrillo no PSUC resultou na formação de um novo partido comunista na Catalunha e na mais numerosa das cisões.

No entanto, Pere Ardiaca leva consigo uma parte significativa da militância comunista histórica do PSUC. Entre os V e VI congressos, são abertas feridas insanáveis entre os

---

<sup>368</sup> Ibid.

dirigentes do partido e é corrompida uma das bandeiras de proa do PSUC, que era a sua clara independência face a indicações externas, ainda que essas influências se façam sentir vindas do PCE: “el PSUC, frenada la dinámica que permitía a las diversas corrientes y tendencias tolerarse reciprocamente y coexistir bajo unas mismas siglas, podría dejar de ser el modelo a la italiana de los comunistas españoles para transformarse, perdida su singularidad política y arruinado el clima de pluralismo de sus debates ideológicos, en una federación mas del PCE.”<sup>369</sup>

Veremos que não é, de todo, isso que sucede e que é precisamente o seu carácter independente e singular que tornam o PSUC um caso tão interessante dentro da história do comunismo ocidental.

Os partidos comunistas catalães interpretam, a partir dos fracos resultados eleitorais em todas as eleições de meados dos anos 80, que o avanço do centro-direita e o retrocesso do comunismo na Catalunha se deve às divisões internas no seio dos movimentos progressistas. É o que deixa claro, por exemplo, a nota do Comité Central do Partido dos Trabalhadores da Catalunha (PTE), dirigido aos comités centrais do PSUC e do PCC, em novembro de 1987, admitindo que não foi suficiente a união entre PSUC e PCC. Uma união mais lata entre os comunistas catalães é vista como a forma de dar “un paso enorme para rehacer la unidad de los comunistas”, que, caso não aconteça, poderá significar a continuidade “bajo mínimos electorales, no recuperaríamos la fuerza que en caso contrario, de ir unidos, sin lugar a dudas podríamos tener.”<sup>370</sup> Da mesma opinião é Jaume Nualart, da Entesa dels Catalans, assim como a organização comunista Bandera Roja.

A ideia de uma unidade formal entre todos os partidos comunistas da Catalunha ganha forma a 12 de março de 1989, no Congresso de Unidade dos Comunistas da Catalunha. O Congresso é o fruto de várias manifestações de intenção no sentido da união de forças, surgindo como “un momento culminante del proceso unitário y en él definimos el contenido de la unidad.”<sup>371</sup> O PSUC começa por valorizar o sentido unitário do partido em diferentes momentos da sua história, sublinhando a sua cultura de renovação crítica, a atenção aos problemas atuais e prementes dos catalães e dando como exemplo um ponto de união entre os

---

<sup>369</sup> [http://elpais.com/diario/1982/03/24/opinion/385772409\\_850215.html](http://elpais.com/diario/1982/03/24/opinion/385772409_850215.html) (12/04/2014)

<sup>370</sup> *Comunicação ao Comité Central do PSUC*, Comité Central do Partido dos Trabalhadores da Catalunha, 24/11/1987

<sup>371</sup> “Informe para el Congreso de la Unidad de los Comunistas de Catalunya”, 12/03/1989

comunistas catalães, relacionado precisamente com as temáticas da altura: “una unidad que nos lleve a entender, a valorar y a responder al reto del desarme de un mundo menos bipolar, donde los conflictos regionales pasen a primer término.”<sup>372</sup>

O contexto internacional é aqui referido pelo PSUC como uma das justificações de base à urgência de uma união entre os comunistas catalães: “entender la unidad significa también entender el proceso de reformas en los países socialistas. Países que, como ha dicho Gorbachov (...) estaban en situación de precrisis y estagnación; países donde todavía se pueden cometer aberraciones políticas.”<sup>373</sup> Segundo o partido, a unidade é fundamental para analisar as mudanças e para analisar a relação entre o mundo socialista e a Comunidade Europeia, agindo do lado do fortalecimento dos direitos dos trabalhadores.

Por fim, o PSUC vê a união entre os comunistas catalães como uma forma de travar a política de direita seguida pelo PSOE, traduzida na defesa dos interesses das multinacionais, nas privatizações, no desprezo pelo setor público e, entre outros, num ataque aos sindicatos.

Perante estes cenários e estas necessidades urgentes, o PSUC encara como fundamental a união entre os comunistas catalães sob o teto da IC: “en Catalunya es necesaria una alternativa nacional de izquierdas coherente, que pueda alcanzar la hegemonia. (...) La alternativa nacional de izquierdas en Catalunya (...) se posibilitaria con la articulación de las energías sociales existentes y las propuestas políticas en crecimiento, como IC.” A IC agiria, então, no sentido de ser um movimento sociopolítico abrangente, recuperando a cultura crítica da esquerda, não se opondo a futuros acordos com o PSOE, em determinados programas.

O partido pretende, assim, enterrar de vez as cisões originadas em 1981, superadas através do trabalho teórico de aproximação entre as diferentes fações: “hoy, como nosotros estamos diciendo desde hace ya meses o años en Catalunya, no hay ningun motivo ideológico, estratégico o político para que todos los que nos reclamamos de la tradición comunista no estemos en un mismo colectivo orgánico.”<sup>374</sup> O seu amadurecimento político, segundo o partido, teria sarado determinadas feridas abertas, tendo permitido, então, uma unidade com base na tolerância. O contrário teria significado a entrada numa rua sem saída, de costas para as mudanças a nível internacional e alheia à realidade e às exigências da sociedade.

---

<sup>372</sup> Ibid.

<sup>373</sup> Ibid.

<sup>374</sup> Ibid.

A proposta do partido éra a formação de uma plataforma plural, com uma estrutura orgânica aberta, onde se deveria privilegiar a diversidade da análise. Esta “nova fase” do partido, centrada na ideia de unidade entre os comunistas catalães, viria a privilegiar, também, a relação com o PCE, do qual continuaria a ser a referência regional até 1997. Na altura, porém, a ideia da “unidad de todos los comunistas” vence na Catalunha e, em 1989, a IC é, de facto, uma força aglutinadora dos comunistas catalães. Inicialmente, como é claro, por exemplo, na comunicação de Ribó na II Conferência Nacional do PSUC, em 1989, “no és tracta de cedir soberania del PSUC a IC, sino que él que hi ha són uns àmbits d’acció política diferents i amplis.” Nesta altura, a presença do PSUC na IC teria como vantagem clarificar “el paper del PSUC, evitant debats interns que no interessen globalment a la societat. Cal enfortir i resituar el PSUC. Posar-lo en marxa com element dinamizador d’IC.”<sup>375</sup>

O futuro viria a demonstrar que a dissolução do PSUC na IC se viria a dar de forma total. No entanto, nos anos que analisamos o partido, é claramente mais interessante, para a nossa análise, verificar que, pela primeira vez entre os partidos analisados, há uma preocupação em justificar, em parte, a ideia de renovação do próprio partido com os acontecimentos que se sucediam a Leste. É pela voz do próprio secretário-geral do PSUC que a sobrevivência do partido é apontada como estando ligada a “moments històrics apassionants, en que els vells mites se derrumben, però amb el cap fred i el cor valent hem d’apostar pel futur. No ens hem de tancar ni el present ni en el passat.”<sup>376</sup>

### 1.2.5. - Partido Comunista Italiano

Em janeiro de 1921, o PCI nasce da separação da ala mais à esquerda do Partido Socialista, protagonizada por Amadeo Bordiga e Antonio Gramsci e procurando a concretização de um verdadeiro partido de poder operário e um ponto de referência para os trabalhadores e revolucionários italianos, transformando-se numa vanguarda revolucionária.<sup>377</sup> O partido nasce, assim, inspirado na figura de Lenine e da Revolução Russa

---

<sup>375</sup> Discurso de Conxa Martinez Llamas, porta voz do PSUC, na 11ª Conferência Nacional do PSUC, 1989

<sup>376</sup> Ibid.

<sup>377</sup> Rizzo, *La Frontiera Dell'eurocomunismo.*, p. 19

de 1917, tendo, nos seus primeiros anos, como personalidade de proa Amadeo Bordiga e colocando-se na facção mais esquerdista da Internacional Comunista.

Bordiga, pela sua convicção firme na vitória da luta das massas e no crescimento do partido (cedo passou a contar com 40 mil militantes inscritos), terá desprezado a força da direita e do fascismo: “non credeva alla minaccia della destra, la giudicava uno spauracchio per indebolire lo slancio rivoluzionario degli operai<sup>378</sup>” e acreditava que a burguesia não teria qualquer interesse em compactuar com o autoritarismo fascista.

A história viria a demonstrar que Bordiga estava errado e, no contexto da ditadura fascista de Benito Mussolini (1922/1944), o partido é ilegalizado, em novembro de 1926, continuando a organizar a resistência de forma clandestina.

Desde o pós-guerra e até à sua extinção, o PCI é o principal partido da oposição, na Itália, o que significa que também ao longo de todo o período que analisamos neste capítulo, colocando-se sempre em segundo lugar, no que respeita às eleições para a Câmara dos Deputados, atrás da Democracia Cristã (DC), que governa sempre a Itália ao longo destes anos, tal como, precisamente, o vinha fazendo desde 1948. Também no que diz respeito aos partidos que analisamos, o PCI é o partido cujos resultados eleitorais são mais robustos, neste período, cativando sempre mais de 10 milhões de eleitores, em cerca de 40 milhões de eleitores italianos, e colocando-se indubitavelmente como a principal força da esquerda na Itália.

#### **1.2.5.1. - Contextualização histórica: o partido e o seu percurso**

À cisão da ala esquerda do Partido Socialista de junho de 1921 associa-se, neste processo, uma reação encorajada por Lenine, no sentido de encontrar a vanguarda proletária italiana, definitivamente afastada dos socialistas, mencheviques e reformistas: “da allora, tutte le vicende del comunismo italiano si erano intrecciate con quelle del partito russo, restandone condizionate.”<sup>379</sup> O partido nasce assim de uma ideia de purificação do socialismo italiano, com um crescimento significativo logo nos primeiros anos da sua existência, revelando uma

---

<sup>378</sup> Ibid., p.20

<sup>379</sup> Ibid., p.19

adesão assinalável de uma parte da esquerda italiana às ideias de Gramsci e, sobretudo então, de Bordiga, que se mantinha firme na ideia de uma revolução dos trabalhadores à escala mundial, mesmo quando, após a morte de Lenine, Estaline reorienta a luta do proletariado no sentido do “socialismo num só país.”

O PCI nasce apologista da revolução proletária mundial, adaptando-se, a partir de 1924, a Estaline e à ideia da construção do comunismo num só país, numa visão menos universalista da ideologia. Gramsci, se a início apoia esta visão e luta no seio do partido para que haja uma aproximação clara ao PCUS, começa a duvidar, logo a partir de 1926, do autoritarismo de Estaline e do PCUS. O contexto italiano, a expansão do fascismo e a necessidade de assegurar uma boa relação com a URSS, não o deixariam nunca, contudo, nesta altura, entrar em confronto com a orientação que estava a ser tomada pelo PCUS. Numa carta escrita ao partido soviético, mas que nunca foi enviada, por imposição de Togliatti, Gramsci questiona já em 1926 o curso do comunismo na Rússia: “voi oggi state distruggendo l’opera vostra (...) L’unità e la disciplina (...) non possono essere meccaniche e coatte; devono essere leali e di convinzioni.”<sup>380</sup> Nesta carta, Gramsci deixa claro que o PCI não seguiria um caminho autoritário.

A ascensão do fascismo e a II Guerra Mundial obrigariam, no entanto, a atenuar a contestação a Estaline no seio do PCI. De tal forma que, em 1945, após a vitória dos Aliados, a figura de Estaline era comemorada no PCI, onde não se encontravam vozes dissonantes: “non si scordi neppure che il prestigio dell’Urss è ora più alto che mai, che la fiducia riposta in essa e nel suo capo è assoluta da parte dei comunisti.”<sup>381</sup> A figura de Estaline era vista, entre os comunistas italianos, como uma forte garantia de que a Europa estava protegida de uma nova investida fascista e de que os militantes comunistas italianos não deveriam mais ser submetidos à marginalização e perseguição de que haviam sido alvos durante os anos anteriores.

São várias, então, as justificações para que, durante os anos 20, 30 e 40, e apenas com dissidências pontuais, o PCI se identicasse com o Estado soviético. Para além de uma clara defesa da mesma ideologia e da comemoração da consagração da Revolução de 1917, os

---

<sup>380</sup> Ibid., p.22

<sup>381</sup> Paolo Spriano, *Storia Del Partito Comunista Italiano I: Da Bordiga a Gramsci*(Torino: Einaudi, 1967)., p.24

comunistas italianos reconheciam a contribuição fundamental dos camaradas russos na derrota do nazifascismo e associam à mão de ferro de Estaline a sobrevivência da Europa. Estaline era, nestes anos, uma figura consensual para os comunistas italianos.

No entanto, é importante salientar a diferença entre o reconhecimento ao PCUS e à URSS e a estratégia política do próprio PCI. E aqui reside a questão essencial. O “partido novo”, que surge no pós II Guerra Mundial, tem Togliatti como porta-voz e deixa clara a sua intenção de promover um regime democrático e progressista em Itália, baseado na garantia das liberdades, do pluralismo partidário e da eleição livre. Togliatti reconhece que, na Itália dos anos 40, havia a necessidade de uma profunda mudança em torno do programa partidário do PCI, aproximando-se da classe operária, que já não está unicamente na oposição ao regime mas faz parte integrante da vida política do país: “partito nuovo è il partito che è capace di tradurre in atto questa nuova posizione. (...) In pari tempo, il partito nuovo che abbiamo in mente deve essere un partito nazionale italiano.”<sup>382</sup>

Em 1944, Togliatti dirigia um partido centrado na reconstituição da sociedade italiana, avesso à ideia de uma revolução popular semelhante à russa de 1917 e orientado para uma partilha de responsabilidades governamentais entre as diversas forças políticas. Rizzo, na sua análise dos anos pós-guerra, tem, contudo, uma perspetiva diferente sobre Togliatti, vendo esta opção do PCI não propriamente como uma escolha dos seus líderes, mas antes como uma inevitabilidade histórica: “l’esclusione di una prospettiva rivoluzionaria a breve scadenza, come secondo tempo della liberazione del fascismo, appariva semplicemente dettata dalle circostanze storiche, cioè dalla logica dell’influenza delle potenze, effetto della geografia dell’occupazione militare: una logica che non poteva sfuggire a un politico lucido come Togliatti. Non era una scelta, ma la constatazione di una situazione di fatto.”<sup>383</sup>

Assim, as opções do partido no pós-guerra não aparecem tanto como uma atitude coerente com os acordos geopolíticos traçados pelos Aliados e, sobretudo, coerentes com uma estratégia de implementação do partido em Itália tendo em conta condicionantes nacionais e orientando-se sempre de acordo com as particularidades da sociedade italiana. O PCI, à semelhança do partido comunista grego, sabia que não contaria com a ajuda soviética na

---

<sup>382</sup> Togliatti, cit. por Rizzo, *La Frontiera Dell'eurocomunismo.*, p.26

<sup>383</sup> *Ibid.*, p.28



implantação de um regime comunista em Itália, face ao respeito da URSS em relação aos acordos assinados no fim da guerra. O próprio Estaline estaria, assim, mais interessado no fortalecimento dos partidos comunistas das sociedades ocidentais, uma vez que reconheceria os limites da sua própria atuação numa área geográfica na qual não deveria ter interferência direta. Para alcançar a governação, os comunistas italianos teriam obrigatoriamente que fazê-lo pela via do voto popular, caminho que nunca é posto em causa por Togliatti.

Contudo, há outros aspetos de igual relevo na relação entre o PCI e o PCUS, fundamentais para perceber a penetração e o posicionamento do PC em Itália. De um partido de alguns milhares de militantes, o PCI contava, em 1946, com mais de 700 mil inscritos. Este crescimento exponencial relaciona-se com o facto de que, como refere Rizzo, dois terços das formações que constituíram a resistência italiana ao fascismo serem controladas ou apoiadas pelo PCI. Simultaneamente, regressam a Itália os militantes obrigados ao exílio durante a ditadura fascista, da mesma forma que são libertados os presos políticos do regime. Os militantes comunistas são, na sua maioria, jovens italianos que reconhecem o papel decisivo do partido na libertação da Itália e que encontram um novo significado à sua ação no pós-guerra: “il partito, che nei lunghi anni del fascismo e dell’esilio era apparso un’entità remota e persino astratta, si era calato o era rientrato nella realtà nazionale più viva, ricavandone caratteri nuovi e una sensibilità più spiccata agli aspetti concreti del paese.”<sup>384</sup> No pós-guerra, o PCI passa definitivamente a ser encarado como um partido de raízes italianas, com uma história marcante de resistência ao fascismo e interessado na construção de uma Itália democrática e livre. O novo PCI, construído com os quadros da resistência italiana e com milhares de novos militantes, abandona de vez a ideia de insurreição e revolta armada, dedicando-se à luta parlamentar, constituinte e social e reconstruindo o seu próprio modelo político baseado na realidade e na história italiana.

Rizzo salienta, contudo, que esta mudança acontece apenas na imagem e atuação do partido, pelo que, no que respeita à sua organização, esta continua a não permitir que o debate interno flua com naturalidade, permanecendo fiel às estruturas organizativas anteriores: “si può dire che ancora una volta il carattere «nazionale» e «moderato» del comunismo italiano, pur effettivo e di lunga tradizione, solo in quanto lo consentiva, in quel dato momento, o non

---

<sup>384</sup> Ibid., p.29

lo contrastava, l'orientamento del partito soviético.”<sup>385</sup> Esta observação parece-nos, no entanto, um pouco radical: o afastamento entre o PCI e o PCUS é claro, ao longo das décadas seguintes e veremos em que alturas e em que medidas o partido se opôs a indicações do partido soviético, para orientar, de facto, a sua ação tendo em conta as particularidades da sociedade italiana.

Nos anos 40, no entanto, esta oposição não é ainda visível e as diferentes orientações entre o PCI e o PCUS parecem, de facto, resultado das circunstâncias geopolíticas italianas: o partido apoia o “golpe de Praga” em 1948, participa na condenação do regime de Tito na Jugoslávia e compactua com o regime de Estaline, não havendo, até 1953, uma condenação pública dos processos desencadeados pelo líder soviético. O autor prossegue os exemplos do “culto illimitato” da URSS por parte do PCI: a oposição à constituição da OTAN, o desagrado relativamente às tentativas de união da Europa Ocidental, o apoio à URSS no seu posicionamento perante a Guerra da Coreia, a propaganda antiamericana durante as primeiras décadas da Guerra Fria e o culto interno à figura de Estaline, que chega a ser mencionado por Togliatti, aquando da comemoração do 70º aniversário do dirigente soviético, como referência no “processo di sviluppo del sano pensiero umano.”<sup>386</sup>

O tal culto ilimitado a Estaline, que, segundo Bernardo Valli, terá sido mais evidente, pelo menos, entre 1948 e 1956, tem novamente, na sua base, uma explicação estratégica e enquadra-se na cultura comunista global, sendo comum a todos os PC's, nesta altura e a grande parte da esquerda no contexto histórico de uma guerra que produziu entre 20 a 25 milhões de mortes na URSS e que fez de Estaline o herói da resistência antifascista.

O PCI encontrava-se, no cenário da Guerra Fria, deslocado em relação aos outros partidos comunistas do Ocidente: “venuto meno un quadro «concordatário» tra le due massime potenze, credette di essere costretto a sceglierne una, súbito, pela l'isolamento, quell'isolamento che da trent'anno, da quando era nato, nell'immediata vigilia del fascismo, era stato il suo incubo.”<sup>387</sup> No entanto, este posicionamento não era inevitável: Togliatti era o chefe de um grande partido de massas, com fortes resultados eleitorais e com uma história que o colocava num lugar cimeiro na luta pela liberdade e pelo bem-estar do povo italiano.

---

<sup>385</sup> Ibid., p.30

<sup>386</sup> Ibid., p.31

<sup>387</sup> Ibid.

O primeiro sinal de um corte com o estalinismo é uma nota pública de arrependimento pela condenação de Tito, na Jugoslávia, logo nesse ano. Porém, apenas após o célebre XX Congresso do PCUS, onde se dá a denúncia do regime de Estaline pelo seu sucessor, e após a publicação do discurso de Nikita Khrushchev no jornal americano *New York Times*, em junho de 1956, é que Togliatti fala publicamente dos crimes cometidos durante a governação de Estaline. Fá-lo de modo contido, negando que o problema estivesse no culto da personalidade do líder e afirmando que o rumo do socialismo estava intrinsecamente ligado à história e, como tal, devia adaptar-se aos novos tempos: “nello stesso movimento comunista non si può parlare di una guida única, bensì di un progresso che si compie seguendo strade spesso diverse.”<sup>388</sup>

O discurso de Togliatti em 1956 refere a condenação do regime de Estaline mas aponta também os avanços do Estado soviético, procurando minimizar os danos causados pelo desmoronar de uma figura que, ao longo de trinta anos, o PCI homenageou. Togliatti referia ainda que o sistema soviético era, então, tão coeso e coerente ao ponto de mostrar ser capaz de se autocriticar e continuar a evoluir rumo ao comunismo. Por fim, o líder do PCI afirmava ainda que o PCI não tinha tido conhecimento dos aspetos mais nefastos da governação de Estaline, até ao seu destapar por Khrushchov: “Togliatti aveva preso le distanze quel tanto che era necessario e praticamente indispensabile, in un partito che non era e non voleva essere settario e che doveva fare i conti, oltre che con l’opinione pubblica di un paese democratico, con cospicue frange culturali, potenzialmente critiche, al suo stesso interno.”<sup>389</sup>

Nos tempos seguintes, viriam dois momentos essenciais para definir até que ponto eram novos os “Nuovi argomenti” de Togliatti. Quer em relação à ação nas manifestações em Poznan, na Polónia, em 1956, quer na intervenção militar em Budapeste, no mesmo ano, Togliatti é claro ao afirmar que se trataram de investidas no sentido de controlar uma contrarrevolução e ao dar o seu apoio ao Pacto de Varsóvia e ao exército soviético.

A defesa do PCI da intervenção na Hungria, que o próprio PCI apoiou, conta com o apoio das bases do partido e tem a vantagem de demonstrar que, mesmo depois de Estaline, a força e a robustez da URSS continuam incólumes. Pelo contrário, o setor intelectual do partido

---

<sup>388</sup> Togliatti, cit. por *ibid.*, p.33

<sup>389</sup> *Ibid.*, p.35

desanima-se ao verificar que as predisposições do XX e XXI congressos do PCUS podem não ter tido a força necessária a uma maior democratização do mundo socialista. É assinado um manifesto por 101 intelectuais comunistas, que, não pondo em causa a realidade dos factos, afirmam que o que se passou na Hungria foi “un’ ondata di collera che deriva dal disagio economico, da amore per la libertà e dal desiderio di costruire il socialismo secondo una própria via nazionale.”<sup>390</sup> Estes afirmam ainda a sua desilusão com o apoio formal do PCI à intervenção armada e consideram insuficiente a crítica a Estaline efetuada pelo partido. O manifesto não tem, no entanto, um impacto decisivo na direção do partido. Rizzo justifica, dizendo que “un atteggiamento ostile all’ Urss avrebbe provocato una lacerazione acuta, con la possibilità di un scontro politico tra tradizionalisti e innovatori.”<sup>391</sup>

Em 1968, porém, a reação do PCI é diametralmente oposta. O Comité Central do partido emite, poucas horas depois da entrada das forças do Pacto de Varsóvia em Praga para depor Dubcek, um comunicado altamente crítico com a intervenção armada, não lhe encontrando uma justificação plausível. Mas não só: em 1968, o PCI não se limita a criticar a forma como o modelo soviético é imposto em Praga mas a contestar esse próprio modelo. E vai mais longe, solidarizando-se com os esforços de renovação do Partido Comunista Checoslovaco: “dunque il 21 agosto ’68 può essere considerato la vera data d’inizio della storia dell’eurocomunismo.”<sup>392</sup>

Rizzo refere que, pela primeira vez, a avaliação política do PCI face a um acontecimento de grandes dimensões no mundo comunista era julgado de forma própria e publicamente contrária ao sentido do PCUS. Esta opção, entende o autor, é um ponto de chegada de um percurso longo, desde 1957, no qual a cisão sino-soviética representa um importante marco estratégico, na medida em que, pela primeira vez após o que foi apelidado “desvio” jugoslavo, a via para o socialismo proposta pelo PCUS é abertamente contestada, agora por um país cuja relevância geoestratégica deve ser considerada. Passam a existir vários modelos de socialismo e a premência de uma escolha de alinhamento por parte dos governos socialistas. O PCI não aceita, claramente, a visão chinesa da construção do comunismo, pois ao fazê-lo desafiava,

---

<sup>390</sup> Ibid., p.36

<sup>391</sup> Ibid., p.38

<sup>392</sup> Ibid., p.39

nesta altura, a URSS de uma forma que poderia vir a ser decisiva nas relações entre o PCI e o PCUS.

O partido encontra-se, nos anos sessenta, num claro ponto de viragem ideológica, motivado por uma conjugação de fatores internos e externos. Por um lado, aparece um novo modelo de socialismo, quebrando a hegemonia da URSS como referência no mundo comunista. Por outro lado, dentro da própria Itália, o PCI é, nestes anos, um partido fortemente implementado e de cuja democraticidade e valorização das liberdades e compromissos os eleitores italianos não duvidam. Será preciso um líder com uma alta capacidade estratégica para conseguir coordenar as relações do partido com o exterior, dentro do seu próprio país e, também, dentro da própria organização política. Esse sentido estratégico não faltou a Togliatti, nestes anos.

Uma das últimas manifestações da “genialidade tática” de Togliatti, como descreve Rizzo, é o Memorial de Ialta, de 1964, em que o líder do PCI condena o divisionismo imposto pelos chineses mas relança a necessidade de aprofundar as decisões do XX Congresso do PCUS. Faz ainda uma crítica ao rumo do socialismo na Europa de Leste, reconhecendo que não era verdadeiro afirmar que estava tudo bem nesses países, reafirmando a necessidade de uma via nacional para a implementação do socialismo, atenta às necessidades e à história de cada país e que permitisse uma forma alargada de debate sobre o rumo do próprio socialismo. O processo de diferenciação entre o PCI e o PCUS conhecia assim os seus dias mais marcantes.

Em novembro de 1964, meses após a morte de Togliatti, no momento da deposição de Khrushchov do secretariado do PCUS, Giorgio Amendola, um prestigiado filósofo comunista, publica “Il socialismo in Occidente” no jornal *Rinascita* no qual afirmava a visão “di un socialismo che sai fondato sul patrimonio accumulato in un secolo e più di battaglie democratiche in una società ricamente articolata attraverso secolari processi storici, una società che exige perciò il pluripartidarismo e strutture politiche differenziate, che assicurino una larga partecipazione dal basso.<sup>393</sup>”

Amendola afirma que, olhando para a história europeia, nenhuma ideologia política, incluindo os comunistas, teria conseguido demonstrar a validade na construção de sociedades

---

<sup>393</sup> Cit. por *ibid.*, p.43

socialistas de facto, instando, quer as democracias do Ocidente, quer as democracias populares, a perguntarem-se a razão de não se ter alcançado esse objetivo, não obstante as tentativas efetuadas nas décadas precedentes. Pietro Ingrao sobrepõe-se a Amendola, indo além deste na tentativa de ultrapassar as regras do centralismo democrático. Em 1969, o modelo alternativo é desenvolvido e são praticamente consensuais as teses que defendem que o socialismo italiano é assente na democracia, na participação ativa, direta, das massas, no caráter não ideológico e laico do Estado, na defesa de todas as liberdades, na pluralidade de partidos políticos e de organizações de trabalhadores.

Nesse mesmo ano, Berlinguer afirma perante os mais altos dirigentes do PCUS o seu repúdio a um modelo único de sociedade socialista, acreditando que a revolução não se desencadeia num estado puro universal mas, antes, ligada a realidades particulares, historicamente determinadas e irrepetíveis<sup>394</sup> No início da década de 70, não só o partido está empenhado numa demarcação clara em relação a determinados momentos da sua história, como nunca foi tao clara a proposta de uma via alternativa para a implementação do socialismo. O eurocomunismo, que floresceria a partir de Itália, viria assim a influenciar muitos dos congéneres ocidentais do PCI, como já verificámos ao longo deste estudo contextual dos partidos políticos em análise.

#### **1.2.5.2. - Os anos 70 e 80: as interpretações e as mudanças estratégicas**

Para compreender o percurso político do PCI foi essencial fazer uma abordagem à sua relação com o PCUS, desde a sua formação e até ao final dos anos 60. Esta relação foi estudada na medida em que define, em grande parte, o que é a estratégia do partido nos anos 70 e 80, até à sua dissolução, em 1991. Isto porque é precisamente a relação entre o PCI e o PCUS, a URSS e as democracias populares, que está na base da vontade da direção do partido de efetuar uma mudança na natureza do PCI, no final dos anos 80, tomando a caída do Muro e a deposição dos governos ditos socialistas da Europa de Leste como referências para a reformulação, que acaba por ser uma dissolução, do PCI. Veremos como, nos anos 70 e 80, o PCI está já diametralmente afastado dos governos do “socialismo real”, ao nível do seu

---

<sup>394</sup> Berlinguer, cit por ibid., p.45

programa partidário, e como parecerá estranha a remissão às ideias do partido nos anos 20, 30 e 40 do séc. XX, fortemente condicionadas, como vimos, pelo contexto histórico em que se desenvolvem, para justificar uma reforma radical que leva à extinção do PCI.

Para tal, porém, precisaremos, antes, de traçar o perfil e o percurso do partido e dos seus líderes nas decisivas décadas de 70 e 80. Décadas em que o PCI redefiniu a sua estratégia mas em que viveu, precisamente, a maior crise estratégica da sua história.

A “Alternativa Democratica” à DC, que governava a Itália desde o final da II Guerra Mundial, é proposta pelo PCI ao PSI, mas não encontra eco no partido socialista. Bettino Craxi rejeita, desde o primeiro momento, propostas de união à esquerda partidas do PCI: “l’aggravation de la situation économique, les risques de débordements sur sa gauche et la manque de perspective politique conduisent à un repli du parti.”<sup>395</sup> A crise no PCI é apontada tendo em conta vários quadrantes de análise: a partir de 1970, os inscritos no partido decrescem e, nas eleições locais, o partido perde, nos anos 80, alguns bastiões importantes, conquistados na década anterior, como as cidades de Roma, Nápoles ou Torino. A causa destas perdas locais, que chegam a representar um terço das suas câmaras municipais, prende-se, novamente, sobretudo, com o facto de que o PSI deixa de querer realizar coligações a nível autárquico com o PCI, inviabilizando governos de esquerda em várias cidades e regiões italianas.

A perda de representatividade autárquica representa um forte abalo na implementação do PCI na sociedade italiana, cujo sistema político tende a descentralizar e autonomizar as localidades e regiões.

O ressurgimento, no final dos anos 70 e início dos 80, de uma forte propaganda anticomunista manifesta-se em Itália. A opção pelo eurocomunismo, do qual o PCI é o pioneiro entre os partidos comunistas ocidentais, torna, desde o final dos anos 60 e ao longo da década de 70, obsoleta a ideia de associar o partido italiano à Guerra Fria ou às repúblicas populares. No entanto, o anticomunismo italiano, como refere Gotovitch, traça-se em torno da ideia de uma “traição” ao laicismo socialista, patente na colaboração estabelecida entre comunistas e democratas-cristãos desde o final da II Guerra<sup>396</sup>. Craxi utiliza frequentemente

---

<sup>395</sup> Gotovitch, Delwit, and De Waele, *L'Europe Des Communistes.*, p.273

<sup>396</sup> *Ibid.*, p.274

este argumento para colar o PCI à DC, aproveitando para exaltar o PSI como o partido da alternativa socialista.

No panorama internacional, o PCI prossegue a sua demarcação em relação ao PCUS e à URSS. Em 1979, condena veementemente a intervenção soviética no Afeganistão, atribuindo, inclusivé, em 1981, a culpa à URSS pelo agravamento da tensão bélica internacional. Gian Carlo Pajetta, representante do PCI no congresso do PCUS é impedido nesse mesmo ano de se dirigir à tribuna, num confronto aceso que Berlinguer viria a agravar com o apoio do partido à insurreção polaca de inícios da década de 80. Berlinguer afirma que o entusiasmo gerado pela Revolução Russa de 1917 se esgotou e perdeu a sua força impulsionadora. “La légitimité du modele incarné par la première révolution socialiste est mise à bas par cette unique petite phrase qui fait l’effet d’une bombe dans les partis communistes du monde entier.”<sup>397</sup>

A partir de 1979 e durante os primeiros anos da década de 80, o PCI propõe por diversas vezes o início de uma discussão profunda sobre a situação nas repúblicas populares europeias. No entanto, a cisão com o PCUS não é evidente e isto deve-se, como aponta Gotovitch, a duas razões fundamentais: à existência de uma facção habitualmente designada por “pró-soviética” forte nos quadros do PCI, representada por Armando Cossutta e outra questão, relacionada com a ideologia do partido, já que a rutura definitiva com o PCUS significaria também uma crise identitária no próprio PCI, na medida em que o partido procura, ainda, manter a sua distância em relação à social-democracia no que diz respeito à sua própria orientação ideológica.

Em 1983, o XVI Congresso do PCI consegue manter coeso o partido, ainda que com um aceso debate ideológico em torno da relação com a URSS. O partido italiano continua, no entanto, a representar um “contra-peso” entre as duas potências da Guerra Fria, não deixando, contudo, de contestar a política soviética, muito particularmente no que diz respeito à imposição da ideologia através da força militar. Neste congresso, o secretário geral defende: “l’URSS poursuit une politique destinée à consolider et à étendre, même avec les armes, les

---

<sup>397</sup> Ibid., p. 275



zones d'influence en violant ouvertement la souveraineté et l'indépendance des Etats et des peuples.”<sup>398</sup>

O falecimento de Berlinguer em plena campanha eleitoral para as europeias de 1984 é acompanhado de uma vitória significativa do PCI nesse ato eleitoral e de uma homenagem transversal na sociedade italiana, com mais de dois milhões de pessoas a assistir ao seu funeral. Gotovich fala de Berlinguer como “le dirigeant communiste le plus remarquable de sa génération.”<sup>399</sup> O entusiasmo pelo melhor momento eleitoral do PCI, em plena década de 80, desde a sua fundação, dará lugar, no entanto, a anos de forte convulsão interna e, surpreendentemente, à sua extinção como partido político, em 1991.

Fica, então, ilustrada a situação do PCI entre 1969 e 1984: um partido robusto, com mais de um milhão e meio de militantes, fortemente implementado nas autarquias e regiões italianas e que termina este período vencendo uma eleição pela primeira vez na sua história.

Bell refere mesmo que, em meados dos anos 80, o PCI não poderia nunca ser descrito como um partido em crise, vivendo uma situação francamente “saudável”: it was regularly polling around 30 per cent of the vote, counted a membership of 1.6 million and governed a significant slice of the Italian territory.<sup>400</sup> O autor vai mais longe, para referir a forte implantação de *L'Unità* em Itália e a influência do partido e dos seus órgãos de comunicação numa vasta porção da opinião pública, despertando o interesse dos analistas políticos e dispondo de uma “excelente reputação” a nível internacional.

Há, contudo, uma questão essencial. As eleições ganhas pelo PCI são as europeias e, de facto, muito embora pesasse sobre os atos eleitorais italianos uma forte campanha anticomunista, a realidade é que o PCI nunca chefiou o governo italiano. E, numa crise de sucessão, após a morte do emblemático secretário-geral Enrico Berlinguer, as pretensões a tornar-se um partido de governo passam, para uma determinada ala do PCI, a ser uma prioridade, custasse o que custasse.

---

<sup>398</sup> Ibid., p.276

<sup>399</sup> Ibid.

<sup>400</sup> Bell, *Western European Communists and the Collapse of Communism.*, p.16

O envelhecimento da militância e dos quadros do partido, assim como a dificuldade em entusiasmar novos inscritos, especialmente entre os mais jovens é, na opinião de Bell, alguns dos primeiros sinais de alarme.<sup>401</sup>

Os anos de 1985 e 1986 não trazem avanços significativos na implantação do PCI na sociedade italiana. Pelo contrário, o partido, por uma série de razões que em grande parte lhe são alheias, torna-se, nestes anos, cada vez mais um partido de oposição e menos um partido com possibilidades concretas de se tornar governo. As razões apontadas para a marginalização do PCI no final dos anos 80 prendem-se sobretudo com a recusa, por parte do PSI, em estabelecer uma alternativa política à DC. O PSI preferiu, sempre, nesta altura, uma aliança com a direita do que com os comunistas.

Por outro lado, a conjuntura internacional afetou nestes anos a imagem e a notoriedade do partido mas ainda sem relação com a deposição dos governos ditos socialistas do Leste europeu. Recordemo-nos que a URSS vivia tempos de abertura, com Gorbachov. A influência negativa vinha, precisamente, do Ocidente, onde o neoliberalismo de Thatcher e Reagan estava esfusante e parece representar a modernidade da política ocidental: “le parti de Natta [secretário-geral do PCI desde 1984] n’est plus au centre de la vie politique et culturelle italienne. Il ne parvient pas à s’insérer, dans son discours et dans sa pratique, les valeurs qui émergent dans la société. L’image du parti vieillit.”<sup>402</sup>

Esta interpretação de Gotovitch é clara. Porém, deveria o PCI reformar-se no sentido de se adaptar a uma nova cultura italiana, voltada definitivamente para o Ocidente e para os valores do neoliberalismo? Faria sentido, num partido comunista, que isso acontecesse? Voltaremos a este raciocínio mais tarde.

As eleições legislativas de 1987 são uma desilusão para os comunistas: por um lado, acentua-se a sua derrota face à DC, que volta a chefiar o governo; por outro lado, diminui a sua distância em relação ao PSI, preferindo aliar-se à direita para viabilizar o governo italiano do que uma eventual coligação com os comunistas: “the renewed collaboration between the DC and the PSI meant that stable coalitions could be formed without [the] support [of the PCI].”<sup>403</sup>

---

<sup>401</sup> Ibid., p.16

<sup>402</sup> Gotovitch, Delwit, and De Waele, *L'europe Des Communistes.*, p.308

<sup>403</sup> Bell, *Western European Communists and the Collapse of Communism.*, p.16

O resultado de 1987 revela a falência de uma determinada linha política seguida pelo partido, que não convence o eleitorado mas, pior ainda, premeia a DC e o PSI, ambos em crescendo nestas eleições: “se il «sorpasso» del 1984 aveva permesso al Pci di sospendere il giudizio sulle proprie difficoltà elettorali, strategiche e organizzative, la sconfitta del 1987 chiarisce che quel successo è stato congiunturale e che il partito, se vuole superare la crisi, deve trovare il modo di trasformarsi.”<sup>404</sup>

Os observadores políticos, praticamente, na sua totalidade, ligados aos setores do centro-direita italiano, passam a prever o fim do partido e descartam-no definitivamente como uma peça essencial no mapa da governação italiana. Baseiam-se no caso francês, em que, ao longo dos anos 70, o partido socialista ultrapassa o PCF enquanto líder da esquerda, mas também em traços efetivos de um declínio: a diminuição dos resultados eleitorais e do número de militantes inscritos. A “morte política” do comunismo em Itália terá, no entanto, na nossa opinião, sido anunciada muito antes do tempo, e com uma leitura cujo entusiasmo contrasta com o do tempo, não muito distante, em que a implantação e os resultados eleitorais do partido eram francamente entusiasmantes. Não obstante, o anúncio da morte poderá ter convencido, ou convindo, inclusivé, ao próprio partido e a parte representativa dos seus militantes mais destacados.

O líder do partido à altura das eleições legislativas de 1987, Alessandro Natta, é um homem cauteloso, que não pretende uma renovação total do PCI, abandonando as raízes do partido no movimento comunista internacional, mas que fala frequentemente da necessidade de uma “refundação.”<sup>405</sup> Natta reestabelece a proximidade com a URSS de Gorbatchov, por iniciativa deste último, que procura a recuperação dos laços com o partido italiano, fortemente abalados pelas discordâncias entre o PCUS e o PCI ao longo dos anos 70 e 80. A estratégia de Gorbatchov, na sua aproximação ao PCI, é dupla: procura, por um lado, restabelecer o contacto diplomático com a China através do PCI, que desde o início da década tem excelentes relações diplomáticas com o PC chinês e procura, também, publicitar a sua imagem de credibilidade democrática: “the Soviet leadership could not project a credible image in Europe without some evidence that it respected Western sovereignty, and it could not achieve that if

---

<sup>404</sup> Bosco, *Comunisti : Trasformazioni Di Partito in Italia, Spagna E Portogallo.*, p.129

<sup>405</sup> Bell, *Western European Communists and the Collapse of Communism.*, p.17

it refused to respect the autonomy of the largest non-ruling Communist party.”<sup>406</sup> Gorbachov é claro ao assumir o seu respeito pelo PCI: após uma conversa em particular com Natta, uma hora antes do funeral de Chernenko, em 1985, recebe o secretário-geral do PCI formalmente em janeiro de 1986, dá a sua primeira entrevista, a um jornal italiano, no mesmo ano, a *L’Unità*: “more significantly, he let it be known that he felt a special affinity for the PCI, a force whose dissent from official Soviet policy had been consistently and coherently sustained over the years. These dissenting ideas probably contributed to the process of reflection which found an outlet in the new course.”<sup>407</sup>

O partido, no entanto, reage com precaução à aproximação do líder soviético. Não colabora na organização de reuniões entre os partidos comunistas ocidentais e o PCUS, sendo que o veto do PCI é de tal forma importante, no contexto europeu, que é suficiente, em 1988, para forçar o líder soviético a abandonar a intenção de reunir de novo o movimento comunista internacional.<sup>408</sup>

É ainda sob a liderança de Alessandro Natta que o PCI se afasta definitivamente da família comunista europeia. A diplomacia de Natta, resultante das resoluções estabelecidas no XVII congresso do partido, é diretamente direcionada para a esquerda europeia de Brandt, González, Soares e Carlsson, enquanto envia sinais confusos, também, sobre a sua relação com a URSS. Por exemplo, ao negar, em 1986, que tenha havido, em qualquer momento da sua história, qualquer rutura com a URSS ou ao nunca esclarecer, por exemplo, se o partido condenava a intervenção armada na Hungria, em 1956: “in other ways too the PCI continued to act in a manner that recalled its past affiliations more than its present vocation.”<sup>409</sup> Visto como um líder incapaz de prosseguir uma mudança mais radical no partido, Natta é afastado da direção do PCI durante um período de hospitalização.

Achille Occhetto é eleito secretário-geral do PCI em junho de 1988 e será a principal cara da social-democratização do partido e do abandono definitivo da ideologia comunista. Apontado como um político mais moderno que os seus antecessores, afastado da ideologia e

---

<sup>406</sup> J. Barth Urban, “The PCI’s 17<sup>th</sup> Congress: a triumph of the “new internationalism”, in P. Corbetta, R. Leonardi and R. Nanetti (eds.), *Italian Politics – a Review*, vol.2, London, Printer Publishers, 1988, p.49

<sup>407</sup> A. Rubbi, *Incontri con Gorbachev: i colloqui di Natta e Occhetto com il leader sovietico – giugno 1984 – Novembro de 1989*, Roma, Editori Reuniti, 1990, pp.27

<sup>408</sup> Bell, *Western European Communists and the Collapse of Communism.*, p.20

<sup>409</sup> *Ibid.*, p.21

da própria história do partido, “il tente de rompre avec l’image distante et mystérieuse des leaders communistes. Occhetto prend ainsi place dans la médiatisation de la vie privée des hommes politiques italiens.”<sup>410</sup> Occhetto abre a sua vida privada à imprensa italiana, aparece frequentemente na televisão e procura, a nível político, desde o início, uma reforma do partido no sentido da social-democracia.

No XVIII congresso, em março de 1989, Occhetto defende claramente um novo rumo para o PCI, trazendo para as prioridades partidárias temas como a globalização, a ecologia, as relações entre o Norte e o Sul da Europa, o feminismo, o desarmamento e o debate sobre o desenvolvimento do país. Temas já caros ao PCI mas que com Occhetto se sobrepõem: “le sujet principal de ce nouveau communisme est l’individu. (...) la conquête de l’individualité et de la citoyenneté dans toutes les activités sociales.”<sup>411</sup> Occhetto procura criar uma dualidade entre a via social-democrata, presente em camadas cada vez mais numerosas do partido, apelidada de “direita” e cujo principal rosto é Giorgio Napolitano, e uma série de novos espaços de ação do partido, associados à “esquerda” e a Pietro Ingrao.

De facto, Occhetto não procura colar-se à ideia de uma reforma do comunismo ou a uma via renovadora do partido, mas antes abrir espaço a uma terceira fase (após o “socialismo real” e o eurocomunismo) para a esquerda europeia, que beneficie da experiência do comunismo e da social-democracia. Sendo que, para o efeito, esta nova via, a “terceira via”, teria de ser tomada num espectro mais amplo, a nível europeu. Uma via que dará origem, também, a partidos *catch all*, onde chegar ao poder seja uma prioridade.

À tese que defende a “terceira via” de Occhetto como uma nova forma de encarar a esquerda na Europa, com uma reflexão sobre a identidade da própria esquerda, não poderemos deixar de contrapor o facto de que existirão, pelo menos no caso italiano, duas outras motivações centrais que não devem passar despercebidas. A primeira tem a ver com o facto de haver, na direção do PCI, uma clara vontade de chegar à governação de Itália, e de haver também a perceção de que, fruto da marginalização dos últimos anos e das mudanças ocorridas no sentido de voto dos eleitores, não seria através do “velho” PCI que isso aconteceria. Por outro lado, existe o fator PSI e a crescente importância do partido socialista em Itália, que

---

<sup>410</sup> Gotovitch, Delwit, and De Waele, *L’Europe Des Communistes.*, 309

<sup>411</sup> Gilbert Wassermann, cit. por *ibid.*, 310

ocupa, eleição após eleição, mais espaço. A motivação de Occhetto em levar o PCI para o centro político italiano parte também da reflexão de que, estando na liderança de um partido mais robusto, com uma implantação mais forte na sociedade e com uma tradição mais reconhecida, bastaria movimentá-lo para a direita para se sobrepor ao PSI e, com isso, tornar-se num dos partidos de governo em Itália. A história viria a provar que, não obstante isso ter significado o fim do PCI, o novo partido que Occhetto liderou chegou várias vezes ao governo de Itália e o PSI, por razões que são alheias a motivos eleitorais, acabou por desaparecer em 1994.

A 12 de novembro de 1989, Occhetto participa, em Bolonha, do 45º aniversário da comemoração da *Battaglia Partigiana della Bolognina*, onde afirma claramente a sua intenção de “non continuare su vecchie strade ma inventarne di nuove per unificare le forze di progresso.”<sup>412</sup> Occhetto criticou os governos do “socialismo real”, afirmando que nada tinham a ver com a visão do atual PCI. O secretário-geral do PCI concordava, inclusivé, que seria possível mudar o nome do partido, o que representaria, de uma vez por todas, o abandono do comunismo. Esta “svolta” é comunicada ao país de forma isolada, por Occhetto, sem consultar a direção do partido. Nos dias seguintes, o secretário-geral é criticado por esta atitude mas, após ter posto o seu cargo à disposição no partido, é-lhe votada a confiança para continuar à frente do PCI.

Acima de tudo, o discurso de Occhetto em Bologna significa uma alteração de política fundamental a nível internacional: “the role of intermediary between the parties of East and West which it had conserved in order to promote debate and reform, even at cost to itself, was now over.”<sup>413</sup>

A nível interno, Occhetto prossegue o corte com o passado, repudiando a figura de Togliatti, associando-o a Estaline. As gerações mais velhas do partido insurgem-se contra esta visão do líder comunista. Occhetto vê-se na necessidade de intervir, para defender que uma rutura com o passado não significa a sua demolição.<sup>414</sup> A contestação à social-democratização do PCI tornar-se-ia mais marcante a partir do final do ano. Embora houvesse uma ala mais à direita totalmente favorável às mudanças levadas a cabo por Occhetto, incluindo a mudança

---

<sup>412</sup> *L'Unità*, “Il PCI cambierà nome? Tutto è possibile”, 13/11/1989

<sup>413</sup> “La relazione di Achille Occhetto”, cit. por Bell, *Western European Communists and the Collapse of Communism.*, p.27

<sup>414</sup> A. Occhetto. “Il nuovo corso è demolizione del passato”, *L'Unità*, 14 de setembro de 1989

de nome do partido e do seu material de comunicação, havia uma parte considerável da direção do PCI que olhava com desconfiança as intenções do secretário-geral.

“La cosa”<sup>415</sup>, nome associado às mudanças em curso no PCI, é, nestes anos, uma síncrese de tendências políticas, patentes até no seu material de comunicação, onde a foice e o martelo caem para a raiz de uma árvore, um novo símbolo partidário. É tal a indefinição sobre o que iria acontecer ao PCI que as mudanças são interpretadas, por alguns, como uma aproximação às políticas de Gorbatchov: “although international social democracy was explicitly regarded as providing an essential compass for the new course, the party was drawn into an even closer identification with Gorbachev’s reform programme.”<sup>416</sup>

Para a implementação da estratégia de Occhetto, o XIX congresso do PCI, em março de 1990, é fundamental. Permite a contagem de adeptos de ambos os lados e a conclusão de que há dois terços dos delegados favoráveis a uma mudança drástica no partido. O outro terço, representado por Ingrao, objeta veementemente à mudança proposta, alegando que esta desvirtuará os valores fundamentais do PCI, nomeadamente a substituição de uma sociedade capitalista por uma sociedade socialista, propondo uma refundação do comunismo como ideologia do partido e não a sua extinção.

Embora a sua moção tivesse saído vitoriosa do XVIII congresso e a sua liderança não fosse contestada pela maior parte dos membros da organização do partido, a questão da continuidade e, sobretudo, a indefinição gerada em torno das suas intenções e da nova força política, persistiam e traduziam-se na opinião pública, em geral, que não sabia o que, de facto, era o PCI naqueles anos. Occhetto opta por cortar com as referências ao passado no seu discurso público, direcionando o partido para o futuro e para uma remodelação radical e completa. No XIX congresso, entre 7 e 10 de março de 1990, são discutidas três moções: a de Occhetto, que propõe um partido novo de facto, de base social-democrata e com vista à integração na Internacional Socialista; a de Ingrao e Natta, oposta a uma mudança no nome do partido e na sua orientação comunista; e uma terceira, protagonizada por Cossutta e, no essencial, opositora, também, da proposta de Occhetto. A moção de Occhetto vence com cerca

---

<sup>415</sup> *La Cosa* é um filme documentário de Nanni Moretti, de 1990, que expõe uma série de intervenções de militantes comunistas e de debates internos do PCI, após a proposta de criação de uma nova entidade política por parte de Achille Occhetto. (<http://www.imdb.com/title/tt0099307/>). Moretti não utiliza o termo, no entanto, no documentário, com sentido pejorativo. Consultado a 10/10/2014

<sup>416</sup> Bell, *Western European Communists and the Collapse of Communism.*, p.24

de 67% dos votos, reelegendo-o como secretário-geral e abrindo caminho para o desmantelamento efetivo do partido.

O XX congresso, extraordinário, de 3 de fevereiro de 1991, marca, de facto, o fim do PCI e o nascimento do Partido Democrático da Esquerda (PDS). A ala mais à esquerda do PCI, representada por Ingrao, Cossuta e Magri, favoráveis a reformas no partido que mantivessem a sua identidade comunista, permanece, ainda, nos primeiros tempos, dentro do novo partido. Mas por pouco tempo. Em dezembro de 1991, a ala mais à esquerda do partido concentra-se na Refundação Comunista, significando que o antigo PCI se parte em dois grupos. O PDS integra-se, a partir de setembro de 1992, na Internacional Socialista, abandonando de vez qualquer menção ao marxismo ou a qualquer outra faceta do ideário comunista no seu programa. Embora o resultado eleitoral, em 1992, tenha sido dececionante para a nova formação, com a perda de 10% dos votos, o PDS e o seu sucedâneo, o Partido Democrático (PD), fazem, nas décadas seguintes, várias vezes parte do governo de Itália. Quanto à Refundação Comunista, nas eleições de abril de 1992, capta 5,6% dos eleitores, tendo, entretanto, fundindo-se em coligações latas e perdendo, na atualidade, a representação parlamentar.

Observemos com maior atenção, porque este é um caso particular entre os partidos comunistas estudados, como se deu, entre 1988 e 1991, o desaparecimento do PCI, no sentido de procurar perceber como, de tanto se modificar, um partido acabou por se extinguir.

Em primeiro lugar, a mudança surge centrada numa figura, Achille Occhetto que, como, por exemplo, em novembro de 1989, em Bolonha, fala pelo partido, em termos estratégicos, sem que exista uma consulta prévia à direção. Occhetto assume-se como a vanguarda da mudança do PCI, ostracizando o setor que prefere a refundação ou a continuidade, perspetivando-os como prescindíveis no seu projeto de dissolução do PCI e criação de um novo partido. A forma como a mudança é posta, em termos de contra ou a favor, limita o diálogo e toma o tom de ultimato: “this turned to anger, when he insisted on a simple Yes or No vote, eschewing the compromises that were customary in internal debates.”<sup>417</sup>

Por outro lado, não se compreende que lugar é que Occhetto pretende, de facto, ocupar com o seu novo partido. Os verdes e os católicos progressistas demarcam-se e a sobreposição

---

<sup>417</sup> G. Chiaromonte, *Col senno di poi: autocritica e no di un uomo politico*, Roma, Editori Reuniti, p.217



ao território político do PSI é evidente. Em Itália, existe já um partido social-democrata, membro da Internacional Comunista, o PSI. O PDS surge precisamente no mesmo espaço político do partido socialista, com a vantagem de ter uma base de implantação, herdada do PCI, muito mais vasta.

Em terceiro lugar, e talvez o ponto mais importante dentro deste estudo, a estratégia de Occhetto para o PCI introduz uma perigosa confusão entre o partido italiano e os partidos comunistas do Leste da Europa que, durante os mesmos anos, seguiam igualmente um rumo de social-democratização mas, obviamente, por razões diametralmente opostas. Ingrao é o primeiro a alertar para este facto: ao mesmo tempo que lamenta não se ter colocado mais cedo ao lado dos dissidentes dos partidos de governo da Europa de Leste, é perentório ao rejeitar qualquer associação entre o PCI e o seu projeto, afirmando, como, de resto, o PCI sempre o fez, que a via para a fundação de uma sociedade socialista deveria ser feita através de um sistema pluripartidário e democrático.<sup>418</sup> A oposição a Occhetto defende, portanto, que o esvaziamento ideológico do novo partido é contrário aos princípios essenciais do partido italiano. A estratégia de mudança é meramente eleitoralista, tendo como objetivo conquistar lugares no parlamento italiano e chegar ao governo do país: “come la vicenda del Pci dimostra molto bene, il partito avvia, a più riprese cambiamenti destinati a conquistargli legittimità ed un ruolo governativo.”<sup>419</sup>

O radicalismo da dissolução do PCI, entre 1988 e 1990, não é, na opinião de Anna Bosco, totalmente surpreendente. As diversas ruturas à esquerda, a emergência do eurocomunismo, as mudanças estratégicas sucessivas ao longo da sua histórica, remetem para uma organização política que procura o governo mas do qual é automaticamente excluído. A expressão usada pela autora, *conventio ad excludendum*, muitas vezes associada ao PCI, remete, precisamente, para uma configuração política do governo italiano que sistematicamente exclui o PCI. Há uma constante desconfiança em relação ao partido e uma recusa tácita em realizar acordos de governação por parte das outras forças políticas: “dalla sua trasformazione in attore soggettivamente proregime, nel 1975-1976, al crollo del Muro di Berlino passano quindici anni, nel corso dei quali la legittimazione del Pci è continuamente

---

<sup>418</sup> P. Ingrao, *Le Cose impossibili: un'autobiografia raccontata e discussa con Nicola Tranfaglia*, Roma, Editori Reuniti, 1990, pp. xxxi-xxxii, 199

<sup>419</sup> Bosco, *Comunisti : Trasformazioni Di Partito in Italia, Spagna E Portogallo.*, p.276

rinvia o, comunque, elusa: di qui la decisione di avviare il mutamento radicale annunciato alla Bolognina.”<sup>420</sup>

O PDS nasce, segundo a autora, para pôr fim de vez à “ameaça comunista”, razão pela qual o PCI foi sistematicamente excluído da governação ao longo do séc. XX: “per porre fine a questa situazione, superare la soglia oggettiva dell’acettazione democratica ed ottenere un ruolo governativo.”<sup>421</sup>

## Capítulo 2 – Enquadramento metodológico

### 2.1. - Teorias de análise e notas metodológicas

Para levar a cabo um estudo de natureza multidisciplinar é evidentemente necessária a utilização de metodologias diversas, inerentes às diferentes disciplinas versadas, procurando uma complementaridade de processos, no sentido do cumprimento do objetivo de análise a que nos propomos. Tendo como base de trabalho temas relacionados com a História, com a Ciência Política, com a Sociologia e com as Ciências da Comunicação, torna-se fulcral observar, dentro destas disciplinas, quais os métodos que, conjugados, permitem a obtenção de conclusões sólidas, e que contribuam para o avanço do estado da arte na matéria.

O objetivo da utilização de diferentes metodologias, relacionadas com diferentes disciplinas dentro das ciências humanas, é o de propor um quadro de análise original, que permita complementar as áreas versadas pelas diferentes disciplinas mas, também, que admita estudar de formas alternativas objetos tradicionalmente abordados através de uma dada metodologia. A complementaridade de metodologias e disciplinas, desde que conjugadas com o devido rigor científico, permite encarar a investigação como um processo abrangente.

A principal complementaridade que se pretende, no estudo empírico levado a cabo na segunda parte deste trabalho, é entre a História e as Ciências da Comunicação. Para isso, recorreremos a metodologias destas duas disciplinas mas, também, e porque a área de estudo é suficientemente flexível para o permitir, utilizaremos métodos de análise tradicionalmente

---

<sup>420</sup> Ibid., 276

<sup>421</sup> Ibid., 282

associados a outras ciências, como a Sociologia e a Ciência Política. O que distingue a utilização de diversas disciplinas, no nosso trabalho, é, precisamente, a sistematização de metodologias e a sua aplicação ao objeto de estudo.

### **2.1.1.. - Proposta metodológica de aplicação das teorias de base ao estudo empírico**

#### **2.1.1.1. - O caso em estudo inserido na História do Tempo Presente e na historiografia do comunismo**

No que se refere à metodologia da História do Tempo Presente, há várias considerações a ter em conta e que foram contempladas na análise de contexto que realizámos na primeira parte desta dissertação, mas, sobretudo, questões de fundo que se prendem com a elaboração do projeto em si e que tomámos em consideração na organização do trabalho, na perspetiva de abordagem ao problema levantado e na forma como o tratámos do ponto de vista metodológico, dentro do âmbito dos estudos históricos. A nossa dissertação é claramente multidisciplinar. No entanto, a História ocupa, dentro das disciplinas com que lidamos, um papel preponderante, na medida em que lidamos com acontecimentos num determinado tempo e espaço, sendo que nos interessa sobretudo analisar os processos que determinaram esses acontecimentos e interpretá-los, tendo como base uma série de material proveniente de literatura publicada.

Os acontecimentos em análise situam-se dentro do espetro temporal delimitado pelo Instituto de História do Tempo Presente como pertencente, precisamente, ao presente. Passaram-se pouco mais de vinte e cinco anos desde que o ciclo de acontecimentos que terminou com a dissolução formal da URSS se iniciou, em maio de 1989, com a abertura da fronteira austro-húngara e a primeira fenda no que era, então, visto como uma “cortina de ferro” que dividia o continente europeu. As datas em estudo incluem-se, assim, no recuo histórico de 50 anos de que fala Bédarida como baliza determinante para o estudo do presente. Trata-se, então, dentro do que define o mesmo autor, do chamado “tempo vivido”, um espaço temporal onde os intervenientes do processo histórico em estudo estão habitualmente ainda vivos. Entre estes, compreende-se não apenas os que participaram direta e ativamente nos

acontecimentos em questão, mas também, e sobretudo, os que os vivenciaram, seja inseridos nas sociedades onde se desenrolaram os acontecimentos, seja nos partidos em estudo ou, mais importante ainda na formação da uma opinião hegemónica sobre os mesmos, ou que os presenciaram de forma passiva, seja através do acompanhamento de notícias pelos meios de comunicação social, seja através da tomada de conhecimento interpessoal.

Esta questão do “tempo vivido” é central no tratamento do nosso tema. Por um lado, trata-se de um ciclo de acontecimentos sobre os quais a larga maioria da população ativa tem uma memória, construída precisamente baseada nas interpretações que à altura foram sendo levadas a público pelos meios de comunicação social. O “tempo vivido”, que formou uma memória coletiva e individual sobre a matéria analisada, tem a vantagem de tornar este ciclo de acontecimentos familiar à maioria da população, mas tem, para quem o estuda hoje, a desvantagem, e essa é uma das hipóteses de que partimos, de ter uma carga valorativa forte e cristalizada no tempo em que decorreram os acontecimentos. Ou seja, embora o público se recorde pessoalmente dos acontecimentos em questão e do seu desenrolar, dificilmente, a não ser por motivos académicos ou de um interesse específico sobre o tema, terá tido contacto, no decorrer dos 25 anos que passaram, com interpretações diferentes ou, sequer, com novos dados que levassem a questionar o que então foi a corrente hegemónica formada pelos diversos atores sociais.

O facto de tratarmos de um assunto sobre o qual existe uma memória pública geral, leva a que exista, também, uma interpretação solidificada, tendo como base, nas sociedades onde esses acontecimentos não tiveram lugar, na grande maioria dos casos, a informação veiculada pelos órgãos de comunicação generalista, e que foi tida como consensual, à altura, por mecanismos que, precisamente, as teorias das ciências da comunicação nos ajudarão a explicar. A maioria do público não refletiu sobre o objeto da nossa dissertação, até porque, novamente baseado na opinião pública sobre o tema, o consideraram encerrado naquele espaço temporal. A reabertura e o estudo de um tema do presente, vivido, de forma direta ou indireta, pela maioria da população, e, como é o caso desta dissertação, propondo uma nova perspetiva sobre o tema, tem como um dos principais desafios, precisamente, estimular essa memória sobre os factos, à qual vem associada uma interpretação. Apenas tendo como base de trabalho uma metodologia de trabalho muito sólida e uma profunda análise de contexto

será possível desafiar uma interpretação cristalizada no tempo, sobre acontecimentos vivenciados e, mais, sobre um tema de tamanha carga emocional, acerca do qual, através de enquadramentos interpretativos rígidos, as elites procuraram sempre que prevalecesse a opinião pública baseada no imediatismo dos factos.

A questão do “tempo vivido” de que falava Bédarida<sup>422</sup> nas teses da criação do Instituto de História do Tempo Presente coloca a tónica no público mas também no próprio investigador. Embora, no nosso caso, não tenha havido uma participação ativa ou sequer passiva, dada a nossa muito jovem idade à altura dos acontecimentos em estudo, isso não significa, de todo, que a questão da participação do investigador no seu objeto de trabalho não se coloque. Esta dá-se a vários níveis. Por um lado, a solidificação de uma determinada perspectiva em torno do tema é suficientemente dominante para que chegue praticamente intacta ao conhecimento do investigador, que é influenciado por ela. A prova disso que uma das principais motivações do investigador é, precisamente, o questionamento de uma determinada *visão hegemónica* dos factos. É nossa opção metodológica não expor esta *visão hegemónica*. Por vários motivos: o primeiro, porque para um apuramento do posicionamento da opinião pública sobre os acontecimentos em estudo, seria necessária uma investigação com um espectro sociológico e documental que nos coloca desafios metodológicos que não estão, de momento, dentro do nosso âmbito de interesse; em segundo lugar, porque não queremos impor restrições à memória de quem lê este estudo, procurando, precisamente, desviar as atenções de uma *visão hegemónica* para que cada leitor possa confrontar as suas próprias interpretações, procurando desfazer, tal como defendemos, a necessidade da imposição de uma *visão hegemónica*; em terceiro lugar, e mais importante, procuramos, através deste estudo, a análise histórica comparativa partindo de fontes publicadas nos órgãos representativos de opinião dos PC's. Procuramos colocar esta investigação num período prévio ao da formação da tal *visão hegemónica*, analisando material político e a comunicação partidária, procurando posicionar a reação desses intervenientes ao ciclo histórico em estudo e, sobretudo, compará-la.

---

<sup>422</sup> Bedarida, François, *Histoire, Critique et responsabilités*, textes réunis par Gabrielle Muc et Michel Trebitsch (Bruxelas: Éditions Complexe) 2003

A definição daquilo que é a *visão hegemónica* em nada viria esclarecer quer os leitores deste estudo, detentores de uma memória vivida sobre os factos, quer o investigador, cujo posicionamento perante os acontecimentos pretende ser feito num momento prévio ao da formação da opinião pública, tendo como base de trabalho documentação primária sobre alguns dos principais intervenientes.

Esta opção metodológica coloca questões. Ao analisar apenas a comunicação pública dos partidos políticos em destaque, deixando outro material de fora, estamos a entrar em contacto apenas com uma das interpretações sobre o ciclo de acontecimentos que estudamos. Porém, devemos, agora focar no objeto desta análise: não se trata de contrapor a opinião pública à opinião partidária. O objetivo do nosso estudo é o de encontrar os posicionamentos públicos dos vários partidos em análise perante um ciclo de acontecimentos e compará-los entre si. Nesta medida, a análise da informação tornada pública pelos partidos é claramente suficiente.

A questão da presença do investigador não se esgota no tema da sua participação nos acontecimentos em análise e das várias interpretações com que entrou em contacto ao longo da sua vida, ou sequer com a motivação para a realização do estudo. Ao lidarmos com temas sensíveis, que, pela sua natureza política e partidária pressupõem um posicionamento, a questão da objetividade, da isenção e da emissão de julgamentos sobre a matéria em análise é fulcral.

Ao falarmos sobre os processos da História do Tempo Presente, debatemos o tema da objetividade e percebemos a dificuldade em afirmar que determinado estudo é inequivocamente objetivo. Embora a objetividade, o foco no nosso método de análise e no nosso objeto, sejam preocupações basilares deste estudo, não temos a pretensão de acreditar que, após tantos séculos de historiografia e depois de tão conceituados cientistas sociais afirmarem a impossibilidade da observação totalmente imparcial da realidade social, seremos nós a conseguir cumpri-lo de forma total. A presença do investigador, com as suas crenças, os seus posicionamentos e a sua intenção, poderá aparecer conotada com alguns momentos desta reflexão. Não significará, no entanto, que em nenhum momento qualquer julgamento que possa vir a ser realizado de forma mais subjetiva, não esteja ancorado numa metodologia de

análise e num estudo de contexto que permitam ao investigador justificar o seu posicionamento.

No âmbito do estudo da História do Tempo Presente o estudo do contexto deve ser encarado com particularidades específicas. Trata-se, como vimos, de compreender o passado recente de estruturas políticas, na sua maioria, ainda ativas. E, ainda que um dos partidos em análise tenha desaparecido no curso dos acontecimentos em estudo ou que outros tenham perdido a sua relevância estatutária em função de coligações mais abrangentes de partidos, trata-se, em última análise, de perceber aspetos essenciais que levaram à atual configuração da esquerda na Europa. O produto desta dissertação permitirá não só responder às hipóteses com que trabalhamos mas, também, propor novas interpretações para o desenho das estratégias das forças políticas europeias, no que respeita ao seu posicionamento perante questões essenciais, como, por exemplo, as questões relacionadas com a natureza ideológica das formações políticas mas também o seu percurso histórico.

Numa análise mais lata, este estudo permite refletir sobre o mundo do pós-Guerra-Fria. Esta é, atualmente, uma necessidade a que os historiadores e os cientistas sociais, em geral, não podem ficar alheios. A mudança de paradigma que ocorre após 1989/1991 tem consequências geoestratégicas, com o desaparecimento de uma superpotência como a URSS; económicas, com a adoção de economias capitalistas no Leste Europeu; sociais, com a emigração massiva de trabalhadores da Europa de Leste para o Ocidente, culturais; com a abertura do mercado de Leste às tendências e à cultura ocidental, em particular à cultura norte-americana; e, obviamente, consequências políticas e ideológicas, com o comunismo a deixar de ser considerado o *inimigo* do *status quo* ocidental e a passar a ser visto pela opinião pública como uma ideologia política com uma determinada história mas com uma representação política, na Europa, geralmente limitada. Em relação a este último ponto, o comunismo terá deixado de ser o inimigo principal, mas a forma como se descreve a "extrema-esquerda" ou "esquerda radical", as soluções políticas como a venezuelana ou a viragem à esquerda em sociedades europeias, temas, todos estes, com diferenças substantivas, mantêm o comunismo no campo do inimigo. A solução parlamentar encontrada pelo PS, PCP, BE e PEV para o governo de Portugal, em 2015, é disso também exemplo, com inúmeras campanhas

provenientes de estruturas políticas e não só reavivando temas como o soviétismo e a velha associação entre comunismo e totalitarismo.

As consequências do final da Guerra-Fria não se esgotam nesta análise. O crescente poder da Alemanha na Europa, a radicalização da opinião pública em relação ao mundo islâmico, a reconfiguração dos partidos políticos de esquerda radical e as novas coligações de esquerda serão consequências de processos que tiveram a sua origem em 1989/1991 e que fazem parte da atualidade, levando a outra noção do estudo da História do Tempo Presente, que é o conceito de acontecimento não encerrado. Embora se possa claramente delimitar os acontecimentos históricos em estudo, é nossa opinião de que os desenvolvimentos das suas consequências, a diversos níveis, não nos permitem, de todo, dizer que estamos perante acontecimentos cuja repercussão se delimita num espaço e num tempo. Neste sentido, esta dissertação procura, entre outras coisas, propor determinadas ferramentas metodológicas que possibilitam, também, o estudo da atualidade.

Por outro lado, o estudo do contexto pressupõe sobretudo o estudo interpretativo de acontecimentos. Precisamente por causa desta noção de acontecimento não encerrado, nas suas consequências na atualidade, a nossa perspetiva sobre o estudo dos acontecimentos será sempre no sentido de confrontar interpretações historiográficas distintas, baseadas na dicotomia existente entre a análise dos factos no imediato, através de vários autores que, poucos anos após 1991, ou mesmo no decurso do ciclo de acontecimentos, lançavam já obras sobre o ciclo de acontecimentos, e outros, mais recentes, onde a abordagem é naturalmente diferente e tem em conta os desenvolvimentos das últimas décadas. Foi o que fizemos no capítulo referente à análise dos (re)posicionamentos dos partidos políticos em análise e é o que faremos, também, como suporte às conclusões a que chegaremos após o estudo empírico realizado no âmbito desta dissertação, tendo como linha de orientação uma historiografia crítica sobre o objeto em estudo.

De um ponto de vista prático, de recolha documental, a História do Tempo Presente lida sobretudo com fontes primárias, sejam elas provenientes de arquivos, hemerotecas ou fontes orais. Como vimos, também, face à multiplicidade de fontes relativas a assuntos que ocorrem num tempo onde, como é o caso do ciclo de acontecimentos em análise, existe já uma grande facilidade na produção e disseminação documental, é necessário fazer escolhas e justificá-las.



Assim, para o estudo de caso que levamos a cabo na segunda parte desta dissertação, deparámo-nos com um problema característico da maior parte dos assuntos da historiografia do presente, e geralmente inexistente, quando o tempo de estudo se situa noutras épocas históricas mais distantes. Entre material publicado na imprensa generalista, na imprensa partidária, documentos provenientes dos órgãos oficiais dos partidos (como atas de congressos, de reuniões, declarações dos órgãos de gestão, etc.), documentos privados dos dirigentes partidários (como agendas ou notas de reuniões), material propagandístico, arquivos de outras organizações políticas, discursos, notas políticas, documentos estratégicos, autobiografias, eram inúmeras e quase sempre esparsas as fontes de informação, implicando uma restrição metodológica clara para que o estudo fosse viável.

Assim, no âmbito do estudo empírico, foram selecionadas, de entre as que se nos apresentavam, algumas fontes que considerámos essenciais. Para chegar até elas, reportámo-nos ao tema da dissertação, procurando inserir ao máximo o nosso foco de análise dentro do seu âmbito. Tratando-se da análise comparativa da reação pública dos partidos políticos, foi excluída toda a documentação privada que deliberadamente não foi tornada pública pelo partido. Interessa-nos estudar de que forma foi comunicado o posicionamento de determinadas estruturas políticas face a determinados acontecimentos históricos. Nessa medida, a documentação privada não entra no âmbito da nossa análise.

Para a análise multidisciplinar que propomos, o estudo da linguagem é essencial. Neste sentido, o documento público escrito autorizado ganha relevo entre as possíveis fontes de análise. Assim, optámos por estudar textos publicados nos órgãos de imprensa oficiais dos partidos políticos onde, para além de textos jornalísticos, estão também presentes, e serão também analisados, documentos provenientes de reuniões partidárias de relevo, dentro do período analisado.

A opção por esta escolha de fontes considera o tipo de documentos mais próximo à análise que propomos. São documentos públicos, na medida em que foram publicados nos órgãos oficiais do partido; transparecem maioritariamente o seu posicionamento perante os factos, uma vez que os jornais partidários são patrocinados pelos partidos e, como tal, espelham os seus pontos de vista; permitem o acesso a documentos estratégicos oriundos de reuniões partidárias e, sobretudo, são a primeira forma de comunicação entre o partido e o

público, sem o enquadramento dos órgãos de comunicação generalistas. Trata-se de uma opção que circunscreve e seleciona as fontes, portanto, tendo em conta a natureza do órgão onde estas foram publicadas.

A seleção consciente das fontes de estudo teve como objetivo delimitar o acervo de material em análise, aquele que é considerado como fundamental na resposta às questões levantadas nesta dissertação. Ainda assim, e como veremos no decorrer deste capítulo, foi preciso um exaustivo estudo de relevância documental para filtrar os cerca de quatro mil documentos recolhidos nas diversas hemerotecas e centros de arquivo partidário visitados por nós em Lisboa, Porto, Madrid, Barcelona, Roma e Paris.

O âmbito do nosso estudo tem como objetivo, relativamente à perspetiva historiográfica em que se insere, analisar um ciclo de acontecimentos que tem lugar na história recente, através de uma perspetiva interpretativa sobre as tomadas de posição públicas de partidos políticos que, embora não estivessem diretamente incluídos nas sociedades onde aqueles têm lugar, são obrigados, por serem defensores de uma ideologia que se vê altamente questionada durante esse período e que está associada à defesa da procura de um tipo de organização da sociedade que deixa de estar na base da organização das sociedades onde esses acontecimentos acontecem. É nosso objetivo, com esta análise histórica associada a ferramentas de outras ciências sociais, indicar e comparar as estratégias de informação e o posicionamento público de cinco partidos comunistas europeus face ao ciclo de acontecimentos de 1989/1991 na Europa, a fim de propor quadros interpretativos que, baseados numa análise extensiva de fontes primárias, levem a um melhor conhecimento contextual.

Neste sentido, é preciso enquadrar, também, a nossa dissertação no âmbito dos estudos sobre o comunismo e na historiografia do comunismo, baseados nas teorias que analisámos na primeira parte deste capítulo.

Em relação à perspetiva pela qual abordaremos o tema do comunismo, é necessário deixar bem claro o nosso posicionamento. Repudiamos uma perspetiva anticomunista sobre o estudo dos partidos comunistas, em particular no estudo dos partidos comunistas sul-europeus, cuja experiência no governo não foi nunca realizada num contexto de autoritarismo. O repúdio da perspetiva anticomunista justifica-se pelos contrassensos metodológicos e académicos que a mesma implica: trata-se de uma abordagem altamente datada, no período imediatamente a

seguir ao colapso da URSS; localizada geograficamente, sobretudo, nos estudos norte-americanos, europeus ocidentais e russos, no período imediatamente pós-1991; fortemente generalizadora em relação às estruturas sociais e políticas que pretende estudar, inserindo todas as propostas de construção de sociedades comunistas na chancela do totalitarismo e baseadas em pressupostos políticos, onde a clareza metodológica é, muitas vezes, afetada por motivações de caráter político.

Neste sentido, importa-nos exorcizar fantasmas. Sobretudo o de Estaline. Reconhecendo que, obviamente, o período de Estaline à frente da URSS foi um período de uma governação totalitária, com todas as características descritas por Brzezinski, Ulam e Fainsold e analisadas na primeira parte deste capítulo, importa-nos fazer distinções e não cobrir todos os dirigentes comunistas, todas as experiências comunistas e, sobretudo, todos os partidos comunistas e sob o imenso guarda-chuva do totalitarismo. É consensual, mesmo entre os teóricos mais críticos da história do comunismo, que esta seria uma opção intelectualmente desonesta.

Procuramos uma perspetiva de abordagem dos partidos comunistas desprovida dos preconceitos colados a esta ideologia. O que não é, como vimos, uma tarefa que nos esteja facilitada: a literatura predominante dos estudos sobre o comunismo é maioritariamente tendenciosa no que respeita, precisamente, àquela generalização de que falávamos e, por outro lado, a memória que prevalece junto da opinião pública está associada a uma perspetiva sobre a história comunista publicitada pelos média generalistas.

Procuraremos estudar o comunismo e os partidos comunistas em causa inseridos na sua história e no seu respetivo contexto social e internacional. Obviamente, procuraremos relações de aproximação ou afastamento entre os partidos estudados. Aqui, incluímos a relação dos partidos com a URSS. Este ponto é estudado como um entre vários a ter em conta na perspetiva de abordagem destes partidos.

Nesse sentido, pretendemos, em termos de inclusão da nossa análise nos estudos do comunismo, propor uma investigação científica que, embora tratando de temas internacionais, os inclua, em relação aos vários partidos em análise, num determinado contexto nacional e numa perspetiva académica atual, onde a necessidade de explicar os fenómenos políticos inseridos num determinado ambiente e de analisar as particularidades de cada partido se sobrepõe à tendência de trazer o comunismo ao tribunal da história. A nossa perspetiva, neste

sentido, vai ao encontro da proposta de Gramsci, que, como vimos antes, fala da necessidade de estudar um partido comunista no seio da sua sociedade e dentro de um dado contexto nacional.

O estudo comparativo que levaremos a cabo servirá, precisamente, para definir diferenças e pontos de aproximação entre as reações públicas dos partidos comunistas face a um ciclo de acontecimentos, contribuindo para os singularizar, quer nas suas tomadas públicas de posição, quer nos seus percursos históricos. Partimos da hipótese, então, de que as reações dos cinco partidos estudados serão diferentes, levando a tomadas de posição públicas distintas. Esse estudo comparativo será determinante, também, para posicionar os partidos políticos de um ponto de vista internacional, na sua relação com os governos do “socialismo real”. Analisaremos a linguagem do material público divulgado pelo partido nessa altura e proporemos quadros interpretativos.

Ainda hoje, e porventura, devido, como vimos, ao facto de que existe ainda uma memória muito presente dos factos estudados, os estudos do comunismo requerem um tratamento metodológico excepcional, pela forte carga valorativa associada à descrição dos governos que se reivindicaram desta ideologia e ao papel dos partidos comunistas. Pretendemos, em suma, revestir a nossa análise de uma abordagem contextual completa, no que diz respeito à inserção do partido na sua sociedade, procurando um espaço de confronto entre estudos anteriores e atuais, através de uma metodologia de análise alicerçada em enquadramentos próprios, propondo um novo quadro de análise para o tema.

#### **2.1.1.2. - Proposta de aplicação da Teoria do *Framing* à imprensa partidária**

A Teoria do *Framing*, de Entman, pressupõe uma fragmentação do texto jornalístico com vista à descodificação de determinados enquadramentos dados pelos produtores de notícias aos textos informativos. Entman propõe a aplicação deste modelo a diversas áreas dentro dos meios de comunicação generalistas, e a diversos formatos, como a imprensa escrita ou audiovisual. Não existem, tanto quanto sabemos, ainda, aplicações desta teoria à imprensa temática, alternativa ou partidária.

Neste sentido, considerando todas as particulares analisadas da imprensa partidária, é necessário fazer algumas adaptações à metodologia proposta por Entman. Sobretudo, é essencial perceber que, ao contrário da imprensa generalista, a informação pública partidária não tem de procurar esconder os seus enquadramentos, pois é claramente propriedade de um partido político, os seus produtores de notícias são, na esmagadora maioria dos casos, militantes desses partidos e o seu posicionamento ideológico é marcado pelos princípios estatutários do partido político que edita a publicação, não devendo, os seus produtos jornalísticos, obedecer a critérios de neutralidade e imparcialidade, pela própria natureza da publicação.

O facto de isto acontecer não retira importância à análise dos enquadramentos da notícia. Pelo contrário. O estudo da fragmentação textual, com vista à definição de posicionamentos, vai permitir tornar mais claro os mapas interpretativos presentes nas notícias e redimensionar o debate em torno da influência do material de imprensa na formação da opinião pública.

Em relação à imprensa partidária, esta constitui-se como uma plataforma para o partido expor o seu posicionamento perante determinados temas da atualidade, sem que passe por nenhum intermediário. Trata-se de uma comunicação direta entre o partido e o público, sem que haja uma eventual interferência ou condicionamento da mensagem por parte de um outro interveniente no processo de comunicação (como, por exemplo, um órgão de informação generalista) e onde o partido tem a oportunidade de prestar esclarecimentos e assumir posicionamentos perante, principalmente, os seus militantes, mas, também, o público em geral. Embora as publicações partidárias sejam maioritariamente adquiridas e lidas por militantes, é preciso ter em conta que estão à venda ao público em geral e são também, por isso, produtos que ultrapassam o circuito intrapartidário. Em alguns dos casos analisados, como o jornal *L'Humanité* ou *L'Unità*, ainda órgãos de um partido político durante o período analisado, as publicações ultrapassam, claramente, nas sociedades francesa e italiana, a dimensão estrita aos respetivos partidos comunistas, para se tornarem periódicos associados de uma forma mais lata e, mesmo no período em estudo, quando ainda eram propriedade total dos partidos, em referências jornalísticas da esquerda. A inclusão de secções como “espetáculos” ou “desporto”, ultrapassa largamente o âmbito do partido e cria um género

híbrido onde uma determinada publicação é patrocinada por um partido político mas tem um alcance muito mais largo do que os seus militantes.

As particularidades que temos de ter em conta perante o género da imprensa partidária são a de que existe um comunicador claro, que é o partido que publica o jornal; um conjunto de textos produzidos segundo um enquadramento previamente definido; os recetores desses textos, largamente constituídos pelos militantes partidários, que são também os produtores do texto, pelos seus simpatizantes, pelo público afeto a uma determinada área política mas, também, pelo público em geral e pelos órgãos de informação generalista, que vão procurar na imprensa partidária elementos que os partidos pretendem comunicar ao exterior; e uma cultura que é, no caso dos jornais analisados, associada à ideologia comunista.

Neste sentido, quando aplicamos uma teoria como a do *Framing* à imprensa partidária, deveremos redobrar a atenção pelo facto de estarmos a lidar com um género específico de texto que se distingue a vários níveis da imprensa generalista mas que encontra com ela, também, pontos em comum. E daí propormos uma nova aplicação desta teoria que, servindo-nos de inspiração, nos permita trabalhar os textos provenientes da imprensa partidária.

A análise de enquadramento, em termos da imprensa partidária, terá como objetivo primordial descobrir as *molduras* criadas pelos produtores de notícias que têm como objetivo identificar o posicionamento oficial de determinado partido político perante uma série de temas. Tendo como certeza de que se trata de um canal primário entre o partido e o público. Sobre este ponto, duas considerações. A primeira é que poder-se-ia dizer, então, que os enquadramentos elaborados pelos produtores da imprensa partidária são intencionais e mais claramente identificáveis. Nenhum destes pontos lhes retira matéria de interesse nem diminui a importância de um estudo que os contemple. O interesse e a importância do estudo do posicionamento de determinados partidos políticos em relação a determinados temas dependem do manuseamento da informação por parte do investigador e do fim a que a investigação se propõe.

A nossa investigação tem um propósito claro, para o qual a determinação dos enquadramentos dados pelos partidos políticos a determinados temas é fulcral. Sobretudo, o nosso estudo é comparativo e, por conseguinte, para fazer uma comparação é necessário a delimitação clara dos objetos de análise. O estudo da imprensa partidária tem a vantagem de

nos remeter para uma fonte primária e, como tal, nos permitir aceder ao posicionamento do partido perante uma série de assuntos, para que possa ser posteriormente comparado com o posicionamento oficial dos outros partidos em análise. Para chegarmos até eles, é necessário identificá-los e, para isso, propomos uma adaptação da teoria do *Framing* à imprensa partidária. Através desta análise, conseguiremos obter os dados necessários ao estudo comparativo.

A segunda consideração tem a ver com o impacto dos textos presentes na imprensa partidária. Partimos do princípio que a imprensa partidária pretende revelar os posicionamentos dos partidos políticos aos militantes e que não tem uma ação relevante sobre a opinião pública. Mas nem sempre foi assim e não poderemos afirmar com a certeza absoluta que um jornal, por exemplo, como *L'Unità*, que tem uma circulação de cem milhões de cópias em 1981, não seja um agente a ter em conta na formação da opinião pública italiana. Ainda assim, não é este o aspeto que nos importa estudar nesta dissertação, sendo que o nosso foco se deve direccionar para o emissor de informação e a sua intenção, e não para o recetor e a possível influência na formação da sua opinião.

A análise dos enquadramentos noticiosos surge, então, no nosso estudo, como elemento preliminar ao estudo comparativo. Pretende identificar posicionamentos e fá-lo-á, sobretudo, tendo em conta aquilo a que Entman chamou “enquadramentos substantivos”, que tratam da interpretação de temas e acontecimentos concretos. No próximo capítulo exporemos as hipóteses de trabalho que justificam a premência de um estudo comparativo desta natureza, de forma a encontrar diferenças significativas entre os discursos dos órgãos de comunicação dos PC's da Europa Sul-Occidental. O esquema interpretativo em que basearemos a análise dos textos estará explicado no capítulo seguinte, quando falamos da operacionalização de conceitos e da definição de um quadro de análise de enquadramentos (Anexo 3).

## **2.2. A informação pública veiculada pelos partidos políticos: a imprensa comunista**

### **2.2.1.- O papel e o lugar da imprensa comunista**

Desde o final do século XIX que um determinado tipo de publicações acompanha as modificações levadas a cabo nos vários movimentos associados à esquerda e, particularmente, aos partidos comunistas, servindo-lhes de veículo de comunicação com as populações mas refletindo também a atualidade do combate político e funcionando como um agitador das massas, consciencializando, muitas vezes, o público-alvo daqueles partidos para a necessidade, assim acreditavam, de um levantamento popular contra uma determinada ordem opressiva.

Os órgãos de imprensa patrocinados pelos partidos comunistas, aos quais nos referiremos simplesmente como “imprensa comunista”, contribuíram, ao longo do último século, para a formação e mobilização dos militantes dos partidos políticos, procurando ultrapassar, em determinados casos, a barreira do próprio partido para moldar a opinião pública em função de uma definição de verdade veiculada nas páginas dos diversos jornais. Estes servem, então, de alicerce a toda a retórica comunista, na medida em que lhe proporcionam um método de promoção e propagação, permitindo a fácil chegada aos eleitores, assim como uma fácil disseminação e partilha.

E, por isso mesmo, esta imprensa constitui desde logo um motivo de inquietação para a tal ordem estabelecida, que procurará, como uma das suas preocupações centrais, controlar e proibir a disseminação da imprensa comunista. A acutilância da luta espelhada nas páginas dos jornais partidários comunistas e a persistência declarada no questionamento a um determinado *status quo* considerado opressivo dos trabalhadores, fizeram com que, muitas vezes ao longo do séc. XX e em várias sociedades, estes mesmos órgãos de comunicação vissem, assim, a sua circulação perseguida e, em muitos casos também, proibida, passando, em paralelo com os partidos que as patrocinavam, a uma situação de clandestinidade.

A imprensa comunista foi, então, uma parte essencial da identidade política dos partidos, com os quais desenvolve uma ligação de identificação, que é, hoje em dia, também emocional: a história do jornal é indissociável da história do partido, sendo que as batalhas de ambos se



fundem, assim como as conquistas e as derrotas: “Ils ont constitué un élément essentiel de l’identité politique offrant, au-delà de l’argumentation nécessaire «la ligne» un point d’ancrage affectif. La vente militante hebdomadaire fut pendant des décennies le trait spécifique de la militance communiste, même si la diffusion de ces publications s’est étendue parfois bien au-delà de leur milieu d’origine.”<sup>423</sup>

Como refere Gotovitch, e de um ponto de vista mais pragmático, a imprensa comunista contribuiu também, e em certos momentos de forma muito acentuada, para o financiamento dos partidos, alargando as suas vendas também fora dos militantes e fazendo-se representar no sistema de distribuição normal da imprensa, estando presente nos pontos de venda habituais e à disposição de qualquer leitor.

No entanto, como veremos, a imprensa comunista tem, e teve ao longo do período em estudo, uma função principal de comunicação entre o partido e os seus militantes, tornando-se um elemento de cristalização de uma determinada cultura inerente ao partido. A imprensa comunista insere-se, assim, numa dada noção de circuito cultural político, na medida em que os seus produtores, colaboradores e leitores interagem numa forma de sociabilidade onde a identificação com os objetivos partidários surgem como eixo central. E, assim, o jornal contribui para a reflexão política, traduzível precisamente no crescimento e aprofundamento de relações num determinado circuito cultural. Este circuito cultural insere-se numa interpretação política e cultural enquanto categoria de organização de estruturas sociais, sejam elas instituições governativas ou organizações civis.

Propomos, assim, uma interpretação em que o conceito de circuito cultural enquanto lugar de incidência de determinadas políticas culturais<sup>424</sup> seja também aplicado no que se refere à imprensa comunista, na medida em que se trata de um espaço onde ocorre a produção, transmissão e receção de bens simbólicos que, pela sua especificidade, se encontram altamente ideologizados. Os jornais comunistas não escondem a intenção de se tornarem espaços que procuram fazer com que o público se identifique com determinada visão da sociedade e vão

---

<sup>423</sup> J. Gotovitch, "PC et presse institutionnelle," in *Journées d'Etudes internationales : Presse communiste, presse radicale (1919-2000) Rôle, organisation et perspectives*(Bruxelas2005). Excerto retirado do blog « Estudos sobre o comunismo» (<http://estudossobrecomunismo2.wordpress.com/2005/09/20/coloquio-sobre-a-imprensa-comunista-e-radical-bruxelas-21-2-de-outubro-de-2005/>)

<sup>424</sup> J.J. Brunner, *Cultura y Modernidad* (Cidade do México: Grijalbo, 1992).

mais longe, procurando tornar o público também militante dessa mesma perspetiva sobre os acontecimentos e sobre a sociedade<sup>425</sup>.

### 2.2.2.1. - A imprensa comunista na história

Ao longo da história moderna, os movimentos de classe têm estado sempre intimamente ligados à imprensa, seja pelo facto de encontrarem nos jornais uma forma de esclarecimento da base militante, seja pelo facto de estes serem uma forma de encontrarem novo apoio entre a população.

No caso dos partidos comunistas, estes procuram utilizar sempre as novas tecnologias de comunicação: desde o início, com os bolcheviques a utilizarem o filme para chegarem aos trabalhadores, nos anos 20 do séc. XX, até aos dias de hoje, em que os diversos movimentos marxistas utilizam de forma consistente a *Internet* e as ferramentas associadas aos *new media* e à *Web 2.0*. Também em Portugal, por exemplo, é o PCP o primeiro partido a ter um *site* na *Internet* de forma constante, desde 1995. *Site* esse que é referido por vários académicos ligados à utilização dos novos média em contextos políticos como um dos exemplos mais completos de aproveitamento da *Internet* em política<sup>426</sup>.

Contudo, mesmo com a disponibilização de uma série de novas ferramentas comunicacionais de grande alcance, a imprensa escrita permanece de grande importância para os vários partidos comunistas<sup>427</sup>. Em primeiro lugar, porque as características dos jornais permitem o desenvolvimento de argumentos de forma mais sustentada, com uma reflexão sistémica sobre a realidade; em segundo lugar, o suporte do artigo escrito, o jornal, é em regra, e salvo nos últimos anos com a progressiva democratização da *Internet*, uma forma mais acessível às classes mais desfavorecidas, permitindo, dessa forma, uma maior partilha e uma

---

<sup>425</sup> Carine Dalmás, "Partidos Comunistas e Políticas Culturais: Um Estudo Comparado da Imprensa Comunista no Brasil e no Chile, 1935-1956," *Izquierdas* 3, no. 8 (2010), p.4

<sup>426</sup> A este respeito, Carlos Cunha, docente do *Dowling College* (EUA), autor de uma extensa bibliografia sobre o PCP, e Filipa Seiceira, investigadora no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do IUL, referem, a propósito de um bom exemplo da utilização dos novos média por parte de um partido político, que o site do PCP "was the most functional and complete of all Portuguese political parties' websites", Rui Novais and Álvaro Curia, "A Diachronic Analysis of Portuguese Digital Campaigning," in *Political Campaigning in the Information Age*, ed. Ashu M.G. Solo (Hershey: IGI Global, 2014), p.219

<sup>427</sup> Herbert F. Pimlott, "Marxism's 'Communicative Crisis'? Mapping Debates over Leninist Print-Media Practices in the 20th Century," *Socialist Studies* 2, no. 2 (2006).

maior facilidade em regressar ao conteúdo após o primeiro contacto; em terceiro lugar, a imprensa escrita, juntamente com outros suportes de propaganda, permitem ao partido publicar o seu programa num suporte físico e colocá-lo à discussão dos militantes, ao mesmo tempo que o disponibiliza também a um restante número de leitores.

Assim, praticamente todos os partidos comunistas, independentemente da sua dimensão, da sociedade em que se inserem e do número de militantes, possuem pelo menos três tipos de publicações escritas:<sup>428</sup> o jornal do partido, que é semelhante a um jornal generalista no seu formato, que é a cara do partido, o principal ponto de contacto com o exterior e uma base de ligação também entre o partido e os militantes; a revista do partido, dirigida sobretudo a um público interno, com cobertura e reflexão sobre os assuntos internos do partido; e um jornal teórico, idêntico a uma publicação académica, orientado para a discussão intelectual da teoria marxista e para o desenvolvimento de uma linha ideológica partidária.

A motivação para a importância da imprensa escrita surge ainda pelos escritos de Lenine, que com *Que fazer?*<sup>429</sup> apela à importância da criação e disseminação de um jornal bolchevique como forma de coordenar e organizar as atividades partidárias ao longo do então vasto império czarista. Nesse sentido, o jornal surgiria não com os contornos das outras publicações quotidianas da altura, nem visto como uma instituição apenas ao partido, mas antes como uma parte integrante da sua organização. A ideia do jornal como mecanismo primordial para a organização da atividade da classe trabalhadora mantém-se, para Lenine, quanto mais adverso é o contexto em que as atividades partidárias se desenvolvem.

Em 1912, é autorizada a publicação de *Pravda*, uma publicação diária que aparece juntamente com uma vaga crescente de luta operária e, ao contrário da sua homónima, publicada em Viena por Trotsky entre 1908 e 1912, é escrita quase totalmente pelos trabalhadores, que enviaram cerca de 11 mil cartas por ano ao jornal, o que significou uma publicação de cerca de 35 cartas por dia. Pelo contrário, o jornal de Trotsky era escrito por um grupo de personalidades de relevo, como o próprio Leon Trotsky, Adolphe Loffe, David Ryazanov, entre outros<sup>430</sup>. No início, o *Pravda* de Lenine jornal estava em constante ligação

---

<sup>428</sup> "Marxism Today from the Margins to the Mainstream : The Promotion and Distribution of *Marxism Today*," *Journalism*, no. 5 (2004).

<sup>429</sup> V.I. Lenin, *Essential Works of Lenin: "What Is to Be Done?" And Other Writings*, ed. H.M. Christman (Nova Iorque: Dover Publications, 1987).

<sup>430</sup> T. Cliff, *Lenin: Building the Party* (London: Pluto, 1975), pp. 341-2

com as iniciativas dos trabalhadores, assim como as suas organizações ao longo de toda a Rússia.

Lenine, através do *Pravda*, consegue reunir as lutas operárias, generalizando-as e dando-lhes significado político na medida em que dá aos trabalhadores a percepção das suas lutas ao longo do país e forma um autêntico fórum operário de grande circulação. Com uma linguagem simples e do dia-a-dia, o jornal de Lenine revela a opressão a que estão sujeitos os trabalhadores dentro do regime czarista russo.

A importância do *Pravda* é, então, fundamental para esclarecer os trabalhadores, ao mesmo tempo que a maior parte do jornal é produzido pelos próprios operários. Cria também um hábito de leitura ativa e de procura de informação que vai ter efeito nos trabalhadores, ao proporcionar uma rede de correspondentes, distribuidores e angariadores de fundos. Do ponto de vista ideológico, o jornal dissemina as ideias bolcheviques, expondo a sociedade como um todo e denunciando as condições dos trabalhadores e as propostas bolcheviques para alteração desse quadro.

A experiência de Lenine, do jornal *Pravda* e também, anteriormente, do jornal *Iskra*, serve de fundamento à teorização, nas Teses do III Congresso do Comintern, do capítulo IV das teses sobre os “Métodos da Estrutura Organizacional dos Partidos Comunistas”, apelidado precisamente “Acerca da Imprensa Partidária”<sup>431</sup>. Aí reitera-se a importância de incrementar a função do jornal na organização, propondo-se que, idealmente, os partidos comunistas contem com um órgão central e de tiragem diária.

Sugere-se também que os colaboradores deveriam ser todos militantes do partido e que a publicação deveria alhear-se de todos os pressupostos da imprensa não partidária, denotadores, na opinião dos comunistas, da organização capitalista da sociedade. Entende-se, por isto, entre outros, a dependência dos anunciantes (ainda que fosse permitida a publicidade no jornal) ou a própria forma de noticiar acontecimentos, que nos jornais *capitalistas* era feita de uma forma parcelar e sem uma reflexão estruturada. Além disso, e de forma a assegurar a independência dos jornais e a perfeita integração na vida do partido, é definido também que a imprensa comunista deve organizar-se de forma diferente, em relação, mesmo, a outras edições consideradas de esquerda, devendo refletir a posição do partido perante a realidade:

---

<sup>431</sup> <https://www.marxists.org/history/international/comintern/3rd-congress/party-theses.htm>, (13/10/2012)

“a Communist paper must never be run as a capitalist business in the way bourgeois papers and often the so-called «Socialist» papers are.”<sup>432</sup>

É deixado claro que a audiência do jornal não é o público em geral mas antes os “exploited and party members”<sup>433</sup>, sendo que o objetivo central é o de integrar ao máximo a imprensa na vida e nos objetivos do partido. Não é referida, neste momento, a independência do jornal quanto a subsídios governamentais, porventura por não fazer sentido essa discussão no quadro da altura: “It should be noted that, in July 1921, no-one thought to specify that papers should also be independent of state subsidies of one form or another, presumably since such an injunction seemed superfluous; I think I can confidently assert that have they thought of it, they would have included it. The target audience for such a press is not the widest possible in terms of sales- to reach that, it would have been necessary for papers to abandon many points of principle.”<sup>434</sup>

Desta forma, e por definição, a imprensa comunista passa a representar um tipo de publicação com características próprias, baseadas no facto de esta se tratar de um elemento de organização política, que pretende ser mobilizador e transformador da sociedade, que está integrada num determinado partido e que tem, por isso, a sua forma e o seu conteúdo determinados pelas diretivas e pelas atividades partidárias. Se, por um lado, como vimos, deve ser assegurada a independência por parte dos anunciantes, o público a que se dirige pode não permitir uma autossuficiência sustentada em termos de vendas, pelo que a procura por um incremento de vendas levaria ao abandono de princípios considerados basilares nestes órgãos de informação e o investimento noutras formas de atração de leitores consideradas afastadas da ideologia de base do partido, como seja a publicidade.

A viabilidade financeira da imprensa comunista está, desta forma e desde os seus primeiros anos, condicionada pela própria natureza dos seus princípios: a absorção total da imprensa pelo partido passa a ser tanto uma necessidade de sobrevivência quanto uma opção de fundo por parte do partido. Ou seja, a ideia expressa por Lenine, de que cada partido comunista tenha um órgão de imprensa que não seja um anexo da instituição mas antes uma parte integrante da mesma (chega a referir a ideia de um alicerce em torno do qual o partido

---

<sup>432</sup> idem

<sup>433</sup> idem

<sup>434</sup> C. Sparks, "The Working-Class Press: Radical and Revolutionary Alternatives," *Media Culture Society* 7(1985), p.144

vai crescendo<sup>435</sup>) acaba por não ser, de facto, uma opção, mas antes uma inevitabilidade em termos deste tipo de imprensa partidária. Ao condicionar o funcionamento orgânico do jornal ao nível da raiz de financiamento, Lenine está ao mesmo tempo a dotar o jornal partidário de uma importância orgânica no próprio partido mas a torná-lo, também, intrinsecamente dependente do financiamento partidário para assegurar a sua sobrevivência.

Não queremos, com isto, defender a tese de que um jornal partidário deva ambicionar à independência do partido que lhe serve de base editorial. Defendemos, contudo, que a perspectiva de Lenine de que o jornal seria parte integrante e não apenas da organização partidária não é tanto uma opção nem uma sobrevalorização do papel do jornal do partido mas antes uma inevitabilidade, uma vez que, sem estar fundido no próprio partido e com as limitações a que está sujeito, o jornal não subsiste.

O grupo *Comedia*, inicialmente *Minority Press Group*, formou-se no Reino Unido em 1978 precisamente com o objetivo de estudar os problemas encontrados na imprensa de determinados grupos comunitários, como sejam grupos estudantis, movimentos de cidadãos, entre outros, que tentam vingar no mercado com estratégias alternativas.

Do ponto de vista da imprensa partidária, o grupo britânico analisou, nos anos 80, determinadas situações, em que o problema do financiamento se colocava de forma distinta das publicações minoritárias de outros grupos. Neste caso, a legitimidade da existência de um subsídio para assegurar a sobrevivência da publicação era consensual entre os investigadores, embora, nos casos observados, quase sempre os próprios jornais procurassem, em vão, um determinado grau de autonomia. As estratégias de financiamento divergiam, como no caso do *Morning Star*, que optava por publicitar nas páginas do jornal empresas que não vão contra a visão do partido, ou o *Newsline*, jornal do Partido Revolucionário dos Trabalhadores, que juntava aos donativos uma pequena parcela dos ordenados dos trabalhadores sindicalizados, de forma a patrocinar a causa que o jornal defende.

Não obstante, segundo os investigadores do grupo *Comedia*, autores de um artigo sobre a imprensa alternativa<sup>436</sup>, este tipo de publicações, do ponto de vista do seu funcionamento, falhava claramente em dois aspetos fundamentais, o que as fazia, segundo a sua análise,

---

<sup>435</sup> Lenin, *Essential Works of Lenin: "What Is to Be Done?" And Other Writings*.

<sup>436</sup> C. Landry, Morley, D., Southwood, R. (*Comedia*), "The Alternative Press: The Development of Underdevelopment," *Media Culture Society* 6(1984).

tornarem-se efémeras ou pouco importantes para o debate atual e cingidas ao próprio grupo que as patrocinava. Por um lado, a ausência de uma estratégia económica global, assim como de planos financeiros e contabilísticos, que tornassem a publicação sustentável sem atentar contra os princípios da instituição que a patrocinava e, em segundo lugar, os recursos humanos, visto, na maioria dos casos e segundo as conclusões deste grupo de investigadores, não existir uma liderança e visão estratégica de longo prazo, da mesma forma que estas publicações não dispunham de profissionais conhecedores de técnicas jornalísticas: “The consequent lack of a strategic overview does not only affect the financial and economic side of the organization-it also limits the ability to develop an analysis of the changes in the overall shape and size of the constituent parts of the market in which it is operating, and to adjust policy so as to take advantage of market opportunities as and when they occur.”<sup>437</sup>

Os autores concordaram, também, no facto de que, no que respeita à imprensa partidária, o facto de não haver uma forte circulação obstaculiza um dos objetivos primordiais deste tipo de publicação, e que é o de trazer novos assuntos para o domínio público. Nesse sentido, seria necessário que houvesse uma coordenação intelectual entre os leitores e os editores, sendo que o jornal deveria, sem comprometer os seus princípios fundadores, atualizar as suas estratégias de penetração. Nesse sentido, o jornal passaria a ser do partido para o público em geral e não, como acontece na atualidade, do partido para os seus militantes, que, à partida, já estariam recetivos aos pontos de vista refletidos no jornal.

A maior circulação de um tipo de imprensa que pretende conquistar adeptos para determinada causa traz como grande vantagem a maior adesão, por parte do público, à instituição que patrocina essa publicação. Traz também, contudo, uma maior dependência do mercado, nomeadamente de anunciantes e financiamento em grande escala.

A independência do jornal em relação ao Estado tem vindo, também, a causar grande polémica, sendo que não pode ser descurada é a constante relação da imprensa comunista com os vários governos: nas sociedades onde o partido comunista chega ao poder, importa perceber o entrosamento existente entre a imprensa comunista e o poder estabelecido, e, por outro lado, nas sociedades onde o regime vigente proíbe a circulação da imprensa comunista, a existência da mesma numa situação de clandestinidade.

---

<sup>437</sup> Ibid., p.99

Não faz parte do âmbito deste texto um prolongamento da discussão sobre a relação dos diferentes governos com a imprensa comunista. No entanto, será interessante observar o próprio tom e o âmbito de diferentes jornais e principalmente a sua relação com a classe trabalhadora, tratando-se de jornais de livre circulação em países com governos comunistas ou, por outro lado, jornais cuja circulação é clandestina ou dentro de sociedades onde os partidos comunistas ocupam uma posição periférica e não de governo.

Observaremos o papel da imprensa comunista e a sua orientação, em momentos de vitória e, por outro lado, em momentos de derrota ou de abrandamento da atividade revolucionária. Em ambos, surge como pano de fundo a necessidade da imprensa comunista como algo mutável e capaz de se adaptar e responder à alteração de realidades da classe trabalhadora, procurando articular os seus objetivos específicos com o modelo de sociedade em que se inserem. Pelas suas características, a imprensa comunista constitui um estudo de caso interessante para outros temas relacionados com as ciências da comunicação: “It seems to me that if there is a current within Media Studies which wishes to change matters for the better, it must begin from the limited, fragmentary and difficult experience of the working-class press.”<sup>438</sup>

Não obstante a noção geral de que um órgão de imprensa próprio constitui um elemento de grande importância na divulgação de ideias políticas, existe, mesmo dentro das próprias instituições políticas, quem não seja desta opinião, acreditando que os jornais promovidos pelos partidos políticos são ineficazes e desviam tempo e fundos que poderiam ser aproveitados de outra forma, noutras iniciativas partidárias que dariam ao partido maior visibilidade: “it is quite common for individual revolutionaries, and even whole organisations, to feel that here are easier ways to build up influence – whether by effectively forgetting about the paper while winning some position in the workers’ movement, by giving away free hand outs, or by trying to find an easy audience through infiltration of the existing media.”<sup>439</sup>

Chris Harman refere ainda, neste artigo, que todos os revolucionários preocupados em construir um verdadeiro movimento de massas atribuem uma importância decisiva à presença, na constituição do partido, de um órgão de imprensa. Através da circulação de um jornal, o

---

<sup>438</sup> C. Sparks, "The Working-Class Press: Radical and Revolutionary Alternatives," *ibid.*7(1985)., p.146

<sup>439</sup> Chris Harman, "The Revolutionary Press," *International Socialism* 2:24, no. Summer 1984 (1984)., p.3



partido procura conseguir o suporte das massas para um determinado objetivo que é, no caso dos partidos comunistas e, particularmente, no início da formação do movimento comunista internacional, o envolvimento das populações no derrube de uma determinada ordem estabelecida. Através do espelho das suas ideias nas páginas de um jornal, o partido procura contrariar as correntes dominantes e motivar o público a agir, servindo de ponte entre a ideologia, o discurso político do partido e dos seus líderes e a ação efetiva para a modificação da sociedade. Além disto, o jornal vai servir como forma de registrar as ações do partido, tendo, portanto, uma função prévia à ação, de motivação e envolvimento, e uma função posterior, de registo e preservação da memória.

A imprensa comunista assume o seu papel, então, de ligação entre os princípios da luta e a experiência das massas, propondo o que deve ser feito e registando o que foi feito em prol da ideia central do partido – a revolução. O jornal do partido comunista torna-se, enfim, o agente intermédio da luta, ganhando um papel de relevo e procurando espelhar nas suas páginas a resposta à questão lançada por Lenine, *O Que Fazer?*

#### **2.2.2.2.- Os jornais comunistas em contexto de oposição**

Observámos, no entanto, até agora, o lugar da imprensa comunista no início do movimento comunista internacional, mais precisamente no período prévio e contemporâneo da Revolução Russa de 1917.

É importante analisar o lugar deste tipo de imprensa em momentos onde o partido comunista não é governo, onde apenas uma minoria adere de forma ativa, em grande parte devido à repressão exercida pelos sistemas políticos vigentes, às ideias defendidas pelos partidos comunistas ou, ainda, onde o partido comunista representa uma extensa faixa da população mas não forma governo, posicionando-se sobretudo como partido de oposição.

São várias as circunstâncias em que a imprensa comunista circula no Ocidente ao longo do séc. XX. É o caso dos jornais partidários na clandestinidade, forçados pela conjuntura associada a regimes ditatoriais de direita e sobrevivendo graças à persistência ativa da resistência ao regime, como no caso, por exemplo do português *Avante!* e do espanhol *Mundo Obrero* durante a vigência das ditaduras de inspiração fascista de Salazar e Franco. Jornais

que, com o fim desses regimes e a liberdade de formação de partidos e de imprensa, acompanham, no final dos anos 70, o crescimento e o relevo dos respectivos partidos comunistas.

Mas é também o caso dos jornais comunistas em democracias que sempre permitiram, ao longo do séc. XX e à exceção de determinados períodos (como a I Guerra Mundial, as ditaduras de tipo fascista como a italiana ou durante a ilegalização do KPD na RFA, entre 1956 e 1969) a sua livre circulação, mas onde os partidos que os editam têm uma posição, quase sempre, de oposição ao governo, como é o caso do *L'Unità* italiano ou do *L'Humanité* francês.

No período em questão nesta dissertação, os anos de 1989 a 1991, os jornais cujas notícias analisamos, acompanham as preocupações dos partidos que os editam, que, do ponto de vista nacional, têm todos um papel de oposição aos governos, e, ao nível das relações internacionais, acompanham com expectativa o desenrolar dos acontecimentos nos governos ditos socialistas do Leste europeu.

Tendo em conta o foco temporal e espacial do nosso trabalho, centraremos, assim, a análise das características da imprensa comunista, num período em que a ideia revolucionária não é dominante, não em contextos ditatoriais, que implicam a clandestinidade dos jornais, mas em contextos onde, embora livre e legalizada, a imprensa comunista e o próprio partido comunista, não têm um papel predominante no quadro político.

A principal diferença, a nível da mentalidade coletiva, entre um momento em que os princípios revolucionários são dominantes (como por exemplo na Rússia pós-1917) e outro, como é o caso das sociedades ocidentais nos anos em estudo, é, precisamente, a ausência de uma noção de coletivo entre os trabalhadores e da necessidade de alterar uma determinada ordem através de ações coletivas: “workers no longer discover for themselves the power of collective action. They do not see in practice how false the ideas of the ruling class are. It is only a minority – sometimes a very small minority – of the class who continue to adhere to a revolutionary socialist vision. And they do so on the basis not of direct experience, but of general ideas that have been developed out of struggles in the distant past or in distant countries.”<sup>440</sup>

---

<sup>440</sup> Ibid., p.20

Neste sentido, como refere o autor, o tipo de imprensa promovida pelos partidos comunistas é, necessariamente, muito diferente do do *Pravda* de Lenine ou mesmo de outros jornais, característicos de períodos em que havia uma forte motivação, por parte dos trabalhadores para a adesão às ideias veiculadas nesses jornais e uma crescente consciencialização coletiva para a alteração da ordem estabelecida.

A imprensa comunista do período 1989-1991 obedece, assim, a diferenças fundamentais em termos de funcionalidade e em termos da própria forma do jornal. Por um lado, há uma maior insistência nos argumentos teóricos e ideológicos, no sentido de proporcionar, precisamente, argumentos para a formação de uma mentalidade coletiva entre os trabalhadores que não existe ou se encontra fortemente fragmentada.

Por outro lado, a imprensa comunista continua a ter a função de captar a atenção dos militantes, dotando-os de argumentos que lhes permitam defender os seus ideais e, por outro lado, combater as ideologias instaladas. Neste sentido, o papel do editorial é fundamental nestes jornais e neste tipo de conjunturas, na medida em que fornece pistas sobre como promover a identificação da minoria *revolucionária* com o partido. Os artigos longos, de reflexão, assim como as entrevistas de fundo, têm também um papel primordial de esclarecimento e de atração de novos apoiantes. A nível do discurso, o discurso direto dá lugar à divulgação de planos de ação e ao aprofundamento da teoria, realçando o papel de crítica à ordem vigente.

Os jornais comunistas inseridos em conjunturas adversas aos partidos que os promovem caracterizam-se por manter uma linguagem acessível, relacionando-se diretamente com os problemas dos leitores mas estando inseridos em contextos onde se deparam com a difícil tarefa, em termos de captação de interesse, de encontrar um lugar para defender as ideias que sustentam sem incorrer em sensacionalismo ou numa aproximação às técnicas de captação de interesse características da imprensa generalista.

Por outro lado, a esta imprensa inserida num contexto de não domínio do partido que a promove mas que, ainda assim, e no período estudado, são de circulação livre e legal, cabe a função de divulgar a memória do papel do partido, de forma a dotar os militantes, também, de um conhecimento histórico do próprio partido que lhes permita sentirem-se inseridos numa organização que conheceu também momentos de sucesso.

Outra das funções desta imprensa neste tipo específico de contexto prende-se com um tipo de divulgação mais característico do jornalismo, e que tem a ver com a notícia de momentos de contestação, que servirá fundamentalmente para ligar o partido aos seus apoiantes e demonstrar que este prossegue a sua luta e a defesa dos seus ideais. Contudo, normalmente, o tom destes relatos não é de uma descrição pormenorizada de acontecimentos mas antes de reflexões sobre o que acontece e o que deve ser melhorado. O jornal comunista é, então, um órgão de informação dirigido aos militantes do partido, que promove uma reflexão profunda sobre os temas que lhes são caros, dotando-os de argumentos de luta e proporcionando-lhes, também, informações sobre os acontecimentos partidários.

Chris Harman refere que a demasiada fragmentação da luta dos trabalhadores, através de uma miríade de relatos provenientes de diversos pontos e em relação a diferentes reivindicações, tem o efeito de não provocar a identificação numa maioria dos militantes que lê o jornal, acabando por não construir, ou reconstruir, uma consciência de classe baseada na exposição de reivindicações comuns, mas antes um conjunto vasto de relatos de protestos, ações, reivindicações, que, pelo seu excesso, acabam por desmotivar os militantes: “instead of expressing the anger of the class, as the paper of the upturn does, it expresses the demoralisation – and very easily ends up bending to the illusions about reformism which grow within the class when it is demoralised.”<sup>441</sup>

Este ponto de vista é claramente discutível: por um lado, não se espera de um jornal editado por um partido comunista, com uma regularidade quase sempre semanal ou até diária, que informe os militantes de uma forma geral, deixando de dar relevo a determinadas ações partidárias que, em muitos casos, encontram eco, no que diz respeito à sua divulgação, apenas no jornal do partido. Por outro lado, ao invés de provocar a referida desmotivação dos militantes, o relato de ações de luta pode gerar identificação e, antes, motivar à tomada de posição por parte de outros militantes.

Não apenas a nível do conteúdo existem divergências entre os vários jornais da imprensa comunista. A aproximação a um modelo de imprensa generalista, como é o caso do *L'Humanité* ou do *L'Unità*, colocam em causa a identificação desses jornais como imprensa comunista. Ainda que, na atualidade, o jornal francês se distancie já, de alguma forma, do

---

<sup>441</sup> Ibid.,p.22

PCF, com a inclusão de capitais privados e o jornal italiano, desde 1997 não tenha sido editado diretamente sob a responsabilidade de nenhuma das formações políticas que sucederam ao PCI, a verdade é que ambos vêm, desde o início dos anos oitenta, a orientar a sua estratégia editorial e mesmo do ponto de vista formal, da constituição do jornal em si, para uma aproximação ao estilo e conteúdo da imprensa generalista.

A principal distinção entre a imprensa capitalista e a imprensa comunista, para além das óbvias diferenças a nível editorial, respeitantes ao favorecimento de um ponto de vista e do entrosamento da vida partidária no jornal, prende-se com a forma de divulgar as informações.: “a socialist paper tries to provide its readers with a coherent world view, in which every piece of news fits into a clear cut pattern, enabling them to understand the real forces behind social development and how they can be changed. By contrast, the aim of any mass circulation capitalist paper is to stop the development of such a coherent understanding of the world. It has to make present social reality appear to consist of a mass of unrelated and uncontrollable random events.”<sup>442</sup>

No entanto, o efeito invertido de uma total rejeição da imprensa generalista, procurando evitar por todos os meios as formas de publicidade e sedução de leitores características desta imprensa, é precisamente o não aproveitamento, por parte dos jornais partidários, de determinadas estratégias que os tornariam mais atrativos, sem comprometer a sua linha editorial. Esta é, assim, uma questão central, sendo necessário perceber se, uma vez que o meio é a própria mensagem, será possível esta aproximação, ainda que apenas não se altere o conteúdo.

Qualquer órgão de imprensa, seja ele generalista ou não, tem como objetivo a chegada ao maior número possível de leitores, de forma a tornar conhecido o seu conteúdo e, não menos importante, assegurar um número satisfatório de vendas que lhe permita, juntamente com outras formas de financiamento, assegurar a sua subsistência. Ao tornar a sua linguagem, o seu aspeto gráfico e a disposição dos temas pouco atrativo em relação ao contexto histórico, social e cultural em que insere, os jornais não cumprem a tarefa básica para a qual se destinam e que é a que motiva a sua existência – a de servir de ligação entre uma determinada organização e os seus apoiantes.

---

<sup>442</sup> Ibid.

Além de um empolar dos acontecimentos e das vitórias partidárias, de uma aproximação à imprensa generalista e de um não aproveitamento de determinadas estratégias de captação de leitores, alguma imprensa comunista torna-se, ainda, demasiado elitista, passando a ser escrita por e para intelectuais, que, afastados da realidade dos trabalhadores, acabam por tornar demasiado teórica a discussão em torno de determinados assuntos.

Por todas particularidades expostas e por uma história fascinante, que é simultaneamente a história das lutas dos trabalhadores, a imprensa comunista ocupa um papel de relevo no estudo da imprensa partidária. Não apenas porque é o espelho das posições e das reflexões levadas a cabo pelos partidos, mas também porque representou, ao longo do séc. XX, um elo preciso de ligação entre os partidos e os seus militantes, seja em alturas de vitória, em situação de clandestinidade ou em sistemas políticos onde os partidos que a promovem não são politicamente dominantes.

O contexto histórico em que se insere o nosso estudo representa, também, um período de intensa atividade da imprensa comunista. No período de 1989-1991, os jornais partidários eram ainda o principal meio de comunicação direto entre o partido e os eleitores, sem que houvesse a intermediação da imprensa generalista e numa altura em que os partidos não dispunham, ainda, de plataformas digitais de contacto direto com o público. Foi, de facto, pelas páginas dos jornais que os partidos foram respondendo às perguntas que os seus militantes se foram fazendo, acerca de todos os momentos que marcaram aqueles anos. Nomeadamente, a visão dos partidos comunistas sobre os momentos de derrota, que foi rápida, em termos de mudança na estrutura, que terá colocado dúvidas, eventualmente, na confiança de muitos dos militantes nas palavras do partido, tendo em conta o facto de que também a formação de opinião dos militantes e simpatizantes está sujeita aos média *mainstream*.

Assim, a imprensa partidária vai ser o principal meio de reação dos partidos aos acontecimentos de 1989-1991. Procuraremos, então, nas páginas do *Avante!*, do *Mundo Obrero*, do *Treball*, do *L'Unità* e do *L'Humanité* perceber de que forma os cinco partidos comunistas em estudo informaram os seus militantes sobre os acontecimentos depuseram os governos ditos socialistas da Europa de Leste e quais foram as reações oficiais. Mais, procuraremos verificar em que medida cada partido procurou identificar *Que fazer?* e o comunicou aos seus apoiantes, mais do que nunca recetivos a uma reflexão e até, neste caso,

a uma explicação por parte do partido aos acontecimentos que vinham sendo relatados por parte dos outros órgãos de informação, não esquecendo também o importante facto de que os militantes participam ativamente na produção de conteúdo para os diferentes jornais, o que contribui também para a compreensão da perspectiva de cada partido sobre os acontecimentos de 1989/1991 e nos processos de tomadas de decisões.

### **2.2.2. Percurso histórico e posicionamento das publicações em análise**

No âmbito da análise documental levada a cabo, foi recolhido material presente na imprensa partidária. Foi considerado material de onze publicações periódicas editadas, à altura, pelos partidos comunistas em estudo. Trata-se de cinco jornais partidários (*Avante!*, *Mundo Obrero*, *Treball*, *L'Humanité*, *L'Unità*) que, ao longo do período em análise, foram publicadas com uma periodicidade variável.

#### ***Avante!***

O *Avante!* é um jornal semanário editado pelo PCP desde 1931, ainda que com uma periodicidade variável, sobretudo ao longo dos anos entre 1931 e 1974, em que foi publicado clandestinamente por militantes comunistas resistentes à ditadura vigente em Portugal.

O primeiro número, datado de 15 de fevereiro de 1931, surge já com o PCP operando na clandestinidade, como resultado da reorganização do partido levada a cabo desde 1929 por Bento Gonçalves.<sup>443</sup> Ao longo dos primeiros dez anos de existência, a publicação do jornal é frequentemente interrompida, sendo apenas a partir de agosto de 1941 que é editado de forma regular. Até 25 de abril de 1974, o *Avante!* é publicado regularmente em clandestinidade (pelo menos uma vez por mês), sendo sempre produzido em Portugal e tornando-se no jornal que resistiu durante mais tempo à clandestinidade.<sup>444</sup>

Durante este período, o jornal atuou em várias frentes, tendo um papel determinante na formação ideológica dos militantes, através da disseminação dos objetivos do PCP, mas também agiu fortemente na motivação dos trabalhadores portugueses, dando-lhes um sentido de coletivo. Do ponto de vista da oposição ao regime, o *Avante!* clandestino fugia, pela sua própria condição, ao crivo da censura, denunciando as atrocidades da ditadura e apelando à

---

<sup>443</sup> Vários, *60 Anos De Luta Ao Serviço Do Povo E Da Pátria*(Lisboa: Editorial «Avante!», 1981)., p.106

<sup>444</sup> Idem.

unidade da luta para o derrube do regime. Entre outras notícias, o *Avante!* reportou, durante a 2ª Guerra Mundial, as conquistas dos Aliados, em particular dos soviéticos, assim como as atrocidades cometidas pelos nazis. Mais tarde, a forte oposição à Guerra Colonial, com a divulgação de opiniões anticolonialistas e contra a guerra, foi também tema de várias edições do jornal, assim como as greves operárias e camponesas que aconteciam durante o regime e que eram, obviamente, abafadas pelos próprios órgãos da ditadura e, em 1962, a “Crise Académica”, colocando-se ao lado dos estudantes oposicionistas.

Hoje, as edições do *Avante!* clandestino tornam-se documentos essenciais para estudar e perceber a oposição à ditadura e, do ponto de vista dos estudos de comunicação política, peças fundamentais para compreender a génese deste tipo de informação pública e de que forma foi possível ser levada a cabo num contexto de extrema adversidade.

No dia 17 de maio de 1974 sai para as ruas a primeira edição livre do *Avante!*, fazendo menção à presença dos comunistas no I Governo Provisório e registando uma tiragem recorde de quase meio milhão de exemplares.<sup>445</sup>

No período em análise, entre 1989-1991, o jornal continua a ser publicado com uma periodicidade semanal, não sendo nunca interrompido. O *Avante!* é, ao longo de todo o período de análise, considerado um órgão central do PCP e o seu principal meio de comunicação, na altura, com os militantes. Como veremos, o tema do desmantelamento dos governos ditos socialistas na Europa de Leste, e na própria URSS, serão assunto de várias reportagens no jornal, fazendo, inclusive, parte de várias notícias de capa e dossiês e ilustrando o posicionamento público do PCP referente a essas matérias.

Atualmente, o *Avante!* é editado também na *Internet*, continuando a representar um importante meio de comunicação entre o partido e os militantes, embora perdendo grande parte da sua função mobilizadora para as plataformas digitais, entretanto dinamizadas em larga escala pelo partido. No entanto, e principalmente nas zonas urbanas de Lisboa e Setúbal e no Alentejo, o *Avante!* continua a representar um importante veículo de informação junto dos trabalhadores.

---

<sup>445</sup> “As décadas do «Avante!»” Texto publicado no «Avante!» a 14 de fevereiro de 1996. ([http://www.pcp.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=16&Itemid=48](http://www.pcp.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=16&Itemid=48))



Com uma tiragem de cerca de 20 mil exemplares, um grafismo renovado em 2000 e a crescente aposta na presença *online*, o jornal do PCP não deixou nunca, desde 1941, de ser editado semanalmente, representando não só o caso mais longo de resistência de uma publicação comunista em clandestinidade como, no âmbito deste trabalho, o órgão de informação comunista com uma periodicidade mais regular.

### ***Mundo Obrero***

*Mundo Obrero* é o órgão de expressão do PCE, cuja primeira edição data de 23 de agosto de 1930 e que é ainda editado na atualidade. À semelhança, por exemplo, do português *Avante!*, passou também por uma fase em que foi editado na clandestinidade devido à repressão exercida sobre os militantes comunistas por parte da ditadura de contornos fascistas e altamente castradora da liberdade de imprensa.

A sua fase mais profícua, em termos de publicações, foi ainda durante a II República espanhola (1931-1939), altura em que o jornal contava com uma tiragem diária. Durante esse período, e particularmente durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), o *Mundo Obrero* defendeu a legitimidade da República e foi, desde logo, contra o regime instaurado por Francisco Franco em 1939.<sup>446</sup>

Francisco Fruto salienta mesmo, a respeito da história do *Mundo Obrero* e da determinação e dedicação dos militantes comunistas espanhóis na sua publicação durante o período de vigência da ditadura, que "muchos hombres y mujeres fueron a la cárcel, fueron torturados, exiliados y despedidos de sus empresas" devido ao seu envolvimento na publicação do jornal.<sup>447</sup> Marcelino Camacho, sindicalista espanhol, primeiro secretário-geral das *Comisiones Obreras*, refere, a respeito das dificuldades enormes atravessadas pelos militantes envolvidos na publicação do jornal, que "la historia de *Mundo Obrero*, como historia en general nuestra, es la historia de sacrificio y lucha con una escasez de recursos terribles."<sup>448</sup>

---

<sup>446</sup> <http://www.publico.es/333214/mundo-obrero-el-periodico-del-pce-cumple-80-anos> (12/12/2012)

<sup>447</sup> [http://www.pce.es/pcei\\_pl.php?id=784](http://www.pce.es/pcei_pl.php?id=784) (12/12/2012)

<sup>448</sup> Etsuko Asami and Alfredo Gómez Gil, *Marcelino Camacho Y Josefina, Coherencia Y Honradez De Un Líder*(Madrid: Algaba Ediciones, 2003)., p.183

Ao longo das décadas, o jornal foi muitas vezes suspenso por escassez de recursos ou teve edições confiscadas pela polícia política. Ainda assim, durante a ditadura, o jornal nunca deixou de ser publicado clandestinamente com uma determinada regularidade (que passaria a ser semanal e, depois, mensal), recuperando a sua dimensão aquando do período da Transição Espanhola (1975-1982), altura em que recuperou a sua tiragem diária, chegando a cerca de 190 mil exemplares, assim como passou, novamente, a ser publicado legalmente enquanto órgão de informação do PCE.<sup>449</sup>

Com a venda livre do *Mundo Obrero* dá-se também uma reformulação ao nível dos conteúdos do jornal, que passa de uma publicação voltada exclusivamente para militantes comunistas para um jornal que se pretende que seja a voz de todos os trabalhadores espanhóis, cumprindo assim o objetivo da imprensa do PCE. No entanto, a reformulação do PCE no início dos anos 80 e a posterior integração do partido na coligação Esquerda Unida, obriga a circulação do jornal a passar novamente a uma periodicidade semanal, mais tarde quinzenal e, atualmente, mensal.

Em 2008, o jornal foi reformulado, adquirindo um novo formato e grafismo. Mais importante, porém, foi o lançamento da versão *online* do *Mundo Obrero*, onde a informação publicada é independente da versão papel, permitindo uma atualização mais frequente e chegando cada vez mais a um maior número de leitores.

### ***Treball***

Atualmente órgão de expressão do partido político ICV – Iniciativa per Catalunya Verds, o *Treball* vê o seu primeiro número editado, no dia 21 de julho de 1936, apenas três dias depois de iniciada a Guerra Civil Espanhola, como a principal publicação do então recém-formado PSUC. No entanto, assim que as tropas franquistas conquistam a cidade de Barcelona, em janeiro de 1939, a produção e publicação do jornal são proibidas. A partir de 1942 passa, contudo, a ser editado de forma clandestina, primeiro a partir do exterior e, depois, na própria Catalunha.

---

<sup>449</sup> <http://www.publico.es/333214/mundo-obrero-el-periodico-del-pce-cumple-80-anos> (12/12/2012)

Joaquim Puig i Pidemunt será, porventura, o seu mais conhecido diretor: entre 1946 e 1947 dirige o jornal na clandestinidade, sendo capturado pelas forças do regime e, em 1949, fuzilado, juntamente com outros três colaboradores.<sup>450</sup>

Durante a clandestinidade, uma das curiosidades relacionadas com a impressão do *Treball* tem a ver com o facto de o jornal, durante alguns períodos do início dos anos 40, ser impresso a partir da tipografia da própria prisão onde estavam detidos presos políticos afetos ao PSUC, tal era a desorganização e a sobrelotação dos estabelecimentos prisionais catalães no período pós-Guerra Civil.<sup>451</sup>

Posteriormente, entre 1949 e 1953, a impressão do jornal passa a ser feita em tipografias clandestinas na própria Catalunha, cuja deteção por parte da polícia implica a sua destruição e a apreensão dos responsáveis. A perseguição política força os militantes comunistas ao exílio em França, onde, até 1972, o *Treball* passa a ser produzido, embora escrito sempre em catalão e com o objetivo de ser sempre introduzido clandestinamente no território da Catalunha.

Durante os anos 60, a circulação do jornal ganha um novo fôlego. A primeira geração pós-Guerra Civil é agora constituída por jovens adultos interessados em lutar contra o regime e inspirados pela revolução cubana de 1959, as lutas pela democracia nas Astúrias, em 1962, e a criação das *Comisiones Obreras*. Os universitários catalães desempenham, assim, um papel fundamental na revitalização da imprensa partidária de esquerda ao longo dos anos 60 e início dos anos 70.<sup>452</sup>

Nos primeiros anos da Transição Espanhola, o jornal assume um relevo extraordinário enquanto meio de informação, e a sua popularidade na Catalunha, com perto de 17 mil exemplares distribuídos semanalmente, culmina com a mudança de tiragem de quinzenal para semanal, em 1976, e a publicação legal do jornal a partir de 1977. No entanto, com o desaparecimento gradual da censura nos meios de comunicação espanhóis durante estes anos, a imprensa generalista, muitas vezes também ela posicionada politicamente, vai passando a assumir o papel de elo de ligação entre os partidos e os eleitores, captando mais facilmente a sua atenção.<sup>453</sup>

---

<sup>450</sup> <http://www.traces.uab.es/tracesbd/avui/av07044.pdf> (15/12/2012)

<sup>451</sup> Idem.

<sup>452</sup> Fundació Nous Horitzons, *Treball: 1936-2006*(Fundació Nous Horitzons, 2006)., p.38

<sup>453</sup> Ibid., p.40

Contudo, a imprensa generalista tende a privilegiar os partidos do centro, pelo que o PSUC continua a sentir a necessidade de ter o seu próprio meio de comunicação com os eleitores. O temor pela hegemonia da direita nos órgãos de informação (após o desaparecimento de quatro diários independentes, seis bancos detêm 55% do capital dos diários catalães), a necessidade de imprimir notícias em catalão (as revistas publicadas em catalão encontram-se em risco de fecho e apenas 5,6% dos textos dos jornais diários generalistas é escrito nesta língua) e a necessidade de demonstrar a ausência de sectarismo por parte do PSUC (contra uma corrente anticomunista que associa todo o comunismo ao estalinismo) fazem o partido acreditar que a manutenção de uma publicação própria é uma prioridade na sua estratégia.<sup>454</sup>

O *Treball* permanece então como uma publicação semanal de informação, opinião e crítica, voltada para a reflexão ideológica do debate político, dirigida um público claramente de esquerda. Atualmente, o *Treball* é uma revista da responsabilidade da coligação *Iniciativa per Catalunya Verds*, editada através da Fundação *Nous Horitzons*, com uma tiragem mensal e uma versão *online* atualizada constantemente.

### ***L'Humanité***

Com uma tiragem diária e, atualmente, órgão de informação de propriedade privada, *L'Humanité* foi, durante 74 anos, entre 1920 e 1994, o órgão de informação principal do PCF. Embora guarde uma proximidade ideológica estreita com este partido, o jornal não mantém com ele, hoje, nenhum tipo de relação económica.

A ideia do lançamento de um jornal ligado à causa do socialismo nasce em 1904, pela iniciativa do líder socialista Jean Jaurès, que procura unificar as diversas correntes da esquerda revolucionária numa publicação consagrada à promoção a justiça, da igualdade e da abolição das classes sociais.<sup>455</sup> O jornal funcionaria como um espaço onde todos os socialistas poderiam expor os seus pontos de vista e debater os objetivos e a forma de os alcançar. Jaurès procura assegurar a sustentabilidade económica do jornal, de forma a garantir a sua

---

<sup>454</sup> Ibid., p.41

<sup>455</sup> Dominique Laurent, "'Christian Delporte, Claude Pennetier, Jean-François Sirinelli Et Serge Wolikow (Dir.), « L'humanité » De Jaurès À Nos Jours", " <http://chrhc.revues.org/606#text>. (20/11/2014)

independência editorial, para que pudesse funcionar claramente como essa tal plataforma de debate da esquerda, não estando afeto diretamente a nenhum grupo político.

Essa independência financeira é, contudo, uma das principais lutas que o jornal enfrenta, principalmente nesses primeiros anos de existência. Logo em 1907, a sociedade inicialmente responsável pelo jornal é dissolvida e formada uma outra, mais lata. Assim, Jaurés é persuadido a integrar no *L'Humanité* peças mais características da imprensa generalista, de modo a assegurar a viabilidade financeira da publicação.<sup>456</sup> O jornal passa a incluir notícias sobre acidentes, catástrofes, escândalos, entre outros temas, mas fá-lo sempre tratando os assuntos do ponto de vista político e relacionando os factos com a denúncia do capitalismo.

Após 1920, o jornal passa definitivamente para as mãos do recém-criado PCF. Com o progressivo afastamento entre comunistas e socialistas, estes aproximam-se do centro do espectro político, deixando de ver como essencial a publicação de um órgão de informação diário, já que cada vez mais a imprensa generalista lhes dava espaço nos seus órgãos de informação. A partir de 1923 surge, na primeira capa do *L'Humanité*, a designação “órgão central do Partido Comunista Francês”, logo abaixo do título do jornal.

Ao longo dos anos trinta, os conteúdos do jornal variam entre uma tendência mais generalista nos conteúdos e as indicações vindas da URSS, de sentido de uma maior “bolchevização” do jornal. No fim desta década, *L'Humanité* vai de novo servir a estratégia da frente popular de esquerda que se cria para se opor à crescente influência do fascismo, juntando nas suas páginas opiniões de personalidades das várias fações da esquerda francesa.

Durante o terceiro governo de Édouard Daladier, mais precisamente em 1939, e no seguimento do apoio demonstrado pelo PCF ao Pacto de Não Agressão assinado pela Alemanha e a URSS, a circulação do jornal é interdita, assim permanecendo até à Libertação da França, em 1944. *L'Humanité* é então produzido na clandestinidade, aumentando a sua influência com a ação soviética para a derrota das forças nazis e acompanhando, também, a crescente influência do PCF na sociedade francesa no período pós-guerra.<sup>457</sup> Em 1945, o jornal vive o seu período áureo, com uma tiragem diária da ordem dos 423 mil exemplares.

---

<sup>456</sup> Ibid.

<sup>457</sup> Ibid.

Os anos seguintes viriam a registar um decréscimo de circulação, que não foi invertido até à atualidade. Patrick Eveno sugere que tal facto de deva à manutenção de uma forte presença de material ideológico no jornal, assim como a uma perspetiva dogmática em relação ao comunismo.<sup>458</sup> O declínio de circulação é menos pronunciado, no entanto, em períodos onde, perante acontecimentos como a guerra na Argélia, a partir de 1954, ou a intervenção conjunta dos franceses com os britânicos no Suez, em 1956, *L'Humanité*, reportando as posições oficiais do PCF, tem uma postura pacifista contra os conflitos armados. Nesse ano, também, a defesa da intervenção soviética em Budapeste por parte do jornal, isola-o em relação a outras publicações de esquerda como *Le Canard Enchaîné*, profundamente contrária à atuação da URSS na Hungria.<sup>459</sup>

Durante os anos 50, em pleno período de Guerra Fria, *L'Humanité* publica diversos artigos críticos com o governo francês e à sua proximidade com os Estados Unidos. O governo americano é alvo de *cartoons* satíricos nas páginas do jornal, retratando-o como uma ameaça para a paz.<sup>460</sup> Posteriormente, com o acalmar das relações entre Moscovo e Washington, o jornal vai amenizando também o seu discurso em relação aos Estados Unidos, voltando, em contrapartida, a debater intensamente a atividade política nacional. A função do jornal enquanto órgão político do PCF intensifica-se ao longo dos anos 70, quando as suas páginas são ocupadas, frequentemente, com as propostas do partido para a construção de uma identidade comunista contemporânea.

Em 1989, acompanhando a crise eleitoral e financeira do próprio PCF, a redação do *L'Humanité* sai da sede do PCF e muda-se para Saint-Denis, uma cidade de tradição comunista, nos arredores de Paris, em plena expansão urbana. Durante os anos de 1989 a 1991, o jornal é ainda propriedade do PCF, continuando a assumir-se como órgão de imprensa do partido. Neste período, *L'Humanité* cumpre todos os elos de ligação propostos por Seymour Ure<sup>461</sup> que, como vimos, propõe um modelo de análise de ligação entre o jornal e o partido baseado na presença do jornal no esquema organizativo do partido, na inclusão no jornal dos objetivos programáticos e estratégicos do partido e na relação entre os leitores do jornal e os

---

<sup>458</sup> Patrick Eveno, « L'Humanité, une entreprise politique », *ibid.*

<sup>459</sup> Gérard Bonet, « André Stil, rédacteur en chef de L'Humanité (1950-1958) », *ibid.*

<sup>460</sup> Christian Beuvain, « La caricature est une arme de combat ! Les dessins anti-américains dans L'Humanité des années cinquante (1947-1954) », *ibid.*

<sup>461</sup> Cit. por Khun, *The Media in France.*, p.71

militantes do partido. Em relação ao PCF de 1989-1991, estes critérios são todos satisfeitos: é assumido como órgão oficial do partido, apoia os objetivos eleitorais e ideológicos do PCF, o que está patente nas notícias analisadas, chega a transcrever na íntegra comunicados oficiais e resoluções de congressos e, segundo o estudo de Kuhn, em 1995, referente a este período,<sup>462</sup> os leitores do jornal, particularmente os seus assinantes, são na sua vasta maioria apoiantes e/ou militantes do PCF.

A atualidade é, porém, diferente. Em 1994, o partido deixa de financiar a publicação do jornal. Eugénie Saitta<sup>463</sup>, baseando-se na cobertura eleitoral das eleições parlamentares europeias de 1999, refere, no entanto, que existe ainda uma grande influência do partido no conteúdo editorial. Durante algum tempo mantém-se a designação, abaixo do título, de “jornal do Partido Comunista Francês”, que desaparece em 1999, quando o PCF passa a apenas estar presente na ficha técnica do jornal, reservando para si o título de editor. Em 2000, o capital do jornal é aberto a grupos privados, ainda que estes não possam interferir na sua linha editorial.

Hoje, *L’Humanité* assume-se como um jornal militante e, abaixo do título, a menção a que se trata de um diário fundado por Jean Jaurés, assumindo posicionamentos políticos, como foi o caso da defesa pelo “Não” no referendo ao Tratado Constitucional Europeu. A situação financeira do jornal é instável, recorrendo constantemente a campanhas para angariação de novos assinantes, fundando a associação de “Amis de l’Huma” e apelando a donativos para fazer face a uma circulação decrescente, que se fixa, atualmente, em cerca de 50 mil exemplares diários.

O jornal é pioneiro na presença na *Internet*: desde 1996, através de um *website* de atualização constante, é o primeiro diário francês integralmente *online*, o que ajuda, também, na divulgação e notoriedade do antigo órgão de informação dos comunistas franceses.

### ***L’Unità***

Fundado por Antonio Gramsci em fevereiro de 1924, *L’Unità* foi o órgão de imprensa oficial do PCI entre 1924 e 1991, passando a ser propriedade do PDS, um dos partidos que

---

<sup>462</sup> Ibid., p.72

<sup>463</sup> Eugénie Saitta, « L’Humanité, de l’organe de parti au journal politique (1999-2000) » em Laurent, ""Christian Delporte, Claude Pennetier, Jean-François Sirinelli Et Serge Wolikow (Dir.), « L’humanité » De Jaurès À Nos Jours"". <http://chrhc.revues.org/606>

resultou da cisão do PCI. Em 1997, o jornal deixa de ser propriedade de um partido político, passando a ser detido por investidores privados. Em 2011, o PD (Partido Democrático, organização na qual se dissolve o PDS), passa a deter novamente uma pequena parte do jornal, convivendo com os acionistas privados, que constituíam a maior fatia da propriedade do jornal. Ao longo de toda a sua existência, mesmo quando não era detido por nenhum partido, *L'Unità* foi um jornal politicamente conotado com a esquerda política.

Fundado em fevereiro de 1924 por António Gramsci, como o jornal dos trabalhadores e camponeses italianos, *L'Unità* tem, nos seus primeiros anos, uma circulação discreta, limitada à cidade de Milão e na ordem dos 30 mil exemplares. Com o crescimento do fascismo em Itália e a ascensão de Benito Mussolini, o jornal é proibido, sendo que a partir de outubro de 1926 a sua circulação não é mais permitida. Em 1927, uma versão clandestina do *L'Unità* passa a circular no norte do país e em França, facto que perdurará até 6 de junho de 1944, altura em que os Aliados libertam Roma. O jornal passa a ser novamente editado de forma livre, em Itália, a partir de janeiro de 1945. Em 1945, tem também lugar a primeira festa de *L'Unità*, festival organizado anualmente pelo PCI e, posteriormente, pelo PDS, DS e, atualmente, embora com outro nome, pelo PD.

O jornal vai adquirindo popularidade em Itália ao longo das décadas de 60 e 70, afirmando-se como a principal publicação diária direcionada aos eleitores de esquerda, particularmente aos comunistas. Em 1974, o jornal tem uma circulação de cerca de 240 mil cópias diárias. A opção editorial passa por uma reformulação no sentido de uma generalização dos conteúdos do jornal, aproximando-se, assim, à imprensa capitalista, seja pela mudança no tipo de abordagem, seja pelo foco de assuntos escolhidos para motivo de reportagem.

Com uma circulação recorde, perto das 300 mil cópias, no final dos anos oitenta e início dos anos noventa, *L'Unità* apresenta-se ainda como um jornal do PCI mas abre secções generalistas, como, por exemplo, sobre desporto ou televisão, assim como passa a editar uma revista satírica de nome *Cuore*. Em 1991, o jornal passa a ter a designação de “jornal fundado por Antonio Gramsci” ao invés de “jornal do PCI”. Ao longo dos anos 90, a propriedade do jornal é aberta ao capital privado, sendo que em 1997 *L'Unità* é uma empresa totalmente privada, e passam a ser realizadas campanhas de *marketing*, com a venda, por exemplo de cassetes de vídeo e livros com as edições do jornal. Embora o PD volte, como vimos, a adquirir



uma parte do jornal a partir de 2011, a sua intervenção não é suficientemente incisiva para evitar o fecho do jornal em julho de 2014. Em junho de 2015, no entanto, e graças ao investimento público, *L'Unità* regressa às bancas, com a maioria da sua propriedade nas mãos de privados mas com cerca de 19% pertencendo ainda ao PD. A crise de vendas, contudo, atinge recordes dramáticos, com um número de apenas 8 mil cópias vendidas, contra as 60 mil impressas. No final de 2016, a direção de *L'Unità* é substituída, passando a ser Sergio Staino, um reconhecido ilustrador italiano, a estar à frente da direção do jornal.

O processo que levou ao encerramento do jornal ente julho de 2014 e junho de 2015 não foi, no entanto, tão linear nem teve unicamente a ver com o decréscimo abrupto das suas vendas. Assim que o capital privado entra no jornal, é nomeado para diretor do jornal um antigo editor do jornal *La Repubblica*, com a missão de reverter o ciclo descendente das vendas, facto que não acontece e que leva ao encerramento das delegações de Bolonha e Florença. Há, em 1998, um esforço, por parte dos trabalhadores, em contribuir para a recuperação do jornal, prescindindo voluntariamente de parte do salário. O esforço conjunto entre trabalhadores e direção não é suficiente e, em 2000, o jornal chega mesmo a anunciar o fim de publicação, o que é denunciado, por Michele Serra, nas páginas do *Repubblica*, de ser um “perfeito delito”<sup>464</sup>. Entre 29 de julho e 23 de agosto de 2000, *L'Unità*, não obstante as vozes que incentivam a um investimento público no histórico jornal, é editado apenas na *Internet*.

Em 2001, um grupo de investidores formam a *Nuova Iniziativa Editoriale* e recuperam *L'Unità*, que volta, assim, a circular em Itália, chegando a uma tiragem de mais de 136 mil exemplares, em 2006, facto que despertaria o interesse da família Angelucci, da Tosinvest, editora dos jornais *Libero* e *Riformista*, edições assumidamente da área política do centro direita e opção que conta com forte oposição dos trabalhadores do *L'Unità*.

A aquisição do jornal por Renato Soru, em 2008, dono da companhia de telecomunicações *Tiscali*, evita a compra por parte da família Angelucci, numa solução que agrada à equipa redatorial.<sup>465</sup> Nesta altura, é tomada também a decisão de diminuir o formato do jornal para tabloide, assim como o número de páginas, em nome da economia de recursos

---

<sup>464</sup> <http://ricerca.repubblica.it/repubblica/archivio/repubblica/2000/07/28/il-delitto-perfetto.html> (14/09/2014)

<sup>465</sup> [http://www.corriere.it/cronache/08\\_maggio\\_20/unita\\_soru\\_3b444ddc-2656-11dd-8ccd-00144f02aabc.shtml](http://www.corriere.it/cronache/08_maggio_20/unita_soru_3b444ddc-2656-11dd-8ccd-00144f02aabc.shtml) (14/09/2014)

e sustentabilidade. A nível editorial, rubricas como espetáculos, desportos ou cartaz continuam a ocupar cada vez mais espaço. A redefinição do seu sítio da *Internet*, com novo grafismo, ajuda também à conceção de que, cada vez mais, *L'Unità* é um jornal generalista, inserido no contexto da imprensa capitalista.

Após algumas medidas no sentido de uma maior interatividade no sítio do jornal, com a possibilidade, por exemplo, de criar *blogs* pessoais, uma nova mudança de formato e a disponibilização de novos suplementos, as vendas estabilizam ao longo de 2012 e 2013. Em junho de 2014, no entanto, é anunciada a liquidação da editora do jornal, em risco de falência. Esta é anunciada pela *Nuova Iniziativa Editoriale* em agosto desse ano, poucos dias depois de ter sido lançada a última edição do *L'Unità*.

No caso do encerramento, entre 2014 e 2015, do jornal fundado por António Gramsci, será necessário ter em conta, claramente, a diminuição drástica das vendas, ao longo da década, mas este facto deverá ser encarado como uma consequência e não como um sintoma. As sucessivas mudanças na linha editorial no sentido da generalização dos conteúdos do *L'Unità*, as consequentes opções da direção de tornar a publicação um jornal idêntico aos da imprensa capitalista italiana, tomadas já desde os anos oitenta, desvirtuaram o sentido do jornal, aproximando-o de outros. Como refere Michele Serra, nas páginas do *L'Unità* desenvolveram-se, ao longo do século XX, importantes reflexões sobre a sociedade italiana, realizadas por personalidades de renome como Pasolini, Italo Calvino, Paul Éluard, Garcia Lorca ou Hemingway. Ao deslocar a linha editorial do jornal de uma publicação de referência ao nível da reflexão para um tabloide de inspiração generalista, com grande espaço dedicado a *fait divers* e a informação publicitária, a coluna vertebral do *L'Unità* foi quebrada. A generalização do jornal não atraiu novos leitores mas, antes, desiludiu o público e criou um híbrido estranho.

Não será alheio, também, ao definhamento do *L'Unità* e da empresa que o editava, o facto de o investimento público no jornal, à semelhança do que é feito noutras publicações, em Itália, ter diminuído para cerca de um terço entre 2003<sup>466</sup> e 2013<sup>467</sup>.

---

<sup>466</sup> [http://www.governo.it/die/dossier/contributi\\_2003/pdf/02\\_comma%2010.pdf](http://www.governo.it/die/dossier/contributi_2003/pdf/02_comma%2010.pdf) (14/08/2014)

<sup>467</sup> [http://www.governo.it/DIE/dossier/contributi\\_editoria\\_2013/stampa\\_2013.html](http://www.governo.it/DIE/dossier/contributi_editoria_2013/stampa_2013.html) (14/08/2014)

## Capítulo 3 - Estudo de caso

### 3.1. Definição de objetivos e hipóteses de trabalho

A nossa questão central prende-se com a parametrização de enquadramentos presentes na comunicação pública dos partidos em estudo, reagindo a determinados acontecimentos, e de que forma esses se comparam entre si e se conjugam com as opções políticas tomadas no decorrer destes anos. Procuramos, então, estudar, de um ponto de vista da análise comparada aplicada às ciências sociais, a comunicação pública de partidos políticos em anos conturbados e no seguimento de acontecimentos históricos que provocam mudança, inserindo-a numa determinada grelha de análise e enquadrando-a no posicionamento e transferência de estruturas políticas.

Do objetivo principal da nossa investigação, e de forma, inclusive, a ser possível atingi-lo, decorrem outros objetivos que adquiram, também, uma função central neste estudo.

1- Definição de estratégias de comunicação pública de cinco partidos comunistas da Europa ocidental aos acontecimentos de 1989/1991. Através da análise da imprensa partidária e de documentos políticos, propomos um estudo comparativo da leitura que aqueles partidos adotam face ao ciclo de acontecimentos de 1989/1991. Para isso, recorreremos a diversas ferramentas de análise:

a) A criação de uma grelha de análise que estuda os textos publicados pelos partidos, selecionados mediante critérios de relevância, no âmbito da sua reação às matérias em estudo. A grelha de análise pretende ser um objeto de trabalho aberto a outros estudos do género que pretendam analisar o posicionamento de partidos políticos em relação a determinados acontecimentos;

b) Análise de discurso político. Procuraremos encontrar particularidades, não apenas a nível contextual como a nível de conteúdo, que nos permitam estabelecer parâmetros e criar relações intra e extratextuais nos elementos analisados;

c) Análise de estratégia política. Através do estudo dos mecanismos de reação dos cinco partidos comunistas aos acontecimentos em análise, procuraremos

caracterizar as diversas estratégias políticas seguidas por esses partidos, nomeadamente ao nível do seu âmbito, alcance, *timing* e repercussão;

d) Criação de um quadro comparativo. Utilizando a informação reunida, criaremos um quadro de comparação entre as diversas estratégias e posicionamentos adotados pelos vários partidos em estudo.

Partimos para o estudo empírico tendo em conta uma série de hipóteses que confirmaremos com a análise qualitativa das fontes. As hipóteses que se seguem baseiam-se no estudo histórico realizado, assim como numa análise prévia da imprensa partidária e de conceções sobre o discurso político. Pretendemos testar a relação entre determinados fatores exteriores aos partidos analisados e os posicionamentos que adotaram, como reação ao ciclo de acontecimentos de 1989/1991. A confirmação das hipóteses de trabalho poderá, e deverá, segundo a nossa interpretação prévia, não ser idêntica em todos os partidos analisados, permitindo-nos posteriormente compará-las entre si.

**H1- A informação pública partidária é construída de forma a suscitar interpretações por parte dos recetores. Essas interpretações são agrupadas através de um forte enquadramento histórico e ideológico e uma crítica ao capitalismo.**

H1a- Os partidos comunistas procedem a um enquadramento histórico e ideológico na divulgação de informações sobre os acontecimentos que marcam o derrube dos governos ditos socialistas na Europa;

H1b- À medida que se vão desenrolando os acontecimentos, estes partidos emitem caracterizações depreciativas do capitalismo na sua divulgação das informações;

**H2- Os enquadramentos dados na informação pública partidária, relacionados com o ciclo de acontecimentos de 1989/1991, refletem o posicionamento estratégico da maioria dos dirigentes partidários, servindo de justificação interna e externa para mudanças identitárias.**

H2a – Os partidos cuja opção política, durante aquele período, passa pela manutenção da identidade comunista, interpretam o “socialismo real” como tendo um impacto histórico negativo na luta pelo socialismo;

H2b- Os partidos cuja opção política passa por uma revisão identitária utilizam, junto dos militantes e dos eleitores em geral, o desenrolar dos acontecimentos como forte justificação para essa mudança de identidade política.

**H3- Um dos principais posicionamentos partidários, manifestado através de enquadramentos claros na informação pública, é o de salientar o seu repúdio face aos desvios ocorridos no “socialismo real”**

H3a – O enquadramento dado pelos partidos que estudamos, através da imprensa partidária, até ao golpe de Estado na URSS, em agosto de 1991, é o de que se vive uma renovação do socialismo no Leste e nunca uma destruição.

Através do estudo destas hipóteses, desenvolveremos teses respeitantes à reação pública dos partidos comunistas em análise ao ciclo de acontecimentos de 1989/1991, que constituem pontos de partida para a estratégia de comparação a que nos propomos e que permitem, também, avaliar o seu posicionamento dentro das sociedades onde atuam.

## **3.2. - Corpus de análise: constituição e seleção**

**3.2.1. Constituição do corpus de análise e recolha de informação: espetro temporal, centros arquivísticos e acervo**

### **Recolha de informação: espetro temporal**

O espetro temporal escolhido para a recolha de informação está diretamente relacionado com a evolução dos acontecimentos na Europa de Leste, nos anos de 1989, 1990 e 1991.

### **Método 1: recolha baseada na amplitude temporal**

Uma primeira perspetiva baliza a recolha de informação de um ponto de vista temporal. Partimos para a recolha de notícias baseados na amplitude do espetro temporal e não nos

acontecimentos. Ou seja, sabendo que a totalidade dos acontecimentos em análise se desenrolou nos anos de 1989, 1990 e 1991, foi produzida uma baliza temporal cronológica que inclui estes três anos, com um mês de recuo, para 1988, e de avanço, para 1992. Esta opção permite entrar em contacto com a totalidade da informação pública veiculada pelos jornais partidários durante este período e relativa a esta matéria. Esta primeira perspetiva não condiciona a recolha de informação a acontecimentos específicos mas, antes, parte para essa recolha disposta a selecionar todas as notícias referentes à matéria em análise.

Este período temporal serve-nos como uma plataforma mais lata, onde iremos, em seguida, encontrar períodos de tempo mais específicos, onde a recolha de informação se centra especificamente em acontecimentos e é feita de forma mais objetiva.

### **Método 2: recolha baseada no tempo dos acontecimentos**

A segunda perspetiva de abordagem temporal ao acervo de informação contempla os acontecimentos históricos em si. Foram escolhidos acontecimentos considerados chave para a análise em curso e o material foi profundamente analisado durante esses períodos escolhidos, procurando especificamente notícias sobre os acontecimentos descritos. Nesta segunda abordagem ao material para análise, procurámos já datas específicas e acontecimentos específicos, recolhendo os textos publicados na sua totalidade.

Os acontecimentos históricos escolhidos dentro desta abordagem ao material foram: a abertura da fronteira austro-húngara (maio de 1989), a vitória do Solidariedade na Polónia (junho de 1989), a eleição do primeiro chefe de governo não-comunista da Polónia desde 1945 (agosto de 1989), o crescimento do fluxo de migrantes da RDA (a partir de setembro de 1989), os episódios conducentes à Queda do Muro de Berlim (outubro e novembro de 1989), a *Revolução de Veludo* na Checoslováquia (novembro de 1989), os episódios referentes à deposição do governo romeno (dezembro de 1989), as alterações constitucionais na URSS e estatutárias no PCUS (ao longo de 1990), as eleições na Polónia, Checoslováquia, Bulgária, Hungria e RDA (maio e junho de 1990), os episódios conducentes à reunificação alemã (particularmente, em outubro de 1990), as eleições presidenciais polacas (novembro de 1990), a deposição do novo governo búlgaro (dezembro de 1990), o referendo na URSS (março de 1991) e o golpe de Estado na URSS (agosto de 1991).

Em relação a cada acontecimento histórico foi fixada uma data específica, baseada na data em que os factos se tornaram públicos, e seleccionados dez dias antes e depois dessa data para a recolha de informação.

Estes dois métodos de análise foram aplicados em simultâneo durante a recolha de informação e complementam-se, na medida em que, no final, foi possível recolher a totalidade de notícias publicadas sobre os temas em estudo, com um especial foco nas datas referentes aos acontecimentos. A vantagem da contraposição de metodologias de recolha de informação baseadas não apenas na amplitude temporal, mas também nos acontecimentos em si, é a de poder, à partida, equacionar uma hipótese lógica: partiremos do pressuposto de que a publicação de notícias referentes à temática em análise será mais concentrada durante o período em que o acontecimento histórico se dá. Porém, dá-nos a possibilidade de verificar se um determinado assunto relevante à data de um determinado acontecimento é também abordado pelo jornal antes ou depois, proporcionando uma conclusão quanto à relevância do tema para o partido.

### **3.2.2. - Centros arquivísticos consultados**

Os documentos para análise foram consultados em cinco localizações, onde se encontram depositados os arquivos referentes à imprensa destes partidos. À exceção do jornal *L'Unità*, cujo acervo está inteiramente disponível na *Internet*, nenhuma das outras publicações está disponível *online* para o período em estudo. Em vez de nos colocar um obstáculo à investigação, o facto de termos de nos deslocarmos a cinco cidades europeias diferentes no âmbito da recolha de informação, salvo os óbvios constrangimentos orçamentais e temporais colocados, representou a oportunidade para entrar em contacto com outro tipo de material, seja bibliográfico, sejam fontes primárias colocadas à disposição, como notas pessoais sobre os congressos ou agendas pessoais que, embora não contempladas na nossa análise, nos permitiram estabelecer um pequeno acervo de fontes privadas. E, claro, a possibilidade de organizar uma rede de contactos e de promover a análise junto das próprias instituições em estudo.

No caso português, a recolha de informação foi levada a cabo na sede do PCP em Lisboa em dezembro de 2011, a fim de consultar as edições referentes ao *Avante!*. Posteriormente foi ainda consultado material referente ao jornal do PCP na Biblioteca Municipal do Porto, que dispõe também de edições do *Avante!* para consulta externa. Em relação ao caso catalão, a informação foi recolhida na sede da coligação ICV, em Barcelona, em janeiro de 2012 e, posteriormente, no âmbito do período de investigação na Universidade Autónoma de Barcelona, entre fevereiro e julho de 2016, onde nos foi disponibilizado um espaço para análise das publicações *Treball*. No que se refere às publicações *Mundo Obrero*, a consulta foi realizada em Madrid em julho de 2012 no Arquivo Histórico do PCE. A recolha do material referente às fontes italianas foi realizada de duas formas: no que diz respeito a documentos de cariz político não acessíveis *online*, a análise do material ocorreu na Fundação Instituto Gramsci, em Roma, em fevereiro de 2013. Quanto à recolha de material do jornal *L'Unità*, foi feita *online*, no decorrer do mês de março e abril de 2013. Por fim, a consulta do jornal *L'Humanité* foi realizada na sede do jornal, em Saint-Denis, arredores de Paris, em junho de 2013.

Por se tratar de material presente em seis cidades europeias diferentes, a recolha estendeu-se no tempo além do previsto. A uma primeira fase de contactos para averiguação da localização dos arquivos da imprensa dos cinco partidos, seguiu-se uma nova fase de contactos para conjugar disponibilidades, a marcação das deslocações e, por fim, a recolha de informação *in loco*.

Optámos pela deslocação aos arquivos dos partidos, por oposição à recolha de informação em bibliotecas nacionais, pela possibilidade que nos deu de, por um lado, entrar em contacto com outro tipo de fontes que não está, pelo menos na sua totalidade, publicada na imprensa partidária (como atas de congressos, resoluções dos vários comités centrais, entre outro tipo de documentos) e, por outro lado, organizar uma rede de contactos pessoais.

Salientamos que o material recolhido nestas viagens, através de registo fotográfico ou, quando era o caso, copiado em ficheiros PDF, constitui um acervo original de cerca de 4150 documentos referentes à reação pública dos partidos comunistas do Sul da Europa aos acontecimentos que marcaram a deposição dos governos do “socialismo real”, entre 1989 e



1991. Este acervo não existia de forma organizada e em suporte digital, passando, agora, a constituir uma importante fonte de documentação sobre o assunto.

Cada fotografia, correspondente a uma página e, por isso, contendo por vezes mais do que um texto foi, posteriormente, trabalhada graficamente, de forma a melhorar a sua definição, catalogada segundo órgão de informação e data de publicação e armazenada em formato digital.

### **3.2.3.. – Acervo**

Em relação ao *Avante!*, durante os anos em estudo, tem uma tiragem semanal. São analisadas notícias retiradas de um total de 158 edições, compreendidas entre os dias 5 de janeiro de 1989 e 16 de janeiro de 1992, totalizando 477 notícias.

Foram recolhidas sobretudo notícias das secções *Editorial*, *Internacional*, *Em Foco* e *Semana*, espaços onde encontrámos maioritariamente os artigos relacionados com o nosso objeto de estudo. Foram também contemplados suplementos incluídos no próprio jornal, referentes à publicitação de tomadas de posição do PCP, resoluções de congressos, notas do comité central ou comunicados à imprensa e que nos permitem a análise do discurso político neles contido.

Quanto ao *Mundo Obrero*, o jornal editado pelo PCE, que tem também uma tiragem semanal durante a maior parte do período em estudo, são analisadas 123 edições. Estas compreendem as 119 edições semanais do jornal entre 11 de janeiro de 1989 e 24 de julho de 1991 e os quatro únicos números que se publicaram entre setembro e dezembro de 1991, quando o jornal do PCE passa a ter uma tiragem mensal. No total, foram recolhidas 363 notícias.

As principais secções de recolha de informação são a *Editorial* e a *Internacional*, havendo também notícias relevantes recolhidas nas secções *Nacional* e *Al Cierre*. São também estudados determinados dossiês especiais publicados no *Mundo Obrero* durante este período, nomeadamente os que se referem às mudanças nos governos da Europa de Leste e às mudanças estatutárias no PCE e na coligação à qual pertence, a IU.

Quanto ao *Treball*, que, à altura, é já o jornal da coligação ICV, onde se inclui o PSUC, tem, durante a maior parte do período em análise, uma tiragem quinzenal. Foram analisados 55 exemplares, correspondentes às edições publicadas entre fevereiro de 1989 e abril de 1991. Após esta data, a edição do jornal seria retomada apenas em setembro desse ano, quando passa a chamar-se *Iniciativa i Treball*. Com este novo nome<sup>468</sup>, serão analisadas quatro edições mensais entre setembro e dezembro de 1991. No total, foram recolhidas 165 notícias, sobretudo das secções *Editorial*, *Internacional* e *Política*, assim como foram contemplados para análise dossiês sobre o congresso do PCI, do PCE e reuniões do PCUS.

No que diz respeito a *L'Humanité*, o jornal que ainda, neste período, é identificado como o jornal do PCF, são analisadas notícias de 382 edições diárias, entre 9 de março de 1989 e 31 de dezembro de 1991, totalizando 1088 artigos. As duas principais secções de recolha de notícias são *Le monde* e *L'évènement*, havendo também dossiês importantes, como os que são organizado à altura da visita de Gorbachov a Paris, declarações do *bureau* político do partido ou resoluções provenientes de congressos e reuniões partidárias.

Em relação a *L'Unità*, foram analisadas 425 edições diárias entre 22 de abril de 1989 e 31 de dezembro de 1991, dando origem a uma recolha de 2080 notícias e documentos internos do partido. As principais secções de recolha de informação foram *Nel mondo*, *Editoriale* e a capa, onde o jornal desenvolvia já nesta altura algumas das principais notícias. Alguns dossiês, relativos à visita de Gorbachov a Roma, à crise na Roménia e, particularmente, relativos aos XVIII, XIX e XX congressos do PCI, foram também contemplados na nossa recolha.

#### **3.2.4. Critérios de relevância e seleção de fontes**

Perante a existência de um acervo constituído por cerca de 4150 textos provenientes da imprensa partidária, a par de documentos políticos de grande extensão, provenientes de reuniões partidárias, a seleção de fontes tornou-se obrigatória para a exequibilidade da tarefa a que nos propusemos. Poderíamos ter optado, perante o extenso volume de material, por uma abordagem baseada numa amostra selecionada aleatoriamente ou com base no estreitamento

---

<sup>468</sup> *Iniciativa i Treball* é o nome da publicação entre setembro de 1991 e 2000. Neste ano, o nome do jornal é novamente substituído pela sua antiga designação, *Treball*. (<http://www.iniciativa.cat/icv/news/7767> [19/12/2012])

das datas de análise. Este método, porém, colocaria graves problemas, uma vez que não saberíamos se algum texto de relevo para a análise teria ficado de fora do nosso estudo. Alguns textos, cuja temática nos interessa e relativos a um determinado acontecimento, são publicados em períodos bastante afastados do acontecimento propriamente dito, pelo que a opção de uma amostra aleatória foi excluída. Optámos por uma seleção baseada em critérios de relevância. Trata-se de um método consideravelmente mais trabalhoso do que aquele baseado numa amostragem aleatória, uma vez que temos de entrar em contacto com os mais de quatro mil textos recolhidos de uma forma mais profunda, mas através do qual a validade das nossas conclusões não fica comprometida. E, dentro das fontes recolhidas, foi ainda trabalhado um guião, de forma a focalizar a análise em secções específicas da publicação, em partes do texto e na busca de palavras-chave em cada texto.

Estabelecemos duas escalas de relevância para a escolha das fontes. A primeira diz respeito à presença, na informação pública veiculada pelos partidos, de textos que abordam os acontecimentos históricos de 1989/199, que conduziram à queda dos governos dos países da Europa de Leste.

Assim, para a primeira escala de relevância foram estabelecidos cinco níveis. O nível mais alto (5) foi atribuído a notícias relacionadas diretamente com o relato, a discussão ou a reflexão sobre acontecimentos, como manifestações, tomadas de posição dos principais líderes partidários, greves ou outros momentos que conduziram às mudanças de governo em todos os países da Europa de Leste; às que falam sobre a reunificação da Alemanha; às que abordam temas relacionados com a *perestroika*; às que se focam nas questões relacionadas com a independência das repúblicas soviéticas; sobre o golpe de Estado de agosto de 1991 na URSS e sobre o referendo realizado em março de 1991 sobre a continuidade da URSS, assim como os processos políticos que levaram à sua dissolução. Neste nível de relevância foram, particularmente, selecionados textos que incluem não apenas a informação sobre os acontecimentos mas também uma reflexão do partido sobre os mesmos.

O segundo nível de relevância (4) foi atribuído às notícias sobre deslocções de representantes dos partidos em estudo aos países de Leste durante este período e vice-versa; sobre resultados de eleições que ocorreram nos países de Leste, anteriores ou posteriores às mudanças de governo e a acontecimentos da vida partidária dos partidos comunistas do Leste

européu, como, por exemplo, cimeiras internacionais ou congressos partidários. Trata-se, então, de um nível de relevância que analisa acontecimentos produzidos, sejam eles visitas, reuniões ou, por outro lado, eleições e a descrição sobre o seu decurso.

O nível de relevância (3) foi atribuído a notícias relacionadas com reflexões sobre a ideologia comunista, o socialismo, o marxismo, ou sobre a história e o percurso dos partidos comunistas do Leste europeu.

A segunda escala de relevância diz respeito aos textos que abordam mudanças internas na identidade dos partidos em estudo. Foram selecionados três níveis de relevância sendo que o mais alto, (5), diz respeito a notícias sobre alterações estatutárias de fundo e os processos conducentes; a mudança de nome do partido; inclusão em coligações políticas que não sejam apenas de âmbito eleitoral e também notícias relacionadas com os outros partidos comunistas sul-europeus em estudo que não aquele que edita o jornal. Neste critério de relevância foi prestada uma especial atenção a notícias que falem sobre ideias de *renovação*, *reformismo*, ou *extinção* associadas aos partidos políticos em estudo.

O ponto seguinte (4) relaciona-se com textos provenientes de resoluções de congressos e reuniões partidárias, presentes em larga escala e reproduzidos, quase sempre, na íntegra nas páginas das publicações estudadas, quando neles se fazem referência às questões em estudo, o que acontece maioritariamente no caso das reuniões decorrentes nos anos de 1989/1991.

Por fim, foram agrupados num critério de relevância mínimo (1), notícias referentes a resultados eleitorais nacionais ou outros temas que não se encaixem nos dois critérios anteriores.

Após realizado este estudo de relevância do acervo documental, a informação relevante ficou claramente reduzida. No entanto, não ao ponto de tornar possível uma análise exaustiva de conteúdo, da forma como a propomos e com o objetivo de encontrar molduras e tendências comuns a cada partido, no que se refere ao seu posicionamento perante as questões em estudo.

Para a análise de conteúdo, uma adaptação da *Teoria do Framing*, previamente explicada e adaptada à análise de publicações de caráter partidário, foi aplicada a textos específicos, considerados essenciais para a determinação do posicionamento dos partidos face aos acontecimentos em estudo, retirados de entre os textos aos quais foi atribuído um nível máximo de relevância. Foram estudados, no quadro da análise de enquadramentos proposto

por Entman, os textos mais relevantes sobre cada acontecimento, escolhidos a partir do seu destaque, da sua atualidade, do seu posicionamento na publicação, da menção a personalidades de relevo relacionadas com os acontecimentos e à sugestão de uma tomada de posição por parte do partido capaz de nos indicar uma tendência relativa à interpretação e ao posicionamento do partido perante as questões em análise.

Além dos textos da imprensa partidária, entrámos em contacto com outros tipos de informação veiculada pelos partidos em estudo, como atas de reuniões, informações públicas ou notas de imprensa. Particularmente, textos políticos resultantes de reuniões partidárias com relevo dentro do quadro de assuntos em estudo e que constituem fontes essenciais e prioritárias, mais do que as notícias propriamente ditas, para o esclarecimento das nossas hipóteses de trabalho.

Estes não são submetidos a uma análise qualitativa, tendo antes sido tratados como literatura de apoio, recorrendo a eles na justificação de conclusões e, largamente, quando abordamos o posicionamento dos partidos em estudo face ao ciclo de acontecimentos em questão. A análise do discurso político neles presente não é menorizada. Pelo contrário, é feita com valor de suporte às conclusões a que chegamos através dos textos de imprensa, como confirmação final que tornará mais sólida a definição dos posicionamentos que concluímos.

A atribuição de um critério de seleção baseado na relevância dos textos recolhidos não torna obsoletos aqueles que não serão analisados no âmbito da definição de enquadramentos, na medida em que, trabalhando com uma metodologia flexível em termos disciplinares mas rígida no que diz respeito à operacionalização de conceitos dentro dessas disciplinas, poderemos, sempre que considerarmos oportuno, recorrer a fontes às quais atribuímos um nível de relevância inferior. Por outro lado, com esta investigação e com esta recolha de documentação constitui-se um arquivo documental de raiz muito relevante, passível de ser trabalhado noutras investigações, noutros estudos comparativos onde, por exemplo, o objeto em discussão seja a comparação entre os textos partidários e textos da imprensa generalista.

### **3.3. – Operacionalização de conceitos**

#### **3.3.1. - Grelha de identificação prévia do acervo e seriação de notícias**

Todo o material recolhido foi alvo de uma seriação, através da análise de todos os textos, patente numa grelha de identificação geral, que constituiu uma ferramenta de trabalho prévio, donde foram extraídos os textos cuja relevância levará a um estudo mais profundo.

##### **3.3.1.2 - Grelha de identificação prévia (Anexo 1)**

A grelha de identificação das notícias foi dividida em dez setores, aplicados a cada uma das publicações consultadas. Esses setores foram divididos em áreas, preenchidas com a informação de cada texto.

Foi atribuído um código a cada texto, identificada a publicação donde a notícia provém e o partido que a edita. Dependendo do tipo de publicação, foi identificado o número, o ano de edição e/ou a série a que pertencem, assim como, dependendo da frequência de edição, o ano civil, o mês, a semana, a quinzena e/ou o dia em que o texto foi publicado, tal como a secção dentro da publicação e a respetiva página. Para cada texto, foi escrito, também, o seu título num campo específico e, noutros dois campos à parte, dois assuntos abordados, por ordem de importância e através de palavras-chave presentes no próprio texto. Por fim, foram atribuídos dois critérios de relevância dentro das duas escalas propostas e explicadas no ponto anterior.

A grelha de identificação de textos resultou, assim, num extenso documento, com mais de 4000 documentos analisados através daqueles campos, com os quais é possível trabalhar do ponto de vista estatístico mas, também, sobre os quais é possível aplicar critérios de seleção tendo em conta a relevância mas também, por exemplo, o assunto, palavras-chave, secções de publicação ou a data.

##### **3.3.1.3. - Seriação de texto para análise qualitativa**

Ao identificarmos cada documento, tomamos consciência, também, da sua dimensão. E da impossibilidade prática de prestarmos a mesma atenção a todos os elementos constituintes de cada texto. Algo que fortaleceu a nossa convicção de que seria necessário proceder também a uma segunda seleção, já tendo em conta os textos que serão analisados segundo o nosso mapa de enquadramentos. Esta segunda seleção diz respeito à definição do género de texto, da secção do jornal e da parte do texto sobre as quais incidiria a nossa análise de enquadramentos.

Assim, no que respeita ao género de texto, no âmbito da metodologia que aplicamos, optámos por contemplar notícias, editoriais e entrevistas para a análise de conteúdo. No que se refere à secção do jornal, a nomenclatura varia entre as publicações, mas, tendo em conta o tema da nossa análise, partimos do pressuposto de que encontraríamos as notícias mais relevantes nas áreas de Editorial e Internacional. Prestámos especial atenção à existência de dossiês temáticos que pudessem estar fora dessas áreas e a outras secções, como a de Política, particularmente no que diz respeito aos temas relacionados com os reposicionamentos dos partidos estudados dentro do quadro político nacional.

Em relação às partes do texto em análise, focamos primeiramente a nossa atenção nos títulos, subtítulos e/ou antetítulos, quando presentes, no primeiro parágrafo, revelador do *lead* da notícia, a parte que fornece ao recetor a informação básica sobre o texto. Não obstante, são também analisados, particularmente para a definição dos elementos narrativos do texto, os outros parágrafos da notícia. No caso das entrevistas, será prestada atenção às perguntas e respostas que incidam sobre os temas em análise.

No que diz respeito às imagens de suporte, não entrarão na análise de conteúdo, tal como as suas legendas, a não ser que sejam extremamente relevantes para a definição de um posicionamento claro.

Quanto a fatores de exclusão, retirámos automaticamente da nossa análise as chamadas “cartas do leitor”, ainda que referentes aos temas estudados assim como artigos publicados a partir de outro jornal. A exclusão destes textos justifica-se pelo facto de não ser possível extrair do seu conteúdo uma posição referente ao partido, uma vez que não são produzidos pela equipa redatorial da publicação.

A nível temático, decidimos excluir da nossa análise as notícias referentes a eleições de âmbito nacional, exceto quando forem abordados temas relacionados com a mudança identitária do partido. Excluimos também notícias sobre outros países fora do ciclo de acontecimentos que estudamos. Ou seja, mencionaremos a presença de informação sobre outros países caso seja relevante ou enquadre uma notícia relevante sobre um dos países que contemplamos na nossa análise. Por fim, excluimos os artigos referentes às mudanças de governo na Jugoslávia e na Albânia, por uma questão metodológica e histórica, previamente explicada na introdução e na contextualização histórica deste trabalho.

### **3.3.2. - Quadro de análise de enquadramentos (Anexo 2)**

A cada texto selecionado, foram, assim, aplicados critérios de relevância e seriação previamente expostos. Proporemos, depois, a fragmentação dos marcos interpretativos nos textos. Começamos com a definição de um problema subjacente ao tema da notícia, a identificação da interpretação causal sobre o problema, a presença de uma avaliação negativa ou positiva no tom da notícia e, sempre que possível, a identificação da solução encontrada para o desfecho do problema.

Posteriormente, partiremos para a análise dos elementos narrativos do texto da notícia. Aqui, faremos um estudo textual baseado em três critérios distintos, que nos permita sustentar o enquadramento que iremos propor para cada assunto tratado. Em primeiro lugar, serão identificados, a nível estilístico e simbólico, metáforas, adjetivação, conceitos ideológicos e culturais, palavras-chave, esquemas figurativos e exemplos históricos que possam estar presentes na notícia. Em segundo lugar, a nível estrutural, teremos em consideração citações, descrições, grafismos, fotografias e legendas associadas à notícia. Por fim, tentaremos perceber a presença do partido na notícia, verificando a presença de representantes partidários, a inclusão do tema na agenda do partido e o contributo do tema para o reforço de estruturas e para a normalização.

Finalmente, após realizada a análise dos marcos interpretativos e dos elementos narrativos, proporemos um enquadramento, definindo-o através de três ideias centrais. Enquanto a grelha de identificação dos textos selecionados permite tratá-los de forma



quantitativa, a análise de enquadramentos servirá à nossa análise qualitativa. O quadro de análise de enquadramentos será organizado de acordo com o exposto no Anexo 2.

Pela própria natureza dos textos analisados, e por querermos realizar uma análise textual tão maleável quanto possível e não adstrita a um esquema rígido, o quadro de análise de enquadramentos não é aplicado de forma inflexível a cada texto, pelo que o primordial é sempre ter em conta a informação nele presente e a forma como está organizada.

### **3.4. - A reação pública dos partidos comunistas sul europeus aos acontecimentos de 1989/1991 na Europa centro-oriental**

#### **3.4.1. - Análise de conteúdo dos textos da imprensa partidária dos partidos estudados sobre as mudanças na Europa centro-oriental**

Partiremos agora para a análise de conteúdo que nos permitirá organizar um quadro das interpretações oficiais dadas pelos partidos comunistas que estudamos ao ciclo de acontecimentos históricos de 1989/1991. Este estudo tem como objetivo a observação de molduras interpretativas, na informação pública dos partidos, que demonstrem um posicionamento específico sobre as questões estudadas e, também, a análise de estratégias de comunicação partidária relativas a acontecimentos históricos, através de um estudo de conteúdo do material produzido pelos partidos, seja através da sua imprensa oficial, seja através de documentos oficiais, publicados no seguimento de congressos e reuniões partidárias.

Fá-lo-emos distinguindo acontecimentos dentro de cada caso nacional e estudando os textos partidários publicados por cada jornal no âmbito desse acontecimento. A análise de conteúdo é realizada para cada texto específico para depois, num momento de conclusões, traçarmos um quadro comparativo das observações a que chegamos. Será na análise qualitativa do conteúdo das fontes recolhidas que poderemos inferir o posicionamento dos partidos perante os temas em estudo, prestando especial atenção à análise de discurso político, que nos permitirá estabelecer as estratégias políticas dos cinco partidos em estudo face aos acontecimentos históricos de 1989/1991. Finalmente, a organização de um quadro

comparativo de tendências e das estratégias dos vários partidos. Nesta fase, também, baseados em todo o trabalho prévio, proporemos, então, interpretações sobre as reações dos partidos aos acontecimentos estudados.

Trata-se de uma análise de conteúdo de fontes previamente determinadas face à sua relevância. Essa análise de conteúdo é claramente temática, mas também uma análise de conteúdo formal, relacionada com o encadeamento do discurso, e estrutural, procurando perceber como os elementos textuais estão dispostos de forma a apresentar aspetos subjacentes e implícitos nas mensagens. Serão utilizadas, para tal, citações diretas das fontes primárias.

Partindo do princípio claro de que existe um nível de enquadramento prévio na imprensa partidária, o objetivo central deste capítulo é o de confirmar hipóteses credíveis para encontrar diferenças significativas entre o discurso dos principais órgãos de comunicação dos partidos comunistas da Europa sul-ocidental, partindo do princípio que as houve, que são evidentes e que estas estiveram na base de posicionamentos políticos distintos perante o mesmo acontecimento ou processo histórico.

Por fim, perguntamo-nos sobre a existência, ou não, de uma família comunista sul-europeia nesta altura. Importa-nos perceber até que ponto houve uma aproximação entre estes cinco partidos para tomadas de posição comuns no âmbito dos acontecimentos que estudamos e também que interpretações se aproximaram mais e se estas estão diretamente relacionadas com estratégias seguidas posteriormente por estes cinco partidos. Será, em todo o caso, objetivo central perceber se existe, nesta altura, alguma família comunista meridional na Europa, seja a um nível formal, no que se refere a encontros e adoção de resoluções comuns, seja a um nível mais estratégico, na procura de uma interpretação comum de um determinado ciclo histórico.

A metodologia seguida nesta área do estudo é, como previamente explicada, a de estabelecer uma análise de conteúdo inspirada numa proposta de adaptação da *Teoria do Framing* à imprensa partidária, mas que permita a abordagem do conteúdo de uma forma pouco restritiva em termos de manuseamento do discurso. Para tal, recorreremos a um esquema de análise próprio, baseado em várias contribuições metodológicas, que nos permite descodificar o conteúdo presente em textos selecionados, de forma a contemplar uma análise

temática, formal e estrutural das fontes. Nesta área, as fontes são constituídas exclusivamente por textos recolhidos nas principais publicações dos cinco partidos políticos em análise.

A seleção dos textos a que aplicaremos esse esquema de análise já foi explicada, tendo sido feita através de critérios relacionados com a relevância dos textos e, também, o seu posicionamento cronológico em relação aos fenómenos históricos que estudamos. Não obstante, essa análise de relevância resultou, ainda assim, num conjunto muito extenso de textos, conforme explicado no seguinte quadro:

Quadro 1

<b>Jornal</b>	<b>Número de textos relevância 5</b>	<b>Percentagem entre os textos recolhidos sobre a temática em análise em cada jornal</b>
<i>Avante!</i>	311	65,2%
<i>Mundo Obrero</i>	187	51,5%
<i>Treball</i>	56	33,9%
<i>L'Humanité</i>	450	41,4%
<i>L'Unità</i>	550	26,4%
	1662	

Recordemos, então, o que define o nível máximo de relevância dos textos recolhidos: aqueles que dizem respeito ao relato e discussão dos acontecimentos que conduzem às mudanças de governo em todos países da Europa centro-oriental (à exceção da Jugoslávia e Albânia), onde essas mudanças ocorreram; os que discutem o processo de união entre a RFA e a RDA; os que refletem temas relacionados com a visão do partido perante a política da *Perestroika*; as que se debruçam sobre as questões dos nacionalismos na URSS, que discutem o golpe de Estado de agosto de 1991 naquele país e que encetam uma reflexão sobre os processos que levaram à sua dissolução. Foram, assim, privilegiados textos de reflexão sobre os acontecimentos e processos históricos mais marcantes dos anos de 1989, 1990 e 1991.

Ainda assim, mesmo depois de aplicados critérios de seleção rigorosos aos textos recolhidos, a seleção resultou em mais de 1600 textos com relevância máxima, distribuídos pelas principais publicações dos partidos comunistas analisados. Optámos, então, por organizar este estudo de conteúdo baseado na intersecção dos acontecimentos históricos

analisados e a prevalência de textos relevantes. Desta forma, conseguimos, perante todo o acervo de informação recolhida, selecionar aqueles textos cuja relevância, estudada através de determinados critérios, nos parece inequívoca, e que simultaneamente se destacam nas publicações por se realizarem na proximidade dos acontecimentos. Também, privilegiámos os textos que referem personalidades de proa no desenvolvimento das mudanças no Leste e centro europeu e os que supõem à partida um determinado posicionamento ou interpretação por parte do partido.

O estudo de conteúdo dos textos provenientes da imprensa partidária é o resultado, então, de uma seleção baseada em critérios temáticos, estruturais e cronológicos, com vista à descodificação de aspetos subjacentes e implícitos na linguagem que nos permitem inferir interpretações e posicionamentos relevantes perante um determinado acontecimento ou processo, que serão depois confrontadas com opções políticas do próprio partido.

#### **3.4.1.1. - Mudanças na Polónia: da esperança na Mesa Redonda (fevereiro de 1989) à comparação de Walesa a Mussolini (abril de 1991)**

O processo de mudança de regime na Polónia começa com uma tentativa de reestruturação do Partido Operário Unificado Polaco (PZRP), o partido comunista polaco, à frente do governo do país desde 1948, a que se segue uma Mesa Redonda entre o partido e a oposição política e sindical, onde participa já Lech Walesa, encarado como líder da oposição polaca, em representação do sindicato Solidariedade, entretanto legalizado pelo governo e que alcança a vitória nas eleições parlamentares de junho desse ano. Segue-se uma discussão acesa pela representatividade do PZRP no novo Parlamento polaco, que, não obstante a quota obrigatória de 65% de deputados na câmara baixa, acordada no seguimento das conversações da Mesa Redonda, passa a contar com apenas 173 deputados no *Sejm*, a câmara baixa, perdendo a maioria absoluta, e está totalmente ausente do Senado, o que leva à efetiva perda de controlo na nomeação do governo. O partido, já sem Jaruzelski como secretário-geral, realiza um congresso extraordinário em fevereiro de 1990, onde vence a facção defensora de uma transformação radical rumo à social-democracia. As eleições presidenciais de novembro desse ano, onde Walesa sai vencedor mas onde Timinsky, um emigrante polaco radicado no

Canadá, alcança uma importante votação, são o ponto final no processo de transformação da sociedade polaca de um sistema socialista para um sistema capitalista, onde o auxílio do FMI e a iniciativa privada se sobrepõem, de forma conclusiva, à tentativa de reforma do socialismo.

São muitos mais os contornos políticos e sociais que envolvem o processo de transformação na Polónia, ao longo de 1989, 1990 e 1991, e sobre todos eles versam várias publicações dos principais órgãos dos partidos comunistas do Ocidente europeu que estudámos e que analisámos, ao nível do seu conteúdo, para encontrar as principais interpretações que foram sendo dadas por estes partidos à medida que os acontecimentos tinham lugar e à medida a que se assistia a uma desilusão perante os esforços iniciais por uma manutenção do rumo socialista do país, ao reconhecimento dos erros por parte do PZRP e, por fim, ao total abandono do socialismo em nome da construção de uma sociedade capitalista.

Analisámos quatro desses momentos chave e o posicionamento público dos partidos comunistas sul-europeus: o espaço prévio entre a Mesa Redonda de fevereiro de 1989 as eleições parlamentares de junho de 1989; as eleições propriamente ditas, compreendendo o período da campanha e as conversações até à formação de um governo na Polónia; o congresso que marcou o desaparecimento do PZRP, em fevereiro de 1990 e as eleições presidenciais de novembro de 1990.

Procurámos, também, por elementos essenciais na comunicação partidária: o posicionamento face ao Solidariedade e à figura de Walesa, considerações sobre os planos de ajuda económicos à Polónia por parte do Ocidente, o apoio, ou não, à transformação do PZRP e, por fim, considerações finais relevantes sobre o processo de mudança na Polónia.

### **Da Mesa Redonda ao período eleitoral**

Logo no final de janeiro de 1989, num artigo intitulado “Um importante passo no caminho da renovação polaca”<sup>469</sup>, o PCP debruçou-se sobre o plenário do Comité Central do PZRP, referindo que este serviu para uma “profunda reforma no partido”, que conduziria a uma “nova fase de desenvolvimento social na Polónia”, baseada numa maior abertura a nível político e económico, materializada num “maior pluralismo partidário e sindical” e numa

---

<sup>469</sup> Avante!, 26/01/1989, p.12

economia socialista em que o papel do mercado seria “valorizado”. O partido referia, como conclusão desse encontro, que seria o “patriotismo [a] base de coexistência” com a oposição, deixando clara a opinião favorável à legalização do sindicato Solidariedade. Entre outras medidas, como a abertura à participação de capital estrangeiro na recuperação da economia polaca, a aceitação da banca privada, a redução de despesas militares e a democratização da forma de eleição política, o PCP frisou o facto de o PZRP se comprometer a “refletir a diversidade de opiniões” na formação do governo saído das eleições parlamentares que se avizinhavam, através da criação de um conselho de entendimento nacional, tido como um “importante passo no caminho da renovação política.”

Neste texto, de autoria do PCP, é clara a definição de um problema, que passa pela necessidade de alterações no funcionamento interno do PZRP e na democratização da vida política, social e económica na Polónia. O partido português interpretou este plenário do partido polaco como um sinal claro de transformação, patente na própria legenda da imagem escolhida para o ilustrar: “Nas ruas de Varsóvia, a animação quotidiana num país em transformação.” Trata-se de um texto explicativo, sobre as decisões resultantes de um plenário de um partido político, mas nem por isso a interpretação por parte do PCP deixa de estar presente: palavras como “reformismo”, “transformação”, “renovação”, “nova fase”, “entendimento nacional”, “patriotismo”, foram associadas às decisões emanadas desse encontro, deixando claro um apoio do partido português, através da utilização de termos como “democratização”, “respeito pela diversidade de opiniões” ou “importante passo” ao rumo proposto pelo PZRP. Mais do que isso, o texto subentende que era percebida, antes, por parte do PCP, uma necessidade de transformação do partido polaco, que seria alcançada pelos acordos então levados a cabo, com os quais o PCP concordava. Em relação a este plenário do PZRP, existia, então, uma clara interpretação por parte do PCP, de que contribuiu para a transformação do partido polaco, algo que seria visto pelos comunistas portugueses como uma necessidade para fazer frente, sobretudo, às transformações sociais e à crise económica na Polónia. Não foram abordadas, no entanto, de forma extensa, as condicionantes que deram origem a estas transformações no partido, nomeadamente as greves e as manifestações de maio e agosto de 1988 na Polónia e o crescimento exponencial do Solidariedade junto das massas trabalhadoras.

O tema do patriotismo enquanto ideal unificador da diversidade de opiniões é caro ao PCP, que não deixou de frisar que, não obstante as propostas de transformação no PZRP, os “fundamentos do socialismo” não deixavam de estar em causa, tal como a “oposição à desestabilização.” Uma frase, proferida por Jaruzelski e citada no artigo, traduz a interpretação do partido português: “as reformas (...) não se destinam a introduzir elementos do capitalismo. Pelo contrário «desejamos simplesmente afastar o que está ultrapassado e nos impede de avançar»”, deixando clara a ideia de renovação do partido no sentido do reconhecimento das suas fragilidades e na continuidade da construção do socialismo na Polónia. Não existiu, assim, um tom crítico por parte do PCP a esta procura de mudança. Pelo contrário, o partido português reforçou as intenções de alteração no PZRP como forma de democratização da sociedade polaca e assumiu-as como necessárias e tendo como vista a correção de desvios.

Um novo artigo relevante sobre o prosseguimento dos trabalhos de negociação entre o governo e a oposição, na Polónia, publicado pelo *Avante!*, tem o título “Polónia, prosseguem trabalhos da «mesa redonda»”<sup>470</sup> e teve como objetivo dar a conhecer os resultados do encontro entre o PZRP e 57 representantes políticos e sociais polacos, de entre os quais se destacava claramente a presença do sindicato Solidariedade. Novamente, palavras como “transformação”, “acordo social”, “reforma económica” e “pluralismo sindical” aparecem reforçados no texto, que transmite as tentativas de todas as partes envolvidas em alcançar um entendimento que pressupusesse uma alteração das relações políticas e sociais na Polónia com vista à democratização do sistema, nomeadamente ao nível da realização de eleições pluralistas, da revisão da Constituição e no respeito pelas conclusões alcançadas na Mesa Redonda.

A 16 de março de 1989, uma pequena nota sobre o período prévio às eleições parlamentares polacas, intitulada “Polónia, democracia parlamentar socialista”<sup>471</sup>, é importante sobretudo pelo seu título, que é um resumo das interpretações anteriores. Ou seja, o PCP assumia que as mudanças levadas a cabo no PZRP e o cumprimento do disposto na Mesa Redonda realizada entre o partido comunista polaco e a oposição seriam suficientes para considerar que o resultado saído das eleições validará a Polónia como uma democracia. O

---

<sup>470</sup> *Avante!*, 23/02/1989, p. 13

<sup>471</sup> *Avante!*, 16/03/1989, p. 15

PCP cita Jaruzelski, que afirma que estas serão umas “eleições diferentes”, onde serão eleitos os melhores dentro do campo socialista.

Existem várias diferenças na reação do principal partido comunista espanhol a este mesmo período, na Polónia. Sobretudo, ao nível do principal foco de análise do PCE, que, ao longo destes anos, não foi o PZRP nem as modificações que foram sendo introduzidas, encarando-as como condizentes com as transformações realizadas nos outros partidos comunistas das antigas repúblicas populares da Europa de Leste, mas sim o sindicato Solidariedade. A análise da identidade, do papel, dos métodos utilizados pelo Solidariedade para chegar ao poder na Polónia dominaram o foco da comunicação política do PCE ao longo destes anos, tendo seguindo com atenção redobrada o posicionamento político desta formação sindical e do seu principal líder, Lech Walesa. Como iremos concluir pela análise dos textos publicados pelo *Mundo Obrero* a respeito deste tema, o enquadramento dado pelo PCE às mudanças na Polónia vai muito mais no sentido de uma crítica contundente ao Solidariedade, que foi subindo de tom à medida que os anos passavam, do que uma análise aos processos que ocorreram no partido comunista polaco, não existindo sequer uma crítica quanto ao rumo social-democrata optado pelo PZRP.

No texto “Via libre a la negociación<sup>472</sup>”, o PCE aborda as questões relacionadas com a reunião do Comité Central do PZRP, de 18 de janeiro de 1989, que abriu caminho, como vimos antes, a reformas estruturais no sistema político polaco. O PCE teve, no entanto um ângulo de abordagem distinto do do PCP: a tónica principal do partido espanhol foi colocada no facto de o partido comunista polaco aceitar a legalização do sindicato Solidariedade. No texto, foram enumeradas as condições que o PZRP estabeleceu para que o sindicato de Walesa fosse legalizado, contrariando a opção tomada em 1981: a adaptação às leis polacas, a renúncia a capital estrangeiro no seu financiamento e o compromisso com o entendimento nacional que sairia da Mesa Redonda, que se realizou após esta reunião do PZRP. O PCE frisou que o Solidariedade concordou em atuar segundo as leis polacas e que os encontros entre os representantes governamentais e os sindicatos só não teriam acontecido porque Walesa não teria aceitado o impedimento à presença de dois colegas seus do Solidariedade na dita Mesa

---

<sup>472</sup> Mundo Obrero, 01/02/1989, p.36



Redonda e, também, porque teria sido o próprio Walesa a impor ao PZRP a legalização do Solidariedade como condição essencial para a realização das negociações.

O tom geral do texto é o de comunicar que existiu uma cedência do PZRP, justificada, no final, pela situação extrema em que se encontrava a economia polaca, devido ao endividamento para com as potências ocidentais, e a necessidade máxima de estancar os processos de contestação social. Ao contrário da interpretação do PCP sobre esta abertura do PZRP à negociação, o PCE definiu o problema como sendo a impossibilidade de o partido comunista polaco alterar a situação de degradação da economia e, para isso, ter de ceder ao Solidariedade, sem no entanto deixar de colocar determinadas exigências. A solução para o problema passaria, então, por reformas políticas na lei eleitoral, que provocaria “un fuerte aumento de confianza en la población”, através de um plano de convergência entre o governo e a oposição. Termos como “compromiso”, “aceptación”, “respecto del orden”, “negociaciones”, disponibilidade, são frequentes ao longo do texto, que termina com uma explicação implícita para esta cedência do PZRP, referindo, precisamente, a difícil situação da economia polaca, motivadora de um movimento de abertura, convergência e reforma e dando a ideia de que, caso não houvesse um contexto de crise económica e social, não haveria, também, a abertura por parte do PZRP ao reformismo e à negociação.

O título do texto publicado a 19 de abril do mesmo ano pelo PCE dava conta de uma “Oportunidad histórica<sup>473</sup>” na Polónia. Como principal destaque dos acordos da Mesa Redonda assinados entre o PZRP, representantes sindicais e outros elementos da sociedade polaca, o *Mundo Obrero* destacou a possibilidade de Lech Walesa se poder candidatar à presidência da Polónia. Além disso, a restauração do pluralismo sindical, por referência, porventura ao sistema político polaco dos anos 20, a esperada legalização do Solidariedade e a readmissão dos trabalhadores despedidos em 1981 no seguimento da proibição daquele sindicato e da instauração da lei marcial.

Novamente, o PCE deu o destaque principal do texto ao Solidariedade e, num âmbito mais lato, ao sindicalismo, afirmando que o Senado, recém-criado, seria o primeiro órgão sem quotas obrigatórias para o PZRP e citando Walesa, quando este referia que iria apresentar uma candidatura ao mais alto nível da nação, o que o *Mundo Obrero* depreendeu tratar-se da

---

<sup>473</sup> Mundo Obrero, 19/04/1989, p.37

Presidência da República, que passou, depois desta ronda de negociações, a ser eleita de forma universal direta. Esta atitude de Walesa foi encarada pelo PCE como resposta ao repto do próprio primeiro-ministro polaco, a submeter a popularidade do líder sindical a eleições. O PCE sublinhou as vantagens destes acordos para a oposição, à qual foi inclusivé autorizada a publicação de um jornal, com a única prerrogativa de ser obrigado a reger-se segundo a Constituição polaca e a assegurar a tranquilidade social.

Novamente, o PCE justifica as negociações como reação do PZRP à perda de controlo das massas trabalhadoras, da contestação social e da incapacidade de resolver sozinho a situação de descalabro económico em que se encontrava o país, sendo a dívida externa ao Ocidente o principal causador da fragilidade estrutural vivida pela Polónia.

Há neste texto do *Mundo Obrero* um dado novo, muito interessante, e que está ausente na comunicação pública do PCP. O PCE afirma que a legalização do Solidariedade foi uma das condições impostas por Margaret Thatcher para a renegociação da dívida polaca, tendo a primeira-ministra britânica afirmado que novos empréstimos do Ocidente estariam dependentes de reformas políticas e económicas, algumas delas já tomadas, como a liberalização do preço da gasolina, a dissolução de monopólios do Estado ou o fecho de fábricas consideradas obsoletas.

Este dado faz rever a interpretação que o PCE deu à abertura do PZRP à negociação e às reformas políticas. A interpretação causal para a questão central passa não apenas pela incapacidade de o partido controlar a situação económica e social na Polónia mas também por uma interferência externa que coloca como condição para a solução do problema um determinado conjunto de exigências. O facto reforça a nossa convicção de que a interpretação que o partido espanhol dá ao reformismo do partido comunista polaco tem menos a ver com uma questão de consciencialização de erros do passado e de uma vontade de modernizar-se do ponto de vista da sua atuação política do que com uma incapacidade de fazer face a uma conjuntura adversa, para a qual precisou da ajuda de um agente externo, que lhe impôs como condições, precisamente, determinadas mudanças e reformas.

O papel de Thatcher e, em geral, do Ocidente, ao terem colocado como condição essencial de novas ajudas à Polónia a liberalização da economia polaca e a legalização da principal força de oposição ao partido comunista não seria, claro, desprovido de uma intenção

que iria muito além da preocupação com a democratização do país. No entanto, o PCE não refletiu sobre isto, dando apenas, neste texto, a informação de que “la «dama de hierro» afirmaba que la concesión de nuevos créditos dependía de las reformas políticas, incluida la legalización de Solidariedad, que el Gobierno polaco estuviese dispuesto a hacer.”

A comunicação pública sobre o caso polaco, no *Treball*, principal publicação do PSUC foi muito escassa. Existe, no entanto, um artigo de grande interesse publicado no *Treball* a respeito do caso polaco, que traz à discussão novas perspectivas de abordagem sobre este tema, diametralmente opostas àquelas que analisámos até aqui. Em “Els canvis a Polònia”<sup>474</sup>, a principal preocupação dos autores do texto, inteiramente da autoria do PSUC, e bem explícita no final, foi a de se demarcar do partido comunista polaco. Uma abordagem que, até agora, nenhum dos outros partidos analisados tinha feito, na sua comunicação pública.

O PSUC fez um retrocesso histórico, aos anos setenta, para afirmar que o partido abraçou desde logo o eurocomunismo, defendendo “a via democrática i pluralista de marx a socialisme i (...) a revolució de la majoria.” O partido refere que o assalto ao poder e a instauração de ditaduras do proletariado não são a via correta de prosseguir o caminho em direção ao socialismo, sublinhando que as transformações necessárias para alcançar o socialismo requerem a participação da maioria da população e “la profundització i el desenvolupament de la democracia”, componente que o partido concebia como fundamental no socialismo.

Há outro dado importante a ter em conta. Neste texto, o PSUC refere que a instauração de ditaduras do proletariado não seria concebível nem desejável nas democracias ocidentais, deixando em aberto se, no cenário pós-guerra, teria, no entender do partido, sido correto, no Leste da Europa, a tomada de posse de governos comunistas que, à exceção da Checoslováquia, chegaram ao poder por uma via de convergência das organizações antifascistas, ainda que em nenhum dos casos tenha havido um golpe de Estado.

O que parece não deixar dúvidas é o claro apoio do PSUC às transformações em curso na Polónia, nomeadamente a intenção do PZRP se renovar, o que à altura da redação do texto não era uma certeza mas era o caminho que o PSUC apontava como sendo o desejável. O ângulo de abordagem do PSUC às modificações em curso na Polónia era de que estas

---

<sup>474</sup> Treball, 2ª quinzena de julho, 1989, p.17

representavam uma consolidação do socialismo democrático e impulsionavam outros países no rumo da *perestroika*. O partido justificou o que se passava na Polónia com a política de Gorbatchov e o incentivo à democratização dos regimes comunistas do Leste europeu.

Verificaremos, em seguida, que a abordagem do PCF, ou, antes, a interpretação que é realizada por este partido e espelhada naquele que, nesta altura, ainda era o seu principal órgão de comunicação pública, aos acontecimentos na Polónia foi feita de forma distinta dos três partidos anteriormente estudados. A análise da campanha para as eleições de junho de 1989, a reflexão sobre as manobras políticas, chegando quase a uma análise das negociações de bastidores das forças políticas polacas, o retrato da Polónia dos anos 1990 e 1991, ganharam maior relevo no jornal francês, em detrimento, porventura, da atenção a um espaço prévio ao ato eleitoral, a figuras específicas, a acontecimentos chave ou a resultados eleitorais.

O texto “L’opposition au grand jour”<sup>475</sup> começa por abordar, precisamente, a questão da campanha eleitoral para as eleições parlamentares de junho de 1989. Recordemos que, nesta altura, embora *L’Humanité* fosse um jornal ainda propriedade do PCF, a sua periodicidade, ao contrário das outras publicações, era diária e a sua tiragem era, durante estes anos, de mais de 100 mil exemplares. Ainda que representando uma descida face às tiragens habituais do jornal nas décadas de 70 e 80, tratava-se de uma publicação com uma tiragem considerável, lido, à semelhança da imprensa generalista, por leitores que ultrapassavam em larga escala a militância partidária.

O texto faz uma descrição bastante detalhada da campanha eleitoral. Falava de uma campanha em pleno nas ruas, na televisão, na imprensa, sublinhando a ideia de dinamismo e atribuindo o facto às resoluções tomadas na Mesa Redonda de fevereiro de 1989 que permitiram que, após reconhecida a legalidade do sindicato Solidariedade, este participasse de forma livre nas eleições. A ideia de legalidade perpassa todo o texto, fornecendo inúmeras pistas que confirmam, segundo o jornal, que a campanha decorre livre de qualquer controlo governamental sobre os candidatos do sindicato de Walesa ou outros candidatos independentes: “C’est une étape très importante de la politique d’entente nationale que les dirigeants du PZRP, et tout particulièrement le général Jaruzelski, n’ont cessé de promouvoir” A interpretação central sobre a campanha eleitoral, neste texto, é, portanto, de que ela se estava

---

<sup>475</sup> L’Humanité, 02/06/1989, p. 18

a desenvolver de forma legal e dinâmica graças aos acordos alcançados em fevereiro e à atividade do PZRP no sentido de os fazer cumprir, dando origem ao pluralismo eleitoral na Polónia: “le pluralisme prend corps”. Não obstante, a causa da abertura do partido foi relacionada pelo PCF, à semelhança do PCE, com as dificuldades económicas e sociais que a Polónia vivia, perante as quais o partido do governo decidiu abrir portas à democratização da vida política polaca, via que, segundo o jornal, vinha já sendo seguida ao longo dos últimos meses.

Contudo, o jornal francês faz algumas críticas ao modo como o Solidariedade levava a cabo a sua campanha eleitoral, trazendo à discussão pública o facto de ser altamente financiada pelo governo norte-americano, violando um dos acordos da Mesa Redonda, promover duras críticas ao PZRP e, mais grave, assim o considerava o PCF, criticar a coligação da qual os comunistas faziam parte pela sua política externa, principalmente no que diz respeito à URSS, e organizando a campanha eleitoral em torno de uma postura marcadamente antissoviética.

O segundo texto sobre a campanha eleitoral polaca, também da autoria de Jean-Paul Piérot, jornalista e militante do PCF, intitulado “Long dimanche en Pologne”,<sup>476</sup> fala dos resultados que o Solidariedade esperava alcançar no ato eleitoral, referindo que o sindicato esperava ter em torno de 28% da votação na câmara baixa e uma curta maioria no Senado polaco, criado após a ronda de conversações de fevereiro daquele ano.

Este texto é importante sobretudo porque traz um novo debate, ainda não aberto pelos outros jornais já analisados, referente à discussão entre os dois principais sindicatos polacos: o OPZZ, união dos sindicatos, com ligações diretas ao PZRP, e o Solidariedade, recém-legalizado. O OPZZ referia que as mudanças sociais deveriam ter em conta a luta laboral, nomeadamente as manifestações recentes do povo polaco, acusando o Solidariedade de ter um discurso vago e intenções pouco claras para os direitos dos trabalhadores na Polónia.

O texto traz ainda outras questões que fizeram parte da campanha eleitoral, como a da interrupção voluntária da gravidez, legal no país desde o início da década de 60 e sobre a qual o Solidariedade não tinha um posicionamento claro, dada a sua proximidade à Igreja. A complacência do sindicato perante a destruição de túmulos de soldados soviéticos, atribuídos à extrema-direita, é também referida pelo PCF. O jornal reforça a ideia que “les débats sont

---

<sup>476</sup> L’Humanité, 03/06/1989, p.15

rudes, en dépit d'une volonté communément partagée de ne pas gâcher les chances du pluralisme par des affrontements trop brutaux". Embora o PCF exponha a ideia de que os polacos não aceitariam um cenário de confronto direto, em que PZRP e Solidariedade embatessem de frente e pusessem em causa as reformas iniciadas pelo governo no sentido de uma democratização da vida política polaca, a verdade é que os enviados de *L'Humanité* observaram, neste segundo texto, precisamente o contrário: uma campanha política que vai agora contra o espírito da Mesa Redonda, onde o essencial era apaziguar ânimos, divisões e superar dificuldades.

Por fim, o jornal cita Jaruzelski, na sua firme intenção de prosseguir a via das reformas no país, não depreciando, contudo, as conquistas da Polónia popular. O objetivo da campanha comunista centrava-se, em linhas gerais, e segundo a interpretação que o jornalista faz das palavras de Jaruzelski, na adaptação das reformas à ideologia, à prática e ao espírito do tempo que se vivia.

Ainda antes do período eleitoral de junho de 1989, *L'Unità* publica vários textos sobre o encontro entre Occhetto e Walesa. No *Rinascita*, um editorial, de Antonio Rubbi, "Il messaggio di Walesa<sup>477</sup>", confirmava que o PCI tinha mantido contactos estreitos com o sindicato, apoiando as reivindicações operárias, o repúdio às interferências estrangeiras na Polónia, referindo-se a uma eventual ação do Pacto de Varsóvia na Polónia em 1981, à qual Berlinguer desde cedo de tinha oposto e, fundamental para perceber o que foi o posicionamento do PCI em relação à questão polaca, "una severa condanna per il «colpo» del dicembre 1981 e per la successiva messa fuori legge di Solidarnosc." Nenhum outro partido analisado o refere com tanta evidência: o PCI condenou a atitude dos comunistas polacos em 1981, manteve sempre o diálogo com Walesa e com o Solidariedade e esteve, em 1989, ao lado do sindicato, nas negociações da Mesa Redonda de fevereiro.

E daí Rubbi parte para uma espécie de justificação histórica e ideológica para o apoio do PCI ao Solidariedade: "di qui il Pci portò la critica, già da tempo esplicita, al «socialismo reale» sino all'estrema conseguenza di quello che venne definito lo «strappo» e che, dopo le gravissime vicende polacche, costituiva la sollectitazione ad abbandonare un tipo di esperienza rivelatasi disastrosa." O autor propõe, no texto, a reconstrução total da sociedade

---

<sup>477</sup> Rinascita, 29/04/1989, p.2

polaca, uma sociedade onde, segundo o próprio, o poder estava totalmente desfasado do apoio da massa operária.

Rubbi exprime o que significaria, para si, a tal reconstrução do sistema político polaco: a revisão profunda das estruturas estatais, uma discussão profunda sobre o papel do partido único (não obstante na Polónia existirem vários partidos), as liberdades individuais e de imprensa e a melhoria das condições de vida da população. Enfim, o autor atribui às mudanças na URSS, na Polónia e na Hungria a ideia da “presa di coscienza della necessità di cambiare strada, di avviare una fase nuova e diversa nella vita di questi paesi.” Walesa era, segundo Rubbi, o símbolo máximo desta nova fase: “per questo abbiamo sostenuto la sua causa.” Este apoio explícito a Walesa chegou ainda para afirmar que o PCI não entrou no jogo de quem quis isolar o líder da oposição, ao contrapô-lo ao PZRP e ao associá-lo à Igreja Católica. Rubbi repete o apoio contínuo a Walesa ao longo dos anos 80 e o relacionamento discreto com a Igreja polaca: “non è certamente un caso che l’única delegazione di un partito comunista ricevuta dal cardinale Glemp a Varsavia sai stata quella del nostro partito.”

Todo o texto tem um tom de justificação. A justificação perante o apoio a Walesa, contra o PZRP, baseando-se nos factos históricos que distanciaram, desde os anos 70, o PCI dos partidos comunistas do Leste; a justificação perante o relacionamento dos comunistas italianos com a Igreja, em particular no final dos anos 80, com a ideia de que o PCI fez uma mediação entre as partes envolvidas nos acordos na Polónia: “una cooperazione di sforzi per la «nuova Polonia»”. Teria sido esta a ideia principal da ida de Walesa a Itália: a procura de um apoio, também ao nível económico e financeiro, para a resolução dos problemas da sociedade polaca. E, nesse sentido, o encontro entre Walesa e Occhetto confirmava “la continuità e lo sviluppo dell’azione di solidarietà e di collaborazione dei comunisti italiani con tutte le forze riformatrici della nuova Polonia.”

O editorial de Rubbi não deixa margem para dúvidas: os comunistas italianos estavam com Walesa no processo de reformas da Polónia. A retrospectiva histórica ao eurocomunismo, ao apoio ao Solidariedade em 1981, às conversações com a Igreja polaca em 1987, serviram para o autor justificar o posicionamento do PCI. Várias questões importantes são levantadas neste texto. A mais importante, porém, é, à exceção do caso catalão, que em grande parte, como vimos, omite um posicionamento oficial, durante este período, na Polónia, limitando-se

a distanciar-se dos partidos comunistas do Leste, o contraste radical que existe entre os comunistas italianos e os restantes partidos analisados. Este posicionamento deve, como temos vindo a referir ao tratar do caso italiano, ser enquadrado no ambiente de profunda remodelação a que o PCI se submetia, no caminho da social-democracia e que, em abril de 1989, era já evidente e irreversível. Não obstante o caminho do PCI se ter vindo a fazer, desde o final do início dos setenta, de forma diametralmente oposta ao dos partidos comunistas do Leste europeu, é neste texto de Rubbi que encontramos um primeiro posicionamento claro do partido em relação aos acontecimentos na Polónia: o PCI recebeu Walesa como o interlocutor da mudança democrática na Polónia e favoreceu-o explicitamente em relação ao PZRP, não obstante ter sido este a iniciar, em 1988, o processo de reformas e ser Walesa o líder de um sindicato conservador e, novamente o frisamos, com uma estreita ligação à Igreja Católica.

Sobre o encontro entre Occhetto e Walesa, *L'Unità* publica dois textos principais: “Walesa abbraccia Occhetto e lo invita a Varsavia” e “«Aiutate la Polonia riducendo gli interessi sul nostro debito»”<sup>478</sup> Textos verdadeiramente emotivos, onde o relacionamento entre Walesa e Occhetto é exacerbado pela utilização de uma linguagem altamente sensorial: “un saluto caloroso”, “gli occhi brigliavano quasi di commozione”, “compagno e amico”, “affettuosa e súbito ricambiata simpatia”. Sobre o papel do Solidariedade na transformação da sociedade polaca, o tom de admiração não abranda: “battaglia politica (...) che in condizioni del tutto diverse Solidarnosc ha svolto e svolge tuttora in Polonia”, “audace critica all’eredità dello stalinismo”, “il simbolo di una grande battaglia per la libertà e la democrazia”. E no que se refere à relação entre o ainda PCI e o Solidariedade, o tipo de declarações de Occhetto atestam a longevidade do apoio dos comunistas italianos ao sindicato: “un dialogo che Pci e Solidarnosc hanno sviluppato sin dalla nascita del sindacato autonomo polacco”, “allora non ci limitammo a esprimere solidarietà verso chi combatteva per la libertà e la democrazia”. A descrição deste encontro vai mais longe, caracterizando também os oponentes ao Solidariedade. Embora nunca referindo diretamente o PZRP, Occhetto refere-se àqueles que mantinham o “monopolio comunista del potere al’Est”, recordando a forma como os acontecimentos de 1981 na Polónia, a que chama golpe de Estado “profondamente segnato la storia e la vita del nostro partito”, ou seja, a forma como influenciaram, também, o curso do

---

<sup>478</sup> *L'Unità*, 22/04/1989, p.5



PCI, no sentido de uma nova recriminação dos partidos comunistas do Leste europeu e da vitalização da via reformista no próprio PCI. Ambos referem o repúdio ao “monopolismo”, ao “estalinista”, associando as fracas condições de vida dos polacos e a crise económica do país ao autoritarismo do sistema político.

*L'Unità* transmite a ideia de um encontro entre dois líderes políticos com objetivos idênticos e com uma visão similar da organização do Estado. Inclusive no que se refere à Igreja. Occhetto recorda que desde há anos lutava “contro le posizioni «laiciste», in seno al movimento operaio e alla sinistra” e falou da sua “lontana esperienza religiosa”, lembrando o facto de o seu pai ter pertencido à ala católica da esquerda italiana e definindo o PCI, na atualidade, como “un secondo partito di cattolici.” O que deixou Walesa francamente contente: “Mama mia (...) allora vuol dire che possiamo prendere il vostro partito come modello.”, afirmou.

O texto “Napolitano vede Poup, Chiesa e Solidarnosc.”<sup>479</sup> não é tão efusivo quanto o anterior. Napolitano, em Varsóvia, cumprimenta os comunistas polacos pela “via di una profonda riforma democrática” através da qual “il paese possa uscire da una crisi tanto lunga e drammatica.” No final da reunião com os três interlocutores, Napolitano refere que todos se mostraram satisfeitos com o apoio do PCI às reformas na Polónia e com as iniciativas de colaboração, apresentadas pelo PCI, de colaboração com outros partidos da esquerda europeia.

Os dois primeiros textos são ilustrativos da visão que Occhetto tem do processo polaco: coloca o PCI definitivamente ao lado de Walesa e do Solidarnosc, reconhecendo-os como os legítimos representantes da mudança rumo à democracia. O tom dos textos ultrapassa em larga medida o da descrição de um encontro político para se tornar um elogio às figuras de Walesa e Occhetto, que se lisonjeiam mutuamente, procurando, por todos os meios, encontrar pontos de encontro entre ambos. Walesa chega a afirmar, como vimos, que os comunistas italianos passarão a ser a fonte de inspiração do Solidarnosc e Occhetto, por seu lado, consciente da forte composição católica do Solidarnosc, relembra o seu passado religioso e declara o PCI como um partido de católicos.

---

<sup>479</sup> idem

Isso mesmo é o que refere o texto “Walesa: «Arrivederci in Polonia»”<sup>480</sup>, ao afirmar que “in 4 giorni Walesa e stato ricevuto dal «gotha» del mondo sindacale, politico, istituzionale, religioso, facendo il pieno di elogi, attestazioni di simpatia, promesse di aiuto”, considerando mesmo, o jornal do PCI, o tom “esageramente euforici” com que Walesa pede ajuda às instituições italianas para ultrapassar o “periodo staliniano” na Polónia. É neste texto também que Walesa fala pela primeira vez sobre o futuro do Solidarnosc, prometendo resistir à tentação de, também o sindicato se tornar num elemento monopolizador da oposição, não negando que esta existisse mas que seria preciso encarar o Solidarnosc como um ator político com um papel definido de transformação da sociedade polaca. Walesa despede-se dos italianos reforçando a visão do Papa como de um “sole” e, à pergunta sobre se poderia Gorbatchov ser encarado como uma “piccola stella”, o líder do sindicato diz que em nada se opõe à perestroika mas que esperaria “30 anni per vedere cosa succede.”

Todos os outros partidos que analisamos se mostravam, nesta altura, apoiantes do Solidarnosc, mas com várias reservas quanto à figura de Walesa, às modificações ocorridas no sindicato desde 1981, à forte influência da Igreja e às já então notórias relações de Walesa com os líderes do Ocidente. O PCI, porém, e particularmente em *L'Unità*, transmite a ideia da plena confiança no Solidarnosc. Vejamos se o mesmo ocorre nos textos publicados na *Rinascita* e se o mesmo entusiasmo sem restrições se mantém com o evoluir da situação no país.

“La Polonia è cambiata”<sup>481</sup>, da autoria de Adriano Guerra, fala de uma autêntica revolução em curso no país: “una rifondazione dello Stato polacco.” Regressado de Varsóvia, Guerra retratou o clima que se vivia no país: os festejos do 1º de maio, as críticas ao governo na televisão nacional, os cartazes do Solidarnosc em toda a cidade. Um cenário impossível de prever alguns meses antes. Numa entrevista a *L'Unità*, “Varsavia dopo la svolta”<sup>482</sup> Guerra tinha já dado a entender o clima de entusiasmo que se vivia após os acordos da Mesa Redonda de fevereiro desse ano, vistos pelo jornalista como “senza alternative” para a superação da crise em que se encontrava a Polónia e onde reforça o reconhecimento que o PCI deu, em agosto de 1988, ao pleno reconhecimento da liberdade sindical.

---

<sup>480</sup> *L'Unità*, 23/04/1989, p.12

<sup>481</sup> *Rinascita*, 13/05/1989, p.18

<sup>482</sup> *L'Unità*, 24/04/1989, p. 2

O que Adriano Guerra não conseguia prever, no entanto, era a forma como decorreria o ato eleitoral de junho desse ano. Guerra fala de uma eleições onde não se iria poder distinguir os vencedores e os vencidos da disputa, dada a imposição da quota de 65% de lugares para o PZRP na câmara baixa do Parlamento e da fragilidade de um período de transição, onde todas as partes deveriam ter “coscienza di doverlo farle con accortezza e con senso di responsabilità per evitare che il processo si blocchi o che la situazione torni indietro.”

Seguem-se contas sobre os possíveis resultados eleitorais, onde a ideia que perpassa é sempre o de saber se seria possível, ou não, evitar uma maioria para o PZRP, mesmo com a quota obrigatória no *Sejm*. O tom é assim marcadamente negativo em relação ao PZRP: das eleições de junho, segundo Guerra, o importante seria que resultasse um Parlamento com os comunistas e os seus aliados em minoria, tendo em conta já o Senado. Guerra fala do facto de os partidos tradicionalmente aliados do PZRP estarem a reivindicar um espaço próprio e num conluio de forças que, não obstante o resultado eleitoral, dificultaria o papel da formação de um governo: “per far fronte alle possibili insidie è stato deciso di attribuire poteri speciali ad una forza – il presidente della repubblica.”

O autor refere que as intenções do Solidariedade e dos reformistas do PZRP não andariam muito longe uma da outra e isso mesmo teria sido falado com Giorgio Napolitano, do PCI: o interesse nas reformas, o repúdio pelo estalinismo, a procura de um novo modelo de socialismo, a inspiração na esquerda ocidental. O único que oporia as duas forças seria o termo “socialismo”, pelo que o Solidariedade preferia antes de tudo falar de democracia e autogoverno. Guerra frisa o importante papel da Igreja ao manter aberta a via de comunicação entre ambas as partes, desde os conflitos de 1981. No entanto, o autor está convicto de que “a far maturare la svolta è stato soprattutto però quel che è cambiato nell’Urss con Gorbaciov. Porém, o autor levanta uma questão mais importante: “tuttavia guardando alla Polonia è necessario chiedersi se le forze che hanno voluto l’accordo saranno in grado di gestirlo.” Neste sentido, permanecia a dúvida sobre se os reformadores do PZRP e aqueles que queriam continuar a trabalhar com os comunistas, no Solidariedade, seriam majoritários. Guerra questiona-se sobre o facto de o verdadeiro poder do PZRP estar na estrutura do Estado, e se essa estrutura seria recetiva às reformas, e, da parte do Solidariedade, quem permaneceria

realmente interessado numa nova forma de sociedade de autogestão e de proteção dos interesses dos trabalhadores.

O texto do *Rinascita* começa com uma visão muito efusiva do momento mas que debate seriamente, a seguir, a possibilidade de que esse momento não se perpetuasse no tempo, devido à própria natureza das estruturas políticas: a rigidez do PZRP e o desaparecimento do Solidariedade enquanto movimento representante da classe trabalhadora.

Guerra reflete sobre o futuro do PZRP e o caminho necessário até uma uniformização das tendências dentro do próprio partido, de forma a possibilitar um apoio consistente às reformas e à democratização da Polónia: “per far questo e sfuggire così al rischio di apparire forza subalterna e trainata, e dunque perdente in partenza, occorreva rompere nel modo più pieno col passato e dunque riannodare il filo perduto della tradizione non stalinista del comunismo polacco (...) riconoscendo nel modo più pieno l’appartenenza della Polonia all’Europa, con tutto quello che ne deriva per quel che riguarda le questioni della ridefinizione della independenza e della sovranità dello Stato polacco.” Guerra refere-se, muito claramente, à necessidade de uma reforma no PZRP no sentido do eurocomunismo, abordando as “páginas escuras” do relacionamento com a URSS desde 1938 em diante, recuperando a sua identidade nacional e voltando-se para a Europa.

O autor sugere que, libertando-se de um grupo de irredutíveis estalinistas e conseguindo o regresso ao partido de meio milhão de militantes que perdeu após 1981, o PZRP conseguiria ser encarado como uma verdadeira força de renovação. Embora o cenário pré-eleitoral e posterior às conversações de fevereiro de 1989 não fosse, na opinião de Guerra, nada simples, tendo em conta o interior das duas principais forças políticas da Polónia e a dinâmica geoestratégica do país, fosse em relação ao Ocidente, fosse à URSS, o autor conclui que “più volte nel passato, del resto, i polacchi hanno dato prova di sapersi muovere con uno straordinario senso della storia.”

Também na entrevista a *L’Unità*, Guerra conclui que as movimentações em curso na Polónia eram frágeis mas que, num âmbito internacional, tinham como grande objetivo assegurar a independência face à URSS, a ligação permanente ao Leste europeu, “cui la Polonia si sente storicamente legata e cioè con la Comunità europea e più in generale con l’Europa occidentale.”

O texto de Adriano Guerra coloca um problema central, que é a dúvida sobre o prosseguimento do entendimento alcançado nas negociações de fevereiro, associando essa dúvida à própria instabilidade das duas principais estruturas políticas que o alcançaram. E expõe várias soluções para o problema: uma assunção clara por parte do PZRP de que quer cortar radicalmente com o passado estalinista e aproximar-se à Europa Ocidental e um regresso do Solidariedade aos seus pressupostos originais, ligados às reivindicações dos trabalhadores. O mais curioso, no entanto, é a mudança de tom de quem regressou de Varsóvia e primeiro retratou uma cidade em plena mudança para depois questionar a robustez dessa mudança e associar-lhe um tom de dúvida, de difíceis correlações entre muitas forças a ter em conta, quer dentro da sociedade polaca, quer no estrangeiro.

### **As eleições parlamentares polacas de junho de 1989 e as negociações para a formação de um governo**

Num texto ainda prévio às eleições parlamentares, o PCP dava nota do empenho do PZRP na preparação do ato eleitoral tendo em conta os acordos realizados na Mesa Redonda, com a oposição, e dos custos que esta negociação já comportava para o partido. Nomeadamente, a perda de 17 mil militantes que não se reviam na opção partidária de convergência com a oposição e na legalização do Solidariedade, o que lhe permitia ao sindicato concorrer ao ato eleitoral. Este texto, intitulado “Polónia eleições em preparação<sup>483</sup>”, deixa ainda uma nota importante: a possibilidade de uma ajuda externa norte-americana à Polónia significar uma “ingerência” nos assuntos polacos, já que não seria dada sem exigências que alterariam o sistema económico de base daquele país. Esta é uma interpretação do próprio partido português, que, com esta nota, deixa claro o compromisso do PZRP em assumir os acordos fixados com a oposição, enumerando medidas já realizadas nesse sentido, expondo os custos que a opção pela renovação estava a significar para o partido do governo polaco e reforçando o seu posicionamento, com a exposição de uma tentativa de ingerência externa na Polónia, caso, subentende-se, o resultado das eleições não fosse favorável à manutenção de um papel predominante do PZRP no cenário político polaco.

---

<sup>483</sup> Avante!, 20/04/1989, p. 15

O resultado, no entanto, viria a representar um descalabro eleitoral para o PZRP, incapaz de manter, ou captar, a popularidade, ainda que, em período de campanha eleitoral, tivesse comunicado de forma sucessiva as suas intenções de reforma e democratização da sociedade polaca. Foi o Solidariedade que conquistou a totalidade do Senado polaco e 35% dos lugares da câmara baixa, sendo que os restantes 65% ficaram divididos pelo PZRP e os outros partidos políticos polacos que, até então, garantiam apoio ao partido comunista polaco.

Um texto editado no *Avante!* no rescaldo das eleições polacas de junho de 1989 é rico em interpretações face ao posicionamento do PCP perante estes resultados eleitorais. Em “Polónia em tempo de eleições<sup>484</sup>”, o PCP reconheceu claramente a vitória maioritária alcançada pelo Solidariedade, mas definiu a questão enquadrando os resultados eleitorais na votação alcançada pelo PZRP e partindo daí para fazer a sua análise. O partido português optou então por transcrever citações de altos dirigentes do partido polaco afirmando que os comunistas polacos “não recuarão na via da democratização e das reformas” e que estes assumiriam os resultados destas eleições livres, não fazendo intenção de as contestar. Pelo contrário, o PCP identifica neste texto o PZRP como garante da ordem do país. É interessante o conceito utilizado pelo PCP para se referir ao facto de que, independentemente do resultado eleitoral, o PZRP teria sempre assegurados para si e para os partidos que o apoiam 65% dos lugares no parlamento polaco: chama-lhe “medida de transição”. É um conceito que encaramos como a forma de o PCP justificar o que, por si só, retira o carácter democrático ao ato eleitoral: o facto de que, à partida, uma maioria de lugares da câmara baixa estaria já atribuída. Ao utilizar o conceito de “medida de transição”, o PCP quis dar a entender que esta atribuição seria uma exigência temporária no sistema eleitoral polaco, o qual seria preciso submeter a um período de adaptação até que pudesse ser assegurada plenamente a sua democraticidade. Também, neste mesmo texto, o PCP reafirma a inexistência de “quotas obrigatórias” no Senado polaco e o seu papel determinante nas decisões tomadas pela câmara baixa, podendo “bloquear qualquer projeto de lei”.

Termos como “renovação”, “socialismo democrático”, “livre vontade”, “viragem” voltam a frisar as intenções reformistas do PZRP, adicionando a informação de que este partido permaneceria influenciando a política polaca através dos seus representantes mas

---

<sup>484</sup> *Avante!*, 08/06/1989, p. 15

respeitando a separação dos poderes. O PCP justificou a vitória do Solidariedade na crise económica que a Polónia atravessava, ao momento “ainda não superada”. Mas mantém-se, uma vez mais, confiante nas intenções reformistas do partido comunista polaco afirmando, inclusivé, que “o programa eleitoral avançado pelo «Solidariedade» inclui muitos elementos comuns com o apresentado pelo PZRP”, sendo que as ideias centrais da construção de uma sociedade socialista estavam enraizadas e que a aposta era numa convergência.

Por fim, o PCP cita novamente Jaruzelski, atribuindo-lhe um papel central na reação aos resultados eleitorais, pondo em jogo esquemas figurativos como a coragem e a certeza, ao afirmar que a renovação encetada pelo PZRP e a abertura que permitiu a realização de eleições livres teve como base a ausência de “medo” e de “dúvidas” por parte dos comunistas polacos.

As principais ideias que transparecem deste texto, relativamente à interpretação do PCP do resultado eleitoral na Polónia em junho de 1989 são a de que o PZRP devia manter um papel preponderante na sociedade polaca, encarando a questão da manutenção da quota obrigatória na câmara baixa do Parlamento como uma questão transitória até amadurecer um regime democrático pleno e não demonstrando desconfiança face às intenções do vencedor do ato eleitoral que, assim o afirmava, tem, no seu programa, vários pontos de encontro com os comunistas, estando ambos, após a reestruturação levada a cabo pelo PZRP em janeiro desse ano e do debate com a oposição em fevereiro, interessados na democratização da Polónia e na manutenção de um sistema socialista.

Foi no mês seguinte que Lígia Calapez relatou a sua experiência de cerca de uma semana na Polónia, precisamente no rescaldo das eleições parlamentares, e deu ao *Avante!* um ponto de vista que em nada se aproximava da ideia de uma convergência de forças políticas, mas antes de uma exclusão explícita do PZRP de qualquer solução governativa. O seu relato motivou um espaço específico dedicado à Polónia na edição de 6 de julho de 1989, intitulado “Polónia «Isto aqui é um laboratório»”<sup>485</sup> e consideramo-lo o ponto final na confiança dada pelo partido português às intenções do Solidariedade no que respeitava à construção de uma “sociedade socialista de mercado.”

A metáfora para o título é de Stanislaw Closek, primeiro-secretário do comité central do PZRP, a respeito do caso particular da Polónia no âmbito das transformações do mundo

---

<sup>485</sup> *Avante*, 06/07/1989, p. X

socialista. Calapez começa por afirmar que “no país tudo está em movimento. E isso sente-se”. Referia-se à agitação nas ruas, mas sobretudo às diferentes interpretações que a imprensa nacional dava às negociações para a formação de um governo saído das eleições de junho. A ideia central do primeiro texto da enviada do PCP à reunião do Comité Central do PZRP vem de uma citação de Marx, que afirma que “as condições de vida determinam a consciência.” Com este esquema figurativo e ideológico, Calapez dava a entender que a Polónia vivia um momento de incerteza que era resultado de um processo histórico que determinou uma crise económica e social profunda, dando a ideia de uma experiência política cujo resultado era imprevisível.

Closek afirmou que “uma forte oposição cresceu nas falhas do nosso trabalho”, associando-as à falta de democraticidade do sistema político polaco das últimas décadas. Calapez dava conta de uma situação económica deficiente, com longas filas para adquirir bens essenciais e de uma liquidez financeira disponível por parte das famílias que não encontrava correspondência com a oferta material. Referindo-se claramente às convulsões sociais e greves, destacava as “reivindicações igualitárias impossíveis” que estas representavam, dando a ideia de que a agitação social pedia o cumprimento efetivo de uma organização socialista do Estado, associada a uma maior democraticidade política. A autocritica de Closek continuou a ser relatada pela enviada do *Avante!* no texto “A difícil procura de caminhos do futuro<sup>486</sup>”, onde era referido que, ao invés de usar a força para sustentar as reivindicações que originaram as greves, o governo optou por um sistema de motivações que levou ao aparecimento rápido de clivagens sociais marcadas entre as classes, no que chamou de fase transitória de adaptação, fase nada propícia, segundo Closek, à realização de eleições, mas numa altura em que estas se mostraram inevitáveis. Assim, o representante do PZRP relata à imprensa internacional a sua impressão de que o quadro político saído das eleições de junho não correspondia à situação real mas antes a um aspeto conjuntural. Calapez afirma que, nas suas declarações, Closek deixava clara a intenção de avançar para o multipartidarismo e não para o bipartidarismo, esforçando-se por manter a ideia de que os comunistas polacos estavam convictos na sua intenção de desmonopolizar as estruturas políticas e encetar medidas tendo em vista a defesa das classes trabalhadoras.

---

<sup>486</sup> idem



Este texto é rico em interpretações sobre, mais uma vez, o papel do PZRP no processo de mudança na Polónia e a forma como o PCP pretendia comunicá-lo. O partido português, presente numa reunião decisiva do partido comunista polaco, colocava-o como o principal representante dos interesses dos trabalhadores, voltando a frisar que a negociação partiu do PZRP, que uma das provas da mudança era a ausência do uso da força para travar a oposição e que não era o socialismo que está em causa mas sim os métodos e os modelos para alcançá-lo, que eram então diferentes do que eram anteriormente. Nesse sentido, o PZRP pretendia livrar-se do “peso do passado”, interpretando assim um momento crucial na história da Polónia, em que esse mesmo passado ditou uma conjuntura desfavorável ao governo encabeçado pelos comunistas.

A 13 de julho Álvaro Cunhal deu uma entrevista ao *Avante!*<sup>487</sup>, determinante para estabelecer o ponto de vista do secretário-geral do PCP nesta fase inicial de transformação das sociedades do centro e Leste europeu. A respeito do caso polaco, Cunhal referia que as reformas políticas não se podem considerar separadamente da situação política, económica e social e da orientação do partido. Quer o secretário-geral do PCP com isto dizer que, em suma, concordava com a interpretação de Closek patente no texto anterior e com a frase de Marx utilizada por Lígia Calapez. Ou seja, a interpretação causal do problema surgido na Polónia tinha as suas raízes na fragilidade económica do país, nos desvios cometidos pelo partido no governo e que a solução passaria pela renovação do PZRP que, sem perder, ao menos numa fase transitória, um papel decisivo, contribuiria firmemente para a democratização do sistema político polaco. Cunhal referia uma “situação muito complexa” para os comunistas polacos mas “o esforço e a vontade de ultrapassá-la.”

Cunhal não admitia que fosse o Solidariedade quem tem o poder político na Polónia, justificando-se no acordo de regime estabelecido na Mesa Redonda de fevereiro de 1989 e no papel do Presidente da República, fundamental enquanto decisor e que deveria ser eindicado pelo PZRP. Nesta entrevista, Cunhal trouxe à discussão um aspeto que viria a revelar-se essencial: a questão das oscilações nos partidos historicamente aliados do PZRP, que o fragilizaram ainda mais, mas também na ausência de unidade no Solidariedade. Ambas as considerações viriam a mostrar-se corretas, quando os primeiros deixam de apoiar o PZRP e

---

<sup>487</sup> *Avante!*, 13/07/1989, p. III

os segundos sofrem cisões que tornariam, passados alguns anos, o papel do Solidariedade irrelevante no cenário político polaco.

Sobre o facto de o Senado poder vetar as decisões da câmara baixa do Parlamento polaco ou inviabilizar a nomeação do Presidente da República, Cunhal afirma que isso seria um “golpe de Estado” que iria colocar em causa todos os acordos alcançados em fevereiro desse ano. O secretário-geral do PCP alertava ainda para os desenvolvimentos políticos na Polónia, pelo posicionamento geoestratégico do país na Europa.

Numa consideração final sobre o caso polaco, Cunhal dizia que “a real disposição e correlação de forças não se pode ter por traduzida apenas nos resultados das últimas eleições” que deram a maioria dos deputados ao Solidariedade e representaram um desaire eleitoral para os comunistas polacos.

Esta entrevista de Cunhal deixa clara a interpretação que o PCP faz, naquele momento, da situação política na Polónia: a valorização dos acordos alcançados com a oposição em fevereiro como centro das conversações com vista à formação de um governo, o papel de relevo do PZRP reformado no cenário político polaco e, por fim, a possibilidade de que o sentido de voto maciço no Solidariedade não traduzisse a efetiva correlação das forças políticas na Polónia mas fosse antes um elemento conjuntural. Deste ponto de vista, Cunhal e o PCP alinhavam em toda a linha com a interpretação e com as intenções do partido comunista polaco. Cunhal não referia, porém, a questão das quotas obrigatórias atribuídas ao PZRP no ato eleitoral.

As negociações para a nomeação de um novo governo da Polónia prosseguiram ao longo do mês de agosto, até à nomeação por parte do presidente Jaruzelski de Mazowiecki como primeiro-ministro de um executivo onde os comunistas são minoritários. O texto do *Avante!*, “POUP não apoiará governo onde não esteja representado condignamente<sup>488</sup>” abordava a questão da viabilização deste governo, trazendo, pela primeira vez de forma contundente, a figura de Lech Walesa como personalidade de proa na negociação. E se, por um lado, o texto do PCP faz uma avaliação negativa da conduta do líder sindical, recorrendo à ironia e dando a ideia de volatilidade às opiniões de Walesa, que ora se dizia disposto a aceitar o cargo de primeiro-ministro, ora o recusava afirmando haver outros mais bem preparados do que ele,

---

<sup>488</sup> *Avante!*, 24/08/1989, p. 7

por outro lado surgia a ideia de que Walesa “parece ter compreendido melhor a realidade em que o país está inserido”, ao assumir as responsabilidades da Polónia perante o Pacto de Varsóvia e ao afirmar que “nem tudo o que é comunista é mau”, ao mesmo tempo que reconhecia a importância do papel do PZRP e a ideia de que as conquistas sociais da Polónia não deviam ser diminuídas.

No entanto, as palavras que perpassam no texto associadas a Walesa e ao Solidariedade são de “recusa”, “rompimento”, quebra de palavra, hesitação, por oposição a Jaruzelski e ao PZRP, a quem são associadas sempre menções a processos históricos, como o “amplo acordo”, a “filosofia e essência da mesa redonda” e a “grande coligação.” A interpretação principal que ressalta do texto do *Avante!* sobre a tomada de posse de Mazowiecki como primeiro-ministro polaco é a de que é uma decisão do presidente na procura de um acordo lato, baseado em acordos pré-eleitorais, que garantisse, precisamente no seguimento desses acordos, uma representatividade “digna” ao PZRP. No centro da polémica, a figura de Walesa surge como elemento impeditivo de uma tomada de decisão rápida. Não obstante, o texto do PCP afirmava que quer o PZRP, quer o Solidariedade, estão concentrados no controlo da “instabilidade e confusão política [e] onda de greves que está a ficar insuportável na Polónia.”

O novo governo polaco, encabeçado por Mazowiecki, permitiu com uma série de alterações de fundo, votadas no Parlamento, no sentido da retirada de elementos associados ao passado comunista na Polónia. Fê-lo em janeiro de 1990, quando anulou o artigo da Constituição que concedia ao PZRP o papel de dirigente do país e ao alterar a designação do país para República da Polónia, medidas levadas a cabo após uma profunda reforma constitucional que instituía, entre outras, a liberdade de formação de partidos políticos e a liberdade de atividade económica, conforme relata o texto do *Avante!*, “Polónia – parlamento altera Constituição.”<sup>489</sup> Note-se, no entanto, que Jaruzelski continuava como Presidente da República, cargo que ocuparia até às eleições presidenciais de dezembro de 1990.

A reação do PCE aos resultados eleitorais de junho de 1989 na Polónia reforça a convicção de que o foco de análise do partido espanhol estava concentrado no Solidariedade, sendo do sindicato que esperava um papel decisivo para o desfecho da situação em que a Polónia se encontrava após o que o *Mundo Obrero* chama, no texto “La hora de las

---

<sup>489</sup> *Avante*, 04/01/1990, p. 7

responsabilidades”,<sup>490</sup> “la victoria sin paliativos del sindicato Solidariedad sobre las listas presentadas por el Gobierno.”

É interessante observar os vários graus de interpretação que o jornal do PCE fez sobre os resultados eleitorais na Polónia, de certa forma bastante mais complexos do que os que observámos antes no jornal do PCP. O texto afirmava claramente que estes resultados teriam uma repercussão sobre os processos de reforma nos outros países socialistas e também na própria situação económica polaca. A tónica principal é a da necessidade de negociação, que esta decorresse de forma tranquila e fosse breve, pois a incerteza política agravaria a crise económica no país. Por outro lado, o texto reconhecia o importante papel dos desenvolvimentos políticos na Polónia para a situação em todo a Europa de Leste e propunha uma interpretação mais lata do que então se passava no país.

O PCE associou a vitória do Solidariedade ao clima de abertura proporcionado pela política de *perestroika* de Gorbatchov, a quem o partido associava adjetivação relacionada com “inteligencia” e “prudencia”, numa reflexão que foi mais longe, sugerindo que os resultados eleitorais na Polónia podiam significar o aparecimento de inimigos, para Gorbatchov, “poco propicios a los câmbios.” O posicionamento do PCE perante os resultados eleitorais polacos era, por isso, de um claro reconhecimento de uma vitória ímpar por parte do Solidariedade, com consequências ao nível não só do próprio estado polaco, onde seria preciso haver uma negociação rápida entre os vencedores das eleições e o governo comunista, mas no próprio mundo socialista, onde o exemplo da Polónia poderia ter repercussões nas reformas em curso e, particularmente, para Gorbatchov e a *perestroika*, que passa na Polónia pelo seu primeiro grande teste de robustez.

Por outro lado, o texto reflete as consequências destes resultados para o PZRP, enaltecendo o facto de o partido não temer o risco que representava um ato eleitoral livre e democrático, mas assumindo que estes resultados foram vistos como um forte castigo ao governo comunista.

Outro ponto essencial da interpretação do PCE sobre as eleições polacas tem a ver com o facto de o partido considerar essencial o tempo das negociações, afirmando que existia logo após o ato eleitoral uma oferta do PZRP de favorecer uma grande coligação, rejeitada por

---

<sup>490</sup> Mundo Obrero, 14/06/1989, p.36

Walesa, que pretendia novas negociações e novas soluções após o desaire eleitoral dos comunistas, numa redefinição de toda a sua estratégia política. Segundo o PCE, esta espera poderia ser fatal e desencadear um processo idêntico ao de 1981, onde o exército pôs fim às reformas e o presidente instalou a lei marcial.

O posicionamento do PCE não era, assim, favorável a nenhuma das forças políticas em jogo. Encarava o Solidariedade e em particular Walesa como demasiado hesitantes, com diferentes porta-vozes dentro do sindicato e sem uma estratégia definida após a vitória eleitoral, exigindo um tempo que a Polónia não dispunha, pela grave crise económica em que se encontrava. Por outro lado, o PCP atribuía ao PZRP esquemas figurativos relacionados como a noção de imprevisibilidade e medo, ao considerar a hipótese de uma repetição da repressão de 1981.

Moisés Guerra e Perucho Lopéz, que assinam este texto do *Mundo Obrero*, viam, ainda assim, esta última situação como altamente improvável. O processo de reformas na Polónia iniciou-se em setembro de 1988, com a demissão do primeiro-ministro, acusado de imobilismo por um Parlamento que exigia uma resposta à forte contestação social e à crise económica. O seu sucessor, Rakowski, visto como o grande incentivador das reformas na Polónia, é tratado pelos autores como “el candidato que abrió las puertas a las reformas [y que] há sido devorado por ellas.” O texto relembra ainda que foi Rakowski quem, ao assumir o governo, disse ser necessário rasgar com toda e qualquer herança estalinista.

Para reforçar a sua interpretação de que o resultado das eleições parlamentares polacas de junho de 1989 representaram um frágil jogo de equilíbrios com o qual era preciso terminar prontamente e encontrando uma solução consensual a todas as partes envolvidas, Guerra e Lopez demonstram como este ato eleitoral superou, em termos de cobertura mediática, qualquer outra notícia, em todo o mundo, citando inclusivé George Bush, que aplaudiu o resultado e o caminho de reformas no sistema político polaco. Os autores salientam ainda, neste jogo de equilíbrios, o papel da Igreja e a sua grande proximidade a Walesa, que a considerou uma das presenças essenciais nas reuniões da Mesa Redonda. A interpretação do PCE é a de que o presidente polaco se esforçou por manter uma aparência de normalidade, com a deslocação à Bélgica para falar da dívida polaca e que o Solidariedade deveria aceitar aquela que era a então responsabilidade que lhe foi atribuída pelo povo.

Termos como “incertidumbre política”, “prudencia” (repetida varias vezes), “negociaciones”, “conversaciones”, “nuevas soluciones”, “diálogo”, “reparto de responsabilidades”, “encrucijada”, “juego de equilibrios”, “cohabitación”, entre outros, remetem precisamente para a interpretação de que o PCE viu os resultados eleitorais polacos como tendo originado uma situação frágil mas que teria uma saída concreta, sendo que para isso, não atribuindo a responsabilidade total a nenhuma das partes envolvidas, seriam necessárias concessões de ambas as partes. O final do texto é exemplar, também, do ponto de vista do partido sobre todo este processo: “un regreso a los tanques de diciembre de 1981, no haría más que dar al traste con una oportunidad histórica de asentar una evolución necesaria.” Este adjetivo, que caracteriza o sistema de reformas na Polónia e, veremos, nos países de Leste como necessário, vai demonstrar, de uma forma geral, o posicionamento do PCE face às mudanças nas repúblicas populares e, também, nos partidos comunistas do Leste europeu.

A desconfiança do PCE em relação ao Solidariedade começa a demonstrar-se particularmente evidente a partir de um texto publicado passado um mês no *Mundo Obrero*. “En Busca de la «Tierra Prometida»”<sup>491</sup> afirma que o PZRP era a parte mais interessada num acordo pós-eleitoral e que a oposição não sabia o que fazer com a vitória e com a responsabilidade que lhe foi atribuída pelo povo polaco. O Solidariedade era visto, na opinião de Eugenia Garcia Raya, como o principal responsável pela situação de desconforto e confusão, gerada por uma oposição demasiado heterogénea.

Quanto ao PZRP, o PCE, aqui à semelhança do PCP, reconheceu também que a autocrítica foi feita, ao assumir que o povo polaco lhes apresentou a fatura de 40 anos no poder e que não iriam utilizar os mesmos métodos do passado para que a ordem regressasse à Polónia.

O PCE interpretou então o impasse político polaco através do que considerava ser o único dado claro: o descontentamento geral. Do PZRP, que perdeu as eleições, da oposição, que não conseguia chegar a um entendimento e não sabia o que fazer com a vitória e da sociedade em geral, precisamente por não haver um entendimento entre as duas partes, “lo que parece la única salida posible en estos momentos.”

---

<sup>491</sup> Mundo Obrero, 05/07/1989, p.34

O texto prossegue rico em metáforas, adjetivação e utilização de figuras ilustrativas, algumas até com um sentido irónico, para ilustrar o momento que se vivia da Polónia. Enquanto o PZRP associava o fracasso à sua própria incapacidade de elevar o nível de vida dos polacos (chega mesmo a dar o exemplo de que o governo não conseguiu, em 45 anos, suprir a carência de papel higiénico), o FMI afirmava que os polacos viveram acima das suas possibilidades, sendo por isso precisa a implementação de políticas de austeridade. É este posicionamento do FMI que faz Closek, primeiro-secretário do Comité Central do PZRP, afirmar que a única solução para ultrapassar a crise económica é, analisando a situação económica, “[que] se llegue a la «tierra prometida» sin ayuda de Moisés, mojándonos todos y sin hacer descender el nivel de vida.”

Nova metáfora surge, desta vez da parte dos redatores. Sem saberem muito bem que caminho pretendia seguir o vencedor das eleições de junho, a única certeza que os une parecia ser a de que estavam contra os comunistas e os erros cometidos no passado, não se assumindo como pró-capitalistas ou antissocialistas. O Solidariedade não era, segundo o PCE, uma organização homogénea, não sabendo o que fazer com esta ampla vitória eleitoral e correndo riscos internos “porque el primer mordisco puede ser venenoso”, ou seja, uma vitória tão estrondosa pode gerar fações internas e uma primeira “dentada” no poder pode não ir ao encontro das pretensões dos milhares de polacos que votaram numa mudança.

Se nos outros textos o PCE não tomava uma posição clara na defesa de um ou outro dos principais intervenientes das eleições polacas, nesta fase o partido foi mais claro e duvida da robustez e da capacidade de o Solidariedade se assumir como uma força que procurasse o socialismo democrático. Por oposição ao PZRP que, reformado, procurava ser um partido comunista de futuro, disposto a encetar uma mudança ideológica, estrutural, que compreendesse uma ação baseada num programa concreto. Programa esse que a oposição não tinha. As declarações partiram de um dirigente do partido polaco mas todo o tom do texto parecem apontar no sentido de que o próprio PCE encarava o reformismo do comunismo polaco com seriedade e consistência.

O texto “La hora del entendimiento”<sup>492</sup>, de setembro desse ano, de Moisés Guerra, tem um tom marcadamente mais positivo em relação à situação na Polónia mas novamente muito

---

<sup>492</sup> Mundo Obrero, 06/09/1989

crítico em relação ao Solidariedade. O PCE reconhecia que a aceitação de formação de um governo de coligação era a prova de realismo por parte do sindicato e a contrapartida lógica para que o PZRP permanecesse no executivo, após a perda eleitoral de junho. O partido espanhol assinala o dia 24 de agosto como uma data histórica, em que foi nomeado pela primeira vez em 45 anos um primeiro-ministro não comunista para liderar o executivo polaco. O texto do PCE dá nota que a URSS estaria preocupada com a demora no entendimento para um governo no país, durante um período em que o PZRP queria mais peso na coligação, e que esta fosse mais alargada, uma vez que o Solidariedade se recusava a fazer parte de um governo onde estivessem os comunistas.

Os fatores que determinaram o fim do impasse são interpretados pelo PCE como estando divididos entre as partes: por um lado, o Solidariedade aceitou manter boas relações com a URSS, não questionar a presença do país no Pacto de Varsóvia e respeitar as decisões da Mesa Redonda e a Constituição polaca; por outro o PZRP aceitou ter uma representação minoritária no governo e reconheceu novamente que aquelas eleições se trataram de um plebiscito à sua atuação e dos seus aliados mas não à continuidade do socialismo na Polónia.

As dúvidas quanto à consistência da solução encontrada são demonstradas neste texto do PCE, partindo sobretudo da sua dúvida quanto à consistência e à seriedade do Solidariedade em relação a estes acordos. É utilizada uma metáfora, que vem curiosamente de um dissidente do sindicato de Walesa- “si una vaca hubiera llevado el nombre de Solidariedad hubiera ganado”- dando a impressão de que os polacos estavam muito mais interessados em castigar o PZRP e em melhorar o seu nível de vida do que se identificavam com o Solidariedade ao ponto de lhe atribuírem um voto. Esta imagem demonstra, também, a fragilidade do partido comunista e a sua fraca perceção perante o eleitorado polaco.

O autor do texto termina questionando-se sobre o valor que o Solidariedade daria ao socialismo e referindo que, para um possível entendimento, teriam de ser acordadas várias políticas de austeridade. Refere-se o facto de que o paradoxo vai além do facto de ser um sindicato a ter, então no governo, que ajustar a economia ao mercado livre: “pasó la hora de critica y llegó la de las responsabilidades.” Segundo o PCE, os equilíbrios continuavam em jogo, já que o Solidariedade atuava na base da experimentação, e esta é uma ideia expressa também pela comunicação do PCP quanto ao caso polaco. Por exemplo, a respeito da dívida



externa, o PCE refere o papel contraditório do Solidariedade, que criticou o anterior executivo baseado na sua incapacidade de renegociar a dívida polaca e contrair melhores condições. Mas esse papel parece, para o autor, difícil também para o Solidariedade, uma vez que a existência de um caso excecional de financiamento externo e renegociação da dívida para a Polónia representaria o exigir de contrapartidas, também, por parte de outros grandes devedores internacionais.

O texto “La grande coalición”<sup>493</sup> é um reforço interessante das interpretações previamente expostas em textos anteriores, mas com algumas *nuances* que serão importantes notar. Atentemos, antes de mais, na imagem escolhida para ilustrar o texto: uma família num parque, um pai, uma mãe e um bebé, passeando de bicicleta. Uma família aparentemente de classe média, de facto, ao que a imagem transparece, idêntica a tantas outras famílias daqueles anos, comparável a qualquer família do mundo ocidental: uma bicicleta de dois lugares, roupas que poderiam ser vistas numa rua de Varsóvia ou de Londres, relógios, sapatilhas e uma legenda: “Según el POUP, «en Polonia se inicia el proceso de la formación de una sociedad ciudadana».” Uma sociedade onde, precisamente, pessoas como as que estão retratadas naquela imagem eram o elemento decisor principal. A figura da “sociedade cidadã” seria, então, comparável à noção de uma democracia socialista? Veremos ao longo do texto de que forma esta ideia é exposta.

Esta grande coligação entre comunistas e a antiga oposição fez com que, na opinião do PCE, a oposição agora na Polónia fosse representada pelos sindicatos afetos ao PZRP. O OPZZ, principal sindicato afeto ao PZRP e com representação parlamentar, passa a constituir a verdadeira oposição, que recordou que as medidas liberalizadoras da economia polaca começaram já no antigo governo e que o novo executivo representava apenas a continuação de reformas económicas e políticas já iniciadas com o governo anterior.

A principal ideia a reter deste texto é a que se refere à caracterização da tal noção de “sociedade cidadã”, importante também para perceber a modificação ideológica por que o próprio PZRP estava a passar durante aqueles dias. Dizia o porta-voz do partido, então, que a “sociedade cidadã” era um estado socialista de direito, uma democracia parlamentar de facto, solidificando a noção de que o PZRP tinha um papel muito relevante nos destinos da Polónia:

---

<sup>493</sup> Mundo Obrero, 20/09/1989, p. 37

“el partido no pasará a la oposición ni se convertirá de ningun modo en una fuerza destructiva. Vamos a gobernar conjuntamente (...)” A interpretação que passa neste texto do *Mundo Obrero* é de que foi o PZRP que aceitou fazer parte desta grande coligação e que, para o interesse da Polónia na criação de uma “sociedade cidadã” baseada em consensos, não se colocou numa situação de oposição, querendo estar do lado da mudança.

A entrevista de 27 de setembro ao embaixador polaco em Espanha é fundamental para perceber o posicionamento de um elemento ligado diretamente ao PZRP face a essas mudanças em curso. É Marian Renke quem afirma, então, que “Polonia vive una oportunidad única”<sup>494</sup>, o que produziu, no início, duas interpretações distintas: a imagem de um país socialista em convulsão, por um lado, e, por outro a incredulidade, a desconfiança e a estranheza face à abertura demonstrada pelo PZRP. Na opinião do embaixador polaco, a solução encontrada surpreendeu todos. Renke reconheceu que aquele era o primeiro governo eleito de facto pelo povo e que o futuro passava precisamente pela repetição do que se observou no rescaldo das eleições de junho: mais do que negociação, coordenação. Que foi possível quando ambas as partes assumiram que a necessidade de reformas estava diretamente relacionada com a crise económica na Polónia mas que, assim o referiu Renke, a dívida não poderia significar a perda da cobertura social dos polacos, sendo que, no país, “nadie habla de capitalismo.” O *Mundo Obrero* perguntou ao embaixador quem seriam os futuros donos das empresas estatais, colocando a tónica da entrevista na procura de uma definição do que seria exatamente o futuro próximo do país. Renke reafirmou que Lech Walesa não pensava em vender o país e foi com base no entendimento de que os ideais socialistas permaneceriam que foi formada uma grande coligação governamental. Quanto às vozes críticas do OPZZ, Renke demarcou-se das suas posições, afirmando que o sindicato não é uma filial do partido comunista.

Um dos elementos discursivos mais interessantes desta entrevista é trazido pelo PCE no antepenúltimo parágrafo do texto, onde o entrevistador associou a situação na Polónia à situação em Itália. Explicou o autor, de forma algo surpreendente, que em Itália o PCI mantém desde há anos um apoio popular idêntico ou maior do que o Solidariedade na Polónia, e que a

---

<sup>494</sup> Mundo Obrero, 27/09/89, p.32

solução polaca poderia vir a ser considerada na Itália no que se refere, depreendemos, à formação de um governo de coligação.

Esta interpretação, exclusiva do PCE e sobre a qual o embaixador polaco se absteve de comentar, estabelece uma comparação direta entre o processo de formação do governo polaco e uma futura composição de um governo italiano. Claramente com dimensões distintas, mas com a ideia de que a permanência contínua no governo (do PZRP, na Polónia e da Democracia Cristã, em Itália) implica desgaste, não obstante representarem ideologias políticas amplamente distintas. É interessante a forma como o PCE comparou a situação política de uma das repúblicas populares com um país como a Itália, onde a democracia, desde o final da II Guerra, não foi nunca posta em causa nem a permanência da Democracia Cristã serviu nunca como motivo de questionamento, por parte do Ocidente, dos alicerces da democracia italiana.

Não obstante, esta comparação parece-nos concentrada no que diz respeito à possibilidade de conversações entre oposição e governo e não na comparação entre Solidariedade e o PCI, movimento que, em setembro de 1989, os partidos comunistas ocidentais viam claramente como antissocialista e católico.

No final, a situação na Polónia é descrita por Renke como “efervescente” e que cada segundo condensava décadas, numa alusão à rapidez com que o processo de mudança estava a ter lugar.

O decurso do processo político na Polónia não viria, como sabemos, a respeitar as observações de Marian Renke: logo em janeiro de 1990, seria o próprio PCE quem, numa nota no *Mundo Obrero*, referia as dificuldades que o país vive devido às políticas austeritárias impostas pelo FMI com a anuência do Solidariedade e do PZRP, que estava prestes a realizar o seu XI Congresso, no qual o partido se dissolveu e foi fundado o SdRP. São referidas no texto “Dificuldades para Polonia”,<sup>495</sup> as greves, os protestos e os conflitos que esta política provocou no país, juntamente com o plano de aceleração da liberalização económica e a privatização dos meios de produção.

Em relação ao posicionamento do partido catalão sobre o decurso das eleições parlamentares de junho de 1989 na Polónia e as conversações posteriores para a formação de

---

<sup>495</sup> Mundo Obrero, 26/01/1990

um governo, foi no jornal do PSUC, *Treball*, que, pela primeira vez, se deu importância à presença de observadores estrangeiros no ato eleitoral de junho de 1989. O partido catalão referia o facto de que os concorrentes à eleição tiveram meios de campanha idênticos, como assim o relataram os observadores internacionais. O Solidariedade recebeu fundos estrangeiros para prosseguir com a sua campanha, que terminou numa vitória que, também segundo o PSUC e no sentido do que já vinha sendo constatado pelos outros partidos, surpreendeu os comunistas mas que, referiam os catalães, foi o resultado de uma eleição onde o voto ou a abstenção foram decididas com toda a liberdade.

A interpretação que o partido catalão faz do período de negociação é também nova e traz dados importantes para analisar o enquadramento que o PSUC dá aos processos de mudança na Polónia. O partido catalão afirma que Jaruzelski e o PZRP queriam negociar e respeitavam os resultados eleitorais, cedendo o governo ao Solidariedade. E que era da parte deste último que partia a renitência em assumir compromissos: fosse a facção do sindicato que não queria prejudicar a sua imagem partilhando um governo com os comunistas, fosse os que queriam alterar os acordos da Mesa Redonda de fevereiro de 1989.

Gregori López Raimundo, que assina o artigo do *Treball*, falava, no entanto, de uma razão diferente para a renitência do Solidariedade em governar: o facto de não quererem estar no governo numa altura em que a Polónia teria obrigatoriamente, por imposição do FMI e dos credores ocidentais, de tomar medidas duras de austeridade, que seriam impopulares e poderiam fazer desaparecer o apoio maciço que o Solidariedade teve no ato eleitoral.

Havia ainda outra facção do sindicato vencedor das eleições, que queria cortar radicalmente com os acordos da Mesa Redonda e instaurar um regime novo, de raiz, de onde os comunistas estivessem totalmente ausentes. Segundo o PSUC, esta seria a solução mais perigosa, já que, no seu entender, levaria ao endurecimento da posição do PZRP e à intervenção do exército, liquidando o processo de democratização da Polónia.

O PSUC atribuiu, à semelhança do PCE e do PCP, um papel essencial ao rumo dos acontecimentos na Polónia na evolução do resto do mundo socialista europeu. A incerteza que se vivia na Polónia no pós-eleições de junho de 1989 poderia, segundo o partido, resultar numa aceleração das reformas, caso houvesse entendimento entre os principais intervenientes, ou num bloqueio dos processos de renovação dos partidos comunistas do Leste e uma má imagem

para a *Perestroika*. Pelo contrário, um processo de reformas consistente na Polónia significaria que a política da *Perestroika* seria real e que os antigos partidos comunistas monopolizadores do sistema político estariam dispostos a partilhar o poder e a aceitar a concorrência eleitoral.

Em relação ao PCF, o texto “Vote massif”<sup>496</sup>, faz um retrato já do próprio dia das eleições, relatando casos de mesas de voto onde jovens explicavam como votar nos partidos da oposição e falando de uma “febre eleitoral” vivida em Varsóvia no dia das eleições. À semelhança de um texto da imprensa generalista, esta reportagem, também de Jean Paul Piérot, faz uma abordagem bastante completa às reações das principais forças políticas ao ato eleitoral, apresentando as reações quer de Jaruzelski, quer de Walesa, à saída da mesa de voto. O secretário-geral do PZRP deixou uma mensagem em que esperava que a Polónia chegasse a um acordo que motivasse uma melhoria das condições de vida dos polacos, apelando ao voto nas forças políticas que estavam prontas para levar a cabo as resoluções da Mesa Redonda desse ano e frisando que, na situação do país, “il n’est pas bon que l’un des deux côtés exerce une domination.” Declarações idênticas às de Walesa, ao jornal francês, que apelou a uma votação calma no Solidariedade.

Mesmo no próprio dia da eleição, o jornal francês dava conta de discordâncias no seio do sindicato Solidariedade, com alguns militantes a apelarem ao voto nulo. Talvez o ponto onde o jornal do PCF se mostrou mais propenso à defesa do voto no PZRP surgisse com a explicação de que os eleitores que votavam no Solidariedade, quando entrevistados, estavam maioritariamente a depositar um voto anticomunista. Por seu lado, os eleitores do PZRP esperavam uma “union réelle de tous les Polonais pour sortir des difficultés.” O consenso entre todos os eleitores encontrava-se no facto de todos se congratularem com a possibilidade da realização de um ato eleitoral aberto e livre.

O jornal do PCF analisa, finalmente, o principal objetivo das eleições, considerando que o que era determinante, naquele momento, mais do que os próprios resultados, era saber-se se a corrente a favor do entendimento sairia vencedora. Ou seja, se o conjunto dos votos na coligação da qual o PZRP fazia parte e no Solidariedade seria suficiente para formar uma maioria confortável, que impedisse a restante oposição, contrária às reformas, de ter uma representação preponderante quer na câmara baixa, quer no Senado polacos. O texto de Piérot

---

<sup>496</sup> L’Humanité, 05/06/1989, p.15

termina com uma citação do jornal oficial do PZRP: “La Pologne doit vaincre”, sendo a vitória, associada, precisamente, à continuidade das reformas políticas, económicas e sociais.

O texto “Questions sur un scrutin”,<sup>497</sup> do mesmo jornalista, faz já uma reflexão sobre os resultados eleitorais e a vitória incontestável do Solidariedade. O PCF considerou que as previsões se confirmaram e que esta vitória não foi, de todo, imprevisível, justificando-a com a nova lei eleitoral, que permitiu que houvesse uma multiplicidade de candidatos opostos ao governo e no clima de grande contestação e descontentamento social, que favoreceram o Solidariedade. Por outro lado, o enviado do PCF salientou a alta abstenção, de cerca de 40%, frisando que, embora a oposição tenha indubitavelmente ganho, a sua vitória não representava a maioria absoluta dos eleitores polacos.

Em seguida, o texto apresenta várias visões sobre os resultados eleitorais. Em primeiro lugar, a derrota do PZRP deveria suscitar uma reflexão e reorientação do partido perante a nova situação em que se encontrava. Um representante dos comunistas polacos, citado pelo jornal, mantinha-se firme na convicção de que, embora, na sua opinião, a campanha eleitoral da oposição tivesse sido realizada tendo tido como objetivo primário influenciar os eleitores contra o PZRP, o partido se encontrava aberto a negociações e entendimentos com vista à manutenção das reformas iniciadas. Na opinião do representante do PZRP, “les émotions individuelles ont souvent prevalu sur la réflexion.”

O texto de *L’Humanité* faz uma ronda pelos principais títulos da imprensa polaca no dia pós-eleições. O jornal *Zycie Warszawy*, quotidiano de larga tiragem na capital do país, referia que o escrutínio favoreceu a oposição, tendo sido a campanha eleitoral feita entre uma coligação carregada de passado e uma outra “vierge et créditée de bonnes intentions.” O jornal oficial do PZRP, *Trybuna Ludu*, ressaltou a grande abstenção, relacionando-a com eleitores da oposição que não se reviam nos acordos da Mesa Redonda, em eleitores do PZRP em desacordo com as reformas iniciadas pelos comunistas e nos extremistas de direita, que não se sentiram representados em nenhuma das forças políticas.

O jornalista refere que mesmo com este fraco resultado, a orientação reformista do PZRP não se deveria alterar mas que, e aqui cita de novo um representante partidário, estes dados demonstravam que deveria ser realizada uma profunda reflexão, pois eram um voto

---

<sup>497</sup> L’Humanité, 07/06/1989, p.17

contra o estalinismo, um voto de castigo contra os erros do passado, dos quais a falta de democracia das instituições polacas era o mais apontado. O PCF fala de mudanças imediatas na sociedade polacas, urgentes e motivadas pelo resultado eleitoral e que passavam por uma transformação das negociações entre o PZRP e o Solidariedade. A grande dúvida, para o partido francês, era sobre como se iriam desenrolar essas alterações de forças. Para já, quer o PZRP, quer o Solidariedade, afirmavam a sua convicção na procura de entendimento. Jean Paul Pierot deixa, no entanto, uma dúvida: “l’avenir dira si ces déclarations sont suivies d’effets.”

No rescaldo das eleições polacas, o PCF deu destaque, no texto “Ouverture et arrières-pensées”<sup>498</sup>, ao plano norte-americano de ajuda económica à Polónia. Interessa-nos, principalmente, perceber se existia uma avaliação crítica, por parte do jornalista, em relação à atuação de George Bush.

Numa primeira parte, o texto destaca o discurso de Bush no Parlamento polaco, frisando a sua intenção de pedir ao Ocidente, ao Japão e ao G7 ajuda para o avanço das reformas na Polónia, particularmente no que dizia respeito ao processo de privatização de empresas estatais. Nesse sentido, o presidente norte-americano prometeu a criação de um fundo americano-polaco para ajudar o setor privado do país na ordem dos cem milhões de dólares, e a intervenção do Banco Mundial na reestruturação do setor industrial e agroalimentar do país. Bush comprometeu-se também a renegociar a dívida externa da Polónia, a financiar projetos antipoluição e a criar um centro cultural norte-americano em Varsóvia.

O PCF é claro na avaliação das propostas norte-americanas: “L’offre de M.Bush à la Pologne est plus spectaculaire et surtout plus politique que réellement efficace du point de vue économique.” Segundo o PZRP, a ajuda não seria rápida nem suficiente, sendo que o presidente norte-americano se limitava a apoiar pedidos de crédito. Também Walesa, embora reconhecendo que Bush era um homem político “de grande classe, d’une grande intelligence”, ficou desiludido com a intervenção, já que, na sua opinião, a Polónia precisava de um tratamento de choque e não de um plano de crédito.

*L’Humanité* regressou ao discurso de Bush para referir que estas promessas vinham, obviamente, acompanhadas de exigências, que passavam pela instalação de políticas

---

<sup>498</sup> L’Humanité, 11/07/1989, p. 13

austeritárias, sublinhando a questão das privatizações como condição essencial à ajuda ao país. Da parte do governo, existia abertura para o incentivo à iniciativa privada mas a intenção era a de que o setor público permanecesse maioritário. O jornalista frisa que Bush queria tornar as reformas na Polónia uma luta política contra os dogmas do socialismo, promovendo abertamente uma viragem radical para a economia de mercado.

Embora cauteloso, o texto de Piérot sobre a ajuda de Bush à Polónia define claramente um problema: o de essa ajuda vir em forma de mais crédito e significar o privilégio do modelo capitalista de organização da economia. Através de vários parágrafos não atribuídos a nenhuma fonte, ou seja, da autoria do próprio jornalista, perpassa a ideia de que as intenções de Bush para a Polónia são claras: “l’espoir existe a l’Ouest que les pays socialistes regagnent à la faveur des reformes «le bercaïl capitaliste»”.

O jornal francês publicou nas semanas seguintes vários textos sobre a eleição do Presidente na Polónia. Trata-se, no entanto, de textos com um carácter meramente informativo, onde, sobretudo, são evidenciados posicionamentos dos vários candidatos e onde não é significativa nenhuma interpretação do jornal quanto às estratégias seguidas. Em termos gerais, o jornal oficial do PCF deu mais destaque ao posicionamento do PZRP, continuando a associá-lo ao continuador das reformas estruturais na Polónia, sublinhando o facto de os principais atores políticos estarem interessados, naquela fase, em evitar crises institucionais que pudessem por em causa o equilíbrio de forças no país. É o caso do texto “Candidat de L’entente”<sup>499</sup> e de “Election en Direct”<sup>500</sup>, onde, como referimos, o jornal aborda o cenário dos acordos que levariam à eleição de Jaruzelski como Presidente do país.

A respeito deste tema, o texto mais interessante publicado pelo jornal francês, “Varsovie en quete de gouvernement”<sup>501</sup>, analisa a questão das consequências da eleição de Jaruzelski e a necessidade urgente do estabelecimento de um governo na Polónia. O mesmo jornalista, Jean Paul Piérot, falava de uma eleição à justa do novo presidente e do seu reflexo na dificuldade previsível para a formação de um governo no país. O dado novo é o facto de o Solidariedade, após os resultados eleitorais e a eleição presidencial, ter mudado de ideias e não excluir a exigência de participação no futuro governo polaco. Até então, o líder do

---

<sup>499</sup> L’Humanité, 19/07/1989, p.19

<sup>500</sup> L’Humanité, 20/07/1989, p.20

<sup>501</sup> L’Humanité, 22/07/1989, p.6



sindicato referia que a herança de 45 anos de governação comunista impediria qualquer exercício de poder real por parte de ministros do Solidariedade, no contexto de um governo de coligação.

O novo posicionamento vem alterar substantivamente, segundo o jornalista, a correlação de forças na Polónia, colocando o Solidariedade num papel de possível força governativa e, assim o interpretou, de possível líder de um novo executivo. Era, sobretudo, uma mudança de tipo institucional: de um sindicato, o Solidariedade passava a ter intenções claras de se tornar governo.

As contas da eleição de Jaruzelski não faziam antever, na opinião do jornalista, uma solução fácil para a formação de um governo na Polónia: houve parlamentares do Solidariedade a votar em Jaruzelski e membros de outros partidos, aliados do PZRP, a votar contra o novo presidente. O ambiente da reunião do Solidariedade em que se decidira o apoio a Jaruzelski é descrito como “elétrico” e as fissuras no sindicato eram cada vez mais evidentes. Não obstante o novo presidente polaco se ter demitido da liderança do PZRP, as vozes contra o apoio do Solidariedade à sua eleição eram cada vez mais numerosas.

O texto do PCF define a formação do novo governo polaco como um problema central, sendo que os vários posicionamentos e a organização das forças políticas não eram consistentes, fosse no PZRP, fosse no Solidariedade ou nos outros partidos com representação parlamentar. A frase que encerra o texto utiliza um esquema figurativo que retira o cerne da problemática do Parlamento: “la population polonaise, aux prises à des graves difficultés sociales et économiques accepterait mal que les discussions s’embourbent.”

Este é o primeiro texto, do jornal francês, em que a tónica é claramente retirada dos agentes políticos e o enquadramento do problema é feito através do recurso à ideia de que era a população que exigia rapidamente a tomada de posições. Marcará, daqui em diante, uma abordagem que verificamos ao nível do partido francês e que perpassa a ideia de que as mudanças políticas e institucionais só seriam válidas se forem no sentido do prosseguimento das reformas democratizantes, respeitando a vontade e o sentido de voto dos polacos. As discussões para a formação do novo governo arrastar-se-iam e, como veremos, o PCF tem uma posição marcadamente crítica quer em relação ao PZRP, quer ao Solidariedade.

O texto “Walesa joue la débauche<sup>502</sup>” fala sobre os bastidores da política polaca. O problema central é colocado no facto de Walesa estar a procurar trazer para si o Partido Popular Unido e o Partido Democrático, partidos tradicionalmente aliados do PZRP. Através da utilização de expressões como “atmosphère houleuse”, “le monde polonais s’agite”, o jornalista descreve as negociações em curso entre Walesa e aqueles partidos onde existiam divisões internas profundas sobre o sentido do seu apoio a uma das forças políticas. Da parte do PCF, trata-se de um alerta em relação ao facto de Walesa estar a procurar captar para si o apoio dos partidos tradicionalmente apoiantes do PZRP. A “agitação”, de que o partido francês falava, tinha precisamente a ver com o facto de o Solidariedade, impossibilitado de formar um governo pois não tinha uma maioria de deputados no Parlamento, se sujeitar à procura de apoio em partidos que não partilhavam qualquer semelhança ideológica com o sindicato, mas com os quais, apenas por uma questão de conveniência política, admitia coligar-se para conseguir formar governo.

Do lado do Partido Popular Unido, subsistia, segundo Piérot, a ideia de que a mudança de estratégia tinha como principal objetivo uma aproximação ao Ocidente. O Partido Democrático revia-se num governo de “confiança nacional” que permitisse ao país sair da crise. Quanto ao PZRP, este falava de traição aos acordos alcançados na Mesa Redonda e da intenção do Solidariedade em não os fazer cumprir. Mais, ressaltava o perigo de haver ministros no novo executivo nos quais não confiava e que não estavam empenhados no respeito ao desenvolvimento das reformas acordadas e, no plano internacional, na manutenção dos compromissos assumidos pelo país, nomeadamente no que respeita ao Pacto de Varsóvia.

*Confiança* é, de resto, uma das palavras mais referidas no texto, citando responsáveis partidários, mas que, naquele momento específico da vida política polaca, não parecia estar presente em nenhuma das forças que negociavam entre si a composição do governo. A utilização de termos como “traição”, “confiança”, “tensão”, apontam para uma interpretação por parte do enviado do PCF à Polónia de que o país vivia momentos de intriga política, onde Walesa tentava a todo o custo retirar os comunistas de um futuro governo e estes assistiam, imóveis, refugiando-se nos acordos da Mesa Redonda.

---

<sup>502</sup> L’Humanité, 11/08/1989, p.10

O texto “La Note sera salée”<sup>503</sup> faz uma abordagem sobre a sociedade polaca naquele que é descrito pelo jornalista como o momento mais importante da sua história e trazendo marcadamente o enquadramento do problema político polaco para a população e para as condições de vida na Polónia.

A liberalização dos preços, na opinião de Marchand, acentuou os problemas dos polacos, tendo sido uma medida criticada por todos e ficando longe de ter o efeito pretendido. O jornalista descreve a escassez de alimentos, cada vez mais caros, com o poder de compra a diminuir dramaticamente, assim como os aumentos que por vezes chegavam aos 400% por dia, à exceção dos supermercados estatais, onde os preços ainda eram controlados mas onde as pessoas esperavam várias horas em filas, muitas vezes em vão. A abundância chegara às lojas polacas e as montras não o permitiam negar: no entanto, o cidadão comum não tinha como comprar os bens e continuava a ter de esperar pelo que era oferecido nos supermercados estatais.

Marchand fala da impossibilidade de medir a perda do poder de compra dos polacos após a liberalização dos preços, facto que fazia com que as greves e manifestações aparecessem “comme des champignons après la pluie”.

O texto de Marchand coloca a definição do problema nas medidas de liberalização dos preços na Polónia, que baixaram drasticamente o poder de compra e faz uma clara avaliação de que a situação era pior do que a anterior a vários níveis: na indústria, na agricultura, nos transportes. É um dos poucos textos publicados pelos jornais partidários, nesta altura, que analisa o impacto das primeiras medidas capitalistas assumidas por Varsóvia, fazendo um retrato de uma cidade onde finalmente chegavam os bens que antes escasseavam, mas que eram inacessíveis a uma população empobrecida, cuja melhoria de vida não acontecera com a introdução de produtos estrangeiros e com a liberalização dos preços dos bens essenciais.

Em “Polka-hésitation”<sup>504</sup>, a temática volta a ser a das negociações e, sobretudo, das especulações quanto às verdadeiras intenções dos agentes políticos responsáveis pela formação do novo governo polaco. O jornal francês afirma que as tentativas de Walesa de convencer os líderes dos partidos que previamente apoiavam o PZRP não passam de

---

<sup>503</sup> idem

<sup>504</sup> L’Humanité, 11/08/1989, p.8

“clapotis”, ou seja, as oscilações visíveis daquilo que são as reais intenções do líder do Solidariedade, que rejeitava novamente qualquer coligação governativa, o que faria com que o novo executivo, liderado por Kiszczak, não tivesse a aprovação do Parlamento. Do lado do PZRP, a aproximação de Walesa aos dois partidos que anteriormente apoiavam os governos comunistas é tida como o “canto da sereia”, que tinha como objetivo central colocar o líder do Solidariedade como chefe de governo. O apoio do Partido Popular Unido ao Solidariedade é interpretado, pelo jornalista, como uma forma de conseguir mais ministros e maior representatividade num futuro executivo.

O texto é rico em expressões e imagética que reportam aos meandros da intriga política: do “canto de sereia” de Walesa, à “coligação de problemas”, que parecia ser a visão de Walesa sobre um possível acordo com os comunistas, à visão do líder do Partido Popular Unido, que diz que “il vaut mieux avoir un moineau dans le poing qu’un canari sur le toit”, às afirmações de Michnik, figura de proa da oposição, que declarou, após um encontro com o Papa, que o único governo legítimo e credível seria um que for dirigido pelo Solidariedade em coligação com outras força reformistas. Afirma Claude Marchand que, com isto, a oposição pretendia colocar “um pouco de água na fervura.”

No texto do PCF surge ainda, em nota, o posicionamento da URSS sobre as difíceis negociações para a formação de um governo estável na Polónia, no sentido em que Moscovo, embora admitindo que as negociações eram um assunto interno do país no qual não se iria imiscuir, a formação do governo não deveria originar mais desestabilização, que não corresponderia aos interesses de toda a Europa.

O texto de Claude Marchand é, novamente, um texto claro de descrição de intriga política, estabelecendo o principal problema nas negociações paralelas de Walesa, que descarta o PZRP de qualquer solução de governo estável. Fá-lo recorrendo, como vimos, a uma série de expressões, imagens e metáforas e define o enquadramento do problema através de três vetores principais: as manobras de bastidores de Walesa que não ajudavam a encontrar a solução para o problema, a passividade do PZRP que se limitava a dizer que Walesa queria romper os acordos estabelecidos e a ideia de que a instabilidade na Polónia, citando fontes soviéticas, desencadearia um problema maior, de nível europeu.

O título do texto “L’opposition est partie a la peche”<sup>505</sup> é marcadamente irónico e refere-se ao facto de o líder do Solidariedade se recusar a prestar declarações sobre o governo polaco por estar de fim-de-semana em repouso. Por outro lado, o PZRP afirmava que a sociedade estava impaciente e exigia uma solução.

É um texto mais importante do que à partida se possa supor pois transparece um claro posicionamento do PCF sobre a questão polaca. É de novo descrita uma cidade de Varsóvia em pausa, com lojas que aceitavam outras divisas que não o zlóti, o crescimento do alcoolismo e a contínua perda de qualidade de vida da população. É descrita a impossibilidade do chefe do novo executivo em conseguir nomes dispostos a integrar o governo e que tal se devia à intransigência de Walesa em mover a linha que determinou que não entraria num governo de coligação com os comunistas.

Numa altura em que a Polónia e a Europa pediam que fosse encontrada uma solução governativa, Walesa informava que está “actuellement en week-end”. O texto de Marchand aborda de forma clara as dissidências no Solidariedade, entre os representantes eleitos para o Parlamento e outros elementos não eleitos. A responsabilidade pelo impasse para a formação de um governo é colocada, neste texto, do lado do Solidariedade. O PCF atribui-lhe claramente a culpa de não haver uma solução governativa. Por outro lado, não ressalta de forma particularmente entusiasmada os esforços do PZRP em superar a crise, dando a entender também alguma intransigência da parte dos comunistas, que, desde as eleições, se fixavam na ideia de que a única solução de governo teria que contar com uma presença forte do PZRP e que respeitar todos os acordos estabelecidos na Mesa Redonda.

Durante a semana seguinte, Varsóvia viveu, como relatado no texto “Walesa Candidat”<sup>506</sup>, “dans la fièvre des jeux politiques”. O Solidariedade nomeou Lech Walesa como candidato a primeiro-ministro e convidou todas as forças políticas do país que quisessem prosseguir as reformas a fazer parte do governo. Ironicamente, já que foi um dos maiores defensores dessas medidas, Walesa procurou capitalizar para si o descontentamento da população face aos resultados da introdução das leis do mercado na produção e distribuição dos produtos agroalimentares. O texto do PCF afirma que Walesa já não agia como um líder

---

<sup>505</sup> L’Humanité, 14/08/1989, p. 7

<sup>506</sup> L’Humanité, 17/08/1989, p.9

sindicalista mas como um futuro governante. De facto, era o líder do Solidariedade que, segundo o jornalista, parecia dominar todos os passos: tinha o apoio da população, traduzido em votos, conquistara definitivamente o apoio dos partidos anteriormente aliados do PZRP, conseguira que o primeiro-ministro se demitisse e, daí, não espantar a sua intransigência quanto à recusa em assumir um executivo onde os comunistas tivessem uma representação maioritária.

*L'Humanité* volta a falar da preocupação relacionada com a população apanhada no meio desta trama política de luta pelo poder e volta a falar também da questão do posicionamento da URSS, que se congratulou com o facto de que Walesa garantiu manter os compromissos da Polónia no quadro do Pacto de Varsóvia e não se opôs à formação de um executivo com alguns nomes do PZRP.

Se os textos anteriores publicados no jornal oficial do PCF davam claro protagonismo ao Solidariedade como elemento decisivo no âmbito das conversações para a formação do governo polaco, o mesmo não se passa com “Possible Compromis”<sup>507</sup>, onde o jornal dá voz ao PZRP e o coloca no centro do debate, citando fontes oficiais do partido e remetendo os leitores para textos publicados no órgão de imprensa do PZRP, o *Trybuna Ludu*. Perpassa a ideia de que para o PZRP era urgente a criação de um governo de confiança nacional, atribuindo aos seus antigos apoiantes no Parlamento polaco a impossibilidade de uma passagem sem conflitos para uma nova ordem política e social. O partido deixava claro que entrar em conflito com o PZRP não servia os interesses do país e assumia uma postura mais ativa no processo de negociação afirmando, no entanto, que nem o PZRP, nem o Solidariedade isolados, conseguiriam tirar o país da crise em que se encontrava. O partido comunista apelou à mobilização contra a desestabilização, fazendo inclusivé um repto ao restante mundo socialista.

Claude Marchand, autor do artigo, vê este posicionamento do PZRP, ainda que mais interventivo, menos intransigente: “beaucoup d’observateurs ont cru discerner «un durcissement».” O jornalista interpreta a intervenção do PZRP como o assumir claro de que estava pronto a colaborar num governo com Mazowiecki como primeiro-ministro.

---

<sup>507</sup> L'Humanité, 22/08/1989, p.9

Do lado do Solidariedade, a intransigência continuava a ser a palavra de ordem: Walesa pediu ao PZRP que não fizesse ameaças, que retirasse das eleições parlamentares conclusões para o futuro e deixou claro que não haveria outra oportunidade de diálogo. A figura de Mazowiecki foi descrita como “tranquila” e aparentemente consensual, embora as acusações de Walesa sobre a culpa da crise continuem a ser feitas ao PZRP. No final do texto, o jornalista deixa a sugestão de que a própria Igreja Católica, com grande impacto na Polónia, estaria também a exercer influência nos bastidores e que o compromisso entre os comunistas e o Solidariedade, embora parecesse impossível visto do estrangeiro, não era visto dessa forma na Polónia, onde era tido como a melhor solução.

O texto de Marchand apresenta, talvez pela primeira vez entre os textos analisados, um posicionamento claro do PZRP, dando-lhe destaque no âmbito das negociações para a constituição do governo polaco. Através da transcrição de várias declarações de alguns dos seus líderes mostra um partido que cedia mas que contava ainda com grande influência no país e que não estava disposto a entregar o poder à oposição, embora considerasse o compromisso como a única solução para a saída da crise. Novamente, a figura de Walesa é associada à intransigência e a uma certa ideia de imutabilidade, como se o resultado eleitoral e o apoio da Igreja lhe garantissem quase um estatuto intocável em todo o processo, não obstante as várias fraturas que se fazem sentir no seio do Solidariedade.

Mazowiecki foi assim empossado primeiro-ministro a 24 de agosto de 1989 e o seu discurso foi analisado no texto “Mazowiecki largement investi”<sup>508</sup> com a clara menção aos aplausos por parte de todas as bancadas parlamentares. Muito embora o PZRP não pedisse a palavra nem cumprimentasse o novo primeiro-ministro, a realidade é que 91 dos 176 deputados do PZRP, cerca de metade, votaram favoravelmente. É com este dado que o jornalista remata o texto, dando a entender que, após longas semanas de negociações, embora não de uma forma unânime, foi encontrada uma solução estável para o governo da Polónia.

A verdadeira reflexão sobre o novo cenário na Polónia acontece no texto seguinte que seleccionámos, “Plan américain pour la Pologne.”<sup>509</sup> Aqui, o jornalista começa por perguntar-se que política seguirá o novo executivo, sendo que as pastas mais importantes tinham ficado

---

<sup>508</sup> L’Humanité, 25/08/1989, p.10

<sup>509</sup> L’Humanité, 28/08/1989, p.13

nas mãos de representantes do Solidariedade, personalidades que não considerava terem preparação para assumirem tais responsabilidades e que hesitam “entre une thérapie douce et un traitement de choc pour sortir le pays de la crise.”

Do encontro de Mazowiecki com Jeffrey Sachs, economista norte-americano, saíram promessas de um plano de “salvação nacional” para a Polónia. Mas, pergunta-se Marchand, a que preço? Esse seria o do salto definitivo para a economia de mercado e para o capitalismo, tornando o zloti uma moeda convertível, acabando com as subvenções estatais e a proteção de preços e liberalizando as trocas comerciais. Sachs prometia que o seu plano diminuiria drasticamente a inflação e elevaria o nível de vida dos polacos, fazendo da Polónia, em dez anos apenas, um dos países mais desenvolvidos da Europa<sup>510</sup>. O jornalista questiona-se acerca dos custos para os trabalhadores do plano americano implementado no país.

Marchand expõe a opinião de outros economistas que não concordavam com este plano e falavam do aumento do desemprego e do empobrecimento que traria a ajuda financeira norte-americana e o salto radical para o capitalismo, questionando-se sobre a eficácia e a possibilidade de estabelecer este plano num país como a Polónia. Walesa surgia como a figura capaz de acalmar a população, com a notoriedade suficiente para travar greves e manifestações e impor um período de austeridade e sacrifícios aos polacos.

Neste texto, o PCF assume pela primeira vez o problema central decorrente do protagonismo de Walesa no cenário político polaco: o abandono total do socialismo para a passagem a um capitalismo austeritário. O que coloca questões, também, como a inclusão da Polónia no, então ainda existente, mundo socialista e as consequências para a população. É um texto que reflete a opinião do PCF mas que em vez de marcadamente crítico deixa antes questões, como a exequibilidade do plano norte-americano num país com as características da Polónia e se, de facto, este traria os benefícios esperados à população.

Veremos em seguida como o posicionamento do PCI, principalmente em relação a Lech Walesa e ao Solidariedade, contrasta com o dos quatro partidos antes analisados.

Ainda em maio, e na sequência da visita do então Presidente da República Francesco Cossiga a Varsóvia, *L'Unità* fala daquela eleição polaca como “storica, rivoluzionaria,

---

<sup>510</sup> Sachs, conselheiro norte-americano ligado à Goldman Sachs, utilizou no seu discurso, como exemplo, a intervenção norte-americana na Bolívia



inimmaginabile.” Em “Un voto freddo per la nuova Polonia”<sup>511</sup>, Massimo Cavallini notava o entusiasmo com que os polacos acreditavam que, após mais de 40 anos de governos liderados pelo PZRP, os eleitores teriam a oportunidade de mudar substancialmente o sistema político polaco. Cavallini fala do Solidariedade como “una forza che può davvero, cambiare le cose”, descrevendo a Polónia de então como um país muito diferente daquele do início dos anos 80, onde os movimentos que se opunham ao governo não viram as suas reivindicações satisfeitas.

Na opinião do jornalista, “la gente voterà soprattutto per gli uomini non per i movimenti o i partiti che rappresentano”, o que vai contra o comentário feito pelo PCE de que seria o Solidariedade a atrair os eleitores para o voto, não obstante o seu ideário. A reflexão que se segue sobre estas eleições polacas, num texto que supostamente seria dedicado à visita de Cossiga a Varsóvia mas que poucas referências faz a esse propósito, traz novos esquemas interpretativos para o nosso estudo. Cavallini interpreta este ato eleitoral como um paradoxo: “non è il potere quello che rischia di più nella competizione elettorale. Il suo slato di «minoranza imposta dalle circostanze storiche- è infatti un dato tanto interiorizzato nella coscienza polacca, che anche un modesto successo dei candidati governativi (diciamo un venticinque per cento dei voti al Senato, dove la competizione è libera) potrebbe esser vissuto non solo come un successo, ma addirittura come una sorta di «legittimazione».” Por outro lado, refere, menos de 60% de votos no Solidariedade representariam uma pesada derrota.

Esta interpretação coloca em debate dois conceitos interessantes: o de poder e o de legitimidade, afirmando que, mesmo perdendo, o PZRP poderia ver reforçada a sua legitimidade, ao demonstrar não ser representante da tal “minoría histórica”, mas antes um partido em que, em eleições livres, os polacos confiarão de forma robusta. Por outro lado, uma vitória escassa do Solidariedade que não levasse o sindicato ao poder, deveria ser encarada como uma derrota, pois significaria que a grande mudança que o sindicato advogava ser precisa na Polónia não era de facto tão óbvia para a população.

Cavallini traz ainda outros elementos importantes para a discussão: a existência de forças à direita do Solidariedade, como a Confederação para a Independência Polaca, que apresentavam candidatos próprios, assim como a direita liberal, reunida na revista *Commenti*, e a esquerda à esquerda do Solidariedade e do PZRP, opostos às reformas democratizantes e

---

<sup>511</sup> L'Unità, 11/05/1989, p.8

à *perestroika*: “la rassegnata bonaccia di questa campagna elettorale non è, in fondo, che annuncio di una lunga tempesta.”, conclui.

O texto de Cavallini coloca vários problemas decorrentes da correlação de forças políticas na Polónia: a dificuldade da leitura dos resultados, na balança entre poder e legitimidade parece ser a principal preocupação, assim como as movimentações à direita do Solidariedade de movimentos ausentes das negociações de fevereiro de 1989 e que poderão representar um grave entrave à modernização do socialismo na Polónia. O jornalista não sugere uma solução para qualquer um dos problemas que aponta, mas é implícito o apoio ao Solidariedade, que considera ser o único capaz de, com uma votação robusta, conseguir legitimar o processo de democratização da sociedade polaca.

O texto “Polonia, una campagna elettorale particolare”<sup>512</sup> é um dos mais interessantes publicados pelo PCI a respeito da campanha eleitoral polaca de junho de 1989 e dá uma primeira impressão da visão deste partido sobre as mudanças naquele país, decorrentes da Mesa Redonda de fevereiro desse ano. O jornal traça um quadro do ambiente que se vivia em plena campanha eleitoral, utilizando para isso uma descrição do quotidiano no jornal *Gazeta Wyborcza*, recém-legalizado e que, embora tivesse apenas permissão para uma tiragem de 50 mil exemplares, *Rinascita* considera-o o primeiro jornal realmente livre da Polónia, neste caso afeto à oposição e ao sindicato Solidariedade. O ambiente da redação é descrito transparecendo o empenho dos jornalistas, representantes de uma “nuova Polonia, tornata completamente alla luce negli ultimi tre mesi.”

A linguagem dá a entender a abertura que se vivia no país, onde a censura já quase não se impunha, à exceção das notícias sobre a URSS. Mesmo em relação a outros países vizinhos, *Rinascita* dá conta de vários textos que foram publicados sobre a realidade checoslovaca ou romena e que não foram sujeitos a nenhuma censura prévia.

Por outro lado, a presença do Solidariedade na campanha eleitoral é vista como omnipresente: nos trams, na televisão, à porta das fábricas, nas feiras, nos mercados, a campanha da oposição às eleições parlamentares e junho de 1989 é descrita sobretudo como empenhada e interventiva.

---

<sup>512</sup> *Rinascita*, 03/06/1989, p.24

Francesco M. Cataluccio, o jornalista que assina este texto, repara que a campanha eleitoral deu vida à sociedade civil e este é, na sua opinião, o principal e mais interessante efeito das conversações e dos acordos resultantes da Mesa Redonda. “Animazione”, “rispetto” são expressões utilizadas para caracterizar a campanha, apenas interrompidas com a descrição de pontuais incidentes que quebraram “la nuova convivenza polacca.” A questão do aborto interrompe também, segundo o jornalista, de certa forma, o clima de liberdade e de tolerância que marcava a campanha eleitoral polaca. A iniciativa que tinha dado entrada no Parlamento para a criminalização do aborto pouco tempo antes do início da campanha eleitoral não contribuiu para a calma daquele período. Cataluccio nota que a Igreja considerava a questão demasiado importante para ser debatida em clima de campanha eleitoral e que Walesa se considerava contra a interrupção voluntária da gravidez mas contrário à sua criminalização.

A respeito desta questão, o jornalista aproveita para referir, a propósito de uma manifestação pró manutenção da lei do aborto, que a sociedade polaca não estava habituada “a una chiesa que interviene direttamente nelle loro questioni private.” Ou seja, o tema do aborto ganhou uma relevância particular pois foi considerado, pelo jornalista, contrário ao ambiente de abertura da sociedade civil, trazendo de forma incisiva um agente tradicionalmente não político, na Polónia, para o debate eleitoral. Também a propósito da manifestação a favor da ilegalização da interrupção voluntária da gravidez, *L’Unità* publica uma nota, intitulada “A Varsavia, marcia silenziosa contro l’aborto”<sup>513</sup>, num tom mais factual, dando conta dos cartazes que apelavam aos habituais slogans a favor da criminalização da mulher que decide interromper a gravidez e de uma contramanifestação, menos numerosa, favorável à lei de 1956, que legalizou o aborto na Polónia. Apenas no final da nota, *L’Unità* transmite a posição da oposição ao governo, ou seja, maioritariamente do Solidariedade: “non si nasconde una certa perplessità di fronte un’ iniziativa che rischia di dividere la popolazione formata per il 90 per cento da cattolici in un momento in cui il paese avrebbe bisogno invece soprattutto di unità.”

Regressando ao texto de Cataluccio, no *Rinascita*, este refere, como exemplo de uma campanha eleitoral “moderna”, Jacek Kuron, um jovem dissidente comunista, um dos principais conselheiros do Solidariedade e Wladyslaw Nowicki, advogado, mais velho e

---

<sup>513</sup> *L’Unità*, 28/04/1989, p.11

dissidente precisamente daquele sindicato. Este “scontrito” servia para atestar a vivacidade da campanha, contrapondo dois elementos, o laico socialista Kuron contra o católico nacionalista Nowicki, que, ao contrário do que seria de supor, concorriam o primeiro pela Solidariedade e o segundo pelo PZRP. Ambos concorriam à eleição num dos cenários mais particulares de Varsóvia, o bairro de Zoliborz, onde se concentrava a comunidade intelectual da cidade e alguns dos principais centros católicos do país. Kuron era descrito como um “candidato americano”, que somava comícios, visitas ao domicílio, passeatas com imagens do próprio abraçado a Walesa. O candidato utilizava a ideia da “mudança” que a Solidariedade representa, por oposição à “catástrofe” que seria o desperdício dessa oportunidade de mudança.

Até este momento, o PCI edita um texto profundamente elogioso da campanha da Solidariedade, associando-a precisamente a uma mudança necessária, à abertura, à democratização da sociedade polaca. São-lhe apontadas algumas críticas, no entanto, como facto de ter poucos operários nas suas listas, de Walesa e outros líderes destacados não estarem a eleição ou o afastamento de dirigentes do sindicato que eram contrários a qualquer entendimento com o governo. Cataluccio nota que a Solidariedade era, então, uma organização bastante diferente daquela do início dos anos 80: tinha menos inscritos, as divergências de opinião faziam-se sentir de forma mais forte e o financiamento da campanha eleitoral não era de todo transparente.

Por oposição, o artigo faz notar que o sindicato “oficial”, OPZZ, era uma organização mais consistente numericamente, mas com uma política “demagógica”, patrocinada pelo PZRP, que encontrava facilmente seguidores entre os operários polacos. O autor do artigo pergunta-se se não seria o OPZZ o embrião de um novo partido político e afirma que a ideia poderia não ser assim tão descabida, uma vez que, na sua opinião, pelo menos dois partidos habitavam no seio do PZRP. E se do lado da Solidariedade o artigo descreve uma organização mais pequena mas empenhada, ativa, dinâmica, com divergências internas mas que não se refletiam em termos de campanha política, o PZRP é descrito como um partido verdadeiramente fragmentado.

Um “complicato intreccio” entre partidos de governos, novos partidos, organizações sindicais é o que o autor do texto esperava ver resolvido com as eleições. Claramente, um dos

principais textos do *Rinascita* sobre as eleições na Polónia aborda um problema específico, que é o da futura complicação para a formação de um governo polaco. No entanto, o tema principal não é esse mas sim a descrição da campanha em si. Ao contrário dos outros partidos analisados até aqui, o PCI exalta o ambiente da campanha e atribui o seu dinamismo aos membros do Solidariedade, a quem associa frequentemente ideias como a de juventude, abertura, empenho, inovação. Pelo contrário, as menções ao PZRP são escassas, utilizando apenas o exemplo de um candidato católico do partido, a quem associa imagens como o conservadorismo e a idade, não as associando, no entanto, ao fator experiência. À partida, tal é o entusiasmo pelo Solidariedade, que não diríamos estar na presença de um texto de uma publicação de um partido comunista.

No próprio dia da eleição, *L'Unità* dá nota da possibilidade de uma “disfatta comunista di proporzioni talmente ampie da poter destabilizzare il paese, provocando d'improvviso uno sbandamento generale della vita politica e dell'assetto istituzionale della Polonia, creando una sorta di vuoto di potere.” É no texto “Polonia, il Poup teme il crollo”<sup>514</sup> que o PCI demonstra preocupação pelo facto de poder de as primeiras eleições realizadas de forma “quasi libera” poderem resultar numa situação complicada para a estabilidade das instituições polacas. Gabriel Bertinetto, que assina este artigo, é da opinião de que a oposição teria uma vitória esmagadora no Senado e deixa uma observação importante: um fraco resultado do PZRP significaria também um fraco resultado naqueles que, sendo comunistas, estariam interessados, também, nas reformas democratizantes. Na sua opinião, o Solidariedade, mesmo saindo vitorioso das eleições, não teria em nada a ganhar com o desaire eleitoral do PZRP reformista.

Por outro lado, o apelo de Jaruzelski a que seja nomeado um governo de coligação soa, para o jornalista, como uma forma de salvar os acordos da Mesa Redonda, mas que encontrará grande oposição no próprio Solidariedade, que só admitirá a participação num governo de coligação após a alteração da Constituição do país. O tom do artigo de *L'Unità* é o de uma certeza na vitória da oposição. De facto, a reflexão de Bertinetto faz-se em torno de apenas dois cenários: o de uma vitória esmagadora do Solidariedade ou o de uma vitória equilibrada entre PZRP e Solidariedade. O jornalista refere ser preferível o segundo cenário mas

---

<sup>514</sup> *L'Unità*, 04/06/1989, p.5

unicamente pelo facto de que, ao afastar de forma radical os membros do PZRP do Parlamento polaco, estarão a ser afastados sobretudo os membros menos conservadores, mais interessados nas mudanças e nas reformas. Esta é uma reflexão nova em relação ao que foi transmitido pelos outros partidos em análise e que, não obstante vir do PCI, então em fase de transição para a social-democracia, nos parece mais ponderada.

O texto “Polonia, alle urne meno del previsto”<sup>515</sup>, do mesmo jornalista, reforça a ideia de um apoio a uma solução que permitisse uma coligação entre os elementos reformistas do PZRP e o Solidarnosc. E a ideia, também, de que é no OPZZ que está a verdadeira oposição às reformas, caracterizado como “acerrimo nemico dell'intesa tra Poup e Solidarnosc.” A noção de que estas eleições representarão uma vitória esmagadora para o Solidarnosc prossegue bem patente: “c'è il rischio concreto per Solidarnosc di vincere le elezioni ma di non avere più un interlocutore valido con cui proseguire il dialogo e il cammino verso la democrazia”; “Solidarnosc potrebbe conquistare anche tutti e cento i seggi al Senato.”

E é mesmo da confirmação dessa certeza que fala o artigo “Schiaffo a Poup, Solidarnosc travince.”<sup>516</sup> A reação do jornalista à vitória é acompanhada de expressões como “trionfo”, “cambia ora tutto nella vita politica polaca” e, no que respeita ao PZRP, “i candidati (...) sono stati sconfitti clamorosamente”, ressaltando o que o próprio jornalista mais temia, que foi o afastamento dos comunistas mais progressistas, dos protagonistas das negociações da Mesa Redonda de fevereiro de 1989, do Parlamento polaco.

Outro ponto que *L'Unità* sublinha é o de que aquelas eleições representavam uma espécie de plebiscito ao Solidarnosc e ao PZRP, do qual o primeiro saiu claro vencedor. E, particularmente no texto “Per Solidarnosc un vero plebiscito”<sup>517</sup>, existe a ideia de que o PZRP aceita os resultados sem os contestar, admitindo que perdeu em todas as frentes e insistindo na necessidade de se chegar a um acordo para a formação de um governo de coligação. Não obstante, o jornalista refere que o PZRP se mantém firme na ideia de que o partido continua a ter o papel de vanguarda no país: “Il Poup insomma incassa l'insuccesso ma avverte che se ne sta ben saldo alla guida del paese.” *L'Unità* prossegue na utilização de uma linguagem dramática para se referir a este ato eleitoral, utilizando um esquema figurativo em que a eleição

---

<sup>515</sup> *L'Unità*, 05/06/1989, p. 8

<sup>516</sup> *L'Unità*, 06/06/1989, capa

<sup>517</sup> *L'Unità*, 06/06/1989, p. 7

aparece como uma batalha: “staripante vittoria”, “sonora sconfitta”, “colpire il sistema”, “dilagante vittoria”, “superiore popolarità” são algumas das expressões utilizadas para se referir aos vencedores e aos perdedores das eleições.

Também neste artigo, Bertinello reflete já sobre o que se passaria em seguida. Utiliza uma metáfora, para se referir à máquina do diálogo na Polónia: “un motore a due pistoni”, o do Solidariedade, que funciona em plenitude, e o do PZRP, que começou a “zoppicare paurosamente”. O problema central do artigo de Bertinello redimensiona a questão de uma forma que nenhum outro jornal analisado o tinha feito. A preocupação do jornalista era sobretudo o facto de que os renovadores, os reformistas, os representantes do PZRP que negociaram com o Solidariedade as reformas democratizantes da Polónia ficaram todos de fora do Parlamento, onde, da parte dos comunistas, entraram sobretudo os da linha mais conservadora. Bertinello traça um quadro para a solução do problema que não é mais do que um agravar do mesmo: num espaço curto após o ato eleitoral, esses mesmos membros do PZRP poderão dizer que o rumo das reformas levou o partido à quase extinção representativa, não fosse os 65% de lugares garantidos na câmara baixa. O jornalista sugere, por exemplo, que o grupo que se opõe às reformas poderá alicerçar os seus argumentos na altíssima abstenção, pouco característica em primeiros atos eleitorais livres de sociedades em processo de democratização. A solução apontada por Bertinello é a mesma que refere Jaruzelski: um governo de grande entendimento nacional.

Sobre a renúncia inicial do Solidariedade em entrar num governo com o PZRP, *L'Unità* refere, no texto “Solidarnosc non entra nel governo”<sup>518</sup> a ideia de um abandono do triunfalismo por parte do sindicato, referindo que, mesmo após as eleições, nada mudou de facto no sistema político polaco e utilizando palavras do porta voz do Solidariedade, que falam sobre esse mesmo sistema como ainda tendo um “apparato repressivo”, sugerindo que quando desafiado se poderia comportar como o governo chinês, numa alusão direta à intervenção na Praça de Tiananmen. Não obstante, o jornal refere que o sindicato de encontra disponível para acordos parlamentares e não inviabilizaria um governo entre o PZRP e os habituais aliados.

---

<sup>518</sup> L'Unità, 07/07/1989, p.9

Um dos mais interessantes textos de *L'Unità* a respeito do período pós eleitoral na Polónia, em junho de 1989, é “Per la Polonia ore decisive.”<sup>519</sup> Aqui, num artigo que é praticamente um texto de opinião de Bertinello sobre a questão polaca, o jornalista vê a chegada de Walesa a Varsóvia, onde falaria com Jaruzelski, como a chegada de um “deus ex machina”, a quem iriam ser pedidas grandes decisões para o futuro do país, sobre como agiriam os deputados eleitos perante a proposta de um governo de coligação e perante a nomeação do Presidente da República: “La risposta che il premio Nobel darà ai due questione sarà decisiva per il futuro della Polonia.”

A figura de Walesa é assim vista como determinante para o futuro da Polónia: “sono loro l’ago della bilancia”; “hanno in mano la chiave per spingere gli avvenimenti polacchi in qualunque direzione”. Sobre este “super-homem” em que se transformou Walesa após as eleições, Bertinello soma-lhe qualidades conciliantes: “molto prudenti i responsabili”, “Walesa si muoverà sulle stessa lunghezza d’onda.”

Às questões determinantes, o jornalista de *L'Unità* propõe soluções: a criação de um gabinete técnico com ou sem membros do PZRP para o governo do país e, quanto à eleição presidencial, prescindir de um candidato próprio e apoiar Jaruzelski: “Si tratta insomma, mattone su mattone, di costruire il nuovo edificio politico senza di struggere le fondamenta di quello esistente.” Bertinello compara o processo polaco de transição para a democracia ao período da Transição Espanhola do franquismo à democracia, demonstrando que deve haver cedência de ambas as partes e manter as negociações com as figuras chave do PZRP interessadas nas reformas.

A principal ideia que passa na comunicação pública do PCI sobre o processo de negociação para a formação de um governo polaco no período pós eleições de junho de 1989 é a de que é Lech Walesa quem tem todo o poder de decisão. Não tanto pelos números obtidos nas eleições quanto por ser o principal representante da mudança democratizadora da Polónia, personalidade a quem o partido italiano reconhece a ponderação e a confiança necessária para levar o processo avante. Em vários textos são-lhe atribuídas decisões importantes respeitantes ao futuro político da Polónia, chegando mesmo a afirmar, por exemplo no texto “Walesa:

---

<sup>519</sup> *L'Unità*, 08/06/1989, p.5



«Sosterremo il governo»<sup>520</sup>, que o líder do Solidariedade permitiu a entrada dos comunistas no Parlamento polaco: “Solidarnosc ha accettato un compromesso che spalancherà ai massimi dirigenti del Poup la porta per il Parlamento.” No mesmo texto, e no seguimento do que vimos analisando, Bertinelli deixa claro que a “prudenza” com que Walesa se move resulta também do facto de os reformadores mais proeminentes do PZRP terem ficado afastados do Parlamento e de os conservadores terem tentado, na reunião do *Politburo* “passare all'offensiva e fare sentire le proprie ragioni.” Bertinello reconhece, então, o papel de mediador do Solidariedade: entre a população que lhe confiou maciçamente o voto e o PZRP mas também, enquanto principal representante, assim o refere *L'Unità*, da democratização do país, a responsabilidade de não criar dificuldades aos representantes reformistas do PZRP, sob pena de a oposição conservadora às reformas ganhar uma voz mais expressiva.

É essa, sempre, a posição do partido italiano sobre a solução para a formação de um governo na Polónia: um entendimento entre o Solidariedade e a ala reformadora do PZRP. No texto “I nuovi problemi di Solidarnosc”<sup>521</sup>, Romolo Caccavale sugere novamente isso mesmo: “una collaborazione politica tra Solidarnosc e le forze autenticamente riformatrici del Poup è veramente da escludere a priori?” Nessa altura, Caccavale referia que o Solidariedade, mantendo-se no centro das decisões referentes ao processo de transformação da sociedade polaca, tinha então novos fatores em jogo, como a figura de Gorbatchov, a braços ele próprio com a facção mais conservadora do PCUS, com pouca disponibilidade para continuar a intervir e a apoiar os processos de reforma nas antigas repúblicas populares.

O apoio dos partidos tradicionalmente aliados do PZRP ao Solidariedade é chamado de “tempestade política” por *L'Unità*. Caccavale diz que o processo polaco “non cessa di stupire”, em “Un'accelerata non prevista.”<sup>522</sup> O jornalista duvida, contudo, da facilidade com o que o processo terá lugar, pelo facto de o Solidariedade sempre ter considerado aqueles dois partidos como instituições “de fachada” e “cúmplices” do regime repressivo. O texto sugere que a passagem à oposição do PZRP seria um “avenimento storico”, sem par em nenhum outro país do Centro e Leste europeu. Para tal, refere Caccavale, seria preciso que o PZRP “sappia accettare i frutti di quel processo di sviluppo democratico da lui stesso avviato com

---

<sup>520</sup> *L'Unità*, 10/06/1989, p.5

<sup>521</sup> *L'Unità*, 09/08/1989, capa

<sup>522</sup> *L'Unità*, 10/08/1989, capa

coraggio.” *L’Unità* refere-se a este processo como uma autêntica “svolta storica” no cenário político polaco. Não só neste texto, como por exemplo em “Gli alleati dicono sì a Walesa”<sup>523</sup>, “In Polonia si tratta”<sup>524</sup> ou “Ore febbrili a Varsavia”<sup>525</sup>, a questão deste volte-face na política polaca é encarada com grande surpresa por parte do partido italiano, que cita frequentemente fontes do PZRP que se sentem descontentes com o que chamam de “traição”, por parte do Solidariedade, aos acordos alcançados na Mesa Redonda de fevereiro de 1989, os quais o PZRP vinha cumprindo escrupulosamente. É sensivelmente a partir de agosto de 1989 que o estado de graça do Solidariedade, muito mais enfatizado do que em qualquer outro jornal partidário analisado, se desfaz um pouco para os comunistas italianos. Mas muito menos do que para os outros partidos comunistas sul-europeus que analisamos. Adriano Guerra refere mesmo que o processo polaco entrou “nel campo delle cose possibili.”<sup>526</sup> Guerra afirmava, no editorial “Una rivoluzione è in atto”, que os acordos da Mesa Redonda não previam uma revolução: “sarebbe stato preferibile – se l’auguravano anche alcuni di Solidamosc - che qualche centinaio di migliaia di polacchi in più avessero visto nel Poup oltre al partito del colpo militare anche uno del protagonisti della politica del dialogo.”

Não é um dado novo no posicionamento público do PCI face à questão polaca. Desde cedo, como vimos, o partido e os textos de *L’Unità* defendiam com clareza que o Solidariedade se deveria ter aproximado da ala reformista do PZRP. Guerra chama a quota obrigatória do PZRP no Parlamento de “absurda” mas “utili per cominciare la navigazione”. Guerra recorda que o PCI desde cedo, e frisa o período de 1981, 1982 na Polónia, refletiu sobre a crise do socialismo no Leste europeu, associando-a à imutabilidade dos partidos do Leste e aos desvios praticados nas repúblicas populares. Numa reflexão mais abrangente, Guerra afirma que os processos no Leste europeu são já, em inícios de 1989, reflexos da *perestroika* de Gorbachov e, mesmo não podendo adivinhar o rumo dos acontecimentos, deixa claro que “i processi in corso potrebbero modificare profondamente situazioni e strutture - quelle nate dalla guerra fredda - che tanto profondamente hanno condizionato sin qui la nostra vita.”

---

<sup>523</sup> *L’Unità*, 10/08/1989, p.4

<sup>524</sup> *L’Unità*, 11/08/1989, capa

<sup>525</sup> *Idem*, p.3

<sup>526</sup> *L’Unità*, 11/08/1989, capa

Do que chama de “crise” no Leste da Europa, Guerra diz que importa ter em conta de que, dos processos de mudança, não saiam acontecimentos desestabilizadores. A democratização das sociedades não deve ter como interlocutores, afirmava Guerra, ninguém a não ser os protagonistas das “battaglie pe il rinnovamento.” O que, na Polónia, se tratava da ala reformista do PZRP e do Solidariedade.

A partir desta altura, a comunicação em *L'Unità* sobre o caso polaco passa a ir mais ao encontro do que vimos nos outros jornais e a tratar a situação como emergente. Bertinotto, no texto “Più vicino il governo di coalizione?”<sup>527</sup> reforça a ideia da necessidade da rápida formação de um governo no país e o tom é crítico: “non c'è nulla di cristallino ancora oggi nell'immagine che lo scenario politico polacco offre di se.” E, a prova-lo, o enviado do jornal a Varsóvia refere o facto de que, no mesmo dia em que se votou no Parlamento uma resolução de condenação da intervenção do exército do Pacto de Varsóvia em Praga, em 1968, o principal telejornal do país abre com uma declaração de uma porta-voz do governo soviético contra tentativas de desestabilização da realidade polaca.

A imagem que os textos publicados em agosto por *L'Unità*, aos quais poderíamos somar muitos mais com igual relevância, é a de que existe uma enorme confusão em torno não apenas da formação de governo na Polónia mas em relação ao rumo da via de reformas democratizantes iniciada pelo país. A partir do momento em que o Solidariedade faz aquele jogo de bastidores e chama para si os partidos tradicionalmente aliados do PZRP, o tom da informação no órgão de imprensa italiano passa a ser crítico também perante a figura de Walesa. Ainda assim, reconhece-o como o líder “não eleito” da Polónia (refere-se até o facto de que qualquer líder estrangeiro que visitasse a Polónia teria obrigatoriamente de ter uma reunião com Walesa, como se este já fosse o chefe de Estado do país), mas refere que a constinuidade pacífica das reformas passam sobretudo pelo entendimento entre o Solidariedade e a fação reformista do PZRP. A aumentar esta confusão política, *L'Unità* acena ainda com a questão soviética, ao afirmar: “Mosca avverte: «Attenti a scelte destabilizzanti»<sup>528</sup>, sendo essas escolhas, nas palavras do jornalista, a exclusão do PZRP do governo.

---

<sup>527</sup> *L'Unità*, 12/08/1989, p. 7

<sup>528</sup> *L'Unità*, 12/08/1989, p.7

A análise da situação pós eleitoral polaca é feita exhaustivamente por *L'Unità*, ressaltando as negociações de bastidores, as exigências de Walesa e a impaciência com que os polacos vivem os meses de indefinição. O assunto dá inclusive origem a um suplemento, *Crise in Polonia*, que ao longo do mês de agosto transmite, quase sempre nas primeiras páginas do jornal, precisamente as conversações e as negociações levadas a cabo pelos atores políticos polacos, deixando clara a evidência de que Walesa não poderia exigir tudo, não obstante o resultado das eleições, que o PZRP mantinha um posicionamento firme e deixando antever que uma solução tardia, mais do que agravar os problemas dos polacos e a crise económica do país, só traria contextos indesejáveis: uma reviravolta no processo de reformas protagonizada pelos setores mais conservadores do PZRP ou uma atitude mais dura por parte da URSS que, embora respeitando a não intromissão em assuntos internos das repúblicas populares, ia vendo com maus olhos o desenrolar da situação na Polónia, caso opções desestabilizadoras viessem a ser tomadas.

Renzo Poa assina o editorial “Totalitarismo addio”<sup>529</sup> que afirma que a “svolta” polaca estaria quase completa: o chefe do governo não era mais um comunista, o governo era nomeado por um Parlamento formado através de eleições livres, porque o confronto político estava a estabelecer-se de forma similar às democracias parlamentares: “perché per la prima volta in un paese dell Est una crisi si avvia a soluzione sulla base dei rapporti di forza che derivano dal consenso elettorale.” E, remata, porque tudo acontecia sem que o “mau humor” de Moscovo tivesse interferido, em nenhum momento, na solução encontrada: “Ci dice insomma questa svolta che la ricostruzione di quei paesi che escono dalla crisi finale dei vecchi modelli del socialismo può cominciare.”

### **Morre o PZRP, nasce o SdRP. O capitalismo de facto na Polónia.**

Em fevereiro de 1990, Anabela Fino regressa do XI Congresso do PZRP, enquanto enviada pelo PCP à reunião, e faz o retrato d’ “A Polónia na hora da mudança”<sup>530</sup> ao *Avante!*. O congresso do partido comunista polaco ficou marcado pelo desaparecimento do PZRP, que

---

<sup>529</sup> L'Unità, 18/08/1989, capa

<sup>530</sup> Avante, 08/02/1990

deu lugar a um partido social-democrata, o Partido Social-democrata da República da Polónia, SdRP, para onde transitaram a extensa maioria dos quadros do PZRP e a um partido minoritário, a União dos Sociais-democratas polacos, PUS, que tem a duração de apenas dois anos, altura em que se transforma no partido União dos Trabalhadores (UP), hoje ainda existente na Polónia.

Fino retrata o congresso de janeiro de 1990 como uma etapa decisiva na transformação do sistema político polaco. Uma primeira interpretação que faz a enviada do *Avante!* é a de que se vivia um momento em que todas as atenções estavam voltadas para a Polónia, que encetava mudanças estruturais ao equilíbrio de forças resultantes da II Guerra. No texto, Anabela Fino começa por fazer uma ressalva importante, que nos parece determinante para definir todo o enquadramento que o PCP dá à sua comunicação sobre as mudanças na Polónia e, de uma forma geral, em relação ao ciclo de acontecimentos de 1989/1991 no Leste europeu: “o apontar de problemas crescentes a nível social, as críticas às opções que se consideram inadequadas, não representam de forma alguma uma condenação ou responsabilização dos valores democráticos, da liberdade, das liberdades. Por elas se bateram sempre os comunistas portugueses e continuarão a fazê-lo, com a coerência que se prezam.” O texto é apresentado como um documento que permitirá “uma melhor compreensão dos novos ventos que sopram a Leste e tantas esperanças, inquietações e perplexidades fazem crescer no ocidente.”

Esta nota introdutória do relato de Anabela Fino no *Avante!* anuncia, sem dúvida, uma mudança de tom do PCP em relação ao caso polaco. Se, até aqui, a comunicação pública do partido sobre as mudanças na Polónia se tinha pautado por uma grande prudência e atenção ao desenvolvimento das reformas no PZRP, à possível convergência de intenções com o Solidariedade, à eventual manutenção do rumo socialista da Polónia ou à perceção por parte dos principais dirigentes polacos do papel importante do país na geoestratégia europeia e no contexto do equilíbrio resultante da II Guerra mundial, a partir do XI congresso do PZRP e do fim declarado do comunismo na Polónia, o tom mudou radicalmente. No entanto, a ressalva foi feita, no sentido de que quaisquer críticas que surgissem daí em diante em relação ao rumo dos acontecimentos da Polónia não fossem associadas a qualquer crítica a um processo de democratização de um sistema político.

Diríamos que esta tentativa de o PCP se proteger de uma crítica decorrente dos seus apontamentos negativos ao processo de transformação na Polónia, é dirigida a quem fosse fazer uma leitura das interpretações do partido aos processos de mudança no Leste europeu. É, na nossa opinião, precipitada e descontextualizada, dando azo a um esquema causal contraditório. Ao pressupor que uma crítica a um determinado conjunto de opções políticas (neste caso, a social-democratização do PZRP e o afastamento definitivo do Solidariedade do socialismo) pudesse ser confundida com um repúdio à tentativa de democratização de um sistema político, o partido estava a admitir que, de alguma forma, essas opções tinham na base um desejo de mudança no sentido de uma maior democraticidade e de uma maior defesa das liberdades.

Não obstante, no texto de Anabela Fino ao *Avante!* fica claro que o PCP não critica o objetivo mas os métodos para o atingir, que se revelariam, na opinião do partido, errados e condutores a uma situação de falência sistemática mais evidente do que a anteriormente existente.

“O POUP morreu” é a conclusão que Anabela Fino retirou do XI congresso do partido, para nascer o SdRP, partido social-democrata, que apresentava como principal intenção a de pertencer à Internacional Socialista. O PCP apresenta uma visão do novo partido como sendo o resultado do debate de três fações distintas, uma que queria o abandono completo do passado comunista, outra que pretendia a aproximação ao sindicalismo e uma terceira, a vencedora, que propunha a passagem à social-democracia mas que não negava a transferência de quadros e militância do antigo PZRP para a nova formação política. Fino nota com alguma estranheza, contudo, o facto de entre os 1639 delegados do partido no congresso, apenas 118 serem operários.

Mais importante, porém, é perceber porquê, segundo a interpretação do PCP, ocorreu esta mudança radical no PZRP. Fino fica com a noção de que os “novos ventos [que] sopram a Leste” reconheceram os erros que foram cometidos e os desvios ideológicos que provocaram profundas contradições entre a teoria e a prática. A “travessia no deserto” pela qual o PZRP passava que, afastado do poder, o fazia perder relevância política na Polónia e a incapacidade de dar resposta aos problemas políticos, económicos e sociais “acumulados e encobertos ao longo dos anos”, a solução passava, então, por uma reformulação total do partido.

Reformulação essa que passava, segundo o relato da enviada do PCP ao congresso, por um abandono efetivo da ideologia comunista, frisando que, no decorrer do congresso, foi reforçada a ideia de que a facção vencedora não tinha qualquer intenção de prolongar a identidade do PZRP no novo partido, tornando-se um partido verdadeiramente social-democrata.

No entanto, o PCP encara o SdRP como um partido com falta de precisão ao nível da sua “identidade”, com um programa que, após grande debate entre os delegados presentes, não fazia referência ao capitalismo e defendia o socialismo democrático. O próprio nome do partido deu origem a discussões aceras, com o repúdio ao termo socialismo, pelas conotações que poderia ter com o passado. O novo partido, que se assumia como reformador, rejeitava o centralismo democrático, admitia os erros do passado e assumia o marxismo apenas como instrumento para compreensão da realidade social. No texto “Mudar de Rumo, mas em que sentido?”<sup>531</sup> Anabela Fino questiona-se sobre a forma como os objetivos do novo partido seriam defendidos na prática e quais as forças políticas a que o partido se iria aliar, a nível nacional e internacional. Segundo o PCP, as declarações dos dirigentes do novo partido “retiram ao partido qualquer significado progressista”, havendo grandes contradições programáticas, a nível político e económico e fazendo uma antevisão de um problema de confiança e credibilidade daquela nova força política.

Paralelamente, a enviada do PCP questionava-se sobre como o SdRP iria lidar com os antigos funcionários do PZRP, a falta de apoio sindical e a questão da militância tratada durante o congresso como uma questão de “somenos”. Fino relatava ainda a fraca qualidade do debate no congresso do partido, particularmente no que se refere às críticas provenientes das facções menos concordantes com o rumo optado pela maioria. Por fim, Anabela Fino cita um jornalista polaco, que afirmava, a respeito das dúvidas quanto à adesão dos antigos militantes do PZRP, que terão sido contabilizados em mais de três milhões, que “não é de um partido social-democrata que a Polónia precisa, mas de um verdadeiro partido comunista.”

No texto “As questões dos bens do POUP”<sup>532</sup>, outra parte do relato da enviada do PCP ao XI congresso do PZRP, Anabela Fino indicava a falta de transparência perante a imprensa

---

<sup>531</sup> Avante, 02/08/1990,p. III

<sup>532</sup> Idem, p. IV

estrangeira quanto a este assunto, pelo facto de que os próprios documentos não teriam sido traduzidos, disponibilizando apenas comunicados oficiais em inglês aos representantes de órgãos de informação estrangeiros. Fino questionava-se acerca da reversão para o Estado dos bens do antigo partido comunista, com graves consequências para o partido e da identificação do PZRP com o próprio Estado polaco, ao nível das suas estruturas, nomeadamente os funcionários do partido.

O tom com que o relato de Anabela Fino é espelhado nas páginas do *Avante!* sobre o desaparecimento do PZRP e o nascimento do SdRP é marcadamente crítico, levantando diversos problemas relacionados com a identidade do partido, a sua base de apoio, a falta de debate perante as críticas apresentadas, o repúdio da história do PZRP, a fraca representatividade da classe operária no congresso do partido e, sobretudo, o papel que ocuparia o SdRP no espectro político polaco, ao perder definitivamente qualquer vínculo ao comunismo, para dar lugar a uma formação política que, não renunciando ao socialismo democrático, assume a opção pela economia de mercado e pelo capitalismo. A interpretação do PCP faz do novo partido polaco é a de uma formação política que iria ter graves problemas ao nível da militância e do seu posicionamento no cenário político polaco.

No texto “Um país em transformação e a mão do FMI a fazer-se sentir”<sup>533</sup>, Anabela Fino faz uma descrição do ambiente na capital polaca, onde antes havia o “vazio incómodo” de algumas lojas e a “degradação” da zona histórica. Reconhece que houve mudanças mas que a maioria dessas não foi para melhor. Dá como exemplos o crescimento exponencial do “mercado negro”, da prostituição levada a cabo com a anuência dos porteiros dos hotéis e dos vendedores ambulantes. Uma das principais diferenças, relata a militante do PCP, era o aumento do abastecimento, de produtos importados e mercadorias de luxo, acompanhados de um aumento brutal dos preços, revelando que “só com muitos zlóti será possível uma sobrevivência condigna.” Anabela Fino relata ainda a percepção sobre a presença do FMI na cidade e no país, no aumento dos preços, nas medidas de austeridade e empobrecimento, com uma camada estreita da população a “fazer fortunas com ajudas internacionais enquanto a população empobrece”. Perante a inflação e a incerteza, as filas à porta de ourivesarias

---

<sup>533</sup> *Avante*, 08/02/1990, p. IV e V



sucediam-se, na procura por “bens valorizáveis” que contrariassem a rápida desvalorização da moeda.

Segundo a militante do PCP, a imprensa e os políticos pareciam optar pela via “mais fácil” e culpar a atual situação nos erros cometidos pelo PZRP, fazendo uma interessante comparação com as críticas ao “gonçalvismo de costas largas”, referindo-se ao caso português no período pós-revolucionário. E, desta forma, um texto no *Avante!* parecia confirmar a viabilidade da comparação que a direita portuguesa entretanto fazia entre a revolução portuguesa e os regimes do Leste. O relato de Anabela Fino termina com a observação de um *MacDonald's* inaugurado no centro de Varsóvia, que “louva as inenarráveis maravilhas dos hamburgers... que chegam à Polónia em camiões frigoríficos prontos a saltar para a frigideira sem ter criado no caminho uma única indústria ou posto de trabalho para os polacos.”

O texto, claramente pessoal e crítico do dia-a-dia em Varsóvia, reflete a interpretação central sobre as mudanças levadas a cabo no sistema político polaco ao longo de 1989 e 1990. A própria autora reconhece que são “sempre partes de um todo, experiências pessoais, opiniões parcelares”. Mas o facto de estarem publicados no principal órgão de informação do PCP e de partirem de uma enviada do partido ao XI congresso do PZRP remetem para um âmbito mais lato, sendo indissociável da visão do próprio partido sobre as mudanças na Polónia.

Há claramente a definição de um problema, que se prende com a degradação das condições de vida dos polacos, motivada pela opção pela abertura ao capitalismo e à ajuda económica do FMI, que acarretou consequências económicas a que é dada uma avaliação geral como tendo sido opção errada para a resolução do problema. Conceitos ideológicos, da oposição entre comunismo e capitalismo, estão presentes ao longo de todos os relatos de Anabela Fino, como seria de esperar, mas também os de dúvida em relação à social-democracia e a associação das opções escolhidas a uma degradação do estilo de vida do cidadão comum, representada através de esquemas figurativos como os da marginalidade, sobretudo económica.

Um texto geral de análise das modificações levadas a cabo no Leste da Europa ao longo do ano de 1989 tem uma reflexão relevante do PCE sobre os desenvolvimentos no partido comunista polaco, numa altura em que o seu XI Congresso tinha terminado e com ele

terminara também o PZRP. Na introdução ao texto “Apuesta de futuro”<sup>534</sup>, Moisés Guerra refere que o processo de mudanças nos países do Centro e Leste europeu foram, todos eles, díspares, mas com algumas características em comum: a considerável rapidez com que se deram e a ideia de um “salto” entre “la dictadura de partido del partido único a la implantación del Estado de Derecho socialista” e, a nível económico, a passagem de uma economia burocrática e centralista para um modelo de planificação democrática.

No caso da Polónia, o tom relativo ao Solidariedade é crítico, ainda que se mantenha, nesta altura, alguma esperança quanto às intenções não-capitalistas do sindicato. Guerra refere o desgaste que o apoio ao sindicato está já a ter entre os cidadãos polacos e daí a vontade de antecipar as eleições. O tom do texto passa por uma certa ironia, quando se refere que “ya se empieza a ver como merma el caudal político de esta fuerza que se presentaba con el bigotechistera Lech Walesa, la bendición de Woytila”, e se afirmava como detentora da fórmula para sair da crise, sendo essa a mesma que vinha sendo aplicada noutros países. Na opinião do PCE, o Solidariedade iria sofrer um desgaste devido ao intenso programa de medidas de austeridade, à semelhança do que aconteceu com o anterior governo, o de Rakowski.

Moisés Guerra afirma que os desenvolvimentos na Polónia seriam indicadores do que se iria passar nos restantes países do Centro e Leste europeu. Com a diferença, segundo o PCE, de que na Polónia foi o Solidariedade, um movimento enraizado na sociedade polaca, que lucrou com o descontentamento popular face aos comunistas. Nos outros países, a interpretação do PCE é que sejam os antigos partidos comunistas, “los que han realizado el proceso en el que se incluye su no pequeña transformación interna”, a representar a dianteira do processo de democratização e reformas, muitas delas, em muitos dos casos, iniciadas antes pelos próprios partidos comunistas. O PCE encara, então, que o “castigo” a dar aos comunistas dos outros países será menor do que o dado ao antigo PZRP.

Não obstante, na Polónia, a interpretação do PCE é a de que haja, mesmo com o novo partido, o SdRP, um grande caminho de consensos e coligações, alertando para o facto de que o consenso em torno da manutenção do caminho rumo ao socialismo democrático poderia ser interrompido. E aponta sinais nesse sentido, nomeadamente o facto de haver setores no

---

<sup>534</sup> Mundo Obrero, 31/01/1990

Solidariedade que se referiam às lutas populares passadas como “orgia de libertad” e que o que era realmente importante eram as reformas económicas.

Sobre as mudanças no PZRP, o PCE tem um posicionamento marcadamente favorável, contrastando com a visão do PCP sobre o XI Congresso e afirmando, neste texto, que a social-democratização do PZRP tentou furar a rigidez burocrática e representava o caminho para uma verdadeira *perestroika* económica, da qual o novo partido podia ser o protagonista.

Assim, este texto identifica claramente um problema, no caso polaco, que era a volatilidade do posicionamento do Solidariedade e a sua perda de crédito junto dos eleitores polacos. Há uma interpretação causal para esse facto, relacionada com as medidas económicas tomadas pelo governo e a manutenção de um nível de vida baixo, juntamente com a orientação rumo a uma maior liberalização e privatização. A solução apresentada para este problema central passaria, segundo o PCE, por uma revitalização do PZRP, que já estaria claramente em curso com a dissolução do partido e a formação do SdRP. Para os comunistas espanhóis, o rumo da Polónia representava o rumo que tomariam os restantes partidos do antigo bloco de Leste e, nesse sentido, toda a atenção deveria estar voltada para o país, enquadrando o processo polaco num contexto mais amplo, que permitiria perceber o rumo das antigas repúblicas populares.

Em relação às mudanças ocorridas no PZRP, ao contrário, por exemplo, do jornal português, *L’Humanité* não faz um destaque tão extenso, parecendo prestar pouca atenção ao facto de o partido comunista polaco alterar o seu ideário político no sentido da social-democracia. No texto “Pologne: le PZRP veut changer”<sup>535</sup>, o PCF dá conta da vontade do partido polaco de mudar os estatutos e de criar um novo partido de esquerda, desaparecendo o PZRP e rompendo o SdRP definitivamente com o ideário comunista, com o coletivismo e o centralismo democrático.

É noutro texto, intitulado “Cure d’opposition”<sup>536</sup>, que o PCF faz uma exposição mais longa e interpretativa sobre o rumo do PZRP, enviando a Varsóvia o jornalista que habitualmente cobria os acontecimentos naquele país, Jean Paul Piérot. Piérot começa por referir que o secretário-geral do partido previa um longo afastamento do PZRP do poder na

---

<sup>535</sup> L’Humanité, 08/01/1990, p.12

<sup>536</sup> L’Humanité, 27/01/1990, p.12

Polónia e que, enquanto dura o que o PCF intitula “cura na oposição”, o partido deveria mudar radicalmente.

O título deste texto é curioso e merece alguma atenção. Ao utilizar a expressão idiomática “cura”, utilizada frequentemente nas línguas latinas com outras aceções, o jornalista assume que o objeto da sua análise, neste caso o PZRP, estaria, para usar uma expressão dentro do mesmo léxico, “fragilizado”. O que nos reporta à ideia de que o PCF considerava que havia algo a tratar no partido comunista polaco e, pelo desenvolvimento do próprio texto, esse tratamento passaria por uma mudança drástica nos seus estatutos. O que vai ao encontro do posicionamento do PCF em relação à ideologia comunista: ao, como vimos, afirmar-se eurocomunista, nos anos 70, o PCF teve sempre alguma objeção a apontar aos partidos comunistas do Leste europeu. A corroborar esta teoria, de que o partido polaco se encontrava praticamente moribundo, expressões como “fatales”, em referência às consequências das eleições parlamentares de junho de 1989 ou “mutation”, referindo-se à mudança em curso no partido e, finalmente, “heures très difficiles”, respeitante ao momento que o PZRP atravessava e iria atravessar após a sua mutação. O léxico utilizado no texto compreende, assim, várias expressões coincidentes com a ideia de uma *doença crónica*, passível de ser tratada mas que compreenderia um período de convalescença incerto e difícil.

O texto de Piérot fala também do Solidariedade, que cada vez menos era, no seu entender, um sindicato, comportando-se, sim, como um partido que queria conduzir o país no sentido da economia de mercado e impondo duras medidas de austeridade que não agradavam à população. Porém, o texto do PCF deixa claro que o PZRP não defendia uma política contrária para a Polónia, estando concentrando exclusivamente na sua mudança interna e naquilo que Rakowski, primeiro-ministro polaco entre setembro de 1988 e agosto de 1989 e iniciador das reformas democratizantes no país, define como que o processo de tratamento do partido: “une cure d’opposition « d’au moins dix ans. »”.

A dissolução do PZRP e a criação de um novo partido foram vistas pelo PCF como consequências diretas da derrocada do socialismo real na Europa de Leste e a procura pela sobrevivência dos antigos partidos comunistas, que passaram a integrar-se na Internacional Socialista.

No final, o jornalista deixa uma série de questões: seria este remédio suficiente para reavivar um partido com uma herança como a do PZRP? Estaria a política de austeridade aplicada na Polónia e que, repete, não é criticada pelo PZRP, a ter os efeitos desejados ou a ser apenas uma forma de agradar aos credores americanos, prejudicando gravemente a população? Por fim, Piérot questiona-se quem, de entre as atuais forças políticas polacas e após a previsível transformação do PZRP, representaria no Parlamento, de facto, a voz dos trabalhadores.

Existem dois problemas de fundo sobre os quais o PCF reflete neste texto: a credibilidade da transformação do PZRP e que benefícios essa transformação traria, de facto, ao partido e aos polacos, e a questão da política de austeridade, apoiada pelo Parlamento e cujos resultados não estavam a ser os esperados. Através da utilização de um léxico próprio de uma condição patológica à qual são aplicados tratamentos com vista a uma cura, a metáfora diz respeito não apenas ao PZRP mas à própria Polónia: ambos continuavam fragilizados e precisavam de revitalização. Mais importante do que esta associação do partido ao próprio país é perceber que o PCF questiona, quer para um, quer para outro, se as resoluções e as políticas em vista conduziriam, de facto, à revitalização necessária num e noutro.

A primeira vez que o jornal italiano *L'Unità* se refere claramente a um plano de ajuda à Polónia, capaz de revitalizar o país, acontece já no final de agosto de 1989, no editorial “Aiutare Varsavia”<sup>537</sup>, de Marcello Villari. O autor refere que, ultrapassado o entusiasmo do resultado eleitoral de junho, nomeado o governo com uma concordância generalizada, Walesa apercebeu-se finalmente da situação de descalabro económico do país e da dificuldade em controlar a contestação social. Por outro lado, o autor sugere que Mazowiecki, empossado primeiro-ministro, deve estar à espera da ajuda ocidental para elevar o nível de vida da população e evitar que a Polónia regrida.

O dilema de Mazowiecki e de Walesa, segundo Villari, prende-se com o facto de que pedir um novo empréstimo ao FMI só iria endividar mais o país e implementar medidas altamente impopulares: “fa stringere la cinghia alla gente non è mai fonte di consenso.” O autor aponta, porém, um dado interessante: diz que a Polónia não é o “terceiro mundo” e que o Ocidente estaria muito mais interessado em ajudar o país para que “l’esperimento di governo

---

<sup>537</sup> L'Unità, 22/08/1989, p. 2

in corso in Polonia non incontri una fine rapida e ingloriosa: insomma gli aiuti economici e i sostegni finanziari non dovrebbero mancare.” Porém, “e il risanamento economico costerà ai polacchi lacrime e sangue.” Isto, na medida em que a obtenção de empréstimos do Ocidente viria sempre acompanhada de uma passagem brusca à economia de mercado.

Mas o autor aponta outros problemas que o Ocidente enfrenta ao “ajudar” a Polónia: o primeiro, e é, novamente, a primeira vez que se reflete sobre este ponto nos jornais analisados, tem a ver com as relações entre o Ocidente e a URSS, que, naqueles anos, estavam em franca melhoria. O financiamento maciço por parte do Ocidente a um país do Pacto de Varsóvia poderia, de alguma forma, representar uma descontextualizada provocação à URSS e confundir-se com “un’operazione di espulsione dei comunisti dal governo.” O autor considera, porém, que este não é o principal problema da ajuda ocidental à Polónia, na medida em que até poderia interessar a Gorbatchov um “vizinho” onde a contestação social acalmasse.

O principal problema da ajuda ocidental à Polónia tem a ver, segundo Villari, com uma disputa no próprio Ocidente, sobre quem ficaria responsável a patrocinar e coordenar o plano de ajuda. Bush queria-o do lado do governo norte-americano: “ma le cose non sono andate secondo le aspettative di Bush e, alla fine, la gestione del programma di aiuti e di cooperazione economica è stata affidata alla Comunità europea.” A entreaajuda entre CEE e Comecon começara já anos antes e previa a ajuda económica da comunidade europeia aos países do Leste da Europa, não excluindo, já nesta altura, inclusivé, a adesão à comunidade europeia das antigas repúblicas populares onde os processos de reformas democratizantes se encontrassem já avançados, e à EFTA, a associação europeia de livre-câmbio.

A ideia de um mercado único europeu alargado ao Leste colocava grandes dúvidas aos americanos, de acordo com o autor do texto, que se pergunta: “e conveniente per noi [EUA] sostenere con i nostri soldi la penetrazione della Cee (o peggio tedesca) verso Est, aiutando il rafforzamento dei nostro più terribile concorrente?” Além desta preocupação, a direita norte-americana opunha-se ao financiamento de governos, como o polaco, onde os comunistas ainda guardavam para si pastas importantes e uma grande influência nas forças armadas. A solução seria, então, o afastamento total dos comunistas dos vários governos, um plano de choque de viragem radical para o capitalismo, o corte definitivo com o Pacto de Varsóvia e a URSS, o apoio a forças políticas comprometidas com a política de austeridade e cumpridoras das

reformas acordadas num possível plano de ajuda de Bush ao Leste. Como refere Villari, para os norte-americanos, “La democrazia va bene, ma il business è un’altra cosa.” Em suma, uma ajuda norte-americana ao país teria definitivamente que significar o fim do socialismo na Polónia.

À semelhança, particularmente, do PCP e do PCF, também o PCI, em *L’Unità*, refere as dramáticas condições de vida que os polacos enfrentam, ao longo de 1989 e mesmo após o entendimento entre as forças políticas e a implementação das primeiras medidas de liberalização da economia. Em “La difficile impresa di vivere oggi in Polonia”<sup>538</sup> Gabriel Bertinetto traça um quadro penoso do quotidiano dos polacos: “scarseggiano beni di prima necessità ed i prezzi salgono di giorno in giorno”; “i negozi resteranno vuoti”; “impennata vertiginosa dei prezzi”; “l’inflazione sino al 200%”; “il 12% della paga mensile per un chilogrammo di prosciutto”, entre outras descrições sobre a dificuldade do dia-a-dia na Polónia. À pergunta sobre se a situação iria melhorar com as reformas em curso, uma vendedora respondeu a Bertinetto: “quando sei con l’acqua a la testa non ti resta che sperare.”

O jornalista, à semelhança do texto do PCP sobre o mesmo assunto, refere também que o baixo nível técnico e tecnológico dos produtos na Polónia era compensado pelos preços controlados, mantidos baixos e inalterados, ainda que escassos: “Oggi il cittadino di Varsavia trova cari persino il pane e il latte” uma vez liberalização dos preços levou também à total liberalização dos bens alimentares. Ainda assim, os polacos entrevistados por Bertinetto mantinham-se esperançosos no rumo do novo governo e nas transformações políticas em curso no país: “«Sì, Mazowiecki e Walesa li stimo e possono e molto.”, referia a mesma entrevistada.

Acerca da transformação do PZRP, e ao contrário do que seria de esperar, por também o PCI passar por uma transformação rumo à social-democracia, o destaque, que no *Rinascita*, quer em *L’Unità*, não é exaustivo. O texto “Gorby appoggia il Poup”<sup>539</sup> é um dos mais significativos, não pelo espaço dado mas por colocar em evidência a importância da opinião do líder soviético no processo de transformação dos partidos comunistas do Leste europeu, num momento em que essa transformação ainda é apenas apontada, no caso do partido polaco.

---

<sup>538</sup> *L’Unità*, 18/09/1989, p. 8

<sup>539</sup> *L’Unità*, 12/10/1989, p.3

“Modificazioni «storicamente giustificate»” é a forma como se refere o jornalista, e também o secretário-geral do PZRP, às mudanças pensadas, na altura, para o partido, que incluíam, como vimos, o abandono da ideologia comunista e a mudança no próprio nome: “Lenin e Marx non potevano prevedere tutto”, afirmou. Apoiando-se nas palavras de Gorbatchov, o autor do texto refere que é desejável uma reestruturação radical do partido e que o encontro entre Gorbatchov e Rakowski serviu para reforçar a ideia de que, mesmo com um partido totalmente renovado, não se perderiam, enquanto este estivesse no governo, os laços e os compromissos assumidos no âmbito internacional.

Mas embora não haja um destaque tão vasto nas páginas de *L’Unità* sobre a transformação do PZRP, esta é comunicada muito antes de acontecer. O PZRP só viria a dissolver-se no SdRP em janeiro de 1990 mas já em outubro de 1989 o PCI referia a concordância de Gorbatchov com essa transformação, como vimos, e em novembro volta ao assunto. “Fonderemo un nuovo partito. Il Poup in Polonia ha fallito”<sup>540</sup> retira a informação do 16º plenário do Comité Central do partido polaco e contém afirmações como “il Poup preannuncia la propria imminente fine e la costruzione di una organizzazione molto diversa da quella che per 40 anni ha governato la Polonia”. O texto refere uma sondagem entre os militantes do PZRP que indicava que 72% queria uma verdadeira refundação do partido e não uma simples renovação: “l’autocritica è di una crudezza senza precedenti”, refere, relativamente ao texto preparativo do congresso do partido que se realizaria no janeiro seguinte.

O que é novo na comunicação do PCI em relação aos outros partidos, sobre o tema da “refundação” do PZRP é que o partido italiano apresenta as declarações públicas do partido polaco que originam essa “refundação” e que contém excertos que os outros jornais partidários não publicaram: “Il socialismo realizzato finora ha fatto fallimento. Il tempo del Poup è superato. Le fonti della sua forza si sono esaurite così come la possibilità di riguadagnare la fiducia della società. È giunto il tempo di fondare un nuovo partito di sinistra” – uma declaração que consta do material de preparação do congresso do partido.

O PCI relembra que o partido comunista polaco foi o primeiro a abdicar do controlo do governo nas antigas repúblicas populares, num país presidido à altura por um católico, num

---

<sup>540</sup> *L’Unità*, 07/11/1989, p. 11



executivo onde o PZRP só tinha quatro ministérios: “ora si accingono a compiere un altro passo di enorme importanza, la radicale trasformazione di se stessi.” E o texto de *L’Unità* sugere que essa radical transformação teria de passar pelo nome, estatutos, modelos organizativos, programa político, o abandono de temas como a ditadura do proletariado, o centralismo democrático, o reconhecimento de erros do passado, o repúdio à doutrina brezneviana de limitação da soberania, a aceitação da democracia plena baseada em eleições diretas e livres. Sugere o autor do texto, ainda, que a transformação do PZRP deve refletir-se também na própria Polónia, que deixaria de ter o termo “socialista” na sua designação.

À exceção da assunção de erros do passado e da retórica comunista mais ortodoxa, há muito afastada do programa político do PCI, a mudança sugerida por este ao PZRP em tudo se assemelhava àquela que o próprio PCI vivia e que acabaria por resultar, como vimos, na sua dissolução em dois partidos, um deles integrante da Internacional Socialista e baseado na social-democracia. O mesmo se passaria, passados alguns meses, com o partido polaco.

Em janeiro de 1990, altura do XI Congresso do PZRP, *L’Unità* publica três textos sobretudo descritivos do rumo dos acontecimentos daquele encontro. Luciano Fontana dá conta, em “«Compagni, il vecchio Poup è finito»<sup>541</sup> que o partido comunista polaco deixou de existir, chamando-lhe “liquidazione”, justificada no desaire eleitoral de junho de 1989, na perda do poder absoluto e no impacto dos outros acontecimentos no Leste da Europa: “Ora prova a rinascere con i nuovi abiti socialdemocratici.” O jornalista cita um jornal da oposição que acusa o PZRP de se tornar “social-democrata à força”, num congresso onde os operários estão em franca minoria. Fontana fala dos problemas práticos decorrentes desta decisão, como a existência de uma facção oposta, que acabaria por criar um outro partido independente e a questão dos bens do PZRP, cuja proposta de nacionalização, feita pelo governo, não agrada aos quadros do partido.

O artigo percorre alguma da história do PZRP mas fixa-se no início dos anos 80 e na instauração da lei marcial para identificar esse como o ponto de total descredibilização do partido, e deixa claro que o novo partido, o SdRP, abandona toda a retórica comunista sem renunciar a um dos pontos essenciais do comunismo: “l’aspirazione alla giustizia sociale” e procurar encontrar uma terceira via para o socialismo, um entendimento com o Solidariedade

---

<sup>541</sup> *L’Unità*, 28/01/1990, p. 12

ao nível das reformas. O jornalista nota que o facto desagradava a muitos dos militantes presentes, que consideram que, ao invés, uma oposição ao Solidariedade aproveitaria a onda de contestação provocada pelas medidas de austeridade impostas pelo governo.

No processo de “refundação” do PZRP, há, no entanto, um grupo de militantes que opta por discordar da linha maioritária do congresso e que, de resto, nem assiste às discussões para a transformação do PZRP. A estes, o jornalista chama de “corrente scissionista” criadora de um “partito separato.” É interessante esta escolha de termos porque é precisamente a que é utilizada para caracterizar os militantes do PCI que, não concordando com a fundação do social-democrata PDS, fundam a Refundação Comunista. No caso do PZRP, os militantes que criam a União Social-Democrata Polaca (PUS) têm objetivos diametralmente dos que, em Itália, formam a Refundação Comunista: os primeiros entendem que um novo partido onde estão presentes velhas caras, associadas ao estalinismo, não será nunca aceite pelos polacos concordam que a direção do novo partido deve ser ainda mais radical no sentido das grandes reformas, do capitalismo e da economia de mercado.

Embora com diferentes direções políticas (para a esquerda, no caso da Refundação Comunista, para a direita, no caso do PUS), o processo nunca é comunicado, quer com o PZRP, quer com o PCI, como uma dissolução de facto destes dois partidos para darem origem a dois partidos distintos cada um. A comunicação pública do PCI vai sempre no sentido de identificar uma “refundação”, quer do PCI, quer do PZRP, no PDS e no SdRP, respetivamente e uma atribuição de facção aos outros partidos que partem do partido original. Esses sim, são comunicados como “partidos novos”.

É precisamente sobre isso que fala “A Varsavia si spacca l’ex Poup.”<sup>542</sup> O PUS representaria, segundo Luciano Fontana, uma facção minoritária no PZRP, muito próxima a Walesa, mas que junta os “riformatori autentici”, sem os quais o SdRP perde alguma da sua credibilidade enquanto partido reformista. À facção que fundaria o PUS, o jornalista chama-lhes “radicali”, que se distinguem da corrente maioritária apenas pela maior proximidade ao Solidariedade e, principalmente, pela manifesta e exacerbada crítica ao passado comunista da Polónia.

---

<sup>542</sup> L’Unità, 29/01/1990, p. 11

A comunicação pública do PCI sobre o novo partido social-democrata polaco associa-lhe constantemente um contexto de dificuldade em impor-se enquanto, precisamente, um novo partido. A ocupação de edifícios do antigo PZRP pela juventude estudantil do Solidarietà, a facção que funda um novo partido onde estão os membros mais reformistas do antigo partido, o “temor” pela formação de um partido constituído pela linha mais ortodoxa do PZRP colocam o SdRP, na opinião de Luciano Fontana, num terreno difícil de gerir. E daí, na opinião do jornalista, a nomeação de dois “liberais” jovens, sem passado na antiga formação, para os cargos cimeiros do SdRP. O texto “Due «liberal» alla guida dell'ex Poup”<sup>543</sup> dá, curiosamente um relevo particular ao “perigo” da formação de um terceiro partido, desta vez à esquerda do próprio PZRP. Facto que não viria a acontecer mas que foi pensado pelos sindicalistas dirigentes do OPZZ, que são claros ao afirmar que “il nuovo partito non difende chiaramente gli interessi della classe operaia.”

O PCI atravessava um processo idêntico ao do PZRP, como já referimos. Na sua comunicação pública, através da associação a termos relacionados com “medo”, “linha dura”, “passado”, “estalinismo”, o partido italiano parece reear, para o caso polaco, muito mais a formação de um possível partido à esquerda do PZRP do que a formação claramente à direita, essa sim que viu a luz do dia, pelo menos entre 1990 e 1992, altura em que o PUS se extingue.

### **Walesa candidato presidencial**

No PCP, o tom crítico prossegue com um interessante texto de julho de 1990 com o título “Tensões e desencontros no Solidarietà”<sup>544</sup>. Aqui, o PCP definitivamente exclui qualquer intenção do Solidarietà de representar os interesses das massas trabalhadoras polacas, referindo de forma muito crítica as contradições no seio do sindicato, que apelida de “heterogéneo” e onde notou tensões como base para manobras políticas, particularmente no seu líder, Lech Walesa, que afastaria os seus opositores numa “curiosa prática para quem se diz defensor das liberdades democráticas.” O PCP não hesita ao afirmar que Walesa tinha o “apoio expresso da direita nacional” e em atribuir um papel fundamental à Igreja, que mediou,

---

<sup>543</sup> L'Unità, 31/01/1990, p. 11

<sup>544</sup> Avante, 12/07/1990, p. 7

inclusivé, uma reunião entre Walesa e o primeiro-ministro polaco. O partido português notava a perda de apoio do Solidariedade, tal como Cunhal tinha previsto um ano antes, refletida na grande abstenção nas eleições municipais e nas divisões reais no interior do movimento, que estariam a gerar um novo quadro político na Polónia.

Novamente, é traçado um cenário degradante das condições de vida na Polónia, frisando a diminuição do nível de vida dos cidadãos, a existência de mais produtos disponíveis mas menos pessoas com capacidade de os comprar e associando à conjuntura a miséria, o desemprego, a recessão e a quebra de produção nacional, tudo motivado, segundo o PCP, apoiando-se em declarações dos próprios dirigentes polacos, no pagamento dos juros da dívida contraída ao Ocidente.

Este é talvez o texto com o tom mais exacerbado perante, de acordo com o PCP, o insucesso das mudanças na Polónia. O problema central é definido como a perda drástica do nível de vida do cidadão comum, causado pela recessão motivada pela falência económica e pela implementação de medidas austeritárias. Através de palavras-chave ao longo do texto o PCP traça um cenário destrutivo do dia-a-dia na Polónia, recorrendo a números concretos da economia, representantes da interpretação que o partido faz sobre o insucesso das alterações levadas a cabo no país.

Um texto do *Avante!* de novembro de 1990 refere-se já às eleições presidenciais. “Eleições na Polónia: o mito do capitalismo<sup>545</sup>” dá conta da surpresa que foi a passagem de Timinsky à segunda volta eleitoral, quando a disputa se acreditava ser entre Walesa e Mazowiecki. O milionário polaco radicado no Canadá acaba por não conseguir superar Walesa, que só viria a ser derrotado anos mais tarde, em 1995, por Kwaśniewski, apoiado pelos partidos de esquerda. O texto do *Avante!*, num tom marcadamente irónico, questiona-se sobre como era possível Timinsky, com uma campanha vazia, “slogans irrealistas, obtusos”, pretendendo a instauração de um “fictício capitalismo”, conseguir capitalizar a desilusão dos polacos. O PCP interpreta-o com o facto de a campanha contra o socialismo se ter virado contra o Solidariedade, tendo tido o efeito inverso ao pretendido.

---

<sup>545</sup> *Avante*, 29/11/1990, p.15

Em junho de 1991, o *Avante!*, em “Walesa em queda”<sup>546</sup>, dá ainda nota da queda de popularidade de Walesa, que reunia o apoio de apenas 38% dos polacos e que ganhara, ao longo dos anos, tiques autoritários, com ameaças de dissolução do Parlamento criticadas pela imprensa generalista, que chega a comparar o presidente polaco a Benito Mussolini.

O *Mundo Obrero* publica mais cinco textos relevantes sobre a Polónia. Todos com fortes críticas ao Solidariedade e, mais concretamente, à figura de Lech Walesa. O texto “Definitiva ruptura”<sup>547</sup> aponta o rompimento definitivo do primeiro-ministro polaco Mazowiecki com o Solidariedade, após discordâncias sobre o rumo das reformas entre ele e Walesa e tendo como pano de fundo as eleições presidenciais, às quais ambos pretendem candidatar-se. Nessa altura, Walesa assumia-se já como o representante do mercado livre, do capitalismo, da economia de mercado, abandonando definitivamente qualquer ideia de manutenção do socialismo democrático no país e acusando o primeiro-ministro de falta de firmeza, utilizando um estilo definido pelo PCE como “autoritário” e anti-democrático: “Así, Solidariedad parece definitivamente rota.”

Em dezembro de 1990, o tom crítico dos comunistas espanhóis com Walesa sobe de tom, dando-lhe contornos não apenas relacionados com a defesa do capitalismo mas sugerindo inclusivé tendências autoritárias e até um pouco fora da realidade, roçando o delírio ao mencionar a acusação de Walesa ao seu principal oponente à presidência da Polónia, Timinsky, um milionário radicado no Canadá, como tendo o apoio dos comunistas e da antiga polícia secreta e, caso ganhasse, prever uma guerra civil na Polónia num período de um ano e meio. Neste caso, não são precisas adjetivações por parte do *Mundo Obrero* para caracterizar o seu posicionamento perante Walesa: um político definitivamente devotado a levar o capitalismo à Polónia, capaz de dizer o que fosse preciso sobre os seus opositores para conseguir um cargo político de maior destaque e sempre acenando com o passado comunista, como se de um grande monstro destrutivo se tratasse. O PCE ironiza, dizendo tratarem-se de declarações inquietantes vindas de alguém a quem foi atribuído o Prémio Nobel da Paz.

É curioso que, já após ganhas as eleições presidenciais por Walesa e devido às ameaças deste de dissolução de um Parlamento eleito democraticamente, à semelhança do jornal do

---

<sup>546</sup> *Avante*, 27/06/1991, p. 13

<sup>547</sup> *Mundo Obrero*, 10/10/1990, p. 41

PCP, há uma citação que associa Walesa a Mussolini. Ambos os partidos ibéricos concordam que, no final de 1990, já com o papel dirigente do PZRP anulado na Constituição polaca, profundamente alterada, o líder do Solidariedade ganhou trejeitos autoritários em várias declarações públicas.

E o tom de acusação autoritária a Walesa continua, quando em janeiro de 1991 o *Mundo Obrero* reporta a situação de censura imposta a uma revista polaca que transcrevia uma carta crítica a Walesa. Isto, no texto “Nuevo gobierno”<sup>548</sup> onde a principal informação é a da substituição de Mazowiecki por um primeiro-ministro mais próximo de Walesa.

Em março, no texto El respecto de Walesa a la ley<sup>549</sup>, o jornal do PCE sublinha novamente as intenções autoritárias do Presidente da República da Polónia, que pretendia ampliar as suas próprias funções, afirmando que “el traje presidencial me queda demasiado estrecho” e justificando a violação de determinadas leis, assumindo essa violação com o facto de se tratarem de “leyes comunistas” e, como tal, passíveis de serem violadas. Novamente, e mesmo passados quase dois anos das eleições que retiraram os comunistas do poder na Polónia, Walesa continuava a justificar literalmente tudo o que diz respeito à vida política e económica polaca no facto de que tudo o que se decidira anteriormente, inclusivé leis que transitaram entre os governos, estava errado e era a via errada para a reforma e a recuperação do país. Esta convicção servia-lhe, curiosamente, para aumentar os seus próprios poderes e violar leis estabelecidas.

No mês seguinte, num texto intitulado “Pobre Polonia”<sup>550</sup>, o PCE refere as críticas e a sátira a que esteve sujeito Lech Walesa no Parlamento Europeu, acusando o Presidente polaco de uma postura demasiado “conservadora”, “católica” e “antisemita” e tendo uma visão presidencialista e não parlamentarista do governo do país. O jornal do PCE refere os sucessivos pedidos de ajuda de Walesa ao Ocidente, insinuando que a cortina de ferro poderia vir a ser substituída por um “telón de plata”, numa clara alusão às diferenças económicas entre o Leste e o Ocidente.

---

<sup>548</sup> Mundo Obrero, 09/01/1991, p.40

<sup>549</sup> Mundo Obrero, 30/03/1991, p. 41

<sup>550</sup> Mundo Obrero, 17/04/1991, p.42

O texto *Pologne Toujours*<sup>551</sup>, de *L'Humanité*, traça um retrato da disputa para a eleição presidencial de dezembro de 1990, que afastaria definitivamente Jaruzelski do poder e foi, como já vimos antes, travada sobretudo entre Walesa e Mazowiecki. O termo “luta fratricida” é usado para descrever a tensão então existente entre dois políticos que antes, aquando da formação do governo polaco, se abraçaram para viabilizar o novo executivo do país e que, à altura das eleições presidenciais, passaram a fazer acusações mútuas e a comportar-se como verdadeiros adversários políticos.

O texto dá uma importância essencial à conjuntura de crise social e económica profunda que o país atravessava, ressaltando a baixa do nível de vida em 30 pontos percentuais e o aumento de 11% da dívida externa, apontado como principal motivo da recessão. O jornalista faz várias referências a este propósito, como o aumento dos vendedores ambulantes, a crescente importância do mercado negro, o facto de os bens essenciais serem considerados um luxo para uma população empobrecida. Também a respeito do aumento dos preços são inúmeros os exemplos de artigos que se tornam impossíveis de ser adquiridos pela classe média. É feita, num tom algo irónico, uma alusão ao facto de já não existirem filas, senhas de racionamento e de as lojas estarem cheias de produtos: segundo o jornalista, os altos preços tratavam, por si só, de afastar os compradores e de manter as lojas cheias. A passagem da Polónia ao liberalismo traduziu-se numa imagem utilizada pelo jornalista: ao lado do edifício estalinista do Ministério da Cultura, em Varsóvia, erguera-se o americano *Hotel Marriott*, simbolizando a entrada em definitivo do capital privado ocidental no país. O autor do texto dá conta da exploração a que estão sujeitos os consumidores polacos: artigos que eram mais baratos no Ocidente eram vendidos a preços exorbitantes em Varsóvia, a prioridade à exportação e ao controlo da inflação comprimiam a procura interna, pressionavam os salários e aumentavam o fosso entre os ricos e os pobres.

Paralelamente, o texto do PCF dá conta de uma autêntica caça às bruxas: a estatização de todos os bens do antigo PZRP e a dificuldade que o novo partido, o SdRP tinha em utilizar o termo socialismo sem que lhe fossem atribuídas conotações relacionadas com o estalinismo.

Em relação à campanha eleitoral para as eleições presidenciais propriamente dita, o jornalista não se abstém de apontar o antissemitismo e o racismo no debate, com Lech Walesa

---

<sup>551</sup> L'Humanité, 21/11/1990, p.12

a dizer-se 100% polaco e Mazowiecki a colocar cartazes com o slogan: “Ne soyez pas antisémite, votez Mazowiecki”. Quanto aos temas da campanha, alguns estavam bastante afastados da realidade política polaca, como o da discussão sobre a morte de Jesus Cristo ter sido executada, ou não, por judeus, o que demonstrava também a forte presença da religião em todo o debate eleitoral.

O texto do PCF em vésperas da eleição presidencial é marcado, aproveitando que se falou em religião, por um tom claramente descrente. Não em relação aos judeus ou a Jesus Cristo mas em relação aos desenvolvimentos na Polónia, às mudanças ocorridas no PZRP e, sobretudo, à postura de Lech Walesa. Através de várias imagens e da descrição real de situações específicas do dia-a-dia na Polónia, o jornalista relata um país mais deprimido do que antes, mas onde as diferenças entre os ricos e os pobres, outrora menos visíveis, se acentuam cada vez mais. Numa altura em que todas as antigas repúblicas populares do Leste europeu, à exceção da URSS, estavam já sob o comando de governos não socialistas, este texto do partido francês é a primeira grande análise sobre os efeitos da introdução da economia de mercado e deixa clara a interpretação de que os problemas da Polónia, na opinião do PCF, não se resolveram. Por outro lado, agravaram-se e trouxeram outras questões à luz do dia, relacionadas com o racismo e o antissemitismo.

Após a vitória de Lech Walesa nas eleições presidenciais polacas de dezembro de 1990, *L'Humanité* publica um artigo marcadamente crítico com o novo presidente. Em “Et maintenant que va-t-il faire?”<sup>552</sup>, o jornal do PCF reflete sobre o que remanescia do espírito do sindicato Solidariedade dos anos oitenta para chegar à conclusão de que não restava nada, ou quase nada. A figura de Lech Walesa é apontada como sendo autoritária e interessada principalmente no aceleração do capitalismo “num país sem capital” que não seduzia os investidores estrangeiros. Novamente citando a imprensa polaca, surge a dúvida sobre como ficaria Lech Walesa conhecido para a História Contemporânea, correndo o risco de, ao não eliminar determinados traços que vinham pautando a sua política, ficar associado ao ressurgimento do antissemitismo e ao abrandamento das reformas democratizadoras da Polónia.

---

<sup>552</sup> L'Humanité, 11/12/1990, p.13



Ainda no contexto das eleições presidenciais, mas já meses após a vitória de Walesa, *L'Humanité* publica o texto “La Voix de la Gauche”<sup>553</sup>, onde analisa o mandato do presidente, sobretudo através da citação de fontes do SdRP, que chegaram à conclusão clara de que as promessas realizadas durante a campanha por Walesa não se cumpriram e eram irrealistas. O partido sucessor do PZRP fala em “populismo da pior espécie”, após uma intensa campanha anticomunista. Também num texto de junho de 1991, intitulado “Walesa: tentation hégémonique”<sup>554</sup> a figura de Lech Walesa volta a ser associada ao autoritarismo, com a disputa de poderes clara com o Parlamento polaco ao qual, segundo o jornal, ele tentava sobrepor-se. O jornal do PCF não se abstém de citar os líderes da oposição polaca, que comparavam Walesa a um ditador que pretendia organizar um golpe antidemocrático contra o parlamento, chegando mesmo a associá-lo, à semelhança do PCP e do PCE, à figura do ditador italiano Benito Mussolini.

O descontentamento com a figura de Lech Walesa não é, de todo, explícito nas páginas de *L'Unità*. O principal órgão de informação do ainda PCI encara sempre o líder do Solidariedade como a figura de proa da democratização da Polónia e são os seus pontos de vista que são espelhados de forma mais constante no jornal. Como por exemplo no texto “Walesa: «Mi vergogno del nostro governo»”<sup>555</sup>, onde é dada palavra a Walesa para se expressar contra o governo de Mazowiecki, que contara com o seu apoio incondicional menos de um ano antes. Uma das críticas de Walesa relacionava-se com o facto de o governo não ter sabido elevar o nível de vida dos polacos: “Il presidente di Solidamosc appoggia la loro lotta”, afirma, sem hesitações, *L'Unità*, a respeito das reivindicações dos trabalhadores dos estaleiros navais de Danzica. As fortes críticas de Walesa ao governo são vistas pelo PCI como uma “svolta” entre o líder do sindicato e o poder polaco, antevendo uma candidatura de Walesa às eleições presidenciais de dezembro desse ano. O artigo de *L'Unità* não tem um tom crítico à insurgência de Walesa perante um governo apoiado por si meses antes e do qual fazem parte membros do Solidariedade: associa esta nova atitude do líder do Solidariedade, pelo contrário, à defesa dos trabalhadores em luta por melhores condições laborais, que o governo não conseguira ainda concretizar.

---

<sup>553</sup> *L'Humanité*, 12/04/1991, p.12

<sup>554</sup> *L'Humanité*, 27/06/1991, p.16

<sup>555</sup> *L'Unità*, 10/05/1990, p.11

É esta atitude em torno de Walesa que ressalta em textos seguintes de *L'Unità*: a figura do mediador entre a contestação popular e o poder: “Walesa, in un estremo quanto vano tentativo di placare la protesta”; “Walesa ha accusato «un piccolo gruppo di irresponsabili» di manipolare i ferrovieri” (aos quais Walesa associa membros do sindicato OPZZ); “ormai è necessario agire in modo deciso” são declarações ou referências a Walesa que, no jornal do PCI, o colocam sempre sob uma perspectiva de ponderação, de tentativa de controlo, novamente da figura de proa, único capaz de conduzir a Polónia no caminho das reformas e da elevação do nível de vida.

*L'Unità* é o único jornal partidário a prestar mais atenção às transformações no Solidariedade do que no PZRP. Vários textos, entre os quais “Solidarnosc verso la scissione”<sup>556</sup> falam da transformação política do sindicato “protagonista delle grandi lotte che nell’arco di un decennio hanno portato la Polonia, primo tra i paesi est europei alla fuoriuscita dal cosiddetto socialismo reale” na principal força de governo do país. O jornal dá nota das várias fações existentes no sindicato e de Walesa como representante da ala que pretende um aceleração das reformas na Polónia, a destituição dos ex-comunistas no governo, eleições parlamentares e presidenciais antecipadas. Nestas últimas, Bertinetto afirma que é clara a intenção de Walesa ser candidato, retirando assim Jaruzelski da presidência do país, figura a quem chamou “personalidade símbolo do antigo regime.”

O texto dá conta do papel de intermediário da Igreja, sob a figura de João Paulo II, mediando assim uma crise no Solidariedade. Na opinião do jornalista, o Papa teve o objetivo de se mostrar imparcial na sua intervenção junto dos protagonistas polacos, mas revela-se mais próximo de Mazowiecki, enquanto alerta Walesa para que demonstre um maior sentido de responsabilidade. Contudo, nem o Papa parou Walesa na sua demanda pela destituição completa dos ex-comunistas no governo, que acontece passados poucos dias. No texto “Escono di scena gli ex comunisti”<sup>557</sup>, Bertinetto reconhece que com este afastamento ficou definitivamente comprometido o entendimento alcançado no início de 1989 mas não deixa de referir que foi Walesa, “grazie al quale, pacificamente, senza traumi, la democrazia polacca fiori mentre il monopolio di potere comunista appassiva.”

---

<sup>556</sup> *L'Unità*, 01/07/1990, p.4

<sup>557</sup> *L'Unità*, 07/07/1990, p.10

O jornalista caracteriza a situação política polaca com a fragilidade dos dois partidos saídos do PZRP e a força do Solidariedade, cada vez mais implementado na sociedade. Apenas em dois momentos, ao longo de todo o período analisado, *L'Unità* dá voz a visões críticas da postura de Walesa perante o governo polaco: na entrevista a Geremek, conselheiro do primeiro-ministro polaco<sup>558</sup> e na entrevista a Stelmachowski, presidente do Senado polaco.<sup>559</sup> No entanto, é sempre na voz de outra pessoa, utilizando para isso o recurso à entrevista e nunca à citação direta ou à opinião, que algumas críticas são feitas à postura de Walesa: “non trovo più elementi di continuità con la filosofia d'azione politica che Solidarnosc e lui in prima persona hanno elaborato a partire dal 1980.”, referia Geremek a propósito das intenções governativas e presidencialistas de Walesa e “creando un polo d'attrazione politica alternativo, l'azione del gruppo di Walesa può risultare di incoraggiamento ad iniziative anti-governative da parte di forze di Solidarnosc”, refere Stelmachowski, evitando ainda assim o tom crítico e frisando que, apesar destas declarações, o papel de Walesa no controlo da contestação social tinha sido precioso.

Em *L'Unità*, o tom elogioso a Walesa não vai abrandar, nem mesmo no decorrer da campanha eleitoral de dezembro desse ano. *Rinascita*, no entanto, publicou, pouco antes de ser encerrada pelo então PDS, um artigo de Adriano Guerra intitulado “Polonia verso l'ignoto”<sup>560</sup>, onde o autor reflete precisamente sobre as eleições presidenciais de dezembro de 1990, que levaram Walesa à Presidência do país. Trata-se de uma reflexão abrangente, que considera aspetos fundamentais sobre o processo de transformação da Polónia e de todo o Centro e Leste europeu.

Guerra fala na derrota de Mazowiecki, numa meia vitória de Walesa e no sucesso do milionário Tyminski para ilustrar o que, na sua opinião, sucedeu às intenções revolucionárias de 1989 na Polónia: “un processo di transizione verso l'ignoto se non verso crisi ancora più drammatiche e lacerante.” Isto porque a folia resultante da queda dos “tiranos” do comunismo europeu resultou, na sua opinião, num sistema democrático inseguro e provisório: “quel che sconcerta e la contraddizione che viene alla luce nel momento in cui vediamo da una parte avanzare un processo reale di unificazione sus cala planetaria e dall'altra il ritorno a bandiere,

---

<sup>558</sup> Geremek: “Ma Walesa non è più liu...”, *L'Unità*, 09/07/1990, p.3

<sup>559</sup> «Walesa prepara un altro governo», *L'Unità*, 13/07/1990, p.10

<sup>560</sup> *Rinascita*, 09/12/1990, p.68

a moti e valori del passato.” Guerra alertava para os perigos dos nacionalismos radicais, sustentados por visões distorcidas e simplistas do passado e, mais importante, dos processos de transformação, por aquela altura, já ocorridos em todas as antigas repúblicas populares. Guerra dá inclusivé o exemplo de que os pequenos movimentos nacionalistas que apareciam na Polónia não terem em conta que o passado que mais repudiavam, o do estalinismo, era precisamente baseado numa “politica nazionale (...) opressiva [e] inconsciente.”

Num exercício de futurologia, que se viria a verificar exatamente da forma que Guerra o fez, o autor alerta para o efeito que os vários nacionalismos, alguns deles impulsionados por forças estrangeiras, teriam na desagregação de uma união estável de repúblicas, como a soviética ou a jugoslava, da qual resultassem grandes nacionalismos, como o russo ou o sérvio. Segundo Guerra, essas eram ameaças à “garanzia di stabilità e di pace anche per noi.”

Adriano Guerra não se referia a Walesa da mesma forma que os outros autores, dos outros partidos, se referiam. Pelo menos o comparou tão obviamente a Mussolini nem lhe atribui tiques ditatoriais da mesma forma que os outros. Novamente, é preciso ter em consideração que, no final de 1990, o partido que edita *Rinascita* já não é um partido comunista. No entanto, Guerra assumia que Walesa lhe dá “fastidio” e não lhe reconhece intenções de ser presidente de uma Polónia integrada na Europa, onde as identidades nacionais são preservadas, com a sua devida soberania, mas que estejam integradas numa união ou confederação capaz de manter a paz na Europa.

#### **3.4.1.2. - Transformações na Hungria: do “pacote democrático” de janeiro de 1989 à vitória do centro-direita em abril de 1990**

A decisão de restauração do pluripartidarismo por parte do Partido Operário Socialista Húngaro (MSzMP) não é encarada com grande surpresa por parte do Ocidente, em particular, como veremos, pelas publicações que analisamos.

Já desde 1966, János Kádár, secretário-geral do MSzMP, cargo que deixaria de ocupar a 22 de maio de 1988 por problemas relacionados com a sua saúde,<sup>561</sup> a Hungria vivia um clima de reformas evidentes promovidas pelo próprio aparelho governativo, relacionadas com

---

<sup>561</sup> O líder húngaro viria a falecer em julho de 1989

a introdução de determinados mecanismos da economia de mercado, o atenuar das restrições das viagens ao estrangeiro e um nível de vida consideravelmente superior ao da maior parte das repúblicas populares. O “Novo Mecanismo Económico” (NEM), lançado por Kádár em 1968 permitia, de facto, que a Hungria fosse considerada pelo Ocidente como o melhor país para se viver do outro lado da Cortina de Ferro. Não obstante as excelentes relações com a URSS, o termo “goulash communism”, referindo-se a um tipo de comunismo com cedências à economia de mercado e a uma sociedade que, ainda que autoritária, era mais respeitadora dos direitos humanos do que as suas congéneres, foi ganhando adeptos no Ocidente.<sup>562</sup> Desde os anos 60, também, Kádár foi progressivamente equilibrando, no país, tendências mais reformistas e outras, mais conservadoras, conseguindo, nos anos 80, a instauração de políticas reformistas, a nível económico, com um alcance mais considerável e com o objetivo de encetar acordos comerciais com o Ocidente.

Não obstante, a economia permanecia atrasada e a indústria desatualizada, incapaz de acompanhar o avanço tecnológico do Ocidente, o que forçou o governo de Kádár, com o objetivo de competir com a indústria ocidental, a contrair empréstimos, nomeadamente aos EUA, que lhe foram concedidos, ainda antes de 1989, sem que houvessem grandes restrições, a não ser uma ainda maior abertura ao Ocidente, que se materializou na abertura da fronteira austro-húngara em maio de 1989, já sem Kádár à frente do partido. A Hungria dos anos 80, no entanto, embora marcada por uma abertura considerável ao Ocidente, principalmente por motivos financeiros, permanecia fortemente crítica ao capitalismo e ao estilo de liderança e diplomacia norte-americanas.

Com a deposição de Kádár do governo do país e a nomeação de Károly Grósz para a secretaria-geral do MSzMP, em maio de 1988, a via das reformas tornou-se ainda mais consensual. O processo de transição para uma democracia multipartidária na Hungria foi provavelmente o mais suave entre todas as repúblicas populares do Ocidente, dando a ideia de um processo que vinha sendo construído por Kádár desde os anos 60. A transformação parte do interior do próprio partido dirigente e de intelectuais húngaros ainda relacionados com as manifestações de 1956. São criados novos partidos, com ideologias distintas,

---

<sup>562</sup> Watkins, Thayer. "Economic History and the Economy of Hungary". Department of Economics, San José State University.

intensificam-se os sentimentos nacionalistas de certa forma apaziguados durante o período da república popular e o ativismo civil cresce, sobretudo entre as camadas mais jovens da população de Budapeste.

O “pacote democrático” aprovado em 1989, ainda pelo MSzMP, mas já com Imre Pozsgay, comunista pró-reformas, no Politburo do partido, incluía a liberdade sindical, de associação e de imprensa e a reformulação da lei eleitoral. O funeral de Imre Nagy, em junho de 1989, figura chave das manifestações de outubro de 1956, juntamente com os de outros elementos ligados àquele acontecimento histórico, marca a mudança definitiva na redefinição do rumo do país, ao condenar veementemente a repressão soviética ocorrida na altura. No final do verão de 1989, uma Mesa Redonda de negociações entre vários representantes políticos e sociais termina com a resolução de transformar radicalmente o perfil da sociedade húngara, no que respeita à sua organização política e económica, abraçando definitivamente um sistema multipartidário e democrático.

Em outubro daquele ano, a Constituição foi alterada e nasce a República da Hungria, já sem o papel dirigente do MSzMP e, claro, sem qualquer menção à construção do socialismo. O primeiro ato eleitoral sob a nova Constituição é realizado em maio de 1990, onde os ex-comunistas, entretanto, desde outubro, sob o nome de Partido Socialista Húngaro (MSZP), perderam o governo do país para um executivo de centro-direita. É a partir desse momento que a radicalização toma conta do processo de transformação da sociedade húngara, ao ponto de ser proibido, logo após a tomada de posse do novo governo, qualquer menção ao comunismo ou ao socialismo na Hungria. Todo o processo ficaria completo com a retirada definitiva dos cerca de 100 mil membros do exército soviético do país, o que viria a acontecer em junho de 1991.

Ao nível da nossa análise, centraremos o estudo em momentos chave: o período de tempo entre a reunião do Comité Central do MSzMP, em fevereiro de 1989, que abre definitivamente as portas à transformação do sistema político húngaro, a abertura da fronteira austro-húngara em maio de 1989 e as homenagens a Imre Nagy, no mesmo mês; o congresso que marca a extinção do MSzMP em outubro de 1989 e o nascimento do MSZP e, por fim, o cenário pré e pós eleitoral, em maio de 1990, procurando perceber de que forma os partidos comunistas sul-europeus comunicaram as mudanças na Hungria e tentando entender, também,

a razão pela qual o mais ocidentalizado dos países europeus com governos comunistas se transformou, no decurso de poucos meses, naquele onde as palavras “comunismo”, “marxismo” e “leninismo” provocavam tal perturbação ao ponto de a sua utilização política passar a ser, logo após a tomada de posse do governo de direita saído das eleições parlamentares de maio de 1990, proibida por lei. Ao longo de toda a análise, prestaremos especial atenção à forma como a memória das manifestações de outubro de 1956 é abordada pelos partidos políticos em estudo.

### **Sai Kádár, entram Grósz e Pozsgay: 1956 revisitado**

As movimentações na Hungria são desde cedo acompanhadas pelo principal órgão de informação do PCP. Em “Importantes decisões do POSH”<sup>563</sup>, o PCP dava conta, de forma bastante factual e informativa, de que o partido no governo, na Hungria, “decidiu a reinstauração do pluripartidarismo”, ainda que mantendo a sua posição dirigente e levando avante as reformas democratizadoras em curso. À semelhança do caso polaco, esta seria, então, uma “transição gradual” justificada no facto de a sociedade húngara não estar preparada para uma transformação súbita na direção do multipartidarismo, e motivada pela necessidade do estabelecimento e amadurecimento de reformas políticas e económicas. Na ordem dos trabalhos estava a proclamação de uma nova Constituição, que previa que os partidos políticos se mantivessem fiéis às “bases socialistas” da organização daquele Estado.

Já neste texto, surge uma primeira abordagem aos acontecimentos de 1956, notando-se que os comunistas húngaros, liderados por Karoly Grosz, estavam a fazer uma “reavaliação” desse período, passando a considerá-lo como “uma insurreição popular” apoiada desde o início por “elementos desqualificados”. São palavras do Comité Central do MSzMP mas que não merecem nenhuma reflexão por parte da redação do *Avante!*, que se limita a transcrevê-las. O posicionamento do PCP, em 1989, face a este revisionismo da intervenção soviética de 1956 em Budapeste, será discreto, não procurando, tal como os outros partidos analisados, comunicar uma alteração ao apoio que os comunistas deram, então, à intervenção soviética, tal como refere António Barreto: “É verdade que disto [a intervenção soviética em Budapeste

---

<sup>563</sup> *Avante*, 16/02/1989, p.10

em outubro e novembro de 1956] o PCP não foi cúmplice *ativo*; a Europa ficava longe, a Europa Oriental, essa, ficava longíssimo. Mas o PCP nunca emitiu um som ou levantou um dedo para desaprovar. Aliás, não desaprovava – concordava, justificava e louvava.”<sup>564</sup>

Embora muito factual, este texto do PCP revela várias interpretações sobre o que se passava no interior do partido do governo húngaro. A utilização do adjetivo “importantes” para qualificar as decisões em curso contrasta com outros, utilizados noutros textos e num período mais avançado de modificação do sistema político húngaro (como “inquietantes”), o que leva a supor que nesta fase, em fevereiro de 1989, o PCP estava ainda expectante perante as alterações em curso, não emitindo juízos de valor mas ressaltando, e fá-lo mais do que uma vez ao longo do texto, que estas mudanças manteriam o papel dirigente do MSzMP e que qualquer partido que viesse a concorrer a eleições na Hungria teria de aceitar as diretivas socialistas.

Outro ponto importante é a utilização do termo “reinstauração” para se referir ao pluripartidarismo na Hungria. Ainda durante a II Guerra Mundial, as eleições de 1944 para a Assembleia Interina, ganhas pelo Partido Comunista Húngaro e que se realizaram em 45 cidades então libertadas do exército nazi pelo exército soviético, foram disputadas por vários partidos, assim como as de novembro de 1945, ainda antes da implementação da República na Hungria, onde os comunistas perderam. As eleições de agosto de 1947 e de maio de 1949, ganhas ambas pelos comunistas, admitiram também vários partidos políticos. Os oito atos eleitorais parlamentares entre 1953 e 1985 foram sufrágios com uma lista única, constituída por militantes do MSzMP, embora se admitissem, em todos, representantes independentes, escolhidos, no entanto, pelo partido comunista, mas que têm sempre uma representação parlamentar assinalável. Não é claro, neste texto, e no próprio enunciado da resolução do Comité Central de fevereiro de 1989 do MSzMP, a que momento da história política húngara o termo “reinstauração” do multipartidarismo se refere. Com a menção à continuidade do papel “dirigente” do MSzMP, e a necessidade entendida de uma “transição gradual”, subentende-se que esta “reinstauração” do multipartidarismo sugerisse um regresso ao contexto eleitoral das eleições do pós-guerra, sobretudo as de 1947 e 1949, e não tanto um

---

<sup>564</sup> António Barreto – Política e Pensamento, p.?



sistema partidário ao estilo ocidental, onde nenhum partido tem um papel dirigente em relação ao ato eleitoral.

Finalmente, a menção aos acontecimentos históricos de outubro de 1956 na Hungria é também neutral, limitando-se o partido português a dar nota dessa referência, mas frisando, contudo, que a interpretação do MSzMP continua a ser a de que se tratou de um processo que teve por trás elementos a que chama de “desqualificados”, relacionando-se essa desqualificação, provavelmente, com a capacidade de conduzir um protesto no contexto de uma sociedade socialista e a presença de forças contra-revolucionárias entre os manifestantes.

Já o PCE, trata esta reunião de forma muito mais complexa. No artigo “Revisando la historia”<sup>565</sup>, Eugenia Garcia Raya atribui o principal tema da reunião do Comité Central do MSzMP ao facto de que “después de 30 años, es la primeira vez que se revisa la versión oficial de los hechos”, sendo esses as manifestações de outubro de 1956, colocando definitivamente a tónica na importância de uma revisão oficial da visão sobre o assunto. Garcia Raya refere também um facto ausente da comunicação do PCP, e que se trata do facto de assumir que as manifestações de 1956 foram “duramente reprimidas por el ejército soviético” e que Pozsgay foi o primeiro comunista a afastar a ideia de que em 1956 houve uma “contrarrevolução”, embora continuassem a falar de elementos contrarrevolucionários envolvidos. No artigo do PCE, o ministro de Estado húngaro é citado para qualificar o objeto contra os quais os manifestantes se revoltavam, em 1956, como “normas oligárquicas que humillaban la nación.” Garcia Raya continua a citar o dirigente comunista que revê a posição oficial sobre 1956 e que utiliza uma imagem: negar que se tratou de um levantamento popular contra uma determinada ordem injusta “sería como intentar meter pasta de dientes en el tubo.” *Mundo Obrero* faz uma descrição detalhada do que se passou em outubro de 1956, dando conta dos participantes executados e da vontade de reescrever a história por parte do atual MSzMP. Não obstante, o PCE também não exprime diretamente uma revisão da sua própria história, neste momento, por ter, de forma até mais explícita do que o PCP, apoiado a intervenção militar soviética na Hungria em 1956: “En España tuvo lugar una situación peculiar, el PCE apoyó la invasión soviética. Carrillo y la Pasionaria (...) aprobaban una represión violenta para acabar con el movimiento húngaro, prueba de ello es que el CC del PCE en plena represión soviética

---

<sup>565</sup> Mundo Obrero, 22/02/1989, p.37

en Hungría envía un telegrama al PCUS aprobando: «El apoyo que la Unión Soviética, en cumplimiento de un penoso ineludible deber, ha dado a los trabajadores revolucionarios de Hungría y al gobierno obrero y campesino húngaro».”<sup>566</sup>

Trata-se de um artigo muito mais expansivo daquele que o *Avante!* publicou, que fala da Hungria como “el primer país de Europa del Este que instroduzca este sistema político [o multipartidarismo]” e a assumir o pluralismo político como uma realidade a alcançar, no seguimento de reformas que vinham já sendo implementadas desde pelo menos um ano. A opinião do transparece de forma muito mais contundente do que no texto do PCP: a jornalista está claramente satisfeita e de acordo com o posicionamento tomado então pelo MSzMP, particularmente no que diz respeito ao reposicionamento sobre 1956. Há uma sensação que passa, através do texto de Garcia Raya, de que finalmente estava prestes a ser feita justiça perante os manifestantes de outubro de 1956. A jornalista chega inclusivé a dizer que esta tomada de posição por parte do governo húngaro poderia vir a ter consequências também na Checoslováquia, onde o governo veria na Hungria um incentivo para rever o seu posicionamento face ao que chama de “invasión” do Pacto de Varsóvia em Praga, em 1968. E, mais importante, Garcia Raya fala sobre este posicionamento do MSzMP como motivador de uma mudança de ponto de vista da própria URSS sobre o Leste: “la URSS parece aceptar que la neutralidad de Hungria no significaría ningún peligro para la zona.”

Este é um tema essencial na comunicação dos partidos sobre a Hungria. O PCE ressalta a importância da reflexão sobre a própria história partir do próprio partido comunista: “aporta mayor credibilidad, si cabe, al proceso de reformas iniciado hace un año”, motivado por uma manifestação a favor da liberdade de imprensa e do direito de reunião. Garcia Raya fala de um processo que, à semelhança do polaco, não começou em 1989 mas antes, em maio de 1988, altura desde a qual o país experimentava “una importante liberalización política, incluida la legalización de grupos de oposición al gobierno.” No artigo são referidas várias organizações que seriam embriões de partidos políticos e a adoção de um modelo económico descentralizado: “los objetivos primordiales son frenar el endeudamiento exterior, reducir el deficit presupuestario y disminuir progresivamente la inflación.” Acompanhadas da criação

---

<sup>566</sup> <http://www.elmilitante.org/historia-principal-163/historia-principal-165/3103-a-50-aos-de-la-revolucin-hngara-de-1956.html>

de novos impostos, de um mercado de obrigações e de outros planos de carácter financeiro, estas medidas visavam controlar a dívida e a inflação.

O artigo do *Mundo Obrero* contrasta em todos os sentidos com o do *Avante!*: o tom é de um forte apoio às medidas do governo húngaro, e em vez da neutralidade com que o PCP comunicou as reformas em curso na Hungria perpassa a sensação de que quer o revisionismo histórico, quer o reformismo económico, iriam contribuir para uma franca melhoria da relação da Hungria com o Ocidente e com a URSS, ao mesmo tempo que permitiriam a recuperação económica num processo pioneiro entre as repúblicas populares do Leste europeu.

Ao mesmo tempo, desenrolavam-se as conversações da Mesa Redonda polaca, incentivada pelos comunistas, também em fevereiro de 1989 e um dado interessante da abordagem às reformas quer num país, quer noutro, é a tentativa de passar a ideia de que os processos de reforma no Leste foram iniciados pelos partidos comunistas no governo que, embora interessados, como é referido várias vezes, numa mudança gradual, estariam de facto empenhados na democratização das sociedades e na revitalização dos sistemas económicos. Na Hungria, por contraste com a Polónia, as resoluções que levam às reformas não são motivadas por um movimento externo organizado, como era o caso do Solidariedade, mas antes por militantes reformistas dentro do próprio partido comunista.

E isso é bem claro noutro texto do *Mundo Obrero*, intitulado “No se puede vivir del pasado”<sup>567</sup>, onde Miguel Bilbatua entrevista Gyorgy Aczel, membro do Comité Central do MSzMP, que falava precisamente do facto de que o que estaria em jogo na Hungria não era o fim do socialismo mas antes o fim do estalinismo e do pós-estalinismo nas sociedades de Leste. A renovação do socialismo vem no seguimento de uma crise a todos os níveis: “crisis del modelo económico, crisis del modelo de construcción del socialismo, crisis del modelo de estructura política que desencadena una crisis de relaciones entre las instituciones políticas y sociedad.” É particular, no entanto, a forma como Aczel explica que esta renovação na Hungria não parte da *perestroika* de Gorbachov mas antes de uma evolução histórica lógica do país desde a II Guerra Mundial: “de los éxitos e involuciones que tal historia ha sufrido.” Aczel explicava que, no rescaldo da II Guerra, perante um país rural, muito atrasado, se optou por um modelo político e económico que “tampoco era muy correcto” mas que “cumplió una

---

<sup>567</sup> Mundo Obrero, 22/03/1989, p.32

misión”. A partir de 1956, iniciou-se uma reorganização do país a todos os níveis, que tem como consequência lógica a adoção de reformas estruturais conducentes à renovação do socialismo,

A visão do PCE sobre o reformismo húngaro é, assim, enquadrada numa análise histórica que o encara como uma continuidade lógica do percurso seguido pelo país desde o final da II Guerra. Este enquadramento é feito tendo em conta as reformas propriamente ditas mas também o contexto em que elas surgem e a motivação que as faz prosseguir. Fica clara a ideia de que esta renovação do socialismo, na Hungria, não é uma viragem para o capitalismo mas um encerrar definitivo com um modelo de Estado, associado ao estalinismo.

O PCE, na sua comunicação pública, dedica um espaço importante a este momento, na Hungria. E a reflexão que faz, em junho de 1989, no texto “Iniciativas en Budapest”<sup>568</sup>, é prova disso. Fala sobre o funeral de Imra Nagy, protagonista das manifestações de 1956 como uma “deuda pendiente” que os húngaros tinham perante aquele líder comunista, numa sociedade, à altura “inmersa hoy en profundas reformas.” Miguel Peraleda recorda que foram os comunistas italianos quem primeiro se referiu a Nagy como “un comunista, un combatiente por la libertad, un gran húngaro” e que sugeriram que lhe seria devido um funeral digno em Budapeste. Peraleda fala de Nagy como o “protagonista de la creación de una sociedad basada en el pluralismo y en permitir que todos los sectores de la sociedad tuvieran su expresión, eliminando las brechas entre gobernantes y gobernados.” E que, em 1989, Nagy ficaria como um símbolo da tentativa de renovação do socialismo: “Hungria, consciente de ello, asume su historia.” Um posicionamento diametralmente oposto ao do PCE de 1956, onde a intervenção militar soviética na Hungria foi justificada por Passionaria e Carrillo, embora com figuras proeminentes do partido e intelectuais ligados ao comunismo espanhol, como foi o caso de Pablo Picasso, a revelarem-se, já em 1956, contra esta medida.<sup>569</sup>

O artigo de Peraleda é provavelmente um dos mais reveladores do posicionamento inicial do PCE face às mudanças em curso nos países do Leste europeu. O jornalista afirma que o socialismo não será capaz de se renovar se não acabar com muitas das suas “rigideces” e que os dirigentes húngaros foram os primeiros a aperceber-se disso, partindo dos próprios

---

<sup>568</sup> Mundo Obrero, 28/06/1989, p.34

<sup>569</sup> <http://www.elmilitante.org/historia-principal-163/historia-principal-165/3103-a-50-aos-de-la-revolucin-hngara-de-1956.html>

comunistas húngaros o desejo de renovação e mudança. E novamente se recorre a uma ideia de continuidade histórica para falar desses mesmos acontecimentos: a figura de Kádár, embora, refere o jornalista, pese sobre ele a “sombra” dos acontecimentos de 1956, mostrou-se sensível às reformas e ao desenvolvimento económico, atitude que o seu sucessor manteve, acelerando a democratização do país e as metas para a economia húngara.

À semelhança da Polónia, a necessidade de mudança na Hungria ocorre, além desta ideia de continuidade histórica, de uma conjuntura económica não tão dramática como a do país de Jaruzelski mas ainda assim complexa e relacionada com a dívida externa e a falta de modernização das estruturas produtivas. Neste sentido, Peralda deixa a questão: “si Hungria no es Europa, que es entonces Europa?”, numa clara alusão à importância histórica do país, situado no coração do continente europeu: “los problemas con los que enfrenta Hungria son muchos, pero parece que hay suficiente entusiasmo en sus dirigentes y, sobre todo, en la sociedad, para afrontarlos con éxito.”

Esta noção de continuidade associada às mudanças na Hungria, e à sua inquestionável integração no espaço europeu, é nova em relação à comunicação dos partidos, particularmente em comparação com o caso polaco, onde a mudança surge também justificada por uma crise económica violenta, mas à qual se junta uma grande contestação social, com origens no início dos anos 80 e apoiada num sindicato. Embora os partidos analisados reconheçam que, também na Polónia, a vontade de mudança parte dos comunistas, esta surge mais como resposta a uma inevitabilidade circunstancial e não como na Hungria, onde desde os anos 60 a transformação vinha sendo lentamente preparada por um líder rígido mas que demonstrou, no término do seu mandato, uma sensibilidade maior para a continuidade das reformas. A morte de Kádár, pouco tempo após a sua saída da secretaria-geral do partido, não parece ter sido interpretada pelos partidos analisados até agora como um momento de quebra entre conservadorismo e o início das reformas. O revisionismo histórico motivado por Pozsgay, em relação aos acontecimentos de 1956, juntamente com o forte sentimento de mudança dentro do próprio MSzMP, sugerem uma continuidade clara da vontade de encontrar uma outra via para um socialismo renovado.

Do lado do PSUC, o discurso é idêntico ao do PCE e o ano da mudança é apontado como 1988, confirmando a ideia de que o reformismo não surge bruscamente na sociedade

húngara. No texto “Les reformes d’Hongria”<sup>570</sup>, *Treball* apresenta uma citação de Gorbatchov, que fala sobre uma nova geração disposta a promover a mudança revolucionária com toda a sua motivação e entusiasmo, que encabeça uma imagem de cinco jovens vestidos com fato escuro e gravatas mas saltando de forma algo desajeitada e descontraída, passando uma imagem de rebeldia perante as normas, pois não seria de esperar que alguém vestido com uma roupa característica de um ambiente de trabalho agisse de uma forma tão relaxada.

A imagem ilustra o texto sobre as reformas na Hungria. É apresentado um quadro totalmente novo do país: “canvis de persones als nivells més alts del partit, de l’Estat i de la direcció central. (...) El poder va arribar a mans de nous líders més competents, més capaços políticamente, que estan portant una nova onada de reformes.” Os efeitos de um 1988 altamente dinâmico na Hungria faziam-se já sentir: a discursão pública crescera, juntamente com a democratização da vida pública e o fortalecimento das relações comerciais e empresariais. Segundo o jornal do PSUC, “Hongria mostra novamente la via del progrés a l’Europa central i de l’Est.”

No entanto, segundo o PSUC, nem tudo corria bem no país e a dívida externa, à semelhança do que já tinha sido constatado pelo PCP e pelo PCE, era insuportável, juntamente com a falência da tecnologia e a alta inflação: “no obstant, les possibilitats de superar aquesta situació son bonés.” Porque, precisamente, o governo húngaro está empenhado em encetar as reformas necessárias e, sobretudo, assim o define o PSUC de forma ainda mais contundente do que o PCE, a Hungria está definitivamente envolvida na integração europeia. Esta integração permitiria à Hungria, na opinião do PSUC, superar as suas fragilidades económicas.

Um dado importante neste texto do PSUC é o facto de se afirmar claramente que o país se encontra numa situação crítica “principalment a causa dels seus propis errors” mas também, e isto é novidade no âmbito da comunicação partidária que analisamos, “de factors desfavorables del desenvolupament econòmic internacional.” Embora sem desenvolver quais os fatores internacionais que afetaram o desenvolvimento económico da Hungria, é a primeira vez, mesmo dentro do quadro de análise que temos vindo a levar a cabo, correspondente à comunicação pública de partidos comunistas, que a discussão sobre uma fragilidade importante de uma república popular do centro europeu não é exclusivamente atribuída ao

---

<sup>570</sup> Treball, 04/1989

regime propriamente dito, mas também a fatores externos que condicionaram o desenvolvimento do país.

Mas as novidades da comunicação pública do caso húngaro por parte do PSUC não ficam por aqui. Lajos Gubcsi, que assina este artigo, refere que, ao longo de 1988, se chegou a um importante acordo entre o partido e o governo, que estabeleceu uma cooperação entre ambos baseada no pressuposto de que o primeiro não interferiria com as opções estratégicas do segundo, desde que este mantivesse o MSzMP com um papel dirigente no país. O *Treball* cita *The Economist* para referir que a Hungria é o país ideal para se realizar este tipo de tentativas: “la demanda de canvi ve de sota, no de dalt, cosa que la diferencia positivament de Rússia.” Esta observação vem contrariar o que observávamos até aqui, de que a vontade de mudança tinha partido sempre das cúpulas partidárias e do governo e não de uma forte pressão social para que isso acontecesse. É, no entanto, a interpretação do jornal *The Economist*, citada no órgão de imprensa do PSUC e, claramente, quando comparada com a situação na URSS, tem a sua razoabilidade: a *perestroika* foi pensada de dentro do Kremlin para fora. Na Hungria, e particularmente na Polónia, as mudanças aconteciam, se não exclusivamente por uma demanda popular, por um acordo claro entre partido, governo e população.

O artigo de Gubcsi para o *Treball* refere ainda outro dado importante, que é o facto de as reformas económicas, por si só, não serem suficientes: “era necessari dur a terme reformes socials radicals en quasi tots els aspectes de la vida” e, mais importante, conseguir “un nou consens social sobre la renovació ideològica, política i social, incloent hi probelemes com el de l’honestedat i afrontant amb realisme les questions d’obertura i democracia.” Ou seja, as reformas democratizantes da sociedade húngara surgem na sequência das reformas económicas, levando o autor a afirmar a necessidade de criar uma economia e uma sociedade genuinamente abertas. Gubcsi avisa, no final do texto, que seria um erro crasso o governo não deixar bem claro à população que seria capaz de encaminhar o país para a superação da crise e dos conflitos.

É um texto que aborda matérias importantes mas que, de certa forma, deixa muitas questões no ar. Por exemplo, a que constrangimentos estrangeiros se referia Gubcsi? Ou quais seriam as consequências para o país se o governo admitisse não ter resposta para a crise instalada na Hungria?

Encontraremos a resposta a esta última pergunta na comunicação pública do PCF sobre o processo de mudança na Hungria. “Operation Séduction”<sup>571</sup> fala sobre a visita de George Bush à Hungria e como a ajuda económica ao país, após a admissão, por parte do governo húngaro, da incapacidade de revitalizar o país sem ajuda externa, passa rapidamente da cooperação económica para “préoccupations plus directement politiques.” Piérot dá conta de que, à semelhança da proposta apresentada na Polónia, o plano de ajuda de Bush à Hungria não resolve os problemas estruturais do país, até porque não contempla a tão necessária ajuda no plano tecnológico à indústria húngara. O plano refere apenas uma injeção de capital, na ordem dos 25 milhões de dólares, num fundo destinado ao incentivo da iniciativa privada. A visita de Bush realizou-se pouco tempo após a abertura da fronteira entre a Áustria e a Hungria, condição essencial para que o plano norte-americano para o país fosse posto em marcha.

A comunicação pública do PCF sobre o processo de mudanças na Hungria presta especial atenção, no entanto, à revisão sobre o posicionamento do governo húngaro perante os acontecimentos históricos de 1956 em Budapeste. O que leva, também, a um posicionamento do partido francês sobre esses mesmos acontecimentos, 33 anos após a sua ocorrência.

No texto “De la fosse commune aux honneurs officiels”<sup>572</sup>, Jean-Paul Piérot, enviado especial do jornal a Budapeste, refere que milhares de pessoas assistiram ao funeral de Imre Nagy, prestando-lhe homenagem, numa cerimónia onde estiveram presentes membros do governo mas onde também foram notadas ausências significativas da cúpula partidária do MSzMP, entre as quais a do secretário-geral: “cette réhabilitation est plus qu’un symbole pour les dirigeants du pays.” O jornalista utiliza expressões como “tragédie”, “victimes” para se referir aos acontecimentos de 1956 em Budapeste e refere que as cerimónias fúnebres decorreram, tal como o governo tinha pedido, em jeito de manifestação de homenagem e não de intervenção política. Piérot descreve as cerimónias dando-lhe características de um autêntico funeral de Estado, com a presença de representações diplomáticas, incluindo da

---

<sup>571</sup> L’Humanité, 13/07/1989, p.15

<sup>572</sup> L’Humanité, 17/06/1989, p.12



URSS, de altos representantes da Igreja, dos membros mais destacados do governo húngaro e de outros partidos comunistas, como o italiano, e dirigentes do sindicato polaco Solidariedade.

Se o respeito pela cerimónia foi acatado exemplarmente pela população e não foram levadas a cabo manifestações políticas, o mesmo não se pode dizer dos discursos oficiais: Sándor Rácz, veterano interveniente nas manifestações de 1956, criticou a ainda presença das forças soviéticas no país e criticou o MSzMP, que disse manter-se “agarrado” ao poder e incapaz de ter realizado com a profundidade necessária as reformas na sociedade húngara. Entre outras intervenções, foi pedida a rescisão de qualquer função pública daqueles que estiveram envolvidos na repressão às manifestações de 1956, a abolição total da pena de morte na Hungria e muito criticada a intervenção soviética, tida como um “erreur politique brutale” que indiscriminadamente afetou todos os setores da população, “dos comunistas aos católicos.”

A intervenção que Piérot destaca é a de um jovem da recém-formada Aliança dos Jovens Democratas (Fidesz), último orador na homenagem a Nagy, que fez o discurso mais politizado do dia, embora tenha sido o único que não teve nenhuma relação direta com as manifestações de 1956. O jovem referiu que “o comunismo é inconciliável com a democracia”, que “o partido e o Estado impediram os húngaros de conhecer a sua verdadeira história” e pediu, finalmente, o fim para a “dictature communiste.” Piérot refere que a intervenção do representante do Fidesz “a certes été encouragée par quelques applaudissements” mas não transformou o ambiente de homenagem pacífica às vítimas das manifestações de 1956. Um ambiente geral, em Budapeste, apenas interrompido por uma iniciativa, “três minoritaire”, de algumas centenas de jovens que se manifestaram junto à Embaixada soviética em Budapeste.

Piérot resume a questão da reabilitação da figura de Imre Nagy pelo governo húngaro como uma forma de criticar as condições que levaram à sua execução, que passou definitivamente a ser considerada como um “crime”, na Hungria. E embora essa reabilitação não tenha sido feita de forma clara pelo MSzMP, Piérot relembra que o próprio Kádár, pouco tempo antes da sua morte, reconheceu que “le drame de Nagy avait été également le sien.” O jornalista reconhece que 1956 deixou traços profundos na sociedade húngara: “même si la direction du PSOH a eu le mérite de surmonter les principales difficultés, en s’abstenant de

recourir par la suite aux méthodes de l'arbitraire, cet arbitraire, qui avait fait le lit de la crise de 1956 et des violences qui s'ensuivirent.”

O texto do PCF sobre o funeral de Nagy traz várias questões importantes para a definição de um posicionamento do partido sobre a Hungria de 1956, mas também sobre o país em junho de 1989. À semelhança do PCE e do PSUC, é claríssima a crítica do PCF à intervenção soviética de 1956 em Budapeste, pelo tipo de léxico utilizado para a descrever, assim como o apoio à reabilitação dos manifestantes executados na altura. Já no que se refere ao posicionamento do MSzMP perante este revisionismo histórico levado a cabo pelo atual governo húngaro, o PCF interpreta-o como sendo sobretudo passivo. O MSzMP não impede, não procura monopolizar para si essa reabilitação dos símbolos das manifestações e mantém uma atitude reservada face às mesmas. O que já não é o caso do governo, embora este seja constituído por militantes do próprio MSzMP. Aqui subentende-se transparecer uma cisão entre o secretário-geral do MSzMP, que não está presente no funeral de Nagy, e o governo húngaro, que, pelo contrário, o promove e condena abertamente a intervenção soviética de 1956.

Outro ponto importante, e ausente da comunicação de todos os outros partidos políticos analisados até aqui, é a menção à oposição, representada pelo Fidesz e por uma juventude que não passou pelos acontecimentos de 1956 mas que tem uma voz ativa nas celebrações, encerrando, inclusivé, os discursos do funeral de Nagy, e que claramente se radicaliza, sendo os únicos, entre os representantes partidários, eclesiásticos, diplomáticos, entre outros, a fazer a ponte entre a crítica à atuação soviética em 1956 e a própria ideologia comunista, relacionando-as e aproveitando a ocasião para fazer uma crítica aberta ao comunismo e ao sistema político húngaro. O Fidesz, partido do atual primeiro-ministro húngaro, viria a tornar-se uma força política conservadora, de direita, eurocética e populista, que marca, na atualidade, o quadro político húngaro de forma muito incisiva.

O PCF aproveita a ocasião, também, para esclarecer o seu posicionamento em relação ao socialismo. É pertinente que o faça num espaço do jornal ladeado por notícias relativas às mudanças em curso na Hungria. Nessa nota, o Comité Central do PCF afirma que “les methodes autoritaires, le pouvoir d'une seule, le culte des chefs, l'arbitraire et le recours à la force, la bureaucratie, les privilèges, l'incurie, l'irresponsabilité ne sont pas le socialisme.”

Mais, o PCF adianta que estes métodos são o que originam a visão deturpada do socialismo, esclarecendo que o socialismo é a libertação do homem e da mulher, o progresso, a justiça social, o desenvolvimento pessoal, a autogestão e a liberdade. Numa menção direta aos governos socialistas das repúblicas populares, o PCF esclarece que não existe outra via para o socialismo senão a que o partido explicou e que serão precisas reformas profundas no sentido do aprofundamento das liberdades e da democracia naquelas sociedades, respeitando as particularidades de cada uma: “pour nous, c’est une donée fondamentale: il n’y a pas «de modele».”

Este é, então, o primeiro texto publicado pelo PCF, no nosso período de análise, com um esclarecimento muito explícito sobre o posicionamento do partido em relação ao Leste: aqueles governos não são governos verdadeiramente socialistas, por incorrerem numa série de fragilidades que os desviam daquilo que, no entender do partido francês, deve ser o socialismo.

Esta nota é publicada em *L’Humanité* quando, pelo menos na Polónia, na Hungria e na Checoslováquia, estão já estabelecidas tendências democratizantes no interior das respetivas sociedades. Mas serve, sobretudo, na nossa opinião, para novamente demarcar o PCF dos partidos comunistas do Leste europeu, numa altura em que várias correntes políticas, quer no Ocidente, quer no Leste, intensificam a associação do socialismo e do comunismo a governos autoritários. Por estar enquadrado entre notícias relativas à Hungria, talvez o discurso do jovem membro do Fidesz, em que este afirmou que o comunismo não é compatível com a democracia, não tenha passado despercebido ao PCF, que, no mesmo espaço, publicou uma nota proveniente do Comité Central que sumariza a sua visão sobre a construção do socialismo.

A imagem nessa página é também relevante: uma cabeça decapitada de Estaline, separada de uma estátua do líder soviético, aparece no centro de uma praça de Budapeste, com o que aparenta ser um sinal de trânsito a perfurar-lhe um dos olhos e com um paralelepípedo caído mesmo ao lado. Trata-se de uma fotografia da capital húngara em outubro de 1956.

“Le drame de 1956”<sup>573</sup> continua a reflexão sobre o que significou a intervenção soviética em Budapeste, naquele ano: “suites tragiques”, “drame”, “jours sanglants”, “abus de pouvoir”,

---

<sup>573</sup> L’Humanité, 17/06/1989, p. 13

“crimes commis” são expressões utilizadas para caracterizar o que, na opinião do PCF, foi um conjugar infeliz de condicionalismos, como a situação do país no pós-guerra: “il n’est pas exagéré d’écrire qu’au lendemain de la seconde Guerre mondiale, le pays sortait du Moyen Age.” O governo comunista de Rakosi, no entanto, é caracterizado com expressões como “autoritarismo brutal”, “arbitrariedades e ilegalidades”, que suscitaram uma forte oposição popular, cansada de autoritarismo político, que a substituição de Rakosi por um dos seus colaboradores diretos não apaziguou, até porque, após o XX congresso do PCUS, onde foram denunciados os crimes do estalinismo, o governo húngaro permaneceu, segundo o jornalista, impermeável às críticas.

As manifestações de outubro de 1956 são caracterizadas pelo PCF como “aspirations démocratiques” com origem na tradição revolucionária húngara, às quais todo o país aderiu. O PCF recorda, porém, que Imre Nagy votou a favor do pedido de ajuda às tropas soviéticas para que intervissem perante as manifestações populares, motivado pela perceção de que, entre os manifestantes, havia de facto elementos de extrema-direita, organizados ainda no ilegal Partido da Cruz Flechada, fascista e compactuante com o nazismo, que tinham sido recentemente libertados da prisão.

Na sua interpretação sobre outubro de 1956 na Hungria, o PCF afirma que “des milliers de communistes hongrois ont été tués” e que Imre Nagy surge como uma figura pacificadora, neutral, que procurava uma conciliação. Na opinião do PCF, contudo, a intervenção do exército soviético reprimiu as manifestações de forma demasiado “pesada” e “cega”: “celles et ceux qui en furent les victimes, à commencer par Imre Nagy lui-même, n’avaient pas tous, loin s’en faut, pris les armes contre le régime socialiste, n’en étaient même pas des adversaires.”

O PCF sugere que, em 1989, se deveria retirar lições de 1956 e perceber que o socialismo deve retirar qualquer traço de estalinismo, sob pena de se tornar irremediavelmente irrecuperável: celle-ci, comme le Parti communiste français vient encore de le rappeler, et celle de la libération humaine.”

Será interessante analisar, sob o ponto de vista dos enquadramentos, o posicionamento do PCF face à reabilitação das figuras proeminentes das manifestações de 1956 na Hungria. O partido define várias molduras para comunicar. Em primeiro lugar, a descrição do funeral

de Nagy, promovido, em jeito de homenagem, pelo governo socialista húngaro, sem a presença das figuras mais destacadas do MSzMP e com um discurso final de um orador marcadamente anticomunista. Em segundo lugar, o PCF sente necessidade de afirmar o seu próprio posicionamento perante o socialismo, repudiando o estalinismo e esclarecendo que a via que o partido francês propõe para o socialismo se baseia na democracia e nas liberdades. Não é uma tomada de posição nova: desde o início dos anos 70 que o PCF afirma claramente a sua discordância com o tipo de regime político das repúblicas populares. Repete-o, então, por ocasião do revisionismo histórico em curso na Hungria, para se demarcar novamente daqueles governos. Em terceiro lugar, o PCF dá a sua própria explicação histórica sobre o que se passou em Budapeste em 1956: manifestações populares motivadas por um governo com traços autoritários, com a infiltração de elementos de extrema-direita, para a resolução das quais o governo húngaro chamou o exército soviético, que agiu de forma demasiado intransigente, não distinguindo, entre os manifestantes e os governantes que os apoiavam, aqueles ligados à extrema-direita, daqueles que exigiam uma democratização do regime político húngaro.

Há claramente uma interpretação causal, por parte do PCF, que de certa forma legitima a intervenção soviética mas não da forma que foi feita. E, por outro lado, legitima também as pretensões dos manifestantes, opondo-se ao tipo de regime político da Hungria de 1956. A comunicação do PCF sobre a questão é, assim, de certa forma, uma narrativa defensiva: demarca-se novamente dos governos “estalinistas” mas não critica a necessidade da intervenção soviética em 1956: critica sim a irracionalidade com que esta foi executada.

O espaço dado a esta questão pelo PCF ultrapassa em muito o espaço dado pelos outros três partidos já analisados. Supomos que se relacione com o facto de existir, dentro do próprio PCF e perante o seu eleitorado, uma necessidade de esclarecer objetivamente o posicionamento do partido sobre aquele período histórico. Este estudo tem o objetivo de analisar o posicionamento oficial de cinco partidos comunistas sul-europeus aos acontecimentos históricos de 1989/1991 e os acontecimentos caracterizadores do revisionismo histórico levado a cabo em relação à intervenção soviética em Budapeste, em 1956, é sem dúvida um deles. Se, no caso do PCP, do PCE e do PSUC, não existe tanto a necessidade de refletir sobre essa questão, o caso do PCF é diferente. Isto deve-se, claramente,

ao facto de o partido ter apoiado sem restrições a intervenção soviética em Budapeste, em outubro e novembro de 1956: “Le secrétaire général, Maurice Thorez donna en effet au Kremlin une nouvelle preuve d’allégeance en apportant son approbation inconditionnelle à son intervention militaire et à la répression menée en Hongrie.”<sup>574</sup> Sarolta Kleja’nsky, neste artigo apresentado nas “Journées d’étude organisées par les Archives départementales de la Seine-Saint-Denis”, em 29 e 30 de novembro de 2006 em Bobigny, é claro quanto a esta questão: “Le bureau politique français se rattrapa néanmoins après l’intervention soviétique. Il exprima son soulagement que le peuple hongrois eut barré la route à la réaction que « le traître Imre Nagy » avait installée au gouvernement et qu’il eut formé un « gouvernement prolétaire » - dirigé par János Kádár - ayant fait appel à l’armée soviétique pour rétablir l’ordre dans le pays.”<sup>575</sup> A imagem presente no anexo XX é também ilustrativa deste apoio do PCF à intervenção soviética.

O que muda, então, no discurso do partido, passados 33 anos? Como vimos, à semelhança do governo húngaro, também o PCF faz o seu próprio revisionismo histórico, reconhecendo a figura de Nagy como democratizador do sistema político húngaro, criticando a forma como a intervenção soviética foi realizada, dando razão às manifestações populares e à sua exigência por uma maior democraticidade nas instituições húngaras mas não deixando de admitir que, entre os manifestantes, existiam cerca de 3500 elementos associados ao antigo partido pró-nazi húngaro.

Veremos, relativamente a esta questão em particular, qual o posicionamento do PCI, partido que, em 1956, embora com alguma dissidência interna, apoia também a intervenção soviética em Budapeste. A primeira nota referente a este assunto surge logo em abril de 1989, quando, no texto “Da domani torna a casa il primo contingente di soldati sovietici”<sup>576</sup>, *L’Unità* referia que tinha-se iniciado o regresso a casa da XIII divisão do exército soviético. A medida é atribuída a Gorbatchov, no seu esforço de redução da presença militar russa nas repúblicas populares (Hungria, Checoslováquia e RDA) e acordada pelo Pacto de Varsóvia. O artigo refere também que o exército soviético deixará para trás uma série de estruturas militares e

---

<sup>574</sup> [http://www.gabrielperi.fr/assets/files/pdf/Le\\_PCF\\_et\\_1\\_annee\\_1956.pdf](http://www.gabrielperi.fr/assets/files/pdf/Le_PCF_et_1_annee_1956.pdf), p.95

<sup>575</sup> Idem, p.96

<sup>576</sup> *L’Unità*, 24/04/1989, p.8

“monumenti architettonici.” Também da parte do governo húngaro é anunciada uma redução de cerca de 9% das forças armadas no país.

A interpretação sobre esta primeira nota sobre a retirada de tropas soviéticas da Hungria é a de que se trata de um acordo que parte de Gorbatchov e que se insere numa estratégia de redução militar em curso em todos os países do Pacto de Varsóvia. Prova de que este é um assunto central na comunicação do PCI perante o caso húngaro é a presença, no dia seguinte, de um artigo mais extenso, precisamente sobre o mesmo tema. “Budapest, Armata rossa addio”<sup>577</sup> aborda o início da retirada das tropas soviéticas mas vai mais longe, questionando sobre a possibilidade de a Hungria sair do Pacto de Varsóvia. Arturo Barioli, que assina o artigo, continua a falar de uma “riduzione unilaterale” decidida por Gorbatchov, com a qual o Ministro da Defesa húngaro concorda e adianta que será um primeiro passo para o fim dos grandes blocos militares, ou seja, a OTAN e o Pacto de Varsóvia.

Barioli assina um artigo que transparece um tom de contentamento de todas as partes em relação a esta retirada de tropas: “soddisfazione palese” por parte da população, dos dirigentes, dos próprios dirigentes do Pacto de Varsóvia e da comunidade internacional. Da parte do governo húngaro, as intenções eram mais abrangentes: “il completo ritiro delle truppe sovietiche e la dissoluzione delle alleanze militari”. Através de expressões como “nuove iniziative”, “riduzione radicale”, “nuovi rapporti”, “nuovo tipo de approccio”, perpassa a ideia de que o PCI favorece a interpretação de que o governo húngaro está empenhado em instaurar um novo tipo de relacionamento entre os dois blocos militares, dentro das suas possibilidades enquanto membro do Pacto de Varsóvia.

É neste texto, também, que é debatida outra questão emergente e decorrente do tema analisado previamente: a da não intromissão da URSS nos assuntos internos das repúblicas populares, de acordo com a *perestroika* de Gorbatchov. Barioli refere que a intenção do governo húngaro é a de dar ao Pacto de Varsóvia uma função de aconselhamento e não de coordenação, deixando as questões essenciais de cada país nas mãos dos governos nacionais. O ministro da defesa húngaro falava, então, da possibilidade da Hungria ser um elemento neutro, entre os dois blocos, reforçando, contudo, que a prioridade do governo era a de

---

<sup>577</sup> L'Unità, 25/04/1989, p. 4

assegurar a soberania nacional e a de reformar a economia no sentido de a tornar mais próxima à dos países da então CEE.

No dia seguinte, novo texto de Barioli sobre o assunto: “Lasciano l’Ungheria i tank sovietici che stroncarono la rivolta del ‘56”<sup>578</sup>, sobre a cerimónia de partida dos tanques rumo à URSS. Bartioli descreve o aparato militar, a delicadeza da operação, mas sobretudo as centenas de jornalistas em euforia, “invadendo la linea ferroviaria, arrampicandosi sui vagoni e sui tanks, infiltrandosi in ogni dove con i loro microfoni e con le loro macchine da presa.”

É neste texto que surge a primeira referência a 1956. Bartioli descreve a presença armada com o objetivo de “stroncare la rivolta popolare contro il regime stalinista di Rakosi”. Uma opinião bastante diferente da do PCI de 1956<sup>579</sup>: “Il Partito comunista italiano rimane profondamente scosso dagli eventi ungheresi. La direzione del partito, seguendo ciecamente la rotta indicata dal segretario Togliatti, appoggia la repressione sovietica sin dai primi giorni. La stampa comunista etichetta gli insorti come «controrivoluzionari». Il 24 ottobre, «l’Unità» titola «Scontri nelle vie di Budapest provocati da gruppi armati di controrivoluzionari»<sup>580</sup> Na altura, a posição oficial do partido, amplamente defendida por Togliatti e Ingrao, não foi unânime, dando origem, inclusivé, a ao *Manifesto dei 101*, onde um grupo de intelectuais e professores universitários militantes e simpatizantes comunistas se insurgiam contra a posição oficial do partido face aos acontecimentos de 1956 em Budapeste.

O relato sobre o início da retirada das tropas soviéticas da Hungria termina com um facto tragicómico: a presença de Ilona Staller, “Cicciolina”, no momento de retirada das tropas que atira beijos e abraços aos soldados e lança uma pomba branca que, atónita, acaba por embater num dos tanques e ser atropelada: “Un simbolo sinistro”, remata Barioli.

Ao contrário dos outros jornais partidários analisados, *L’Unità* dá bastante mais espaço à reflexão sobre a questão da saída das tropas soviéticas da Hungria, durante três dias seguidos e em páginas dianteiras do jornal, fazendo-o através de três enquadramentos claros: a iniciativa parte de Gorbachov no âmbito da sua nova política de relacionamento com as repúblicas populares; é uma medida consensual, que conta com o apoio de todos (à exceção

---

<sup>578</sup> L’Unità, 26/04/1989, p.3

<sup>579</sup> G. Gozzini, R. Martinelli, Storia del Partito comunista italiano, vol. VII. Dall’attentato a Togliatti all’VIII Congresso, Einaudi, Torino 1998

<sup>580</sup> Annecker, Adriano, Il Partito Comunista Italiano e la Rivoluzione D’Ungheria del 1956”, Libera Università Internazionale degli Studi Sociali,



da linha mais conservadora do PCUS, mas *L'Unità* não o refere); e, do lado do governo húngaro, esta medida surge no contexto de uma clara aproximação ao Ocidente.

A respeito do processo de aproximação ao Ocidente, *L'Unità* e *L'Humanité* são os únicos jornais a referir a abertura efetiva da fronteira austro-húngara. O jornal francês fá-lo ainda em abril de 1989. Em “Hongrie – Autriche: frontiere ouverte”<sup>581</sup>, *L'Humanité* afirma a data de 2 de maio como a da supressão de cerca de quatro quilómetros da linha divisória entre os dois países, facto que vem no seguimento do livre-trânsito de cidadãos entre a Hungria e a Áustria, então em vigor há alguns meses.

Em *L'Unità*, a notícia é divulgada a 1 de maio, de forma mais alargada e com outro tipo de interpretação, não tao factual como a do jornal francês. No artigo “Si smantella la cortina di ferro”<sup>582</sup>, o assunto é abordado como se se tratasse da abolição total de restrições fronteiriças entre o Oriente e o Ocidente europeu. *L'Unità* fala da “Cortina de Ferro” como um “costoso anacronismo” num país onde estão a ser implementadas reformas democratizantes e uma contradição, já que os cidadãos húngaros “hanno ottenuto la libertà” de viajar ao estrangeiro. Esta livre circulação tinha dado, à altura, origem a mais de dois milhões de visitas de húngaros à Áustria e a filas de carros que, em algumas situações ultrapassaram os 60 quilómetros.

O texto de *L'Unità* é bastante mais expansivo do que a referência que o jornal francês faz a este facto. Nomeadamente, quanto às interpretações que dá: para os italianos a abertura física da fronteira é um passo decisivo para o fim da divisão do continente, enquanto os franceses são mais comedidos ao comentar esta decisão do governo húngaro. Por outro lado, *L'Unità* refere que os cidadãos “obtiveram a liberdade” para viajar, num tipo de linguagem que supõe ainda a existência de um governo limitador de liberdades e que as vai proporcionando aos seus habitantes à medida que as reformas democratizantes se concretizam. Por fim, uma das interpretações possíveis do relato dos italianos em relação à abertura da fronteira traduz-se nos números referidos, no empolar da vontade de os húngaros saírem do país, referindo que o fazem para comprar artigos e para passar fins-de-semana prolongados fora da Hungria. O que, em si, é uma contradição com os relatos prévios e posteriores de um

---

<sup>581</sup> *L'Humanité*, 15/04/1989, p.14

<sup>582</sup> *L'Unità*, 01/05/1989, p.11

país à beira da rutura e de uma população empobrecida. O tipo de análise que estamos a realizar tem a vantagem de descobrir estas, por vezes, factuais considerações que contrastam com o retrato geral, em 1989, e em particular no jornal italiano, de duas populações europeias tão distintas.

Nos dias seguintes, *L'Unità* continua a dar destaque ao desmantelamento da fronteira austro-húngara, assumindo-o como o fim da “Cortina de Ferro”: “Smantellata la cortina di ferro”<sup>583</sup> mostra a fotografia de um guarda húngaro no processo de demolição da barreira de arame farpado entre os dois países, num texto empolgado sobre o acontecimento, mas que levanta importantes questões. Arturo Barioli fala de um regresso à “vita normale”, de um “sistema moralmente e politicamente sorpassato” e questiona-se acerca das “complicazioni con i paesi del Patto di Varsavia.” *L'Unità* é o único jornal a referir-se à fronteira pelo termo pelo qual era conhecida na Hungria: “a gaiola”, dando a ideia de uma população emprisionada dentro de um espaço. O jornalista faz uma longa história sobre a barreira, chegando à conclusão de que desde 1971 a barreira eletrificada não se destinava a matar quem quisesse passar por ela mas antes a fazer soar um alarme quando alguém o fizesse, através de uma tecnologia ultrapassada para a qual o governo tinha, de qualquer das formas, de dar uma resposta. Entre as várias opções perante a renovação da fronteira, o governo húngaro opta por desmantelar definitivamente o sistema eletrificado que separava o país da Áustria, mas também da Jugoslávia: “prendere in considerazione i profondi cambiamenti avvenuti nella situazione politica internazionale e nei rapporti con l'Austria in particolare e aprire questa frontiera.” Dessa forma, as fronteiras do país ficariam totalmente abertas, já que, nessa altura, não existiam também com os outros países com os quais a Hungria fazia fronteira, pertencentes ao Pacto de Varsóvia.

É precisamente em relação à reação do Pacto de Varsóvia que surgem as principais dúvidas: “potrebbero essere indotti a rendere più rigide le norme che regolano i viaggi in Ungheria dei loro cittadini per non esporli alla tentazione di passare da clandestini una frontiera diventata troppo facile e troppo aperta verso l'Occidente.” De facto, afirma Barioli, as tentativas de passagem clandestina pela fronteira austro-húngara eram maioritariamente de cidadãos estrangeiros e não húngaros. O tema, que foi motivo de capa de *L'Unità* desse dia,

---

<sup>583</sup> *L'Unità*, 03/05/1989, p. 5

menciona ainda as reações dos principais líderes ocidentais: Kohl, Thatcher e o governo italiano mostravam-se otimistas e interessados na construção de um compromisso com o Oriente europeu.

Embora as notícias sobre o desmantelamento da fronteira façam já algumas referências às manifestações de 1956, estas surgem, em *L'Unità*, num momento posterior. Posterior à vasta cobertura da abertura da fronteira e posterior, também, em relação às manchetes nos outros jornais partidários em análise. Levará a supor que é um tema delicado por parte dos comunistas italianos, que preferem abordá-lo após um marcado aplauso ao “fim” da “Cortina de Ferro”. Embora, nos anos 70, como vimos, o PCI já tivesse revisto o seu posicionamento perante os acontecimentos em Budapeste em 1956, este continuaria a ser um tema delicado no partido.

No final de maio, *L'Unità* publica um pequeno texto<sup>584</sup> sobre a autocrítica de Kadar em relação a Nagy. O jornal considera as manifestações como “uno dei punti dolente della storia ungherese” e o posicionamento de Kádár, que demonstrava então o seu reconhecimento a Nagy e excluía a hipótese deste se tratar de um contra-revolucionário, como essenciais num momento de completa redefinição do panorama político húngaro. O jornal italiano deixa em aberto o reconhecimento do verdadeiro posicionamento de Kádár na altura, esperando que o pedido feito para que os arquivos soviéticos e jugoslavos fossem abertos, de forma a averiguar se a atitude do líder comunista teve, ou não, a influência de governos estrangeiros.

O artigo de opinião de Federico Argentieri é o texto mais complexo publicado em *L'Unità*, referente a Nagy e às questões levantadas em 1989 sobre as manifestações de outubro de 1956. Argentieri refere que é “imminente il momento in cui il governo ungherese e il Posu riconoscerano ciò che gli ungheresi non hanno mai cessato di pensare: che cioè Nagy fu il capo di una grande rivoluzione democratica e popolare e l'anticipatore della riforma del socialismo.” O cronista refere que, à semelhança de outras figuras da história húngara, Nagy foi julgado por intermédio de um poder localizado fora da Hungria mas privado, após a sua morte, e por culpa do regime de Kádár, de uma sepultura digna no seu país de origem: la sempre più rapida evoluzione della politica ungherese ha finalmente permesso, dopo più di

---

<sup>584</sup> “Kadar fa l'autocritica sul premier giustiziato per la rivolta del '56”, *L'Unità*, 27/05/1989, p.6

trentanni, di chiudere la vicenda sul piano umanitario aprendola contemporaneamente sul piano politico.”

O que significa que, para Argentieri, o governo húngaro reconhecerá também que Nagy foi o precursor do reformista socialista e da proposta de um governo comunista que “non fosse - come è - virtualmente sinonimo di oppressione burocratica, grigiore, inefficienza e stagnazione económica” mas antes de democracia, pluralismo, tolleranza, liberta, giustizia, benessere e competenza.”

O retrocesso histórico feito pelo cronista, em seguida, deixa claro o seu posicionamento perante esta questão. Argentieri reconhece que a Hungria, embora seja um país pequeno e com pouco peso na cena internacional, passou por acontecimentos históricos cuja repercussão mundial é difícil de ignorar. E, na sua opinião, outubro de 1956 foi um deles. O que se passou, então, foi que “Nagy e i suoi furono abbandonati e vilipesi da tutti i principali partiti comunisti, a cominciare da quelli - come lo jugoslavo, il cinese, il polacco e l'italiano - che pure già cercavano e avrebbero continuato a cercare con esiti alterni l'autonomia dall'Unione Sovietica.” Argentieri defende, no entanto, o PCI, referindo que o partido realizou a sua autocrítica referente aos acontecimentos de 1956 muito antes do que qualquer outro, repudiando “il Togliatti del «legame di ferro»” e tendo, no cenário comunista internacional, um “valore anticipatorio.”

Este não é, no entanto, o principal ponto a reter do texto. Argentieri atribui ao repúdio pelas tomadas de posição levadas a cabo em 1956 a prova de que o próprio socialismo e o comunismo se podem renovar: “la distruzione del sistema burocratico, centralizzato e poliziesco poteva portare ad una democrazia radicale di tipo nuovo, che realizzasse il socialismo nella piena valorizzazione delle liberta dell'individuo.” O autor atribui assim um carácter de suma importância a outubro de 1956 no percurso do comunismo europeu: “fin dal '56 ungherese fu dunque, o avrebbe dovuto essere, chiaro come il sole che il «comunismo» inteso come sistema burocratico e totalitario non aveva futuro, ma che l'idea di una società democratica e socialista (ma non socialdemocratica) ce l'aveva eccome.” A culpa de não se ter concretizado numa revolução mundial do socialismo, e de terem também sido reprimidas outras manifestações, como a de Praga em 1969, deveu-se, segundo Argentieri, à burocracia estalinista. Outro ponto interessante surge desta análise: o autor considera que muitos desses

“ex stalinisti fanatici” proclamavam então a vitória do capitalismo, negando-se a assumir que pode existir uma via distinta. Na opinião de Argientieri, o que estava a ter lugar nas repúblicas populares, e vejamos que maio de 1989 era ainda muito cedo para concluir isto, pelo que a visão do autor é claramente antecipatória, não era uma renovação do socialismo, à qual uma elite ex-estalinista se opunha, mas uma passagem direta a um capitalismo ainda mais agressivo do que o do Ocidente e que iria, no futuro, buscar a sua legitimização ao facto de representar a quebra com o modelo estalinista de organização do Estado.

Argentieri refere que poderia ser a Hungria a abrir o caminho a algo de novo. Para isso, o partido do governo deveria romper radicalmente com o seu passado, aproximando-se às propostas de Nagy e de 1956, estabelecer pactos com a oposição e procurar o desenvolvimento económico e social, envolvendo toda a população: “se l'economia di mercato riuscirà ad espandersi in modo controllato, evitando il doppio rischio del ritorno alla centralizzazione e della ricaduta del paese nella condizione di semicolonia dell' Occidente (com'era negli anni Trenta); se, infine, l'Occidente e l'Urss continueranno la loro politica rispettiva di aiuti e di non ingerenza, allora il paese potrà veramente superare le attuali difficoltà e aprire la strada ad una democrazia di tipo nuovo.”

Uma democracia semelhante às ocidentais mas sem as “injustiças” e “irracionalidades”, que abrisse caminho aos outros países da região, como, refere, se via então com o acordo entre o PZRP e o Solidariedade na Polónia. Num tom mais emotivo, Argentieri refere que Nagy abriu, com a sua própria vida, o caminho a que a renovação do socialismo fosse possível.

O tema da reabilitação da figura de Imre Nagy é um assunto quase sempre presente nas semanas seguintes, em *L'Unità*, até à data do funeral do político em Budapeste, a 16 de junho. “Nagy vittima di interessi internazionali”<sup>585</sup> fala das conclusões do processo aberto pelo governo húngaro para averiguar as condicionantes em que se desenvolveu a resposta às manifestações populares, dando pistas de que teria sido um processo onde Kádár e o governo húngaro da altura tinham tido pouca influência. Károly Grosz, secretário-geral do MSzMP, afirma a sentença dada a Nagy como injustificada mas que faltava ainda informação proveniente de arquivos aos quais não teriam acesso para que se reabilitasse definitivamente as figuras dos comunistas envolvidos nas manifestações de 1956. Logo no dia seguinte,

---

<sup>585</sup> *L'Unità*, 01/06/1989, p.12

contudo, *L'Unità* escreve, em “«Nagy è un simbolo delle riforme»”<sup>586</sup> que o governo húngaro finalmente reconheceu Nagy como “una figura di primo piano del movimento comunista che viene definito simbolo della politica delle riforme del socialismo”, contra o estalinismo e as ingerências estrangeiras. Expressões como “ingiustamente”, “correzione”, “revisione”, “personaggio notevole” exaltam a figura de Imre Nagy. O comunicado do MSZMP deixa claro que Nagy errou só na previsão do alcance a nível internacional das suas ações e na sua política externa demasiado isolacionista. O MSZMP, no entanto, e assim o cita *L'Unità*, assume-se como herdeiro das pretensões de Nagy e da renovação do socialismo.

Outros textos de *L'Unità* referem a reabilitação de todas as figuras relacionadas com as manifestações de 1956, a anulação do processo de Nagy, tido como ilegal, e as preparações para as cerimónias fúnebres, que decorreriam no dia 16 de junho desse ano. Tal como refere Arturo Barioli em “Omaggio a Nagy «Eminente statista»”<sup>587</sup>, o objetivo do governo húngaro era o de romper definitivamente com o passado e de “chiudere definitivamente un'epoca e di favorire in questo modo la riconciliazione nazionale.”

No próprio dia das cerimónias fúnebres de Nagy, em Budapeste, *L'Unità* publica um artigo em que o secretário-geral do PCI é um dos protagonistas. Em “Occhetto: «Siamo eredi di Nagy»”<sup>588</sup>, Occhetto procurar associar-se ao legado dos manifestantes da Hungria de 1956, afirmando, no seu discurso de homenagem, que Nagy foi um mártir da luta pela união entre socialismo e liberdade e que “nel '56 Togliatti sbagliò.” Foi, então, novamente o assumir de erro por parte do PCI e a revisão histórica do seu posicionamento perante vários líderes políticos mundiais e a multidão que se dirigiu ao centro de Budapeste naquele dia. Occhetto afirmou à própria filha de Nagy que o PCI de 1989 encarava o líder condenado à morte em 1958 como “un comunista che fece fino in fondo il proprio dovere.” Expressando a sua solidariedade perante o sacrifício do pai, Occhetto abraçou-a, perante todos, e em nome dos comunistas italianos.

É no seguimento deste encontro que Mario Sappino, enviado do jornal, faz a história da relação entre o PCI e as manifestações de 1956. Sappino começa por referir que Occhetto enviou uma carta aos familiares das vítimas de 1956, considerando que estes procuraram

---

<sup>586</sup> *L'Unità*, 02/06/1989, p.8

<sup>587</sup> *L'Unità*, 15/06/1989, p.10

<sup>588</sup> *L'Unità*, 17/06/1989, p. 3

libertar os húngaros “e il socialismo ungherese dalla opprimente e soffocante cappa dello stalinismo”. Porém, refere Sappino, em 1956 o PCI não teve o mesmo posicionamento e não condenou a intervenção soviética em Budapeste nem a repressão às manifestações: “Togliatti parlò di una «dolorosa necessità», di un «dovere di classe», e scelse di stare «da una parte della barricata».” A primeira crítica de um dirigente principal do PCI ao posicionamento do partido dá-se em 1986, quando Alessandro Natta, secretário-geral do PCI entre 1984 e 1988, escrevia que a condenação de Nagy foi um “atto ingiusto e desumano.” Em 1989, já com Occhetto na direção dos comunistas italianos, este garante que “il nostro giudizio è all'opposto di quello che demmo allora: la rivolta ebbe un carattere democratico e popolare, Nagy non fu un controrivoluzionario. [trata-se de] una definitiva revisione dei giudizi dati nel '56.” Recordando ainda que, na altura, escreveu, enquanto jovem comunista, um texto nunca publicado em *L'Unità*, em que se opunha à posição oficial do PCI. Um texto que, diz, no PCF de 1956 lhe teria valido a expulsão do partido, “mentre la storia del Pci è andata invece diversamente al punto che io ne sono diventato il segretario generale.” À pergunta sobre por que razão não abandonou, então, o PCI, Occhetto afirma que se manteve para batalhar pelo câmbio de ideias dentro do próprio partido, tarefa que dava como bem-sucedida.

Do lado húngaro, o reconhecimento ao PCI é referido pelo presidente da Comissão para a Justiça Histórica, Miklos Vasarhely, que lembra que os comunistas italianos foram os primeiros a mudar o seu posicionamento face a 1956. Entre apertos de mão emocionados e a figura de Occhetto a destacar-se entre os líderes ocidentais, a descrição de Sappino aponta para um reconhecimento real ao PCI enquanto primeiro partido comunista a reabilitar a figura de Nagy.

O enviado especial relembra que aquele seria o último encontro de Occhetto e Bettino Craxi, secretário-geral do PSI, antes do fecho da campanha eleitoral que decorria, na altura, em Itália. Occhetto diz esperar “che certe ferite non si riaprano artificialmente, che non si cerchino più scontri ideologici.” Quanto a Craxi, refere, com alguma ironia: “Liberale, democratico, indipendente, autònomo, moderno... Achille ne ha spesi di aggettivi per il nome del Pci”, numa alusão às mudanças internas em curso no PCI desde 1988.

Craxi recorda que a posição do PCI face à intervenção soviética em Budapeste só teve uma mudança formal em 1986, que Togliatti empurrou os italianos para um grave erro

histórico e que Occhetto confirma que o partido errou nos seus julgamentos passados. O líder socialista insiste, perante a imprensa, em fazer uma crítica ao posicionamento do PCI. Para o enviado especial do partido, no entanto, “è un accenno lasciato nel vago.”

Em resposta, Occhetto afirma que “Rovesciando il giudizio sul '56, il Pci dà prova di coraggio. (...) La stragrande maggioranza del partito è d'accordo con me. (...) Perciò auspichiamo che in tutti i paesi dell'Est possano vincere la battaglia i riformisti e i rinnovatori.” Mais tarde, entrevistado por um canal de televisão húngaro, Occhetto responde, à pergunta sobre o que escolheria entre democracia ou socialismo, que escolheria a primeira, pois a segunda opção não existe sem a primeira: “E se la maggioranza della gente preferisse il sistema capitalistico, si cambierà. Chi vuole il socialismo, prenderà a battersi per riaffermarlo.” E, remata Marco Sappino, no dia 16 de junho de 1989, em pleno centro de Budapeste, Occhetto fez declarações significativas também para a mudança do seu próprio partido e da esquerda europeia.

O texto de Sappino sobre a presença de Occhetto e as suas intervenções no contexto do funeral de Imre Nagy em Budapeste, em junho de 1989, é rico na definição de vários enquadramentos. É definido um claro problema, que se prende com a necessidade de o PCI, através do seu secretário-geral, transmitir de forma clara a mudança de posição sobre os acontecimentos de outubro e novembro de 1956, em Budapeste, particularmente sobre a condenação, em 1958, de Imre Nagy à pena de morte. A causa deste problema está associada, claro, ao facto de o PCI, em 1956, ter defendido a intervenção soviética em Budapeste, defesa essa que só foi claramente condenada em 1986, por Alessandro Natta. A avaliação moral é, também ela, clara: o partido italiano sente-se em falta para com os manifestantes de 1956, por não ter estado ao lado deles e ter cometido um “erro histórico” ao colocar-se ao lado dos que favoreceram a intervenção soviética na capital húngara. Mais do que isso, há a necessidade de o próprio PCI se reposicionar dentro da esquerda europeia e a reabilitação da imagem de Nagy e dos manifestantes de 1956, a presença na sua cerimónia fúnebre, a procura de protagonismo entre as várias delegações diplomáticas, permitem tornar público e de forma determinante o revisionismo histórico que o PCI leva a cabo.

Desde o início dos anos 70 que o PCI se distanciou dos governos das repúblicas populares, afirmando-se, com Berlinguer, como vimos, como o precursor do eurocomunismo.



E, nesse momento, acontece também a crítica à forma como a dissidência política, nomeadamente a soviética e particularmente a dissidência política nas repúblicas populares, é tratada. Um líder de um partido que procurasse continuidade afirmaria, à semelhança do que vimos fazer o PCF, que a crítica aos acontecimentos na Hungria tinham acontecido antes – e o PCI, mais do que todos os partidos que estudamos, tinha matéria histórica suficiente para o fazer. Porém, Occhetto precisava de destacar-se como um líder de uma nova esquerda democrática e, para isso, precisava de um palco internacional. Em 1989, e a homenagem a Nagy, dias antes das eleições italianas, numa altura em que Occhetto procura que o próprio processo de mudança no interior do PCI avance, é o cenário ideal. O secretário-geral do PCI não hesita quando se declara, a ele próprio, “herdeiro de Imre Nagy.”

Aparecem inúmeras palavras-chave, quer nas transcrições de Occhetto, quer nas palavras do próprio correspondente de *L'Unità*, que apontam para a ideia do revisionismo histórico, do reformismo, não só no que se refere à reabilitação de Imre Nagy mas no que se refere ao socialismo e ao comunismo em si. É frequentemente utilizada a figura do “erro” para caracterizar a posição do PCI em 1956 mas não de todos os seus militantes e o exemplo histórico de Occhetto sobre si próprio e de como, ainda jovem, se opôs à posição oficial do partido, é ressaltado, precisamente, num encontro entre Occhetto e a filha de Nagy, repleto de uma linguagem sensitiva, que mostra Occhetto como o líder de um partido capaz de reconhecer os seus erros ao ponto de um jovem crítico de um posicionamento do partido nos anos 50 se torne seu secretário-geral, nos anos 80. Também aqui se apela, novamente, à ideia de reformismo e de mudança, associando-a por diversas vezes a prova de coragem.

Os enquadramentos presentes no texto são assim fortes e importantes para o nosso estudo: o PCI é retratado como um partido democrático que se redefine em matérias essenciais, atitude para a qual é precisa coragem por parte dos seus líderes; Occhetto é retratado como um líder capaz de assumir esses erros e cortar radicalmente com uma determinada história do partido (não referindo que esse corte tinha já sido feito pelos dois secretários-gerais antecessores) e, finalmente, a ideia do socialismo renovado, democrático, popular, tinha na Hungria o seu expoente máximo e, assim se subentende pelas palavras do próprio Occhetto, na Itália a sua representação mais forte. Ninguém parece ter notado, no entanto, que apesar de toda a reverência pela figura de Imre Nagy, de assegurar à sua filha que

a luta do pai foi como a de um mártir pelos seus ideais políticos, do reconhecimento por parte do governo húngaro do PCI como o primeiro partido a rever o seu posicionamento perante 1956, em nenhum momento Occhetto utilizou a palavra “comunista” para se referir a Imre Nagy.

### **Morre o MSzMP, nasce o MSZP**

À semelhança do que aconteceu na Polónia, também na Hungria o partido que governou o país durante várias décadas passa por uma mutação radical no ano de 1989. Na Hungria, o desaparecimento do MSzMP deu origem a dois partidos distintos, o Partido Socialista Húngaro (MSMP), social-democrata, para onde se dirigiu a maioria dos quadros do MSzMP e o Partido Comunista Trabalhador Húngaro, onde uma minoria de militantes do antigo partido do governo permaneceu comunista, apoiada no marxismo-leninismo e sob a orientação do secretário-geral do MSzMP, Károly Grósz. Ambos permanecem na cena política húngara, desde 1989, embora com percursos significativamente diferentes: o Partido Comunista Trabalhador Húngaro nunca teve nenhuma representação parlamentar na Hungria, enquanto o MSMP obteve sempre uma votação que o colocou no Parlamento húngaro e, inclusivé, formou governo em 1994, com maioria absoluta, em 2002 e 2006, em coligação com outros partidos. Atualmente, após a eleição para a Assembleia Nacional em 2014, a votação no partido socialista decresceu significativamente, estando representado por apenas 29 deputados, num total de 199. É a segunda força política com maior representatividade parlamentar na Hungria, atrás do Fidesz, de direita, partido do qual já falámos ao longo deste texto, que teve a sua formação em 1988 e que saiu vitorioso nas eleições de 2014, com a maioria absoluta de deputados.

Oficialmente, o MSzMP foi extinto no XIV Congresso do partido, a 7 de outubro de 1989, onde, pela escolha da maioria presente, nasce o MSMP, um partido de centro esquerda, social-democrata, com a missão de apagar os erros e os desvios cometidos pela formação política antecessora e continuar no apoio às reformas democratizantes da Hungria e na tentativa de renovação do socialismo, ainda que repudiando toda a retórica associada ao marxismo-leninismo.

Na realidade, porém, o caminho da social-democratização do MSzMP vinha já sendo feito ao longo de todo o verão de 1989, com assumidas divergências entre a cúpula partidária e o governo húngaro. O novo secretário-geral do MSzMP passa a ter funções muito restritas dentro sistema político húngaro, cujo governo é organizado pela ala mais reformista do partido, com Imre Pozsgay a destacar-se claramente na dianteira da contestação ao tipo de organização que o MSzMP representava. Durante o Verão, o Comité Central passa a chamar-se Comité Político Executivo e o Politburo do partido é substituído por um coletivo de quatro representantes presidido por Rezso Nyers, da ala mais reformista do partido. O secretário-geral, embora continuasse com o cargo, perde o poder de decisão dentro do partido, no governo e no Parlamento, levando a que um congresso extraordinário, em outubro de 1989, fosse imperativo.

Numa breve nota no *Avante!*, “Congresso do POSH cria novo partido”<sup>589</sup> o PCP informa sobre a ocorrência deste congresso extraordinário, onde o MSzMP é extinto, referindo apenas a criação do MSMP, um partido de onde não serão mantidas “as tradições do socialismo e do comunismo”, que privilegia a propriedade privada, que realiza uma “ruptura definitiva com a ditadura do proletariado e a sua ideologia e com as reminiscências ainda existentes do centralismo democrático.” O partido português refere que foi retirado o lema “Proletários de todos os países, uni-vos” do cabeçalho do jornal do partido e que o seu símbolo passaria a ser um cravo vermelho.

O PCP, nesta nota, não parece surpreendido com o percurso do antigo MSzMP, uma vez analisados os acontecimentos desse Verão. Deixa apenas uma nota sobre uma “importante questão”, que tem a ver precisamente com o sindicalismo e a representação dos trabalhadores: o PCP afirma que, segundo os estatutos do novo partido, este está vedado de constituir “organizações partidárias nas empresas.”

Finalmente, o PCP informa que cerca de 76 mil militantes do MSzMP abandonaram o partido entre janeiro e outubro de 1989, contra apenas 2600 novas adesões, e que a maioria dos que abandonaram o partido são trabalhadores das regiões industriais do país.

O único texto do *Avante!* sobre o congresso de outubro de 1989 do MSzMP é pequena, factual e não deixa grande margem para interpretações. À exceção das referências que o

---

<sup>589</sup> *Avante!*, 07/10/1989

partido português considera pertinentes serem feitas no reduzido espaço que dedica o assunto: a de que o novo partido “se diz herdeiro legítimo” do MSzMP, subentendo-se aqui um desacordo por parte do PCP em relação a esta associação, até porque, refere, se trata de um partido que repudia, nos seus estatutos, o marxismo-leninismo. Por outro lado, não deixa de ser importante notar a referência que o partido faz aos militantes que abandonaram o partido ao longo de um ano de intensas reformas estruturais no MSzMP e no governo. Não está claro se a interpretação do PCP acerca desse abandono se baseia no facto de os militantes não apoiarem essas reformas (cerca de 76 mil é um número que representa mais de 10% de inscritos) ou, por outro lado, esperarem que o partido desse um maior apoio às reformas que o governo encetava ao longo do Verão de 1989.

O PCP deixa também à consideração do leitor o facto pelo qual sublinha, de entre tantas informações possíveis sobre a mutação do MSzMP, o facto de os militantes que saíram ao longo de 1989 provirem maioritariamente das regiões industriais do país.

O partido português, de facto, parece desinteressar-se pela informação proveniente da Hungria, a partir sensivelmente do final do Verão de 1989. Vimos que já em relação às cerimónias fúnebres de Imre Nagy e ao revisionismo sobre as manifestações populares de 1956 o PCP manteve um posicionamento muito mais discreto do que os outros países estudados. A partir da desintegração do MSzMP, o caso húngaro vai merecer pouca importância nas páginas do *Avante!*, por oposição a outros cenários de mudança que, como veremos, ocupam de forma bastante mais complexa o espaço da comunicação pública do PCP.

O PCE, pelo contrário, faz uma extensa cobertura do congresso “histórico” do MSzMP em outubro de 1989, dedicando-lhe duas páginas no *Mundo Obrero* sob o título de “Nuevo Socialismo”<sup>590</sup> Eugenia Garcia Raya fala de uma conversão do MSzMP, “que aboga la vía del socialismo democrático en un sistema político multipartidista” e recorda que, pela primeira vez na Europa de Leste, um partido no poder “culmina su propósito de ser impulsor de reformas radicales hacia un nuevo socialismo.”

A jornalista afirma que as três prioridades do novo partido são a defesa da democracia parlamentar, das liberdades do estado social de direito e a economia social de mercado e tem como objetivos a passagem tranquila em direção ao socialismo democrático, a aproximação à

---

<sup>590</sup> Mundo Obrero, 18/10/1989, p.36

Europa Ocidental e a integração na Internacional Socialista. O novo secretário-geral defende, no entanto, o internacionalismo comunista e os valores democráticos do socialismo. O texto de Garcia Raya nota que uma das primeiras medidas do novo partido foi a dissolução de milícias operárias e a renúncia a muitas das propriedades do antigo partido.

Como incertezas, a jornalista aponta o facto de não se saber até que ponto os antigos militantes do MSzMP irão aderir ao novo partido e a possibilidade, que se viria a concretizar, da formação de outro partido liderado pelas figuras mais “conservadoras.” Não deixa de ser curioso como Karoly Grosz, secretário-geral do extinto MSzMP, e iniciador das reformas na Hungria, ainda em 1988, é considerado da ala “conservadora” do partido e referia, assim o cita Garcia Raya, que o programa do novo partido é “inacceptable” – a Plataforma de Unidade Marxista anunciava assim, no decurso das palavras de Grosz, a intenção de fundar “un partido comunista que defienda la dictadura del proletariado.”

De acordo com o que referimos na introdução a este subcapítulo, a jornalista do PCE também concorda que este desenlace para o MSzMP não era inesperado: “el comienzo del fin del POSH comenzó en su conferencia anual de mayo de 1988, cuando (...) Karoly Grosz puso en marcha un apretado calendario de reformas económicas y políticas.” E recorda que ainda em fevereiro de 1989 o partido aprovou o multipartidarismo, classificou como “manifestações populares” os acontecimentos de outubro e novembro de 1956. Por outro lado, foi ainda em 1988 que o partido aprovou as leis de associação e reunião, que permitiram a formação de vários partidos políticos, opostos ao governo e entretanto legalizados. Garcia Raya relembra ainda que no decorrer de 1988 e 1989 foi aprovada também a lei sobre as greves, aboliu-se a censura e a pena de morte por delitos políticos: “poco más de un año después, el proceso se ha culminado.”

Quanto ao posicionamento do PCE perante todos estes factos, e particularmente sobre o congresso do MSzMP que extinguiu o partido e criou o MSZP como seu sucessor, o partido espanhol traz a público uma nota, publicada nesse mesmo dia no *Mundo Obrero*. O PCE afirma “de forma permanente que el socialismo es consustancial con el respecto y la profundización de las libertades democráticas, el pluralismo político y el desarrollo de las instituciones de un Estado democrático de derecho.” E, de acordo com este posicionamento, o PCE afirma demonstrar total apoio aos processos de democratização nos países socialistas,

“que no sólo están sirviendo para iniciar la solución de sus problemas” mas también, segundo o PCE, para criar um novo “clima mundial de paz y de cooperación entre los pueblos.”

Na mesma nota, o PCE diz-se disposto a trabalhar em conjunto com as novas forças políticas de esquerda que vão surgindo nos países do Leste, no âmbito da Casa Comum Europeia, e repudia qualquer opinião que vá no sentido de afirmar que o que acontece no Leste é um regresso aos “viejos moldes del capitalismo”. O PCE afirma que este tipo de opinião “carece de rigor y es muestra de miopia política.” Antes, o partido espanhol considera que as mudanças em curso são “una aportación revolucionaria a la construcción del socialismo donde deben unirse sin ambigüedad la democracia política, económica y social.”

Novamente, o partido reafirma a sua solidariedade aos procesos democratizadores, reconhecendo que não seria um caminho fácil ou ausente de erros, mas que, uma vez iniciado, não haveria alternativa senão prosseguir-lo. Em relação ao Partido Socialista Húngaro, o PCE espera manter e desenvolver relações frutíferas e encara-o como “continuador de las mejores tradiciones del movimiento socialista y comunista” da Hungria.

O texto publicado pelo PCE acerca do fim do MSzMP e do nascimento do MSZP é sobretudo um texto conciliador, onde o partido espanhol reconhece competência no novo partido húngaro para continuar no caminho das reformas rumo a uma democracia no sistema político da Hungria e onde acredita que este o iria fazer enquadrado pelos princípios do socialismo e, até, assim, o refere, da tradição comunista do país. Mais do que um texto conciliador, no entanto, a ideia com que se fica é de que esta é uma abordagem algo dessintonizada com a realidade do que, de facto, se passava no partido húngaro. O PCE parece, de certa forma, ignorar o espaço que o MSZP quer dar à economia de mercado, a alteração completa de sentido no que respeita ao apoio a associações de trabalhadores e, entre outras coisas, as suas pretensões em aderir à Internacional Socialista.

Este é mais um texto que serve de apoio à nota publicada pelo partido sobre o seu posicionamento em relação às mudanças no Leste europeu, essa sim de grande importância para a definição da perspectiva do PCE face a estas alterações. Nela, o PCE centra sobretudo três grandes interpretações: a primeira, é a de que estas mudanças acontecem no sentido de uma renovação do socialismo e nunca no sentido de abrir espaço ao capitalismo nas repúblicas populares; a segunda tem a ver com o facto de o PCE ter estado, desde as últimas décadas,

sempre ao lado do socialismo democrático, renunciando a muita da retórica de base do marxismo-leninismo e aceitando claramente a democracia parlamentar e multipartidária; em terceiro lugar, num âmbito internacionalista, o PCE saúda estas mudanças pois compreende que trariam mais segurança para a paz mundial, numa alusão ao fim dos dois blocos militares e, no âmbito europeu, permitiriam uma redefinição da esquerda na Europa, com a integração destes novos partidos onde, acredita, existiam ainda fundamentos socialistas fortes.

Este tom de solidariedade e parceria não é tão evidente na comunicação pública das mudanças no MSzMP por parte do *Treball*, principal órgão de informação do PSUC. O título do texto “Hongria pels hongaresos!”<sup>591</sup> poderia assustar o leitor que não estivesse consciente de que se trata de um jornal publicado por um partido comunista do Ocidente europeu, dada a sua aparência com algumas frases de ordem de forças políticas nacionalistas.

A respeito da Hungria, o partido refere que é inegável que foi o MSzMP o iniciador das reformas com vista à democratização do país: “però ser el més ràpid no significa arribar a temps.” O que os comunistas catalães querem com isto dizer, neste editorial, é que o desprestígio do MSzMP após 30 anos de liderança por Kádár é enorme: “el poble recorda els fets de 56 i desconfia dels hereus dels «normalitzadors»” e, nesse sentido, o PSUC encara como muito pouco provável um bom resultado da nova formação política saída do congresso de outubro de 1989 nas eleições parlamentares do ano seguinte.

O novo partido é encarado pelo PSUC como uma formação política de vocação socialista, com uma “relació d’homologació” com a social-democracia, mas sem perder a ligação solidária com os outros países do Leste europeu que também procuram uma transformação rumo a uma democratização do sistema político. A definição do novo partido húngaro não é, no entanto, fácil, na opinião dos comunistas catalães: “els comunistes hongaresos veuen claró aixó i entenen que les seves propostes son inidentificables amb la denominació d’origen de «comunisme».” No que se refere às relações entre o PSUC e o MSZP, “és obvi que continuarem aquestes relacions amb el PSH”, partido que os catalães identificam como “hereu del POSH.”

O PSUC não deixa, no entanto, de referir que possivelmente haverá muitas posições políticas que serão “difícils d’entendre o, fins a tot, oposades a les que nosaltres voldríem.”

---

<sup>591</sup> Treball, Novembro de 1989, p.2

Contudo, num primeiro momento, o PSUC dá a sua confiança, amizade e solidariedade ao novo partido húngaro. Os catalães aproveitam para reafirmar, à semelhança do que já tinham feito aquando da transformação do PZRP polaco, que o PSUC, desde há muitos anos, procurava “nous camins que combinin dos conceptes tan indestriables com socialisme i llibertat”, frisando que cada país compreende uma realidade distinta e que “cada partit ha de tenir el seu propi cap.”

Uma das últimas afirmações deste editorial do *Treball* é importante para percebermos o posicionamento do PSUC em relação a esta alteração na sociedade húngara. Dizem os comunistas catalães que “qui vulgui construir amb manuals fabricats a un altre lloc i per un altre cervell por trobar fracassos tan grans com el que es manifesta en aquests paisos.” Ou seja, o partido assume que não existe uma cartilha internacional que sirva para todas as sociedades, nomeadamente no que se refere à implementação do socialismo. É uma afirmação clara no sentido de perceber que um modelo de partido e de sociedade tem de adequar-se ao contexto onde se insere.

Este editorial do *Treball* parte da definição clara de uma questão: a transformação radical do partido dos comunistas húngaros. Assume-o claramente, ao classificá-lo como próximo da social-democracia e ao afirmar que existiriam decisões futuras com as quais não concordaria. Porém, o PSUC interpreta esta modificação como necessária, dado o partido ter perdido a confiança dos húngaros e ser associado a várias décadas de ditadura. Não obstante, o partido catalão não avalia o novo partido húngaro como totalmente alheio ao socialismo: reconhece-lhe um valor internacionalista forte e a intenção de prosseguir na procura da renovação da ideologia. A posição do PSUC é de uma grande abertura para o trabalho em conjunto com o MSZP, utilizando palavras-chave como “confiança” e “solidariedade” para dar as boas-vindas ao novo partido húngaro.

O posicionamento do PCF em relação à extinção do MSzMP e à criação do MSZP não é tão entusiástica como a do PSUC. No entanto, o espaço dado ao novo partido húngaro é extenso, nas páginas de *LHumanité*, contrastando com a quase ausência de notícias sobre esta mudança por parte do PCP.



“Debat sur un parti”<sup>592</sup>, de Jean Paul Piérot, assegura os leitores de *L’Humanité* que um novo partido vai de certeza absoluta nascer no XIV Congresso do MSzMP. Uma mudança que passaria pelo nome e por “les changements les plus radicaux que l’histoire du socialisme hongrois ait connus.” Piérot alerta, no entanto, que muito provavelmente não haverá unanimidade nestas mudanças. Poszgay defendia, segundo o enviado especial do jornal à Hungria, o convite à saída a todos os que defendessem uma visão estalinista do partido e propunha a criação de um novo partido que tivesse como inspiração os partidos socialistas do Ocidente. Outra tendência, dentro do MSzMP, mais moderada no que diz respeito às reformas, formara a Aliança para o Socialismo, e uma terceira divisão era constituída por elementos mais conservadores, mas que, ainda assim, pretendem levar a cabo as reformas, apenas assegurando-se que os pontos positivos dos anos de Kádár e a inspiração socialista permanecia no partido.

Completamente ultrapassadas pareciam estar as questões relacionadas com o regime de partido único, totalmente rejeitadas por todos os dirigentes do MSzMP, a refundação do sistema político, baseado em eleições livres e no multipartidarismo. Também ao nível económico, as reformas propostas eram profundas: passar à economia de mercado “eficaz”, a diversidade de tipos de propriedade e a reforma monetária com vista à conversibilidade do florim.

Do ponto de vista histórico, o documento a apresentar ao Congresso previa uma revisão das últimas quatro décadas do partido e uma viva crítica à política estalinista levada a cabo pelo partido em determinadas alturas, embora a figura de Kádár aparecesse, nesse documento, como conciliador e como responsável por “reconquérir graduellement la souveraineté nationale.” O antigo secretário-geral do MSzMP é valorizado por ter conseguido aumentar o nível de vida dos húngaros ao longo das décadas de 60 e 70 mas criticado pela incapacidade de encetar reformas estruturais.

O PCF deixa no ar, principalmente, a dúvida sobre se o Congresso provocaria uma cisão séria entre os militantes, ou se, maioritariamente, estes se veriam representados no novo partido. Enquadrado por uma foto cidadãos húngaros num mercado e com a legenda que afirma que “la population hongroise ne connaît pas de difficultés d’approvisionnement”, o

---

<sup>592</sup> L’Humanité, 06/09/1989, p.18

texto “Parti nouveau ou renové?”<sup>593</sup> é um retrato do XIV Congresso do MSzMP, ao qual Piérot é enviado especial do PCF. Piérot começa por notar que cerca de 80% dos delegados presentes não teriam nunca participado de um congresso partidário, “ce qui en soi déjà, une indication sur le renouvellement intervenu dans la période préparatoire.” Numa altura em que nada estava decidido, a questão sobre se o congresso iria modernizar o MSzMP, renová-lo ou criar um partido novo estava ainda por responder. Entre as intervenções dos principais dirigentes do partido, com posições distintas quanto à sua manutenção ou extinção, Piérot destaca o facto de que as palavras que mais se ouviam, unanimemente, eram “démocratie, état de droite, socialisme.”

Passados dois dias, o enviado especial do PCF a Budapeste escreve o texto “Changement de parti en Hongrie”<sup>594</sup>, onde afirma que o XIV determinou, por maioria, a extinção do MSzMP e a criação do MSZP, “héritier de son prédécesseur.” Piérot nota algumas mudanças imediatas, sobretudo ao nível da imprensa partidária: o principal órgão de imprensa do MSzMP passa a ter apenas a designação “jornal socialista”, não se associando a nenhum partido. Segue-se uma descrição das posições assumidas pelos vários dirigentes partidários, onde se definem duas linhas principais: a que apoia uma renovação do partido e a que apoia a extinção do partido e a criação de um partido novo. Piérot crê que este último seria o cenário ideal para Poszgay, que preparava a sua candidatura à presidência do país. Não só porque a criação de um partido novo vai definitivamente cortar com toda a herança do antigo MSzMP mas porque arrastaria consigo a ala mais conservadora, que ameaçava formar um novo partido. Quer Poszgay, quer o primeiro-ministro Miklos Nemeth “avaient réclamé une rupture avec ceux qui, dans le Parti, sont soupçonnés de ne pas partager entièrement leur analyse du passé e leurs orientations pour l’avenir.” A cisão, assim o dá a entender Piérot, não é encarada com maus olhos por parte dos dirigentes mais reformistas. Pelo contrário, Nemeth incita à criação de um outro partido além do MSZP: “cette attitude est contradictoire avec la renaissance du droit désormais acquis pour les adhérents de constituer des plates-formes au sein du Parti.” O enviado especial do PCF ao congresso dá assim a entender que o novo partido nascia já com

---

<sup>593</sup> L’Humanité, 07/10/1989, p. 13

<sup>594</sup> L’Humanité, 09/10/1989, p. 11

alguns traços daquilo que, precisamente, se propunha a não ser – um partido onde a visão dos principais dirigentes deveria impor-se ao resto da militância.

À semelhança do PSUC, também o PCF vê com dificuldade um bom resultado eleitoral para o partido recém-formado: “le problème, c’est que les hommes sont les mêmes.” Tanto Poszgay como Nemeth e Nyers, os principais impulsionadores do MSZP, tinham feito a sua carreira política dentro do MSzMP: “ils pouvaient donc leur paraître profitable que l’aile gauche du Parti s’organise dans une nouvelle formation politique qu’on pourrait, devant l’opinion publique, charger de tous les péchés du passé.”

A questão sobre se o novo partido marcou realmente o fim do MSzMP é debatida por Jean Paul Piérot no texto “Pour quel avenir?”<sup>595</sup> Piérot dá nota de que os ultra-reformistas assumem a direção do MSZP e de que não há a presença de nenhum dos dirigentes mais conservadores, nomeadamente o secretário-geral do MSzMP, no novo partido: “la plateforme d’union marxiste se refuse d’enterrer l’ancien parti.” Nyers abre a porta do novo partido aos “militants de sensibilité communiste”, exprimindo-se contrário à ideia de uma “inquisição” no MSZP mas, segundo Piérot, “il a craint cependant des difficultés à faire cohabiter harmonieusement toutes les tendances au sein du parti.” De facto, em dezembro de 1989, *L’Humanité* publica uma breve notícia, “Le PSOH continue d’exister”<sup>596</sup>, onde refere que vários dirigentes do MSzMP, após o XIV Congresso, se mostraram descontentes com o rumo seguido pelo novo partido e quiseram assegurar a continuidade do MSzMP, “fidèles aux principes communistes.” Karoly Grosz, antigo secretário-geral do MSzMP, membro dirigente da nova formação política, destacava o seu descontentamento perante a política do governo húngaro e para os riscos do restabelecimento do capitalismo no país. O novo partido merece os cumprimentos do PCUS, enviados no âmbito da “rénovation démocratique de la Hongrie” e do desejo de coesão entre as várias forças húngaras que se mantinham socialistas.

A comunicação pública do PCF sobre o fim do MSzMP e o nascimento de dois partidos, o MSZP e o novo MSzMP, é bastante factual, com uma descrição pormenorizada, ao longo de vários textos, entre setembro e outubro de 1989, do posicionamento dos diferentes grupos, das apresentações do XIV congresso e da dissidência à facção maioritária. São poucos, porém,

---

<sup>595</sup> L’Humanité, 11/10/1989, p.14

<sup>596</sup> L’Humanité, 19/12/1989, p.14

muito expressivos, os momentos em que o enviado especial do PCF faz transparecer um posicionamento do partido francês perante esta mudança, ou os momentos em que tece considerações sobre o desenrolar dos acontecimentos.

O principal momento em que Jean Paul Piérot deixa transparecer mais do que a observação dos factos é na questão da divisão interna entre os membros do MSzMP e no quanto de estratégia política isso poderia supor, por parte dos seus dirigentes mais reformistas. A questão da “unanimidade” é abordada várias vezes como sendo impossível e é referido, a certo momento, que Poszgay, o mais reformista dos reformistas, é favorável a uma saída do partido da dissidência mais conservadora. Mais moderado, Nyers afirmava que todas as correntes de opinião teriam lugar no novo partido e que a porta não seria fechada a nenhum ex-militante do MSzMP. No entanto, aqueles a quem ambos chamam de “conservadores” são, efetivamente, representados pelo iniciador das reformas, em 1988, Karoly Grosz. A única exigência que este faz, perante o Congresso, é a de que seja mantido o rumo socialista do novo partido, não cedendo ao capitalismo, e sejam defendidas as medidas positivas do legado de Kádár.

A divergência mais evidente dá-se em relação ao último ponto. Na interpretação que o PCF faz dos discursos dos dirigentes partidários reformistas, fica claro que nenhum tipo de reabilitação da figura de Kádár será feito e que o novo partido repudiará as quatro décadas precedentes, continuando, no entanto, a assumir-se como herdeiro do MSzMP. Ora aquela era uma prerrogativa que Grosz e a ala mais conservadora do MSzMP não poderiam deixar cair: o seu intuito seria o de uma renovação, uma mudança de estratégia sem romper bruscamente com Kádár e, definitivamente, continuando a procurar a construção de uma sociedade socialista.

Ao ler os textos de *L'Humanité*, apercebemo-nos de que se trata, sem dúvida, de uma jogada estratégica de Poszgay. Por um lado, quer que o novo partido seja o herdeiro do MSzMP, de forma a assegurar um volume considerável de militantes, que teriam de se registar no novo partido. Por outro lado, quer eliminar desse novo partido as principais figuras ligadas ao regime de Kádár e ao comunismo, iniciando o que seria, de facto, o caminho da Hungria rumo ao capitalismo e à social-democracia. A criação de um partido à esquerda do MSZP não afetaria negativamente, então, a estratégia política de Poszgay. Por outro lado, permitia-lhe

afirmar o MSZP como herdeiro do MSzMP reformista e associar à outra formação política a velha guarda do partido, criando assim, na opinião pública, a ideia de um herdeiro “mau” e de um herdeiro “bom.” De facto, o partido criado por Grosz nunca teria nenhuma relevância política na Hungria, ao passo que, como vimos, o MSZP formou diversas vezes governo no país, uma delas com maioria absoluta.

Em relação ao PCI, o clima de extinção do MSzMP e o nascimento do MSZP são descritos num tom marcadamente mais efusivo, em diversos momentos ao longo dos meses de setembro e outubro de 1989. Em “Nel Posu arriva l’ora della resa dei conti”<sup>597</sup>, a questão das dúvidas quanto às cisões possíveis entre os delegados do MSzMP é mais contundente do que em qualquer outro dos jornais analisados: “sarà il congresso di una ritrovata unità del movimento comunista ugherese o quello che sancirà la sua scissione la spaccatura tra le forze rinnovatrici e riformistiche e quelle conservatrici e dogmatiche.”

O XIV congresso do MSzMP é interpretado, pelo correspondente de *L’Unità*, como um momento decisivo para a Hungria: “nei tre giorni di dibattiti e presumibilmente di scontri si giocherà non solo la sorte del movimento comunista ungherese ma anche quella di un passaggio pacifico dell’Ungheria ad un sistema democratico.” É também o PCI o primeiro a falar do Fórum Democrático, coligação política de direita onde se encontram os partidos de oposição, na sua declaração de que não poderia haver uma transição pacífica para a democracia com o MSzMP no poder. Barioli refere, a propósito do Fórum Democrático, que as suas posições são em tudo parecidas com as dos comunistas ultra-reformistas, no que diz respeito à democratização da sociedade húngara.

Para o jornalista, o verdadeiro contraste não se estabelecia entre a ala ultra-reformista do MSzMP e o Fórum Democrático mas sim entre estes dois últimos e a Plataforma de Unidade Marxista, que pretendia manter o carácter comunista do MSzMP, o faseamento das reformas e se recusava a fazer o revisionismo histórico das décadas de Kádár. Barioli refere que esta plataforma se recusava sobretudo a fazer o revisionismo sobre os acontecimentos de 1956. Não encontramos, junto da comunicação pública dos outros partidos, uma declaração idêntica. Existiam militantes claramente mais conservadores, nesta plataforma, mas a verdade é que até o próprio PCI considera aquele que viria a ser o líder da plataforma, Grosz, como

---

<sup>597</sup> L’Unità, 04/10/1989, p.3

“centrista.” Indubitavelmente, Károly Grosz não seria dos reformistas mais radicais, mas todos os partidos ocidentais, PCI incluído, foram consensuais, como vimos antes, ao afirmá-lo um comunista pró-reformas e muito mais interessado na democratização da Hungria do que o seu antecessor: “il Posu così come si presenta già oggi alla vigilia del congresso appare irriconoscibile rispetto al partito di Kádár.” A verdadeira dissidência entre as duas principais correntes dentro do MSzMP parece ter muito mais a ver com a manutenção da ideologia comunista no partido, procurando, a partir daí, renová-lo do que com o reformismo propriamente dito ou a democratização do sistema político.

O PCI, mais do que todos os outros partidos analisados, procura passar a imagem de um partido em fracionamento. No texto «Il compito storico del Posu è concluso»<sup>598</sup>, Barioli apresenta duas interpretações centrais: a de que se trata de um partido irremediavelmente dividido entre conservadores e reformistas e de que o XIV Congresso do MSzMP marcará uma viragem histórica no país: “il partito di Kádár non potrà sopravvivere, così come e attualmente alla fine dell'epoca kádariana”, são palavras do próprio enviado especial do PCI, que recorda ainda que a Hungria vinha já dando passos importantes no sentido das reformas, com a reabilitação de Imre Nagy, a comemoração do início das manifestações de 1956 e o pluripartidarismo.

Arturo Barioli afirma que o partido que saísse deste encontro “dovrà essere libero dalle costrizioni ideologiche, un partito politico, popolare, di massa e non di classe, che lavori per una Ungheria indipendente e democratica, che stimoli i processi di libertà, che avvicini gradualmente il paese all'Europa sia sul piano politico che su quello economico e sociale.” O enviado de *L'Unità* a Budapeste refere que toda a sociedade observava com muita atenção o que se passaria nesta reunião, e que a imprensa, particularmente, estaria pronta para transpor o que se iria passar com o partido comunista húngaro para o resto dos partidos no governo na Europa de Leste. Numa ronda por alguma imprensa estrangeira, Barioli nota o apoio do principal jornal romeno à Plataforma Marxista, enquanto uma das principais publicações checas se coloca ao lado dos reformistas, mas sempre com o intuito de afirmar que o que está em causa é uma renovação do socialismo.

---

<sup>598</sup> *L'Unità*, 06/10/1989, p. 11

Perante a vitória folgada dos reformadores, o PCI fala de um “straordinario risultato trionfale che ha cancellato d'un colpo tutte le paure, le incertezze, le preoccupazioni della vigilia”, ressaltando, no texto “A Budapest vincono i rinnovatori”<sup>599</sup> que o novo partido é o primeiro partido dentro das repúblicas populares “in pieno fermento di trasformazione democratica.” O jornal italiano fala de um acordo entre duas das fações dentro do partido, e chama de “irriducibili” a Grosz e aos membros da Plataforma Marxista, opostos à solução encontrada. Não obstante, Barioli refere que o partido criado em 1956 “è morto” e que o novo partido nasce “senza la temuta e pericolosa spaccatura che avrebbe potuto complicare ulteriormente, se non mettere addirittura in pericolo, il pacifico passaggio dell'Ungheria alla democrazia.”

Neste texto é onde encontramos, sem dúvida, a maior carga interpretativa dada pelo enviado especial do PCI em relação a esta alteração de fundo na política húngara. Barioli associa sempre aos ultra-reformadores expressões positivas, como “autonomia”, “democracia”, “volontà popolare”, “sovrانيتà”, por oposição ao léxico que é associado à oposição à corrente maioritária, caracterizada sempre como “paure”, “incertezze”, “preoccupazioni”, “pericolo”, “vecchia concezione”. Uma das afirmações do jornalista não deixa margem para dúvidas quanto ao seu posicionamento em relação às duas fações do Congresso: “durante tutto il dibattito di ieri i conservatori marxisti sono stati praticamente latitanti incapaci di esprimere un intervento organico che delineasse rinnovamento e riforme ancorati alla vecchia concezione del partito. Si sono sentiti interventi nostalgici di un operaismo cancellato nel nuovo partito a sostegno della concezione dello Stato sociale a difesa della piena occupazione e delle categorie più deboli di una politica estera attenta a non deteriorare i rapporti con gli altri paesi socialisti.”

O editorial de *L'Unità* de 9 de outubro, “Non chiamiamolo più «Est»”<sup>600</sup>, da autoria de Renzo Foa, transmite precisamente a ideia de um apoio incondicional do PCI à social-democratização dos partidos de governo das repúblicas populares. Porém, logo no título é possível perceber um enquadramento muito mais lato para todo o posicionamento do partido italiano. Ao assumir, como veremos, que a mudança identitária do MSzMP, abandonando o

---

<sup>599</sup> *L'Unità*, 08/10/1989, p. 12

<sup>600</sup> *L'Unità*, 09/10/1989, capa

comunismo e repudiando o seu passado, é a mudança que traz a Hungria para o lado ocidental da “Cortina de Ferro”, ou, pelo menos, que deixa de se poder relacionar aquele país com o “Leste”, Foa ignora toda as outras características das repúblicas populares para colocar a tónica da divisão na orientação ideológica de um partido político. Ou seja, Foa admite que não se pode mais falar em “Este” e “Oeste” devido unicamente às modificações em curso nos partidos do governo. Veremos, ao longo deste editorial, de que forma o autor justifica esta conclusão.

Renzo Foa fala de uma “svolta politica”, que vinha sendo preparada ao longo do tempo, e que marcava “la sepoltura del vecchio sistema politico ungherese” devido ao “cambiamento del «codice genetico» del Posu che non si è tradotto solo in un nuovo nome (...) ma in un nuovo programma, in una visione democratica del potere, in una rilettura degli ancoraggi ideali (abbiamo sentito parlare di Marx, Lukacs e Gramsci), in riferimenti politici diversi (il portavoce del congresso ha sottolineato la sinistra europea, le forze socialdemocratiche e il Pci, quindi in una modifica complessiva di ruolo e di prospettiva.” Já aqui, o autor congratula-se pela aproximação entre o PCI e o novo partido, o MSZP. Note-se que, entre os outros partidos que estudámos, apenas no PSUC houve um comunicado em que claramente, sem objeções, o partido catalão se encontrava disponível para prosseguir um relacionamento próximo com o novo partido húngaro. O PCP não se pronuncia sobre as relações entre ambos, o PCE fá-lo cautelosamente, à semelhança do PCF, que se coloca, no que diz respeito à comunicação pública sobre o assunto, numa situação defensiva.

Já o PCI, é o mais entusiasmado com esta alteração radical, reconhecendo mesmo que é “il frutto di un processo e di una lotta politica che oggi rendono l’Ungheria a la punta più avanzata di quel o dei modello de socialismo staliniano, che a Est è stato avviato dalla a di Gorbaciov.” Renzo Foa refere, no entanto, que uma leitura que veja o XVI Congresso como um corte radical com o passado e um repúdio ao comunismo é uma leitura leviana. O autor considera errado chamar “comunismo” ao socialismo real, que, segundo ele, terminou definitivamente na Hungria e na Polónia. O que interessa, segundo Foa, é pensar no “pós-comunismo” e perceber como se resolveria, nesses países, a crise entre o poder e a sociedade: “questa rivoluzione politica, decisa a Budapest, suona piuttosto come il primo atto di qualcosa di completamente nuovo, da costruire qui nel cuore di un’Europa già più piccola e più vicina,



attraversat da uno scontro tra rinnovamento e conservazione che è ormai al di fuori dei vecchi confini politici tracciati quarant'anni fa.” Renzo Foa compara o “nuovo corso” do antigo partido comunista húngaro à renovação em curso no PCI, falando de novas responsabilidades para uma esquerda europeia mais próxima.

### **Do sonho à realidade: a derrota eleitoral do MSZP em março de 1990, a interdição dos símbolos comunistas e da palavra socialismo**

No seguimento das reformas radicais na sociedade húngaro e do desaparecimento do MSZP após o XIV Congresso, os cidadãos são chamados a votar, naquelas que são consideradas as primeiras eleições livres na Hungria, no pós-guerra, em março de 1990. As eleições foram acordadas por um parlamento já constituído por diversos partidos e que tinha aprovado, nos últimos meses de 1989, um pacote de medidas austeritárias, de acordo com as diretivas do FMI, entidade com a qual a Hungria pretendia chegar a um entendimento para o pagamento da sua dívida nacional, que ascendia, à altura, a mais de 20 biliões de dólares.

Do lado do PCP, durante todo o período que se segue, apenas dois artigos referem a Hungria, precisamente para falar da primeira e segunda volta das eleições parlamentares, que ocorreram a 28 de março e 12 de abril de 1990. Os artigos são informativos e factuais, idênticos aos da imprensa generalista, deixando, como vimos, de resto, ocorrer com o partido em relação ao caso húngaro, pouco espaço para interpretação.

Em “Primeira volta das eleições dá vitória ao Fórum Democrático”<sup>601</sup> o PCP refere a vitória do Fórum Democrático, “partido de cunho democrata-cristão”, seguido dos liberais da Aliança dos Democratas e de outros partido, entre os quais o MSZP, que recolhe menos de 10% dos votos. O partido português refere que o facto de haver ainda uma segunda volta nas eleições não invalidava o facto de que “os projetos de formação de um novo governo estejam já em plena efervescência”. O tom da comunicação do PCP em relação a esta fase do processo húngaro é muito evasivo: “só a prática futura dará a verdadeira resposta a questões tão decisivas para o povo húngaro e com inevitável influência no continente europeu.” O PCP refere o facto de o Fórum Democrático propor uma transição “não muito brusca para uma

---

<sup>601</sup> Avante, 29/03/1990, p. 8

economia social de mercado”, considerando que esta definição tem um carácter “bastante vago.” A nota sobre a primeira volta das eleições húngaras de março de 1990 na Hungria refere ainda que, a nível económico, o Fórum Democrático defendia a privatização de companhias públicas e a autorização de capital estrangeiro no país e que, no plano internacional, defendia a neutralidade e a aproximação ao Conselho da Europa.

O tom de descrição jornalística não se altera no segundo texto do *Avante!* sobre o ato eleitoral húngaro. “Forum Democrático ganha eleições”<sup>602</sup> confirma a vitória da formação de direita nas eleições parlamentares, embora com uma grande taxa de abstenção, sublinhando as diretivas que o futuro primeiro-ministro, Jozsef Antall, tomaria mal assumisse o cargo: a rápida adesão à, então, CEE e a manutenção de bons contactos com a URSS. No plano económico, o PCP classifica como “vagas” as intenções de Antall, recordando a obrigação de redução do défice que a Hungria assumiu com o FMI, o que resultou numa redução significativa das verbas públicas para áreas como a defesa e a administração. Finalmente, o PCP destaca o grande aumento dos preços dos bens e a descida do nível de vida dos cidadãos como o principal resultado da aplicação dessas reformas económicas.

A quase ausente comunicação pública sobre a Hungria e o orientação rumo ao capitalismo por parte do jornal do PCP contrastam com a estratégia do PCE. O partido espanhol destaca, em dois textos, a importância do primeiro ato eleitoral livre no país. “Las urnas deciden”<sup>603</sup> mostra uma fotografia da campanha eleitoral com a legenda “Hungria ha sido el primer país de los llamados del «socialismo real» en impulsar reformas democráticas.” Entre elas, a instauração do multipartidarismo – neste ato eleitoral concorriam 43 partidos mas as atenções estavam voltadas para o Fórum Democrático, a Aliança dos Democratas e, claro o MSZP. Garcia Raya, que assina este texto do *Mundo Obrero*, espelha a convicção de que nenhum partido deveria alcançar sozinho a maioria de deputados, pelo que as alianças entre partidos para a formação do governo teriam obrigatoriamente de surgir.

Ainda assim, o jornal dá conta de uma campanha eleitoral que decorria em “absoluta normalidade”, embora com baixa cobertura por parte dos meios de comunicação, numa corrida onde “nadie se atreve a augurar la composición del futuro parlamento.” O PCE refere

---

<sup>602</sup> *Avante*, 12/04/1990, p. 8

<sup>603</sup> *Mundo Obrero*, 21/03/1990, p. 32

que nos meses antecedentes à eleição, vários profissionais da política provenientes dos EUA viajaram à Hungria para prestar assessoria a alguns dos partidos a eleição. Curiosamente, nenhum deles o Forum Democrático, futuro vencedor deste ato eleitoral.

Quanto ao MSZP, Garcia Raya refere que o partido estava descredibilizado junto do eleitorado por suspeitas de que o Ministro do Interior, daquele partido, tinha autorizado escutas telefónicas aos partidos da oposição: “sin embargo, el PSH tiene a su favor el haber sido el primer partido comunista de la Europa del Este en impulsar reformas democratizadoras y en modificar sus antiguas estructuras estalinistas.” Esta afirmação está correta se considerarmos, então, que já Kádár, no final do seu mandato e Grosz, logo no início de 1988, terem iniciado as reformas rumo à democracia parlamentar. Recordemos que, no caso polaco, as reformas se iniciaram sensivelmente mais tarde, com a Mesa Redonda de fevereiro de 1989 entre o PZRP e a oposição.

Em relação ao Forum Democrático, a jornalista do PCE refere que o partido conheceu um retrocesso na sua popularidade, ao colocar-se junto do MSZP na questão do referendo sobre a eleição do Presidente da República. Este é um texto anterior, portanto, à divulgação de qualquer resultado eleitoral. Ao contrário do PCP, o PCE refere que as reformas económicas estavam a ser levadas a cabo de forma “paulatina y pacífica”, sendo a principal tarefa do governo eleito estabilizar a situação económica. Apesar de graduais, o texto reconhece que as reformas implementadas “no han logrado detener la crisis económica del país”, sublinhando a dureza do programa económico a que o país estava sujeito para que pudesse obter créditos por parte das instituições estrangeiras. Juntamente com este texto, o *Mundo Obrero* apresenta uma caixa com uma pequena descrição dos principais partidos que participavam na eleição. Para demonstrar o quanto a vitória do Fórum Democrático foi surpreendente, este aparece apenas em sexto lugar nesta listagem, com uma breve menção ao seu ano de fundação, o número de militantes, o nome do seu presidente e a definição como “fuerza del centro que aboga por una sociedad civil democrática y una economía mixta.”

Após a saída dos resultados eleitorais, o texto “Cuestión de matices”<sup>604</sup> não assume essa surpresa perante a clara vitória do Fórum Democrático mas refere que “el centro derecha y los liberales húngaros se han lanzado a la búsqueda de aliados para formar gobierno.” O PCE

---

<sup>604</sup> Mundo Obrero, 04/04/1990, p.39

admite que as diferenças programáticas entre os diversos partidos são “mínimas” e que a Hungria votou por uma integração rápida na Europa Ocidental. Algumas medidas económicas, relacionadas com a privatização da propriedade, a liberalização do comércio ou a entrada de capital estrangeiro são apontados como os primeiros objetivos do governo.

O PCE refere que o único partido que não entraria nas contas para a formação do governo húngaro era precisamente o MSZP. Conclui Garcia Raya que o “pasado como governante PSOH ha pesado durante su campaña electoral a pesar de haber sido el impulsor de las reformas.” Reformas essas que conduziram, precisamente, à realização de eleições livres na Hungria. Ainda assim, a jornalista do PCE refere o facto de o MSZP conderar este resultado (cerca de 10%) acima das expectativas e de o seu dirigente Miklos Nemeth ter sido eleito à primeira volta.

As eleições húngaras de março e abril de 1990 são tidas como “ejemplo a otros países de los llamados socialistas de la Europa del Este”, parte do processo de reformas na Hungria que marcou a total mudança das estruturas herdadas do socialismo real. A jornalista considera que os húngaros votaram por uma “rápida integración del capitalismo (...) y un anejamiento de todo lo que tenga que ver con el «socialismo».” Paradoxalmente, refere Garcia Raya, alguns partidos que se apresentaram nesta eleição têm mais em comum entre si do que com correntes internas dos seus próprios partidos. As diferenças entre os partidos, à exceção daqueles mais à esquerda, situam-se apenas no ritmo de introdução das reformas com vista à concessão dos créditos do FMI, já que em relação à política exterior o acordo, por exemplo entre a Aliança de Democratas e o Fórum Democrático é total: “rápida y plena integración en la CEE y el Consejo de Europa.”

A comunicação pública do PCE referente às eleições parlamentares húngaras de março e abril de 1990 coloca a tónica do discurso, assim, em dois focos principais: as parecenças entre os principais partidos a eleição e a viragem a Ocidente, não apenas na adoção da economia de mercado, para satisfação dos credores mas também reformas com vista a uma rápida integração na, então, CEE.

Pelo contrário, o PCF tem uma visão mais radical do processo de transformação da sociedade húngara e, muito particularmente, das eleições parlamentares de março e abril de 1990, assumindo que este foi um ato eleitoral que colocou a direita no poder.

Jean Paul Piérot, o habitual enviado de *L'Humanité* ao país, regista, ainda no decorrer da campanha eleitoral, no artigo “Le mot «socialisme» est banni”<sup>605</sup>, que o principal objetivo do MSZP, no que se referia às eleições, era conseguir obter os votos suficientes para que fosse formada uma coligação governamental de esquerda: “mais l’histoire a quelque peu bousculé ces plans et le PSH, selon tous les sondages, se prepara a entrer dans l’opposition.” As causas para isto, refere Piérot, prenderiam-se com o facto de o novo partido pender decisivamente para a social-democracia e não ter conseguido atrair mais de 50 mil dos 700 mil militantes do antigo partido do governo: “il fut, en revanche, une occasion rêvée pour les carriéristes qui, sentant la défaite se profiler a l’horizon 1990, n’ont pas pris leur carte dans le nouveau parti, demeurant dans l’expectative ou rejoignant même les forces de l’opposition.”

A perspetiva de Piérot é a de que a mudança no partido foi vista pela opinião pública como um procedimento estético com vista a repudiar os seus quarenta anos de história. O que aconteceu, na opinião do jornalista, é que o lugar de centro-esquerda que o MSZP queria ocupar já estaria ocupado por outros partidos, mais populares, e que não traziam a bagagem histórica que os dirigentes daquele partido traziam para o ato eleitoral. À direita, contam com novos partidos, como o de Anna Petrasovits, que realizou uma campanha ativa e poderia captar os votos do centro-esquerda. À esquerda, a facção de Grosz representava a ala mais conservadora do antigo partido que, no entanto, durante a campanha eleitoral, percebia que talvez não obtivesse uma percentagem de votos suficiente para obter representação parlamentar.

O jornalista do PCF é claro: “la droite semble assurée de sa victoire.” A única dúvida seria perceber quais dos partidos de direita a conseguiriam. E não hesita em classificar o Fórum Democrático, que viria a ser o vencedor das eleições, como um partido de direita “populista, nationaliste, accusé par ses adversaires de tendances antisémites.” Os outros partidos de direita, a Aliança dos Democratas Livres e o Fidesz, requeriam, segundo *L'Humanité*, uma passagem rápida ao capitalismo e o abandono de qualquer controlo do Estado sobre a economia. O Partido dos Pequenos Proprietários era, contudo, de acordo com o PCF, aquele que pretendia uma “vingança” e uma transformação mais radicais. Uma votação significativa neste partido seria “un véritable desastre”, uma vez que acabaria com uma

---

<sup>605</sup> L'Humanité, 22/03/1990, p.15

“agriculture performante qui n’est pas étrangère à la qualité de l’approvisionnement des marchés hongrois.” E Piérot pergunta-se: “Va-t-on revoir les descendants des anciens hobereaux fascisants du début du siècle, époque où la Hongrie était le pays aux millions des mendiants?”

Talvez a principal nota do texto, que lhe dá o próprio título, seja a ausência da palavra “socialismo” de todo o material de campanha, incluindo o do MSZP. Por outro lado, o anticomunismo é prática comum na campanha eleitoral, com slogans como “Tovarichi, koniets!” (Acabou, camaradas!) espalhados por toda a cidade de Budapeste. Os partidos de direita falavam já de destruir os símbolos associados ao socialismo: não apenas as estátuas de Lenine mas também as de Marx e Engels. Perante este cenário, Piérot afirmava: “L’opposition de droite marque des points, mais l’inflation continue de mordre dans les salaires ouvriers. Les privatisations annoncées coûteront au bas mot 100.000 chômeurs. Des réalités bien absentes des déclarations électorales.”

Este é, sem dúvida, o principal problema definido pelo texto de Piérot: uma campanha em que a direita ganha pontos, baseando-se no anticomunismo e na defesa de uma passagem rápida ao capitalismo como forma de resolver os problemas do país, sem que isso, na opinião do jornalista, corresponda à realidade. Por outro lado, faltava uma verdadeira oposição de esquerda, com um partido socialista que carregava o fardo de 40 anos de governo, embora tivesse repudiado esse passado e se afirmasse como um híbrido ao qual os eleitores húngaros não pareciam querer confiar o seu voto.

Era com isso mesmo, também, que concordava o editor do jornal oficial do MSZP, perante os resultados da primeira volta das eleições parlamentares: “Après 40 ans de pouvoir absolut des communistes, nous ne parvenons pas à presenter une image neuve. Les gens pensent que seul notre nom a changé et l’opposition tente de nous accoler à toutes les erreurs du passé”, referia, no texto “Le vent souffle a droite”<sup>606</sup>, do enviado de *L’Humanité* a Budapeste. Um anticomunismo que partia inclusivé de figuras destacadas do antigo partido do governo, que se afirmavam então jamais terem sido comunistas. Foi o caso de Miklos Nemeth, antigo responsável económico do Comité Central do partido comunista, que saiu do

---

<sup>606</sup> L’Humanité, 23/03/1990, p.13

MSZP para concorrer ao Parlamento húngaro enquanto independente e fazia, por altura das eleições parlamentares de 1990, uma campanha fortemente anticomunista.

Jean Paul Piéro afirmava, neste artigo, que além da herança dos 40 anos de governo comunista, o MSZP tinha também de lidar com um período de governo desastroso, mais recente, já no final de 1989. A saída de capital para o estrangeiro, a importação maciça de automóveis ao estrangeiro, os 20 biliões da dívida húngara, a inflação galopante, são medidas associadas ao governo do MSZP, que já nada tinham a ver com uma orientação socialista da governação, mas que pioraram, segundo o jornalista, o estilo de vida dos húngaros e o estado do país. E ficariam irremediavelmente associadas ao novo partido.

Por outro lado, a campanha do MSZP era, segundo o enviado do PCF, muito pouco dinâmica: “quarante années de pouvoir garanti par la Contitution ont tué bien des énergies militantes.” Ao contrário dos militantes socialistas, a direita organizava pontos de informação e comícios um pouco por toda a cidade de Budapeste. Este é, aliás, um ponto interessante e que poderá em parte justificar, também noutros países, os fracos resultados que os partidos comunistas renovados tiveram nas eleições imediatamente após a instauração do multipartidarismo. A ideia de uma militância adormecida por décadas em que as várias constituições garantiam a vitória eleitoral, nos países onde havia eleições, não deram aos militantes dos partidos sucessores técnicas de campanha eleitoral tão aguerridas como as da oposição. Estes, além de, em muitos casos, contarem com um financiamento estrangeiro relevante, estavam, pelo menos no caso húngaro, francamente mais bem preparados, e assim nos documenta o enviado especial de *L’Humanité* a Budapeste, para organizar uma campanha eleitoral de forte impacto e captação de voto.

A impressão de Piérot, perante os resultados da primeira volta das eleições húngaras de março de 1990, é a de que a viragem será à direita. Já então, o jornalista temia uma “dictature de la droite”, com a crescente onda de nacionalismos e o acentuar das desigualdades sociais: “l’augmentation de l’insécurité, l’acroissement des inégalités sont autant de terrains propices à ceux qui plaident en faveur de «l’ordre e de la tradition».

O PCF é, de resto, o partido, de entre aqueles que estudamos, que mais espaço dedica à reflexão sobre as eleições parlamentares húngaras de março e abril de 1990. Para Jean Paul Piérot, houve questões que ressaltaram como essenciais após, segundo a sua interpetação, a

direita ter ganho. No texto “La droite donee gagnante”<sup>607</sup> Piérot apontava algumas perguntas como essenciais: como tinham votado os operários, os pensionistas e os mais velhos? Como tinha votado o eleitorado das classes sociais mais baixas perante uma campanha eleitoral onde todos os partidos tinham afirmado a necessidade de implementação de medidas de austeridade? As dúvidas em relação aos vários partidos foram menos importantes do que o facto de aquelas terem sido as primeiras eleições multipartidárias de acordo com a nova Constituição?

Entre os 12 principais partidos a eleição, apenas o partido formado por Grosz, que se identificava como o partido comunista renovado, falou sobre o que aconteceu ao socialismo na Hungria: “s’il a été entaché de drames, notamment en 1956, et marqué d’erreurs, a permis aux Hongrois, partis de si bas, bénéficié de progrès sociaux et d’un niveau de vie appréciable jusqu’à la fin des années soixante-dix. Piérot afirma que o novo secretário-geral “n’a rien du dinosaure stalinien, nostalgique de la dictature du prolétariat.” Guyla Thurmer, novo secretário-geral do partido à esquerda do MSZP, recusou o cargo que lhe foi oferecido neste partido, identificando-se antes com um partido que mantém a designação “operário” no seu nome. Thurmer recusava-se a acreditar que os húngares repudiassem os quarenta anos de comunismo no país e não os via como um povo desejoso da chegada do capitalismo: “il y voit comme preuve le fait que des partis de droite évitent de parler de capitalisme, préférant évoquer «le peuple, la nation»” e projetava uma recuperação da esquerda húngara nos cinco anos seguintes.

O dirigente do novo MSZMP analisava a divisão da esquerda húngara partindo da cisão de 1988, após a saída de Kádár da secretaria-geral. Entre Grosz e Poszgay tinham-se criado diferenças irreconciliáveis quanto ao rumo a tomar na sociedade húngara. Segundo o dirigente, Grosz não teria tido a coragem suficiente para pôr um travão nas reformas capitalistas de Poszgay. O antigo secretário-geral do MSZMP fazia parte do novo partido mas não se apresentava, em 1990, a nenhum cargo político. E, novamente, surge uma explicação para a falta de dinamismo da campanha da esquerda: “sans la champagne électorale, les communistes auraient passé leur temps à discuter sur le marxisme entre camarades, en buvant

---

<sup>607</sup> L’Humanité, 24/03/1990, p.10



une bière. (...) La campagne a permis de découvrir de jeunes talents parmi les candidats, dont l'âge moyen se situe de 33 à 45 ans.”

Esta importância dada pelo PCF a um partido que todas as sondagens apontavam ir reunir menos de 5% dos votos poderá ser interpretada como, mais do que um apoio do partido francês a um partido comunista do Leste renovado, a ideia de que os dirigentes comunistas franceses viam no novo MSzMP o verdadeiro representante da esquerda na Hungria, afirmando-o “un parti communiste, socialiste, ouvrier moderne.” O tom da comunicação, em relação a este partido, denota uma muito maior identificação do PCF do que, por oposição ao MSZP, que é considerado pelos franceses um partido de centro-esquerda, social-democrata.

A respeito dos resultados, Piérot fala de uma “écrasante victoire de la droite”, no texto “La droite ou la droite.”<sup>608</sup> O jornalista francês falava, então, de uma disputa que só se realizou, na verdade, entre as várias direitas, umas mais nacionalistas que outras, tendo ganho a que tinha um discurso mais moderado desse ponto de vista. Os grandes perdedores foram, para os comunistas franceses, os partidos oriundos do antigo MSzMP.

A visão do PCI sobre as eleições parlamentares húngaras de março e abril de 1990 é idêntica na identificação dos vencedores e dos perdedores. Mas o partido italiano identifica-se de forma mais próxima com o Fórum Democrático do que qualquer um dos partidos anteriores e não refere, sequer, o posicionamento da dissidência comunista neste ato eleitoral. A prová-lo, o destaque dado a Miklos Vazarhely, sobrevivente das manifestações de 1956, então a eleição nas listas do Fórum Democrático.

No texto “La «nuova Ungheria» nasce dalle urne Vasarhely: «Il Psu è fuori gioco»<sup>609</sup>, Bruno Schacherl entrevista o antigo de secretário de Imre Nagy. Sobressai a ideia de que, embora sob uma nova Constituição que promovia a construção da democracia no país, permanecia a dúvida sobre como seriam resolvidos os problemas económicos da Hungria: “non esiste un modello per il passaggio dal piano al mercato, inflazione e disoccupazione sono minacce incombenti, il debito estero soffoca ogni possibilità di ripresa.” Schacherl apresentava, então, o Fórum Democrático como um partido aglutinador de várias tendências na Hungria: “Il Forum democratico raccoglie gli esponenti del dissenso operosi sin dal 1968:

---

<sup>608</sup> L'Humanité, 27/03/1990, p.15

<sup>609</sup> L'Unità, 15/03/1990, p. 12

intelletuali e scrittori della storica corrente populista, ex comunisti della scuola di Lukács, ma anche gruppi liberal-nazionali di centro-destra.”

A Aliança dos Democratas Livres era apresentada como à esquerda do Fórum, e não à direita, como na comunicação pública do PCF, e interessada na questão dos direitos humanos e da aproximação à Europa Ocidental. Quando ao Fidezs, o PCI apresentava-o como um partido de jovens militantes, sem lhe atribuir uma tendência clara no espectro político. Para o entrevistado, seria entre os dois primeiros que se organizaria o futuro governo: “un loro accordo posteleitoriale, esteso ai socialdemocratici, potrebbe dare al paese un governo relativamente stabile.”

O Partido dos Pequenos Proprietários, considerado pelo PCF como um perigo à estabilidade do país, é interpretado pelo PCI como um partido do centro mas com “rivendicazione demagogica e inattuabile di un ritorno alle proprietà di prima del '47 e che hanno notevoli possibilità di successo.” Entre outros partidos com menores possibilidades de alcançar uma votação razoável, o PCI fala de um vazio à esquerda: “il vecchio Posu staccatosi dopo la scissione non ha più alcuno spazio. Ma anche il nuovo partito il Psu che detiene il governo, e destinato a pagare i propri errori e ritardi”, apostando numa passagem à oposição do partido então no governo. O jornalista do PCI refere que, do lado do MSZP, tudo correu mal. Ter-se-ia tentado, até à última da hora, evitar uma cisão<sup>610</sup> mas esta aconteceu. Por outro lado, nenhum outro partido político admite uma coligação com o MSZP, num cenário pós-eleitoral.

A Hungria que sairia das eleições era descrita como um país “col cappello in mani” para pedir ajuda ao Ocidente a fim de sair da crise económica em que se encontrava: “di qua la visione europeista che anima le maggiori forze politiche non pensando nostalgicamente a una mitteleuropa o a una Piccola Europa, ma a una Europa vera, che comprenda anche l'Urss e sappia costruire una propria unità di civiltà e di scambi”, referia Vasarhely, candidato pelo Fórum Democrático.

Se o PCF falava de uma Hungria à direita, o PCI falava, então, de uma Hungria centrista, mesmo antes da realização do ato eleitoral de março e abril de 1990. Arturo Barioli assina um

---

<sup>610</sup> Surge, por oposição, uma comparação com os comunistas italianos que, segundo o autor, discutiram duramente entre eles durante o processo de renovação do PCI.

artigo intitulado “Dalle urne un’Ungheria «centrista»?” bastante crítico sobre a campanha eleitoral húngara: “sembra un revival dell'Ottocento: Dio, patria, famiglia e tanta «magiarità» anche se tutti i partiti fanno sfoggio di europeísmo.” Uma campanha eleitoral que é uma “profusione nei simboli dei partiti, nei manifesti, negli spot televisivi di tricolori, di corone di Santo Stelano, di croci in tutte le fogge, di spighe e di pani, di magiarità, di canti e danze popolari.” Este retrato contrasta com a ideia de uma campanha amena, relatada pelo PCE e pelo PCF. No entanto, embora agitada, a campanha eleitoral é descrita como antiquada, recorrendo a chavões e a slogans ultrapassados.

Também Barioli, à semelhança de Piérot, deixa uma série de perguntas no ar sobre o que é essencial na campanha política húngara: “Folclore politico? Rivalutazione di antichi miti a sostituzione di quelli infranti recentemente? Tentativo di rivincita di una società e di un mondo contadini nei confronti di una industrializzazione condotta con criteri e metodi sbagliati? Ricerca delle proprie radici e della propria identità nazionale per potersi meglio avventurare nel confronto europeo? Democrazia emozionale come l'ha definita il presidente ad interim della Repubblica, Szuros, inevitabile dopo più di quarantanni di dittatura e di paternalismo? Segni inquietanti di risvegli nazionalisti e revanscisti nel cuore dell'Europa?” São questões mais sobre o que se poderia esperar de um cenário pós-eleitoral, tendo em conta, segundo o jornalista, o conteúdo programático dos principais partidos.

Neste ponto, Barioli refere-se ao Fórum Democrático, caracterizando-o como uma formação centrista, moderada, internacionalista mas que ressaltava os valores nacionais húngaros e do cristianismo e “la convinzione che una nazione può conquistare il suo posto nel mondo solo allacciandosi ai valori della propria storia.” Barioli refere que o país deveria procurar uma via própria para o progresso, nem colada ao Ocidente, nem à experiência de outros países da Europa de Leste. Uma economia de mercado, sugere, com valores morais e respeitando a função social do Estado.

O texto é uma reflexão sobre o caminho que a Hungria deveria optar no cenário pós eleitoral. Barioli refere que, aos seus olhos, o que se aproximava era uma vitória de forças políticas que queriam uma aproximação “a una Europa ultra thatcheriana, a un capitalismo ottocentesco”, prescindindo de direitos laborais e sociais. Slogans como “«il sistema non può essere riformato, deve essere distrutto», «dobbiamo costruire il capitalismo, poi penseremo

allo Slato sociale», «fare oggi una politica di destra per permetterne domani una di sinistra» preocupavam o autor do texto, cuja interpretação do cenário pre-eleitoral húngaro é de que havia uma grande confusão em torno do que se pretendia para o país, do que cada partido defendia e como o defendia. Entre outros testemunhos, o de um debate em que era o Fórum Democrático que avisava para o perigo de o governo ainda em funções, do MSZP, conseguir a retirada das tropas soviéticas e substituí-las em seguida por tropas americanas.

O resultado eleitoral aparece sem surpresas para o PCI. “La nuova Ungheria centrista”<sup>611</sup> reconhecia a vitória dos partidos do centro mas supunha um difícil caminho para a formação de um governo estável no país. A coligação entre o Fórum Democrático e a Aliança dos Democratas Livres aparecia, então, segundo o PCI, como “auspicata anche dagli uomini politici e d'affari americani.” A perspectiva dos comunistas italianos era a de que se seguiria um tempo indefinido, à semelhança do caso polaco, para a definição de um governo húngaro estável, “che tutti ritengono necessario per attuare la trasformazione delle strutture politiche, per bloccare il degrado economico del paese e aprire le prospettive di una ripresa.”

“Instabilidade política”, “plena afirmação das forças centristas”, “situação paradoxal” são expressões para definir a situação húngara, pelo facto de a formação de uma maioria parlamentar com todas as forças do centro colocar na oposição, isolado, o MSZP: “la grande coalizione, lotte del numeri sarebbe rissosa sui programmi.” Quanto aos socialistas, os PCI referia que estes se encontravam desiludidos e que admitiriam a entrada no governo “solo se ci accoglieranno come partilo e non a titolo individuale e di supporto esterno.”

### **3.4.1.3. - Revolução na Checoslováquia: o pacifismo de novembro e dezembro de 1989, a memória de 1968 e o anticomunismo instituído em 1990**

O fim da Checoslováquia enquanto república popular, com um partido comunista com o papel dirigente no país, torna-se inevitável após as imensas manifestações populares que se tiveram lugar no país entre 17 de novembro e 29 de dezembro de 1989. Conhecida como “Revolução de Veludo”, pelo seu carácter pacífico, as demonstrações populares de repúdio ao sistema político e económico em vigor no país desde 1948, contra a presença das forças do

---

<sup>611</sup> L'Unità, 27/04/1990, p. 3

Pacto de Varsóvia no território nacional e contra a condenação da “Primavera de Praga”, tentativa de reformulação do comunismo em 1968 reprimida pelo exército do Pacto de Varsóvia, juntaram populares, intelectuais e dissidentes comunistas e culminaram com o desmantelamento definitivo do aparelho de Estado, abrindo as portas à democratização do sistema político, económico e social checoslovaco.

Primeiramente reprimida pela polícia de choque, a 17 de novembro de 1989, o protesto na capital do país foi-se avolumando, até ganhar números na ordem do meio milhão a um milhão, consoante as diferentes fontes, apenas em Praga. No dia 24 de novembro demitiram-se em bloco dos dirigentes do Partido Comunista Checoslovaco (KSČ), anunciando publicamente que abdicariam do poder e abririam portas a eleições multipartidárias no país. A principal característica do processo checoslovaco é, precisamente, a rapidez com que se desenvolveu, tendo apanhado de surpresa líderes políticos do Ocidente e do Leste europeu, que não estariam à espera de uma cedência tão breve e definitiva por parte do aparelho dirigente do KSČ.

A 30 de novembro, ainda no decorrer das manifestações, o governo retira da Constituição a cláusula que atribui ao KSČ o papel de partido dirigente e no início de dezembro começam a ser desmanteladas as redes fronteiriças com a Alemanha Ocidental e a Áustria. Gustáv Husák, Presidente da República, organiza a 10 de dezembro o primeiro governo checoslovaco maioritariamente constituído por não comunistas, desde 1948, e anuncia também a sua demissão. Alexander Dubček, antigo líder checoslovaco afastado em 1968, responsável pela proposta, naquele ano, de renovação do comunismo no país, é eleito Presidente do Parlamento do país a 28 de dezembro de 1989 e Václav Hável, dissidente político e incontornável figura da “Primavera de Praga” de 1968 é nomeado Presidente da República no dia seguinte, pelo Parlamento então chefiado por Dubcek. A total remodelação do sistema político checoslovaco ficaria completa com as eleições parlamentares de junho de 1990. A eleição de Havel para Presidente da República ficaria marcada também pela viragem do país para o capitalismo, acabando com monopólios estatais e privatizando largos setores da economia.

A rapidez da mudança na Checoslováquia poderá relacionar-se com dois fatores principais: a influência da deposição de outros governos ditos socialistas nos países vizinhos,

como a Polónia, a Hungria e a RDA, mas também a visão política do aparelho de Estado que, compreendendo o rumo que tomavam as repúblicas populares, optou por não prolongar uma situação de insurgência popular, que desencadearia manifestações, greves e possivelmente violência. Ao contrário da Polónia, por exemplo, não foram as condições económicas dos checoslovacos os principais gatilhos de desencadeamento das manifestações mas antes um levantamento popular que, revendo-se nos acontecimentos que decorriam nos países vizinhos, exigiram a democratização do sistema político e uma aproximação ao Ocidente.

No âmbito da nossa análise, importa-nos sobretudo perceber como é que os partidos comunistas ocidentais que estudamos reagiram perante dois temas centrais na rápida e efetiva mudança checoslovaca: o período correspondente à “Revolução de Veludo”, compreendido entre 17 de novembro e o final de dezembro de 1989, com a total renovação do executivo checoslovaco e a forma como interpretaram os partidos em estudo o reavivar da memória sobre os acontecimentos de 1968 em Praga. Particularmente, se realizam uma reflexão profunda e uma associação ao momento vivido na Checoslováquia em 1998, comparando-a à reação já analisada com a revisão das manifestações húngaras de 1956. Em segundo lugar, importa-nos estudar o tema do anticomunismo e das ofensivas contra o KSČ já que, de entre todos os países que analisamos, a Checoslováquia foi aquele em que, em 1990 e 1991, o anticomunismo se revelou de forma mais contundente, com, entre outras medidas, a visão do KSČ como uma organização criminosa.

### **A Revolução de Veludo vista pelos cinco partidos em estudo: surpresa, transformação e a memória de 1968**

A primeira notícia que surge no *Avante!* sobre as manifestações na Checoslováquia, em 1989, surge a 30 de novembro, onze dias passados sobre o início dos protestos. “Grandes transformações com milhões de pessoas nas ruas”<sup>612</sup> falava em “transformações que abarcam toda a vida política checoslovaca”, mobilizadoras de “milhões” de cidadãos por todo o país. Como temas principais, o PCP identificava o posicionamento do KSČ, o governo e a informação. A palavra “diálogo” aparece para caracterizar os desenvolvimentos na vida política do país.

---

<sup>612</sup> *Avante!*, 20/11/1989, p.6

O texto reconhecia que o apelo à mobilização tinha sido lançado pela oposição e que a população tinha aderido em massa, falando, o partido português, em números até mais altos do que referiam outros partidos ocidentais e indo ao encontro daquilo que os meios de comunicação generalista relatavam. A ida às ruas da população checoslovaca é caracterizada como “manifestações” com o principal objetivo de levar o governo a realizar “eleições livres”. O PCP referia também que aquele “grande movimento” tinha tido origem no dia 17 desse mês, numa manifestação “reprimida”, a que se seguiu outra, no dia 21, que “marca decididamente o processo que veio a desembocar em profundas alterações da vida política checoslovaca”, onde os protagonistas foram figuras como Alexandre Dubcek e Vaclav Havel.

O processo de transformação é visto como rápido e compreendendo uma sucessão de acontecimentos que se materializam numa “amplíssima renovação do PCCh”, na demissão de elementos do partido “exigida nas ruas” e pelas organizações políticas e sociais contestatárias ao governo. A cadência com que as alterações acontecem foi notada como tendo o governo e o KSČ compreendido as exigências dos manifestantes: a aparição pública do primeiro-ministro ao lado de Dubcek e Havel era, para o PCP, prova disso.

A reflexão levada a cabo é de que “um novo período se abre para a Checoslováquia socialista.” O partido advertia para o facto de que esta nova fase da vida política checoslovaca iria compreender uma revisão do passado e o delinear de “novas formas de desenvolvimento”, todas elas ligadas a “consensos” entre o KSČ e o Fórum Cívico, a principal organização da oposição. O PCP referia ainda como “um elemento essencial”, nesse novo período, as transformações no KSČ, que seriam discutidas em Congresso extraordinário. Por fim, o *Avante!* citava fonte do Comité Central do KSČ, que descrevia que o antigo Comité Central se mostrou incapaz de dar resposta às “exigências e pontos de vista relacionados com a importância do período atual e os interesses dos comunistas.”

O texto selecionado do *Avante!* para descrever as manifestações de novembro e dezembro de 1989, na Checoslováquia, deixa antever um posicionamento do PCP bastante diferente daquele que ocorreu, por exemplo, em relação ao caso polaco e húngaro. Ao empolar os números de manifestantes, ao referir a principal reivindicação, a realização de eleições livres, e ao notar que o aparelho governativo checoslovaco se tinha tornado obsoleto, podemos

afirmar que o PCP está do lado dos manifestantes, ou pelo menos reconhece as suas aspirações como legítimas.

O partido português utiliza várias vezes a palavra “diálogo” para caracterizar as relações entre o KSČ e a oposição, afirmando que, após uma renovação dos principais dirigentes do partido, haverá uma mudança “necessária” na forma de construção do socialismo na Checoslováquia. O tom, ao contrário dos textos iniciais sobre os processos polaco e húngaro, é de entusiasmo e de apoio, tanto à principal exigência dos manifestantes como à renovação em curso no KSČ.

A interpretação do partido relativamente à posição dialogante entre o KSČ e a oposição aparece também quando o *Avante!* falava sobre o governo checoslovaco que tomou posse em dezembro de 1989, chamando-o de governo de “entendimento nacional” no texto “Checoslováquia tem novo governo.”<sup>613</sup> Esse governo, no qual os comunistas são ainda maioria mas que conta então com dois membros do Partido Popular, surge, segundo os comunistas portugueses, depois de “conversações” entre o governo e a oposição. Esta última não teria concordado com a proposta apresentada previamente por Adamec, primeiro-ministro cessante, tendo então havido um consenso estabelecido com a formação de um novo governo, ao qual se seguiu imediatamente a demissão do Presidente da República.

Novamente, o tom da comunicação pública do PCP não é de todo adverso à ideia de uma transformação na política checoslovaca. O partido português salientava o objetivo de “fazer o país sair da estagnação” proposta pelo novo governo e a remodelação completa no Comité Central do Partido Comunista Eslovaco, no que classificava de “grande esforço para pôr o partido em melhores condições de corresponder à rápida evolução atual, e à profundidade das transformações em curso.”

Nem com a eleição pelo Parlamento de Vaclav Havel como Presidente da República o tom de crítica ao processo de transformação sobe de tom, no *Avante!*. O breve texto “Vaclav Havel eleito Presidente da República; Alexander Dubcek preside ao Parlamento”<sup>614</sup> dava apenas nota de que a eleição de Havel era prevista a partir do momento em que o Parlamento retirou a expressão “para servir os interesses do socialismo” como exigência para a nomeação

---

<sup>613</sup> *Avante!*, 14/12/1989, p.12

<sup>614</sup> *Avante!*, 04/01/1990, p.7



do Presidente do país. O facto de ainda não existir, por essa altura, uma crítica aberta ao processo de transformação na Checoslováquia, e veremos se a há ou não, poder-se-á justificar de várias formas, que, no entanto, nunca são explicadas pelo PCP, como a visão de que Dubcek era consideravelmente diferente de Walesa e estaria mais próximo da ideia de uma renovação do socialismo.

Por outro lado, no caso checoslovaco, o PCP teve muito mais facilidade, do ponto de vista comunicacional, de colocar-se ao lado de uma determinada oposição que exigia a reforma do socialismo, do que teve em relação ao caso húngaro. Isto porque, nessa altura, foi proposta pelo Comité Central uma reavaliação do posicionamento do PCP perante os acontecimentos de 1968 na Checoslováquia, conhecidos como a “Primavera de Praga”.

A “Nota do Secretariado do Comité Central sobre os acontecimentos na Checoslováquia em 1968”<sup>615</sup> surgiu em pleno momento de contestação nas ruas e numa altura em que o KSČ admitia a necessidade de reformulação interna e abria as portas a conversações com a oposição no sentido da composição de um novo executivo.

Para compreender a atitude do PCP perante o reavivar da memória, na Checoslováquia, da “Primavera de Praga”, é necessário procurar compreender a posição do PCP em 1968, posição essa que ainda, na atualidade, é discutida, e sobre as quais existem argumentos díspares. Em destaque, na reação do partido português aos acontecimentos de 1968 em Praga, duas figuras: Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP e Cândida Ventura, representante do partido na Checoslováquia, que “colaborou apaixonadamente com a resistência checa, mas mantendo as suas funções no PCP com o controlo direto de Álvaro Cunhal.”<sup>616</sup> O problema desta afirmação está na adversativa “mas”, que assume que a posição oficial do partido seria diferente da que tomou Cândida Ventura, que nos anos 80 saiu do PCP e se tornou uma das principais críticas do socialismo real e do PCP. De facto, o posicionamento de Cunhal perante a “Primavera de Praga” não é taxativo. Historiadores como Pacheco Pereira<sup>617</sup> e políticos como Manuel Alegre<sup>618</sup> admitem que o secretário-geral do PCP sentiu, inicialmente, grande simpatia por Dubcek e pela ideia da procura de um “socialismo de rosto humano”, tendo

---

<sup>615</sup> Avante!, 07/12/1989, p.11

<sup>616</sup> Cunha, *Álvaro Cunhal - Retrato Pessoal E Íntimo.*, p.481

<sup>617</sup> Pereira, José Pacheco, *Álvaro Cunhal – Uma Biografia Política* (Lisboa: Temas e Debates, 2015)

<sup>618</sup> Cit. por Cunha, *Álvaro Cunhal - Retrato Pessoal E Íntimo.*, p. 485

inclusivé confessado a Cândida Ventura que Dubcek correria perigo de vida e não se opondo a que esta o avisasse. No entanto, Rui Cardoso, historiador<sup>619</sup>, ou Miguel Urbano Rodrigues<sup>620</sup>, escritor, defendem que Cunhal apoiou incondicionalmente a atuação do Pacto de Varsóvia na Checoslováquia, em 1968. Esta tese foi inclusivé defendida pelo PS, no período pós-revolucionário de 1974, quando Mário Soares afirmou que haveria um plano para esmagar as liberdades em Portugal, elaborado pelos apoiantes da intervenção do Pacto de Varsóvia na Checoslováquia.<sup>621</sup> Carlos Brito<sup>622</sup>, por seu lado, afirma que Cunhal não se posicionou como um apoiante incondicional da invasão e defendeu a intervenção militar de forma a “conter a rebelião de numerosos camaradas contra a linha partidária em questão.” A tese dominante, e que parece consensual a todos os historiadores e investigadores do PCP, é a de que Cunhal sente, de facto, fascínio pelas propostas de Dubcek e hesita perante a aprovação da intervenção militar em Praga, acabando por defendê-la, no entanto, na declaração "Comunicado da Comissão Executiva do C.C. do Partido Comunista Português sobre os acontecimentos na Checoslováquia"<sup>623</sup>, de agosto de 1968, e pagando com isso o preço de várias dissidências internas, pela sua convicção num movimento comunista internacional coeso e a “construção do socialismo e do comunismo na base dos princípios do marxismo leninismo e do internacionalismo operário.”<sup>624</sup>

Em 1989, o PCP dá nota de um comunicado conjunto da URSS, Bulgária, RDA, Polónia e Hungria que condena a intervenção militar de 1968, reconhecendo que esta teve “consequências negativas a longo prazo”, que o processo não teve em conta a soberania do país, tratando-se de uma ingerência e que “não foi tida em conta a necessidade da renovação socialista”. O comunicado afirma que “a entrada das tropas dos cinco países socialistas em 1968 não teve fundamento e a respetiva decisão, no contexto dos factos agora conhecidos, foi errónea.” Este não é portanto, um comunicado da autoria do PCP e com o qual o PCP não deixa claro se concorda ou discorda. O partido português refere apenas que “a análise histórica de acontecimentos ocorridos há dezenas de anos (...) não pode ser realizada apenas na base

---

<sup>619</sup> <http://expresso.sapo.pt/politica/2015-12-09-Portugal-foi-Cunhal-contra-a-Primavera-de-Praga->

<sup>620</sup> <http://www.odiario.info/apontamento-sobre-a-metamorfose-de-pacheco-pereira/>

<sup>621</sup> Loff, Manuel, “Comunistas y Socialistas en el proceso portugués de democratización”, in *Las Izquierdas en Tiempos de Transición* (Valência: Universitat de València, 2015), p.85

<sup>622</sup> Brito, Carlos, *Álvaro Cunhal – Sete Fôlegos do Combatente* (Lisboa:Edições Néilson de Matos, 2010)

<sup>623</sup> <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09700.046#11>

<sup>624</sup> idem

de critérios adequados à situação internacional atual (...) situação radicalmente diferente da situação então existente”, rematando, após uma exposição do contexto histórico em que decorreram os factos, que “na avaliação dos acontecimentos e decisões de 1968, além da situação interna na Checoslováquia, tem de ser necessariamente considerado o quadro mundial existente na época.” O PCP prometia, então, “uma nova reflexão, uma análise mais aprofundada e conclusões daí decorrentes.”

O caso do PCE é diametralmente oposto ao do PCP no que se refere a 1968 e condicente, como veremos, com o posicionamento dos restantes partidos comunistas ocidentais em análise, uma vez que todos eles, na altura, condenaram a intervenção do Pacto de Varsóvia no país. No auge da “Revolução de Veludo”, o *Mundo Obrero* publicou “Vientos del Este”<sup>625</sup>, onde analisa os processos de transformação das sociedades do Leste europeu, com particular incidência no caso checoslovaco. O texto refere que “en Checoslovaquia, los manifestantes nacen a la esperanza” e que as mudanças estavam a surgir tanto por iniciativa do partido no governo, como pelos manifestantes, voltando à ideia de que o processo ocorre como um diálogo entre o poder e a população. A prová-lo, a ideia de que “se aleja la hipótesis de una represión a los manifestantes” enquanto no KSČ “se piensa en relevos en las altas esferas”, precisamente no seguimento de uma política de reconciliação entre as exigências da população e o reposicionamento do partido comunista.

Embora o PCE cite Milos Jakes denunciando a presença de grupos interessados em manipular os manifestantes “y abusar de su sincero interés por acelerar el curso de las cosas”, refere também que o então secretário-geral do KSČ estava consciente de que o socialismo, na Checoslováquia, se tinha tornado inconcebível, precisamente, sem as reformas que a população exigia nas ruas, que deveriam, contudo, manter-se dentro do quadro das leis e da Constituição nacionais.

Segundo o autor do artigo, a Praça Venceslau, em Praga, transformou-se no “símbolo de la oposición en Checoslovaquia”, dando números consideravelmente inferiores aos do PCP, falando de cerca de duzentas mil pessoas que diariamente pediam a demissão de Jakes. O PCE dá destaque ao facto de que a repressão policial tinha cessado após o dia 17 “y ahora se limita a mirar.” O partido espanhol fala das forças policiais como “termómetro” para medir

---

<sup>625</sup> Mundo Obrero, 29/11/1989, p.32

as intenções do governo perante as exigências de mudança, subentendendo-se que, perante a atitude passiva da polícia, as indicações seriam de que o poder estaria disposto em atender às reivindicações dos manifestantes. O artigo fala também no posicionamento da imprensa checoslovaca que, à exceção do órgão oficial do KSČ, denunciou em massa, e sem censura, a carga policial de 17 de novembro.

O responsável principal, onde os manifestantes e a oposição, representada pelo grupo Fórum Cívico, segundo o artigo, depositavam as esperanças de um entendimento, era o primeiro-ministro, Adamek, “considerado un reformista, defensor de modificaciones políticas e sociais no país.

Numa caixa subjacente ao artigo, o PCE informava que apoiava a nomeação de Dubcek para o Prémio Sakharov, estabelecido em 1985 pelo Parlamento Europeu como forma de homenagear indivíduos ou organizações proeminentes na luta pelas liberdades e pelos direitos humanos. Para o grupo da Esquerda Unitária Europeia, do qual o PCE fazia parte, no Parlamento Europeu, Dubcek enquadrava-se na definição de um “protagonista de nuestro tiempo, comprometido en la lucha por la libertad intelectual, en la defensa de los derechos humanos, sociales y políticos y en la construcción de un mundo de paz, de cooperación y de tolerancia.” Dubcek ter-se-ia antecipado “a los câmbios necesarios en la Europa del Este”.

Num dos poucos textos em que o PCE se refere à “Primavera de Praga”, de 1968, fá-lo precisamente no contexto da nomeação de Dubcek para este prémio, falando do protagonista de “un presagio de esperanza en un futuro que hoy, 20 años más tarde, tiene posibilidad de hacerse realidad.” O PCE frisava, também, o facto de o presidente da Esquerda Unitária Europeia ter participado nas manifestações na Checoslováquia, discursando juntamente com Dubcek.

O apoio do PCE às exigências dos manifestantes e o reavivar da memória da “Primavera de Praga” continua no texto “Deprisa, deprisa”<sup>626</sup>, onde reconhecia que os países do Leste não tinham tempo a perder e dava conta da rapidez com que se desenvolvia todo o processo na Checoslováquia. “Una nueva etapa política” é como o partido se refere ao facto de o Fórum Cívico passar a estar representado no governo, após a demissão do executivo de Husak. Novamente, a referência a 1968 através de uma comparação com a situação que então o país

---

<sup>626</sup> Mundo Obrero, 13/12/1989, p.13

vivia, que “bien pudiera ser la continuación de aquella primavera frustrada.” Medidas como o apoio ao regresso de exilados políticos, a garantia da aprovação de leis sobre os direitos humanos, as liberdades de associação e expressão são caracterizadas por Garcia Raya como uma enorme mudança, na qual se deveria incluir, também, a “reforma económica radical” prevista pelo governo de transição.

Atestando a rapidez de todo o processo, o *Mundo Obrero* assinalava o facto de que alguns dos novos membros do governo tinham sido perseguidos “hace sólo algunas semanas”. Utilizando expressões como “triumfo” e recomendando que as reformas se dêm “deprisa, deprisa”, o artigo é inegavelmente favorável a todo o processo, num tom de congratulação pelo desenrolar dos acontecimentos na Checoslováquia.

Falámos do caso espanhol como oposto ao caso português, e coincidente com os seguintes, não em relação ao apoio às exigências dos manifestantes, que existiu também nos textos publicados pelo *Avante!* em novembro e dezembro de 1989 e existiria, como veremos, também nos outros partidos. A grande diferença centra-se no facto de que o PCE não tem de se justificar perante a reabilitação dos protagonistas da “Primavera de Praga”, mantendo, em 1989, a posição que teve em 1968. Santiago Carrillo, a 31 de julho de 1968, através de um artigo na revista *Nuestra Bandera*, colocou-se firmemente contra a intervenção do Pacto de Varsóvia e a favor das transformações que estavam a ser levadas a cabo na Checoslováquia, custando-lhe grande dissidência no interior do partido que chega, inclusivé, a sair e a formar um novo partido comunista, o Partido Comunista de Espanha (VIII-IX Congressos), que viria a dissolver-se apenas em 1980. Carrillo é perentório no seu repúdio à intervenção na Checoslováquia, “considerándose esta posición del PCE como la primera divergencia seria entre los partidos comunistas occidentales y el PCUS.”<sup>627</sup> No *L’Humanité*, o PCE exilado emitiu uma nota em que apoiava a política reformista de Dubcek e manifestava a sua “opinión contraria a la intervención en Checoslovaquia y ha estimado que la solución de los problemas de este país pertenecen al PCCh y al Pueblo checoslovaco.” No mesmo comunicado, o PCE assumia que era urgente a necessidade temas como as diferentes vias para o socialismo, “a la vez que afirmamos que las diferencias que han surgido no afectan en nada a nuestra

---

<sup>627</sup> Blanco, Maria Dolores Ferrero, “Las Reacciones en Europa tras la invasión soviética de Checoslovaquia en 1968”, Cuadernos Const. de la Cátedra Fadrique Furió Ceriol, nº 45/46, Valência, 2003/2004

apreciación del papel decisivo que tiene la URSS.” Ou seja, o PCE condena a intervenção de 1968 mas não mediante uma postura que o coloque em confronto com a URSS: “rechazamos la campaña antissoviética que pretende utilizar para sus fines lo ocurrido en Checoslovaquia.” Ferrero Blanco é da opinião de que o PCE, ao tomar esta atitude, garantia também a reafirmação do papel predominante da URSS no movimento comunista internacional, “para no debilitar tampoco su posición antifascista dentro de la propia España.”

O *Treball* dedica a sua cobertura sobre os acontecimentos na Checoslováquia quase exclusivamente, precisamente, à figura de Alexander Dubcek e à “Primavera de Praga”. Recordemos, porém, que o jornal do PSUC não é editado entre outubro de 1989 e janeiro de 1990, razão pela qual os artigos referentes à “Revolução de Veludo” apareceriam mais tarde no jornal.

No texto “«Primavera de Praga»: una perestroika anticipada”<sup>628</sup> Jordi Pascual Marti explica como, para o PSUC, as manifestações de Praga em 68 foram “un procés alliberador que, sense questionar els principis fonamentals del socialisme, pretenia augmentar el benestar dels cuiutadans.” Ou seja, uma *perestroika* contra os “mètodes estalinistes” que orientavam o governo da Checoslováquia, naquela altura. E no seguimento desta ideia, o autor realizou uma reflexão histórica sobre os acontecimentos de 68, referindo que, de entre todos os países que “van quedar sota l’ocupació soviètica”, após a II Guerra Mundial, a Checoslováquia era aquele onde existia uma tradição industrial mais enraizada e, como tal, foi aquele que mais estranhou as medidas tomadas, na altura, pelo governo do partido comunista, que beneficiavam a indústria pesada, em detrimento da indústria dos bens de consumo, o que teria provocado graves conseqüências a nível económico e financeiro para o país.

À crise económica que o país atravessava na década de 60, juntar-se-ia, segundo Pascual Marti, uma crise institucional e política, com a relutância do governo de Praga em dismantelar “tota la maquinaria política estalinista”, como a cada vez maior centralização do poder em Praga, a identificação total do Estado com o partido e a sua influência em toda a estrutura social checoslovaca. A crítica ao sistema, organizada por intelectuais e políticos, visava uma “crítica del marxisme des de posicions marxistes (...) que volía rectificar les errades del socialisme”, com o objetivo de realidades uma “reforma des de dins.”

---

<sup>628</sup> Treball, junho 1991, p.6

Este objetivo de renovação do socialismo foi, como se sabe, contestado pelo aparelho do partido, culminando com a intervenção militar do Pacto de Varsóvia em Praga, de forma a haver uma “tornada a la normalitat” que significaria, segundo o autor, o aceitar da “doutrina Breznev” de limitação da soberania dos países integrantes do Pacto de Varsóvia. Pascual Marti observou que, enquanto a maioria dos países do Leste “rebien am resignació el retall de la seva independencia”, o Ocidente apontava para a possibilidade de mais cisões, semelhantes às de Budapeste, em 1956, e Praga, em 1968.

Perante a partida dos tanques soviéticos, após a “Revolução de Veludo”, o artigo do *Treball* considera que foi dado um “punt final a 23 anys d’ocupació.”

Foi ao *Treball* que Alexander Dubcek concedeu a única entrevista<sup>629</sup>, a propósito da sua deslocação a Barcelona em junho de 1991, para receber o prémio Alfons Comín pelo seu papel no “regenerar i dignificar el socialisme.” Trata-se de uma entrevista realizada pelo autor do primeiro texto, mas onde os elogios a Dubcek não são poupados. É, neste texto, considerado responsável por atos “renovadores e liberalitzadors dels pobles txec i eslovac.” O próprio deixava claro, no entanto, em 1991, que o que buscava era uma aproximação aos países democráticos e uma integração no Conselho da Europa para a Checoslováquia: “així podem dire que les llavors sembrades l’any 68 van arrelar i han donat, potser una mica tard, els seus fruits.”

Entre outros assuntos, Pascual Marti perguntou a Dubcek sobre a questão dos nacionalismos e como estavam a ser encaradas os confrontos entre os políticos checos e eslovacos. Dubcek apoia-se novamente no ano de 1968, para referir que, nesse ano, “es va adoptar una llei de descentralització de l’Estat, i aquest va adoptar una estructura federal (... ) al nostre país, federalisme equival a democracia.”

O posicionamento oficial do PSUC sobre os acontecimentos na Checoslováquia não se refletiu de forma notória na sua comunicação pública, nem mereceu um destaque relevante em comunicados oficiais do partido. Podemos encontrar aqui duas razões principais: a primeira, do ponto de vista prático, como já referimos, o *Treball* não foi editado nos meses em que a convulsão social aconteceu na Checoslováquia e a revista *Nous Horitzons* não dedicou nenhuma reflexão especificamente à Checoslováquia, preferindo referir-se, na maior

---

<sup>629</sup> “L’home que es va avançar a la Perestroika”, *Treball*, junho de 1991

parte das vezes, num tom geral, sobre as mudanças ocorridas no Leste. Por outro lado, a grande questão que se punha sobre o processo checoslovaco era a forma como os partidos lidariam com a reabilitação das figuras de 1968 e a chamada “Primavera de Praga.” À semelhança do PCE, do PCF e do PCI, o PSUC não tem que apresentar uma revisão da sua própria tese sobre os acontecimentos, uma vez que, na altura, se colocara já ao lado do governo de Dubcek e apoiara o que entendia ser a renovação do socialismo realizada por socialistas.

Os dois textos que analisámos refletem isso mesmo: um partido que exalta as figuras e as intenções dos protagonistas de 1968, dando a entender que, em 1989, finalmente essa revolução socialista pôde triunfar. É importante que, mesmo em junho de 1991, o PSUC continuava a referir-se à “Revolução de Veludo” e a Dubcek como socialistas e ao processo no país como um repensar sobre o socialismo. Através de um léxico que apresenta frequentemente expressões como “democracia”, “llibertat”, “humanisme”, “renovadores”, “liberalitzadores”, “el país del Est que amb menys traumes està realitzant la transició a la democràcia”, a comunicação pública do PSUC sobre os protagonistas do processo checoslovaco é-lhes claramente elogiadora, referindo por várias ocasiões que todas mudanças no país são uma *perestroika* checoslovaca que iriam ajudar a própria *perestroika* soviética pelo seu grau de serenidade, sucesso e rapidez.

Se a comunicação pública dos partidos anteriores a respeito da Checoslováquia era sucinta e, à exceção do PCP, sem comunicados oficiais do partido a referirem precisamente o caso checoslovaco, o mesmo não se passa com *L’Humanité* e o PCF que dedicam uma extensa cobertura à “Revolução de Veludo.” É, de resto, entre os partidos estudados, aquele que mais espaço dedica à Checoslováquia. No âmbito deste estudo, analisaremos os textos mais relevantes, onde é realizada uma clara reflexão do partido sobre os acontecimentos.

É com o termo “Inadmissible”<sup>630</sup> que o PCF se refere à ação violenta da polícia, em Praga, perante uma manifestação pacífica, a 17 de novembro de 1989. O jornal refere a morte de um estudante, classificando a ação da polícia como “brutal” e os métodos de atuação como “totalement étrangères au socialisme.” A descrição é a de forças armadas que “ont matraque jeunes et personnes âgées (...) les poursuivant dans les bouches de métro.” A repressão policial, refere *L’Humanité*, deixou feridos e capturou manifestantes que estavam a

---

<sup>630</sup> *L’Humanité*, 20/11/1989, p.14



comportar-se de forma pacífica, numa caminhada rumo à principal praça de Praga: “il n’en demeure pas moins qu’une manifestation pacifique a été sauvagement réprimée en Tchécoslovaquie.” O PCF voltava a frisar que os procedimentos eram contrários à noção de socialismo: “au moment où dans la plupart des pays socialistes des changements historiques sont en cours, au moment où la démocratie et la liberté sont redevenues des objectifs essentiels, la répression de la manifestation de Prague apparaît comme un comportement à contre-courant, inadmissible et condamnable.”

Este texto do PCF traz-nos importantes interpretações, extrapolando em muito o sucedido em Praga. Em primeiro lugar, o PCF coloca-se, definitivamente, contra o governo checoslovaco, admitindo que as ordens tinham sido dadas à polícia pelo governo e classificando-o como “não socialista” ou, pelo menos, ordenante de procedimentos que em nada tinham a ver com o socialismo. Por outro lado, a última citação é rica em interpretações sobre o posicionamento do PCF em relação aos processos também nos outros países: considera que estão a colocar a democracia e as liberdades em primeiro plano, classificando-os de mudanças históricas em curso. Em novembro de 1989, entre os países que estudamos, apenas na Roménia não tinha havido, ainda, nenhuma contestação significativa ao governo vigente.

Em “Les Tchécoslovaques se mettent a table”<sup>631</sup>, Claude Kroes aponta para o número de 200 mil manifestantes em Praga, reunidos há dois dias no centro da cidade com o objetivo de exigir uma maior abertura por parte do KSČ às reformas vistas como necessárias no país. Além do facto de não haver repressão social aos manifestantes, o texto informa ainda sobre as concessões que estão a ser feitas por parte do partido, nomeadamente em relação às nomeações e demissões no seu Comité Central, ao facto de o líder da Juventude Comunista ter condenado a intervenção da polícia, afirmando que não respondem “aux exigences de notre temps” e ao facto de o líder do partido ter assegurado que não iria responder a nenhum cenário com a instauração da lei marcial ou nova repressão por parte das forças de segurança.

O texto dá ainda voz a Gorbatchov, que se mostra compreensivo com as exigências dos manifestantes nas ruas de Praga, reconhecendo que as suas propostas tornariam a sociedade mais democrática e aberta, num mundo “en pleine mutation, un monde qui change aussi bien

---

<sup>631</sup> L’Humanité, 22/11/1989, p.13

a l'Est qu'à l'Ouest" e onde se pretendia não uma substituição do socialismo mas a sua renovação.

*L'Humanité* continua a dar um destaque diário às manifestações na Checoslováquia e, em "Le temps des vraies reponses"<sup>632</sup>, realiza sobretudo uma descrição de todo o processo. Debaixo de uma fotografia que mostra uma imensa massa de população reunida na Praça Venceslau, o subtítulo apontava já para 250 mil manifestantes e de uma clara cedência por parte do KSČ, onde existem vozes discordantes sobre a reação do partido às manifestações.

É a primeira vez que *L'Humanité* associa estes protestos à "Primavera de Praga" de 1968, referindo que, pela sua dimensão, ambos têm uma importância histórica no país. O jornal refere a presença de Dubcek e Havel nas manifestações, atribuindo a ambos mensagens de solidariedade com a população. O artigo refere, também, a presença, entre os manifestantes, de militantes do KSČ, indignados com o governo e propondo reformas com vista a uma maior democratização do sistema político checoslovaco e o facto de haver cisões no próprio KSČ, explicadas pelo seu secretário-geral, que acusa também determinados grupos de "manipuler sans égard une partie de la jeunesse et d'abuser de leur intérêt pour que les choses avancent plus rapidement."

O texto, embora muito descritivo e pouco interpretativo, estabelece um problema central claro, que é o facto de se desconhecer, à altura, quais seriam as tomadas de posição do KSČ, pois se, por um lado, o seu secretário-geral não admitia mais violência, o Fórum Cívico referia que a "fraction stalinienne (...) n'a pas abandoné l'idée d'une intervention armée." O tom de todo o artigo é de incerteza e receio pelo facto de haver muitos cidadãos nas ruas e não haver ainda uma tomada de posição clara por parte da cúpula do partido. Uma das soluções que uma leitura interpretativa do artigo deixa antever é a confiança em Dubcek e Havel, protagonistas de 1968 e figuras capazes de negociar as mudanças exigidas pela população com o KSČ.

Novamente, o texto de *L'Humanité*, embora bastante imparcial, coloca-se implicitamente, através do léxico utilizado para descrever as manifestações (nomeadamente referindo que os cidadãos resistem perante um nevão que provocou o fecho do aeroporto de Praga), do lado da população. Inclusivé, o jornal rejeita a ideia de que existam organizações infiltradas no protesto e refere o facto de que o Fórum Cívico escreveu cartas a Gorbatchov e

---

<sup>632</sup> *L'Humanité*, 23/11/1989, p.19

aos líderes ocidentais exigindo uma tomada de posição pública condenando a intervenção em Praga em 1968.

Em relação à “Primavera de Praga”, *L’Humanité* publica o texto “Action contre la souveraineté”<sup>633</sup>, onde novamente aborda o tema de um ponto de vista bastante factual, dando conta da declaração conjunta de cinco países do Pacto de Varsóvia que condenavam a intervenção militar na Checoslováquia, em 1968. Não existe nenhum posicionamento oficial do partido relativo a este tema mas, antes, uma transcrição do comunicado dos cinco países que apoiaram a intervenção de 1968, onde reconhecem, então, que o a atuação do Pacto de Varsóvia travou intenções legítimas de democratização da sociedade checoslovaca, impondo-se à soberania daquele Estado, lamentam o seu posicionamento em 1968, revendo-o e afirmando-o desequilibrado e inadequado. O PCF referia, a propósito deste comunicado, que, no final de 1989, apenas na Roménia não havia um governo reformulado, com “hommes nouveaux. Certains de ceux qui s’y trouvaient sont aujourd’hui déchargés de leurs responsabilités.”

O facto de não haver um comunicado oficial do PCF em relação à revisão histórica sobre a intervenção de 1968 em Praga prende-se com razões em todo idênticas às do PCE e do PSUC: também o PCF não se solidarizou com a URSS, “por primera vez (...) abandonando así la actitud sumisa que mantuvo tanto en el Pacto germano-ruso de 1938, como en el golpe de Praga de 1948 o en el «56 húngaro».”<sup>634</sup> O PCF chegou, incluívé, a sugerir uma reunião dos partidos comunistas europeus, com o objetivo de formalizar um apoio mais concreto a Dubcek. A reunião não se chegaria a realizar por oposição do PCI, cuja direção considerou ser mais oportuna a manutenção de encontros bilaterais. Ferrero Blanco interpreta esta tomada de posição do PCF, na altura, como uma forma de sobrevivência dentro da própria França, dada a instabilidade da esquerda em França, no final dos anos 60: “por propia supervivência, no podía hacer otra cosa más que manifestar firmemente su condena de la invasión soviética. Repentinamente, el apoyo a la URSS o a Praga, se convirtió para todos en el termómetro más certero sobre la autenticidad del cambio del PCF.”<sup>635</sup>

---

<sup>633</sup> *L’Humanité*, 05/12/1989, p.12

<sup>634</sup> Blanco, Maria Dolores Ferrero, “Las Reacciones en Europa tras la invasión soviética de Checoslovaquia en 1968”, Cuadernos Const. de la Cátedra Fadrique Furió Ceriol, nº 45/46, Valência, 2003/2004, p. 239

<sup>635</sup> *Idem*, p.240

Ao longo do mês de dezembro de 1989, o PCF publicou, praticamente com uma frequência diária, relatos das manifestações e do processo de transição de governo na Checoslováquia. “Adamec est a l’etroit”<sup>636</sup> descrevia o descontentamento popular face à nomeação do novo governo, onde 16 pastas eram ainda ocupadas por comunistas, numa altura em que o Fórum Cívico comandava já, claramente, a mobilização dos cidadãos. O léxico aponta para modificações “cosmétiques” que não responde a uma sociedade checoslovaca “politiquement radicalisée.” Perpassa a ideia de “inconformismo”, “retardação”, “provisório” e as tentativas de Adamec de assumir rapidez e incisão nas mudanças não parecia encontrar eco nos manifestantes. O PCF dá nota da multiplicação de partidos políticos que ocorriam durante esses dias, entre social-democratas, comunistas renovadores, ecologistas, pequenos proprietários, etc. Não obstante, o texto reconhece no Fórum Cívico o principal representante da oposição, num ambiente político que, assim referiam, mudava todos os dias, com uma rapidez difícil de acompanhar. “La porte ouverte”<sup>637</sup> parece descrever um clima de um maior apaziguamento dos cidadãos, com a demissão de Gustav Husak, “le dernier dirigeant de la «normalisation» de 1968 encore en poste.” A formação do governo de entendimento nacional, incluindo membros provenientes de diversos quadrantes políticos, tinha, de acordo com o texto do PCF, dois objetivos claros: a realização de eleições livres e a implementação de reformas económicas radicais. As novas nomeações e a entrada em função do novo executivo pareceu, para o PCF, ter “calmé le jeu.”

O PCF, dentro dos partidos que estudamos, é aquele que dá mais importância à transformação do KSČ, num texto rico em metáforas que consideramos interessante analisar com maior profundidade. O Congresso extraordinário do KSČ, com início a 21/12/1989, ocorre, como refere o enviado especial de *L’Humanité* a Praga no texto “Dans la tourmente”<sup>638</sup> num período em que o clima em Praga é “exceptionnellement douce”, dentro do Palácio da Cultura, “solidement implanté au centre de sa dalle de béton.” Dentro do edifício, Claude Kroes descreve o ambiente como contrastante quer com a Primavera meteorológica em pleno Inverno, quer com a robustez e aspeto inabalável do próprio edifício. Kroes compara o KSČ a um espetáculo, classificando-o como uma “symphonie fracassante”.

---

<sup>636</sup> L’Humanité, 05/12/1989, p.13

<sup>637</sup> L’Humanité, 11/12/1989, p.13

<sup>638</sup> L’Humanité, 21/12/1989, p.10

Kroes encara a repressão policial de 17 de novembro como o ponto decisivo para um “puissant impacte sur l’état d’esprit de la population citadine.” O secretário-geral do KSČ reconheceu a responsabilidade da direção do partido na atuação das forças de segurança mas afirmou, também, que os próprios manifestantes “ne peuvent pas nier leur part de responsabilité.” O jornalista nota, também, que após o dia 17 de novembro decorreram manifestações quase diárias em Praga, com centenas de milhares de pessoas, e que em nenhuma delas houve qualquer desacato à ordem pública, por um lado, ou qualquer excesso policial, por outro.

E um pouco à parte da temática relativa ao Congresso do KSČ, o jornalista comenta, também neste artigo, que, com os comunistas fora do baralho, as questões internas, dentro da oposição, começavam a surgir. Como, por exemplo, o facto de o Fórum Cívico exigir que o futuro Presidente da República fosse checo e não eslovaco, o que excluiria um dos protagonistas de todo o processo: Alexander Dubcek. Quanto ao KSČ, Kroes retratava um partido extremamente fragmentado, com um Comité Central desfeito, uma militância em abandono maciço: “au Palais de la Culture de Prague, c’est la survie même du PCT qui est mis en jeu”, numa altura em que as sondagens apontavam para uma votação na ordem dos 20%, nas eleições legislativas que se realizariam em 1990.<sup>639</sup>

A eleição de Vaclav Havel como Presidente da República checoslovaca é considerado “O Evento” em *L’Humanité*, merecendo um extenso texto nas páginas dianteiras do jornal. Em “De la prison au château”<sup>640</sup> Claude Kroes fala do “parcours d’un opposant” que aclamado em coro por Paris, Londres, Washington e Bona e que merecia a confiança também de Moscovo. Todo o tom do texto é de uma imensa exaltação à figura de Havel: a dimensão dos títulos, a grande fotografia dos checoslovacos a comemorarem a vitória de Havel, as frases soltas espalhadas pelas páginas do jornal<sup>641</sup> e as duas páginas inteiramente dedicadas a Havel

---

<sup>639</sup> Nas eleições legislativas de junho de 1990, os comunistas obteriam uma votação na ordem dos 13%, onde o Fórum Cívico foi o grande vencedor. O partido viria a dissolver-se no Congresso de novembro de 1990, dando origem a dois partidos distintos: o Partido Comunista da Boémia e Morávia e o Partido Comunista Eslovaco. O primeiro tem tido, desde a sua formação, uma representação parlamentar considerável, entre os 10 e os 19%, tornando-o o mais bem-sucedido partido comunista pós-1989 dos que mantiveram a ideologia marxista-leninista. Quanto aos comunistas eslovacos, à exceção da eleição parlamentar de 2002, onde obtiveram 6% dos votos, não tiveram nunca qualquer representação parlamentar na Eslováquia.

<sup>640</sup> *L’Humanité*, 30/12/1989, p.2

<sup>641</sup> “Vaclav Havel: «Je ne vous décevrai pas»”; “Vaclav Havel Havel a fait la preuve de sa intégrité morale”

adivinham um texto onde a figura do novo Presidente da República checoslovaca seria exaltada pelo PCF.

A própria eleição, levada a cabo pelo novo Parlamento, presidido por Dubcek, é retratada como um ato heróico, acompanhado em direto pelas televisões, que mostraram um discurso comovido de Havel, onde prometeu eleições livres também para a Presidência da República, elogiou a revolução pacífica, cujos atores prometeu defender. A cerimónia contou com um desfile pelo Palácio, onde Havel se fez acompanhar pela mulher e uma missa, onde o chefe da Igreja Católica na Checoslováquia deu “grâce au Seigneur du grand espoir qui s’est présenté devant nous.”

Esta espécie de deificação da figura de Havel prossegue na mesma edição de *L’Humanité*, com dois textos, “Un rêve incroyable” e “Le machiniste têtú”<sup>642</sup> traçam a biografia e fazem o elogio à figura do novo Presidente checoslovaco: a figura de um jovem proveniente da pequena burguesia, sem capacidades financeiras para prosseguir estudos universitários, que escolheu ser dramaturgo após ter trabalhado como técnico numa sala de teatro: “un intellectuel reclus victime d’un chantage de la parte des autorités. (...) Qu’il garde, a la tête provisoire de son pays, l’humeur qu’il manifesta dans l’opposition. C’est tout le mal qu’on lui souhaite.”

À semelhança do PCF, a exaltação da figura de Vaclav Havel é também realizada pela comunicação PCI, de uma forma bastante transversal, ao longo dos anos estudados. De facto, e ao contrário, por exemplo, do que aconteceu com Lech Walesa, na Polónia, as figuras de Alexander Dubcek e Vaclav Havel mantêm, na imprensa comunista observada, uma apreciação positiva, ao longo de todo o processo de transformação da Checoslováquia em 1989. Da mesma forma, os dirigentes comunistas prévios a dezembro de 1989 são referidos, na comunicação pública francesa e italiana, como “estalinistas” ou herdeiros da “normalização” de 1968. O mesmo não acontece, como vimos, no caso dos partidos ibéricos onde, embora altamente interpretativos, os textos não refletem de forma tão incisiva uma opinião exageradamente favorável de Dubcek e Havel e uma opinião tão assumidamente negativa dos governos comunistas.

---

<sup>642</sup> L’Humanité, 30/12/1989, p.3

Em *L'Unità*, a cobertura do processo checoslovaco é também extensa. Prestaremos especial atenção aos editoriais publicados a respeito deste assunto. O primeiro texto relevante, “Diecimila a Praga gridano: «Libertà»”<sup>643</sup> aparece ainda no final de outubro de 1989, dando conta de que a população se manifestou em Praga no aniversário da independência do país e que a polícia teve um “brutale intervento” e realizou várias detenções quando a população começou a gritar por Dubcek.

Ao contrário de outros partidos, como o PCP, por exemplo, a postura do KSČ é descrita como avessa ao diálogo, nesta fase. O artigo transcreve palavras do presidente do Conselho Nacional que diz, perentoriamente, “«Non dialogheremmo coi nemici del socialismo.»” *L'Unità* comparou, então, a manifestação em Praga com outras, em Berlim, Dresden ou Leipzig, classificando-a como “impressionanti”, “l’esplosione di un dissenso” incapaz de, tal como em Berlim, ser controlado ou parado, pelo seu caráter espontâneo e não apoiado por nenhuma estrutura política em particular. Há uma clara metáfora com um campo de batalha ideológico, onde os manifestantes enfrentavam “divieti e minacce”, procurando fazer ouvir a sua voz que pedia “libertà e verità, democrazia e riforme.” Do outro lado do campo de batalha, a polícia e o regime: “la risposta del regime è stata, oggi come due mesi fa, brutale. La polizia, intervenuta in forze, ha duramente caricato i manifestanti che, mostrando le mani nude, gridavano: «non vogliamo violenza».”

Segundo o PCI, a intervenção policial foi a materialização das palavras dos dirigentes nacionais, que tinham anunciado a sua impermeabilidade ao diálogo, numa atitude tida como aviso e ameaça a qualquer manifestação contra o governo. Os protestos de outubro teriam sido, segundo o jornal italiano, o culminar de um processo de contestação, que compreendeu várias detenções, entre elas a de Vaclav Havel, que se encontraria, então, a recuperar no hospital. No entanto, a repressão anterior não teria demovido os manifestantes, que gritavam palavras de apoio a Dubcek e Havel e a todos os protagonistas da “Primavera de Praga” de 1968.

O artigo dá voz às reivindicações dos manifestantes, reproduzindo as suas principais frases: “la verità vincerà”, “liberate i prigioneri politici”, “basta com il bolscevismo”, “vogliamo un nuovo socialismo”, entre outras. Após a carga policial, a descrição feita pelo

---

<sup>643</sup> *L'Unità*, 29/10/1989, p.10

PCI dá conta de manifestantes que começaram a gritar “Gestapo!” para caracterizar a atuação das forças de segurança. Após dispersada a manifestação principal, vários grupos de manifestantes continuaram a fazer-se ouvir por toda a cidade.

Este primeiro texto vai marcar toda a comunicação política sobre o caso checoslovaco feita pelo PCI: um incontestável apoio aos manifestantes, às suas reivindicações, à reabilitação dos protagonistas da “Primavera de Praga”, por oposição a uma crítica cerrada ao aparelho de Estado e aos comunistas no governo, responsáveis por uma repressão brutal e por uma intransigência ao diálogo.

Um texto nessa mesma página de *L’Unità* refere a dificuldade que a URSS tinha, mesmo num período de abertura, de fazer a sua própria autocrítica relativa aos acontecimentos de 1968 em Praga. “Shevardnadze: «Nel ’68 fu giusto intervenire»<sup>644</sup> é um texto crítico à falta de posicionamento da URSS de Gorbachov à intervenção do Pacto de Varsóvia em 1968, em Praga: “il processo di revisione storica in corso nell’Urss continua a mantenere una pagina bianca, quella che riguarda l’intervento sovietico in Cecoslovacchia nel ’68.” O PCI afirma, então, que a liderança soviética lida com essa questão com embaraço, comparando-a à invasão do Afeganistão em 1979.

O posicionamento do governo soviético é muito idêntico àquele que vimos por parte do PCP: “oggi, afferma Shevardnadze, potremmo solo cambiare la nostra valutazione su quegli avvenimenti secondo la prospettiva dei nostri giorni. È un problema complesso, delicato e difficile.”

O primeiro editorial sobre o processo checoslovaco, em *L’Unità*, apareceu no dia seguinte ao texto anterior e reflete precisamente esta temática. Em “La speranza di noi cecoslovacchi”<sup>645</sup>, Jiri Hajek, um dos fundadores da Carta dos 77 e impulsionadores da “Primavera de Praga” assinou o editorial de 30 de outubro de *L’Unità*, onde referia que a condenação da intervenção em 1968 por parte da Polónia e Hungria, a *Perestroika* e os desenvolvimentos na RDA “certamente non favoriscono la credibilità e l’efficacia dell’interpretazione propria del vertice politico cecoslovacco.” O político checoslovaco afirmava que o aparelho de Estado do seu país estava interessado apenas na manutenção do

---

<sup>644</sup> idem

<sup>645</sup> *L’Unità*, 30/10/1989, capa



*status quo*, e daí a justificação para a crescente onda de manifestações por todo o país. Hajek recordava, no entanto, numa altura em que a “Revolução de Veludo” estava longe de parecer ter a capacidade que teve para acelerar o processo de mudanças na Checoslováquia, que o governo comunista previa já uma reforma económica para 1990 que, embora insuficiente, “in ogni caso darà impulso al movimento nella società.”

A primeira declaração de um membro destacado do PCI sobre os acontecimentos na Checoslováquia aconteceu a 18 de novembro. Achille Occhetto referia-se, no texto “Dubcek fermato e poi rilasciato”<sup>646</sup>, à prisão dos principais líderes da oposição ao governo como “un atto odioso e di gravità estrema, che conferma quanto il regime di quel paese sia fermo su posizioni di ottusa repressione delle libertà, e insensibile alle richieste di democrazia, comunque insoprimibili.” Occhetto afirmava também que Colajanni, membro do PCI, se tinha encontrado com Dubcek em Praga para informá-lo de que este seria nomeado para o prémio Sakharov do Parlamento Europeu.

À semelhança do PCE, do PSUC e do PCF, o posicionamento do PCI em 1968 foi inequivocamente contra a intervenção militar em Praga, entrando em confronto direto com a atuação soviética, à semelhança do que tinha acontecido com a Hungria de 1956. A dissidência em relação à atuação soviética em Praga ganhou, contudo, um âmbito mais lato. A intervenção do Pacto de Varsóvia em Praga, em 1968, levou a que vários partidos comunistas ocidentais, mas em particular o PCI, deixassem definitivamente de admitir a ideia de um modelo único para a construção do socialismo em cada país: “desde que se empezó a difundir lo que estaba ocurriendo en Checoslovaquia, la postura del PCI fué mucho más radical y de total solidaridad y apoyo al movimiento renovador de Praga encabezado por Dubcek.”<sup>647</sup> No seguimento de um posicionamento de clara discórdia em relação ao PCUS, o PCI acabou, inclusivé, sob a direção de Luigi Longo, por emitir declarações que afirmavam que o objetivo dos comunistas italianos era o de atingir o socialismo mediante a união de todas as forças trabalhadoras e democráticas, laicas e católicas, que permitssem a pluralidade de visões. Quanto ao movimento comunista internacional, este deixou de fazer sentido para a direção do PCI a partir

---

<sup>646</sup> L’Unità, 18/11/1989, capa

<sup>647</sup> Blanco, Maria Dolores Ferrero, “Las Reacciones en Europa tras la invasión soviética de Checoslovaquia en 1968”, Cuadernos Const. de la Cátedra Fadrique Furió Ceriol, nº 45/46, Valência, 2003/2004, p. 237

do momento em que não admitia a autonomia e a independência de cada partido comunista nacional.<sup>648</sup>

O posicionamento de Longo perante Praga, em 1968 não foi, no entanto, tão linear quanto poderia parecer à primeira vista. Após um claro entusiasmo inicial pelos reformadores checoslovacos, esse apoio incondicional esmoreceu e o PCI considerou importante o debate no contexto do espírito internacionalista: “se produciría así un movimiento casi pendular, en el que el PCI pasó de acercarse a los reformadores a apoyar la unidad comunista, ante el temor de ser visto como excesivamente heterodoxo, pero sin ser capaz de ocultar la admiración que suscitaba la evolución del PCCh.”<sup>649</sup>

A nível interno, o PCI enviou Cossuta a Moscovo, em setembro de 1968, para explicar o posicionamento interno do partido e procurar um consenso acerca da independência dos partidos e dos Estados. Da mesma forma, representantes do PCI foram enviados ao Reino Unido, França, Roménia, Jugoslávia e à Bulgária, a fim de tentar compreender o posicionamento dos outros partidos comunistas perante a atuação da URSS em relação à Checoslováquia. O PCI, segundo Ferrero Blanco, “se debatía entre su posición clara y contundente, y el deseo de no llegar al cisma y a la ruptura total con la URSS. Do lado soviético, é proposta uma reunião entre o secretário-geral dos sindicatos soviéticos e a Confederação Italiana de Trabalhadores Socialistas e Comunistas (CGIL) para que se falasse sobre a questão checoslovaca. Os italianos aceitaram a sugestão dos soviéticos mas estes exigiram que se deslocassem a Moscovo todos os líderes do sindicato italiano, alguns deles não comunistas. O PCI responde que “os tanques ainda não tinham chegado a Roma” e a reunião não aconteceu.

A CGIL manteve, contudo, contactos com intersindicais espanholas, francesas, jugoslavas e checoslovacas, no sentido de definirem uma comunicado comum condenando a intervenção militar em Praga. Também no que se refere ao governo italiano da altura, liderado pela Democracia Cristã, o PCI aproveitou a ocasião para fazer uma forte crítica, pois ao mesmo tempo que o governo italiano condenava veementemente a intervenção do Pacto de Varsóvia em Praga, apoiava a invasão norte-americana do Vietname, numa atitude que

---

<sup>648</sup> idem

<sup>649</sup> idem

claramente dava a ideia de existirem dois pesos e duas medidas no que se referia a ingerências estrangeiras em matérias do âmbito nacional de cada país.

De regresso a 1989, o posicionamento do PCI era claramente de apoio aos manifestantes checoslovacos e de condenação da atuação do governo. No texto “A Praga è rivolta. Un ragazzo ucciso dalla polizia.”<sup>650</sup>, o tom é de extrema indignação pela carga policial de 17 de novembro e a morte de um estudante pela polícia era dada como certa pelo PCI, embora não houvesse ainda, àquela altura, de que essa morte tivesse de facto ocorrido. O texto é extremamente sensorial, sendo utilizadas expressões como “c’è nell’aria”, “la rabbia”, “emerge la speranza”, “il massacro”, “drammatico atto”, “violenza innescata”, “brutalità inaudita”, “atrocità naziste” para caracterizar a intervenção policial e a resistência dos manifestantes.

Os protestos são claramente encarados como um “movimento di massa per la democrazia e le riforme” e uma forma de retomar a história desde “là, dove l’intervento sovietico e la repressione l’avevano interrotta venti anni fa.” O texto recorre a uma imagética forte, que constrói claramente uma narrativa entre os vilões, representados pela polícia e pelo governo checoslovacos, a quem são associadas ideias como as de retrocesso, brutalidade, irracionalidade e, por outro lado, o lado da razão e da modernidade, representado pelos manifestantes e por Dubcek, nomeado várias vezes no texto, a quem são associadas qualidades transformadoras e a capacidade quase super-heróica de conseguir fazer voltar a funcionar a engranagem de uma história interrompida há vinte anos.

É esta dicotomia que continua a ser comunicada pelo PCI à medida que os acontecimentos se desenvolvem, através das páginas de *L’Unità*. “Via Jakes, elezioni. Praga in piazza tutti i giorni”<sup>651</sup>, “Praga, 50mila di nuovo in piazza”<sup>652</sup>, “A Praga si apre uno spiraglio”<sup>653</sup>, “Torna Dubcek, torna la Primavera”<sup>654</sup>, “Jakes si è dimesso. Praga grida: «Dubcek al Castello»”<sup>655</sup>, “«Vi abbraccio tutti dopo vent’anni»”<sup>656</sup>, entre muitos outros textos publicados em *L’Unità* entre 18 de novembro e 11 de dezembro, altura em que é nomeado “il

---

<sup>650</sup> L’Unità, 19/11/1989, capa

<sup>651</sup> L’Unità, 20/11/1989, capa

<sup>652</sup> Idem, p.8

<sup>653</sup> L’Unità, 22/11/1989, p.7

<sup>654</sup> L’Unità, 24/11/1989, capa

<sup>655</sup> L’Unità, 25/11/1989, capa

<sup>656</sup> Idem, p.7

governo della libertà”<sup>657</sup>, são artigos que reforçam a mesma dicotomia, de apoio aos manifestantes e aos protagonistas da “Primavera de Praga” e de oposição cerrada ao governo de Milos Jakes e ao KSČ. São descritos os números crescentes de manifestantes nas ruas, exaltados os valores de liberdade, democracia, renovação, que, segundo a comunicação oficial do PCI, eram pedidos pela população em protesto e mantida a linguagem exacerbada, que fala no “sangue degli innocenti”, na impermeabilidade à mudança demonstrada, na opinião dos jornalistas, pela direção do KSČ e no paralelismo com a “Primavera de Praga” de 1968, no que se refere à renovação do socialismo na Checoslováquia e no facto de que o sentimento de mudança partia da população.

Será interessante analisarmos três editoriais em *L’Unità* dedicados exclusivamente ao caso checoslovaco e procurar perceber, através deles, alguns pontos essenciais sobre o posicionamento do PCI perante a “Revolução de Veludo”: como é feita a comparação entre as manifestações de 1989 e o contexto de mudança de 1968; como é retratado o KSČ; as referências à oposição organizada em torno do Fórum Cívico e, sobretudo, se é feita alguma comparação entre o momento pelo qual o comunismo polaco passa e o reformismo dentro do próprio PCI.

Em “Praga e l’Europa”<sup>658</sup>, Luigi Colajanni compara as manifestações em Praga com outros processos de mudança, nomeadamente na Polónia, na Hungria e na RDA: “l’ultimo paese che restava, nel cuore, nell cuore dell’Europa, alla democratizzazione, si è messo in cammino. (...)La stessa politica di Gorbaciov, la prospettiva di una casa comune europea non sarebbe realizzabile senza la Cecoslovacchia.” A diferença em relação a 1968, afirma Colajanni, é que, à exceção da Roménia, no momento em que se davam as manifestações na Checoslováquia todo o mundo socialista estava em movimentação. O autor sublinha o facto de que apenas em poucos dias a ideia da construção de uma alternativa ao KSČ protagonizada por Havel e Dubcek tornou-se realidade, contra tudo o que se seria expectável. No âmbito da contestação ao regime, Colajanni destaca “i comunisti di Dubcek” e, entre outros, o Fórum Cívico, admitindo que “qui è possibile che sorga una nuova sinistra, come há scritto Dubcek ad Occhetto, che guidi il processo di riforme e di democratizzazione.” O autor do editorial de

---

<sup>657</sup> *L’Unità*, 11/12/1989, p.9

<sup>658</sup> *L’Unità*, 22/11/1989, p.2

*L'Unità* estava convencido, então, de que voltariam à ribalta os protagonistas de 1968, “da quando Dubcek ed i suoi tentarono una via che tutti i paesi dell'Est ora percorrono. (...) Noi guardiamo a tutto questo com solidarietà e sostegno.”

Numa segunda parte do editorial, Colajanni faz uma crítica aos governos ocidentais, acusando, por exemplo, Margaret Thatcher de querer promover uma ingerência, entre outros, no processo checoslovaco, “mostrando di volere interferire pesantemente non solo sul tempi e modi delle riforme istituzionale delle elezioni, ma anche sulla natura del sistema económico.” O autor dá a entender que, em 1989, a ingerência parte do Ocidente e cria “una democrazia sotto tutela”, numa Europa unificada unicamente através do mercado e das finanças. Perante a ameaça de ingerências externas, desta vez do Ocidente, Colajanni sugere que a esquerda europeia, ocidental, centro-oriental, deveria caminhar junta na direção do desarmamento e desmantelamento dos blocos militares, da segurança, cooperação e integração económica e cultural: “sembrava utopia quando ne parlava Enrico Berlinguer, ed ora sembrano possibili. Ed è questo, come há ricordato Dubcek, lo sfondo della discussione e delle scelte che il Pci si apresta a fare, ancora una volta innovando e riponendosi come una delle forze vive di questo continente.”

Em relação aos pontos descritos acima, que procurávamos discutir através da análise dos editoriais de *L'Unità* dedicados à Checoslováquia de 1989, alguns aparecem já muito claros no editorial de Colajanni. As manifestações são, de facto, encaradas como o momento de viragem do último país da Europa central que ainda não tinha passado pela onda de democratização da sua sociedade e, como tal, recebem todo o apoio e estímulo por parte do autor. Que, e de uma forma muito clara, compara 1989 a 1968, mas desta vez com a vantagem de que a Checoslováquia não estava isolada e tinha em seu redor países que passavam pelo mesmo processo. Inclusivé, Colajanni admite que os protagonistas de 1968 serão, também eles, os protagonistas mais do que prováveis da mudança de 1989. Quanto ao Fórum Cívico, é encarado como um movimento com a força suficiente para mudar o rumo da esquerda checoslovaca e promover uma renovação do socialismo. E, neste ponto, o aspeto mais interessante do editorial de Colajanni: o autor reconhece no PCI um papel de charneira no que toca à mudança. Já o teria tido no início dos anos 70, com o eurocomunismo, e a própria mudança e as escolhas que estavam a ser feitas pelo PCI em 1989 refletiam a transformação

da esquerda europeia e apontavam novamente o partido italiano como o partido “inovador” do socialismo, uma “força viva” que mais uma vez apontava o caminho.

“Siamo tutti cecoslovacchi”<sup>659</sup>, coloca a tónica na figura de Dubcek, regressando a Praga e sendo recebido como um verdadeiro mártir e herói: “il legame cioè tra una grande speranza soffocata con le armi e un movimento e che oggi, invece, vincerà. (...) È un ritorno che suscita emozione, che evoca altre immagini. Inanzitutto quelle di ventuno anni fa, del “nuovo corso” che avrebbe potuto aprire al socialismo un cammino completamente diverso e che, proprio per questo, fu agredito dai carri amati di Breznev con un’invasione che segnò il vero inizio della fine della credibilità di quel sistema di potere che oggi, a Est, le masse popolari stanno travolgendo.” O autor pergunta-se sobre como seria o mundo, como seria o grau de confiança na esquerda, se de facto vencesse em Praga a tentativa de conjugar a reforma do socialismo com a democracia. Novamente exalta a figura de Dubcek, para que referir que, em 1989, a honra política não lhe tinha sido restituída por ninguém, mas antes reconquistada em conjunto com a população, no que Renzo Foa chama de quarta revolução democrática de 1989, que teve lugar no coração da Europa e da qual estão afastadas tensões e ameaças de intervenções repressivas. Foa remata concluindo que existe um elo que liga 1968 a 1989: “il principale è l’idea di socialismo nella libertà evocato dal nome di Dubcek.”

Ao contrário do editorial de Colajanni, Renzo Foa não realiza uma análise tão profunda sobre o impacto da revolução checoslovaca, preferindo manter o foco na figura de Dubcek e na rapidez com que a história evoluiu e permitiu que em poucos dias, e graças à população, a sociedade checoslovaca se alterasse de forma radical. Existe, isso sim, de igual forma, uma comparação entre 1989 e 1968, onde a ideia da renovação do socialismo protagonizada pelas mesmas figuras continuava a ser o principal motivo de entusiasmo.

No final de dezembro, Gianfranco Pasquino assina um novo editorial sobre a Checoslováquia em *L’Unità*. Em “Potere e onore nelle mani giuste”<sup>660</sup>, o autor reconhece que, em 1989, além da honra política, é restituído a Dubcek o poder político: “daltronde, l’onore politico non lo aveva sicuramente perduto.” Pasquino afirma que a intervenção do Pacto de Varsóvia em 1968 visou impedir a democratização do socialismo mas que a história acabou

---

<sup>659</sup> *L’Unità*, 24/11/1989, capa

<sup>660</sup> *L’Unità*, 30/11/1989, capa

por vencer o conservadorismo soviético: "non solo nessun governante e nessun partito di quelli che presero parte all'intervento è ancora al potere, ma la Primavera di Praga può legittimamente vantarsi di aver aperto la strada alla glasnost e alla perestrojka sovietica."

O papel histórico da "Primavera de Praga" não se fica, segundo o autor, por aqui. O processo político e social de 1968 é, para Pasquino, a última fase do início da democratização de toda a Europa de Leste. E destaca dois símbolos que representam a importância de 1968 e 1989 para a renovação do socialismo: o facto de Dubcek não ter querido regressar ao partido comunista, símbolo de que o político checoslovaco "ha preso definitivamente atto che bisogna andare oltre gli orizzonti del vecchio e fallito comunismo." O outro símbolo que Pasquino destaca é a eleição de Vaclav Havel como Presidente da República, exemplo da continuidade do papel dos intelectuais na mudança em curso no Leste europeu. Segundo o autor, o tempo então era o de construir a liberdade baseada na justiça social, na solidariedade, na democracia e, "talvez", no socialismo: "è emblematico che siano un vecchio politico non più comunista e un drammaturgo democratico intransigente a guidare questo processo."

Pasquino notava, então, que tinha sido também esta aliança entre políticos e intelectuais, entre sindicatos e historiadores, entre generais e homens da cultura, a proporcionar a transição para a democracia: "si potrebbe, anzi, sostenere che essa costituisce la miglior garanzia affinché la politica non si stacchi più dai bisogni reali della gente e venga utilizzata non per creare privilegi, ma per interpretare esigenze e formulare risposte." As eleições de Dubcek e Havel são interpretadas por Pasquino como uma recompensa histórica, utilizando a imagem que novamente realiza uma interpretação em torno de vários esquemas figurativos: uma injustiça histórica cometida contra, particularmente, duas pessoas, que aguardam 21 anos para que seja repostos o seu valor político, visto como uma recompensa. Quase, e aqui a interpretação é nossa, como uma pena judicial atribuída erradamente, mas que foi revista e permitiu aos visados receberem o reconhecimento por esse erro. Os atores, na atribuição da pena e da recompensa, são obviamente diferentes. A comunicação pública do PCI sobre o caso checoslovaco é clara ao afirmar que os primeiros foram os soviéticos conservadores e os segundos o povo checoslovaco.

Uma última pista, talvez não tão explícita neste último editorial mas essencial para perceber o posicionamento do PCI não só perante o caso checoslovaco, como na sua forma de

observar o comunismo, prende-se com a afirmação de Pasquino de que o comunismo está “velho” e “falido”. Não obstante Gianfranco Pasquino ser um senador independente, eleito pelas listas do PCI, o facto de o principal órgão de informação do partido lhe atribuir um destaque ao nível editorial em que refere, no final de 1989, a falência do comunismo, é revelador da perspectiva do próprio PCI sobre a ideologia comunista, numa altura em que, como vimos, o partido abandonava definitivamente o comunismo e abraçava a social-democracia.

### **Uma renovação do socialismo que abre portas ao anticomunismo?**

Ao longo da nossa análise da reação pública dos cinco partidos comunistas ocidentais escolhidos para este estudo perante os acontecimentos históricos de 1989/1991, deparamo-nos menos com menções ao anticomunismo, ou à perseguição de antigos membros dos partidos do governo, símbolos e dos próprios partidos, do que esperarávamos, à partida. Apenas em *L’Humanité* encontramos, entre as notícias recolhidas, mais de 3% que referem o anticomunismo ou a extrema-direita. O que, tal como vimos antes, é um valor residual, tendo em conta que esses 3,1% dizem respeito a apenas sete textos. Além do mais, o grupo estatístico no qual incluímos o tema do anticomunismo compreende, como vimos, também, as referências à extrema-direita, ao nazismo ou ao fascismo, sempre na perspectiva de que são os temas principais do texto analisado.

No que respeita à extrema-direita e ao nazismo, o país a que estes temas aparecem associados mais vezes é a RDA. Já em relação ao anticomunismo, é a Checoslováquia o país que mais referências tem a esse respeito. Assim, através da análise de todos os textos que referem o anticomunismo e a Checoslováquia, procurámos perceber por que razão, no país onde a mudança aconteceu de forma mais rápida, mais consensual, mais pacífica, reabilitando antigas figuras políticas precisamente ligadas ao próprio socialismo e ao comunismo, é em notícias relativas a este país que aparecem as maiores referências ao anticomunismo. Percebemos, então, que se trataram de episódios marcadamente violentos, ocorridos já em 1990 e 1991, e aos quais todos os partidos analisados dão destaque nos seus principais órgãos de informação pública.



O *Avante!* é o primeiro jornal a dar notícia de uma “Provocação aos comunistas checoslovacos”<sup>661</sup>, informando que o procurador de Praga tinha enviado uma carta ao KSČ, “intimando todos os comunistas a cessarem a atividade na cidade a partir de 1 de maio.” Na base da ordem judicial, uma lei que proibia o fascismo “e outros movimentos similares.” O PCP interpretou este facto como uma “provocação” em tempo eleitoral mas referiu o apoio que os comunistas checoslovacos estavam a receber da população contra a inclusão do partido comunista no grupo de partidos visados por aquela lei. O partido português chama-lhe uma “arbitrária e ilegal ação intimidatória”, uma vez que o KSČ era reconhecido pela nova Constituição do país como um dos partidos políticos que tinham autorização para exercer a sua atividade na Checoslováquia. No fim do artigo, o PCP dá conta que aquela teria sido uma iniciativa privada do procurador, sobre a qual o seu superior hierárquico iria “proceder disciplinarmente.”

Quanto ao PCP, deixava claro que “os comunistas portugueses solidarizam-se com os seus camaradas do partido de Julius Fucik, símbolo da luta dos comunistas checoslovacos contra o nazismo, e protestam contra as provocações e intimidações anticomunistas de que são alvo.”

O breve artigo publicado pelo PCP traz um tema que se tornaria complexo nos anos seguintes. Um incidente em Praga, provocado por uma interpretação ilegal de uma lei à altura recente, é um dos primeiros momentos em que vemos, no contexto das sociedades pós-comunistas da Europa, associados o comunismo ao fascismo, enquanto ideologias “similares”. Não é objetivo desta dissertação analisar o percurso que esta associação percorreu ao longo dos anos 90 e ainda na atualidade. É, no entanto, interessante, encontrar os pequenos rastilhos que, neste caso, na Checoslováquia, originaram uma comparação que ainda hoje é tida como coerente entre alguns historiadores, que insistem em trazer o comunismo ao tribunal da História dentro dos mesmos parâmetros com que é julgado o nazi-fascismo. Esta teoria viria a tornar-se lei em países como, por exemplo, a Hungria, onde a existência de partidos comunistas é atualmente proibida na Constituição, com base nos mesmos pressupostos para a proibição de partidos de índole nazi. E é notória, como já observamos com o PCP e acontecerá na maioria dos outros partidos em estudo, a tentativa de dissociar o comunismo da extrema-

---

<sup>661</sup> *Avante!*, 03/05/1990, p.7

direita, nomeadamente com o recurso a figuras como as de Julius Fucik, no caso checoslovaco, e na luta dos comunistas no contexto da II Guerra Mundial e na oposição a ditaduras de orientação fascista.

No fim de 1990, no entanto, “Continuam os ataques ilegais ao Partido Comunista da Checoslováquia”<sup>662</sup>, num texto inflamado do PCP sobre os desenvolvimentos no centro e Leste da Europa. O partido português afirma que “a situação económica e social dos países do Leste europeu (...) se agrava com a tentativa de impor artificialmente nesses países o figurino ocidental das «economias de mercado»”, juntamente com “atropelos à democracia” e “ações discriminatórias e de perseguição aos comunistas.” A Checoslováquia é o país citado para exemplificar essa “constante e ilegal perseguição.” O PCP refere-o como o segundo partido da Checoslováquia, com mais de um milhão de meio de votos nas eleições parlamentares e mais de 400 mil militantes, e alvo de uma “decisão antidemocrática e anticonstitucional” que procura “confiscar” ao partido a sua propriedade e património, enquanto os partidos recentes são financiados de forma “escandalosa” pelo capital estrangeiro.

O PCP considera que a nacionalização dos bens do KSČ é uma forma de “tirar os meios materiais para a atividade” do partido em vésperas de eleições municipais, mas que os comunistas checoslovacos não se deixarão afetar, continuando a defender “os direitos e as aspirações da classe operária e do povo e a observância das normas democráticas.” Um dado curioso é o facto de o PCP, não sabemos se por lapso, se refere ao KSČ como “o PCP da Checoslováquia.”

No *Mundo Obrero*, a primeira nota relativa a este tema surge em maio de 1990. Em “Proibir al Partido Comunista”<sup>663</sup> noticia o facto de que quatro partidos checoslovacos pediram em comunicado a interrupção do funcionamento do KSČ. O jornal espanhol opta por transcrever a reação do KSČ a este comunicado conjunto, onde as principais ideias têm a ver com o facto de que o KSČ “há admitido sus errores del pasado” e “ha pedido perdón por ellos a todos los ciudadanos del país en el congreso extraordinário de diciembre”. O KSČ afirmava a sua vontade em participar na construção de uma nova sociedade “democrática, pluralista y libre”, contribuindo para o “consenso social y la estabilidad politica.” O KSČ estranhava

---

<sup>662</sup> Avante!, 29/11/1990, p.15

<sup>663</sup> Mundo Obrero, 30/05/1990, p.40

também que alguns dos signatários desse comunicado tivessem sido partidos que colaboraram com o KSČ no passado e pretendessem então a ilegalização do KSČ, o que impossibilitaria a sua candidatura às eleições legislativas seguintes.

O cerne do comunicado que pedia a ilegalização do KSČ afirmava que os comunistas checoslovacos não teriam abandonado a sua ideologia ou as convicções do passado, o que afirmavam ser falso. E, no que seria impensável apenas um ano antes, era então o KSČ quem afirmava que “es imposible prohibir a la gente pensar como quiera y creer en lo que quieran y luchar por lo que quieran. Una verdadera sociedad democrática no puede existir sin pluralismo político.” Essa pluralidade política estaria dependente, segundo os comunistas checoslovacos, da existência de partidos de esquerda, onde se incluíam.

O mesmo tema que vimos há pouco no *Avante!* merece também destaque no *Mundo Obrero*. Em “Propuesta contra los comunistas”<sup>664</sup>, o PCE fala da tal lei que pretendia “confiscar” todas as propriedades do KSČ, incluindo aquelas que foram deixadas ou doadas pelos seus militantes. À semelhança do PCP, o PCE também dá a palavra ao KSČ, que se defende dizendo que a aprovação dessa lei seria um passo para a paralisação da atividade do partido, que “ha probado, por sus elecciones parlamentarias libres, que es parte legitima del espectro politico de Checoslovaquia y el único partido de izquierdas en el Parlamento”. Ao contrário do partido português, no entanto, o PCE não fala de um atentado à democracia nem teoriza sobre a possibilidade desta lei ter a intenção de inviabilizar o trabalho do KSČ, preferindo antes transcrever sempre fontes oficiais do partido checoslovaco.

Não encontramos, na comunicação pública do PSUC, nenhuma menção a esta lei ou à perseguição aos comunistas na Checoslováquia. Em *L’Humanité*, o assunto é tratado de forma muito secundária, apenas com uma pequena nota, “Anticommunisme a Prague”<sup>665</sup>, que fala de uma manifestação com dezenas de milhares de cidadãos a pedir a interdição do KSČ. A manifestação é atribuída a uma organização de antigos prisioneiros políticos, “avec le soutien de la plupart des nouveaux partis.” O jornal francês cita as palavras de ordem dessa manifestação, que seria também de apoio ao procurador da cidade de Praga, que, como vimos, assemelha o comunismo ao fascismo.

---

<sup>664</sup> Mundo Obrero, 24/10/1990, p.40

<sup>665</sup> L’Humanité, 14/05/1990, p.14

O jornal que dedica um espaço mais alargado à reflexão sobre o anticomunismo na Checoslováquia é *L'Unità*. No editorial da autoria de Milos Hajek, “Il voto a Praga”<sup>666</sup>, o autor reflete sobre os resultados das eleições legislativas desse mês no país. O dado mais importante do texto aparece já na segunda parte, quando Hajek afirma que uma das conclusões mais evidentes dessas eleições era o “crollo dell'anticomunismo primitivo.” Por anticomunismo, o autor entende não o repúdio ao leninismo mas antes às movimentações para “liquidar” o KSČ “con mezzi e strumenti antidemocratici.” Os partidos que fizeram do anticomunismo um slogan, como o Partido Popular, não obtiveram a representação esperada. Por outro lado, a presença de antigos membros do partido comunista nas listas do Fórum Cívico não impediram a sua vitória. Hajek conclui que “alla gente, insomma, non interessava tanto il «fascicolo personale dell'ufficio quadri» dei futuri deputati, quanto le loro capacita, il loro comportamento, i loro atti.”

Os conselhos do autor para os comunistas checoslovacos eram de que aproveitassem o bom resultado eleitoral para se renovarem no caminho da construção de uma esquerda democrática robusta na Checoslováquia. Hajek recomenda uma aproximação aos sindicatos: “la sinistra democratica non avrà molto futuro se non capirà che la sua base sociale è costituita dai lavoratori salariati e soprattutto da quanti hanno redditi medi e bassi.”

Num dos últimos textos a respeito do processo de transformação das antigas repúblicas populares do centro e Leste Europeu, *L'Unità*, já órgão de informação oficial do PDS, publica o texto “Praga, la propaganda comunista è reato: Dubcek «Una legge assurda, medievale».”<sup>667</sup> O artigo de Gabriel Bertinetto dá conta de uma lei então aprovada pelo Parlamento checoslovaco, que condenava a oito anos de prisão quem fizesse propaganda comunista, lei que contou com a forte oposição de Alexander Dubcek.

Embora já não sendo um órgão de informação associado a um partido comunista, o tom do artigo de *L'Unità* a este respeito é de indignação. Talvez por seguir mais o posicionamento de Dubcek do que, propriamente, pela defesa do partido comunista checoslovaco. O artigo referia que, daí em diante, bastaria gritar “viva o comunismo!” para se terminar na prisão e que a lei aprovada pelo Parlamento checoslovaco colocava em pé de igualdade o comunismo

---

<sup>666</sup> *L'Unità*, 13/06/1990, p.2

<sup>667</sup> *L'Unità*, 14/12/1991, p.5

e o fascismo. “Subito scandalo” é a expressão utilizada pelo jornal para caracterizar uma situação caricata, onde um partido político representado com quase 14% de deputados deixa de poder defender as linhas essenciais da sua ideologia: “Siamo dunque al tradimento dei valori democratici della rivoluzione di velluto del 1989, ad un graduale scivolamento verso forme di governo neo-autoritarie?”, perguntava-se Bertinetto nas páginas de *L’Unità*.

A lei deu origem a protestos por parte dos comunistas, que compreenderam a ocupação do Parlamento, a mobilização dos deputados, empenhando bandeiras com frases de apoio ao KSČ e a comparação da medida ao antissemitismo e à tentativa de extermínio de “un’intera razza politica.” A imprensa generalista estaria também, de acordo com Bertinetto, contra a lei e mesmo o Presidente da República não se mostrava certo de que “un termine ideologico di «contenuto vago» come quello di «comunismo», possa essere oggetto di provvedimenti di tipo penale.”

Bertinetto conclui que “a Praga la destra anti-democratica è all’offensiva”. A lei que criminaliza a propaganda comunista era o culminar de um processo que incluiu a interdição de exercer cargos públicos por cinco anos aos funcionários que tivessem servido os governos do KSČ: “in un unico sacco si infilano i «normalizzatori» che collaborarono con gli invasori sovietici ed i protagonisti della Primavera di Praga, loro vittime.”

A perseguição de que o comunismo e os comunistas foram alvo na Checoslováquia no período posterior à “Revolução de Veludo” e até à dissolução do KSČ, em 1992, dividindo-se no Partido Comunista da Boémia e Morávia e no Partido Comunista Eslovaco, é um caso particular entre os partidos comunistas das antigas repúblicas populares do centro e Leste europeu. A necessidade de criminalizar o comunismo apareceu na Checoslováquia antes do que em qualquer outro dos países que estudamos. Ainda que fora do nosso espectro temporal de análise, o Ato de ilegalização do regime comunista e o Ato de resistência, formulados como resoluções, foram aprovados em Praga em julho de 1993, declarando ilegal o período de governo do KSČ, entre fevereiro de 1948 e novembro de 1989, e o próprio KSČ como uma organização criminoso.

No entanto, à altura da tomada desta resolução, o KSČ já não existia, assim como o próprio país, que se dividira, a 31 de dezembro de 1992, entre a República Checa e a Eslováquia. Ao contrário dos outros partidos comunistas do centro e Leste europeu, o KSČ

nunca passou oficialmente por uma social-democratização, onde fossem retiradas as menções ao marxismo-leninismo do seu programa. Passou, sim, como vimos pela análise da comunicação pública dos partidos ocidentais que estudamos, por uma fase de democratização das suas estruturas, de modificação do seu programa e estatutos, que teve início no Verão de 1989 e se estendeu até ao final desse ano, altura em que o partido, como vimos, se considerava um partido reformado, que tinha pedido perdão pelos erros do passado e continuava a sua atuação no novo contexto do país.

A questão do anticomunismo na Checoslováquia poderá, assim, estar ligada ao facto de que, até 1992, ao longo de todo o processo de modificação da sociedade checoslovaca e até ao momento em que o KSČ se divide em dois, não ter nunca havido, por parte da direção partidária, uma renúncia à ideologia comunista e ao socialismo. O KSČ teve um papel determinante na democratização da sociedade checoslovaca e na condenação à intervenção do Pacto de Varsóvia em 1968. Passou, logo em 1990, a um papel de oposição, sofreu dissidências internas, saíram líderes destacados do partido mas não existiu, à semelhança dos outros partidos comunistas das antigas repúblicas populares, uma social-democratização que aproximasse o partido, por exemplo, da Internacional Socialista. Os bons resultados dos partidos sucessores do KSČ no decorrer do próprio processo de mudança e nos anos seguintes, parece sugerir que os seus adversários tiveram de recorrer a instrumentos legais que não foram, de forma alguma, compreendidos pela população checoslovaca ou pelo estrangeiro, de forma a proibir a existência de um partido que, ainda que reformado, continuava a defender o marxismo-leninismo, a obter votação significativa em eleições democráticas e a ter um papel de relevo na sociedade nacional.

#### **3.4.1.4. - RDA: os dias da “queda do Muro” em novembro de 1989 e a “anexação” em outubro de 1990**

Após regressar de Berlim, em outubro de 1989, Gorbatchov comentou, já em Moscovo, que a RDA era como uma “panela de pressão esquecida ao lume”, pronta a explodir. Soulet refere que, de facto, iriam ocorrer, na RDA, “quatro explosões sucessivas, a última delas

fatal.”<sup>668</sup> Embora sem uma oposição ao governo devidamente organizada em torno de uma instituição, como um sindicato, por exemplo como no caso polaco, e com a Igreja luterana pouco ativa na contestação ao regime, que mostrava para com ela uma tolerância considerável, desde 1987 que a RDA vinha conhecendo ações pontuais de protesto, nenhuma delas, nesse ano e no seguinte, ganhando consistência considerável para poder ser considerada um problema significativo para a ordem estabelecida. Mesmo em janeiro de 1989, após uma protesto originado nas comemorações do aniversário do assassinato de Liebknecht e Rosa Luxembourg, Honecker exclamara que “o Muro ainda estará de pé daqui a 50 ou 100 anos!” A indignação apenas ganhou um crescendo com a publicação dos resultados das eleições municipais de maio de 1989, que deu 98,85% dos votos ao Partido Socialista Unificado da Alemanha (SED), levando a que passassem a ser organizadas manifestações silenciosas em Leipzig e Dresden, a favor de eleições democráticas e livres, a cada dia sete de cada mês.

Segundo a interpretação de Soulet, “um acontecimento exterior (...) a abertura da fronteira húngara com a Áustria, esteve diretamente na origem de uma nova fase da contestação: a do êxodo em massa de parte da população da Alemanha de Leste a partir do Verão de 1989.”<sup>669</sup> O piquenique realizado na Hungria a 19 de julho de 1989 contou com a participação de centenas de famílias alemãs de Leste, que acabariam depois por passar a fronteira rumo à Áustria. A 10 de agosto, a fronteira austro-húngara é definitivamente aberta, altura em que começa o verdadeiro fluxo de população da RDA rumo ao Ocidente, fluxo esse que o governo procura travar, sem êxito, e que se agravou ainda mais com a abertura da fronteira checoslovaca. Um número considerável de alemães do Leste procurou a Embaixada em Praga com o objetivo de obter vistos para o Ocidente. A estes, juntaram-se vários “comboios da liberdade”, organizados pela Checoslováquia e Polónia: “esvaziada de boa parte das suas forças vivas, a RDA ficou paralisada. Faltava pessoal nas escolas, nos hospitais e nos municípios, e foi o exército que teve de surpreender essas carências.”<sup>670</sup> Os números de “refugiados”, “migrantes”, “fugitivos” ou “exilados”, consoante as interpretações, variam muito, desde os cerca de menos de 50 mil apontados por Soulet numa altura em que a RDA

---

<sup>668</sup> Soulet, *História Da Europa De Leste: Da Segunda Guerra Mundial Aos Nossos Dias.*, p.207

<sup>669</sup> Ibid., p.207

<sup>670</sup> Ibid. p.208

tinha ainda as fronteiras fechadas com o Ocidente, aos mais de 4 milhões de habitantes, num período pós-queda do Muro de Berlim.

A vaga de migrantes e toda a movimentação causada por este fluxo populacional favoreceu também a estruturação de movimentos que procuravam mobilizar a população contra o governo. A Renovação Democrática, fundada a 2 de outubro pelo pastor Rainer Eppelman e o Novo Fórum, registado a 14 de setembro, representavam os principais organismos opositores. Especialmente este último que, sem ligações à Igreja, nasceu da vontade de afirmar a existência de uma oposição estruturada, uma plataforma que tinha como objetivo a instauração de uma democracia no país. A 2 de outubro dá-se a primeira grande manifestação, em Leipzig, com cerca de 20 mil participantes, em Dresden, a 4 de outubro, a segunda, em Berlim-Leste, a 7 de outubro, a terceira, com 7 mil participantes, perante Gorbatchov, exibindo cartazes pedindo a ajuda da URSS e novamente em Leipzig, dessa vez já com mais de 50 mil participantes. A 16 de outubro de 1989, as principais cidades da RDA registaram manifestações que, no seu conjunto, reuniram mais de 150 mil participantes.

Segundo Soulet, “o regime comunista respondeu com insigne falta de habilidade a esses manifestantes que, naquela fase do processo, ainda não pediam a abolição do regime nem a reunificação mas apenas o respeito pelas leis, reconhecimento da oposição e liberdade de deslocação.”<sup>671</sup> O *Politburo* do SED afastou Honecker a 18 de outubro, substituindo-o por Egon Krenz, próximo de Honecker, conhecido pela sua aprovação à repressão chinesa às manifestações de Tiananmen e imediatamente rejeitado pela opinião pública, que viu na substituição apenas uma manobra de maquilhagem. A 23 de outubro, centenas de milhares de manifestantes pediam a substituição de Krenz por Modrow, em Leipzig e a 4 de novembro, cerca de meio milhão de pessoas pediam, em Berlim-Leste, o respeito pela liberdade de imprensa, de reunião e expressão. O SED acabaria por ceder às reivindicações e entre 8 e 10 de novembro, o Comité Central do partido remodelou toda a Comissão Política, da qual passou a fazer parte Hans Modrow, visto como um reformista próximo de Gorbatchov.

A 9 de novembro, porém, o acontecimento mais incónico de todo este ciclo histórico tem lugar. Após um boato de que o Comité Central do SED teria autorizado as viagens ao estrangeiro, uma multidão dirigiu-se para o Muro de Berlim, exigindo aos guardas o

---

<sup>671</sup> Ibid., p.209



cumprimento de ordens confusas, indeterminadas, sobre a autorização de deslocações para o Ocidente. Em menos de 72 horas, entre 9 e 11 de novembro de 1989, mais de três milhões de habitantes da RDA cruzaram a fronteira para Berlim Ocidental, ficando a noite do dia 9 de novembro assinalada como o momento em que caiu o Muro que separava Berlim Oriental de Berlim Ocidental, cerca de 28 anos após ter sido erguido.

A última fase da transformação do sistema político na RDA inicia-se a partir dessa altura. Os grupos de oposição, entretanto formados, perdem as suas reivindicações originais, que propunham uma mudança no sistema político com vista à democratização do país e à renovação do socialismo e começou-se a falar na abolição do comunismo e nas reformas económicas rumo ao capitalismo, assim como na “unificação”, “reunificação” ou “anexação” da RDA pela RFA. Os líderes ocidentais foram rápidos a fomentar esse processo. A 28 de novembro, Helmut Kohl apresentou no Parlamento da RFA um plano de dez pontos com vista à formação de um só país. Embora Gorbachov e Modrow, entretanto eleito presidente do Conselho da RDA a 13 de novembro, se opusessem ao plano de Kohl, ambos sofrem pressões externas, do Ocidente, e em particular dos EUA, para que o processo seguisse conforme indicado pelo líder da RFA e rapidamente se procedesse às mudanças necessárias para a proclamação da extinção da RDA e ao (re)nascimento da República da Alemanha, comportando os territórios dos dois países.

Na ainda RDA, a direção do SED demitiu-se, os antigos dirigentes ficaram em prisão domiciliária e as instalações da polícia política, a *Stasi*, foram ocupadas por manifestantes. Passados dois meses, em janeiro de 1990, Modrow declarou-se favorável à extinção da RDA e as eleições de 18 de março confirmaram o poder da “Aliança para a Alemanha”, um movimento democrata-cristão, de direita, que colocou Lothar de Maizière à frente do Conselho Nacional do país. Oficialmente, a RDA deixou de existir a 3 de outubro de 1990.

No âmbito da nossa análise, prestaremos uma atenção especial aos acontecimentos históricos do mês de outubro e novembro de 1989, com particular incidência para as maiores manifestações populares, em Berlim-Leste e Leipzig e, claro, para os dias subsequentes à queda do Muro de Berlim. Procuraremos perceber de que forma os partidos que estudamos se referem aos habitantes que passaram a fronteira, durante essa altura, e como interpretaram a influência estrangeira no incentivo a esses acontecimentos. Numa segunda parte,

procuraremos perceber os principais posicionamentos, e, também, qual a expressão utilizada pelos partidos, para se referirem ao processo que terminou com o renascimento de uma só Alemanha.

Todos os partidos prestam, naturalmente, uma especial atenção aos acontecimentos na RDA. Mais do que as outras repúblicas populares, a RDA estava no centro do debate político no mundo comunista europeu, pelo seu papel geoestratégico consequente do período pós-guerra e, também, por toda a dimensão económica e política que o país representava na Europa. Centraremos a nossa análise, sobretudo, em momentos interpretativos sobre estes acontecimentos, nomeadamente nos que dizem respeito a comunicados oficiais dos vários partidos e editoriais publicados a respeito dos principais momentos de todo este processo.

### **Das manifestações de Leipzig à queda do Muro de Berlim: o fluxo populacional e o fim eminente de um país**

Uma das principais características comuns da comunicação pública das mudanças na Alemanha de Leste por parte do PCP, PCE e PSUC é o facto de que a reflexão geral, demonstrante de um posicionamento dos partidos, não é feita no imediatismo dos acontecimentos. Nos meses de outubro, novembro e dezembro, quando se dão as grandes manifestações na RDA, as mudanças no SED e a queda do Muro de Berlim, os jornais ibéricos optam pela publicação de textos muito factuais sobre os acontecimentos, deixando uma reflexão profunda para mais tarde. O facto poderá ter a ver com as próprias características do processo na Alemanha Oriental, que se estendeu no tempo e onde, a partir do momento em que existiu uma clara certeza de que todo o sistema político do país iria ser modificado, particularmente após as eleições de março de 1990, onde a direita saiu vencedora, ficou sempre patente a ideia de que as transformações em curso resultariam numa união entre as duas Alemanhas. A estratégia de comunicar mais tarde um posicionamento perante o processo alemão poderá ser visto com prudência, principalmente por parte do PCP e do PCE. Não obstante, ao longo dos últimos meses de 1989 e primeiros meses de 1990, existem, em ambos os partidos, vários momentos em que claramente debatem a questão da reunificação da

Alemanha. Este termo, aliás, é apenas utilizado pelo PCI e pelo PSUC, já que tanto PCP, PCE e PCF preferem referir-se ao processo como anexação.

A ideia da “grande Alemanha” é debatida, de facto, pelo PCP, logo em agosto de 1989. Em “Cidadãos da RDA partem para a RFA”<sup>672</sup>, o PCP fala de uma “campanha que tem vindo a ser desenvolvida pela RFA, e que tem a ver com velhas (as perigosas) ideias da «grande Alemanha», a ser reunificada por Bona.” As declarações de dirigentes da RFA sobre a premência da reunificação levam o PCP a falar de “ingerência (...) propagandística”; “reafirmação de espírito chauvinista.” O partido português reconhece, no entanto, que se a partida de habitantes da RDA para a RFA se deveria à propaganda e a ingerências externas, era “testemunha também de problemas na própria RDA” sem, no entanto, os especificar.

De regresso das comemorações do 40º aniversário da criação da RDA, Otávio Pato declarou ao *Avante!*, que “o regime socialista da RDA fez do seu país um dos mais desenvolvidos do mundo” através de uma “enorme transformação (...) enfrentando simultaneamente sérias dificuldades, em vários períodos, devido à pressão imperialista.” Em “De regresso da RDA, conversa com Octávio Pato”<sup>673</sup>, o militante comunista destacava “realizações e realidades que não têm apenas significado para o povo da RDA. Antes assumem projeção internacional e antes de mais no quadro europeu.” Pato salienta o “poderoso pilar de estabilidade e de segurança na Europa, um posto avançado de paz” e justifica o facto de existirem vozes no Ocidente favoráveis a uma reunificação da Alemanha nos “revanchistas neo-fascistas que na RFA levantam a cabeça [que escolhem] a RDA como alvo.” Novamente são referidos “problemas e dificuldades” na RDA aos quais, na opinião do entrevistado, o SED está atento e que não retirariam em nada ao facto de “o povo da RDA possuir em todos os domínios um dos mais elevados níveis de vida e de desenvolvimento do mundo.” Para Otávio Pato, existia uma “guerra ideológica e psicológica contra a RDA (...) que pretende pôr em causa o socialismo e as suas conquistas [e] atrair para a RFA quadros especializados que se formaram na RDA”. Em jeito de conclusão, e falando em nome do PCP, Otávio Pato afirmava que “temos confiança na RDA e no socialismo.”

---

<sup>672</sup> *Avante!*, 14/09/1989, p.15

<sup>673</sup> *Avante!*, 12/10/1989, p.15

“Os grandes êxitos e os problemas”<sup>674</sup> da RDA seriam debatidos nessa mesma edição do *Avante!*. O PCP reconhecia a existência de “sintomas de descontentamento, em particular entre a juventude”, que estariam a ser aproveitados pela RFA, onde se “desenvolve uma verdadeira caça aos jovens especializados.” No entanto, a primeira parte do texto é dedicada a louvar as realizações do socialismo na RDA, que colocara o país entre os dez mais desenvolvidos, no plano económico, a nível mundial. O PCP fala de “realizações da esfera social (...) também ligadas ao dinâmico desenvolvimento da economia”, que faziam com que o país tivesse, desde 1971, um crescimento do rendimento bruto na ordem dos 4% e um aumento da produção associado a uma diminuição do consumo de energia e de matérias-primas, que se traduzia num crescimento económico baseado “totalmente na elevação da produtividade do trabalho”, que não afetou o número de postos de trabalho nem o sistema de regalias laborais. O PCP prossegue elogiando a construção, o sistema de transportes, os equipamentos sociais, o aumento das vendas no comércio a retalho e o aumento, deste 1971, do rendimento líquido da população.

Na reflexão sobre os problemas da RDA, o PCP procura encontrar uma resposta para os mesmos. O partido português afirma que as fragilidades da RDA não se situam na esfera da economia, ao contrário de outros países do mundo socialista europeu, “tanto mais que o nível de vida na RDA é particularmente elevado e não se registam assimetrias sensíveis.” A respeito da deslocação de habitantes, principalmente jovens, da RDA para a RFA, o texto do PCP dá conta de que existem esforços, feitos por parte de ministros do governo, para encetar um “diálogo sobre os factos e a sua interpretação, a abertura para propostas que conduzam à solução dos problemas levantados em todos os domínios da vida social.” Algumas das vias desse diálogo passariam por, como referia uma ministra do governo da RDA citada pelo *Avante!*, “debater sobre as tarefas quotidianas” que visem “o aperfeiçoamento da democracia socialista.” O PCP reconhecia, no entanto que não era suficiente falar sobre o assunto, “mas deve-se atuar.”

Sobre o discurso de Gorbatchov nas comemorações do 40º aniversário da RDA, o PCP sublinha a importância dada pelo secretário-geral do PCUS “à façanha que foi, nas difíceis condições do pós-guerra, a construção do socialismo na RDA” e ao facto de o dirigente

---

<sup>674</sup> *Avante!*, 12/10/1989, p.16

soviético ter abordado a questão das dificuldades e problemas da RDA como sendo gerados “tanto por necessidades internas do desenvolvimento da sociedade, como pelo processo geral de modernização e renovação iniciado no mundo socialista.” O PCP interpretou as palavras de Gorbachov, que disse que “a história obedece a leis próprias e a um ritmo próprio que é função do grau de maturidade dos factores de desenvolvimento objetivos e subjetivos. Ignorá-los é gerar novos problemas” como um “alerta a quaisquer pretensões de alterar o quadro político europeu”, entre as quais os projetos de reunificação da Alemanha.

Na sua saudação ao SED<sup>675</sup> por ocasião do 40º aniversário da RDA, o PCP transmite “calorosas e fraternais saudações”, afirmando que “sempre foi solidário com a RDA” e reconhecendo que o acontecimento teve lugar “num contexto internacional particularmente complexo” originados pelos “propósitos de revanche social e hegemonia social” do “imperialismo.” O PCP compromete-se a combater “as campanhas visando deformar e denegrir a realidade da RDA e de outros países socialistas e as tentativas de reação internacional” que se aproveitam dos processos de mudança em curso nos países socialistas para “interferir nos seus assuntos internos e pôr mesmo em causa as fronteiras do pós-guerra, como preconizam as forças revanchistas que na RFA e outros países de novo levantam a cabeça.” A opinião do PCP, assim o expressa diretamente, era a de que se deveria fortalecer a “cooperação e solidariedade recíprocas das forças do progresso social e da paz, dos países socialistas, dos partidos comunistas e operários.”

Ao contrário de outros casos já analisados, onde o PCP, embora com prudência, expõe de certa forma os problemas e as fragilidades dos dirigentes no poder, com maior prudência no caso polaco, húngaro e checoslovaco e de forma totalmente aberta no caso romeno, em relação à RDA, mesmo em outubro de 1989, quando já tantas evoluções tinham sido levadas a cabo em países socialistas, o PCP mantém-se, ao nível da sua comunicação pública, perfeitamente inabalável na convicção de que as vitórias do socialismo na RDA são inquestionáveis e de que o SED conduziu o país, ao longo de 40 anos, de forma bem-sucedida.

O discurso do PCP, em outubro de 1989, ignora por completo as manifestações já ocorridas em várias cidades alemãs, que, nessa altura, pediam uma mudança no sistema político no sentido de uma maior democratização da sociedade. Mesmo em relação ao discurso

---

<sup>675</sup> Avante, 12/10/1989, p.16

de Gorbatchov nos 40 anos da RDA, o partido português não faz menção às interrupções dos assistentes, pedindo “ajuda” ao líder soviético. Juntamente com esta omissão, que não acontece noutros casos analisados, o PCP justifica a saída de habitantes da RDA (apenas num momento os chama de “refugiados”, evitando caracterizá-los nos outros momentos do discurso) num aliciamento por parte do Ocidente. Embora reconheça que existam problemas na RDA, nunca os expõe, preferindo sempre salientar o elevado nível de vida e o sucesso económico e industrial do país. Leva-nos a supor que o PCP só atribui um determinado nível de insucesso e fracasso aos governos socialistas que não conseguiram dinamizar economicamente os seus respetivos países. O enquadramento principal deste primeiro momento de comunicação pública sobre as mudanças ocorridas na RDA é claramente feito através de duas interpretações: a primeira, a de que a RDA é um dos países com maior nível de desenvolvimento a nível mundial e que, por isso, a construção do socialismo no país está a ser bem-sucedida. A segunda, é a de que os problemas internos, entre os quais o PCP apenas identifica a saída de jovens para o Ocidente, se devem a propaganda e ingerência estrangeira. Expressões como “revanchistas”, “neo-fascistas”, “imperialismo” ou “vingança” apontam para um léxico muito próprio da Guerra Fria, léxico esse que, como vimos, e como veremos nos outros casos estudados, o PCP não aplica ou não lhe atribui uma carga valorativa tão relevante como na interpretação do caso alemão. Esta ordem de ideias e esta interpretação fazem-se notar uma vez mais na transcrição direta da “Declaração do PSUA”<sup>676</sup>, já após as grandes manifestações de 16 de outubro. Nos trechos de autoria do PCP, entre as declarações oficiais do SED, o partido português reconhece que os manifestantes de Leipzig gritavam por “eleições livres” ou “liberdade de imprensa” mas continua, ainda assim, a falar de “uma campanha que prossegue por parte da RFA.”

Perante o crescimento da onda de manifestações e as próprias mudanças levadas a cabo pelo governo da RDA, o PCP esclarece, em “RDA, na busca das melhores soluções para o aperfeiçoamento do socialismo”<sup>677</sup> que Egon Krenz, novo secretário do SED, prometia uma “viragem” e que “o diálogo impera” ao mesmo tempo que se tentavam “abrir novas perspectivas na construção do socialismo.” O PCP pretendia assim passar a ideia de que Krenz

---

<sup>676</sup> Avante!, 19/10/1989, p.15

<sup>677</sup> Avante!, 26/10/1989, p.12

se empenhava em conversações com vista a apaziguar os ânimos da sociedade civil, e não será por acaso a referência ao facto de que a primeira declaração em relação a este processo de diálogo, no texto do PCP, seja do presidente da Confederação das igrejas evangélicas, que se encontrava em sintonia com o SED e as suas ideias programáticas, demonstrando assim que um importante setor da sociedade alemã de Leste apoiava o novo secretário-geral.

O tom geral do texto do PCP é de que o SED está empenhado no diálogo com todos os setores da sociedade, desdobrando-se em reuniões, conversas, discussões e debates, mesmo com os cidadãos que se manifestavam “exigindo uma nova política.” O PCP refere que “o empenhamento é muito grande” mas que “não será de esperar que os caminhos da viragem na construção do socialismo sejam fáceis.” No entanto, para o PCP, e baseando-se na convicção de que a sociedade alemã, juntamente com o SED, estariam realmente empenhados num debate profundo que envolvesse todos os quadrantes da vida do país, “as bases [para a viragem na construção do socialismo] estão lançadas” e este período seria “um momento histórico na RDA.” Viria a ser, sim, mas não com os contornos esperados pelo PCP, que acreditava, no final de outubro de 1989, que existia uma “iniciativa clara dos comunistas para resolver os problemas”, entre os quais o PCP destaca novamente “o problema acutilante deste momento, que é o da saída de milhares de jovens para a RFA.” Além desse, o problema da ingerência da RFA nos assuntos da RDA é também, mais uma vez, sublinhado pelo PCP, colocando na sua solução uma obrigatoriedade para a permanência da paz na Europa. Disso mesmo fala a nota de “Fraternais saudações do PCP” a Krenz, saudando-o como novo secretário-geral do SED e reafirmando a solidariedade do PCP para com a RDA, na “causa comum do socialismo e da paz.”

A mudança na chefia do SED é assim noticiada pelo PCP mas existe, novamente, e mais uma vez ao contrário do que aconteceu nos outros casos estudados, uma quase total omissão aos fatores que desencadavam o processo de mudança na RDA. O *Avante!* é praticamente omissivo na referência às manifestações populares e na explicitação das razões que levaram o SED a substituir Honecker por Krenz na chefia do partido.

A 9 de novembro, no dia em que foram definitivamente abertas as fronteiras da Alemanha de Leste, a edição do *Avante!*, semanal, não contempla, ainda, devido à hora da

publicação, esse acontecimento. O texto “RDA Um país em transformação”<sup>678</sup> fala, contudo, novamente em “renovação na política, economia e sociedade” na RDA, que se enquadra “numa rápida evolução política no país, marcada por enormes manifestações de massas que reivindicam reformas nos mais diversos domínios” (neste texto, o PCP refere já a manifestação de 4 de novembro em Berlim, admitindo que juntou entre meio a um milhão de pessoas) mas também se deve ao “grande esforço, por parte do PSUA, para rapidamente adequar a realidade socioeconómica e política do país às mais sentidas necessidades populares e naturalmente às próprias exigências do desenvolvimento do socialismo.” Em relação às manifestações populares, que assumiam de dia para dia proporções cada vez maiores, o PCP cita o próprio Egon Krenz, que as considerava “um bom sinal pois fazem parte de um movimento de apoio à renovação do socialismo.”

A ideia de uma “rapidíssima evolução da vida política na RDA” é a principal interpretação que o PCP faz, na edição seguinte do *Avante!*, já com as fronteiras da RDA abertas, entre as quais as que se encontravam no Muro de Berlim. O PCP chama ao acontecimento a “abertura do Muro com Berlim Ocidental” e transmite a ideia de que o processo foi realizado com base numa decisão do aparelho do Estado e não numa exigência popular. De facto, como vimos, a abertura das fronteiras da RDA não foi nem uma coisa, nem outra. Tratou-se, como referimos, de um mal-entendido acerca de um comunicado do governo liberalizando os procedimentos para as viagens ao estrangeiro, cujo anunciante, perante a imprensa, não soube precisar quando, de facto, entraria em vigor, assumindo que teria efeitos imediatos.

O texto do PCP refere a “grande festa que se foi viver com cerveja e champanhe” que essa medida proporcionou, mas informa também que “muito poucos foram os que não voltaram” para a RDA. Não obstante, o PCP considera que a abertura das fronteiras em torno de Berlim “se impõe com um facto particularmente simbólico.” O texto percorre as principais mudanças ocorridas ao longo de mês de outubro e primeira quinzena de novembro, assim como as linhas orientadoras do novo chefe de governo, Hans Modrow. Para o PCP, o SED continuava a estar no centro decisor da vida política da Alemanha de Leste, tendo “a obrigação de recuperar a confiança na sua própria força e elaborar uma conceção para um socialismo

---

<sup>678</sup> *Avante!*, 09/11/1989, p.15



moderno”, o que pressuporia “a necessidade de reformas radicais.” Em seguida, o PCP apresenta essas modificações, a serem levadas a cabo num curto prazo, classificando-as de “síntese breve de um programa de ações que representa uma nova fase de desenvolvimento, a renovação do socialismo na RDA.”

É particularmente importante a fotografia que ilustra este artigo e a sua legenda. Trata-se de um plano de uma das várias manifestações que ocorreram em Berlim durante a primeira quinzena de novembro de 1989. A fotografia mostra vários cartazes, várias pessoas com o braço esticado e o punho cerrado e a legenda explica que um dos cartazes tinha a inscrição “Renovação igual ao meu partido/SED” e outro “SED – socialismo, honestidade, democracia.” No texto “Fronteira Aberta”, por baixo dessa imagem, o PCP refere que convém “não esquecer que há quem aposte numa «reunificação» no quadro do capitalismo”, entre eles o chanceler Kohl, que se mostrara empenhado na reintegração no Ocidente da RDA. O PCP, claramente contrário a esta ideia, refere que “não é com tiradas como estas que se estabelecem bases de relacionamento mutuamente aceitáveis”, numa altura em que nem líderes como Bush ou Thatcher queriam falar do assunto como estando na ordem do dia.

Este posicionamento por parte do PCP poderia supor uma certa assunção de fraqueza em relação à RDA e ao SED. Como se a reunificação fosse uma imposição que, caso assim os entendessem, os líderes ocidentais poderiam exigir à RDA. No entanto, o PCP deixa claro que “a realidade internacional de hoje é pouco propícia a aventuras provocatórias e as decisões tomadas hoje pelo PSUA estão longe de revelar fraqueza.” Por outro lado, os comunistas portugueses referem que a URSS interveio “ativamente, no sentido de que as opções da RDA sejam respeitadas como decisões de um país independente.

Toda a comunicação pública do PCP a respeito deste período na RDA aponta para duas interpretações muito claras. A primeira tem a ver com o facto de que o PCP reconhece a existência de grandes manifestações populares em toda a RDA e encara-as como a expressão da vontade de renovação do socialismo no país, facto a que o SED estaria a respeitar, através da tomada de uma série de medidas “radicais” em todos os setores da sociedade: “desde já a transformação do PSUA é um facto”, conclui o PCP num dos textos desta edição do *Avante!*. A segunda interpretação é a de que a RDA deveria permanecer um país soberano, sob pena da formação de uma “grande Alemanha” e da violação dos acordos do pós-II Guerra, e que seria

nesse sentido que a diplomacia internacional estaria a orientar o seu trabalho, à exceção da RFA, a quem interessava a integração da RDA no Ocidente.

Nessa mesma edição do *Avante!*, o PCP edita um dos mais importantes documentos do partido a respeito dos processos que estudamos: “Sobre os acontecimentos na RDA e noutros países socialistas”<sup>679</sup> Foi neste contexto que o PCP sentiu necessidade de intervir para reformular algumas das suas posições face ao “socialismo real”, realizar uma reflexão profunda sobre as causas e consequências das modificações em curso e, sobretudo, clarificar os objetivos do próprio partido.

O PCP começa a sua nota por circunscrevê-la no contexto dos acontecimentos que tiveram lugar na RDA entre outubro e novembro de 1989, originados pela “insatisfação, crítica e protesto populares” em relação à forma como o socialismo estava a ser edificado naquele país. O PCP, solidário com o SED, apoia as medidas tomadas no sentido da “renovação socialista da sociedade”, alertando para o perigo de “forças revanchistas” se aproveitarem da situação para porem em questão a soberania da RDA, facto que iria desequilibrar fortemente o equilíbrio europeu do pós-guerra.

Por outro lado, os acontecimentos do fim da década de 80 noutros países socialistas exigiam a tomada de consciência das causas da crise e uma análise profunda de cada caso concreto. Análise essa a que não deveria ser alheio, contudo, o “alcance histórico e o significado das grandes realizações” ocorridas nos países socialistas, assim como o “papel decisivo” do mundo socialista na defesa dos trabalhadores e da paz.

Nas palavras do PCP, existiam determinados vetores que podiam, contudo, ser aplicados às várias repúblicas socialistas em crise: o enfraquecimento do poder político causado por uma direcção de Estado distante da classe trabalhadora ou uma organização económica excessivamente centralizada e burocrática, que levava à estagnação, atraso e insuficiências de vários âmbitos. Por outro lado, a doutrina marxista teria sido, nessas sociedades, imposta por via administrativa e como “modelo único”, o que resultou num enfraquecimento e “redução real” da base de apoio dos vários partidos.

O PCP mostrava-se consciente de que a “cópia mecânica” de modelos era impossível, pois “situações diferentes exigem soluções diferentes”, que conduzissem àquela que, na

---

<sup>679</sup> *Avante!*, 16/11/1989, p.10

opinião dos comunistas portugueses continuava a ser a via para a “liberdade, igualdade, justiça, progresso social e paz.” Nesse sentido, o PCP apoiava e demonstrava “alto apreço” pelos objetivos da *perestroika* soviética, classificada pelo partido como “um processo revolucionário de reestruturação, renovação e superação”. O PCP afirmava, nesta nota, que a mesma vontade renovadora se passava na RDA, pelo que demonstra para com o SED a sua “ativa solidariedade” e os votos de sucesso dos “processos em curso para a reestruturação, consolidação e renovação das sociedades socialistas”.

Por fim, o PCP mostra a sua atenção, afirmando que “há muito procede a um exame atento das realidades” nos países socialistas. O partido deixava também clara a sua posição quanto às “características da sociedade socialista que propõe para Portugal”, alertando para o facto de, já na altura, se realizarem campanhas de deturpação e mentiras referentes aos objetivos dos comunistas. Nesta altura, o PCP propunha uma “Democracia avançada no limiar do século XXI” e enumerava, para que não restassem dúvidas, as linhas orientadoras do seu programa político: “o poder dos trabalhadores, a democratização de toda a vida nacional, a garantia das liberdades democráticas, o respeito por opiniões, interesses sociais e aspirações diferenciadas, a realização de eleições com a observância estrita da legalidade pelos órgãos do poder, e a coexistência das diversas formas de organização económica (incluindo empresas privadas) a par da propriedade social dos principais meios de produção, a libertação dos trabalhadores de todas as formas de exploração e opressão, o respeito pela dignidade e personalidade de cada cidadão, a erradicação dos grandes flagelos sociais, a transformação da cultura em património, instrumento e actividade de todo o povo.” Desta forma, o PCP demarcava-se claramente dos partidos de governo nas antigas repúblicas populares, procurando afirmar a sua diferença, baseado precisamente na ideia de que o comunismo deveria ser alcançado de forma diferente em cada país.

Nesta altura, também, o PCP levou à Assembleia da República, através do então deputado Carlos Brito, uma intervenção<sup>680</sup> sobre o seu posicionamento perante as mudanças na RDA e sobre todos os processos em curso nas antigas repúblicas populares da Europa centro-oriental, transcrita na íntegra no *Avante!*. Brito falou aos deputados portugueses de “fenómenos negativos agora revelados nos países socialistas do Leste europeu e [d]os

---

<sup>680</sup> *Avante!*, 07/12/1989, p.VII

processos de mudança vertiginosas, incluindo a abertura do «Muro de Berlim», notando a sua insatisfação pelo debate sobre as mudanças nos países em questão ter sido agendado para uma data próxima às eleições autárquicas, já que, na sua opinião, “os acontecimentos em curso nos países socialistas (...) pela sua profundidade e dimensão, vão mexer, implicar e repercutir pelo mundo e influenciar a situação mundial.” O facto de a sua discussão na Assembleia da República ter lugar nas vésperas das eleições autárquicas é revelador, para Carlos Brito, de “operações partidárias eleitoralistas ou em benefício de ambições pessoais.”

O deputado começa por esclarecer que “o PCP não tenta escamotear ou diminuir a gravidade dos fenómenos extremamente negativos verificados nos países socialistas” mas antes reconhece que estes representam “insucessos, retrocessos, recuos e derrotas da causa do socialismo.” Esses fenómenos negativos, no entender do PCP, desenvolveram-se ao nível do Estado, “com o desrespeito pela democracia socialista, a confusão de funções entre o partido e o Estado e a direção deste altamente centralizada, autoritária e cada vez mais afastada do controlo popular”; ao nível da economia, “com formas de organização económica excessivamente centralizadoras, voluntaristas, rotineiras, dirigidas por um aparelho burocrático de dimensões excessivas” que teriam conduzido a atrasos e insuficiências no nível de vida dos cidadãos; e a nível do partido, por “situações manifestamente dirigistas e por vezes alguns (ou algum) dirigentes a assumirem atitudes de imposição administrativas das suas orientações, opiniões e decisões, desligando-se das bases”, o que teria conduzido os vários partidos a um “desligamento das bases e (...) um isolamento das massas populares, das suas necessidades, dos seus problemas.”

Carlos Brito deixa claro que este “modelo” de sistema de poder contradiz “frontalmente as grandes referências, ideias e os valores essenciais do ideal comunista. Não querendo minimizar a gravidade dos fenómenos que analisa, o deputado aponta três reflexões que, simultaneamente no seu entender, deveriam ser feitas sobre o decorrer de todo este processo. Em primeiro lugar, Brito salienta que “as graves situações reveladas não negam as realizações históricas dos países socialistas nos domínios económico, social, político e cultural e o seu papel decisivo no processo libertador dos trabalhadores e dos povos e na defesa da paz”, citando no discurso números que apontavam a debilidade económica de países como a Rússia,

a Hungria e a Bulgária, no início do século, e a situação de franca melhoria do nível de vida em que estes países se encontravam em 1989.

Em segundo lugar, o deputado do PCP salienta que os desvios evidenciados “se instalaram e acentuaram nas condições de uma agudíssima tensão internacional, no auge da Guerra Fria, quando as questões da defesa e segurança adquiriam um lugar prioritário”, o que teria levado a que “processos revolucionários de massas” fossem “distorcidos e adulterados e transformados no «modelo» autoritário e burocrático que os acontecimentos em curso agora revelam.”

Em terceiro e último lugar, Brito destaca o facto de que “a negação desse «modelo» e o processo de superação das suas características negativas arranca dentro do próprio movimento comunista, com a «perestroika» na União Soviética e os processos de reforma e democratização que se lhe seguiram em outros países socialistas.” Um dado importante do discurso de Carlos Brito surge em seguida, quando o deputado afirma que “a atitude do PCP em relação ao sentido essencial destes processos de democratização pode avaliar-se pelo alto apreço que sempre manifestou em relação aos objetivos fundamentais da «perestroika». O deputado relembra o XII Congresso do PCP, em dezembro de 1988, onde foram condenadas as “deformações burocráticas incompatíveis com o poder popular” e defendida “de forma absolutamente inequívoca” a política da *perestroika*.

Carlos Brito afirma, nessa intervenção parlamentar, que o PCP acompanha “com apaixonado interesse” os acontecimentos no Leste europeu, sendo que “o sentido fundamental desses acontecimentos” não representava, para os comunistas portugueses, “um crepúsculo, mas antes um alvorecer, (...) a capacidade do socialismo se renovar e superar a crise, (...) um novo impulso no socialismo.” Brito relembra que no XII Congresso o PCP “tomou claras distâncias em relação aos aspetos negativos das realidades dos países socialistas [condenando] como o PCP faz há décadas, a ideia do «modelo».” O deputado salienta ainda que os processos de mudanças no Leste europeu estão “estritamente ligados aos avanços no sentido do desanuviamento internacional, da eliminação das forças de tensão, do desarmamento e da paz.” O verdadeiro perigo, refere-o Carlos Brito, estaria do lado daqueles que “continuam a sonhar com a exportação do sonho capitalista” e se tentam, para isso aproveitar dos acontecimentos em curso na Europa. A crítica ao Ocidente continua, com o deputado a afirmar

a iligitimidade dos governos ocidentais para “exaltar os valores da liberdade e dos direitos humanos quando se fala das reformas em curso nos países socialistas e pactuar com a brutal violação desses valores” noutros pontos do globo. Neste sentido, Carlos Brito afirma que “o Muro mais difícil de derrubar é o da hipocrisia atrás do qual se escondem as mais brutais injustiças e a mais feroz exploração.” O deputado prossegue e termina o seu discurso com uma elocução de países onde a ingerência estrangeira é admitida pelos governos ocidentais ou onde o pagamento da dívida externa coloca os cidadãos em níveis de vida miseráveis, perguntando-se, perante o Parlamento português, “com tanta miséria e tantas desigualdades em casa, quem é que pode cantar vitória?”

A grande reflexão do PCP acerca do processo de mudanças na RDA acontece em fevereiro de 1990, através de um suplemento de quatro páginas com vários textos de reflexão dedicados ao caso alemão. Anabela Fino, em “Um país que pode mudar o mapa da Europa”<sup>681</sup> fala das consequências da “inevitável, senão desejada por todos” reunificação das Alemanhas, “mesmo sem ainda ninguém se ter dado ao trabalho de perguntar à população da RDA se é a reunificação que quer.” A jornalista propõe um trabalho de reflexão sobre todas as consequências de um processo “inesperado”, “para que a reflexão coletiva dos comunistas portugueses saiba tirar das experiências alheias as lições necessárias à sua própria ação.”

Anabela Fino traça o retrato de uma cidade de Berlim que seguia o seu ritmo normal, à exceção das filas de carros entre a parte Ocidental e Oriental, “a testemunhar o florescimento do tráfico ilegal e incontornável de produtos.” Foi nas conversas com os berlinenses que a jornalista encontrou algumas respostas ao que se alterou, desde novembro de 1989 até àquele momento. Entre outros testemunhos, o do seu tradutor, que afirmou não saber o que lhe reservava o futuro, pois, nas suas palavras, “o desemprego nunca fez parte das nossas preocupações.” Demonstrando-se profundamente desiludido com o SED, o entrevistado “interroga-se sobre as vantagens e desvantagens dos sistemas políticos” e deseja “um em que a liberdade não seja incompatível com o exercício do poder.” Outra entrevistada, a propósito das eleições legislativas marcadas para o mês seguinte, falava “da influência cada vez mais forte dos apoios da RFA aos seus congéneres democratas-cristãos e sociais-democratas na RDA.” E, numa nota importante, a entrevistada assume a sua parte de responsabilidade nos

---

<sup>681</sup> Avante! 15/02/1990, p.VI

problemas dos partidos comunistas do Ocidente porque “não os informámos corretamente da nossa legalidade e hoje também eles estão a pagar pelos nossos erros.”

Na introdução da sua entrevista a Hans-Joachim Willerding, Anabela Fino afirmava que, de todos os países socialistas da Europa, a RDA sempre foi apresentado como “o que mais solidamente soube estruturar e desenvolver a sua economia, criar melhores condições de vida ao seu povo, conjugar a prática política com o progresso e o bem-estar social” mas onde, de repente, “tudo isto começou a desmoronar-se. As manifestações de massas encheram as ruas, as saídas para a RFA sangraram terrivelmente o país, as denúncias dos abusos de poder ganharam a praça pública, dirigentes do PSUA e do aparelho de Estado foram presos, o PSUA perde em pouco tempo mais de um milhão e meio de membros.” Era a resposta a como tudo isto tinha acontecido que a jornalista procurava, mesmo em fevereiro de 1990, assumindo a sua perplexidade e, ao mesmo tempo, como que exigindo uma justificação sobre como toda a idealização de robustez feita em torno RDA era, no fundo, alicerçada em estruturas tão frágeis.

Terminando a sua reflexão sobre o processo de mudanças na RDA e a forma como radicalmente alterou a realidade daquele país, Anabela Fino dá como exemplo o caso de Honecker que, por razões humanitárias, foi libertado pelo tribunal de Berlim mas posto nas ruas da cidade sem casa, já que os bens do antigo SED tinham sido confiscados. A jornalista refere que à sua disposição e da mulher foi posto um apartamento num bairro marcadamente anticomunista. Perante a recusa destes em aceitá-lo, foi um padre protestante quem os acolheu em sua casa e do qual são as últimas palavras deste vasto suplemento do PCP sobre a RDA: “Não é bom sinal que o partido que há algum tempo aplaudia este homem não tenha hoje uma casa para lhe oferecer. Num momento em que tanto se fala na RDA de valores morais, factos como este dispensam comentários, mas não dispensam reflexão.”

O PCE não dedica, de forma alguma, um espaço de reflexão tão alargado quanto o PCP ao processo de mudança na RDA. O PCP, como vimos, aproveita a ocasião para fazer não só uma nota pública sobre todos os processos de mudança política na Europa centro-oriental, como leva a cabo uma intervenção parlamentar de relevo sobre o assunto, vários posicionamentos oficiais e um vasto suplemento sobre a realidade do país.

O PCE, por seu lado, aborda de forma mais concreta e significativa o processo alemão já após a queda do Muro de Berlim, evidenciando, ao contrário do PCP, uma forma de lidar

com este país equivalente à forma como lidou com os outros processos de mudança nos outros países socialistas da Europa. E, “La caída del Muro”<sup>682</sup>, Raul Juncar utiliza uma metáfora para a queda do Muro de Berlim, ao afirmar que “la libertad es tan corrosiva como el ácido”, uma vez que é capaz, também, de “devorar” o cimento. Ao mesmo tempo o autor do texto refere que a queda do Muro de Berlim demonstra que “ya no puede haber socialismo sin libertad”, já que “el Muro que simbolizaba una hecatombe ha caído.” Nas sua linguagem quase poética, Juncar vai mais longe, lembrando “la leyenda germánica del príncipe y la princesa que enamorados y sin poder unirse porque les separaba un caudaloso río” que era, na vida real, um Muro. Uma barreira física “recuerdo de una guerra que provocó Hitler y que destruyó Europa”

O autor identifica este acontecimento como um dos mais importantes do tempo contemporâneo, “porque representa el principio de la distensión real”, de uma pressão cidadã “en todas las republicas socialistas, impulsada por Gorbachov” e que está “cambiando todo.” Juncar afirma que se vivia de novo dez dias que abalavam o mundo, numa clara alusão à Revolução Russa de 1917, “pero harán mal los reaccionarios en analizar los cambios en el mundo socialista como una derrota del «Imperio del Mal», un triunfo de la politica de *Rambo*.” O que se passava, na opinião do autor do texto, “es que uno de los bloques ha entendido que el equilibrio del terror y la politica de bloques militares sólo podían desembocar en una guerra nuclear.” A interpretação de Juncar sobre a nova política do Tratado de Varsóvia é de que “cuando las fuerzas del Pacto de Varsovia, que tienen tanto potencial o más, y en cualquier caso con potencial de destrucción irreversible, se avienen a un nuevo equilibrio y a revisar las zonas de influencia de Yalta, en aras de la paz y de la autonomía de las naciones, no lo hacen por derrota sino porque comprenden que el socialismo debe de buscar caminos nuevos para satisfacer las necesidades de la población, de la soberanía de sus pueblos.”

Embora não se deva considerar um texto que exprima um posicionamento oficial do PCE, já que tem muito mais as características de um texto de autor, muito próximo à crónica, fica bem patente a diferença, em termos de linguagem, entre os primeiros textos que abordam os acontecimentos na RDA editados no *Avante!* e este texto do *Mundo Obrero*. Nele, Raul Juncar afirmava que a queda do Muro de Berlim era “un triunfo del sentido común, de la

---

<sup>682</sup> Mundo Obrero, 15/11/1989, p.7



libertad” que iria retirar Berlim da quase insularidade, ao qual teria sido votado, segundo o autor, no período da Guerra Fria. Juncar recorda também que a Berlim os tanques soviéticos não chegaram com intenções expansionistas mas antes de “liberar a la humanidad del peligro de exterminio.”

O autor reconhece que após a *perestroika* o Muro de Berlim “ya no era de acero”, uma vez que o socialismo já não queria “enrocarse, ni aplicar la doctrina del poder militar” e a queda de aparelhos de Estado ancorados no passado “esta provocando cámbios históricos.” No caso alemão, a população, segundo o autor, procura “una salida a su división histórica” e nos outros países socialistas viviam-se acontecimentos de uma extraordinária “transcendência”: “porque ahora se ve con claridad que el socialismo ha elegido el camino de la paz, del desarme, de la autodeterminación” enquanto o outro bloco militar “se queda a la intemperie sin razones sólidas para mantener el complejo militar industrial.” Juncar afirma que quando o governo da RDA decidiu abrir as suas fronteiras, não abriu apenas um Muro mas “se ha hundido una concepción militarista del mundo, una coexistencia basada en el armamento y la dominación.”

Eugenia García Raya, que assina a maioria dos artigos no *Mundo Obrero* sobre as mudanças ocorridas nos países da Europa centro-oriental entre 1989 e 1991 não tem uma visão tão transcendente acerca dos acontecimentos na RDA. Em “La Guerra Fría se tambalea”<sup>683</sup>, Garcia Raya afirma que da euforia imediata à queda do Muro de Berlim no Ocidente “se ha pasado a la cautela y a la preocupación.” Isto porque, segundo a autora, os meios de comunicação foram céleres em afirmar que a abertura das fronteiras traria também a união da RFA e da RDA, motivadoras de um posicionamento que dividia os líderes de ambos os lados da *Cortina de Ferro*: de um lado, “los repetidos desmentidos de los dirigentes orientales” e, do outro, “declaraciones aprobatorias respecto a una posible reunificación” por parte dos líderes ocidentais. Garcia Raya vai mais longe, afirmando que os dias de entusiasmo deram lugar à desconfiança, por parte dos habitantes da RFA, que “ya no salen en coche a recoger a los vecinos del otro lado, quizá pensando en las repercusiones que los refugiados van a suponer en el mercado de trabajo.” E cita Thatcher, que, segundo Garcia Raya, se mostraria contrária à ideia de uma Alemanha unida, por isso por em causa a posição política de

---

<sup>683</sup> Mundo Obrero, 22/11/1989, p.32

Gorbatchov, assim como Bush, que só aceitaria uma única Alemanha se esta viesse a integrar a OTAN, “cuyos dirigentes, que deben plantearse antes de 1992 la modernización de los misiles de corto alcance en Europa, se están quedando sin enemigo exterior para justificarse.” A interpretação da autora face a este posicionamento dos principais líderes ocidentais é a de que, segundo a sua perspectiva, a RDA situa-se num ponto geoestratégico sensível e, a um nível político, e face às opções tomadas pelas repúblicas do Leste europeu durante o ano de 1989, “la pelota esta en su tejado y la respuesta no puede basarse más en la demagogia.” Segundo Garcia Raya, então, a questão da unificação alemã representava, para os líderes ocidentais, uma decisão que comportaria mudanças táticas a nível militar mas sobretudo político: desaparecendo a “ameaça” do comunismo e as diferenças abruptas entre a Europa Ocidental e Oriental, a retórica do Ocidente, particularmente a americana, a fim de justificar a sua presença militar na Europa, teria obrigatoriamente que encontrar outro “enemigo.”

É precisamente sobre isto que fala Moises Guerra em “Sin Muro y sin discurso”<sup>684</sup>, quando afirma que desde 1985, com a mudança radical das relações internacionais por parte da URSS sob a política da *perestroika*, “los ostentadores del poder politico del mundo capitalista (...) se abrogaban el papel de conceder o no credibilidad a las nuevas propuestas, bajo el pretexto de que se trataba de un proceso reversible. Hacían lo posible para que las iniciativas soviéticas fracasasen y así volver a los parámetros de la guerra fría en la que tan a gusto se encontraban, procesos de rearme incluidos.” Num segundo momento, segundo Guerra, os líderes ocidentais procuraram ignorar e contrariar as propostas de desarmamento e mudança de relações com o “Terceiro Mundo”, sobrepondo a esse tema a questão dos direitos humanos e das falhas dos sistemas políticos das repúblicas populares europeias. Com as mudanças ocorridas em 1989, Guerra refere que o Ocidente passou a falar da morte do comunismo: “en este contexto, el Muro de Berlín era du último asidero para seguir señalandoles como enemigos.”

Guerra considera que os governos ocidentais têm uma “una estrecha comprensión de este vertiginoso final de siglo” já que acreditariam que “todo se reducía a ciertas maniobras maquiavélicas de un jóven dirigente hábil comunicador con los pueblos occidentales.” Para o cronista do *Mundo Obrero*, os dirigentes do Ocidente “no han querido entender que esa

---

<sup>684</sup> Idem

propuesta global responde a un análisis exhaustivo de las nuevas realidades creadas en 40 años de guerra fría, y a la convicción humanista de que desaparece el enemigo o el enemigo acaba con todos.” É uma interpretação interessante já que enquadra o posicionamento de Gorbachov e de todas as mudanças ocorridas em 1989 numa ideia de força, de poder decisório. A principal ideia do texto de Moises Guerra é, precisamente, que foi o mundo comunista que iniciou a mudança, que tomou as rédeas da alteração da ordem estabelecida no pós-guerra, em oposição a um Ocidente estático, que mantinha a sua retórica política em pressupostos ultrapassados. Colocando o impulso da mudança do lado de Gorbachov e da *perestroika*, Guerra coloca, simultaneamente, os líderes ocidentais numa posição de assistentes ao desenrolar dos acontecimentos e, sobretudo, da alteração da realidade europeia.

Nesse sentido, Guerra afirma que “la RDA se había convertido en los últimos meses en su [dos líderes ocidentais] asidero propagandístico, en su respuesta, en su discurso.” Após os acontecimentos de novembro de 1989 na RDA, “desayunaron con el estómago encogido: se habían quedado sin Muro y con la cumbre *Gorbachov – Bush* a las puertas.” Guerra considera assim que “resulta extremadamente significativo que en esos momentos de derrumbe, sólo la OTAN saliese a palestra para intentar demostrarnos la necesidad «ad eternum» de su existencia, metafísicamente al margen de todo suceso mundano.” Em relação à CEE, Guerra acusa o organismo europeu de viver de um “discurso caritativo” em relação ao Leste, onde reconhece “objetivos políticos y propagandísticos inconfesables e aconselha-o a uma maior preocupação na defesa do fim dos blocos militares e a pensar, então, nas relações com o “Terceiro Mundo”, “que permitan acceder a la más mínima alimentación a los miles de niños que hoy mueren de hambre por no poder travesar el Muro de Wall Street.”

Embora sem ocupar o mesmo espaço, em termos de número de notícias ou de textos de reflexão, de outros jornais partidários que analisamos, o *Mundo Obrero*, através sobretudo dos editoriais de Moises Guerra e Eugenia García Raya, coloca importantes questões perante as mudanças ocorridas na RDA em novembro e dezembro de 1989. O principal elemento a reter da comunicação do caso alemão por parte do PCE é o seu enquadramento, ao contrário do que acontece com a análise de outros casos, num âmbito muito mais lato, relativo às relações entre o Ocidente e o mundo socialista, às questões relacionadas com o desarmamento e o fim dos blocos militares e propondo que as democracias ocidentais deveriam, a partir do

momento em que deixaram de ter como ponto de referência para a sua intervenção militar a ameaça do comunismo, centrar-se no desenvolvimento das relações de cooperação com o que chamam, no *Mundo Obrero*, “Terceiro Mundo”, que seriam, então, os países com uma necessidade real e emergente de apoio ao desenvolvimento.

A questão colocada por Moises Guerra relativa ao facto de a OTAN deixar de ter um “inimigo” no comunismo para justificar a sua ação, viria, como sabemos, a ter sérias consequências em toda a organização geoestratégica mundial. A OTAN não cessou de existir com o desaparecimento da URSS. Pelo contrário, alargou-se a vários países do Leste europeu e durante as décadas seguintes não teve qualquer dificuldade em encontrar novos espaços ideológicos onde se crer necessária a sua atuação.

No *Treball*, o historiador Andreu Mayayo assina um texto onde o êxodo de habitantes da RDA para a RFA e os acontecimentos do final de 1989 no país são amplamente debatidos. Em “Comunisme i Consumisme”<sup>685</sup>, Mayayo começa por referir uma tese histórica de que a tensão internacional reforça o poder e o controlo social dentro de cada país e, pelo contrário, a distensão gera conflitos internos: “en aquest sentit, la distensió internacional iniciada en la segona meitat dels anys vuitanta és la causa principal de la conflictivitat interna dels països socialistes.” Segundo o historiador, “la «perestroika» (...) ha desfermat tal quantitat de conflictes arreu dels països socialistes que ens hauria de preocupar seriosament.” Mayayo aponta o cinismo com que os líderes ocidentais tratavam os acontecimentos na Europa, referindo-se às repúblicas populares e aos governos socialistas europeus de uma forma muito mais dramática do que, por exemplo, à “repressió brutal de les autoritats xineses (...) o les penes de mort als narcotraficants cubanes.”

O historiador encara as interpretações em torno do êxodo de habitantes da RDA para a RFA como proporcionadores de uma “histeria informativa, (...) un western digne de John Ford”, onde a diferença era a de que os índios eram “pell-roges amb estrelles de cinc puntes.” Sobre a RDA, Mayayo refere neste seu texto no principal órgão de comunicação do PSUC, que, “malgrat (...) la seva dependència econòmica colonial respecte a l’URSS (...) la RDA há assolit en aquests quaranta anys un desenvolupament econòmic i un nível de vida més que digne” e que “e spot afirmar que els alemanys orientals viuen bé.” Nesse sentido, para

---

<sup>685</sup> Treball, Novembro de 1989, p.18

Mayayo, a RDA não era um paraíso, “però tampoc l’infern.” Assim, o autor pergunta-se por que razão fogem os habitantes da RDA para a RFA, dando conta de que se trata sobretudo de uma geração jovem “que no han patit altra privació que la del consumisme.”

O autor traça um quadro relativo à política de imigração na RFA, referindo que “els més de cinc milions de turcs, i d’altres nacionalitats, han solucionat el problema de la mà d’obra barata i poc qualificada” mas que o país tinha um déficit de técnicos especializados para cobrir as necessidades da indústria: “en aquest context, s’ha d’entendre l’agressivitat dels empresaris alemanys per aconseguir el servei d’una mà d’obra qualificada (que no li há custat ni un marc), disciplinada a la feina, poc conflictiva en el treball i, encara menys, en la societat. A més a més, és gente jove que assegurarà els ingressos necessaris per la tal d’assegurar el benestardels jubilats”, cada vez mais numerosos na RFA. Neste sentido, a mão de obra proveniente da RDA representava, para Mayayo, a solução ideal para um problema interno da RFA.

Em relação à RDA, Mayayo encara o país sob uma perspectiva completamente diferente das outras repúblicas socialistas europeias: “la RDA (...) no pot entrar en cap procés de reformes, malgrat que el que els hi va no és un determinant sistema politic i econòmic, sinó la mateixa existencia del’Estat.” E, dessa forma, surge o problema central da adoção de políticas reformistas na RDA: a probabilidade do desaparecimento do próprio Estado e a questão da reunificação alemã.

Segundo Mayayo, se o mundo estivesse disposto a aceitar a união dos dois países, “no cal fer més safareig: la RDA té els dies comptats.” Se, por outro lado, a recetividade a uma reunificação alemã fosse baixa, por parte, sobretudo das duas super-potências saídas da II Guerra Mundial, “juguem amb foc i es podem cremar. La pau d’Europa passa, un cop més a la història contemporània, per Alemanya.” O repto da esquerda no século XX centrar-se-ia, então, para o autor, na procura de um modelo de organização do Estado que não passasse pela “economia centralitzada i burocratitzada dels paisos socialistes” nem pela “barbàrie capitalista” do consumismo. Perante o fluxo de habitantes da RDA para o Ocidente, Mayayo recorda uma citação de Groucho Marx: “sortirem del no res per assolir els cim més alts de la misèria.”

Em dezembro de 1990, o *Treball* publicou um dossier intitulado “La caiguda del mur”<sup>686</sup>, que transcreve a intervenção de Rafael Ribó numa conferência no Club Siglo XXI, e em que aborda a questão das perspectivas para a esquerda “després de l’evident i estrepitós fracàs dels regims de l’Est.” Trata-se de um extenso discurso, do qual nos importa, neste momento, retirar as impressões do secretário-geral do PSUC relativas ao processo de mudanças na RDA e de que forma essas representaram uma alteração definitiva na organização das relações internacionais e nas opções estratégicas dos partidos comunistas e da esquerda em geral.

Ribó começa por afirmar que o PSUC condenou o tipo de organização do Estado dos países do socialismo real desde 1968, altura da intervenção do Pacto de Varsóvia em Praga, não havendo necessidade, segundo Ribó, em 1990, para que o PSUC tivesse uma atitude defensiva. A queda do Muro de Berlim significaria, então, uma síntese do afundamento dos regimes socialistas na Europa, um fenómeno, segundo o secretário-geral do PSUC, difícil de prever, “i d’un larg abast sobre el qual encara no s’han pogut valorar totes les conseqüences.” Ribó é claro ao afirmar que lhe interessava analisar o assunto sob três perspectivas: as mudanças no Leste europeu, as novas relações internacionais e a hegemonia dos valores capitalistas.

A proclamação do fim da História e a vitória definitiva do liberalismo é, segundo Ribó, “una prova més de què ens trobem davant d’una redoblada batalla ideològica en la qual des d’una concepció conservadora es preten enterrar, juntament amb l’Est, tota idea de comunisme, de socialisme, d’esquerres, en la qual comparteixen una proposta de transformació social o d’avenç cap a la liberalització de la humanitat i la igualtat social.” O avanço inquestionável das políticas neoliberais levaria, então a uma tentativa de explicação do fracasso do socialismo real, regressando à Revolução Russa de 1917, para notar que esta representou um processo de emancipação humana, de tomada de consciência de classe, abrindo caminho a vários processos anticapitalistas e de descolonização mas onde “quasi totes les esquerres” reconheceram a existência de virtudes e defeitos, associando os defeitos, sobretudo, ao conceito dos direitos individuais e da liberdade democrática.

---

<sup>686</sup> Treball, Anuari, dezembro de 1990

Ribó explica, então, que o “socialismo real” procurou melhorar esses pontos negativos, mas que essas tentativas “s’han mostrat fallides en els seus objetius d’emancipació social i de creació de condicions per a una més gran llibertat i igualtat”, demonstrando que a estatização da vida política e social “es obsoleta”, fracassando nos seus objetivos económicos de produção e distribuição da riqueza: “en elles es va continuar la vella tradició absolutista de culte de l’Estat, tot ofegant les energies socials.” No entanto, Ribó reconhece que, muito embora os países do Leste europeu tivessem sido ao longo do século XX enquadrados no mesmo guarda-chuva do “socialismo real”, “eren ja entre elles bem diferentes”: “igualmente ara emprenen, sobre diversos bagatges històrics, camins diferents de superació de aquelles experiències.” Tomando como exemplo os países onde a direita ganhou as eleições e o conservadorismo ganhou força, Ribó conclui que “la dimensió positiva que implica la supressió de l’autoritarisme no genera «per se» un avenç cap al socialisme democràtic.” Por outro lado, o secretário-geral do PSUC aponta o ressurgimento dos nacionalismos e a possibilidade da alteração das fronteiras na Europa, uma vez mais, o que viria mais tarde a acontecer na Checoslováquia, na Jugoslávia e na URSS.

Do ponto de vista das relações internacionais, Ribó reconhece uma profunda modificação de forças com o desaparecimento do bloco de Leste, referindo, à semelhança de autores de textos anteriormente analisados, a necessidade de a OTAN justificar a sua existência, com a orientação das suas ações para outros inimigos, que não o comunismo. Mas Ribó traz também outro elemento interessante para a discussão, que tem a ver com o facto de que, embora se tenha dissolvido uma divisão clara na Europa, não deixa de existir outra, entre o Norte e o Sul, que já existia, mesmo entre sociedades capitalistas. Divisão essa que, segundo ele, se agudiza a um nível internacional, quando comparada a riqueza de um pequeno conjunto de países do Norte com a miséria da extensa maioria dos países do Sul do planeta. Como tal, Ribó salienta que, ao contrário do que os teóricos do fim da História e da vitória do capitalismo sustentavam, o fim dos governos do socialismo real não veio acabar com todas as divisões, culturais, económicas, sociais, políticas, entre outras, que pautavam as relações internacionais.

Em relação ao papel da esquerda, Ribó salienta que “es tracta de proposar un model de desenvolupament del conjunt de la humanitat, reproduint l’equilibri ecològic del planeta, un un món orientat cap a la internacionalització del procés productiu i a la creixent centralització

de les decisions i del seu control.” Ribó afirma que o papel da esquerda seria o de procurar um projeto de transformação eminentemente cultural e social, muito antes de ser um projeto político. Nesse sentido, Ribó pergunta-se se, depois da derrocada do socialismo real, terá sentido falar das diferenças que separavam as esquerdas, oriundos do período pós revolucionário de 1917. E, uma vez respondida esta pergunta, Ribó sugere “enfocar millor una necessitat ineludible, abans apuntada, que és la d’una renovació de discurs que desborda els limits de la tradició socialista i comunista”, reconhecendo que existe um tronco comum nas esquerdas: “es tracta d’aquell fil conductor que al llarg de la història há inspirat els moviments d’emancipació i que en dels dos darrers segles, de la mà dels diverses sindicalismes, i després també del marxisme i l’anarquisme, va impulsar el moviment obrer i popular.”

Em 1990, Ribó lança uma declaração algo polêmica: dizendo que quem analisar o programa do SED ou do PCI encontrará neles grandes semelhanças, ao nível de descrições genéricas e de discurso político: “les diferències apareixen en el moment de les concrecions d’aquells principis, en l’obra de govern (quan es governa) i en les relacions entre formacions que competeixen a nível electoral.” Nesse sentido, Ribó conclui que a razão de existência de diversas formações de esquerda reside na representação e defesa de interesses sociais distintos com propostas de programa de governo também elas distintas.

É neste sentido que Ribó defende a IC, ao afirmar que esta surge como uma formação política que “pretén (...) superar els vicis actuals dels partits politics” necessitando, para isso, de uma conceção flexível, com limites orgânicos difusos, de forma a conseguir realizar em pleno uma integração social: “aquesta formació s’há d’alimentar de manera constant mitjançant la participació i per definició há de ser reconeguda pel seu caràcter unitari i pluralista.”

O discurso de Ribó traz pela primeira vez, dentro dos partidos que estudamos, uma relação clara entre os acontecimentos de 1989/1991 no Leste europeu e mudanças ou reafirmações estratégicas dos partidos comunistas ocidentais. A propósito da queda do Muro de Berlim, na RDA, Rafael Ribó afirma, então, que “cal tenir en compte les esquerres existents en tot els sentits” e que são plurais, particularmente no caso espanhol, onde, na opinião de Ribó, é urgente uma coordenação das forças progressistas e “treballar per construir una base



social per a una política d'esquerres.” Ribó está já a falar do caso catalão em concreto, partindo de uma reflexão sobre a queda do Muro de Berlim. Acrescenta que é preciso “sortir dels falsos dilemes sobre seguidisme o radicalismes”, já que “tan absurd és invitar a la integració o condemnar al testimonialisme com inhibir-se del compromís de negociar per por al seguidisme o per desqualificacions essencialistes.”

Ribó sugeria, então, que se buscassem compromissos com vista à colaboração das esquerdas espanholas, e particularmente, as catalãs, com vista a alternativas de governo, remetendo esta necessidade também para as esquerdas a nível internacional: “el rept està a saber transformar el clam de l’Est per les llibertats, un cop constatats els greus problemes a afrontar, en un més gran impuls cap a un canvi de civilització.”

A intervenção de Ribó reveste-se de uma importância fundamental no nosso estudo pois estabelece uma ponte clara entre os acontecimentos no centro e Leste europeu e as mudanças estratégicas num partido comunista ocidental. A mesma interpretação, de que as esquerdas precisam de se unir, ultrapassando divisões históricas e procurando organizar uma plataforma social e política com diferentes pressupostos, não vai ser consensual entre os partidos comunistas analisados no nosso estudo.

No caso do PCF, a presença do partido não se faz notar de forma tão evidente, aquando da divulgação das notícias sobre os processos de mudança na Alemanha no final de 1989 e ao longo de 1990, como no caso do PCP e do PSUC. De facto, da parte dos dirigentes partidários, surge apenas uma pequena nota, na edição de *L’Humanité* de 11 de novembro de 1989, intitulada “Une décision que nous réclamions”<sup>687</sup>, citando Georges Marchais que, a propósito da abertura de fronteiras na RDA, afirma que o povo da RDA manifestou uma grande alegria com o sucedido: “mon opinion est que cette joie est partagée par tous les Français, en particulier par les communistes.” Marchais vai mais longe, afirmando o dia da abertura do Muro de Berlim como “une journée historique, à un double point de vue: (...) une étape importante, un bond considerable en avant dans la voie du renouveau socialiste que nous appelons de nos vœux depuis tant et tant d’années [e] deuxièmement, je considère que cette situation va créer des conditions nouvelles pour des rapports de paix et d’amitié entre les hommes en Europe.”

---

<sup>687</sup> L’Humanité, 11/11/1989, p.8

À semelhança do PCE e do PSUC, o PCF demarca-se também de qualquer necessidade de uma atitude justificativa ou defensiva face ao destapar das fragilidades do governo da RDA. Mas vai mais longe, afirmando, na voz do seu secretário-geral, que a abertura de fronteiras era uma exigência há muito pedida pelo próprio PCF, colocando-se definitivamente ao lado da mudança em curso nos países do socialismo real mas não realizando, à semelhança do PSUC, qualquer reflexão a nível nacional sobre o papel das esquerdas ou qualquer necessidade de renovação ou mudança no PCF. *L'Humanité* tem uma cobertura extensíssima dos acontecimentos na RDA, mas em termos de textos de reflexão, estes escasseiam, dando a entender que o partido francês não utilizou os acontecimentos na Europa centro-oriental, e em particular a queda do governo na RDA, para uma modificação da sua atuação ou uma revisão dos pressupostos da esquerda comunista em França.

No início de setembro de 1989, *L'Humanité* publica um artigo intitulado “Causes d’une emigration”<sup>688</sup>, onde procura traçar pistas sobre os motivos que levam os alemães de Leste a abandonar o seu país rumo ao Ocidente. Claude Marchand fala de uma espera perante uma vaga massiva de emigrantes da RDA anunciada pela RFA, que não teria ainda acontecido e ressalta o facto de que todos os que tinham passado as fronteiras para a Áustria e para a Hungria o terem feito de forma legal, contrariando assim os relatos da Cruz Vermelha. Para este último país, Marchand considera a situação do acolhimento de emigrantes da RDA como “embarrassante”, perante as suspeitas de um favorecimento ao país por parte do Ocidente se a Hungria tivesse uma atitude permissiva em relação à passagem dos habitantes da RDA.

Perante o facto de que, dos 600 mil alemães da RDA que visitaram a Hungria no Verão de 1989, apenas 4000 terem passado ilegalmente para o Ocidente, Marchand sublinha que “il n’a jamais été question, et il ne l’est toujours pas.” O enquadramento geral do texto é feito em torno de uma interpretação, baseada em dados concretos, que fala de uma “perméabilité des frontières de la RDA”, por onde 3,5 milhões de pessoas passaram rumo a países não-socialistas, apenas na primeira metade de 1989: “proportionnellement au nombre d’habitants de la RFA e de Berlin-Ouest, ce serait au moins trois fois supérieur au nombre de séjours enregistrés dans l’autre sens.” Também nesse ano, *L'Humanité* avança com o número de cerca de 60 mil habitantes da RDA que obtiveram autorização para emigrar legalmente para a RFA.

---

<sup>688</sup> *L'Humanité*, 05/09/1989, p.17

É o próprio Claude Marchand quem refere: “on ne veut pas dramatiser cette vague d’émigration”, procurando desmontar a ideia de que haveria uma vaga de emigrantes clandestinos a passar para o Ocidente mas, sobretudo, a de que o governo da RDA era inflexível na atribuição de vistos e permissões de emigração para o Ocidente. Marchand refere que a origem da vaga de emigrantes se deve a uma campanha por parte da imprensa da RFA, “chiche de commentaires sur cette affaire (...) pour dénigrer la RDA a la veille du 40e anniversaire de sa fondation.”

O enviado especial de *L’Humanité* a Berlim acusa os média ocidentais de fornecerem informações detalhadas sobre como os habitantes da RDA poderiam passar a fronteira entre a Hungria e a Áustria, “et pour attirer les fugitifs dans un pays comptant officiellement 2 millions de chômeurs.” À semelhança dos outros jornais analisados, também Marchand considera que a chegada de milhares de trabalhadores qualificados é “une manne tombe du ciel pour l’économie de l’RFA.” Relatando testemunhos de membros de organizações internacionais, Marchand afirma também que a decisão de emigrar é maioritariamente tomada como impulso, baseados na ideia de que a RDA não ofereceria perspectivas profissionais satisfatórias mas, entre os entrevistados, nenhum oferecendo razões económicas como estando na base da escolha pela emigração. Reiterando esta mesma percepção no texto “Immigrants d’un nouveau genre”<sup>689</sup>, Marchand fala de um tipo de emigrante (a quem também chama “fugitif” e “réfugié”) cujos motivos não são económicos mas que, na maior parte dos casos “on pour origine les manquements à la démocratie.”

Em “Le choc des images”<sup>690</sup> *L’Humanité* afirma que a RDA se encontra “dans une situation probablement unique au monde: chaque jour, les médias de «druben» (...) déversent leur flot d’informations, très solvante insidieuses, de rumeurs, de conclusions définitives sur le naufrage du pays.” Marchand afirma que a culpa da situação não é exclusiva dos média estrangeiros mas que estes ajudam ao êxodo massivo de cidadãos rumo ao Ocidente. O jornalista assistiu a emissões de canais de televisão da RFA que criavam o “pânico” ao alertar para uma situação de insurreição na RDA equivalente à de 1953. Na RDA, Marchand constatava que “tout le monde est préoccupé et s’interroge sur l’avenir” perante a partida de

---

<sup>689</sup> *L’Humanité*, 13/09/1989, p.11

<sup>690</sup> *L’Humanité*, 06/10/1989, p.17

“refugiados.” E notava também que o tom entre Bona e Berlim se agravara, perante a saída, então, descontrolada de cidadãos, a campanha de medo lançada pela RFA, as apreensões feitas por autoridades da RDA a quem tentava sair ilegalmente do país e a desordem estabelecida nos principais postos fronteiriços.

Marchand dá conta novamente de que os motivos que levam os cidadãos a sair da RDA não são de natureza económica mas baseiam-se antes numa constatação de que as autoridades do país se mostram inflexíveis perante a mudança, refutando o mesmo da Polónia e Hungria para a RDA. Para o governo, referia o jornalista, “le cours choisi (...) est le bom, même s’il faut «jeter par-dessus bord ce qui n’as pas fait ses preuves.»” Em vésperas da comemoração dos 40 anos da RDA, Marchand refere que o discurso de Honecker poderia dizer um pouco mais acerca dos seus planos para o país: “c’est en tout cas l’espoir que beaucoup de gens ont aujourd’hui en RDA.” Porém, em “La contestation dans la rue”<sup>691</sup>, quando irrompem as primeiras manifestações populares de dimensão assinalável em Berlim, Marchand afirma que na sua origem esteve precisamente o discurso de Honecker, que demonstrou que “le pouvoir n’est prêt a bouger”, referindo novamente, também, os ecos da imprensa ocidental na RDA, apelando à manifestação e continuando a fazer crer a situação no país como incontrolável.

A 13 de outubro de 1989, *L’Humanité* admite um “Ton nouveau a Berlin”<sup>692</sup>, referindo que “pour la première fois, les plus hauts responsables du Parti admettent qu’il a aussi à rechercher dans le pays les causes qui ont pu provoquer de départ massif d’habitants” demonstrando “sa volonté de dialogue avec la population.” Não obstante, em “Leipzig calme et déterminé”<sup>693</sup>, Marchand pergunta-se se “la population a-t-elle encore confiance dans l’actuelle direction du SED et dans le gouvernement?” tendo como pano de fundo a “impressionante manifestation de Leipzig.” O texto está, de facto, preenchido de perguntas, sobre a natureza espontânea da manifestação, o papel da Igreja na mobilização dos cidadãos, que tipo de reformas pretendem os manifestantes e até que ponto o governo irá ceder às pretensões dos cidadãos.

Contudo, a linguagem do texto denota esperança, por parte do seu autor, associando a atmosfera de Leipzig à da França de 1968, “les barricades et la répressions en moins.”

---

<sup>691</sup> L’Humanité, 09/10/1989, p.13

<sup>692</sup> L’Humanité, 13/10/1989, p.21

<sup>693</sup> L’Humanité, 18/10/1989, p.11

Conceitos como o de “pacifismo”, “espontaneidade”, “diversidade”, “liberdade de expressão”, “discussão” para caracterizar o ambiente de Leipzig são utilizados por Marchand, notoriamente entusiasmado com o facto de não haver repressão policial e com o clima de “esperança” vivido na cidade. Este texto é claramente o texto de viragem na comunicação do PCF em relação aos acontecimentos na RDA. Partindo de textos anteriores, em que a interferência estrangeira e os média da RFA eram sistematicamente acusados por Marchand de criar um clima de medo e pânico entre os alemães da RDA, o jornalista, perante a imensa manifestação de Leipzig, centra a sua estratégia de comunicação no contexto nacional do país, referindo que os manifestantes exigem uma mudança democrática no sistema político e a legalização do Novo Fórum. Marchand refere, inclusivé, o facto de vários militantes do SED estarem presentes na manifestação. Segundo o jornalista, a manifestação de Leipzig foi uma manifestação pela paz e pela mudança, envolvendo vários quadrantes da sociedade da RDA e feita de forma pacífica. O que dá, e é patente no seu discurso, uma esperança redobrada de que o país possa representar um rumo diferente na construção dessa mesma mudança, em comparação do que acontecia na Polónia e na Hungria. Sobretudo neste momento, a comunicação pública do PCF sobre o processo de mudança na RDA é feita no sentido de trazer a público a ideia de que os manifestantes não querem o capitalismo mas estão, antes, interessados numa reformulação do socialismo.

É isso mesmo que reflete o texto “Manifestations d’espoir”<sup>694</sup>: a ideia de um país que vive “à l’heure du dialogue”, onde todas as esferas da vida política e social promovem uma “large discussion (...) sans tabous” e com o objetivo de “trouver des solutions à moyen et à large termes pour les difficultés du pays e y rendre le socialisme plus attractif.” Um diálogo que, segundo Marchand, tem também lugar no SED, partido ao qual reconhece uma vontade de agir “d’une manière constructif.” Não obstante, o texto de *L’Humanité* reconhece que “la pression populaire n’a pas baissé la garde (...) mais les manifestations ont pour l’instant changé de nature. Elles sont moins porteuses d’opposition que d’espoir et personne semble-t-il ne veut remettre en cause le dialogue qui s’est engagé.”

Marchand estava certo, na sua afirmação de que as manifestações populares não iriam cessar e, perante a grande manifestação de Berlim, a 6 de novembro, afirma, em “Nous

---

<sup>694</sup> L’Humanité, 23/10/1989, p.11

sommes le peuple”<sup>695</sup>, que a cidade “a connu l’un des rassemblements populaires les plus importants de son histoire”, naquilo que interpreta como uma “démonstration de protestation socialiste”, onde participam membros destacados do SED. Novamente, a descrição de Marchand aponta para “o colorido da multidão”, “as várias bandeiras”, a exigência por um “socialismo democrático”, “un socialisme juste et vrai, qui mérite ce nom, pas le stalinien.” Numa nota de humor, o jornalista afirma, perante as dificuldades que certos oradores têm para se fazer ouvir e fazer chegar os seus argumentos ao povo, que “la démocratie toutefois ne s’apprend pas du jour au lendemain: tous (...) n’auront pas la bonheur de se faire aussi bien entendre que l’écrivain.”

No texto “Démission du gouvernement de RDA”<sup>696</sup>, o tom muda de novo e deixa de ser tão efusivo em relação aos manifestantes. Claude Marchand, através de uma linguagem que transparece desilusão, pergunta-se, perante a insistência dos manifestantes, o agravar do tom dos protestos populares e a intransigência face ao novo executivo da RDA, “comment expliquer cette agressivité nouvelle des mots d’ordre alors que des premières mesures ont été prises pour faire face à l’acuité des problèmes spécifiques (...)?” Em seguida, enumera uma série de medidas tomadas pelo governo de Krenz no sentido da melhoria de vida dos alemães, particularmente na cidade de Leipzig, onde se dão as manifestações mais assinaláveis, questionando, então, desta vez, os próprios manifestantes e a sua recusa em valorizar as medidas, no seu entender notáveis, em respeito a uma série de aspetos. Marchand fala de uma falta de entusiasmo perante as novas leis, de uma insatisfação contínua por parte das organizações sociais e políticas que se manifestavam. Nota-se claramente, da parte de Marchand, que, em termos de comunicação, depois de um momento de aplauso e entusiasmo pelos protestos populares, não lhe é fácil entender o porquê de, perante uma série de medidas tomadas pelo governo no sentido de melhorar a vida dos cidadãos, estes não só não cessam as manifestações como as intensificam e as tornam mais violentas.

A notícia principal sobre a queda do Muro de Berlim, publicada em *L’Humanité* a 10 de novembro, tem o título “Socialisme a renover”<sup>697</sup>. O assunto faz capa da edição desse dia e, como seria expectável, são-lhe dedicadas várias páginas no jornal do PCF. O jornalista

---

<sup>695</sup> L’Humanité, 06/11/1989, p.11

<sup>696</sup> L’Humanité, 08/11/1989, p.12

<sup>697</sup> L’Humanité, 10/11/1989, p.2

assinala o documento apresentado por Krenz na tarde anterior como “caracterisé par une tonalité critique et autocritique jamais entendue jusqu’alors dans l’histoire du SED.” O texto afirma que o partido e particularmente a sua direção se colocaram no centro da crítica e admitiram ser eles próprios os responsáveis pela crise que o país atravessava devido às incessáveis manifestações populares. Perante o comunicado do SED, o posicionamento do PCF é claramente o de reconhecer a vontade do partido alemão numa renovação do socialismo, desmantelando as estruturas anteriores e seguindo um rumo em direção à construção de uma sociedade socialista democrática. Marchand resume as intenções da direção do SED como estando em total oposição com a campanha anticomunista desenvolvida na RFA e, no seu entender, contrariando qualquer interpretação que pudesse ser feita sobre a transformação da RDA num país capitalista. Pelo contrário, a interpretação é a de que o partido, através de uma forte autocrítica, pretende renovar-se por completo, aceder à extensa maioria das reivindicações dos manifestantes e afirmar-se como uma força europeia no terreno do socialismo democrático.

Em “Nous sommes là”<sup>698</sup>, é precisamente essa a interpretação que ressalta em todo o texto. Marchand assinala que, no mesmo lugar onde em 1933 Ernst Thalmann usou da palavra para se opor ao nazismo, dezenas de milhares de comunistas se reuniram: “sans doute n’est-il pas exagéré d’écrire que le rassemblement d’hier soir avait, lui aussi, une caractere historique”, por atestar a vitalidade e a permanência da ação comunista na Alemanha. Perante a abertura das fronteiras entre as Alemanhas, Marchand observa que “la psychose de l’exode soit enrayée.” Todo o texto é rico em menções históricas sobre a luta dos comunistas alemães pela liberdade, mas sobretudo no que diz respeito ao futuro, reafirmando a interpretação do PCF que o povo da RDA não quer uma solução à polaca para o seu país mas antes uma democratização da sociedade, mantendo-se socialista e, pelo menos nesta altura, não se mostrando, pelos vários entrevistados presentes no texto, favorável a uma reunificação alemã.

As interpretações e observações de Claude Marchand, enviado especial do PCF e de *L’Humanité* a Berlim, sobre a noite em que o Muro caiu estão descritas no texto “Alo...le mure est ouvert!”<sup>699</sup>, dois dias depois de se dar a abertura definitiva das fronteiras da RDA. É

---

<sup>698</sup> L’Humanité, 11/11/1989, p.2

<sup>699</sup> L’Humanité, 11/11/1989, p.5

um texto que ultrapassa em muito o relato jornalístico para se transformar numa descrição da forma como o jornalista vivenciou, ele próprio, o momento. “Retrouvailles, embrassades, découvertes. La joie, l’émotion et l’espoir étaient au rendez-vous d’une nuit blanche pas comme les autres” é o subtítulo que acompanha uma fotografia duas fotografias: uma de uma multidão rumo à fronteira entre Berlim Leste e Oeste e outra de três pessoas, que se depreende serem familiares: o pai segura uma garrafa de espumante e a mãe e a filha abraçam-se. Todos têm sorrisos estampados no rosto, dando claramente a ideia de uma celebração.

É essa, também, a ideia que Marchand transmite no seu texto: “une nuit complètement folle, joyeuse, passionné. Une nuit de liesse, une nuit historique.” O jornalista vai recolhendo testemunhos de cidadãos que atravessam a fronteira, deixando claramente levar-se pela emoção, para caracterizar um “spectacle incroyable”, uma “surprise générale”, “un brin cahotique” onde não faltou quem “embrasse à pleine bouche” os guardas das fronteiras, numa “fraternisation entre la population et les soldats frontaliers” que, pelo entusiasmo dos relatos de Marchand, demonstra o quão inédita estaria a ser aquela experiência para a maioria das pessoas que passavam aquelas fronteiras.

E o tom de entusiasmo do enviado do PCF não se limita ao que se passa na RDA: “une fois passé a l’autre côté, c’est un monde nouveau qui se présente”, onde milhares de berlineses se encontram: “on s’embrasse, on s’invite à boire une bière, on donne et on reçoit des conseils.” Não obstante, os relatos recolhidos por Marchand são todos de cidadãos que pretendem voltar as suas casas, que apenas foram a Berlim Oeste para “un coup d’oeil.” O jornalista ficou nas ruas até às cinco da manhã e relatou, precisamente, o regresso a casa da maioria dos cidadãos que passaram a fronteira nessa noite: “ceux qui songent désormais à quitter définitivement le pays sont peu nombreux.” Perante a ideia expressa pelo jornalista de que nada ficaria como antes, é natural que outro seu colega, Jean Paul Piérot, fosse da opinião que “L’histoire se fait a l’Est.”<sup>700</sup>

Os seguintes textos revestem-se de extrema importância para o nosso estudo, já que são os únicos textos relevantes que demonstram um posicionamento claro do PCF perante o caso alemão, uma vez que neles falam diretamente dois dirigentes de topo do partido: Georges

---

<sup>700</sup> L’Humanité, 11/11/1989, p.7



Marchais, o seu secretário-geral e Jean-Claude Gayssot, deputado parlamentar e, à altura, um dos sérios candidatos à sucessão de Marchais.

Gayssot afirma “Je suis un communiste heureux”<sup>701</sup>, exprimindo a sua satisfação quanto ao rumo das transformações em curso na RDA e sublinhando “l’exigence de démocratie et de liberté dans le socialisme” e demonstrando que “l’avenir n’est pas au capitalisme.” À pergunta do órgão de comunicação France-Inter sobre as mudanças na Alemanha, Gayssot assume-se como um comunista “feliz”: “le Parti communiste français se réjouit profondément des décisions qui sont prises.” O deputado insiste no facto de que a atitude do PCF não é “ni tacticienne ni conjoncturelle” e para prová-lo cita um parágrafo do próprio livro, onde afirma que o PCF quer “développer les libertés dans toutes leurs dimensions: individuelles et collectives. Liberté de circulation des hommes et des idées, liberté de conscience. Protection contre toutes les formes d’arbitraire. Refus de toute les censures”, entre outros ideais, como o da liberdade de imprensa, educação e cultura, a recusa de todas as doutrinas e filosofias oficiais, a liberdade partidária, de associação e religião, o respeito pelo sufrágio universal e pela legalidade dos escrutínios, assim como pela alternância política.

Num período em que os partidos comunistas estavam no centro das atenções, o livro de Gayssot, “Le Parti Communiste Français”, esclarecia assim as linhas orientadoras dos comunistas franceses, elencando uma série de princípios pelos quais se regiam e demarcando-se novamente e definitivamente do “socialismo real”. Gayssot afirma que, no que diz respeito ao PCF “rien (...) de près ou de loin s’apparierait au totalitarisme ou à une volonté de monolithisme”. E, pela primeira vez no que se refere ao período em estudo, o PCF vem a público claramente dizer que os comunistas franceses “souhaitaient depuis de nombreuses années des changements.” Gayssot congratula-se, então, que tenha chegado a altura em que as mudanças “depuis plusieurs années” pedidas pelo PCF, finalmente aconteceram.

O deputado do PCF explica que, para o partido, a principal interpretação das mudanças na Europa centro-oriental é a de que Gorbatchov apelou a uma revolução dentro da revolução, não escondendo que existe uma necessidade de democratização do mundo socialista, modernizando a aplicação da ideologia: “il faut que ce soit les gens, ce soit le peuple qui soit associé aux prises de décisions.” Não obstante, Gayssot evidencia as conquistas do mundo

---

<sup>701</sup> L’Humanité, 11/11/1989, p.8

socialista, comparando as sociedades da Europa centro-oriental em 1989 e à altura em que os vários governos socialistas tomaram posse e concordando que todos os países do “socialismo real” chegaram a um estado em que “il faut bouger et notamment dans le domaine de la démocratisation.”

Em relação ao PCF, Gayssot explica que o partido tinha alterado radicalmente a sua estratégia há dezasseis anos, passando ele próprio por um processo interno de democratização e encarando-a como não simplesmente um meio mas “un but de toute société.” Ainda em relação às mudanças na Europa centro-oriental, Gayssot diz que as mesmas demonstram a superioridade do socialismo em relação ao capitalismo, ao demonstrar que aquele é capaz de se renovar e adaptar. E, por outro lado, o deputado do PCF termina com uma série de exemplos onde, na sociedade francesa, as liberdades são postas em causa, concluindo que o capitalismo “n’est pas l’avenir du monde.”

Quanto a Georges Marchais, no já citado texto “Une decision que nous réclamions”<sup>702</sup> fala da abertura das fronteiras na RDA como uma manifestação de grande alegria por parte da população do país: “cette joie est partagée par tous les Français, en particulier par les communistes.” Apelidando o momento de “journée historique”, Marchais demonstra o seu duplo ponto de vista: “d’abord je pense que c’est une étape importante, un bond considérable en avant dans la voie du renouveau socialiste”, frisando que o PCF vinha apelando a esta mudança “depuis tantes et tantes années.” Por outro lado, e num tom mais geral, Marchais mostrava-se confiante de que a abertura de fronteiras na RDA “va créer des conditions nouvelles pour des rapports de paix et d’amitié entre les hommes en Europe.” A insistência no facto de que o PCF reclamava há muito a democratização da RDA, incluindo a livre circulação de pessoas, acontece várias vezes ao longo do texto e vai no sentido, segundo Marchais, das reformas profundas “auxquelles il faut procéder en RDA et aussi dans d’autres pays socialistes pour le renouveau du socialisme” o que significa, para o secretário-geral do PCF, uma sociedade socialista moderna que correspondesse às aspirações do povo.

Ambos os textos, coordenados no que respeita às suas linhas de interpretação principais, colocam indiscutivelmente a tónica no facto de que o PCF teria, mais do que sugerido, exigido as mudanças nos países socialistas, particularmente a abertura de fronteiras na RDA. Estas

---

<sup>702</sup> idem

declarações de Gayssot e Marchais são decisivas enquanto ponto de viragem no que respeita à estratégia de comunicação do PCF relativamente aos processos em curso na Europa centro-oriental. Até novembro de 1989 nunca tinha surgido, na comunicação pública do partido, nenhuma referência ao facto de que o PCF havia alertado e exigido uma mudança no “socialismo real”. Sabíamos, de antemão, o processo de democratização passado pelo próprio partido, referido por Gayssot e que ocorrera no início dos anos 70. O que não tínhamos conhecimento, até estas declarações de Gayssot e Marchais, era da atitude de exigência (e não apenas de crítica pública) que o PCF tinha feito, no contexto das suas relações com os partidos comunistas da Europa centro-oriental, relativamente à democratização daquelas sociedades.

Podemos encarar esta atitude enquadrando-a num processo narrativo de argumentação à defesa. Ou seja, o PCF adianta-se à associação aos partidos do “socialismo real” informando a imprensa generalista de que agira junto daqueles governos, e em particular do governo da RDA, no sentido de uma interpelação por uma mudança democratizante e referindo que esta se tornou possível graças à política de Gorbatchov na URSS.

Não obstante, o PCF não deixa de valorizar as conquistas do socialismo na RDA. Fá-lo através das palavras de destacados dirigentes comunistas mas sobretudo num texto de Michel Muller, intitulado “Une nation majeure”<sup>703</sup>, na mesma edição de *L’Humanité* onde estão as declarações de Gayssot e Marchais. O texto realiza um retrocesso histórico para caracterizar a Alemanha do pós-guerra e as dificuldades que superaram os governos comunistas da RDA para, “malgré les retards dans la démocratisation et la modernisation de la vie du pays”, a RDA ser “une puissance industrielle avec laquelle il faut compter” onde as suas “capacités économiques, son potentiel humaine sont la meilleur chance de réussir le renouveau engagé.”

Estas declarações enquadram-se perfeitamente nas considerações analisadas até aqui. O PCF procura, através da sua comunicação pública, encetar uma série de molduras interpretativas no que diz respeito à RDA. Em primeiro lugar, sobressai a ideia, já discutida, de que o PCF teria exigido, muito antes de os acontecimentos terem lugar, a democratização da sociedade e a abertura das fronteiras. Em segundo lugar, a questão da emigração e a insistência que esta não se dá por motivos económicos já que em vários momentos o PCF descreve a economia da RDA como robusta e insiste no facto de que o que leva os cidadãos a

---

<sup>703</sup> L’Humanité, 11/11/1989, p.9

saírem do país não são carências económicas mas sim ausência de democraticidade. Esta interpretação coloca uma diferença taxativa em relação a outros países do “socialismo real”, na perspectiva dos comunistas franceses, já que a RDA não padeceria das mesmas fragilidades estruturais que a Polónia e, posteriormente, a Roménia, a Bulgária e a própria URSS. Por fim, e por isso mesmo, a comunicação pública do PCF insiste como em nenhum outro caso analisado na ideia de que o que se vivia na RDA era uma renovação do socialismo, encarando aquele país e aquela sociedade como os ideais, não só pelas suas características económicas mas também pela existência de movimentos populares interessados na manutenção do socialismo<sup>704</sup>, para se desenvolverem reformas democratizantes, fazendo da RDA um exemplo de um país socialista democrático e desenvolvido.

O futuro não viria, como sabemos, a ser esse. E mesmo em relação ao PCF, desde logo se apercebe, e mostra-o na sua imprensa partidária, que outros problemas se levantam, como o ressurgir da extrema-direita no país e, mais grave do que isso, na ótica do PCF, a clara intenção, por parte do mundo ocidental, de proceder rapidamente à unificação das duas Alemanhas.

O PCF é o primeiro partido a alertar para as consequências que teria, na sua opinião, a união das Alemanhas. Em “Le pari courageux de l’Allemagne socialiste”<sup>705</sup>, Yves Moreau realiza uma reflexão sobre “l’importance du «trou» dans le mur” que não deve, na sua opinião “être sous-estimée.” Moreau recorda que foi Churchill o primeiro a preconizar um período de divisão de “ferro” na Europa, e que essa divisão foi a responsável pela criação de um Estado socialista: “ce fut en effet positif mais que ne recherchait assurément pas les discours de Fulton”<sup>706</sup> Não obstante o autor reconhecer os malefícios que trouxe a divisão da Europa na segunda metade do séc.XX, “l’existence de deux Etats allemands a permis le maintien d’un certain équilibre sur le base duquel est fondée la stabilité européenne que nous connaissons aujourd’hui.” Na sua opinião, o governo de Bonn quer “reverter” esses esforços e por em causa

---

<sup>704</sup> Isso mesmo demonstra uma sondagem realizada na RDA por um órgão de imprensa da RFA, que revela que apenas 33% dos inquiridos desejam para a RDA o mesmo tipo de organização da sociedade da RFA. (L’Humanité, 13/11/1989, p.4)

<sup>705</sup> L’Humanité, 15/11/1989, p.10

<sup>706</sup> Fulton, cidade onde em março de 1946 Winston Churchill proferiu o célebre discurso “Sinews of Peace”, onde incluiu a expressão “cortina de ferro” para caracterizar a divisão da Europa no pós-guerra mas, sobretudo, o início dos desentendimentos entre o mundo capitalista e o mundo comunista.

esse equilíbrio “en exploitant la crise de la RDA pour réclamer une «réunification de l’Allemagne» sous la houlette occidentale.

Moreau apontava, já em novembro de 1989, as movimentações de Kohl no sentido de apelar ao “direito” das Alemanhas à reunificação: “en fait, M. Kohl plaide ainsi sous un déguisement nouveau en faveur de la vieille théorie expansionniste du «refoulement du socialisme»”. Moreau cita o exemplo de vários líderes ocidentais que opõem à ingerência da RFA sobre a RDA, lembrando que se trata de “la nostalgie d’une des plus sombres période de nostre Histoire.” Assim, o autor, o primeiro a abordar o tema da reunificação num texto de clara reflexão, remete a questão para um plano entre RFA e os governos do Reino Unido e EUA, apelando a que a Comunidade Europeia bloqueasse as intenções de Kohl e respeitasse as fronteiras europeias assumidas no final da II Guerra. Até porque, de acordo com uma sondagem realizada pelo jornal “Berliner Zeitung” indicava que 87% dos habitantes da RDA planeavam viver no seu país, mesmo após a abertura das fronteiras, e que 55% acreditava na possibilidade da renovação do socialismo.<sup>707</sup>

Yves Moreau assina também um artigo onde coloca “Graves questions”<sup>708</sup> relacionadas com os riscos da “pénétration de la drogue et du néonazisme” na RDA, após a abertura das fronteiras, indagando-se sobre se a vigilância das autoridades do país estaria a ser suficiente. Segundo Moreau, aqueles dois problemas tinham sido totalmente erradicados da RDA, ao contrário da RFA. E se o consumo de drogas encontrava uma barreira no custo que lhe estava associado, a questão das “activités néofascistes, racistes ou xénophobes (...) ont donné lieu à l’ouverture de quatre enquêtes judiciaires.” O jornalista utiliza os dados de uma sondagem realizada pela Academia das Ciências Sociais da RDA para garantir que a quase totalidade da população do país aprovava o reforço do controlo aduaneiro, assim como as mudanças levadas a cabo pelo SED, desde que feitas “dans le cadre du socialisme: “il en découle très logiquement qu’une majorité écrasante de la population ne veut pas entendre parler de réunification, mais estime que la RFA devrait cesser de refuser la reconnaissance de la citoyenneté de la RDA.”

---

<sup>707</sup> L’Humanité, *Je suis ici chez moi*, 15/11/1989, p.11

<sup>708</sup> L’Humanité, 27/11/1989, p.14

Os dados dessa mesma sondagem mostravam, contudo, que apenas 19% dos inquiridos admitiam votar no SED, encontrando uma larga margem de indecisos (cerca de 65%). No entanto, em comparação com o Novo Fórum, o SED ganha na confiança dos alemães da RDA, embora seja a desconfiança perante os partidos que tem um maior número de respostas. “Les conclusions à tirer de ces résultats son graves”, afirma Moreau, uma vez que “reflètent en effect l’ampleur du discrédit qui a frappé le SED et la persistance de la crise qu’il traverse.” Na opinião de Yves Moreau, “la crise du SED ne sera surmontée que difficilement et au prix de grands efforts, dont le succès dépendra de la contribution active de ce parti au profond renouvellement démocratique du socialisme, qui correspond manifestement aux aspirations du peuple de ce pays.”

Moreau acrescenta a estes temas o anticomunismo, numa nota de 16 de dezembro em *L’Humanité*, referindo diversas ocorrências na RDA contra militantes comunistas. Em “L’écume de la vague”<sup>709</sup>, o jornalista demonstra a sua preocupação com os incidentes que aconteciam um pouco por toda a RDA mas deixa claro que “ces incidentes (...) ne doivent pas remettre en cause l’appréciation positive du mouvement qui, le mois dernier, a exigé à la RDA de profondes reformes démocratiques du socialisme”, referindo que é preciso fazer uma distinção entre a vaga de “aspirations salutaires et l’écume nauséabonde qui (...) l’accompagne.”

Em “Guerre de la désinformation”<sup>710</sup> Claude Marchand regressa ao tema da persistência dos órgãos de informação ocidentais e das “ingérences, immixtions et pressions exercées par la plupart des forces politiques de RFA.” O autor faz uma exceção aos Verdes e ao PC da RFA mas em relação à vasta maioria dos atores políticos e sociais do país, Marchand atribui-lhes um papel decisivo na “détérioration de la situation interne en Allemagne de l’Est.” Desde boatos sobre a subida do preço do metro quadrado na RDA, a eminentes golpes de Estado, de uma guerra civil, Marchand refere várias situações em que partidos políticos e órgãos de imprensa da RFA procuram desestabilizar o país vizinho. Na sua opinião, “le but d’une telle provocation est evidente: il s’agit de saper les relations constructives qui s’établissent depuis une semaine entre les partenaires de la table ronde et le gouvernement.”

---

<sup>709</sup> *L’Humanité*, 16/12/1989, p.17

<sup>710</sup> *L’Humanité*, 23/01/1990, p.17

A ideia da ingerência da RFA nos assuntos da RDA perpassa ao longo de toda a comunicação pública do PCF relativa ao processo alemão. Nele podemos encontrar vários enquadramentos, sendo o principal a confiança no SED para realizar uma renovação do socialismo, a par com uma total discordância, por parte do PCF, na possibilidade da reunificação alemã. O PCF é o partido que mais cedo abre este debate e aquele para o qual o assunto da “grande alemagne” significava, como referido por Moreau, por Marchand e pelos próprios dirigentes do partido francês, uma ameaça para a estabilidade da Europa e da França.

Veremos em seguida se o enquadramento dado pela comunicação pública do PCI ao processo de mudanças na RDA vai também ao encontro da ideia de uma forte ingerência por parte da RFA ou se, em *L'Unità*, o tom é mais imparcial, não sendo tão crítico em relação aos governos ocidentais.

“Troppi profughi all’ambasciata”<sup>711</sup> utiliza sempre o termo “refugiado” ou “fugitivo” para se referir aos cidadãos da RDA que procuram regularizar a sua situação na RFA, pedindo asilo político ao país. Lorenzo Maugeri refere que “per ritrovare una situazione critica come l’attuale nei rapporti tra Rfg e Rdt bisogna risalire al giugno 1984 quando la rappresentanza di Bonn a Berlino est, nella quale si erano rifugiati 55 tedeschi orientali, fu chiusa al pubblico per la prima volta.” No texto “Invito di Bonn «Non assediate le ambasciate»”<sup>712</sup>, o mesmo jornalista diz que os refugiados esperavam que “alle autorità federali riesca di ottenere dal governo della Rdt un gesto di clemenza che permetta loro di espatriare nella Rfa.” Uma atitude que, segundo Maugeri, seria quase impossível, uma vez que qualquer ação “della missione diplomatica federale” encontrava grande resistência por parte das autoridades da RDA. A situação é descrita como sendo caótica e compreendendo uma série de medidas em curso pelos governos da RFA e Hungria para que os refugiados alemães conseguissem regularizar a sua situação, evitando “il tentativo di espatrio clandestino, con comprensibili gravi conseguenze.”

O processo de emigração dos alemães de Leste seria mais tarde caracterizado como uma fuga. Em “Fuga in Austria per 500 tedeschi dell’Est”<sup>713</sup> Paolo Soldini caracteriza a situação como sendo “la più massiccia fuga di massa di cittadini della Rdt che si sia mai registrata” para caracterizar a passagem de cerca de meio milhar de cidadãos da RDA para a Áustria

---

<sup>711</sup> *L'Unità*, 09/08/1989, p.8

<sup>712</sup> *L'Unità*, 10/08/1989, p.4

<sup>713</sup> *L'Unità*, 20/08/1989, p.7

através da Hungria. A descrição da atitude da polícia austríaca é dada no sentido de comunicar a sua atitude benevolente perante os refugiados, encaminhando-os para Viena e Frankfurt, contrastando com uma atitude vista por Soldini como contrária à permissividade do fluxo fronteiriço por parte das autoridades da RDA. Já por parte da RDA, “Bonn, a sua volta, ha chiesto ufficialmente che la polizia ungherese non metta in difficoltà gli aspiranti profughi bollando il suo passaporto. No que Soldini chama de uma “clamorosa fuga”, o enquadramento feito por parte do jornalista é claro: de um lado as intransigentes autoridades da RDA; do outro a atitude benevolente da RFA e da Áustria. Entre ambas, uma quantidade histórica de fugitivos que estariam na origem de um arrefecimento das relações entre Berlim e Budapeste. Quanto às razões que levavam os cidadãos a saírem da RDA, a comparação com outros períodos, os dados sobre as autorizações legais de emigração e a emissão de vistos por parte das autoridades da Alemanha de Leste não é dada nenhuma informação, ao contrário do que acontece na informação veiculada pelo PCF.

De 500, os refugiados passam a 900, segundo *L'Unità*, um número que poderia ascender a 100 mil até ao final de 1989, segundo informava Paolo Soldini em “Scuote le due Germanie la «grande fuga» dalla Rdt”<sup>714</sup>. O jornalista fala de um crescente amontoado de pessoas junto às embaixadas da RDA na Checoslováquia e Hungria, onde famílias são separadas e os ânimos aquecem. Seria, segundo Soldini, “solo la punta di un iceberg.” E, para a explicação deste fluxo migratório, *L'Unità* refere as razões apontadas por “comentadores” da RFA que atribuem a várias causas: os ecos das mudanças noutros países da Europa centro-oriental e a recusa, segundo eles, de Honecker em admitir qualquer hipótese de que a *perestroika* chegasse à RDA; a falta de perspectiva de mudança no grupo de dirigentes do país; a deterioração da situação económica (entrando aqui em claro contraste com a informação veiculada pelo PCF) e, por fim, “l'effetto psicologico in dotto dalla comparazione tra quanto avviene in Ungheria e in Polonia e quanto «non» avviene nella Rdt cui si aggiunge il timore che l'evoluzione in quei paesi nonché le difficoltà in cui potrebbe trovarsi Gorbaciov in Urss possano spingere i dirigenti di Berlino su posizioni a più chiuse.”

Segundo Soldini, todos estes motivos caracterizariam também o tipo de pessoas que saíam da RDA: “non sono più solo oppositori dichiarati del sistema o apolitici attrati dai

---

<sup>714</sup> *L'Unità*, 21/08/1989, p.5



miraggi della «terra messa» (che nella maggior parte dei casi si rivela una terra estranea indifferente e tal volta ostile) al di là del Muro, ma anche e sempre più dissidenti e critici che in passato avevano a lungo sperato nelle prospettive di un impegno politico in patria.” Perante esta fuga de dissidentes e de membros destacados da oposição ao regime da RDA, Soldini coloca a questão do esvaziamento da força motriz capaz de organizar uma mudança na RDA.

Pela primeira vez, no entanto, o jornalista sugere que, se da parte da RDA, como a comunicação pública do PCI vem interpretando, existem sérias culpas, por parte da RFA “un pò d’autocritica non guasterebbe”: “ipocrisi che ha corso lungo tutta la storia della «questione tedesca» la pretesa di negare ai l’altra Germania il diritto di considerarsi ed essere considerata uno stato la pretesa di avere la rappresentanza di «tutti» i tedeschi - ragione non ultima dell’esistenza di quel Muro del quale giustamente si denuncia infamia - ha prodotto anch’essa i suoi danni e anch’essa ha reso impossibile o complicato la necessária normalizzazione sul confine più difficile dell’Europa.” O jornalista afirma que essa hipocrisia era posta a nu à porta das embaixadas. A atitude dos dirigentes de Bona é descrita como considerando os cidadãos de Leste alemães de segunda, a quem se lhes admite o facto de serem alemães mas a quem se pede que se mantenham “dall’altra parte.” Para concluir, o jornalista refere que, não obstante o que se passava de errado na RDA, a “grande fuga” do país era um problema de ambas as Alemanhas.

É Paolo Soldini quem assina, também, o primeiro grande texto de reflexão sobre o estado da RDA, no que diz respeito aos refugiados e à impermeabilidade demonstrada pela direção do país na autorização de viajar ao estrangeiro. Soldini afirma que é demasiado facilitista olhar para a situação no país e tomá-la como exemplo para caracterizar a crise do “socialismo real”. O jornalista reconhece que, em parte, a situação económica da RDA é melhor do que noutros países da Europa centro-oriental: “la situazione economica è migliore e i disagi più tollerabili si dice, e in e (ma solo in parte) è vero il relativo benessere, comunque incerto e minato da occasioni di confronto che altrove mancano o son mancate a lungo rende più evidenti tutte le inadeguatezze del sistema politico.” Soldini fala de uma necessidade de democratização do sistema político na RDA, que era já conhecida há muito por todos menos pelo grupo dirigente do país.

Perante a promessa de Honecker, quando chegou ao poder, de que reformaria o país, aliando a economia ao social e retirando qualquer indício estalinista na organização do Estado, o jornalista diz que o dirigente entrou num “vicolo cieco di cui solo ora si vede la pericolosità.” Segundo o autor do texto, os dirigentes da RDA afirmavam que não precisavam da *perestroika* porque a tinham já realizado anos antes. Mas a realidade seria outra: “una illusione programmaticamente incompleta tale a lungo andare da aggravare anziché risolvere le contraddizioni tra il potere e il popolo”, levando a que o crescimento económico crescesse à medida que aumentava também “il soffocante regime politico”, facto reconhecido pelo PCI e, refere o autor, por todo o mundo. Os refugiados que deixavam um relativo bem-estar económico, cientes de que não encontrariam o “eldorado” no Ocidente, partiam porque “non ne potevano più delle ipocrisie e del conformismo autoritario del regime che continua a dire «che tutto va bene» della schizofrenia quotidiana dei silenzi e della «verità» ufficiali proclamate come se la Rdt fosse una provincia sperduta dove le notizie «dall altro mondo» non arrivano.”

Outras razões são apontadas pelo autor para este êxodo, nomeadamente o facto de a RDA ser diferente da Polónia, da Checoslováquia ou da Hungria “perché il suo sistema politico coincide con la sua ragion d’essere come Stato.” Ou seja, qualquer outro país da Europa centro-oriental, segundo Soldini, permaneceria enquanto Estado mesmo com a alteração do seu sistema político. O mesmo não se passaria na RDA: “il confine più fortificato tra i due mondi che per quattro decenni si sono fronteggiati armati fino ai denti è anche lì più fragile.” Isto pelo facto de que a divisão da Alemanha não teria nunca sido um facto aceite pelos habitantes, quer da RDA, quer da RFA. O que dividia o país era, segundo o autor, um traçado aleatório do pós-guerra que nunca foi aceite pelos alemães. Soldini fala do período de relativa “normalização” das relações entre os dois países como tendo tido aspetos muito positivos, sendo o principal o ter servido de canal de comunicação entre as duas superpotências da Guerra Fria. Por outro lado, esta abertura de relações entre as Alemanhas nunca teria sido realmente legítima por parte da RFA, que sempre se recusou a admitir a RDA como um Estado soberano, nem pela RDA, que se recusava a encetar reformas internas com vista a uma real democratização do sistema político: “la durezza del regime di Berlino Est ma anche l’imbarazzo dei dirigenti di Bonn stanno mettendo a nudo oggi le ipocrisie dell’una e dell’altra

parte.” A “questione tedesca” estava, segundo o autor, a sobrepor-se à crise dos refugiados sendo que a solução defendida por Soldini, a de um federalismo proposto antes por Willy Brandt, parecia ter sido apagada definitivamente do discurso político.

Nicola Tranfaglia, político italiano de relevo no PCI, em 2004 eleito deputado pelo Partido dos Comunistas Italianos, assina um editorial sobre o tema dos refugiados, em meados de setembro de 1989. “Perché partono”<sup>715</sup> aborda o tema da migração de cidadãos da RDA para o Ocidente enquadrando-o num dos acontecimentos de maior significado para a compreensão da crise do “socialismo real.” Embora continue a ser chamada de “fuga”, Tranfaglia esclarece que “non è una fuga dettata da condizioni economiche, dalla fame, dalla miséria (...) ma è la scelta di lasciare quella che è la propria patria, un paese moderno e industrialmente evoluto, per quello che era il nemico di ieri, la Germania capitalistica e filoamericana.” Assim, para o autor, não existem dúvidas de que esta é uma emigração que exprime o desejo de usufruir das liberdades políticas e civis que caracterizam, com os devidos limites, ressalva Tranfaglia, o Ocidente capitalista.

Perante este dado, o autor tira duas conclusões: a primeira tem a ver com a crise irreversível do modelo socialista “creato dalla rivoluzione d’ottobre e lorgiato da Stalin e dal grupo dirigente sovietico negli anni trenta.” Para evitar a sua derrocada total, Tranfaglia via apenas uma solução, que passava pelas reformas radicais que pusessem a democratização política em pleno no centro de todas as preocupações.

A segunda conclusão coloca em confronto aqueles que, como Gorbaciov, queriam o aceleramento rápido das reformas e outros, como os dirigentes da RDA, que se refugiavam no passado e procura com todos os meios “difendere un regime autoritario e repressivo che poco o nulla ha che fare con gli ideali del socialismo e della democrazia che sono propri di tanta e della sinistra europea, a cominciare dai comunisti italiani.” Neste editorial, mais uma vez, o PCI coloca-se ao lado dos reformistas, apoiando Gorbatchov e uma mudança radical nos sistemas políticos dos países da Europa centro-oriental.

Esta mesma ideia de que os cidadãos “fogem” de um regime autoritário e não são motivados por razões económicas é o que retrata também Frederico Argentieri no texto “Via

---

<sup>715</sup> L’Unità, 12/09/1989, capa

dal breznevismo, Una fuga iniziata nel'61”<sup>716</sup> O jornalista é da opinião de que esta fuga não começou em 1989 mas que se tornou, neste ano, um êxodo levado a cabo por pessoas que “abbandonano un regime politico che è oggi l'interprete più coerente del marxismo-leninismo di stampo brezneviano e che più volte ha fatto intendere di non volere percorrere la strada di Gorbaciov.”

Argentieri refere inclusivé que foi para travar um fluxo migratório idêntico ao que se assistia em 1989 que foi erguido em 1961 o Muro de Berlim: “dalla Rdt il flusso dei profughi è stato in realtà continuo in questi decenni.” Em 1989, no entanto, o autor referia que os “fugitivos” eram maioritariamente jovens formados, “che preferiscono lasciare lavoro, casa e un modesto benessere per potere essere liberi di impostare la propria vita come meglio credono, senza la tutela soffocante di uno Stato ideológico” e que acreditam que a RFA lhes pode oferecer estas condições. Por outras palavras, o autor refere que, por oposição aos emigrantes dos anos 50 e 60, que saíam da RDA por questões económicas, o mesmo não acontecia em 1989. Argentieri referia-se mesmo à oferta de um nível de vida médio em Berlim Oeste, onde conviviam empregos “decentes”, preços baratíssimos dos bens de primeira necessidade, entre eles a habitação, os alimentos, os transportes, os medicamentos, entre outros.

As motivações desta nova geração de emigrantes, a que os autores dos textos de *L'Unità* se referem constantemente como “fugitivos”, prendiam-se então com uma insatisfação constante perante a opressão do regime, descrito como autoritário, e a perda de esperança, quatro anos após a tomada de posse de Gorbaciov como secretário-geral do PCUS e lançadas as políticas reformistas na URSS, que o governo da RDA optasse pelo mesmo caminho.

No dia seguinte, Sergio Segre responde a Argentieri dizendo-lhe que concorda com o seu texto a respeito dos emigrantes da RDA mas que coloca o assunto num patamar ainda mais alto no que respeita à reflexão necessária sobre o que todo este processo significa. Na sua opinião, “obbliga tutti nel mondo a ripensare a fondo le vicende politiche e le stesse esperienze della storia.” Em relação à RDA, o autor afirma que o governo encarava esta nova fase histórica “come un occasione e hanno reagito di conseguenza chiudendo le porte e le finestre e prendendo marcatamente le distanze da quelle nuove esperienze.” Segre reflete

---

<sup>716</sup> L'Unità, 12/09/1989, p.4

sobre o imobilismo do governo leste-alemão afirmando que a causa da instabilidade não são as reformas mas sim a ausência delas.

Uma crise profunda num país na “zona nevrálgica d’Europa” não aconteceria, segundo Segre, sem consequências na política europeia que nenhum dos líderes mundiais ou analistas políticos poderia calcular: “ma tutti hanno imparato a sufficienza dalla storia per rendersi conto che l’errore politico maggiore e più gravido di conseguenze che si protrebbe compiere sarebbe quello di porre in termini di relativa attualità una questione che è affidata allo sviluppo della storia.” Ao contrário de Argentieri, Segre acredita que se a RDA seguisse o rumo da *perestroika* de Gorbaciov o cenário das relações intraeuropeias ficaria imutável. Porém isso significaria uma acalmia nos receios de uma crise grave no coração da Europa. O autor, no entanto, sugeria que a Alemanha poderia ir mais longe e contribuir de forma importante para a renovação do equilíbrio na Europa e no incremento no progresso civil e social no continente. O autor não refere diretamente o que seria “ir mais longe” na RDA do que assumir a política de Gorbaciov mas subentende-se que a questão da reunificação poderia ser um dos caminhos a seguir.

No entanto, Paolo Soldini, em novo texto, intitulado “Berlino est, piccole crepe nel fronte antiperestrojka”<sup>717</sup> fala diretamente da reunificação alemã referindo que qualquer que fosse o rumo que seguisse a RDA, “la «questione tedesca» - il problema non della «riunificazione» dice Brandt, ma della «unità» dei tedeschi «che non significa necessariamente l’esistenza di un solo Stato» - può e soluzione solo in un superamento della divisione dell’Europa, in un assetto che comincia a delinarsi oltre che nelle trasformazioni a Est, nello sviluppo della nuova distensione aperto, ad Ovest, dalla Ostpolitik.” Soldini refere que caso fosse feito qualquer erro, inverter o caminho seria como erigir outro Muro junto ao que já existia.

O debate inicial em torno da RDA centra-se, assim, em *L’Unità*, nos temas da importância geopolítica da Alemanha no contexto da manutenção da paz internacional e da irreduzibilidade por parte do governo da RDA em assumir um processo de mudança inspirado na *perestroika* de Gorbaciov, classificando a emigração massiva de cidadãos como um problema que questionava definitivamente as bases do “socialismo real”, uma vez que se

---

<sup>717</sup> L’Unità, 22/09/1989, p.2

prendia não com motivações económicas mas com motivações inerentes à própria organização do sistema político. Com algumas nuances entre os autores dos textos, o governo da RDA é visto como “monolítico” e desinteressado em qualquer mudança.

No início de outubro de 1989, nas vésperas das comemorações do 40º aniversário da RDA, alguns dos principais autores dos textos sobre o processo alemão em *L’Unità*, como Paolo Soldini, dão nota de alguma esperança de que o governo da RDA estivesse a preparar o diálogo, embora, ainda assim, reconhecendo que o apoio ao diálogo partiria apenas dos partidos que apoiavam o SED. No texto “Riparte il «treno della libertà»”<sup>718</sup>, Soldini reconhece o importante papel dos movimentos oposicionistas ao regime nessa tentativa de que o governo abra portas ao diálogo, apoiando-se nas manifestações de cidadãos que clamavam por Gorbaciov, que “dimostrano che la volontà di cambiamenti della popolazione della Rdt si rafforza sempre più e che per l’apertura di un processo di riforme (...) è certamente molto tardi ma forse non troppo tardi.”

Uma assinalável diferença entre os textos de *L’Unità* e outros jornais, em particular *L’Humanité*, é o facto de estes virem quase sempre acompanhados de uma reflexão profunda sobre o que se passava na RDA, muitas vezes feita por figuras destacadas do PCI que, em vários momentos, chegam mesmo a debater-se, particularmente no que diz respeito às visões sobre o futuro da RDA e da RFA, entre a hipótese da manutenção dos dois Estados, do federalismo ou da reunificação. Em nenhum momento, até ao início de outubro de 1989, um texto do principal órgão de informação de refere à possibilidade de formação de um só país como “anexação”, palavra que encontraríamos noutros jornais partidários em análise.

A imagem de imobilismo do SED transmitida por *L’Unità* muda a 12 de outubro de 1989, quando, após a reunião do partido, Paolo Soldini fala de uma “clamorosa svolta” na RDA. No texto “Berlino ha ceduto”<sup>719</sup>, o autor refere o facto de, na base desta “inversione di rotta clamorosa rispetto a pochi giorni fa”, estarem as manifestações populares espalhadas por todo o país e a presença de Gorbaciov no 40º aniversário da RDA: “ora Honecker, che fino a ieri sembrava essere l’ultimo inamovibile bastione del brezhnevismo in un paese dell’Est europeo, sarà costretto a «discolparsi? con una relazione scritta.” O tom de todo o artigo é de

---

<sup>718</sup> *L’Unità*, 04/10/1989, p.5

<sup>719</sup> *L’Unità*, 12/10/1989, capa

entusiasmo pela via que se estava a desenhar no país, perguntando-se Soldini se Honecker se demitiria. É também neste momento que Occhetto, juntamente com Napolitano, expõem os seus pontos de vista sobre o processo em curso na RDA ao embaixador do país em Itália. Ambos se mostravam preocupados com o curso dos acontecimentos no país, esclarecendo que se o governo mantivesse uma linha de clausura e repressão da dissidência, “la spinta all'esodo verso l'Occidente diventerebbe ancora più dirompente e la situazione potrebbe precipitare verso esiti assai gravi anche dal punto di vista delle conseguenze sui rapporti tra Est e Ovest”, enquadrando novamente a questão alemã num quadro internacional, afirmando a importância do país para o equilíbrio da Europa.

Napolitano refere que o rumo do país deveria passar pelo abandono de qualquer prática repressiva, pelo diálogo, reconhecimento da oposição e das liberdades individuais e de expressão, congratulando-se com o facto de notar, desde a última reunião do SED, a abertura necessária a que se iniciem as mudanças no sistema político da RDA.

Antonio Missiroli interpreta a situação na RDA através de uma dupla análise: a que é feita em torno daqueles que decidiram partir mas, mais importante, em torno dos que ficaram e que, segundo o autor, que à data era correspondente de *L'Unità* mas que chegou, já recentemente (2010/2012) a ocupar um cargo na UE enquanto conselheiro para o diálogo europeu, “hanno invece deciso di restare, e di battersi apertamente per la libertà e per le riforme.” Foi a combinação das exigências destes dois grupos que, segundo o autor, levaram o governo a não optar pela repressão policial das manifestações, embora “il rischio di uno sbocco «cinese» è stato, fatte le dovute proporzioni, molto concreto, ed il plauso espresso a più riprese dalla Sed (l'estate scorsa, ma anche pochi gironi fa) ai dirigenti del Pcc [Partido Comunista Chinês] per il massacro di Tian An Men ne è una conferma indiretta.” Embora a questão da emigração da RDA tivesse sido uma constante ao longo do séc.XX, Missiroli refere que o SED sempre conseguira ultrapassar “i frequenti voti di sfiducia rappresentati da questo flusso o di periódico di profughe e di emigranti diretti a Ovest.”

O autor regista com alívio a abertura ao diálogo por parte das autoridades da RDA mas manifesta algumas dúvidas sobre a credibilidade e a dimensão dessa abertura. A crise de confiança no sistema político da RDA não seria ultrapassável, para Missiroli, sem a adoção de algumas medidas a que chamou “liberais”, como a permissão de viagens ao estrangeiro, o

fim da censura, do policiamento político. E a razão para a sua desconfiança na abertura do regime liderado por Honecker prendia-se, entre outros aspetos, com a desilusão sentida após o que o dirigente prometera ser uma mudança de política quando, em 1987 e tendo a Igreja Evangélica como interlocutor, Honecker visitou a RFA: “anche le pur cautissime concessionari che, sul piano intemo, avevano accompagnato la «piccola distensione» intertedesca sono infatti presto rientrate, lasciando una netta impressione di tatticismo, di strumentalità, di un paternalismo autoritario duro a morire.” E, por isso mesmo, o autor atribui a Honecker graves responsabilidades políticas, classificando-o como “o último líder brezneviano da Europa”, sem capacidade de reação, deixando um vazio de respostas para a situação que o país atravessava. Porém, Missiroli classifica como “ridículas” as opiniões que atribuem unicamente a Honecker a culpa da crise, apoiando-se na própria estrutura do sistema político da RDA, que funcionava, segundo o autor, de forma colegial, segundo critérios de homogeneidade política, sem permitir a existência de uma linha contrária à da maioria, “pur nel quadro di un ferreo centralismo democratico.” Por outro lado Missiroli refere o facto de que todos os quadros dirigentes do partido exerciam os cargos há décadas e tinham todos mais de 70 anos, não compreendendo como podiam, na sua maioria, opor-se a Honecker, com quem sempre concordaram, e falar então de uma renovação da política, após terem estado contra, dois antes, da política da *perestroika* e terem-no exprimido claramente.

Missiroli sugeria, então, a procura de “un Gorbaciov tedesco” nas camadas mais jovens do partido: “solo una *leadership* non transformistica e non compromessa potrebbe avviare, senza precondizioni, un dialogo con la società, potrebbe affrontare con qualche chance di successo crise di oggi.”

É precisamente sobre a figura de Honecker que Paolo Soldini escreve em “Il leader chi volle il Muro di Berlino”<sup>720</sup>. Um texto extenso, emotivo, que caracteriza Honecker como um simples “reformado” que em 1987 visitou a sua casa de criança na RFA e se emocionou. Mas também o seu papel decisivo na Libertação da Europa, a luta antifascista e a ascensão dentro do SED, assim como as dificuldades encontradas ao longo de todo o seu percurso enquanto dirigente da RDA. Em 1989, Soldini afirma que “la *perestroika* non piace ai dirigenti della SED” e Honecker, embora prudentemente, não o esconde, embora o isole, dentro do mundo

---

<sup>720</sup> L'Unità, 19/10/1989, p.6



socialista europeu, à medida que os países do “socialismo real” vão tomando cada vez mais medidas no sentido da democratização dos seus sistemas políticos e da aproximação à *perestroika* de Gorbatchov: “Honecker, , il «realista», è adesso il più duro dei dirigenti orientali, difende tutte le scelte e respinge tutte le critiche, in nome della «coerenza degli ideali socialisti».”

A demissão de Honecker por motivos de saúde, aos quais Soldini chama “una scusa”, no próprio dia em que o texto anterior foi publicado, motiva novo texto do enviado especial de *L’Unità* a Berlim. Em “Honecker lascia, sarà la vera svolta?”, Soldini questiona-se sobre a nomeação de Krenz, “un «delfino» che per anni gli è stato accanto come numero due quasi ufficiale, che ha perfino lo stesso curriculum, ha percorso lo stesso «cursus honorum» nel partito.” O autor afirma claramente que, na sua opinião, Honecker se demitia devido aos protestos populares, “da un sveglio collettivo, da una voglia di cambiamento che ha assunto i tratti di una un subordinazione di massa, di una rivolta aperta.” Porém, a substituição de Honecker por Krenz é também vista como uma continuidade, “una specie di alter ego del leader che se ne va, il campione della ortodossia tra i ranghi della vecchia guardia.”

Segundo Soldini, a demissão de Honecker era previsível. Mas o autor previa uma longa passagem de poder através de uma discussão no próprio SED, porventura na forma de um congresso extraordinário. Dado o carácter continuista de Egon Krenz, o jornalista assumia-o enquanto figura de passagem entre o antigo líder e uma nova solução que significasse realmente a via das reformas na RDA. Em “Rdt, delude Krenz, il «continuista»”<sup>721</sup> é precisamente disso que fala Soldini: “il tono dominante comunque resta l’incertezza Krenz potrebbe tentare di istaurare un «honeckerismo» senza Honecker oppure gestire una svolta prudente verso le riforme oppure (soprattutto se l’ipotesi della malattia fosse vera) rappresentare una figura di transizione verso un assetto del potere orientato davvero verso il rinnovamento.”

Quanto às manifestações populares, como vimos, estas não abrandaram, coincidindo com esta visão do PCI de que o novo secretário-geral do SED iria continuar a linha de Honecker. Gianni Cuperlo, à altura secretário da Federação Juvenil Comunista Italiana, assina

---

<sup>721</sup> *L’Unità*, 20/10/1989, p.5

um editorial intitulado “Alexanderplatz”<sup>722</sup> em que fala precisamente da continuidade das manifestações da RDA. Segundo o autor, os manifestantes continuavam a exigir “le più elementari garanzie democratiche e il pluralismo politico” através de protestos em que todos queriam usar da palavra, numa “incontenibile domanda di espressione, di comunicazione.” Cuperlo aponta o facto de que a extensa maioria dos participantes destas manifestações é constituída por jovens que nasceram já “dentro” do Muro de Berlim: “Giovani e ragazze che sono cresciuti e si sono formati dentro un modello di società e di Stato oggi incapace di soddisfare un bisogno di libertà, di diritti e di democrazia” definindo a manifestação de Berlim como uma “grande manifestação socialista de protesto”, à semelhança do que foi assinalado também no texto do francês *L’Humanité*.

Cuperlo fala de um sentimento coletivo de que a mudança já estava em curso, dando o exemplo da transmissão em direto da manifestação pela televisão da RDA: “ciò che appare in tutta la sua chiarezza e che ogni tentativo di «normalizzare» questi avvenimenti è destinato a fallire.” O autor refere-se a outras cidades, como Leipzig, Dresde, Varsóvia, Budapeste e Praga, onde os mais jovens escolhiam uma via: “la scelta della democrazia come valore, la scelta di un socialismo nel quale, come gridava ieri mattina la «generazione del Muro», ciascuno possa sentirsi rappresentato da una classe dirigente che gode della fiducia dei cittadini.” Em nome do PCI, Cuperlo assinala o seu apoio a essa geração, com a qual sentia ter uma sintonia profunda e “perché sentiamo soprattutto che è questa la battaglia fondamentale che la sinistra in Europa deve combattere.” Essa batalha passaria pelas ideias e valores do socialismo e o seu renascimento, “nella certezza delle libertà e dei diritti, senza modelli e dogmi, senza violenze e repressioni, e soprattutto forse senza quel lungo inquietante Muro nato tanti anni fa quando tanti di noi ancora non erano nati.” Gianni Cuperlo foi, mais tarde, entre 2012 e 2014, presidente do Partido Democrático.

No dia seguinte à noite em que é conhecida a decisão de abrir as fronteiras da RDA, mais propriamente a noite associada à queda do Muro de Berlim, o tom de *L’Unità* é de uma euforia quase tão grande quanto o próprio acontecimento em si. Logo na capa, “Si è aperto il Muro di Berlino”<sup>723</sup> fala de uma “clamorosa svolta nella Rdt” que deixou a cidade em festa.

---

<sup>722</sup> *L’Unità*, 05/11/1989, p.2

<sup>723</sup> *L’Unità*, 10/11/1989, capa

Soldini fala de um anúncio “che cambia la storia”, de uma cidade “impazzita di gioia”, de um clima de “stupore tra i cittadini”, de pessoas que choravam enquanto se abraçavam e de soldados que sorriam ao permitir a passagem para o lado ocidental da cidade: “il Muro di Berlino è come se non esistesse più, il confine tra le due Germanie diventa un confine «normale»”, referia Soldini no texto “Fr ale due Germanie frontiere aperte”<sup>724</sup>

Dentro de toda a comunicação referente à queda do Muro de Berlim em *L'Unità* é importante apontar o facto de o jornal aproveitar o momento para questionar os seus efeitos no SED, no sentido de argumentar que, após a tomada de este tipo de decisões o partido teria inevitavelmente que passar por uma intensa mudança ao nível da sua organização interna e dos seus objetivos políticos: “resta da vedere fino a che livello il terremoto che si sta preparando farà sentire i suoi effetti.” Tal como Soldini referia, a emigração continuaria a significar algo a que o governo tinha de responder, as manifestações nas ruas das principais cidades alemãs não iriam cessar e Krenz continuaria a estar presente na opinião pública como “cresciuto all’ombra di Honecker.”

A exaltação do acontecimento não cessa: “Il giorno più bello per l’Europa” abre a edição de *L'Unità* do dia 11 de novembro, onde está também presente o texto com o subtítulo “La pazza notte del popolo più felice della terra” e um editorial de Renzo Foa sobre o assunto. “E così cambia tutto il continente”<sup>725</sup> fala de dias entusiasmantes para os europeus, onde se assiste na televisão “il sorriso, il pianto, la felicità dei berlinesi nella notte in cui si sono finalmente ritrovati insieme.” Foa diz mesmo que gostaria de ter estado no meio da multidão, vivenciando um dos momentos que “che segnano e cambiano la storia di una nazione.” O autor vai mais longe, explicando que a mudança se dá em todo o continente, num esquema figurativo relacionado com uma peça de teatro, onde o palco é a Alemanha, os atores o povo e o tema é a democratização da Europa centro-oriental, que está a “deitar abaixo” as barreiras existentes na Europa: “Viene davvero da dire che in queste ore «siamo tutti berlinesi”, parafraseando quanto John Kennedy disse all'indomani della costruzione del Muro.” Novamente, outra imagem é utilizada para descrever o processo: a de uma estrada recente e inédita ainda por construir, da qual era visível, naquele momento, apenas o ponto de partida. Foa atribui

---

<sup>724</sup> *L'Unità*, 10/11/1989, p.3

<sup>725</sup> *L'Unità*, 11/11/1989, capa

indubitalmente a transformação em curso à força popular “costruito dal coraggio di chi ha invaso, in numero crescente, le strade e le piazze fino a scuotere prima e rovescere adesso la politica di quello che era uno del bastioni del «socialismo reale»”.

Partindo da noite da derrocada do Muro para caracterizar todo o processo de mudança na RDA, Foa afirma que se tratou de um movimento que foi ganhando força quanto mais democrático se tornou, seguro nas suas reivindicações fundamentais, extraordinariamente político nos seus objetivos, “giungendo a realizzare in poche settimane una rivoluzione impensabile ed inattesa.” Também Paolo Soldini, enviado especial de *L’Unità* a Berlim, retrata com igual entusiasmo “abbracci, baci, lacrime di gioia” e o enorme aplauso de toda a comunidade internacional, na qual inclui a URSS, à medida anunciada pelo governo da RDA. Esse aplauso internacional relatado em *L’Unità* vem de Londres, Budapeste (que refere a necessidade de rever os acordos da conferência de Ialta), Moscovo, Roma e Paris. Em relação a esta última cidade, e mais propriamente ao posicionamento francês perante os acontecimentos, importa analisar a perspectiva através da qual os comunistas italianos abordam a questão.

O texto “La passa passa attraverso quel Muro”<sup>726</sup> tem como subtítulo “I francesi si dividono sulla riunificazione” com a menção de que ressurgem, em França, velhos e novos fantasmas relacionados com a Alemanha. Embora Mitterrand tenha referido não temer a reunificação alemã, “i fantasmi della storia e il timore di nuove condizioni geopolitiche dell’Europa non hanno mai risparmiato ampie fette del mondo politico francese.” Giscard d’Estaing, ex-presidente da República francesa, conservador, dizia à imprensa que “sia l’Europa federale, e non la Germania federale, a cogliere, quando sarà venuto il momento, le opportunità di partecipazione della Germania orientale”, sendo a voz mais audível de uma área política francesa que, segundo Gianni Marsilli, autor do artigo de *L’Unità*, teme mudanças estratégicas no que se refere à política externa e de defesa, herdeira do gaulismo, do giscardismo e de alguns setores do socialismo francês. A este respeito, Marsilli recupera a frase do escritor francês François Mauriac que diz: “«Amo tanto la Germania che ne voglio due».”

---

<sup>726</sup> *L’Unità*, 11/11/1989, p.6

O posicionamento do PCF é retratado na imprensa do PCI através das palavras de Georges Marchais, vistas como prudentes, mas que recuperam o comunicado feito pelo secretário-geral do PCF, que analisámos antes, e que refere, relativamente às razões do êxodo populacional da RDA para a RFA, “che si, c'era un bisogno di democrazia, ma che era in atto una sorta di complotto del padronato tedesco occidentale per avere manodopera a buon mercato.” O jornalista do PCI ironiza, dizendo que o PCF, perante tantas novidades vindas da Europa centro-oriental, optara por uma postura prudente perante os factos.

Porém, não é apenas da parte da França que *L'Unità* relatou receios quanto à união das Alemanhas. No editorial “Paura di Germania”<sup>727</sup>, Giangacomo Migone fala de reações cautelosas por parte dos governos soviético e americano face às alterações na RDA. Segundo Migone, “a Mosca si teme che il ritmo degli eventi possa disarcionare il cavaliere che li ha in parte suscitati, in parte cavalcali. È una preoccupazione legittima, che deve essere condivisa anche da chi non nutre nostalgie per il bipolarismo e la politica delle sfere d'influenza.” Quanto à cautela norte-americana, esta requiere, segundo o autor, uma reflexão mais profunda. Migone refere que Bush se preocuparia com o nascimento de um novo centro de poder “non si sa se Europeo e tedesco, che sfuggirebbe ad ogni controllo bipolare e con cui occorrerebbe trattare ad armi pari. Neste sentido, o autor aponta as declarações de vários responsáveis norte-americanos sobre a possibilidade de uma reunificação alemã poder significar uma forma prematura e perigosa de união. Migone explica que, ao governo norte-americano, “quel che li spaventa di più è una Grande Germania che aspiri a fare da cuscinetto a Est e Ovest, diventando neutrale.”

Quanto ao posicionamento do PCI, nesta fase, perante a reunificação alemã, contrasta com o dos outros partidos analisados. A abordagem a esta questão não é tão eufórica quanto a abordagem feita em torno da abertura das fronteiras ou das mudanças no regime da RDA. Mas não é, de todo, enquadrada numa avaliação negativa. Mauro Ceruti, político e filósofo italiano, sugere, no texto “Le Bastiglie del 1989”<sup>728</sup> que a possibilidade de uma Alemanha unida a todos os níveis (político, social, cultural, etc.) e da distensão das fronteiras da UE para além dos limites da então já mais do que aberta “cortina de ferro” pode ser uma realidade

---

<sup>727</sup> *L'Unità*, 12/11/1989, p.2

<sup>728</sup> *idem*

“quanto più gli occidentali sapranno comprendere quel mutamento di gioco che, per volontà di tutti e di nessuno, è avvenuto fra i giocatori dell'Europa orientale: non una rigida sequenza di mosse e di contromosse in un universo del possibile predeterminato, ma una gara ad aprire nuovi possibili che possano rendere compatibile quello che nei giochi del passato, più ristretti, sembrava contraddittorio.” O autor atribui um simbolismo único à queda do Muro de Berlim, como sendo uma passagem de uma dimensão isolada do mundo, como era o caso da Europa centro-oriental nos anos da Guerra Fria, para uma dimensão pan-europeia e planetária. Em jogo, segundo o autor, uma escolha “fra la continuazione del gioco classico dell'equilibrio e un deciso incamminarsi sulla strada di questo nuovo gioco di costruzioni del possibile.

Nesta altura, ainda não é claro um posicionamento do PCI perante a ideia da reunificação alemã. Mas os textos em *L'Unità*, as interpretações de figuras destacadas do partido, o contraste reforçado perante o posicionamento do governo francês e do PCF, vão sublinhando a tendência de aprovação, por parte dos comunistas italianos, da ideia de uma Alemanha unida. Veremos, mais tarde, que o PCI aprovará essa reunificação, ainda que se opondo firmemente à forma como é feita.

É curiosa a mudança de tom na comunicação pública do PCI à medida que o processo na RDA se desenrola. De textos iniciais, em que o país era visto como o último bastião do imobilismo na Europa centro-oriental ao texto de Paolo Soldini que fala de “Scuola di democrazia a Berlino est”<sup>729</sup>, ficamos com a ideia que os acontecimentos na RDA foram senco acompanhados pelo PCI com grande entusiasmo, desenvolvendo-se da forma que o partido considerou a ideal para conduzir o país rumo à democratização, ainda que não tivesse havido, entre setembro e dezembro de 1989, nenhum comunicado oficial de Occhetto e do PCI, ao contrário dos outros partidos, sobre o processo de mudança na RDA.

Soldini, no entanto, autor da grande maioria dos textos de *L'Unità* sobre a RDA, pedia o aparecimento de um “Gorbaciov tedesco” que, segundo o próprio autor, apareceu mesmo na figura de Hans Modrow, eleito primeiro-ministro do Parlamento da RDA, de quem as “parole semplici” e a “sincerità” agradam ao autor do texto, por representar “il rinnovamento” com “accelerazioni impressionanti.”

---

<sup>729</sup> *L'Unità*, 14/11/1989, p.5

O posicionamento de Occhetto perante a união das Alemanhas viria a ser descrito no texto “Occhetto e Mazowiecki in sintonia sulla Germania”<sup>730</sup>. Embora referindo que “sul PCI la diversità di posizioni è una risorsa importante, ci serve un dibattito sereno”, Occhetto diz que “la Germania unita non è un tabu” mas que esse processo deveria ser localizado no quadro da unidade europeia e sem colocar em causa o equilíbrio entre os blocos militares, devendo ser “un processo dinamico, più complessivo, di superamento degli equilibri usciti dalla seconda guerra mondiale.” O secretário-geral do PCI afirmava, então, que deveria ser tida em consideração a auto-determinação dos povos e, como tal, serem os alemães a decidir o seu próprio destino: “nessun tabu, dunque, nessun rifiuto pregiudiziale a parlare di una Germania unita.” Por outro lado, a ideia da construção da nova Europa deveria, segundo Occhetto, estar sempre presente, tendo como fundamento a noção de um espaço geoestratégico não de confronto entre os dois blocos militares mas de paz.

Este posicionamento é idêntico ao da maioria dos governantes italianos, à exceção de Andreotti, da DC. Occhetto comenta o posicionamento adverso à ideia de uma reunificação alemã por parte do Presidente do Conselho de Ministros italianos referindo que não seria recomendável as várias forças políticas italianas terem posicionamentos distintos sobre a questão da reunificação alemã. Não obstante a possível união das Alemanhas, Occhetto afirma que “i confini usciti dalla guerra non possono essere rimessi in discussione”, matéria sobre a qual, como afirma Soldini, concorda a extensa maioria dos líderes mundiais.

Terminamos a análise dos textos de *L'Unità* sobre o processo de mudanças na RDA com um editorial de Angelo Bolaffi, filósofo e político italiano. Em “Il futuro del continente”<sup>731</sup>, o autor refere o facto de ser impensável uma Europa contra a Alemanha, seja qual for a decisão que viesse a ser tomada quanto ao futuro da RFA e da RDA. Por outro lado, uma Alemanha sem o apoio da Europa “diventa una mina ad alto potenziale piazzata nel cuore del vecchio continente, esattamente nel luogo di intersezione di quelle che una volta erano le aree di influenza dei due blocchi militari” e daí a importância da questão alemã, central na Europa em vários momentos de grande relevância histórica. O autor refere que o fator tempo seria decisivo para a nova direção da RDA e uma parte da oposição se mostrarem capazes de

---

<sup>730</sup> L'Unità, 09/12/1989, p.7

<sup>731</sup> L'Unità, 12/12/1989, capa

orientar o processo rumo a eleições livres e a um possível processo de confederação com a RFA: “si tratta di un'operazione di tale complessità da somigliare piuttosto alla quadratura del cerchio.” Bolaffi sugere que as eleições na RDA sejam encaradas como um referendo à reunificação: “il sacrosanto diritto alla autodeterminazione dei tedeschi dell'Est potrebbe entrare in contraddizione con il sistema dell'equilibrio europeo ma anche produrre delle conseguenze imprevedibili nell'edificio sociale e politico della Germania occidentale.”

Bolaffi refere as reuniões que se seguiriam na Europa, entre Mitterand e os novos líderes da Europa centro-oriental, entre Gorbatchov e Modrow, afirmando que, mais uma vez na história contemporânea, “la Prussia toma ad essere la vera a del panorama politico europeo.”

#### **3.4.1.5. - Transição de regime na Bulgária: a mudança “inspirada” do BKP em janeiro de 1990 e a vitória dos ex-comunistas nas eleições livres de junho de 1990**

Ao contrário das mudanças que vimos analisando, particularmente a alemã e a checoslovaca, a transformação da sociedade búlgara partiu quase inteiramente do Partido Comunista Búlgaro (BKP), com uma intervenção da população em complemento, mas sem, no entanto ser a força motriz do processo de transformação.

Todor Jivkov, secretário-geral do BKP entre março de 1954 e novembro de 1989 tinha, à altura das revoluções de 1989, idade avançada, 78 anos, e demonstrava claramente o desgaste de 35 anos à frente dos destinos da Bulgária, num estilo “auto-suficiente” e “autoritário”<sup>732</sup> que afastara, ao longo das décadas, possíveis rivais e se mostrava avesso à política de *perestroika* proposta por Gorbatchov.

Por outro lado, ao contrário da Checoslováquia ou da Polónia, não havia na Bulgária, em 1989, nenhuma organização política, sindical ou de outra espécie que reunisse força suficiente para mobilizar uma sociedade civil paralisada no que se refere à contestação ao regime de Jivkov. O único foco de contestação, na Bulgária, uniu-se em março de 1988 em torno do “Comité de proteção ecológica de Ruse”, com o objetivo de denunciar a poluição produzida por uma fábrica de adubos químicos, naquela cidade. Este Comité foi o precursor do *Ecoglasnost*, um organismo vocacionado para o esclarecimento ambiental, que reunia

---

<sup>732</sup> Soulet, *História Da Europa De Leste: Da Segunda Guerra Mundial Aos Nossos Dias.*, p.214



intelectuais, artistas e outras figuras conhecidas da sociedade búlgara, mas cuja atividade estava estritamente controlada pela polícia. Os intelectuais búlgaros, como Constantin Pavlov, Stephan Tsanov, Boris Dimovski ou Todor Tsanec, tinham protagonizado, de resto, alguns momentos de contestação ao governo, ainda no final dos anos 70 e início dos 80, mas sem que conseguissem organizar uma oposição ativa: “a partir da década de 80, a maioria dos búlgaros (...) compreendeu que o sistema estava a funcionar em vazio, só a uma ínfima minoria dava proveito e era irreformável. Embora não tenha bastado para suscitar a rebelião, essa consciência explica bem a alegria popular que explodiu com a queda do regime.”<sup>733</sup>

Por fim, Soulet aponta uma “persistente indiferença do Ocidente” quanto aos destinos da Bulgária, em grande contraste com o envolvimento do Ocidente na Polónia, Hungria ou Checoslováquia. O autor refere, a título de exemplo desta indiferença ocidental perante o país, o número reduzido de notícias, artigos académicos ou referências à Bulgária nos trabalhos dos intelectuais ocidentais, o que o leva a crer que, de certa forma, o Ocidente queria “fazer esquecer” o entusiasmo pelos regimes de Jivkov (e também pelo de Ceausescu) nos anos 60 e 70, particularmente nos momentos em que Jivkov e Ceausescu se opuseram a decisões do Pacto de Varsóvia ou a indicações da URSS. Já da parte da URSS, a mudança na Bulgária foi acompanhada de perto, havendo interferências diretas de Gorbachov pela deposição do regime búlgaro.

A substituição de Jivkov pelo seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Pétar Mladenov, é classificada como uma “brusca mudança” na historiografia búlgara desse período. O facto aconteceu apenas um dia após a queda do Muro de Berlim, a 10 de novembro de 1989 e não terá apanhado de surpresa os observadores e os dirigentes políticos, após as mudanças na RDA, Checoslováquia, Hungria e Polónia. Vários elementos contribuem para que a substituição de Jivkov não fosse vista com espanto, inclusivé, como veremos, pelos partidos comunistas ocidentais que estudamos: a atuação dos serviços secretos búlgaros, com a imputação do assassinato de dissidentes em Londres em 1978, a provável participação no atentado ao Papa em 1981, as acusações de tráfico de narcóticos e armas e sobretudo a decisão das autoridades búlgaras de forçar os imigrantes turcos a adotarem nomes de família búlgaros desagradavam tanto o Ocidente como a URSS. Neste último caso, a “bulgarização” da etnia

---

<sup>733</sup> Ibid., p.216

turca levou à saída maciça de imigrantes, ao nascimento de movimentos de revolta dos turcos na Bulgária, a um decréscimo significativo na força trabalhadora do país e, claro, ao azedar das relações entre Sófia e Ankara.

A partir de 1985, Gorbatchov e Jivkov são dois dirigentes com visões diametralmente opostas, nomeadamente no que se refere à economia, com a Bulgária a iniciar a mudança na direção da economia de mercado, ainda que dentro do COMECON. A atitude de Jivkov foi uma reorientação para o Ocidente, em especial para a RFA. A reforma iniciada pelo secretário-geral do BKP ia até mais longe do que a própria *perestroika*, com a reorganização das estruturas administrativas do país, uma Constituição mais democrática e a reorganização da economia búlgara inspirada pela China de Deng Xiaoping: “atendendo à crescente irritação de Gorbatchov perante esse reformismo tardio e desenfreado, não tardou a tornar-se evidente que ele nada faria para o apoiar e que até lhe não desagradaria o afastamento de Jivkov.”

Em 1989, a população búlgara procurou enfrentar por diversas vezes o poder. Nasce o “Clube de apoio à *glasnost* na Bulgária”, que ganha o apoio do Ocidente e tem como objetivos internos preparar a sociedade para a oposição a Jivkov. O Clube trabalhava na Bulgária dentro da legalidade constitucional e ao abrigo do programa de abertura promovido por Jivkov. Não obstante, atrai o interesse do Ocidente. Tal como o primeiro sindicato independente, o “Podkrep”, fundado em fevereiro de 1989 e a petição dirigida ao Parlamento, em maio, por 131 intelectuais, opondo-se à discriminação das minorias, em particular a turca.

Após o êxodo turco de maio de 1989, Gorbatchov corta definitivamente relações com Jivkov. A 20 de outubro desse ano, a já bastante desgastada figura de Jivkov conhece o momento que marca definitivamente a obrigatoriedade do seu afastamento, quando a polícia dispersa, perante os olhos da imprensa estrangeira e de forma agressiva, os manifestantes do *Ecoglasnost* que se manifestavam em Sófia.

Segue-se um jogo de bastidores dentro do BKP, encabeçado por Mladenov e Lukanov, políticos próximos a Gorbatchov, que termina com o afastamento de Jivkov da direção do partido, acusando-o de ser responsável pela crise económica, financeira e política da Bulgária e pelo isolamento do país a nível internacional. Mladenov substituiu, então, Jivkov como secretário-geral do BKP e presidente do Conselho de Estado a 10 de novembro de 1989. Logo no dia seguinte, a população sai à rua e passado pouco tempo a oposição organiza-se em torno

da União das Forças Democráticas (UFD). No início de janeiro de 1990, começaram as negociações entre a oposição e o BKP para uma transição pacífica para o multipartidarismo e a democracia representativa. Nesse mesmo mês, dá-se o “congresso da mudança”, onde o BKP enceta definitivamente pela social-democracia, e a alteração do seu nome para Partido Socialista da Bulgária (BSP) em abril de 1990. Ao contrário de todos os outros países onde ocorreram as mudanças de 1989/1991, nas primeiras eleições parlamentares livres realizadas na Bulgária em junho de 1990, o BSP ganha com maioria absoluta, levando a um longo período de negociações com a oposição já que, embora tendo ganho com maioria absoluta, o BSP procurava a formação de um governo de entendimento nacional, que não encontra eco na oposição, que reage violentamente aos resultados eleitorais.

No âmbito do nosso estudo, analisaremos como dois momentos do processo de mudança na Bulgária são comunicados pelos partidos comunistas ocidentais: as mudanças levadas a cabo por Mladenov no BKP, que culminam com o XIV Congresso do partido a 31 de janeiro de 1990 e a mudança do nome em abril desse ano; e as reações dos partidos em estudo à vitória com maioria absoluta do BSP nas eleições parlamentares de 10 de junho de 1990, onde o BSP ganha com 47,2% dos votos e 211 deputados, num total de 400, numa eleição com uma participação que rondou os 90,3% dos eleitores.

### **A substituição de Jivkov em novembro de 1989 e a “mudança radical” no BKP**

A entrevista do então secretário-geral do PCP, “Álvaro Cunhal na volta da Bulgária e da Jugoslávia”<sup>734</sup> traz importantes dados sobre a visão do partido português não apenas perante a Bulgária mas em relação a uma série de temas de relevo, que permitem perceber o posicionamento do PCP perante as reformas nos países socialistas europeus. Cunhal confirma, após a sua viagem aos dois países, que “grandes conquistas da revolução socialista são parte integrante e fundamental da realidade atual e base fundamental para as reformas em curso”. Em segundo lugar, Cunhal aponta “atrasos no desenvolvimento, erros e decisões cuja eficácia não se comprovou na prática, que se torna necessário ultrapassar”. Em terceiro lugar, o secretário-geral do PCP afirma que “as diferenças nas situações concretas (...) tornam

---

<sup>734</sup> Avante, 17/08/1989, p.3

inteiramente naturais, necessárias, mesmo indispensáveis soluções diferenciadas na construção do socialismo.” Por fim, Cunhal reconhece que esses desvios só poderiam ser resolvidos por uma política socialista, que os partidos nacionais, entre os quais o BKP, estava disposto a defender.

A respeito da Bulgária, Cunhal sublinhava a complexidade da natureza das questões nacionais e étnicas nos países socialistas. Em relação ao êxodo de turcos, Cunhal mostrava-se atento a uma reflexão sobre a evolução das mentalidades, mas notava que existia também uma intensa campanha anticomunista contra a Bulgária, por parte da “ditadura turca.”

O facto mais importante da entrevista de Cunhal no seu regresso da Bulgária e da Jugoslávia centra-se no aspeto de que, já em agosto de 1989, Cunhal reconhece erros, desvios, opções erradas, atrasos, ineficácia de soluções encontradas nesses dois países e propõe uma mudança de atuação, redefinindo o caminho para o socialismo tendo em conta as realidades nacionais. Não fica claro, na resposta de Cunhal, se se referia também aos outros países com governos ditos socialistas. Mas, na introdução à entrevista, este regresso da Bulgária é mencionado como o término de uma série de visitas efetuadas pelo secretário-geral do PCP a vários países do centro e Leste europeu, como a Polónia, a Hungria, a Checoslováquia e a RDA. Não obstante, à pergunta sobre se o PCP manteria relações com os partidos comunistas do centro e Leste europeu, Cunhal não hesitou em afirmar que se manteriam as “relações de amizade e fraternidade existentes.”

No *Avante!*, bem como nos outros órgãos oficiais do PCP, não existe uma reflexão sobre o período de transição entre Jivkov e Mladenov na Bulgária. O texto “Bulgarização forçada foi erro grave”<sup>735</sup> é editado já em janeiro de 1990, servindo apenas para comunicar a decisão do BKP, já sem Jivkov, de classificar as medidas tomadas contra a minoria turca de “erro grave” e dar nota da criação de um novo partido político na Bulgária, o Partido Verde, e da realização do Congresso do BKP, a 30 de janeiro, “perspetivando a sua total renovação.”

Sobre o 14º Congresso do BKP, o PCP volta a falar apenas em junho de 1990, num texto publicado a propósito das eleições parlamentares desse mês. No texto “Maioria absoluta para o Partido Socialista”<sup>736</sup>, ao qual regressaremos mais tarde, o PCP regressa ao Congresso do

---

<sup>735</sup> *Avante!*, 04/01/1990, p.7

<sup>736</sup> *Avante!*, 21/06/1990, p.16

BKP de janeiro de 1989 para recordar que o partido búlgaro defendera um governo de unidade nacional, dando “um grande impulso a todo este processo”. Nesse congresso, foi realizado “um balanço crítico ao caráter contraditório da construção do socialismo na Bulgária, pela imposição de um sistema de poder centralizado e administrativo” e, segundo o PCP, o BKP “tomou a iniciativa da mudança.” Essas mudanças passaram pelo restabelecimento dos direitos das minorias turca e muçulmana, a convocação de uma mesa-redonda com diversos movimentos e a legalização de movimentos políticos. O Congresso que alterou toda a configuração do BKP, passou também, segundo o PCP, pelo assumir da necessidade de uma reforma económica do país sem, no entanto, abrir portas ao capitalismo.

Também o PCE é praticamente omissivo no que se refere à comunicação da substituição de Jivkov e às reformas propostas pela nova liderança do partido. Nas páginas do *Mundo Obrero*, as menções ao 14º Congresso do BKP são praticamente nulas, referindo apenas que este decorre no sentido de uma mudança radical do partido, que iria empreender o caminho das reformas rumo ao estabelecimento de uma democracia plena na Bulgária e comparando a social-democratização do BKP com os processos existentes noutros antigos partidos de governo da Europa central e de Leste.

A respeito da Bulgária, o PCE publicou, no início do Verão de 1989, uma entrevista a Ivan Nedev, embaixador da Bulgária em Espanha, numa altura anterior à deposição de Jivkov e referente às manifestações ocorridas tendo como base “un fundamentalismo islâmico difícil de compreender”. “La idea de la perestroika búlgara es abrirse al mundo”<sup>737</sup> coloca no centro da questão o “complexo entramado cultural y religioso” da Bulgária e nas medidas em relação à minoria turca, que criaram um incómodo diplomático entre Sófia e Ancara. No entanto, no seguimento deste tema, o PCE questiona Nedev sobre os fundamentos da *perestroika* húngara. O embaixador responde que a Bulgária “ha abierto sus fronteras com tres meses de antelación a lo previsto en las leyes” e que os turcos que saíam do país estavam “bajo la influencia de la propaganda turca”, outros porque decidiram visitar familiares e outros, ainda, segundo o embaixador, “porque se creen que en Occidente se puede vivir muy bien sin trabajar.” Nedev deixava a ideia de um “panturquismo” que acontecera também na Grécia e que traria consequências graves para a Europa, como a promoção do “fundamentalismo islâmico.”

---

<sup>737</sup> Mundo Obrero, 28/06/1989, p.38

Em relação à *perestroika* búlgara, Nedev defende-se, falando de uma tentativa de aplicar reformas liberalizadoras e democratizadoras “adecuada a las condiciones de Bulgária.” O embaixador afirmava que a Bulgária começara a preparar as leis que previam o pluralismo partidário desde 1987, “aunque a nuestro juicio las condiciones en Bulgaria no son las propicias para la emergencia de nuevos partidos” pois seriam algo “artificial, creado desde arriba.” Nedev sublinhava, nesta entrevista, que a ideia da *perestroika* búlgara era a de “abrirse al mundo” para a construção de uma Casa Comum Europeia.

Só passado um ano, e em situações diametralmente opostas, é que o PCE volta à questão búlgara e, mais propriamente, aos planos do BKP para o país. Após o XIV Congresso, a mudança de nome e as eleições parlamentares que lhe deram a maioria absoluta dos votos. Perpassa a ideia, quer na comunicação pública do caso búlgaro por parte do PCP, quer por parte do PCE, que o processo que decorria entre novembro de 1989 e janeiro de 1990, meses que, fundamentalmente, alteraram toda a estrutura da sociedade búlgara e transformaram por completo o BKP, foi passado para um terceiro plano no que se refere à prioridade da comunicação política. Tal como é referido por ambos os partidos, esperava-se que, na Bulgária, o futuro político do BKP reformado fosse idêntico aos dos outros antigos partidos comunistas do centro e Leste europeu, que não tiveram, pelo menos imediatamente, relevância eleitoral.

O facto de o o PCP e o PCE só darem notícia das alterações no BKP aquando da sua vitória eleitoral é justificativo desta perceção. Nessa altura, o PCE dedica meia página do *Mundo Obrero* a Alexander Lilov, então presidente do BSP. Em “Vamos hacia un partido marxista moderno”<sup>738</sup>, García Raya entrevista Lilov, que refere a sua intenção de solidificar um “partido de izquierdas marxista moderno, capaz de tomar lo viable, lo valioso, lo vivo del marxismo y todo lo que tienen de valor la socialdemocracia (...) un partido capaz de dar respuesta a los problemas de finales de siglo XX, y no a los de finales del siglo XIX.”

Lilov explica que o BKP herdou um regime “totalitário”, uma crise de confiança no partido e uma situação de choque: “el partido se renueva o desaparece (...) nada puede parar este proceso.” As principais modificações no partido ocorreram ao nível da sua estrutura orgânica, renunciando ao centralismo democrático, admitindo fações distintas, discussões,

---

<sup>738</sup> Mundo Obrero, 20/06/1989, p.33

polémicas e renovando em 95% a direção dos órgãos centrais. Factos que pareceram não merecer a atenção dos partidos ibéricos quando foram acordadas, em janeiro de 1989, mas que, face à vitória eleitoral de junho de 1990, receberam um interesse e um relevo diferente. Ao final de contas, o BKP, embora transformado em BSP, era o único partido comunista das antigas repúblicas populares que não renunciara ao marxismo, que não aceitara o capitalismo ocidental e a “terapia de choque” e que, ainda assim, tinha ganho um ato eleitoral livre e com alta participação.

A pouca importância dada ao caso búlgaro por parte dos partidos em estudo reflete-se de forma mais notória, ainda, no PSUC. Em nenhum momento a comunicação pública do partido dedica um espaço isolado às transformações na Bulgária, onde o país seja o assunto principal do texto, incluindo-as sempre no âmbito de reflexões mais latas sobre as mudanças ocorridas no centro e Leste europeu. Por outro lado, e ao contrário do PCP e do PCE, o PSUC não exalta o bom resultado eleitoral do BSP em junho de 1990. Verificaremos se o mesmo acontece com o PCI, partido com o qual o PSUC alinha, como estamos a constatar, a sua comunicação pública referente aos acontecimentos de 1989/1991.

Nas páginas do *Treball* de janeiro e junho de 1990, meses em que o processo de transformação na Bulgária ganha os seus contornos mais importantes, os grandes destaques internacionais são dados à transformação em curso no PCI e à luta dos trabalhadores noutros pontos do globo, como por exemplo na Guatemala.

Já em relação ao PCF, o caso é bastante diferente dos jornais ibéricos. O partido francês acompanha de forma muito mais exaustiva o processo de transformação na Bulgária, dedicando-lhe vários momentos no seu órgão de comunicação pública. O PCF é, de resto, o partido que, proporcionalmente, mais espaço dedica ao caso búlgaro. Nesse sentido, centrámos a nossa análise de conteúdo nas datas relativas ao afastamento de Jivkov da liderança do BKP e o XIV Congresso do partido e, posteriormente, as reações às eleições legislativas de junho de 1990.

“Changement a Sofia”<sup>739</sup> noticia a demissão de Jivkov das suas funções de direção do BKP e do Estado búlgaro, no seguimento de uma reunião do Comité Central: “ce changement, pour aussi naturel qu’il soit, n’était pas attendu dans l’immédiat”, comenta Jean George,

---

<sup>739</sup> L’Humanité, 11/11/1989, p.10

jornalista autor do artigo, contrariando a opinião geral de que o afastamento de Jivkov seria expectável. George justifica a sua afirmação no facto de o encontro do Comité Central do partido ter tido como motivo a discussão das reformas “dont les autorités bulgares se préoccupent depuis quelques années déjà.” O autor aborda a figura de Jivkov como o impulsionador das reformas na Bulgária, país “où le mot réforme avait le plus droit de cité” e onde, ao longo dos anos 80, foram realizados esforços no sentido da melhoria da eficácia da economia e uma maior democratização das instituições: “les résultats et les actes n’ont pas toujours été à la hauteur des intentions mais le tableau dressé par les médias d’un pouvoir bulgare figé dans l’immobilisme est loin de correspondre à la réalité.”

George admite, neste texto, que a Bulgária foi vítima de um complô internacional para ser culpabilizada pelo atentado ao Papa em 1981 e que, na realidade, o país teve um importante papel na manutenção da paz nos Balcãs, “grâce à la politique de bon voisinage à laquelle s’est tenue Todor Jivkov”, contribuindo decisivamente para a desmilitarização daquela região do globo.

O artigo apresenta ainda duas pequenas biografias, uma de Jivkov, representante “de la génération de la résistance antifasciste” e outra de Mladenov, apresentado como um diplomata cuja nomeação para a secretaria-geral do BKP não era esperada. Numa pequena nota, o PCF dá conta das felicitações dadas por Gorbatchov ao novo dirigente búlgaro, com esperança na manutenção de uma boa relação entre os dois países.

Este primeiro texto de *L’Humanité* sobre o caso búlgaro aponta para vários esquemas interpretativos. Por um lado, Jivkov é retratado como um dirigente reformador, responsável pela intenção de encetar uma reforma económica e democrática na Bulgária, mas que, segundo o PCF, não se concretizou segundo o planeado. No entanto, a figura de Jivkov não é de todo relativizada. O PCF reconhece o seu importante papel, sobretudo no contexto regional onde se insere o país, na manutenção da paz e na resistência a provocações externas. É uma atitude cautelosa por parte do partido francês, que enaltece a figura de Jivkov mas não deixa de admitir que a mudança era prevista e necessária.

Passados dois dias, o PCF tem já um enviado especial a Sófia. Jean Paul Piérot, no texto “Acceleration de la Restructuration”<sup>740</sup> fala da intenção de Mladenov de renovar o socialismo

---

<sup>740</sup> L’Humanité, 13/11/1989, p.10



“par réformes politiques et une économie plus directement tournée vers les besoins des hommes.” Numa cidade que seguia o seu ritmo normal, Piérot recordava as promessas feitas por Jivkov em 1987, que deram origem à ideia de uma *perestroika* búlgara mas cuja posta em prática “a été trop lente, trop hésitante” e, nesse sentido, o correspondente do PCF acreditava que a mudança na liderança do BKP traria uma aceleração das reformas, sobretudo a nível económico. Perante o primeiro discurso de Mladenov como secretário-geral do BKP, Piérot retira a interpretação de que o líder comunista pretende “détruire” completamente o tipo de gestão da vida económica búlgara e o sistema de direção política do país, inspirado nas mudanças que ocorriam na maior parte dos partidos socialistas e que compreendiam todas as esferas da vida pública nacional. Mladenov pretendia manter o papel guia do BKP no país mas não “par la force de l’autorité mais par la force du talent et la force de l’énergie.” Procurava consegui-lo através da dinamização do pluralismo de opinião e de mudanças na forma de nomeação dos cargos dirigentes. No que se refere à relação com o estrangeiro, Piérot sublinha a intenção de Mladenov de prestar uma homenagem à nova visão da URSS acerca da política e das relações internacionais.

Como conclusão, o novo secretário-geral do BKP pretendia convidar os comunistas búlgaros a “promouvoir un auto-gouvernement de la société, un état constitutionnel reposant sur un ordre social choisi librement par le peuple.”

É também Jean Paul Piérot quem, no texto “Vers un marché socialiste”<sup>741</sup>, faz um retrocesso histórico para caracterizar a Bulgária como um dos países economicamente mais atrasados da Europa do pós-guerra que conheceu um desenvolvimento rápido graças ao socialismo, que não existia nos países vizinhos. No entanto, o autor refere que a economia, em 1989, estava de “mauvaise santé”, com um grande dívida ao exterior, dificuldades de produção e carência ao nível do abastecimento das lojas: “les responsables bulgares veulent mettre en place une véritable économie de marche, dans le cadre du socialisme, reposant principalement sur les firmes nationalisées.” Para tal, Piérot cita responsáveis do país que diziam ser precisa uma transformação total da estrutura industrial, herdada do sistema soviético, dando prioridade a setores como os bens de consumo, os produtos químicos ou a electrónica: “tous ces changements demandent un effort énorme de formation des hommes et

---

<sup>741</sup> L’Humanité, 15/11/1989, p.14

exigente des capitaux.” Uma tarefa que o autor via como difícil de concretizar, tendo em conta o cenário económico do país em 1989.

É apenas na comunicação pública do PCF que surge uma referência, entre os partidos estudados, às manifestações de 20 de novembro de 1989, em Sófia, e à exclusão de Jivkov do BKP, a 14 de dezembro desse ano.

Em relação à manifestação, no texto “*Démocratie et liberté!*”<sup>742</sup>, o jornal francês falava de mais de 50 mil pessoas nas ruas da capital búlgara, pedindo “*démocratie, élections libres et liberté*”, reunidas pelo grupo *Ecoglasnost* e pelo “Clube pela *Perestroika*”. Piérot descreve a emoção com que os participantes faziam ouvir as suas vozes numa manifestação que, de acordo com a agência de notícias Sofia-Press, teria sido desmobilizada se tivesse sido realizada uns dias antes, mas que era então legal e possível. O autor dá nota de vários cartazes, muitos deles com inscrições contraditórias: uns pedindo a “*mort à la bourgeoisie rouge*”, outros apelando ao “*christianisme, lumière pour le monde.*” Perante uma notável síncrese de lemas e pedidos, característicos de uma manifestação onde pela primeira vez os seus participantes se podiam expressar de forma livre, um tema parecia ser consensual: o da condenação de Jivkov e o da impossibilidade de haver democracia com a manutenção do papel guia do BKP.

O autor do artigo notava que a maioria dos participantes demonstravam o seu apoio a Mladenov, estando no entanto “*contre le maintien d’anciens «jivkoviens» dans les instances dirigeantes du Parti.*” A manifestação dissolveu-se após a aprovação de um texto comum, onde, entre outros pontos, era exigido a Mladenov a libertação dos presos políticos e o fim da censura.

E passados cerca de 25 dias, Mladenov fazia a vontade aos manifestantes e expulsava Jivkov do BKP, sob acusação de “*violations graves de principes de base du Parti e de la morale (...) des erreurs capitales dans le développement socioéconomique du pays, qui ont provoqué une crise politique et économique.*” No texto “*Todor Jivkov exclu du PC bulgare*”<sup>743</sup> Piérot refere também que a mesma reunião do Comité Central decidiu a abolição do papel guia do partido, a realização de eleições parlamentares e um congresso extraordinário. O jornalista

---

<sup>742</sup> L’Humanité, 20/11/1989, p.14

<sup>743</sup> L’Humanité, 14/12/1989, p.21

notava que a exclusão de Jivkov deveria ser seguida de outras medidas relacionadas com outros militantes partidários: “des accusations graves qu’il convient d’etayer devant une opinion publique plus exigeante.”

Em ambos os textos, é claro o posicionamento do PCF: em nenhum deles é feita uma crítica a Jivkov, nem deixa de lhe reconhecer o papel pioneiro na tomada de medidas reformistas na Bulgária. A tese do partido francês perante o dirigente búlgaro continuava a ser a de um reformador, com um importante papel no desenvolvimento do país, mas incapaz de levar avante as medidas da *perestroika* búlgara por ele anunciadas. Em relação à sua expulsão do BKP, embora nunca utilizando o termo “expulsão” e referindo-se sempre a “exclusão”, a interpretação é de que essa e outras medidas tomadas pela nova direção do partido surgem no seguimento das exigências dos manifestantes, como tentativa de agradar a opinião pública, mantendo-se no poder. Ao contrário do que acontece com Jivkov, a posição do PCF perante a nova direção do BKP é crítica, dando a entender que as medidas decididas a 14 de dezembro são tomadas de forma populista.

É isso mesmo que sugere o texto “Manifestations en Bulgarie”<sup>744</sup>, onde, apesar de todas as medidas tomadas por Mladenov no sentido de agradar à população, as manifestações continuam a suceder-se em Sófia, que dessa vez em nada teriam a ver com a alteração política na Bulgária mas eram antes contra a restituição dos direitos à minoria turca, no sentido de contrariar a “bulgarisation forcée” daqueles habitantes, levada a cabo pelo antigo dirigente do BKP. Seriam, então, manifestações que foram comunicadas pelo PCF como tendo um carácter xenófobo e afastado dos princípios democratizadores propostos pelo novo governo. *L’Humanité* cita Mladenov que, perante os manifestantes, apenas explica que “le plus importante est de calmer la situation.” Perante as manifestações de novembro de 1989, Mladenov atendeu às reivindicações dos manifestantes, realizando as reformas estruturais no BKP. Em janeiro, no entanto, o carácter discriminatório das exigências do movimento de cidadãos não poderiam ser, de forma alguma, atendidos pelo então secretário-geral do BKP.

---

<sup>744</sup> L’Humanité, 08/01/1990, p.12

“Leçons pour l’avenir”<sup>745</sup>; “Unité et renouvellement”<sup>746</sup> e “Unité sur un manifeste”<sup>747</sup> relatam exaustivamente os posicionamentos, os discursos e as resoluções decorrentes do XIV Congresso do BKP. Encontraremos, nos textos, posicionamentos que reflitam a opinião do PCF perante a mudança estrutural dos comunistas búlgaros.

É transversal a ideia de que a Bulgária vivia uma situação de crise a todos os níveis e que o BKP se mostrava, tal como estava organizado, incapaz de responder à crise política, económica e social do país, sugerindo-se para isso que fossem aprendidas “toutes les leçons des autres pays socialistes (...) des succès et des difficultés de la perestroïka.” À data da realização do congresso, Jivkov tinha sido preso, acusado de traição ao partido e “ambitions maniaques”, o que permite, na opinião do autor, a realização de uma autocrítica à construção do socialismo na Bulgária, sem que deixem de ser apontados, no entanto, “des progrès considérables”, nomeadamente, ao nível da luta contra o analfabetismo e a miséria, a construção de um serviço nacional de saúde e a industrialização do país, entre outros.

O ponto essencial nas discussões do congresso, e corroborado pelo enviado especial do PCF, é o de que “le PCB est l’initiateur des changements (...) ce point qui les distingue des autres pays socialistes européens, à l’exception de l’URSS.” No entanto, o PCF deixa claro que concorda com a afirmação de que não existia alternativa à reestruturação do BKP. Do termo “centralismo democrático”, os comunistas búlgaros avançavam para a ideia da “unidade democrática”, permitindo os diferentes pontos de vista no interior do partido, juntamente com uma “épuration morale du parti” que não visava ser, no entanto, uma “chasse aux sorcières.” Piérot afirma ainda que Mladenov se mostrara recetivo à formação de um governo de entendimento nacional, saído de eleições livres e que em nenhum momento, no Congresso, falara da mudança de nome do partido.

O facto viria a ser noticiado por *L’Humanité* em abril desse ano. Em “Bulgarie: le parti communiste devient socialiste”<sup>748</sup>, o jornal do PCF informava que a decisão de alteração de nome partira de uma reunião do Conselho Supremo, que a deveria submeter a um referendo ao qual eram chamados a votar os militantes do BKP. Em nenhum momento é emitido um

---

<sup>745</sup> L’Humanité, 31/01/1990, p.12

<sup>746</sup> L’Humanité, 01/02/1990, p.16

<sup>747</sup> L’Humanité, 02/02/1990, p.12

<sup>748</sup> L’Humanité, 04/04/1990, p.18

juízo de valor sobre a mudança de nome do partido nem o PCF menciona qual o seu posicionamento em relação a este assunto.

Ao contrário do PCF, e de acordo com o que se passou na comunicação pública dos partidos ibéricos, também a informação relativa à Bulgária é escassa no PCI, dando a entender claramente de que se trata de uma das mudanças nas antigas repúblicas populares que os comunistas italianos não acompanham com a mesma atenção do que outras, como a polaca ou a alemã.

Em relação às manifestações de novembro de 1989, *L'Unità* publica o texto “Migliaia in piazza a Sofia. Vento di glasnost in Bulgaria?”<sup>749</sup>, onde o autor se pergunta se a *perestroika* teria chegado ao país, pelos “segnali di apertura” demonstrados pelo governo de Jivkov e pelo facto de que milhares de pessoas se manifestavam nas ruas. O autor salienta que “per la prima volta la polizia non è intervenuta contro i dimostranti” mas que “la televisione ha dato ripetutamente informazioni sul di battito contro le centrali [nuclear] evitando però di parlare delle richieste di democrazia.”

O jornal aponta para o facto deste movimento ser o único legal dentro da oposição ao governo e que todos os focos estavam voltados para o discurso de Jivkov, em que este deveria assumir que não foi capaz de melhorar a situação económica da Bulgária. O ponto que distingue este texto de *L'Unità* e que contrasta com a visão dos outros partidos sobre estas primeiras manifestações na Bulgária, é o facto de o jornal italiano se questionar sobre se a Bulgária já estaria preparada para “quelle aperture auspicate da Gorbaciov.” O autor baseia-se em observadores ocidentais para afirmar que Jivkov “sarebbe rimasto molto colpito dalla caduta del leader tedesco orientale Eric Honecker e vorrebbe ora adottare una linea di caute riforme.” O autor reconhece que a introdução de reformas não é uma novidade de 1989, na Bulgária, dando o exemplo da permissão do desenvolvimento da medicina privada no país.

Um dos textos em que *L'Unità* desenvolve com mais profundidade um posicionamento relativo ao caso búlgaro é “Bulgaria, se ne va «re» Zhivkov”<sup>750</sup>. Romolo Caccavale, jornalista que assina os artigos sobre a saída de Jivkov, fala precisamente de um “rei”, “, il più longevo leader di un paese dell Est”, onde a chegada da *perestroika* causa, para os italianos, “sorpresa.”

---

<sup>749</sup> *L'Unità*, 04/11/1989, p.13

<sup>750</sup> *L'Unità*, 11/11/1989, p.8

Ao contrário do PCF, que parece reconhecer que o caminho percorrido pela Bulgária indicava que as mudanças estariam próximas, o PCI fala de “quello che nessuno in Bulgaria e atrove si aspettava più (...) nell ultimo eremo del breznevismo nel Patto di Varsavia”. Toda a linguagem do artigo aponta para a ideia de um líder inatingível, que percorreu décadas no poder. Novamente, à semelhança de outros partidos, o PCI fala de uma “svolta” inesperada, “nessuno avrebbe mai immaginato”, “inattesa” por todos os observadores e governos “ma anche per i dissidenti bulgari e gli stessi diplomatici occidentali accreditati a Sofia.” Esta surpresa, refere o autor, justificava-se pelo facto de o próprio Jivkov ter recentemente falado da necessidade de proceder a reformas na Bulgária, que estaria muito atrasada no caminho da *perestroika*, mas que essas seriam sempre realizadas com ele à frente dos destinos do país. Quanto a Mladenov, o autor do texto de *L'Unità* fala de um reformista improvável para a sucessão a Jivkov, e que também nisso surpreende todos, calorosamente recebido por Gorbaciov e pela URSS.

No texto “Si è adattato al vento di Mosca per 35 anni”<sup>751</sup>, Caccavale faz uma descrição do percurso biográfico e político de Jivkov, onde as principais ideias a retirar são que, na opinião do jornalista de *L'Unità*, se tratou de facto de um reinado em que a figura principal “sobreviveu” a vários líderes soviéticos “grazie alla sua capacità di adattarsi al vento che soffiava da Mosca”. O autor interpreta a saída de Jivkov como uma “volta pagina su un intera época”, onde um homem com “pugno di ferro anche se avvolto in un guanto di velluto per ammorbidirne i colpi” dirigiu a Bulgária ao longo de 35 anos.

Algumas reflexões neste texto diferenciam-se bastante da forma como os outros partidos trataram o processo búlgaro. Caccavale compara a situação de Jivkov à de Honecker e admite que a saída de ambos se pudesse relacionar com a fuga populacional que quer a Bulgária, que a RDA sofreram e que deixaram os países em condições muito precárias, com um enfraquecimento, no caso búlgaro, da força laboral em cerca de 10%, devido à saída de turcos do país. Segue-se uma longa descrição da governação de Jivkov na Bulgária, que terminara em novembro de 1989 “però con la consalazione di avere battuto ogni record di durata fra tutti i leader dei paesi dei socialismo reale.”

---

<sup>751</sup> L'Unità, 11/11/1989, p.8

Quanto à visão do PCI sobre o novo líder do BKP é de que Mladenov pretendia acelerar o processo de mudança. Em “La glasnost di Sofia dissidenti riabilitati”<sup>752</sup>, falava-se de “rinnovare” e de uma série de medidas, sobre as quais já falámos, que o novo secretário-geral do BKP tomara e que levavam o jornalista de *L’Unità* a afirmar que estava “mutando rapidamente la situazione in Bulgaria”, com a anuência de Gorbatchov, que manteria, segundo os comunistas italianos, conversas regulares e um bom entendimento com o novo líder dos comunistas búlgaros.

*L’Unità* refere também que, à medida que o processo de reformas acontecia, o grupo *Ecoglasnost* tornava-se cada vez mais um movimento político de oposição, sugerindo que poderia tratar-se de um embrião de um futuro partido político de oposição ao BKP.

Sobre as manifestações do final de novembro, em Sófia, *L’Unità* tem uma postura também distinta dos outros partidos analisados, exagerando na sua dimensão e dando-lhe uma importância muito maior. “Centomila in piazza a Sofia: «democrazia»”<sup>753</sup> fala de uma das mais “imponentes” manifestações de sempre na Bulgária desde o final da II Guerra, “per chiedere elezioni libere e riforme”. *L’Unità* é o único jornal a referir que os manifestantes estão também contra o novo chefe de Estado, Mladenov, e não apenas contra o sistema ou pedindo que o antigo líder fosse levado à justiça: “ogni volta che qualcuno citava il suo nome [o de Mladenov] partiva una bordata di fischi.”

Enquanto o PCF falava de uma manifestação algo desorganizada, onde vários temas eram trazidos à boca de cena de forma algo sincrética, o PCI dá a ideia de uma manifestação que, embora muito grande, está bem organizada, em torno dos principais grupos de oposição, o *Ecoglasnost* e o “Clube para a *Perestroika*”, com exigências muito claras pela democratização da sociedade búlgara, a elevação do nível de vida e o protesto contra todas as estruturas de Estado, nomeadamente o BKP, fosse o líder deposto, fosse o novo líder, aos quais os búlgaros que se manifestavam não reconheciam capacidade para levar a cabo as reformas necessárias.

E é dentro deste mesmo registo que *L’Unità* descreve a manifestação de início de dezembro. Enquanto o PCF distingue ambas as manifestações, dando a ideia de uma segunda

---

<sup>752</sup> *L’Unità*, 15/11/1989, p.9

<sup>753</sup> *L’Unità*, 19/11/1989, p. 13

manifestação muito mais organizada do que a primeira, o PCI coloca-as em pé de igualdade. Além desta diferença, o facto de o PCI extrapolar em muito os números apresentados pelos outros partidos. Em “Venti di libertà in Bulgaria”<sup>754</sup> Giuseppe Muslin fala de centenas de milhares nas ruas, onde “il vento della perestroika soffia violentemente anche su uno degli ultimi baluardi dei Balcani.” A linguagem para descrever a manifestação passa um notável entusiasmo: “è la volta di Bulgaria”; “questo meraviglioso ‘89”; “dare voce alle esigenze di democrazia e di libertà”. Muslin deixa claro que “il leitmotiv è stato solo e sempre uno: democrazia e libertà (...) una manifestazione con obiettivi molto precisi in una prospettiva di evoluzione pacifica della protesta.” De novo, o autor frisa que os apupos não se dirigiam apenas ao líder deposto mas também a Mladenov e ao BKP, nomeadamente a questão do papel de vanguarda do partido, consagrado na Constituição do país.

De uma forma geral, o posicionamento do PCI perante as manifestações na Bulgária são de que existia um sentimento geral de não reconhecimento, por parte da população, na possibilidade de o BKP ser eficaz na execução as reformas mas de que tudo apontava que, à semelhança de outros países do socialismo real, era clara a ideia de que esta também viria a ser uma mudança tranquila, pacífica, rumo à reforma e à renovação, palavras que o PCI não se cansa de escrever ao longo dos seus artigos sobre os acontecimentos de 1989/1991.

A grande diferença em relação aos relatos dos outros partidos sobre o processo búlgaro é que o PCI dá a entender que é uma mudança que acontece graças à exigência da população, constantemente na rua e organizando manifestações. O que, tendo em conta o que sucede noutros países do Leste, nesta altura, não é comparável. A mudança acontece, na Bulgária, dentro do próprio partido e as manifestações, ainda que apoiadas pelas elites intelectuais, organizadas em alguns grupos de oposição e referindo temas comuns, poderiam ter sido dominadas pela polícia, se assim o aparelho de Estado o pretendesse pois não têm a dimensão nem o peso a nível nacional que tiveram noutros países, nomeadamente na RDA e na Checoslováquia.

O PCI insiste numa visão em que coloca uma população em manifestação contra qualquer medida que seja tomada pelo BKP. Em “Ruolo guida del partito: a Sofia 50 mila in

---

<sup>754</sup> L’Unità, 11/12/1989, p.10



piazza”<sup>755</sup>, *LUnità* volta a colocar a manifestação no centro da notícia e não a discussão parlamentar em si. É uma estratégia de comunicação marcadamente diferente dos outros partidos em análise. De uma reunião em que são discutidos assuntos estruturais como o papel de vanguarda do BKP, a marcação de eleições livres e do Congresso extraordinário do partido, o PCI traz o foco para a rua e opta por redimensionar a questão, demonstrando o descontentamento da população com Mladenov, a quem os manifestantes gritavam “dimettiti, dimettiti!”

À semelhança dos partidos ibéricos, também o PCI não realiza nenhuma cobertura especial ao XIV Congresso do BKP, contrastando de forma marcante com a atitude do PCF. É só com o resultado das eleições de junho que, com grande surpresa, o partido italiano volta a falar sobre a questão búlgara.

#### **As eleições de junho de 1990 na Bulgária e a surpresa: vencem os ex-comunistas**

É com um tom bastante contido que o PCP dá a notícia de que o BSP, antigo partido comunista, venceu as eleições de 1990 na Bulgária. O texto “Maioria absoluta para o Partido Socialista”<sup>756</sup> preferiu recentrar a discussão em torno da ideia de que será precisa a formação de um governo de “consenso nacional” e das dificuldades que esse entendimento levantava. Os comunistas portugueses referem também as palavras do então primeiro-ministro búlgaro, Andrei Lukanov, que remetem para a ideia da singularidade do ato eleitoral, já que representava a primeira vez que um antigo partido comunista dos países do socialismo real, após passar por uma transformação estrutural, “ganha umas eleições livres e justas.”

O PCP frisa que é o BSP que quer que o governo seja de coligação, de acordo com o que ficou acordado em conversações anteriores com a oposição: “um consenso que, para já, a oposição vem a recusar, evitando o empenhamento em medidas necessárias que possam ter um preço inicialmente difícil.” Os comunistas portugueses recordam que, ainda que não se chegasse a esse entendimento entre os partidos, o caminho das reformas “exigirá sempre consensos”, entre os quais o mais importante era do da alteração da Constituição.

---

<sup>755</sup> 15/12/1989, p.6

<sup>756</sup> *Avante!*, 26/01/1990, p.16

Em relação à Bulgária, o PCP acompanha também com preocupação a questão do anticomunismo no país, sobretudo a questão da deposição dos símbolos comunistas e o fogo posto à sede do antigo BKP, então BSP, no centro de Sófia. Em “Sede do antigo PC incencidada em Sófia”<sup>757</sup>, o PCP fala de milhares de manifestantes reunidos junto à sede do BSP, que impediram os bombeiros de apagar o incêndio, no que era “o culminar de nove meses de protestos contra a presença de símbolos comunistas na capital.”

O PCP associa os manifestantes ao grupo “Movimento para a Desobediência Civil” e alerta para o perigo da “ameaça à paz civil e do ressurgimento do extremismo de direita e o fascismo”, naquela que foi classificada como “uma autêntica vaga anticomunista” levada a cabo por “ativistas com claras tendências neofascistas que em vez de aceitarem as regras da democracia por que clamam, se insurgem nas ruas provocando atos de verdadeiro vandalismo político.” O PCP refere que o anticomunismo na Bulgária mostrava-se violento e voltava-se contra todos os que apoiavam o governo democraticamente eleito. O PCP refere várias vezes ao longo do texto o facto de o BSP ser o vencedor legítimo das eleições: “recorde-se contudo que o Partido Socialista, que a oposição não deixa governar, ganhou as eleições de junho com 53 por cento dos votos.”

Perante o ressurgimento de gestos e hábitos associados ao fascismo e à extrema-direita, “apesar do apego declarado aos valores da democracia, a oposição não se opõe a estas forças, antes pelo contrário, estimula-as (...) em favor dos seus interesses partidários.” “Morte aos Comunistas!” é apenas um entre vários *slogans* que o PCP refere que podiam ser ouvidos nessas manifestações.

O PCE demonstra bastante mais entusiasmo pela vitória dos socialistas em junho de 1990 na Bulgária. No artigo “Al socialismo por las urnas”<sup>758</sup>, Garcia Raya, enviada especial a Sófia, fala também da intenção do BSP de organizar um “gobierno de ampla coalición con la oposición”, facto a que a oposição não se mostra disposta. A jornalista refere, a propósito da oposição, que esta “está empezando a tener serias discrepancias en su seno” devido a desentendimentos entre os líderes dos principais partidos que integravam a coligação.

---

<sup>757</sup> Avante!, 30/08/1990, p.11

<sup>758</sup> Mundo Obrero, 20/06/1990, p.32

Por terem faltado notícias relativas à Bulgária nos meses anteriores, o PCE procura recuperar os principais marcos do processo de transição do país para a democracia e publica, em junho de 1990, vários textos retrospectivos sobre as mudanças no país.

Ainda a respeito das eleições, Garcia Raya, no texto “El triunfo de la Renovación”<sup>759</sup> exalta o facto de o BSP ter votos e deputados suficientes para governar sozinho mas, ainda assim procurar a formação de um governo com a oposição “para intentar acabar con la crisis en Bulgaria.” A jornalista refere a estupefação com que a oposição viu os resultados eleitorais, no que chama de “triunfo socialista en esta transición ejemplar.”

“Peculiar” é outro dos adjetivos que o PCE utiliza para caracterizar a transição na Bulgária, já que “fue el propio partido el que el 10 de noviembre destituyó a su número uno, Yivkov, realizó un radical cambio en su estructura y programa político y el que convocó una mesa redonda con la oposición que ha desembocado en estas elecciones democráticas. Esto, sin duda, ha influido en su triunfo.”, conclui a jornalista do *Mundo Obrero*.

A respeito da oposição, Garcia Raya deixa claro que os búlgaros acreditavam que a UFD tinha sido amplamente financiada pelos EUA: “en la capital búlgara, se preguntaba con ironía dónde habría llegado la enorme cantidad de pintura azul, color emblema de la UFD, con que una mañana amaneció embadurnada Sofía.” Um curioso raciocínio é exposto no que se refere à oposição búlgara e que parte de um jornalista de um órgão de imprensa do país. O jornalista em questão, citado por Garcia Raya, expunha a sua teoria de que a “herencia del estalinismo” era visível sobretudo na oposição ao BSP, pois estava “impregnado en las consciencias” e tornava a oposição “un grupo intolerante.” A própria campanha da UFD teria tido momentos claramente antidemocráticos, com a ala mais jovem a dizer que se o BSP ganhasse iria contestar ativamente os resultados. Já a campanha do BSP é descrita como “moderada y pragmática, consciente del peso de la losa del pasado y de que aún queda mucho camino para su total renovación.”

Em relação ao PCF, a reação às eleições de junho de 1990 na Bulgária demonstra também um tom de bastante satisfação com o resultado alcançado pelo BSP. *L’Humanité* acompanha de perto a campanha eleitoral dos vários partidos políticos, em especial do BSP e

---

<sup>759</sup> Mundo Obrero, 27/06/1990, p.34

da UFD, os dois que poderiam vir a ser os mais votados. “Le choix du rythme”<sup>760</sup> fala de um país em plena campanha eleitoral, que acontecia num momento em que muitas reformas e mudanças já tinham sido tomadas por parte da direção do BSP, nomeadamente as que garantiam a realização de um ato eleitoral democrático. É esse, de resto, o principal posicionamento do PCF perante a situação na Bulgária: a ideia de que o país já se encontrava numa fase adiantada das reformas, fosse a nível político, fosse a nível económico.

A principal diferença, para os franceses, entre os dois principais partidos a eleição na Bulgária, tem a ver com o ritmo com que pretendiam implementar as reformas: “pour le PSB, il faut en finir graduellement avec la gestion administrative de l’économie (...) le PSB preconise le maintien des conquêtes sociales (...) le SDS plaide en faveur de la rapidité du passage a l’économie de marche, «la thérapie de choc».”

À semelhança d PCE, também o PCF aponta fragilidades na coligação de oposição ao BSP, uma vez que reúne 16 organizações diferentes que recebem um apoio estrangeiro importante, entre eles, refere o PCF, com proveniência de França: “le dirigeant RPD Alain Juppé est allé soutenir lors d’un meeting à Plovdiv le SDS, dont la campagne publicitaire est assurée par le Français Jacques Séguéla.”

Perante os resultados eleitorais, o PCF prefere dar nota da insatisfação que estes provocaram na oposição, afirmando que a vitória com maioria absoluta do BSP provocou a “colère de l’opposition” com “manifestations haineuses” e um “climat d’affrontement”. Em causa, afirmava o enviado especial de *L’Humanité* a Sófia, no texto “Resultats mal digérés”<sup>761</sup>, poderia estar mesmo o respeito pelo sufrágio universal. Quanto à postura da oposição em relação a um futuro governo, à semelhança do que era observado pelo PCE, também o PCF afirma a intransigência do maior partido da oposição em entrar num governo com os ex-comunistas, promovendo um “théâtre de manifestations” baseado em alegações de irregularidades das eleições que são, como vimos, contrariadas por todos os observadores internacionais. O PCF reforça o facto de que o BSP não quer governar sozinho, encarando o facto de que, mesmo obtendo maioria absoluta no Parlamento, esse seria um governo frágil.

---

<sup>760</sup> L’Humanité, 09/06/1990, p.13

<sup>761</sup> L’Humanité, 13/06/1990, p.12

Para os franceses, os resultados eleitorais de junho de 1990 na Bulgária ultrapassaram “les pronostics les plus optimistes” e, no texto “Une confortable majorité”<sup>762</sup>, tem uma postura ainda mais crítica em relação à reação da oposição. De todos os partidos em análise, é mesmo o PCF quem mais acusações faz à oposição que, perdendo, se manifesta de forma violenta, não conseguindo acreditar que “la majorité des concitoyens pensaient différemment d’eux” e insistindo numa fraude eleitoral que até o Presidente da República, da oposição, disse não ter qualquer base realista. Jean-Paul Piérot interpreta, neste texto, a derrota do principal partido da oposição na sua radicalização, insistindo na retórica anticomunista, recusando-se a aderir ao movimento de reintegração dos turcos na Bulgária e optando por uma postura nacionalista, o que afastou, de forma decisiva, o voto da minoria turca, que representava mais de 10% do eleitorado. Por outro lado, após meses de mudança e negociações, o autor do texto acreditava que a visão dos búlgaros em relação ao BSP não era mais a do antigo partido de Jivkov: “le fait que ce parti ait été à l’origine des changements lui a donné credit auprès de la population sur sa volonté de construire un socialisme démocratique.”

Ainda, a questão da privatização das terras búlgaras, defendida pelo Partido Agrário, “a suscité a la campagne plus d’inquiétude que d’envie”, já que significava o fim que a segurança da exploração comunitária das terras trazia aos agricultores, que eram sobretudo uma camada da população envelhecida e pouco voltada para a mudança.

Piérot questionava-se sobre se este resultado eleitoral traria uma de duas coisas, ou ambas: um efeito dinâmico no BSP e/ou uma mobilização mais radicalizada da oposição.

O PCI tem um posicionamento distinto dos outros partidos em relação às eleições parlamentares búlgaras de junho de 1990 e à vitória surpreendente do PSB. Começa por falar de uma campanha eleitoral dinâmica, “tra speranza e paura”. No texto “La Bulgaria a le urne tra paure e speranza”<sup>763</sup>, Franco di Mare atribui a esperança à oposição, que acredita que “il paese cambi radicalmente il suo volto, si lasci alle spalle il suo passato di oppressione e miseria ed entri a far parte a pieno titolo del consesso delle nazioni europee” e o receio era de que essa mesma oposição, se ganhasse, instituisse uma terapia de choque ao invés de uma transformação gradual da economia, proposta pelo BSP. Do lado do PCI, a tónica é colocada

---

<sup>762</sup> L’Humanité, 12/06/1990, p.13

<sup>763</sup> L’Unità, 06/06/1990, p.10

precisamente neste medo de “accelerazioni troppo brusche” e na radicalização do confronto político, que já tivera o seu efeito na discussão sobre os procedimentos eleitorais, que resultaram, segundo o PCI, numa fórmula “singolare e complessa” de cálculo dos lugares no Parlamento do país.

Ao contrário dos outros partidos em análise, o PCI dá uma importância essencial à descrição da campanha eleitoral na Bulgária, afirmando que esta se centrou “più sulla demolizione dell’avversario che su concrete piattaforme politiche.” Como exemplo, o facto de um dos principais cartazes da oposição mostrar Jivkov sentado numa poltrona e, por cima dele, a frase “No dia 10 de junho, ele votará no BSP.” No texto “Il fantasma di Zhivkov sulla Bulgaria a voto”<sup>764</sup>, Mare explicava como a oposição utilizava “il profilo aquilino per attaccare frontalmente il partito socialista del riformista Lilov”, onde, no entanto, ainda existia uma facção próxima do antigo líder Jivkov. Pelo contrário, os socialistas “infine fanno di tutte per sbarazzarsi di quel volto e dell'imbarazzante passato prossimo della loro storia”, à semelhança do Partido Agrário, apoiante de Jivkov ao longo de décadas. A campanha eleitoral era descrita como violenta, tendo provocado inclusivé três mortos e vários feridos em confrontos diretos entre apoiantes das principais forças políticas. O PCI entrevista, nessa mesma edição, o líder do principal partido da oposição, que não acreditava nas sondagens que apontavam o BSP como o vencedor das eleições e afirmava que “la gente ha paura” de informar os responsáveis pelas sondagens acerca das suas intenções de voto. No dia seguinte, o líder do BSP é também entrevistado, transparecendo uma atitude mais calma e baseando todo o seu discurso na ideia de que “la nuova Bulgaria ha bisogno di tutti”, insistindo na ideia de que, independentemente de qual fosse o resultado eleitoral, o BSP estaria empenhado na formação de um governo de entendimento com outros partidos.

Perante a vitória do BSP, no texto “Bulgaria, vincono i neo-socialisti”<sup>765</sup> o PCI afirma que a população búlgara “ha creduto al cambiamento proposto dal nuovo gruppo dirigente socialista” e que os resultados confirmam a ideia da “anomalia della situazione del paese rispetto a tutti gli altri paesi «fratelli» dell'Est.” O PCI, ao contrário dos outros partidos, dá voz também às interpretações da oposição, que afirmou existirem grandes diferenças entre a

---

<sup>764</sup> L'Unità, 07/10/1990, p.10

<sup>765</sup> L'Unità, 11/06/1990, p.7

votação urbana e rural, disse não concordar com o sistema eleitoral, embora tivesse sido discutido pelas principais forças políticas numa mesa redonda de negociações, e que existiu uma grande pressão psicológica “alla quale sarebbero sottoposti gli elettori della provincia sarebbe tanto forte da impedire una libera e autonoma espressione di voto.” Franco di Mare, autor do artigo, dizia que seria impossível confirmar as alegações da oposição mas reconhece a dificuldade de, em sete meses, extinguir a repressão exercida durante 45 anos de regime ditatorial. Dá como exemplo uma situação que testemunhou, de um eleitor que entrou numa sala de voto e, ao ver que o presidente da mesa ia carimbar o seu cartão com a informação de que já tinha votado, recuou e disse: “Cosi io non voglio votare. Ho avuto timbri di controllo sui documenti per tutta la mia vita e proprio non ce la faccio a sopportarne un altro solo»”.

A comunicação do PCI sobre o caso búlgaro, particularmente sobre as eleições de junho de 1990, distancia-se dos outros partidos precisamente por dar mais voz à oposição e por não se mostrar, nas páginas do seu principal órgão de imprensa, tão entusiasmado com a vitória do BSP quanto os outros partidos analisados. É essa mesma interpretação que é patente no texto “Bulgaria, il paese è diviso in due”<sup>766</sup>, a ideia de uma vitória dos socialistas muito contestada pela oposição. E, ao contrário, por exemplo do PCF, o PCI não é tão perentório em afirmar que as eleições tiveram lugar de forma perfeitamente livre e democrática. O texto descrevia os protestos da oposição, desde manifestações, invasão da sede da televisão pública, acusações de orientação do voto popular, chamadas a greves gerais, etc. Com este cenário, o autor do texto previa um país “difficilmente governabile”, após uma campanha eleitoral que tocara “delle punte un po' radicali”.

#### **3.4.1.6.- Revolução na Roménia: os últimos dias de Ceausescu, em dezembro de 1989 e as primeiras eleições livres em maio de 1990**

A par da Bulgária, o processo de transformação na Roménia desenrolou-se também de forma distinta da maioria das antigas repúblicas populares do centro e Leste europeu. Foi já em dezembro de 1989 que, tendo como rastilho uma manifestação no extremo ocidental do país, em Timisoara, a vaga de exigência por uma mudança de regime se alastrou ao resto do

---

<sup>766</sup> L'Unità, 12/06/1990, p.9

país, com contornos particulares, levando não apenas à deposição de Nicolae Ceausescu como ao seu julgamento e execução.

A governação de Ceausescu na Roménia encontrava-se isolada, em termos de apoios da URSS ou do Ocidente, desde meados dos anos oitenta, naquilo que alguns historiadores classificam como “suicídio” ou “autodestruição,”<sup>767</sup> motivados pela acumulação de erros políticos e estratégicos que o levaram ao total isolamento. Segundo Soulet, os primeiros sinais da revolta popular aconteceram ainda em 1987, em Brasov, quando de forma violenta um grupo de operários reclamavam por uma mudança no sistema político que permitisse a saída do país de uma condição de miséria generalizada, em que se encontrava desde o início da década. Uma vez que essa manifestação foi oprimida pela polícia e foram realizadas centenas de detenções, o autor considera que esses acontecimentos “são reveladores da degradação da situação sócio-económica, da cólera da população e da determinação do regime na repressão radical.”<sup>768</sup>

Com o governo organizado de forma quase monárquica, concedendo cargos políticos de alta importância a membros da família, os Ceausescu, nos últimos anos da década de 80, estavam à frente de um país onde eram frequentes os cortes de eletricidade, as filas para aquisição de bens essenciais e outros indicadores reveladores de um país em franco atraso relativamente às outras sociedades do Leste da Europa, e onde o índice de pobreza era apenas menor do que na Albânia. Ceausescu parecia governar indiferente às exigências dos cidadãos, promovendo o culto da sua imagem e da sua família e uma unanimidade nacional de fachada. O retrato das excentricidades da família Ceausescu contrastava com a pobreza na Roménia, onde “Ceausescu é, portanto, visto como o símbolo de uma doença trágica, e o advento das reformas na Polónia e na Hungria reforçou ainda mais essa impressão.”<sup>769</sup>

O clã familiar parecia tão alheado da realidade que, sobretudo ao longo dos anos 80, não foram dando conta da perda gradual de domínio em setores chave da governação, como o Partido, o exército ou os serviços secretos. Embora continuasse a ser publicamente aclamado em reuniões do Partido Comunista Romeno (PCR), desde 1987 que “muitos responsáveis já

---

<sup>767</sup> Soulet, *História Da Europa De Leste: Da Segunda Guerra Mundial Aos Nossos Dias.*, p.220

<sup>768</sup> Ibid., p.221

<sup>769</sup> Ibid.



estavam a abandonar um navio em perdição e a atraiçoar um capitão anacrónico e perigoso,”<sup>770</sup> nomeadamente no que se refere à *Securitate*, a polícia secreta, que se foi aproximando dos serviços secretos soviéticos, à rebelia de Ceausescu. Em março de 1989, a “Carta dos Seis”, assinada por seis personalidades de topo de antigos governos de Ceausescu e que criticava abertamente o governo romeno, foi publicada do Ocidente, denunciando publicamente os desvios do regime e obtendo grande eco internacional.

Porém, nem sempre foi assim. A relação do Ocidente com Ceausescu foi, durante décadas, de grande simpatia, chegando a ser encarado por governos ocidentais como o mais “aberto” e “tratável” dos líderes comunistas e concedendo-lhe, inclusivé, várias honras e homenagens, em países a França ou a Dinamarca e admirando a sua rebeldia face a decisões do Pacto de Varsóvia, como a intervenção na Checoslováquia em 1968 ou da URSS, como a invasão do Afeganistão em 1979. Terá sido após o início do “plano de sistematização” e do plano de liquidação da dívida, já nos anos 80, que os governantes internacionais voltaram as costas ao ditador romeno, assumindo publicamente a sua discordância perante as suas opções políticas.

A Roménia via-se também, de novo desde meados dos anos 80 e particularmente após a tomada de posse de Gorbatchov como secretário-geral do PCUS em 1985 e a adoção da política da *perestroika*, cada vez mais afastada dos outros governos do socialismo real. O líder romeno era bastante crítico das políticas de Gorbatchov, assim como dos outros países da Europa de Leste que já tinham, em 1989, optado pelas reformas, como a Polónia ou a Hungria. Isolado e sem qualquer aliado a nível internacional, o governo de Ceausescu mostrava-se, no final de 1989, vulnerável a qualquer pressão, nomeadamente da parte da população ou do próprio sistema político e militar romeno.

Soulet defende que entre as teorias acerca da deposição de Ceausescu, “a mais plausível é a tese de *uma conjura fomentada por personalidades do Partido; conjura apoiada pelo KGB e passivamente pela CIA e pelo Departamento de Estado norte-americano, e com a cumplicidade de parte do Exército e da Securitate.*”<sup>771</sup> Iliescu, quem sucedeu a Ceausescu

---

<sup>770</sup> Ibid.

<sup>771</sup> Ibid., p.223

após os dias da “revolução romena” era próximo de Gorbachov, que apoiara a formação clandestina da Frente de Salvação Nacional, que operava na Roménia desde 1984.

Tendo o XIV Congresso do PCR votado favoravelmente à reeleição de Ceausescu, Iliescu e os seus aliados optaram, então, pela suscitação de levantamentos de massas contra o regime. A 15 de dezembro de 1989, um protesto contra a transferência de um pastor luterano em Timisoara motivaram a atuação de carros de combate do exército, causando entre 100 a 200 mortes. Embora violenta, a ação armada foi exageradamente divulgada pela imprensa internacional, que mencionava mais de 4 mil vítimas. O comício de 21 de dezembro, organizado pelo próprio Ceausescu com vista a afirmar o seu poder, foi interrompido com manifestações contra si e a sua família, tendo o casal que fugir da capital, deixando as ruas de Bucareste tomadas pela população. Seguiram-se dias de violência em Bucareste e noutras cidades romenas, com trocas de tiros entre os ainda apoiantes de Ceausescu e os contestatários, dos quais faziam parte, também, membros do próprio exército e mesmo alguns elementos da polícia política. A 25 de dezembro, os romenos são informados de que Nicolae e Elena Ceausescu foram capturados, julgados e executados, tendo sido instalado um governo provisório, o Conselho da Frente de Salvação Nacional, presidido por Iliescu. Mais tarde, em maio de 1990, Iliescu foi eleito Presidente da República, legitimando, assim, o seu papel num golpe de Estado que contou o apoio das forças armadas, de uma parte muito significativa do aparelho político e da população.

De forma totalmente oposta, por exemplo, ao caso búlgaro, o caso romeno desenvolveu-se à margem do PCR, sem que este tivesse sequer a oportunidade, ou a intenção, de se reformar, sendo totalmente substituído por um governo provisório. De facto, o PCR não chegou a ser banido, tendo antes desaparecido com uma espontaneidade e rapidez tal que surpreenderam todos os observadores. O facto é indicativo, por um lado, que os números de militância no PCR seriam claramente exagerados e, por outro, que houve uma expectável passagem de militantes e de dirigentes partidários para a Frente de Salvação Nacional, encabeçada por Iliescu. A prova-lo, o facto de que todos os Presidentes da República romenos até 2014 foram ex-membros do PCR. Atualmente, na Roménia, não é proibida a existência de partidos comunistas. Porém, os partidos que se reclamam sucessores do PCR, o Partido Socialista Romeno, formado em 2003 e o Partido Comunista Romeno (Atual), formado em

2010 através de dissidentes do primeiro, não obtiveram ainda qualquer representação parlamentar no país.

No âmbito da nossa análise, centraremos o estudo da comunicação pública levada a cabo pelos partidos comunistas ocidentais que estudamos, precisamente, nas manifestações em Timisoara e Arad e na deposição, julgamento e execução de Ceausescu em dezembro de 1989. Entre os partidos estudados é muito díspar a importância dada ao caso romeno. Ressalta particularmente expressiva a atenção que o PCF dá ao assunto, já que 10% de todo o material recolhido em *L'Humanité* dizem respeito ao processo de mudança na Roménia, originando várias dezenas de textos. Na impossibilidade de os analisarmos todos, daremos especial atenção aos textos publicados como editoriais do jornal e àqueles onde o jornal publica declarações oficiais do PCF, procurando perceber por que razão este partido dá uma significância tão elevada ao caso romeno, na ordem do triplo e por vezes quádruplo da proporcionalidade em relação aos outros partidos que estudamos.

### **Os últimos dias de Ceausescu: interpretações sobre a deposição de um ditador**

Nenhum outro dos casos estudados transparece de forma tão clara que os partidos comunistas que estudamos foram apanhados de surpresa. A surpresa não tem a ver com o facto de o regime na Roménia ter mudado, pois em dezembro de 1989 já todas as antigas democracias populares tinham encetado por rumos distintos à execução da Roménia. A surpresa tem a ver, sim, pela forma como o processo se deu e, particularmente, pela proporção dos erros e desvios ao socialismo cometidos pela família Ceausescu, reconhecidos por todos os partidos que estudamos. É, também, o caso analisado em que a comunicação pública dos partidos é mais consensual, embora o tom da crítica ao regime romeno seja distinto e assumam níveis de interpretação diferentes consoante os casos.

Em setembro de 1989, por ocasião da comemoração dos 45 anos do PCR, o PCP publica no *Avante!* uma nota de saudação. “PC Romeno, 45 anos”<sup>772</sup> enaltece o “caminho da construção de uma nova sociedade, orientada pelos ideais do progresso e da justiça social” levada a cabo pelos comunistas romenos desde 1945. O PCP reconhecia a Roménia como “um

---

<sup>772</sup> *Avante*, 07/09/1989, p.7

fator de paz e progresso social na Europa e no mundo” mas apontava que esse processo não estava isento de “problemas, contradições e dificuldades.” Não existe uma crítica concreta, no entanto, a esses desvios, no caso romeno, havendo antes a menção de que “os caminhos do socialismo são cada vez mais diversificados” e uma reflexão sobre o papel do PCP. O partido português diz que “o PCP luta pela edificação de uma sociedade socialista conforme com as tradições e as realidades de Portugal [procurando também] conhecer e assimilar de forma criadora a experiência revolucionária mundial.” O comunicado de saudação do PCP termina reafirmando o carácter internacionalista do partido, sem abrir a porta a nenhum julgamento para com a ação do governo de Ceausescu ou a situação na Roménia.

O primeiro comunicado por parte do PCP em relação às convulsões na Roménia acontece a 22 de dezembro, referente às manifestações em Timisoara. Em “Roménia. O que se passa em Timisoara?”<sup>773</sup>, o PCP admitia que só conhecia os factos através da imprensa internacional e pelas reações dos vários governos, de toda a Europa, face a “gravíssimos acontecimentos” que relatavam “grandes manifestações populares [que] teriam assumido o carácter de ações de massas pela democracia e contra Ceausescu.” O PCP reconhecia a existência de repressão, de “um número indeterminado de mortos”, referindo os números contraditórios a esse respeito mas transcrevendo a reação da URSS, “categoricamente opostos ao uso da força” e a “condenação” por parte de vários países europeus e pelos EUA.

Nesta primeira abordagem dos acontecimentos, toda a linguagem do PCP é de grande incerteza face ao que se passava na Roménia, dando a entender que não estaria a ser informado por parte do governo romeno e de que toda a informação de que dispunha partida de terceiras fontes.

O PCP só volta a posicionar-se em relação aos acontecimentos na Roménia a 28 de dezembro. Em “PCP. Nota sobre a Roménia”<sup>774</sup>, o PCP refere a “profunda preocupação pela repressão de manifestações de descontentamento e protestos populares” e, perante os desenvolvimentos no país, “confirma a sua condenação de métodos autoritários e repressivos abertamente contrários aos valores e ideais humanistas do socialismo” e expressa a

---

<sup>773</sup> Avante!, 22/11/1989, p.15

<sup>774</sup> Avante!, 28/12/1989, p.8

solidariedade ao povo romeno, no sentido de “pôr fim às deformações que estão na base dos graves acontecimentos verificados.”

É também nesta data que o PCP publica o primeiro grande texto sobre o que se passara na Roménia durante os últimos dias do mês de dezembro. Em “Frente de Salvação proclama democracia, liberdade e dignidade do povo”<sup>775</sup> o tom é claramente de apoio à revolução, aos manifestantes e, sobretudo, à Frente de Salvação Nacional, encabeçada por Iliescu e que contava com o apoio, entre outros, do governo soviético. O dia da queda de Ceausescu era noticiado como um dia de uma “multidão entusiástica”, de “entusiasmo popular.” O PCP afirmava, então, que embora existissem mais de 60 mil mortos, estes teriam sido provocados por antigos membros da polícia secreta, e que o clima era de esperança pela mudança de regime.

Neste texto, o PCP refere-se ao governo de Ceausescu como “regime ditatorial que invocando o socialismo se assumiu de facto como a sua negação”, falando de um “verdadeiro massacre” em Timisoara, no dia 22 de dezembro, e da descoberta de uma vala comum com 4630 cadáveres. Ceausescu é caracterizado como um líder com “profundo desprezo” pela vontade popular, e com o “mais puro irrealismo e negação das verdades mais óbvias.” A imagem transmitida era, de facto, de alguém completamente desligado da realidade, que acusava “forças pró-fascistas” de promoverem as manifestações, com o apoio internacional e de estarem interessadas apenas na destruição da “independência e (...) construção do socialismo na Roménia.” É interessante o facto de o texto terminar este parágrafo com um ponto de exclamação, denotando estupefação pelo que o PCP encarava como sendo delírios de um ditador em negação perante a realidade. No mesmo tom, o PCP revela que já no XIV Congresso Ceausescu citara frases como “maquinação diabólica do imperialismo” para se referir às transformações no Leste europeu.

Os acontecimentos são relatados pelo PCP como se de um verdadeiro filme de ação de tratasse. E não poupa no vocabulário depreciativo em relação às forças do regime: “monstruoso aparelho da «Securitate»”, “levantamento esmagado”; “derramamento de sangue” ou “tirania totalitária do clã Ceausescu” foram algumas das expressões que o partido utilizou para caracterizar a situação e os vilões, que eram claramente a família Ceausescu e a

---

<sup>775</sup> Idem

*Securitate*. Quanto à Frente de Salvação e a Iliescu, o PCP referia-os como os responsáveis por “restaurar a dignidade do povo romeno” através de um “governo democrático e pluralista”, que procuraria a “reconstrução económica” após a liquidação dos “grupos terroristas.” A respeito do governo romeno de transição, o PCP sublinhava que a URSS demonstrou a sua solidariedade, reconhecendo “forças progressistas” na sua composição e que todos os países do Tratado de Varsóvia iriam enviar ajuda humanitária à Roménia.

Em jeito de conclusão e num texto que circunda uma nota oficial do partido sobre o assunto, o PCP fala de “uma nova fase da vida” do povo romeno “ao preço de terríveis custos humanos” e de “modelos de poder que na verdade correspondem a uma total desfiguração dos ideais socialistas.”

A primeira grande reflexão do PCP sobre a revolução na Roménia é, assim, marcada por enquadramentos claramente negativos do governo de Ceausescu e da ideia de que foram cometidas atrocidades durante a sua governação. Parece-nos importante salientar, também, que não é feita nesta altura uma reflexão sobre o processo de destituição em si, sobre o julgamento ou sobre a execução do casal Ceausescu. Já o posicionamento perante Iliescu e a Frente de Salvação é enquadrado através de um forte apoio por parte dos comunistas portugueses, justificado no facto de Iliescu ser um governante interessado na reconstrução do país, na construção do socialismo e contar com o apoio do PCUS.

Este é um texto onde as omissões são, de facto, mais importantes do que aquilo que é publicado. A nota sobre o posicionamento oficial do PCP remete para documentos resultantes de uma reunião do Comité Central do partido e para uma notícia, publicada dias antes, onde, a propósito dos acontecimentos em Timisoara, a atitude da polícia é criticada. No entanto, falta um esclarecimento claro sobre até que ponto o PCP sabia dos contornos da governação de Ceausescu, até que ponto o partido português estava consciente dos graves desvios que acabava por condenar veementemente e por que razão meses antes, a propósito do XIV Congresso do PCR, em setembro, não foi apresentada uma reflexão sobre o regime romeno, limitando-se a afirmar que o PCP seguia o seu próprio caminho para o socialismo.

O texto “Frente de Salvação define novo quadro político-económico”<sup>776</sup> é marcadamente descritivo sobre as primeiras medidas do governo de Iliescu mas podemos dele

---

<sup>776</sup> Avante!, 04/01/1990, p.7

retirar algumas interpretações sobre todo o processo de mudança na Roménia e alguma omissão, por parte do PCP, na severidade das críticas antes feitas à governação de Ceausescu. Não as retira, de forma alguma, mas não volta a refletir sobre elas nem a criticar o passado, preferindo olhar com bastante pormenor as medidas e as intenções do novo governo. Sem deixar de afirmar que houve inegavelmente violência policial em Timisoara, o partido refere que o número de mortes foi reavaliado em 10% do que tinha sido divulgado mundialmente, facto que corresponde à verdade e que é o único momento, em todo o texto, em que o PCP volta a referir-se aos acontecimentos do final de dezembro de 1989 na Roménia.

Uma última reflexão sobre os últimos dias de dezembro de 1989 na Roménia é levada a cabo no texto “Dias sangrentos na Roménia – uma grande mistificação televisiva?”<sup>777</sup>, com um tom marcadamente distinto das reflexões iniciais. Trata-se de um texto que questiona a verdadeira dimensão da manifestação popular de Timisoara, admitindo que possa ter tratado de uma “ilusão de ótica” e da forma como as cadeias de televisão internacionais retrataram os episódios que levaram à execução de Ceausescu em 25 de dezembro de 1989.

Trata-se de um ponto de vista sobre a imprensa generalista, neste caso a televisão, dado por um jornal partidário, o que torna só por si a reflexão interessante. O autor conta como em França se chegou a pensar em “brigadas de voluntários” motivadas por imagens “sangrentas”, “apesar de nunca os próprios romenos terem levantado a voz a pedir ajuda.”

O texto apoia-se num artigo de Guy Sitbon no *Nouvel Observateur*. O jornalista deslocou-se à Roménia três dias após a execução de Ceausescu e verificara que “a revolução já havia triunfado. Surpreendentemente.” A surpresa justificava-se pelo facto de os meios de comunicação franceses continuarem a retratar a *Secutitate* como “uma poderosa força, um Estado dentro do Estado romeno (...) pelo os que se batiam pela democracia estavam numa situação desesperada.” Sitbon encontrara uma cidade “intacta” e mesmo no principal campo de batalha, a praça do Palácio, apenas os edifícios da polícia secreta estavam com marcas de disparos, o que levou a questionar por que razão “a sede dos democratas foi poupada e as da polícia secreta carbonizadas?” e “porque é que (...) o estado maior não apresenta estragos enquanto, à sua volta, os locais dos ceausescuianos estão carbonizados?”

---

<sup>777</sup> Avante!, 01/03/1990, p.VII

O jornalista do *Nouvel Observateur*, que o autor do texto do PCP considera ser insuspeito de simpatias por Ceausescu, falou com os romenos e recolheu testemunhos que revelaram que a polícia secreta nunca tinha representado, de facto, durante o período em que durou a revolução, uma ameaça aos populares e que as televisões internacionais passaram “a resistência de uns quantos elementos da Securitate, desesperados, desprovidos de todo o armamento pesado.” O tiroteio era, assim, segundo constatou o jornalista francês, provocado “pelo exército, não pelos maus da fita.” Sitbon conclui que os mesmos generais do exército que, entre 16 e 21 de dezembro, “mandaram metralhar a população” foram os mesmos que a 22 “abraçaram a causa do povo e fizeram triunfar a revolução democrática.” Para o jornalista francês, “a opinião pública foi vítima de uma enorme mistificação.” E o autor do texto do PCP concorda com a visão de Sitbon, afirmando que “por um processo ainda por explicar, passámos de Médicos sem fronteiras a Soldados sem fronteiras quando afinal não éramos mais do que cidadãos sem informações.”

O principal texto do PCE a respeito das transformações na Roménia contém também um comunicado oficial do Comité Central do partido, demarcando-se do tipo de governação de Ceausescu e reafirmando o posicionamento dos comunistas espanhóis na defesa dos valores da democracia e das liberdades. “Sobre los sucesos de Rumanía”<sup>778</sup> usa igualmente um vocabulário forte para descrever a forma como as manifestações de dezembro na Roménia foram “violenta y sangrentamente reprimidas.” O PCE “quiere demostrar la más firme repulsa por la actuación del régimen rumano en la represión de aquéllos que ejercen un elemental ejercicio democrático” e pede ao PCR e às autoridades romenas que tais incidentes não voltem a acontecer. O partido espanhol aproveita para reafirmar que está “firmemente comprometido en el apoyo a las reformas que se producen en los distintos partidos socialistas donde, con la instauración de estados de derecho, se garantice el ejercicio de la democracia por esos pueblos”, condenando o exercício do poder através de métodos “autoritarios que nada tienen que ver con el socialismo.” Finaliza o comunicado com uma palavra ao governo espanhol, para que este exercesse todas as ações necessárias para que os direitos humanos fossem garantidos na Roménia.

---

<sup>778</sup> Mundo Obrero, 27/12/1989, p.12



No texto “Muertos de hambre”<sup>779</sup>, ladeado pelo comunicado oficial do PCE, Eugenia Garcia Raya fala de 2500 mortos em Timisoara e critica o governo romeno, acusando-se de continuar “sin entararse de lo que ocurre en Europa.” À semelhança do PCP, o texto de Garcia Raya utiliza também uma linguagem forte, falando de “tiroteo indiscriminado”, “espeluznante represión” e “matanza indiscriminada” para caracterizar a ação de um governo “que nada tiene que ver con el socialismo”, ideia reforçada ao longo de todo o texto. A jornalista sublinha o facto de a Roménia ter passado de ser um dos países economicamente mais promissores da Europa de Leste a um dos mais pobres, especialmente após o plano de Ceausescu para o pagamento da dívida externa, que compreendeu um “asfixiante control por parte del aparato estatal y la propaganda oficial.” A este propósito, Garcia Raya recorda algo que se costumava dizer na RDA: “Marx concebió el comunismo para todo el mundo; Lenin, para un país; Honecker, para una ciudad; y Ceausescu para una familia”, confirmando a ideia de que o líder romeno governava de forma a favorecer-se a si e aos elementos da sua família. A jornalista conclui, dizendo que nenhum povo consegue permanecer à margem do que se passa ao seu redor e que “era una cuestión de tiempo” até que os romenos seguissem o mesmo caminho dos checoslovacos ou alemães orientais. O texto é acompanhado de um “Ultima hora” dando conta que o governo “estalinista” de Ceausescu e com ele o “fin de una era política de la Europa socialista del Este.”

O texto de Moises Guerra publicado no início de janeiro de 1990 dá início a um suplemento dedicado ao processo de mudança na Roménia. “El poder es del Pueblo”<sup>780</sup> descreve de forma heróica a revolução romena. As três fotografias que ilustram o texto mostram, respetivamente, o povo romeno carregando um caixão com uma das vítimas da repressão do regime, ladeada de flores e com uma capa de jornal com a palavra “Libertatea”; uma cidadã a oferecer um cravo vermelho a um soldado armado e a imagem de um soldado junto a um carro militar, evidentemente do lado da população e com a irónica legenda “Ceausescu y señora no tuvieron tiempo de pensar en Engels.”

A própria linguagem exalta o feito do povo romeno e as expressões de glorificação sobressaem em todo o texto: “una vez más, la vida, los pueblos, han demostrado a los

---

<sup>779</sup> Idem

<sup>780</sup> Mundo Obrero, 10/01/1990, p.10, 11 e 12

menospreciadores de su poder que nada puede ser igual un sólo instante después, que sólo lo muerto permanece”; “tarde o temprano se encuentran con sus iras [do povo], con los vientos de la revolución, con el cambio hecho esencia.”

Mais do que um texto informativo ou de posicionamento ideológico, o texto de Guerra, pelas metáforas, pela clara transmissão de sensações, assemelha-se mais a um produto literário: “faltaba la chispa y el viento del Este se la llevó”, escreve, a respeito do facto de a Roménia ter sido o último país do socialismo real a passar por um processo de mudança. O regime de Ceausescu é apelidado de “corte orweliano”, cego, já que “la arrogancia no permite ver, sólo matar” e comparado ao estabelecido pelos EUA no Panamá. Já neste texto, o jornalista do *Mundo Obrero* reconhece que os números de mortos na Roménia foram exagerados “hasta lo grotesco.” Ao contrário do PCP, o PCE apresenta uma justificação para esse extrapolar do número de vítimas na Roménia, não o associando simplesmente ao facto de haver má informação por parte dos jornalistas. Guerra justifica os primeiros números de mortos na Roménia com a ideia de uma manobra de diversão, já que se assistia ao mesmo tempo à invasão do Panamá pelos EUA: “el «hijo de puta» de Noriega ha sido el centro informativo de Panamá y no los muertos en los bombardeos que han arrasado literalmente barrios enteros – las barbaridades de draculescu – Bush.” No entanto, independentemente do número final de mortos, Guerra acha que nada poderia vir a branquear a “locura” de Ceausescu.

O PCE admite que havia membros da *Securitate* que passaram para o lado dos manifestantes, assim como todo o exército romeno. Os acontecimentos continuam a ser descritos com bastante sentimentalismo, falando de Ceausescu e do seu “afán de marxismo simulado”, interessado apenas no seu poder pessoal, com características de culto “ultranacionalista y xenófobo (...) y extrañas alianzas con el imperialismo.” Por fim, Moises Guerra justifica a legenda de uma das imagens do seu texto: “Ceausescu y señora no tuvieron al parecer tiempo de pensar en Engels cuando explicaba a los radicalisimos alemanes cómo las parcimoniosas décadas de aparente inmovilismo, repentinamente aparecían condensadas en segundos de grandeza inigualable.”

Por parte do PCE não existe uma valorização tão elevada da figura de Iliescu e da Frente de Salvação Nacional. Pelo contrário, no texto “Rectificación indispensable”<sup>781</sup>, Garcia Raya fala da “debilidad de los nuevos dirigentes de Rumanía.” A respeito da desconvocação do referendo sobre a interdição do PCR e a abolição da pena capital, a jornalista saúda a decisão do novo governo, mas teme que o mesmo se volte a “dejar llevar por la presión de la multitude en la calle”, à semelhança do que se passou com Mladenov na Bulgária no mesmo mês de janeiro de 1990.

A respeito da ilegalização do PCR, que ocorreu na Roménia apenas durante dias, tendo sido revogada pela Frente de Salvação, Garcia Raya diz que não é possível que num “Estado que se considere democrático se produzca la ilegalización de un partido político, que en todo caso debe ser refrendado o repudiado por los ciudadanos en las urnas.” A tese é apoiada por Francisco Palero, responsável pelas relações internacionais do PCE, que afirma que a proibição do PCR significaria “un retroceso en la conquista de la democracia y el pluralismo político.” Por outro lado, Palero, falando em nome do PCE, está “en contra de la pena de muerte, que tampoco justifica en un estado que se llama democrático.” O governo provisório é caracterizado por Garcia Raya como tendo “vaivenes”, hesitações, que evidenciavam uma “debilidad que puede ser aprovechada por sus adversarios.”

Na principal publicação do PSUC, o *Treball*, a questão romena é abordada sobretudo num editorial publicado na edição de janeiro de 1990. Em “Romania, Panamá i nosaltres”<sup>782</sup>, é feita, à semelhança do que se passou no *Mundo Obrero*, uma reflexão conjunta entre os acontecimentos na Roménia e a invasão norte-americana do Panamá, num texto que abrange também uma reflexão geral sobre os processos de mudança no centro e Leste da Europa.

De uma forma sintética, o editorial refere três razões para as “moltes sorpreses” dos últimos meses de 1989, a que chama uma “triple coincidència”: “la crisi económica, el discontent popular i l’actitud permissiva del’URSS de Gorbatsxov, que ha enterrat definitivament la doctrina Breznev.” A este propósito, o autor do editorial refere a surpresa com que soviétólogos e outros investigadores, afirmando que estavam “incrèduls davant la mobilitat d’uns pobles que semblaven condemnats a l’apatia eterna.”

---

<sup>781</sup> Mundo Obrero, 24/01/1990, p.34

<sup>782</sup> Treball, janeiro de 1990, p.2

Também o PSUC se mostrava perplexo perante as mudanças e “si bé já fa molts anys que entenem i desitgem canvis profunds en aquells països”, nomeadamente, ao nível da democratização do sistema político e da livre expressão, “el nostre pessimisme sobre això ha estat molt gran.” O PSUC lamentava ainda a existência de partidos comunistas que se negaram a aceitar a mudança até ao último instante, vendo-se por isso afastados determinantemente do processo de transformação. O exemplo que o autor dá é o do PCR.

Ceausescu é caracterizado como um “ditador nepotista” e o PCR “una màquina de dominació opressiva del poble”, responsável por uma “ignominiosa degradació dels ideals socialistes”, especialmente nos últimos anos da década de 80, mas “davant la passivitat general de l’escena internacional.” O PSUC saúda, por isso, a transformação na Roménia, esperando que aí e noutros païses socialistas “pugui emergir un corrent polític d’esquerres que hegemonitzi aquest procés i construeixi un nou socialisme” e não “una acceptació del mite capitalista tal com ara s’intenta vendre arreu del món.”

Em seguida, o autor parte para o exame da situação no Panamá, onde, segundo ele, foi instalada uma “dictadura brutal” através de “una taca vermella de sang” imposta pelos EUA. O autor é da mesma opinião do jornalista do PCE, referindo que os acontecimentos na Roménia serviram para “treure protagonisme a la intervenció militar a Panamá.” Nesse sentido, o PSUC alerta para o perigo de se “normalitzar” a ideia da invasão de païses estrangeiros, referindo que o facto já aconteceu na Colômbia e poderia vir a acontecer na Nicarágua e em Cuba, demonstrando preocupação pelo papel de solidariedade ativa e passiva que os païses da, então, CEE, demonstraram perante a ação norte-americana: “aquesta actitud no ha d’estranyar ningú se ve de la «thatcheriana» Gran Bretanya o de l’Alemanya de Kohl, però si quan són els socialistes francesos els qui exercerixen el vet amb resolucions de condemna a les Nacions Unides.”

O PSUC mostrava-se empenhado em realizar um debate sobre a esquerda, com “una actitud militant desperta i valenta, lliure de carregues del passat i que sàpiga albirar el nostre futur entre els signes de la realitat actual i passada.” O objetivo do partido catalão seria o de construir uma esquerda nova, “un nou projecte, una nova manera d’articular les potencialitats de transformació social i una nova manera de comunicar-nos amb la societat”, numa década

de 90 que se abria com a possibilidade de mudanças de muitos paradigmas e desafios, aos quais o PSUC e a Iniciativa pela Catalunha não iriam ficar alheios.

Fazer uma análise de conteúdo sobre todo o material de imprensa publicado pelo PCF a respeito do caso romeno seria claramente impossível e fora do âmbito deste estudo, mesmo ordenando o material, como referimos, através de critérios de relevância. Trata-se de mais de oito dezenas de textos publicados em edições diárias de *L'Humanité*, entre 19 de dezembro de 1989 e 5 de janeiro de 1990, colocando-nos, nesse período, numa média de pelo menos 4,4 artigos por edição, a esmagadora maioria dos mesmos com a extensão de pelo menos uma página inteira do jornal. No período de 18 edições há 6 capas dedicadas exclusivamente à Roménia, dois suplementos especiais com várias páginas dedicadas às mudanças no país, seis comunicações do Comité Central do PCF a respeito da Roménia, uma da CGT, cinco editoriais que versam exclusivamente a deposição de Ceausescu e, à semelhança do ocorrido aquando das mudanças noutros países, um enviado especial, Jean-Paul Piérot, que assina a maioria das tais mais de oito dezenas de artigos, notas, relatos e entrevistas sobre a “revolução romena.”

A opção seguida foi então a de prestar uma especial atenção aos editoriais publicados sobre o caso romeno, aos textos que emanam diretamente de resoluções do PCF e, claro, a todos os momentos, dentro da totalidade dos textos em questão, em que haja um posicionamento do partido francês face à Roménia. Procurámos perceber o porquê desta atenção desproporcional ao caso romeno, esperando encontrar pistas, na imprensa partidária, que nos levem a tecer considerações válidas sobre o assunto.

À semelhança do PCP, também o PCF dedica algum espaço de reflexão sobre o XIV congresso do PCR. Em “Six heures d'autosatisfaction”, Jean-Paul Piérot afirma que o ditador romeno sublinhou, no seu discurso, “son hostilité à toute l'idée de renouveau du socialisme”, criticou as reformas seguidas pelos outros países socialistas e que um exemplar de *L'Humanité* foi confiscado pela polícia secreta de Ceausescu durante os dias do Congresso. Pierot sublinha os momentos em que Ceausescu se afirmou como o responsável pela modernização da Roménia e pela crítica “aux violations de la légalité socialiste”, logo no início da sua governação, em 1965, data que o governante aponta como o início da nova fase da Roménia, “l'époque Ceausescu”, constantemente referida nos órgãos oficiais do PCR como “époque d'or et de gloire contemporaine”, protagonizada pelo próprio e pela sua família, cujos

membros ocupavam um alto número de funções nas instâncias mais altas do Estado. O jornalista dá nota, também, da apreensão de Ceausescu em relação, particularmente, às alterações em curso na Bulgária, acompanhadas pela população romena através da televisão búlgara.

A atitude de Piérot é muito crítica em relação ao discurso de Ceausescu, acusando-o de se mostrar alheio à realidade romena, onde a indústria era antiquada, a agricultura rudimentar, faltava a energia constantemente, assim como sistemas sanitários, e a atmosfera social era de medo perante as arbitrariedades da polícia e a corrupção evidente em todo o aparelho de Estado: “ce que n’empêche pas le président d’affirmer que la Roumanie marche vers le communisme.” Também é criticada a atitude do governante de se aproximar, em 1989, ao Tratado de Varsóvia, “alors que la Roumanie a pris ces dernières années des initiatives de désarmement unitatéral.” Em relação à política internacional, Piérot frisa as críticas de Ceausescu ao facto de a Moldávia estar integrada na URSS: “il ne s’agit pas d’une revendication territoriale, mais sans doute d’un avertissement contre toute tentative d’immixtion dans le cours de la politique intérieure roumaine.” A renomeação de Ceausescu como secretário-geral do PCF é descrita por Piérot como um pormenor burocrático de culto ao líder, com “le héros et son épouse couverts de fleurs offertes par des jeunes enfants”.

Particularmente importante é a declaração do enviado do PCF ao Congresso do PCR. Pierre Blotin afirma que “nous, PCF, avons une divergence fondamentale avec le PCR (...) et nous avons choisi d’être présent pour dire ici, à Bucarest, directement, franchement, ce que nous pensons.” Blotin prossegue afirmando que “nos divergences avec le PCR sont graves (...) nous sommes par la défense et le respect des droites de l’homme par tout le monde (...) le socialisme doit être une société de justice, de progrès, de liberté.” Em relação à possibilidade de uma mudança na Roménia, Blotin era da opinião de que os romenos “actuellement confrontés à des serieuses difficultés – sauront trouver les réponses modernes, donc démocratiques, qui leur permettront de construire une société socialiste correspondant aux exigences contemporaines.”

Quer o texto de Piérot, quer a declaração de Blotin deixam claro que existe já em novembro de 1989 uma clara discordância e incompatibilidade entre o PCF e o PCR, assumida pelo partido francês desde o início dos anos 80, reconhecendo de forma muito mais evidente

do que no texto do PCP a falência do sistema económico romeno, os desvios aos propósitos do socialismo e a ideia do culto do clã Ceausescu como completamente contrários à visão do partido francês sobre o que seria uma sociedade socialista.

O PCF, também devido, claro, à tiragem diária do seu principal jornal, é o primeiro, entre os partidos analisados, a dar notícia sobre os acontecimentos em Timisoara. No texto “Violence policière a Timisoara”<sup>783</sup> fala de um grande desconhecimento em relação ao que se passava naquela localidade romena, promovido pelas autoridades e pela comunicação social do país. Porém, através da recolha de testemunhos, *L’Humanité* dá nota da existência de um número indefinido de mortos, “milieus de manifestants”, “des jeunes gens couverts de sang dans les rues”, “des portraits de Ceausescu flotter dans le canal.” Perante a incerteza, o jornalista refere que o governo romeno fechara as fronteiras com a Hungria e a Jugoslávia e que os tanques estavam instalados nas ruas de Timisoara e Arad.

Jean-Paul Piérot termina novamente com o sublinhar do posicionamento oficial do PCF em relação ao governo romeno, reafirmando as “profondes divergences avec les dirigeants de Bucarest” e apelidando o governo de Ceausescu de “dictature”: “liberte, démocratie sont inséparables du socialisme. Ceausescu (...) ne pourra indéfiniment imposer une politique ahurissante par les chars et les baionettes.”

Nos textos “Huis clos sanglant en Roumanie”<sup>784</sup> e “La colère s’étend”<sup>785</sup>, o tom é o de quem relata uma revolução em crescendo, altamente reprimida pelas forças de segurança. O jornalista dá informações como “plusieurs de centaines de personnes auraient été tuées”, “condamnation unanime dans les autres pays socialistes”, “surveillance étroite des lignes téléphoniques” para descrever um estado de sítio, um “indescriptible panique” motivado por uma “révolte populaire” onde se sucedem os “massacres”, as “charges à la baionnette” e as “personnes écrasés par les véhicules blindés.”

Em dois artigos com uma linguagem altamente emocional, Piérot utiliza pela primeira vez, nos seus textos sobre as transformações na Europa centro-oriental, a primeira pessoa, para descrever a sua própria experiência em Bucareste, aquando do XIV congresso do PCR, que agora chama de “terrible caricature” e “overdose d’autosatisfaction et de culte imposé du

---

<sup>783</sup> *L’Humanité*, 19/12/1989, p.14

<sup>784</sup> *L’Humanité*, 20/12/1989, p.10

<sup>785</sup> *L’Humanité*, 21/12/1989, p.8

«Conducator».” O jornalista questiona-se como o regime de Ceausescu “ose encore se parer du qualificatif socialiste”, numa altura em que definha aos olhos de todos os observadores. Piérot volta, por fim, a retratar uma sociedade altamente vigiada e um regime assustado com as transformações nos países vizinhos, em especial na Bulgária, e faz uma comparação direta da situação em Timisoara com a Tiananmen, na China: “notre indignation est la même.”

Na nota “Les autorités roumaines se deshonnent”<sup>786</sup>, o Comité Central do PCF edita uma declaração pública que condena a repressão criminosa na Roménia, afirmando que todas as medidas tomadas pelo governo de Ceausescu “suscitent une grande émotion, l’indignation de tous ceux qui ont le respect des libertés et des droites de l’homme au coeur” e referindo que “tels actes sont totalement étrangers à ce pourquoi luttent les communistes français.” O Comité Central do PCF reafirma as suas profundas divergências com o PCR, expressas ao longo dos anos, sobretudo no que se refere ao respeito pelos direitos do homem e à conceção do próprio socialismo. Georges Marchais é citado como tendo feito uma declaração pública “où il condamnait fermement, résolument ce qui se passait dans ce pays, les atteintes intolérables aux droites de l’homme, qui n’ont rien à voir avec le socialisme.” E prosseguem as justificações pela presença de uma delegação do PCF no XIV congresso do PCR. Desta vez, na declaração oficial do Comité Central do partido, a deslocação serviu para reafirmar in loco e publicamente as divergências entre os dois partidos, qualificando o governo de Ceausescu como “dictatorial” e afirmando a presença em Bucareste como forma de o PCF se solidarizar com o “peuple roumain et ses révolutionnaires qui s’opposent à ce qui soit perverti le communisme.”

O PCF passa a falar de si próprio para afirmar que “cela fait de longues années que le PCF est porteurs de l’idée selon laquelle socialisme et liberté vont de pair.” O que poderíamos interpretar que, se esta conceção existia desde há muitos anos, terá havido uma época em que ela não existiu. Não obstante, o PCF reafirma o seu apoio à *perestroika* e às reformas nos países socialistas e volta a comparar, desta vez partindo do Comité Central, a situação na Roménia a Tiananmen, frisando que o autoritarismo, o culto do líder, o poder de casta, a arbitrariedade, o recurso à força, a burocracia, os privilégios e a corrupção, as desigualdades sociais, a incúria e a irresponsabilidade “ne sont pas le socialisme” e que levam à sobrevivência de “tares du

---

<sup>786</sup> L’Humanité, 21/12/1989, p.8



capitalisme ou du féodalisme.” O PCF reconhece que todas as mudanças ocorridas em 1989 nos países do centro e Leste europeu foram “profondes reformes économiques, sociales et politiques dont le levier essentiel est la démocratisation dans tous les domaines.”

Por fim, o PCF exige o fim da repressão, a reabertura das fronteiras, o término da clausura por motivos políticos e o respeito pelas liberdades individuais, numa nota em que se coloca “aux côtés du peuple romain et de tous ceux, communistes ou non, qui, en Roumanie, aspirent à ce que socialisme et liberté marchent du même pas.”

Os textos publicados por *L'Humanité* no suplemento especial<sup>787</sup> de cinco páginas dedicado à Roménia na edição de 23 de dezembro de 1989, onde se inclui a capa do jornal, mostram o povo em euforia, nas manifestações de repúdio a Ceausescu. As fotografias ocupam um grande espaço das páginas e sucede-se a repetição de expressões altamente emotivas, como “scènes de fraternisation entre militaires et civils”; “massacres dans la capitale”; “le peuple roumain chasse le dictateur”; “heures dramatiques”; “milliers de cadavres découverts”; “la fin d’une sanglante dictature”; “la fin de leur règne est couleur de sang”, entre outras palavras e expressões que apontam para a dicotomia clara entre um poder “totalitaire”, assumido por um “dictateur”, “tyran”, que do outro lado tem manifestantes que gritam por democracia e liberdade. O desencadear dos acontecimentos na Roménia é descrito ao detalhe pelo enviado especial, sempre com o mesmo registo ao nível do léxico utilizado e posicionando claramente a perspetiva do PCF naquela dicotomia clássica entre o bem e o mal, sendo que, neste caso, o bem, protagonizado pelos manifestantes e pelos soldados desertores, vence o mal, cujo papel cabe a toda a família Ceausescu e ao aparelho repressor.

Esta abordagem do processo de revolução na Roménia é única, por parte do PCF, entre todos os processos analisados. Única pelo facto de o partido francês, ao contrário do que fez, por exemplo, no caso húngaro, polaco e mesmo no checoslovaco, não reconhecer em nenhum momento qualquer facto positivo na governação de Ceausescu na Roménia. Não que tivesse de o fazer, ou que houvesse sequer qualquer ponto positivo a salientar. Porém, o que distingue esta abordagem das restantes é o facto de o PCF realizar constantemente, em todos os seus textos publicados a respeito da Roménia, esta dicotomia simples e assumida, em que de um lado está um tirano que conduziu o país à miséria e do outro uma população oprimida que luta

---

<sup>787</sup> L'Humanité, 23/12/1989, capa, p.2-5

pela liberdade. Em nenhuma outra análise, respeitando aos outros processos de mudança no Leste, a abordagem foi tão redutora, sem que isso lhe retire, obviamente, qualquer legitimidade. Simplesmente, assume um posicionamento muito mais radical na sua crítica ao governo e no seu apoio à mudança.

Além de um acompanhamento exaustivo e detalhado de toda a situação na Roménia, de uma linguagem emocional, enfatizada perante os acontecimentos, e da utilização de várias estratégias de comunicação que visam captar a atenção, como os títulos aumentados com expressões apelativas, as exclamações, as fotografias com momentos marcantes a ocupar largo espaço na página, o recurso a caixas com “dernières informations”, a separação dos parágrafos por intertítulos (que, ao invés de proporcionar leveza ao formato, funcionam, através de frases que captam a atenção, não apenas pelo seu conteúdo [“Même détrôné, Ceausescu continue de massacrer”] mas também pelas escolhas gráficas pelos sublinhados e itálicos, como forma de tornar ainda mais emotiva a mensagem), os textos sobre o processo romeno são quase sempre acompanhados de declarações oficiais de dirigentes do PCF e/ou editoriais sobre a questão.

Neste suplemento, Maxime Gremetz, em nome do PCF, fala logo na capa de “félicité dans la journée de la destitution de ce pouvoir, souhaitant «que cela se passe sans nouvelles victimes.» E, entre as páginas dedicadas à Roménia, o secretário do Comité Central do PCF prossegue confirmando que “le Parti communiste français, qui a condamné le pouvoir dictatorial de Ceausescu, ses méthodes e sa politique totalement étrangères au socialisme, se rejouit de sa déstitution.” E volta a frisar que para o PCF o socialismo “c’est la démocratie, la liberté, le bonheur des hommes”, colocando-se “aux côtés du peuple roumain et de tous ceux communistes ou non, qui, dans ce pays, aspirent et veulent que socialisme et liberté marchent du même pas.”

No mesmo sentido, o editorial de Claude Cabanes, “Le 22 Décembre”<sup>788</sup>, descreve a forma como o povo romeno começava “à respirer à pleins pleins poumons l’air de la liberté”, saudando a coragem face ao “horreur insupportable de la répression”. Cabanes afirmava então que tinha sido a própria história a fazer cair Ceausescu e o seu “système tyrannique.” E fala, depois, enquanto militante de um partido comunista: “quel militant du PCF ne souffrait, depuis longtemps, de voir abusivement identifié à son idéal de pouvoir incontrôlé d’un État policier,

---

<sup>788</sup> L’Humanité, 23/12/1989, p.3

la misère du grand nombre (...) l'idolâtrie organisée d'un clan (...) les plus courageux des citoyens – et parmi eux des communistes – voués à la prison ou à l'humiliation?"

Cabanes refere-se aos anos de Ceausescu à frente do PCR como “nuit des temps”, comparando as manifestações romenas à sublevação dos escravos romanos, aos revolucionários russos de 1917 e aos que tomaram de assalto a Bastilha, em França, em 1798 para explicar que a noção de socialismo do PCF é a da união entre os povos, “comme sont unis les lèvres et les dents.” E refere que era o afastamento entre os homens que estava na crise que o socialismo atravessava na Europa centro-oriental: “mais c'est la conscience qu'ils en ont qui redonne espoir aux révolutionnaires” e a outros, também convencidos de que “le capitalisme n'est pas l'avenir des hommes.” Por fim, Cabanes refere também a situação no Panamá, não a comparando diretamente com os acontecimentos na Roménia mas frisando que, numa dada capital centro-americana, “les envahisseurs de la plus grande puissance capitaliste du monde ont le doigt sur le cache.”

O suplemento especial de *L'Humanité* dedicado à Roménia aborda ainda perspectivas transmitidas pelos outros órgãos de informação franceses, uma biografia de Ceausescu e da sua família, uma cronologia dos acontecimentos na Europa de Leste desde 1985, a resolução votada em Moscovo a favor dos manifestantes romenos, e uma pequena caixa, onde são transcritas palavras de um militante do PCR onde diz que a luta estava a ser feita em nome de um “socialisme a visage humain”.

A 25 de dezembro de 1989, novo suplemento em *L'Humanité* dedicado exclusivamente à Roménia, desta vez com nove páginas, dando conta de “Bucarest libérée”<sup>789</sup> e da “Victoire pour la révolution roumaine.”<sup>790</sup> O esquema de organização da informação é em tudo idêntico ao do suplemento anterior e, a nível lexical, toda a linguagem aponta, também, para uma ideia de uma vitória dos que lutavam pela liberdade e pela democracia.

Também a 25 de dezembro, o PCF faz uma comunicação oficial nas páginas de *L'Humanité*, desta vez em jeito de apelo. O “Appel du Parti Communiste Français”<sup>791</sup> refere que os comunistas franceses estão “bouleversés par la répression criminelle dont sont victimes des milliers d'enfants, de femmes, d'hommes en Roumanie”, dando conta da indignação com

---

<sup>789</sup> *L'Humanité*, 25/12/1989, capa e p.2-9

<sup>790</sup> *L'Humanité*, 25/12/1989, p.2

<sup>791</sup> *Idem*, p.3

que o PCF recebeu a notícia de “monstrueux actes de barbarie” e reforçando a sua condenação pelo governo autoritário e autocrático de Ceausescu que permitiu que aqueles crimes acontecessem. Novamente, o PCF frisa a sua vertente “humaniste”, completamente contrária e oposta, reforçando a sua solidariedade para com o povo romeno que se materializou na forma da abertura de uma conta bancária “pour venir en aide «aux enfants et aux familles roumaines, victimes de la répression.”

O editorial de Claude Cabanes de 25 de dezembro apela também à solidariedade para com as crianças romenas, especialmente no Natal. O autor fala de uma “petite fille inconnue de Bucarest tremblant de froid, de solitude et de peur”, para afirmar que o melhor presente que ela poderia ter recebido nesse Natal era a “victoire sur les barbares armés par Ceausescu.” Cabanes compara Timisoara a cidades como Guernica e Phnom Penh, onde os revoltosos lutaram pela liberdade e foram dizimados por forças bélicas. Mas não se fica por aqui em termos de comparações. Cabanes refere que se a mensagem do Evangelho sobreviveu à Inquisição, “le magnifique message de fraternité humaine et terrestre du communisme survivra à ceux qui l’ont abîmé ou ensanglanté.” Em relação aos revolucionários e ao novo governo romeno, “pour eux comme pour nous, le socialisme démocratique est le visage de la libération humaine que dessine la fin de ce siècle et qu’accomplira le nouveau.” Num nível mais prático, Cabanes refere que o PCF era contra a intervenção do Pacto de Varsóvia na Roménia, pedida pela França e pelos EUA, sublinhando que o que era importante, no momento, era a solidariedade, que se poderia materializar em donativos para o povo romeno e apoio ao novo governo.

O suplemento continua com nova abordagem à biografia de Ceausescu, a homenagem às vítimas da revolução romena, um retrato da polícia secreta e uma descrição do programa do novo governo da Frente de Salvação. Esta é associada à figura de Iliescu, em grande destaque numa das páginas de *L’Humanité* e às intenções de democratização da sociedade romena e garantia de que o socialismo será reformado, assim como desmanteladas todas as organizações relacionadas com o governo de Ceausescu.

Por fim, o PCF dá nota da ajuda que estava a ser dada por parte dos comunistas franceses ao povo romeno, através da descrição das atividades de angariação de bens e fundos

destinados à Roménia. Em “Avec le peuple roumain”<sup>792</sup>, o PCF descreve as propostas de ajudas excepcionais destinadas ao povo romeno por parte dos comunistas franceses, lançadas por Georges Valbon, dirigente do partido, e descrevendo que um pouco por toda a França as delegações do PCF estavam a realizar campanhas de recolha de donativos com vista a ajudar o povo romeno.

Passados dois dias, um novo suplemento<sup>793</sup> de *L’Humanité* dedicado à Roménia, com onze páginas dedicadas à forma como o país se estava a organizar depois de deposto o ditador. E é o próprio Ceausescu quem faz a capa do jornal de 27 de dezembro, com uma fotografia do seu cadáver, executado após julgamento. Uma legenda atribuída a dirigentes da Frente de Salvação Nacional dá nota que os atos tiveram de ser feitos rapidamente, sob a “pression des groupes terroristes qui voulaient le dictateur et son épouse.” As páginas de *L’Humanité* desse dia enchem-se das últimas imagens de Nicolae Ceausescu, sempre envoltas no mesmo tipo de caracterização e adjetivação com que já vimos lidando em relação à linguagem do PCF a respeito do caso romeno.

Valerá a pena, no entanto, olhar para o editorial, também de Claude Cabanes, que transcreve palavras publicadas no jornal *Le Parisien*, que afirmam que Ceausescu foi “si longtemps d’enfant chéri de nos dirigeants occidentaux.” No texto do *Le Parisien*, o jornalista afirmava que “devant le Dracule des Carpates, il y avait naguère encore, dans les palais officiels et parmi les belles consciences de toute la maison Europe, tant de carpettes...” Cabanes considera esta uma afirmação “brutale et grave” e parte para a prova dos factos: “pendant des années, les dirigeants politiques des Etats-Unis et de l’Europe occidentale – gouvernants ou opposants – ont vécu une véritable lune de miel avec le tyran de Bucarest qu’ils ont flatté et encouragé sans retenue.” E passa para os exemplos de líderes ocidentais que estabeleceram relações próximas com o regime de Ceausescu, como Richard Nixon, Willy Brandt e uma especial menção aos franceses. Cabanes recorda que Jacques Chirac foi recebido fraternalmente em 1975 por Ceausescu em Bucareste: “fraternité démonstrative et insolite qui conduit même à un calendrier de rencontres entre (...) l’UDR et le PCR”, donde resultou a expressão de que o ditador preparava projetos ambiciosos para a Roménia, que levariam a

---

<sup>792</sup> *L’Humanité*, 25/12/1989, p.9

<sup>793</sup> *L’Humanité*, 27/12/1989, capa, p.2-9, p.24

uma cooperação frequente entre a direita francesa e o PCR. Cabanes refere também, entre outros, os encontros de Jean François-Poncet, Giscard d'Estaing e Alain Poher e Claude Estier com Ceausescu. Estier chegara mesmo a elogiar os “gardes-patriotiques” e Jospin a referir-se a Ceausescu como “un symbole” com o qual teve o prazer “d'avoir bénéficié de l'expérience de cette personnalité de la vie internationale, le président Ceausescu.” Cabanes termina notando que a questão dos direitos humanos “n'est jamais mise sur le tapis par les interlocuteurs ou amis de Ceausescu” e admirando-se com o facto de Claude Cheysson, antigo ministro de Mitterrand, ter admitido que sabiam do que se passava na Roménia mas que nada podiam fazer. O autor reconhece que desde 1984 que cada vez menos os líderes internacionais se deslocavam a Bucareste mas acusa-os de, a respeito das relações internacionais com a Roménia, terem, em 1989, a memória muito curta.

O posicionamento do PCF perante o processo de mudança na Roménia prossegue com o mesmo tom ao longo de dezenas de artigos, que abordam até à exaustão a vida do ditador romeno, com a transcrição total do seu julgamento, a publicação de fotografias do seu cadáver, a exaltação dos feitos dos manifestantes de Timisoara e Budapeste, a total confiança em Iliescu no governo provisório da Frente de Salvação Nacional que tentava, segundo o partido, implementar a democracia e a garantia das liberdades num país em ruínas, comparável ao estado em que se encontrava em 1944. O PCF não hesita em utilizar termos como “totalitarismo”, “ditadura”, “clã”, “reinado”, “Drácula sanguinário” para se referir a Ceausescu, totalmente opostos ao léxico utilizado para descrever a resistência, os manifestantes e o povo romeno.

Vários esquemas figurativos surgem da comunicação pública do PCF a respeito do caso romeno. A dicotomia entre o bem e o mal é o mais presente, como vimos. Mas também a ideia da força e fraqueza, da opressão e dominação, conseguindo através das inúmeras páginas dedicadas à Roménia passar a ideia de um povo submisso durante décadas aos desígnios de um ditador sem limites, cujo desprezo pela sua própria população estava, para o PCF, ao nível das mais atrozes personalidades da história e dos momentos mais críticos de desrespeito pelos direitos humanos, como a Guerra Civil Espanhola ou a II Guerra Mundial.

Mas mais importante do que as descrições em si é o motivo pelo qual surgem. Isso torna-se muito claro numa das capas de *L'Humanité*, onde, em vermelho, em letras garrafais, o

jornal anuncia: “Les flatteurs de Ceausescu. Les voila!”<sup>794</sup> e promete, em quatro páginas, descrever os factos sobre “le comportement des responsables politiques français de droite et du Parti socialiste à l’égard de l’ex dictateur de Bucarest.” São quatro páginas onde o PCF acusa os principais dirigentes da direita e do PS francês de terem mantido relações com o regime de Ceausescu não adiantando muito ao editorial já revisto de Cabanes mas deixando claro que este posicionamento tem, da parte do PCF, um objetivo político nacional evidente e que o partido não esconde. Mais, este trazer a público das relações dos políticos franceses com o regime de Ceausescu é uma forma de o próprio PCF se defender das críticas que, nesta altura, lhe atribuíam, acerca da sua própria conivência com a ditadura romena.

Porém, tendo rompido definitivamente com o socialismo real na década de 70, como vimos anteriormente, o PCF sentia-se à vontade para criticar os regimes da Europa centro-oriental, ao ter definido desde então que as linhas orientadoras da sua política em nada tinham a ver com a proposta daqueles governos e que a sua visão do socialismo em nada compactuava com os erros e desvios cometidos pelo socialismo real. Não obstante, o PCF, via-se frequentemente associado a esses regimes, por parte dos dirigentes não-comunistas e pelo simples facto de ser um partido comunista, independentemente de ter publicamente afirmado a sua total discordância em relação ao socialismo real, desde os anos 70, facto que o partido reforça de forma exaustiva na sua comunicação dos processos de mudança no Leste, em particular no caso romeno.

A estratégia de comunicação do PCF para o caso romeno pode ser analisada a três níveis distintos, claros como a cronologia dos acontecimentos e como a veemência com que o partido francês critica o regime de Ceausescu. Num primeiro momento, o PCF explora os crimes do ditador romeno. Caracteriza, como vimos, o seu regime com as mais duras expressões com que se pode qualificar uma governação e coloca-se ao lado dos manifestantes, exagerando claramente os números de mortos, explorando uma linguagem altamente emotiva para qualificar o estado em que Ceausescu deixou a Roménia e publicitando todas as ações de solidariedade que os comunistas franceses desenvolvem para ajudar o povo romeno. Numa segunda fase, através de comunicações oficiais do partido e de editoriais em *L’Humanité*, o partido demarca-se novamente daquele tipo de exercício do poder, afirmando-o

---

<sup>794</sup> L’Humanité, 28/12/1989, capa

completamente contrário à visão do PCF sobre o socialismo e repetindo até à exaustão que, no regime de Ceausescu, nada havia de socialismo. Pelo contrário, o respeito pelas liberdades, pelos direitos humanos, pelo progresso social, princípios que o partido considera basilares do socialismo, estavam totalmente ausentes da “totalitarismo” de Ceausescu. Por fim, numa última fase da sua comunicação sobre o processo romeno, o PCF traz a público as relações de destacados líderes políticos franceses com o regime romeno, explorando esse assunto de forma também exaustiva e procurando provar, com sucesso, que figuras como Lionel Jospin, François Mitterrand ou Jacques Chirac mantiveram relações de proximidade com Nicolae Ceausescu, não apenas em visitas oficiais mas em projetos de cooperação, encarando-o como um “amigo”, um “líder excepcional”, um “parceiro” do Ocidente no mundo do socialismo real.

Não obstante o facto de ser verdade o terror com que Ceausescu governava a Roménia, do qual falam também os outros partidos comunistas analisados, o PCF fá-lo claramente com uma tripla intenção: a de informar sobre os factos, a de se demarcar categoricamente de qualquer relacionamento ou apoio ao regime romeno (chega a justificar a sua estadia em Bucareste por ocasião do XIV Congresso do PCR como uma forma de poder dizer *in loco* o que pensava e aborda novamente o assunto na entrevista de Pierre Blotin a *L’Humanité* de 29/12/1989<sup>795</sup>) e, por fim, a de elucidar os franceses quanto aos verdadeiros protagonistas das relações franco-romenas, os líderes políticos da direita e do PS francês, com os quais Ceausescu mantinha relações “fraternas.”

De um ponto de vista do discurso político, o facto de o PCF trazer à luz o relacionamento entre os líderes políticos de França e Ceausescu corrobora a sua própria tese de que o regime na Roménia nada tinha a ver com socialismo, integrando-se de forma muito mais expressiva num tipo de governação ultranacionalista. E, na dicotomia trabalhada pelo PCF até à exaustão entre o bem e o mal, o partido francês quer claramente incluir os líderes políticos franceses que mantinham relações próximas com o regime romeno numa espécie de atores que não se importam de “dormir com o inimigo.” A este respeito, o PCF cita inclusivé Lionel Jospin que, perante as acusações de que o PSF tinha mantido relações próximas com Ceausescu, responde que “pendant longtemps l’image de la Roumanie qui est apparue au premier plan était celle

---

<sup>795</sup> “Nicolae Ceausescu est très mecontent”, *L’Humanité*, 29/12/1989, p.5



d'un pays qui tentaif de manifester une certaine indépendance à l'égard de Moscou.”<sup>796</sup> Não só o PCF, com a colagem destes líderes políticos a uma certa indulgência perante Ceausescu, consegue demarcar-se a ele próprio do regime romeno, como consegue também comunicar o facto de que nem todas as tentativas de apoio a governos que não estavam, ou não estiveram numa determinada altura do seu percurso, alinhados com o PCUS, eram válidas e representavam formas de governação legítimas. Entre toda a comunicação pública do PCF sobre o caso romeno, o único momento em que se existe a defesa de algum aspeto dos anos de de Ceausescu na Roménia é protagonizado precisamente por Lionel Jospin, do PS, que vem recordar que o ditador “avait refusé de s’associer à l’intervention des troupes du pacte de Varsovie en Tchécoslovaquie en 1968.”

A comunicação pública do processo de mudança na Roménia por parte do PCF é porventura, entre os acontecimentos que estudamos, aquele onde é mais patente o facto de os partidos comunistas ocidentais utilizarem a discussão sobre os processos de mudança na Europa centro-oriental também com muito evidentes propósitos ao nível da política interna. É uma instrumentalização política de um assunto, claramente, elaborada pelo PCF da mesma forma que os outros partidos franceses faziam, ao associarem os comunistas franceses aos regimes do socialismo real. A diferença, neste caso, é que o PCF prova que inequivocamente existiram relações próximas entre vários dirigentes políticos franceses e um dos governos, nas suas palavras, mais totalitários da história. Ao longo do mês de janeiro de 1990, o PCF prossegue o entusiasmo pelo caso romeno, com dezenas de artigos onde saúda a revolução e os seus protagonistas, fazendo caracterizações profundas da realidade romena e da forma como esta recupera dos anos de ditadura e, ao mesmo tempo, colocando de forma muito evidente as esperanças da renovação do socialismo nas mãos de Iliescu e da sua Frente Nacional.

Da parte do PCI, o tom para falar da revolução romena não é menos intensivo. A quantidade e a exaustão com que o tema é tratado é que difere claramente do caso francês. Focando-nos igualmente naqueles textos que transparecem de forma mais clara o posicionamento do partido perante os desenvolvimentos na Roménia, o nível de qualificação atribuído quer a Ceausescu, quer ao seu governo é idêntico ao dos anteriores partidos, ainda

---

<sup>796</sup> “Lionel Jospin: «Nous y avons tous été”, L’Humanité, 30/12/1989, p.4

que com uma valoração negativa e um universo metafórico não tão radical quanto o da comunicação pública do PCF.

“L’ultimo tiranno e l’Europa”<sup>797</sup>, um editorial de Renzo Foa publicado na capa da primeira edição de *L’Unità* dedicado exclusivamente à revolução romena, admite também, à semelhança dos outros partidos, a existência de centenas de mortos em Timisoara, “morti nel nome di quei diritti alla libertà e di quei valori che hanno segnato il 1989.” Para os acontecimentos em Timisoara e Arad, o autor utiliza expressões como “barbarie” associada a “altri tempi della storia”, considerando o caso romeno como uma “anomalia” que lhe recordava San Salvador e Tiananmen.

Um facto novo trazido pelo autor do editorial é a acusação de que o Ocidente saberia já da opressão realizada por Ceausescu em relação ao povo da Transilvânia, assim como o nível de vida dos romenos, a fome, a miséria e a opressão do sistema político do país. Foa recorda os apelos lançados à comunidade internacional acerca da iminência de uma situação como a que se então vivia na Roménia e a necessidade que era demonstrada para defender uma “nazione minacciata di morte.” Foa acusa também o culto da personalidade e do clã, “ridicolo (...) tirannide (...) repressivo.” A ideia central desta primeira abordagem do PCI ao caso romeno é precisamente de que esta seria uma situação expectável: “davvero ci poteva illudere che potesse non esplodere il contrasto tra la realtà della Romania e l’arroganza di chi la governa con metodi tanto spietati? Davvero si poteva credere che l’ultimo «socialismo reale» fosse solo una bizzarria balcanica?” Foa refere que, à altura do início dos protestos em Timisoara, muitos deveriam estar a fazer um exame de consciência.

O autor identifica diretamente a questão romena com a questão Ceausescu, não distinguindo a figura do sistema político e salientando que a revolução é dirigida integralmente para a deposição do clã familiar do ditador. Porém, Foa averte que “nessuno può dire con certezza se in questi giorni è iniziata anche in Romania quella rivoluzione democratica che sta attraversano tutto l’Est europeo.” O autor avisa que não será uma mudança pacífica, podendo dar-se o risco de haver um confronto direto entre a população e o aparelho repressivo ditatorial. Foa é também o único, dentro dos autores e jornalistas estudados, e no âmbito das

---

<sup>797</sup> L’Unità, 19/12/1989, capa

reações partidárias que vimos, a sugerir que a comunidade internacional deveria demonstrar diretamente a Ceausecu “che non si può più convivere con il suo regime.”

Nos textos referentes à interpretação das primeiras manifestações na Roménia, *L'Unità* utiliza expressões fortes, colocando-se, à semelhança de todos os outros órgãos de informação analisados, definitivamente ao lado dos manifestantes e criticando o regime de Ceausescu. Em “Una Tian An Men in Romania”<sup>798</sup>, Gabriel Bertinotto entrevistou Grigore Popescu, intelectual romeno exilado em Itália desde 1987. Nesta entrevista, Popescu demonstrava a necessidade que havia de uma tomada de posição internacional contra Ceausecu, nomeadamente a partir da URSS, que fosse dar maior força à população, altamente assustada e reprimida pelo aparelho ditatorial.

Occhetto, secretário-geral do PCI, em “Un regime feroce e repressivo”<sup>799</sup>, posicionava-se em nome do partido italiano, em relação aos acontecimentos na Roménia, falando de notícias “drammatiche” e expressando “lo sdegno, la ferma e dura condanna mia e di tutti i comunisti italiani per la sanguinosa repressione causata dall'intervento delle forze militari rumene contro le popolazioni inermi.” O governo romeno é caracterizado por Occhetto como tendo “completa estraneità ai valori di libertà e di democrazia.” Occhetto sugeriu, então, que o governo italiano se tornasse medidor entre a comunidade internacional e o governo romeno no sentido de tomar as iniciativas necessárias para que a repressão cessasse: “facciamo appello a tutte le forze democratiche, ai giovani, al mondo del lavoro e della cultura, perché si sviluppi un movimento di sostegno a quanti si battono contro un potere dispotico in nome della libertà, della democrazia, di profonde riforme economiche e sociali, per il pieno rispetto dei principi di Helsinki.”

O relato de *L'Unità* sobre as manifestações romenas prossegue num tom de alerta à comunidade internacional. No dia 20 de dezembro, o jornal apresenta várias reações internacionais sobre os acontecimentos na Roménia, com particular nota para um pedido de ajuda a Gorbatchov<sup>800</sup>, vindo de um dramaturgo romeno exilado em Paris, para que o secretário-geral do PCUS “pusse um fim” ao regime ditatorial de Ceausescu, que acusa de torturar 23 milhões de pessoas. Também o governo dos EUA é citado pelo PCI, referindo que

---

<sup>798</sup> *L'Unità*, 19/12/1989, p.3

<sup>799</sup> *Idem*

<sup>800</sup> *L'Unità*, 20/12/1989, p.3

os americanos enviaram um apelo a Ceausescu para que cesse a violência, tal como a CEE. Perante o posicionamento idêntico de todos os atores maiores do cenário geoestratégico mundial, *L'Unità* fala mesmo de “Una risposta comune”<sup>801</sup> por parte de todos os países aliados.

A ideia de uma linguagem exacerbada e de informações tornadas públicas à medida que se ia ouvindo os ecos dos acontecimentos, muito antes de haver uma ideia clara sobre o que de facto se passava na Roménia, transparece também na comunicação do PCI, e de forma porventura mais evidente do que em relação aos outros partidos políticos. São apontadas mais de duas mil vítimas em Timisoara, as forças de segurança são caracterizadas tão “feroci come le Ss”<sup>802</sup> e são utilizadas também expressões altamente emotivas, como “bambini uccisi insieme agli adulti”; “cronaca de in massacro”; “orgia di violenza”; “vera carnificina”; “camion carichi di cadaveri”; “Tian An Men non è niente in confronto a Timisoara”, através de uma linguagem muito sensorial e de um posicionamento claro, à semelhança do PCF, na descrição de uma situação de oposição entre o “bem” e o “mal”. A grande diferença, por parte dos comunistas italianos, e em relação aos confrontos nas cidades romenas em dezembro de 1989, é a importância dada à reação internacional e a sugestão de que os países aliados deveriam agir para a deposição de Ceausescu, uma vez que a população romena não teria a força suficiente para o fazer. No caso da comunicação do PCI, o “bem” apresenta-se muito enfraquecido devido a décadas de exercício de um poder repressivo que, nas palavras de jornalistas e do próprio secretário-geral do PCI, se encontrava ainda com grande vitalidade.

Talvez esta perceção por parte do PCI se alterasse um pouco perante a grande vaia ao discurso de Ceausescu organizado pelo próprio a 21 de dezembro e que resultou, como vimos, no desencadear dos acontecimentos que levaram à execução do casal Ceausescu. No rescaldo desse discurso, Gabriel Bertinotto, que assina a maioria dos textos sobre o processo romeno, concorda que o ditador tremia perante a imensa vaia popular. “Sfida a Ceausescu in diretta tv”<sup>803</sup> aborda já a fragilidade e o isolamento de Ceausescu, observando a convivência fraternal entre soldados e manifestantes, “una parte dei quali si è ribellata all’ordine di sparare sulla folla.” Na mesma edição, *L'Unità* dava conta de ações de solidariedade para com o povo

---

<sup>801</sup> Idem

<sup>802</sup> Idem

<sup>803</sup> *L'Unità*, 22/12/1989, capa

romeno, realizadas em Itália, organizadas pelo PCI e pela FGCI e tendo como objetivo demonstrar o apoio dos comunistas italianos às manifestações para a deposição de Ceausescu.

Também nessa edição, a preocupação do PCI em publicar as reações internacionais continua a ser muito evidente: Bona, Belgrado, Paris, Praga e, claro, Moscovo, são algumas das capitais por onde *L'Unità* passou em revista as principais reações às manifestações na Roménia. No texto “Gorbaciov prudente: «Abbiamo ancora poche notizie»”<sup>804</sup> é prestada especial atenção à reação do líder soviético aos desenvolvimentos na Roménia. Sergio Sergi, jornalista de *L'Unità*, fala da prudência de Gorbatchov em comentar os acontecimentos e ao dirigir-se aos deputados soviéticos, que tinham apresentado uma moção de censura à atuação do regime romeno. O posicionamento prudente e cauteloso de Gorbatchov contrasta, assim, com o tom geral da comunicação pública sobre o caso romeno nos jornais partidários que estudamos, que desde logo assumem uma proporção de clara condenação da atuação do governo romeno e se colocam claramente ao lado dos manifestantes.

Os textos publicados em *L'Unità*, nos dias seguintes continuam a colocar em evidência a dualidade entre a luta pelo fim de uma “dinastia”<sup>805</sup> protagonizada por um casal que terminava em tragédia, “mentre tentavano rocambolescamente di riparare all'estero”; e o sucesso de uma revolução pela democracia e liberdade, descrevendo uma cidade onde, após a partida de Ceausescu, “popolo e soldati si abbracciano.”

Adriano Guerra assina um interessante texto sobre “La commedia e la tragedia dell'ultimo tiranno dell'Est”<sup>806</sup>, onde fala da “straordinaria forza e compostezza” da organização popular que, de forma aparentemente simples, conseguiu depor o último “tirano” do socialismo real. Guerra reconhece, porém, que o caso romeno é um exemplo grotesco de tudo o que as ditaduras do séc.XX produziram: “viene in mente la formula sulla storia che si ripete, dapprima come commedia e poi come tragedia.”

Do lado da comédia, Guerra põe o culto caricatural do líder e da sua família. O autor salienta que nem Estaline, cujo papel a nível mundial é inegável, afirmou com tanta veemência, “accettò mai di farsi chiamare «architetto infaticabile del mondo», oppure operò perche anche i suoi familiari venissero promossi a «padri della patria».” Do lado da tragédia,

---

<sup>804</sup> *L'Unità*, 22/12/1989, p.3

<sup>805</sup> “La fuga e poi la caccia all'uomo. Le ultime ore del «conducator»”, *L'Unità*, 23/12/1989, capa

<sup>806</sup> *L'Unità*, 23/12/1989, p.2

a miséria e a opressão da polícia política. Guerra encara o regime de Ceausescu como uma “«variante rumena»” do modelo de Estaline – “il modello dello Stato padrone, del partito unico di Stato e del patto sociale basato sui principi del comunismo di caserna.” E, no momento em que o mundo socialista se reconfigurou, desde a tomada de posse de Gorbatchov como secretário-geral do PCUS em 1985 até às mudanças nos governos da Europa centro-oriental de 1989, “Ceausescu ha cercato di presentarsi come l’alfiere della «santa alleanza» contro i riformisti.” Ao velho modelo estalinista, Ceausescu acrescentou dois elementos: a “direzione familiare”, com a atribuição de mais de 40 lugares de destaque nos principais órgãos do país a familiares; e um corpo de ideias de tipo nacionalista e chauvinista “straordinariamente complesso collegato da una parte al più lontano passato, e dall'altra alla particolare collocazione internazionale che la Romania si è trovata a dover gestire dal 1945 in poi.” Guerra salienta que a evocação nacionalista de Ceausescu era ímpar, mesmo entre outros governos nacionalistas. No caso romeno, o ditador utilizava esse sentimento nacionalista “come strumento di difesa dell'autonomia e dell'indipendenza nei confronti del paese - l'Unione Sovietica -col quale si era legati.”

Adriano Guerra relembra os momentos em que Ceausescu tomou posições contrárias às da URSS, como a política com a China e o Médio Oriente, a intervenção na Checoslováquia em 1968 e no Afeganistão em 1979, através dos quais conquistou fortes aliados no Ocidente mas sobretudo autoridade dentro do seu próprio país, transparecendo uma ideia de autonomia e força do líder dentro do movimento comunista internacional. Segundo o autor, o declínio de Ceausescu na Roménia teve uma razão relacionada sobretudo com a mudança de política nos países do socialismo real, ao longo dos anos 80, mas também a gravíssima situação socio-económica devido à política de Ceausescu para combater a dívida externa. E, “nell'inipossibilità di continuare ad usare la carta nazionalistica nei confronti dell'Urss (ora avviata con Gorbaciov sulla linea del nuovo corso), Ceausescu cercava di mantenere le sue posizioni di potere, gettando una contro l'altra le varie nazionalità presenti nel paese.”

Numa nova página de *L'Unità* dedicada à forma como o caso romeno estava ser interpretado a nível internacional, com especial destaque para a mensagem de Gorbatchov a apoiar a causa dos manifestantes romenos e o governo de transição, surge uma nota sobre o posicionamento oficial do PCI. O partido italiano, em “La gioia del Pci «Il popolo ha vinto il

regime»<sup>807</sup> demonstra a sua alegria, admiração e felicidade pelos acontecimentos que levaram à deposição do “rei” Ceausescu e descreve o facto de a violência vivida na Roménia não poder “fermare il corso della storia e il moto per la libertà e la democrazia sviluppatosi impetuosamente in tutto l’Est anche sotto lo straordinario impulso del nuovo corso di Gorbaciov e del profondo mutamento dete minatosi nello scenano internazionale.” O PCI afirmava como intoleráveis as ações do governo romeno e considerava que a sublevação popular, que saíra vitoriosa, era prova da “forza irresistibile degli ideali di libertà e di democrazia che costituiscono il segno più alto della civiltà europea e della storia del movimento operaio e che fa tutt’uno con la causa del socialismo.” Novamente, o PCI dirige-se à comunidade internacional procurando que esta reconhecesse e garantisse a soberania e independência da Roménia e zelasse pela transição tranquila rumo à democracia. Occhetto volta a classificar Ceausescu como um “tiranno che ha calpestato la dignità e la libertà di un popolo”, congratulando-se pelo facto de a Roménia seguir a via da democracia e do pluralismo.

Em relação ao governo provisório da Frente Nacional de Salvação, Bertinotto refere-se como um grupo de pessoas interessadas na democratização do sistema político e económico romeno, numa passagem pacífica “dal vecchio regime autoritário alla democrazia.” O jornalista reconhece que ainda não são claras as intenções reais deste governo provisório, afirmando, no entanto, em “I nuovi leader: elezioni liberi in aprile”<sup>808</sup>, que Iliescu, apelidado de “Gorbaciov rumeno”, estaria empenhado na destruição de qualquer resquício de apoio ao regime de Ceausescu e na passagem   democracia, sem no entanto falar, e assim acontece em toda a comunica o pública do caso romeno no PCI, que estaria em causa uma reforma do socialismo. A compara o de Iliescu a Gorbaciov deixa claro, no entanto, que existia, por parte do PCI, a ideia de que o protagonista do governo provisório romeno estaria interessado na organiza o de uma sociedade inspirada na *perestroika*, num país que necessitava da ajuda internacional. O tema da ajuda humanitária   Roménia   explorada exaustivamente por *L’Unità*, que coloca a tónica do seu discurso no posicionamento internacional perante a ajuda que consideram essencial a um povo “faminto”, que “pede socorro.”

---

<sup>807</sup> L’Unità, 23/12/1989, p.5

<sup>808</sup> L’Unità, 24/12/1989, p.4

*L'Unità* é também o único jornal, entre a imprensa partidária estudada, a posicionar-se de forma crítica perante o julgamento e a execução do casal Ceausescu. Em “Il terribile guado che separa barbarie e civiltà”<sup>809</sup>, Gianna Schelotto afirmava que as imagens do julgamento do casal quebraram a altura de comemoração e festa que se estava a viver, pela libertação da Roménia: “Elena e Nicolae disfatti ma ancora retti da un impossibile sicurezza di sé sono entrati in ogni casa e di colpo son diventati i personaggi più inquietanti e sinistrante famosi del nostro opulento e distratto Natale.” A respeito do julgamento, Schelotto afirmava-se chocada, não tanto com a decisão ou a validade da mesma, mas antes com a forma como decorreu: “noi, dall’ agio dei nostri salotti (...) possiamo anche esprimere oggi lo sgomento per il sommano processo e la frettolosa esecuzione a forse anche la pietà e la giustizia richiedono tempi lunghi per essere interiorizzati ed esigono esercizio, abitudine e dimestichezza.” A rápida execução dos Ceausescu, assim o interpretava Schelotto, tinha como objetivo criar a ideia de uma mudança radical, de “24 anos recuperados em 24 horas.” No entanto, a autora avisava que o malefício que os anos de governação de Ceausescu fizeram à sociedade romena, “ad un regime feroce ed illiberale come quello vissuto dal popolo romeno creano una lacerante angoscia sociale della quale non ci si libera né con una né con cento esecuzioni.” Schelotto concluía dizendo que a pena de morte é uma violência inaceitável mas que a esta conclusão só se conseguiria chegar “dal comodo alveo di anni di consolidata democrazia.”

Em relação ao facto de os governos ocidentais terem mantido ligações com a Roménia de Ceausescu, ao longo dos tempos, o PCI não faz disso um assunto de grande importância ao nível da sua comunicação pública, ao contrário do PCF. No texto “«Si è dato credito al condicator perché non obbediva a Mosca»”<sup>810</sup>, *L'Unità* cita Giulio Andreotti, Presidente do Conselho de Ministros de Itália, de direita, da DC, que criticou o facto de no passado se ter dado crédito a Ceausescu pelo facto de que este discordava muitas vezes das indicações do PCUS e, nas palavras do próprio Andreotti, “si chiudeva un occhio sul fatto che all'interno il regime era più stalinista di quello di Stalin.” Porém, se o PCI se fica por estas breves declarações de Andreotti, quase em jeito de autocrítica, a respeito das relações do Ocidente

---

<sup>809</sup> *L'Unità*, 28/12/1989, capa

<sup>810</sup> *L'Unità*, 28/12/1989, p.6



com Ceausescu, o mesmo não acontece quando dá a notícia da polémica em França em torno do mesmo assunto. Em “Chi frequente Ceausescu? In Francia infuria la polemica<sup>811</sup>”, *L’Unità* refere-se ao facto de todos os agentes políticos franceses, da esquerda à direita, terem visitado e mantido relações próximas com o PCR de Ceausescu, incluindo o PCF. O jornal dá como exemplo Miterrand, que só cancelou a sua viagem de 1982 à Roménia não “in nome dei diritti umani calpestati ma, più diplomaticamente, a causa di un carnet di viaggi troppo impegnativo.” Outros exemplos de políticos franceses são também comentados mas, em especial, o nome de Georges Marchais, “colui sul quale si è concentrato il tiro dei commentatori francesi”, acusado de ter sido o último dos comunistas ocidentais a cortar relações com o regime de Ceausescu. É o próprio PCI quem assume que teria sido difícil Marchais escapar às críticas, já que passara em 1982 uma semana de férias na Roménia, emitindo um “fraterno” comunicado conjunto. Embora no início de 1989 tivesse aprovado a condenação de Miterrand ao regime de Ceausescu e a presença do PCF no XIV congresso do PCR tenha tido o objetivo “di criticare *in visu* il «genio dei Carpazi»”, segundo o PCI, “tutto è rimasto nella stretta logica dei «partiti fratelli», la stessa nella quale l’invito era stato spedito”, não obstante o alheamento do PCF, notado pela imprensa internacional, a qualquer comemoração ocorrida naquele congresso do PCR.

#### **3.4.1.7. – A tentativa de golpe de Estado em agosto de 1991: o anúncio do desmantelamento da URSS**

A política da *perestroika* iniciada por Gorbatchov pouco tempo depois da sua nomeação como secretário-geral do PCUS recebeu o aplauso do mundo ocidental, pela abertura que compreendia no que diz respeito às relações internacionais, pelo reforço da política de desarmamento nuclear, o aprofundamento das relações económicas com o Ocidente (com o objetivo de iniciar uma reestruturação da própria economia soviética) e, sobretudo, por colocar um ponto final na doutrina da soberania limitada, instituída por Brezhnev, através da qual a união entre os países e partidos socialistas supunha também a autorização para a intervenção política e militar em qualquer país que representasse uma ameaça à paz mundial ou às vitórias

---

<sup>811</sup> idem

do comunismo. A intervenção do Pacto de Varsóvia, em Praga, em 1968; a crítica à Jugoslávia, em 1971 ou a intervenção no Afeganistão como resposta à repressão organizada pelos EUA aos movimentos revolucionários daquele país, em 1979, foram alguns dos acontecimentos que se basearam na doutrina de Brezhnev.

Os críticos dessa doutrina apontavam o facto de a URSS ter o poder *de facto* sobre as decisões do Pacto de Varsóvia e isso representar a satelitização das repúblicas populares da Europa centro-oriental, limitando a sua independência na tomada de decisões de carácter estrutural dos respetivos países. Os seus defensores viam na possibilidade de haver um maior controlo sobre os países comunistas como uma forma de evitar, também, os desvios e os erros, como a excessiva burocratização ou a corrupção.

Esta é uma discussão profícua, sob a qual não nos pretendemos debruçar, mas que é importante ter em conta quando referimos que se, por um lado, a política da *perestroika* foi recebida com entusiasmo no Ocidente, incluindo, no período entre 1985 e 1989, por todos os partidos comunistas que estudamos, terá havido setores da sociedade soviética que perçecionaram com desconfiança e resistência as mudanças rumo a uma reestruturação económica e a um papel menos interventivo da URSS no cenário mundial.

Por outro lado, a política relacionada com menos controlo por parte de Moscovo em relação às dissidências, aliada ao reforço dessas mesmas dissidências por parte de países ocidentais, deu origem ao crescimento de uma série de forças nacionalistas no interior da URSS, particularmente nas repúblicas bálticas, assim como a conflitos étnicos noutras partes do país, nomeadamente no Cáucaso.

Honecker, na RDA, e Ceausescu, na Roménia, opuseram-se desde cedo à *perestroika*, afirmando que os seus países tinham já realizado as mudanças necessárias, classificando-as como as suas próprias *perestroikas* e no interior do PCUS, a ala mais conservadora do partido observava o evoluir da *perestroika* com um olhar profundamente crítico. Não só pela perda de poder por parte da URSS que aquela doutrina política e económica significou, mas também por a relacionarem com o crescimento de conflitos internos e não verem, entre 1985 e 1991, o crescimento económico prometido por Gorbachov. Muito pelo contrário, a URSS, em 1991, vivia uma grave crise económica, com o escasseamento de bens, a diminuição da atividade industrial, a baixa nos depósitos de combustíveis e uma inflação anual na ordem dos 300%.

Aos olhos de um grupo de dissidentes do PCUS, a *perestroika* e a governação de Gorbatchov significavam um fracasso, levando a URSS a perder a sua influência no mundo comunista e a não conseguir controlar a crise económica dentro do próprio país.

Perante um cenário de constantes conflitos independentistas, a declaração de soberania da Rússia em junho de 1990 (cujo soviete supremo aprova leis contrárias às leis da URSS) e de outras repúblicas soviéticas, o aparecimento de figuras como Boris Ieltsin, claramente orientados para uma liberalização ainda maior da economia, para o capitalismo e para o afastamento definitivo do socialismo, e na véspera da assinatura do Tratado da União, que transformaria a URSS numa federação de repúblicas independentes com uma política de relações internacionais, um Presidente e um exército comum, um grupo chamado “Comité Estatal para o Estado de Emergência” procurou tomar de assalto o poder em Moscovo, mantendo Gorbatchov refém na Crimeia, após lhe ter sido dada a opção entre afastar-se totalmente do golpe ou declarar o estado de emergência no país.

A 19 de agosto de 1991, o comité que tenta executar um golpe de Estado na URSS, composto pelo vice-presidente Gennady Yanayev, nomeado nesse dia presidente interino da URSS, pelo chefe do KGB, Vladimir Kryuchkov, pelo Ministro da Defesa, Dmitri Iazov, pelo Ministro da Administração Interna, Boris Pugo, pelo primeiro-ministro Valentin Pavlov, o chefe do Conselho de Segurança da URSS, Oleg Baklanov, o presidente do sindicato dos camponeses soviéticos Vasily Starodubtsev e o presidente da Associação das Empresas Estatais Soviéticas Alexander Tizyakov, mais tarde conhecidos como “Bando dos Oito”, declararam que Gorbatchov se encontrava doente e, como tal, impossibilitado de exercer o seu cargo e procuraram tomar conta do governo da URSS. A preocupação principal do grupo que encenou o golpe era a de que a assinatura do Tratado da União significasse, de facto, o fim da URSS e de que a política de maior autonomia às repúblicas significasse uma perda de poder considerável para o governo central

Pouco mais tiveram tempo de fazer, porque as manifestações populares contra o golpe de Estado sucederam-se de forma massiva em Moscovo e em Leningrado, orientadas sobretudo por dissidentes das forças armadas e por Boris Ieltsin, que dirigia a resistência ao golpe a partir da Casa Branca, um edifício governamental em Moscovo. Perante a adesão em massa da população à resistência ao golpe, as forças armadas vão cedendo aos manifestantes

e recuando nas suas intenções de ocupar os principais pontos estratégicos das principais cidades soviéticas. A imagem de Ieltsin em cima de um tanque de guerra a ler de um discurso de resistência ao golpe, a persistência da população em ocupar as ruas de Moscovo e Leningrado e as sucessivas desistências por parte dos guardas destacados para ocupar os pontos estratégicos foram divulgados pelos canais nacionais e internacionais até à exaustão, originando uma onda de indignação perante a tentativa de deposição de Gorbatchov e levando ao fracasso do golpe.

Quando Gorbatchov regressou a Moscovo, a 21 de agosto de 1989, o cenário tinha, no entanto, mudado radicalmente. Ieltsin era visto como o líder que esteve presente e evitou a propagação do golpe, ganhando assim o papel de interlocutor privilegiado nas relações diplomáticas com os EUA, o que significou a perda de influência internacional de Gorbatchov, abrindo espaço para o desmantelamento definitivo da URSS. No que diz respeito aos golpistas, não poderiam ter visto as suas pretensões falharem mais: não só não conseguiram levar a cabo o golpe, como permitiram a ascensão de Ieltsin na cena internacional. A partir de então, o caminho para a independência das repúblicas soviéticas, o desmantelamento do sistema socialista e o caminho para o capitalismo, impulsionado por Ieltsin e com o apoio dos EUA, estava definitivamente aberto. Os membros do “Bando dos Oito” foram presos, à exceção de Boris Pugo que cometeu suicídio, mas uma amnistia promovida pelo então Presidente da Rússia Boris Ieltsin libertou-os da prisão em 1994, saldando-se em menos de três anos o tempo que os responsáveis pelo golpe de agosto de 1991 na URSS passaram presos. Alguns deles vieram a ocupar funções de destaque em empresas estatais entretanto privatizadas.

### **Os partidos em estudo e a condenação unânime ao golpe de Estado de agosto de 1991**

Os partidos comunistas que estudamos nesta investigação demonstraram-se contrários ao golpe de Estado de agosto de 1991 na URSS. PCE, PSUC e PCF<sup>812</sup> foram céleres a condenar a tentativa de deposição de Gorbatchov e o PCP fê-lo uma semana mais tarde, mas de forma bastante mais incisiva do que os outros, na edição semanal do *Avante!*. No entanto,

---

<sup>812</sup> O PCI, em agosto de 1991, já não existia, tendo-se dissolvido, como vimos, para dar lugar a dois partidos, o PDS e a Refundação Comunista.

ainda hoje existem analistas políticos e comentadores que associam ao PCP a defesa do “Bando dos Oito”, elemento essencial para compreender a tese de que o PCP é, de entre os partidos estudados, o mais conservador. No nosso trabalho, temos acesso aos documentos oficiais do partido e aos textos publicados, que reportam as posições do PCP. Documentos que se sobrepõem a declarações à imprensa de militantes comunistas portugueses, à reação imediata aos factos e que constituem o posicionamento que o partido pretende que seja conhecido como sendo a sua interpretação em relação ao golpe na URSS. Em relação ao PCP, este é um debate ainda aberto na sociedade portuguesa, tal como o é o debate sobre a intenção de o PCP instaurar um regime do tipo do “socialismo real” no período pós-revolução de 25 de abril de 1974. São temas que nunca estarão fechados, dada a carga política e interpretativa que supõem e que sempre terão analistas defensores de uma visão ou de outra.

Da nossa parte, apresentamos provas históricas sobre o posicionamento do partido perante um determinado acontecimento. Não se trata de reduzir o debate aos textos do *Avante!* publicados sobre a reação do PCP ao golpe de Estado na URSS mas sim de redimensioná-lo à luz de documentos emitidos pelo próprio partido e não pela comunicação social, por comentadores políticos ou por dissidentes. A discussão privada, dentro do partido, sobre o tema (que terá existido, também, nos outros partidos, e da qual terão certamente feito parte vozes que se opunham a um posicionamento oficial) colocaria decerto novas questões mas o nosso objetivo é interpretar o conteúdo do que está escrito em fontes primárias publicadas pelo PCP. O exercício de suposição que poderíamos fazer em torno do assunto, adivinhando outra reação por parte do PCP caso o golpe não tivesse tido aquele desfecho, seria altamente ahistórico.

A 29 de agosto de 1991, o *Avante!* faz capa com os acontecimentos na URSS, com um excerto da Comissão Política do PCP a manifestar a sua “profunda preocupação designadamente face à escalada antidemocrática contra os comunistas soviéticos (...) e a arrogante assunção de poderes pelos dirigentes da Federação Russa.” No interior, o editorial fala de “Momentos culminantes de uma viragem na História”<sup>813</sup> onde analisa com mais profundidade os acontecimentos na URSS.

---

<sup>813</sup> *Avante!*, 29/08/1991, p.2

O editorial começa por afirmar que o mundo vive mudanças assinaláveis que se processam com diferentes intensidades mas que são mais notórias e “mais particularmente afetam e preocupam as forças da Democracia, da Paz e do Progresso Social” as que se desenvolviam “em países que até há pouco configuravam o campo socialista mundial e com impacto particular as que nos dias atuais estão em curso na União Soviética.” O texto informa os leitores da reunião do Comité Central do PCP que teria lugar nesse dia e depois da qual o partido iria definir “as tarefas políticas essenciais imediatas do Partido” garantindo que, após a reunião, o PCP ficaria “melhor apetrechado para enfrentar as novas situações e realidades.”

Em relação aos acontecimentos dos dias anteriores na URSS, o PCP caracteriza-os como “excepcionais” e refere-os como os que mais preocupam e mais suscitam as atenções dos comunistas”, observando o processo da *perestroika* como “um processo revolucionário (...) intencionalmente apontado na sua conceção e nas suas realizações primordiais à correção de graves erros, distorções, ilegalidades e abusos do Poder na edificação do socialismo na URSS” e que permitiu “notáveis avanços na via da democratização da sociedade soviética, da cooperação internacional, do desarmamento e da Paz” e que o PCP via então como “frontalmente contrariado” pelos acontecimentos então em curso na URSS.

O PCP fala de uma “histeria anticomunista”, numa “escalada de gritantes violações da legalidade e da normalidade constitucionais acompanhadas de medidas arbitrárias contra o PCUS e de perseguições dos comunistas soviéticos” que, na opinião do PCP, “ensombram o rescaldo dos acontecimentos da última semana.” Segundo o PCP, as alterações políticas decorrentes da tentativa falhada de golpe de Estado na URSS “criaram uma grave situação interna, tornaram ainda mais problemáticas as saídas para a aguda crise política, económica e social” e dotara o curso dos acontecimentos de grande imprevisibilidade e fortes contradições.

O PCP é claro na sua saudação ao regresso de Gorbachov e nos votos pelo “rápido restabelecimento em todas as esferas da vida soviética da legalidade e normalidade constitucionais.” O partido lamenta, no entanto, que os seus votos tenham saído “frustrados.”

O PCP enquadra a reação ao seu posicionamento perante o golpe de Estado no contexto das eleições legislativas portuguesas, que ocorreriam em outubro desse ano, sublinhando ser alvo de uma “gigantesca operação política tendente a semear a descrença e a insegurança entre os comunistas e os seus aliados e a enfraquecer a sua força eleitoral.” O partido afirma a

existência em Portugal, à época, de uma “santa aliança” que procurava “congrajar contra o PCP todos os seus detratores e adversários políticos de todos os matizes.” Não obstante, o partido informa que “a «bula» está, porém, saindo pela «culatra»”, uma vez que, segundo o PCP, os eleitores portugueses e em particular os trabalhadores, “se habituaram a ver no PCP uma força insubstituível da democracia portuguesa e um intemerado defensor dos seus interesses”, levando ao crescimento de uma “indignação contra esta insidiosa ofensiva” que, no entender do partido, “aumenta o isolamento dos elementos anticomunistas”, de certa forma frustrados por não obter do PCP resposta a “ultimatos e exigências oportunistas.”

A tal estratégia política da qual o PCP estaria a ser alvo passaria por uma associação entre o partido e a defesa do golpe de Estado de agosto de 1991 na URSS, colocando-o lado a lado com os elementos mais conservadores do PCUS e da tentativa de desmantelamento da política da *perestroika*. O PCP referia, neste editorial do *Avante!*, que essa campanha iria ao ponto de os adversários políticos aconselharem os eleitores comunistas a absterem-se ou a votarem noutra força política de esquerda. Noutros casos, a que o PCP chama de “mais mórbidos”, esses mesmos atores políticos chegariam “ao extremo de reclamarem ou preconizarem a dissolução do PCP”, expressão seguida de um ponto de exclamação, tal era a estupefação com que o partido recebia essas sugestões.

O partido acusa os que desejavam a morte do PCP de uma “vesga ofensiva”, já que não pareciam solidarizar-se com os comunistas soviéticos, “agora quase remetidos à ilegalidade e ao expurgo social.” Da parte do PCP, este refere que, mais do que nunca, “os comunistas portugueses, os seus amigos e aliados têm razões acrescidas para cerrar fileiras”, evitando mostrarem-se perturbados pelas campanhas de “intoxicação política”, baseando-se no “capital de experiências, para destrincharem objetivamente o que mudou e perdeu valor e o que não somente permanece válido como adquiriu novas formas, novas expressões, nova qualidade.”

O texto defende que existiram várias mudanças dignas de sinal mas que não fazia sentido falar de uma “nova ordem internacional hegemônica pelos Estados Unidos.” O PCP refere que “a divisão entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos não desapareceu, antes se intensificou e a exploração da classe de trabalhadores apesar das sensíveis alterações da sua composição social, não se alterou antes se tem revelado em ativas e novas conspirações contra a Paz.” Assim, o PCP define as eleições portuguesas de outubro de 1991 como uma forma de

as massas trabalhadoras exprimirem “uma resposta convincente (...) à operação política, anticomunista na sua essência.”

O editorial do *Avante!* associa, então, as acusações feitas ao PCP de ter sido demasiado evasivo na sua condenação ao golpe de Estado na URSS com uma campanha política com vista a denegrir o PCP, associando-o aos golpistas e vendo-o como oposto à *perestroika*, trazendo para o debate nacional temas internacionais e procurando a todo o custo colar a imagem pública do PCP ao PCUS e à falência do comunismo na Europa centro-oriental.

Valerá a pena, então, regressar à edição do *Avante!* de 22 de agosto de 1991, onde encontramos a “Nota da Comissão Política sobre a situação na URSS”<sup>814</sup>, que terá motivado a tal campanha contra o PCP de que falou, na semana seguinte, o editorial do jornal. A nota política divulgada à imprensa no dia em que foi conhecida a tentativa de deposição de Gorbatchov na URSS começa por sublinhar uma “súbita alteração” ocorrida “numa situação que apresenta como traços essenciais: o aprofundamento da crise de Estado na sociedade soviética com inquietantes fenómenos de desintegração; o agravamento de conflitos e lutas marcadas por divisões e defeções no próprio PCUS e pelo desenvolvimento de forças anti-socialistas e reacionárias visando a reconstituição do capitalismo, e por crescentes pressões e ingerências dos imperialistas, designadamente dos Estados Unidos, na política interna da URSS.” Neste sentido, o PCP dá nota da instabilidade e incerteza e da inquietação por parte de todos os que reconheciam na URSS um ator importante na “evolução da situação mundial, a luta dos povos, a cooperação e a paz.”

Em segundo lugar, a nota política recupera o posicionamento do PCP face à *perestroika*, salientando o seu entusiasmo os objetivos definidos no que respeita “à correção e superação de erros, atrasos e estagnação; a condenação do abuso do poder, de métodos de comando burocrático, de violação da legalidade, de privilégios, corrupção e degradação moral” e o seu apreço pela tentativa de restauração do poder ao povo soviético, da democracia no PCUS e na sociedade soviética, na recuperação económica e na resposta às necessidades populares, enquadradas nas “potencialidades de um sistema socialista.” O PCP considera que “estes objetivos se justificaram plenamente” e caracteriza a URSS pré-Gorbatchov como “o

---

<sup>814</sup> *Avante!*, 22/08/1991, p.3



resultado da experiência negativa de um «modelo» que se afastou em aspetos essenciais dos ideais sempre proclamados pelos comunistas.”

Porém, o PCP reconhece que os objetivos da *perestroika* tinham ficado aquém do expectável e, no dia em que o golpe de Estado se desenvolvia na URSS, o PCP tendia a considerá-lo “uma tentativa de conter o desenvolvimento de um processo contra-revolucionário e de empreender soluções no caminho do socialismo”, preservando a unidade da URSS. No entanto, o partido deixava claro que era “ainda cedo para formar uma ideia segura acerca dos objetivos imediatos e mediatos, dos métodos utilizados e a utilizar e das perspectivas reais da evolução da situação por virtude das alterações que acabam de produzirse na URSS”, garantindo que o partido acompanharia a evolução dos acontecimentos e remetendo para depois uma “posição fundamentada.”

A nota emitida pelo PCP na madrugada do dia 19 de agosto de 1991 mereceu duras críticas por parte de vários quadrantes políticos portugueses, por não condenar incisivamente o golpe de Estado, que estaria a desenvolver-se naquela madrugada, e remeter para um momento posterior uma tomada de posição.

Por isso mesmo, na edição de 22 de agosto do *Avante!*, o PCP faz já um “Esclarecimento” público sobre essa mesma nota, em que ressalta quatro pontos. Em primeiro lugar, o PCP recusava-se a admitir uma interpretação baseada no esquema “apoio/não apoio” no que se referia aos acontecimentos na URSS, admitindo que “um tal esquema interpretativo não é com as exigências de uma análise séria e profunda da complexidade da situação”. Em segundo lugar, o PCP entendia necessário aguardar por um posicionamento de Gorbatchov no que tocava ao seu compromisso pela manutenção das reformas da *perestroika*, assegurando-se também que continuaria a respeitar os acordos e tratados vigentes. Em terceiro lugar, o PCP confirmava a apreciação positiva da *perestroika* realizada no seu XIII Congresso, em maio de 1990, e em quarto e último lugar, o PCP rejeitava “com firmeza qualquer tentativa de aproveitar abusivamente esta situação para retomar campanhas contra o PCP e de falsificação das suas orientações”, reafirmando “o seu património histórico, passado e presente” refletido no programa partidário, através de um “sólido, profundo e duradouro compromisso com a causa da liberdade e da democracia, que não teme comparação com qualquer outra força política nacional.”

Nesta edição, também, o PCP responde a Jorge Sampaio, então secretário-geral do PS, a respeito do prazo de 48 horas dado por este ao PCP para que se pronunciasse definitivamente sobre o seu posicionamento em relação aos acontecimentos na URSS. O PCP considera agressivas as declarações de Sampaio, “inaceitáveis e indesejáveis no relacionamento entre forças democráticas” e enquadra-as numa tentativa de deturpar as declarações do PCP, procurando atribuir-lhe “uma atitude de apoio às alterações ocorridas no poder político na URSS, o que, como tem sido insistentemente esclarecido, não tem qualquer fundamento.” Assim, o PCP considerava as declarações de Sampaio com fins “eleitoralistas”, reforçando o “profundo compromisso do PCP com os valores e ideais democráticos” e ressaltando o seu “longo e rico património de luta, da sua contribuição essencial para a formação do regime democrático (...) do seu projeto político. O PCP vai mais longe, classificando como “ridícula e despropositada a pretensão do PS de se arrogar o direito a conceder ou não ao PCP certificados de adesão à democracia.” Por fim, o PCP põe em evidência o facto de que diferenças de opinião em relação a assuntos externos não deveriam prejudicar “a justa compreensão de que os interesses do povo e do país, a defesa da liberdade e do regime democrático, a construção de uma alternativa democrática exigem não a agudização de conflitos no campo democrático mas progressos no seu entendimento.”

Também no editorial dessa edição do *Avante!*, intitulado “Razões de determinação e confiança”<sup>815</sup> se faz menção ao “sentido inequívoco relativamente às inquietantes alterações políticas na URSS” explícito na nota emitida pelo PCP que, não obstante, na opinião do partido, foi “grosseiramente manipulada e deturpada por certos círculos hostis da comunicação social” e levada a que fosse interpretada como sendo o PCP apoiante “do golpe de Estado dos conservadores de Moscovo” por “mistificadores anticomunistas da opinião pública”. A interpretação dada ao texto do PCP é, no ponto de vista do partido, altamente parcial, restringindo-se a um parágrafo e não publicando o apoio do PCP à *perestroika*, as críticas ao sistema político na URSS pré-Gorbatchov ou o facto de o PCP remeter para uma segunda declaração uma tomada de posição mais fundamentada.

Como seria expectável, e tal como acontece noutros casos que analisamos, de partidos comunistas que inequivocamente se pronunciaram contra a tentativa de golpe, a interpretação

---

<sup>815</sup> *Avante!*, 22/08/1991, p.2

dada à nota política do PCP por parte da imprensa generalista, dos comentadores políticos e doutras forças políticas continuou, de forma intocável, a assumir que o PCP se teria mostrado favorável ao golpe de Estado na URSS. E, por isso mesmo, a edição seguinte do *Avante!* volta como vimos a falar do assunto, enquadrando-o numa campanha de difamação anticomunista em vésperas de eleições legislativas. Não só no editorial analisado mas em oito outros comunicados, o PCP mostra de forma muito incisiva a sua revolta perante os enquadramentos dados pelos agentes formadores da opinião pública ao seu posicionamento face aos acontecimentos de agosto na URSS.

“Desmentir a manipulação... manipulando!”; “O PCP defendeu claramente o regresso da URSS à normalidade constitucional”; “A exploração interesseira dos acontecimentos”; “Inquietantes desenvolvimentos representam escalada contra os objetivos da «perestroika»” ou “Calúnias, falsificações e insultos de alguns contra o PCP” são alguns dos textos publicados no *Avante!*, todos produzidos no âmbito de declarações oficiais do partido, onde o discurso sobe de tom e o PCP reage com forte indignação à possibilidade de associarem o partido à defesa da tentativa de deposição de Gorbatchov na URSS.

Quanto ao PCE, o partido publicou no *Mundo Obrero* a sua perspetiva sobre o golpe de Estado na URSS apenas em setembro, dado o jornal não ter edições no mês de agosto e, por isso mesmo, os textos presentes no jornal oficial do PCE são marcadamente mais teóricos e realizam uma reflexão mais profunda. Um dos textos aborda o assunto com uma frase polémica, que afirma que “no hay un país en Europa donda la izquierda sea tan débil como en la URSS.” A frase é de Kiva Maidanik, historiador e politólogo soviético, expulso do PCUS por ter mantido contactos não autorizados com o estrangeiro. Maidanik expressa a sua opinião referindo que no período pós-golpe a única certeza que havia era a de que a esquerda tinha perdido, fosse qual fosse o desenvolvimento posterior no país. Mas acredita que, caso os golpistas tivessem sido bem-sucedidos, “todos nosotros hubiéramos pasado por lo peor, por algo mucho peor de que ahora pueda pasar.” O historiador observava o facto de não existir na URSS uma esquerda da sociedade civil e daí não se ter ouvido, durante os dias do golpe, “las corrientes democráticas del PCUS, ni a los grupos como el Partido Socialista o a la Confederación Anarco Sindicalista.” Assim sendo, a esquerda não esteve representada entre as forças que derrubaram o golpe de agosto de 1991. E embora houvesse muitos comunistas

que desobedeceram às ordens dos golpistas, o problema, segundo Maidanik, “es que no actuaron como tales. Actuaron (...) sin sentirse parte de una izquierda post-PCUS (...) que no existe en la URSS.” O autor referia-se a uma esquerda “genuina, a la izquierda como parte de la sociedad civil con sus valores distintos de los de la derecha y como movimiento político que lucha por esos valores.”

Por isso mesmo, Maidanik refere que a dissolução do PCUS foi, de entre as medidas tomadas por Gorbachov, aquela que “no provocará lagrimas a ningún soviético.” Esta era uma medida de Gorbachov que estaria a ter uma repercussão muito forte entre os comunistas espanhóis, supõe Maidanik que por questões ideológicas. Mas o historiador refere que o PCUS deixara de existir enquanto partido político em 1929, para se passar a confundir definitivamente com o Estado soviético: “nosotros fuimos la sociedad de Estado del partido ó, lo que es lo mismo, la sociedad del partido de Estado.” O autor considera esta questão como sendo a central na análise de toda a conjuntura política soviética: o PCUS “ha actuado como Estado fingiendo ser una parte de la sociedad civil” e a consequência é evidente: “una vez que el Estado se está transformando, el Partido ligado a ese Estado se ve ineluctablemente arrastrado al cambio.” Entre os 18 milhões de militantes e o PCUS, a única relação que havia, no seu entender, era no momento de pagar as cotas: “desde 1929, último año de discusión real en el PCUS hasta 1990, los militantes no tenían ningún modo de influir o condicionar en lo que hacía el partido.” Maidanik dá como exemplo o facto de as eleições para o Soviet supremo serem totalmente “afuncionales e nadie entendía para que se hacían” uma vez que todos os deputados eram nomeados. Da mesma forma, o autor é altamente crítico do processo de eleições na URSS, onde, depois de escolhidos os candidatos da lista única, “lo único necesario era lograr una cierta reserva de salchichas en los puntos de voto con el fin de provocar la euforia política de la gente y así evitar la abstención.” Maidanik refere que estas eleições eram chamadas de “elecciones adanicas” e ironiza dizendo que eram muito cristãs, pois assemelhavam-se à escolha que Deus colocou a Adão quando lhe apresentou Eva e lhe disse que poderia escolher alguém.

Maidanik continua com uma certa ironia, para explicar que a sensação geral entre a verdadeira esquerda russa era a de que se Lénine pudesse, teria mandado fuzilar todos os dirigentes do PCUS, pelo que fizeram com a sua ideia, o seu partido e a revolução dos

trabalhadores de 1917. E compara o golpe de agosto de 1991 com a Primavera de Praga, “la única revolución socialista europea de la segunda mitad del siglo XX” para explicar que “la historia pasa sus facturas. Por desgracia no ha sido la izquierda la que ha pasado la factura.”

O texto “El fracaso del golpe”<sup>816</sup> aponta três motivos para o fracasso da tentativa de golpe de Estado na URSS em agosto de 1991. O primeiro foi o menosprezo pela iniciativa popular nas cidades de Moscovo e Leningrado, “donde la gente llevaba tres años de participación política en mítines y manifestaciones”; o segundo foi o facto de a divisão entre as forças armadas ter apanhado de surpresa os organizadores do golpe, que “no vieron como el ejército estaba evolucionando hacia la sociedad civil”; em terceiro lugar, os organizadores basearam-se na baixa popularidade de Gorbachov na URSS para acreditar que ninguém sairia em sua defesa. Porém, os militares haviam recebido também ordem de neutralizar Ieltsin, que à altura gozava de grande popularidade entre a população civil e as forças armadas, “y aquí resultó que gran parte del ejército y del KGB no los apoyaron.”

O autor admite que com o fracasso do golpe cai também definitivamente a posição de Gorbachov, que se localizara sempre no espaço do centro político: “ahora, con el nuevo eje político, Gorbachov se queda marginado y todavía más desprestigiado.” Em suma, o Presidente da URSS já não constituía a força real, que tinha passado pelo vínculo com o aparelho do partido, o equilíbrio entre as várias tendências e o seu papel no âmbito das relações internacionais: “hoy no existe ese aparato; toda fuerza está a la izquierda o la derecha de él según el eje que tomemos.” E, da parte do Ocidente, o autor refere também o abandono de Gorbachov por parte dos principais líderes, que preferem ter Ieltsin como interlocutor com a Rússia e apoiam os movimentos independentistas: “el caso báltico puede no ser más que el comienzo; mañana tal vez sepamos algo de la amistad eterna de occidente con el glorioso pueblo ucraniano; veremos si no acaban encontrando algunas virtudes en nuestro musolini georgiano...” Por fim, o historiador aponta o facto de o golpe ter catapultado a figura de Ieltsin como “hombre de poder.” Ieltsin deixara de ter a mentalidade de membro da oposição para passar a considerar-se um líder, o que colocava sérios riscos, segundo Maidanik, para o futuro da URSS e uma quase certa inevitabilidade na independência das repúblicas. Em 1991, Maidanik apontava como principais focos de tensão de um processo de soberania das

---

<sup>816</sup> Mundo Obrero, setembro de 1991, p.5

repúblicas soviéticas a questão da presença de minorias russas (que, em alguns casos, como no Cazaquistão, significavam quase metade da população) e da probabilidade do desencadear de conflitos no Báltico, na Crimeia, no Azerbaijão e noutros pontos sensíveis da URSS.

Ao nível das consequências político-ideológicas do golpe de Estado falhado, Maidanik estava certo de que a teoria de organização do Estado pós-golpe não seria socialista. Mas não considerava essa a principal questão: “el problema es si será o no democrática”, dada a frágil situação económica do país e, principalmente, a grande proporção que adquiriam os movimentos nacionalistas “y la gran seducción de aprovechar lo nacional, lo nacional-religioso o lo nacional gran-ruso con una nueva ideologia que sustituye a la liberal democrática.” A solução seria a formação na Rússia de uma nova esquerda “que pueda interactuar con la izquierda europea, latinoamericana, etc.”, o que era por si só uma tarefa quase impossível, uma vez que, segundo Maidanik, a consciência soviética “está mucho más a la derecha que la consciencia de cualquier pueblo de la tierra.” O historiador dá como exemplo desta assunção o facto de haver uma consciência militante “antitercermundista” que define os partidos liberais russos e a maioria da população.

A nova esquerda russa teria de se orientar para a questão da consciencialização social das massas, “pero por el momento las masas no quieran ni oír falar de izquierdas. (...) Hoy, cuando la clase se proclama en favor del mercado, en realidad se proclama contra el Estado.” O cenário da URSS pós agosto de 1991 é caracterizado pelo historiador como perigoso, sujeito à emancipação de movimentos de extrema-direita e de um nacionalismo potenciador de conflitos: “aquí es claro que Yeltsin está jugando com fuego. (...) Yo creo que el viejo cuento del aprendiz de brujo puede hacerse realidad y que, mañana, estos mismos liberales que están al lado de Yeltsin, pueden ser mandados fuera de la arena política y quien sabe a dónde.”

O *Mundo Obrero* publica, também nesta edição, dois quadros que procuram explicar o sistema soviético em 1991 e a localização das forças políticas através do eixo de coordenadas esquerda/direita. Entre a direita e a esquerda haveria, então, sete blocos teóricos na política soviética, sendo os mais próximos da direita associados ao autoritarismo, à antiguidade e à presença mais forte do Estado e os mais próximos da esquerda associados ao novo, pluralista e à sociedade civil.

Da direita para a esquerda, o primeiro bloco seria constituído por estalinistas, breznevistas e nacionalistas panrusos; o segundo por conservadores (sendo estes dois primeiros grupos os associados ao golpe de agosto de 1991); o terceiro constituído pelo centro reformador gorbachoviano, o quarto pela social-democracia de esquerda; o quinto por sociais-democratas; o sexto por sociais-populistas e democratas liberais e o sétimo por democratas radicais. Estes quatro últimos grupos dominavam a URSS no período pré-golpe, a partir do pacto entre Ieltsin e Gorbachov e do aceleração das reformas.

Algumas considerações são necessárias para se perceber esta divisão feita por Maidenik. Em relação ao primeiro grupo, representava 10% dos eleitos para o Parlamento da Rússia, com uma maior relevância para o candidato apresentado pelos populistas de direita, que sozinho alcançou o dobro da votação do candidato apresentado por Gorbachov e do candidato considerado estalinista. No segundo grupo, o dos conservadores, incluíam-se, segundo o historiador, os que acreditavam que o que existiu na URSS foi realmente o socialismo posto em prática. O candidato apresentado por esta corrente obteve 18% dos votos. No centro, o candidato apoiado por Gorbachov, que obteve apenas 3% dos votos para o parlamento russo. Os social-democratas de esquerda são, no entender do historiador, herdeiros do movimento que reclamava mais democracia dentro do PCUS e os sociais-democratas, pequenos partidos, muitos deles sem expressão eleitoral. Os sociais populistas ou liberais populistas seria o grupo onde Maidenik incluía Ieltsin, maioritário nas eleições russas, e, por fim, o grupo dos democratas radicais, que reclamavam o desmantelamento de todo o aparelho de Estado e a negação à herança dos 70 anos da URSS. Estes atacavam os sociais-democratas ao afirmarem que a social-democracia só serviria para sociedades ricas e afirmavam que “no se puede esperar nada de positivo de ninguna categoria que lleve en su raíz la palabra social.” O movimento era encabeçado por Kasparov, campeão mundial de xadrez e alguns economistas ultraliberais.

No esquema seguinte, Maidenik colocava os principais dirigentes russos entre a direita e a esquerda. Gorbachov estaria no centro-direita conservador, enquanto Ieltsin se situaria no centro-direita liberal, do ponto de vista económico, individualista e defensor de valores religiosos e nacionalistas. À esquerda de Gorbachov, o autor guarda um vazio, referente à esquerda relacionada com a justiça social, a solidariedade e os valores universais laicos.

Em relação ao lugar ocupado pelo PCE na sociedade espanhola, como resposta às críticas que se fizeram ouvir após a dissolução do PCUS, Francisco Frutos, dirigente destacado do PCE e futuro secretário-geral do partido, entre 1998 e 2009, assina um texto intitulado “La contubación del Este”<sup>817</sup> onde explica o posicionamento do PCE dentro da esquerda espanhola e na sua reação aos acontecimentos na URSS.

Frutos admite que vários quadrantes da sociedade espanhola, perante os acontecimentos de agosto de 1991 na URSS, “coinciden, desde diversos ângulos del pensamiento y la práctica política, social o cultural, que el PCE debe disolverse, desaparecer definitivamente.” Frutos refere que esta sugestão não é nova e que foi feita várias vezes ao longo da história do partido. Nesse sentido, Frutos remete os leitores para um artigo publicado por si a 13 de novembro de 1990, no *Mundo Obrero*, que fala precisamente das polémicas a que o PCE esteve desde sempre sujeito. Frutos refere o facto de que quase ninguém discutia a trajetória histórica de luta pela liberdade que compõe o percurso do PCE, nem o seu papel na defesa das liberdades individuais e coletivos durante a ditadura franquista, “cuando otros estaban agazapados esperando tempos mejores. Casi todos reconocen los méritos del PCE en tempos difíciles, aunque a menudo lo expresan dando una palmadita paternalista en las espaldas de sus militantes y dirigentes para inmediatamente añadir que, ahora sí, el PCE es ya una antigualla, puesta en evidencia, con más fuerza si cabe después del fracaso del «socialismoreal».”

Para os críticos, e segundo Frutos, pouco importaria a atitude do PCE perante os governos ditos socialistas: “la conclusión es que el PCE no tiene sentido ya que se ha quedado sin referencia (...) Incluso dan consejos de amigo: porqué mantener el PCE si existe la IU?” Frutos esclarece que a IU surgiu com o objetivo de reunir os setores da esquerda que se tinham mobilizado contra a integração da Espanha na OTAN e iniciar a construção de uma alternativa de esquerda. Na altura, os críticos “decían qué por qué crear una nueva organización si ya existía em PCE, con en cual, si era preciso, se podría llegar a acuerdos.” Frutos refere que o PCE era então visto como uma espécie de “reserva índia”, como sendo uma organização de “nostálgicos”, “un piso de alquiler para que pudiera encauzar los votos radicales de la política marginal.” Em relação à IU, Frutos diz mesmo que durante muito tempo vários setores da política espanhola recusaram-se a tratá-la pelo nome, “para que no se popularizase nombre

---

<sup>817</sup> Mundo Obrero, setembro de 1991, p.9



tan execrable que hablaba de unidad y de izquierdas” e associando-a sempre, em campanhas eleitorais, ao estalinismo e ao “socialismo real.” Após um período de rejeição da própria coligação e da associação ao comunismo soviético, os seus opositores passaram, segundo Frutos, a uma estratégia de evidenciar conflitos existentes, ou não, dentro da IU, acusando o monopólio do PCE na coligação e o facto de haverem várias correntes de dissidentes: “no les importaba el emblema, les importaba la idea.”

Segundo Frutos, os outros atores políticos espanhóis “no quieren que el PCE (...) sea una base para otra política y para otra forma de hacer política [e] les asusta la dosis de utopia que todavía hay en nuestra sociedad.” Após o golpe de Estado da URSS, Frutos admite que o PCE volta a estar no centro “de la consmiseración, de la piedad, del ataque velado o abierto, el impedimento para la modernización de la izquierda” através de editoriais em jornais de referencia e declarações de figuras públicas de diversos quadrantes políticos que sugerem e pretendiam a “eutanasia” do PCE e, com isso, “el pensamiento que más luchó por las libertades y la democracia, mientras ellos o las cavernas ideológicas de las que han surgido perseguían a todo demócrata.” As críticas ao PCE, nessa altura, não se limitariam a uma questão ideológica. Frutos refere o facto de que muitos acusaram os dirigentes do PCE de não querer extinguir o partido pela simples razão de que perderiam o seu estatuto e o seu salário.

Por outro lado, o autor refere que alguns quadrantes políticos “permiten” a existência do PCE por crer que o partido “no estorba ni ha estorbado” e que não representaria qualquer ameaça “en el mundo que se avecina de arrolladora prepotencia conservadora”. Frutos mostrava-se “abrumado ante tanto perdonador, ante tanto perdonavida, ante tanto consejo bien intencionado, ante tanto turbio repartidor de credenciales democráticas.”

Frutos considera que o projeto do PCE não tinha perdido qualquer validade mas considera-se encurralado, ele próprio, no debate sobre se o PCE deveria continuar a existir ou não. E perante os críticos, o autor não reconhece legitimidade para propor a extinção do PCE, dizendo que perante tanto ruído, não lhes reconhece argumentos válidos, tanto pela própria história dos partidos em que se inserem essas vozes críticas como pelo facto de estarem contaminados “con todas las políticas conservadoras y reaccionarias, bélicas o no, que en el mundo han habido y hay”, acusando-os de apenas naquele momento estarem interessados em serem verdadeiros democratas mas demonstrarem finalmente o seu mais aceso

anticomunismo. Frutos agrade a todos os que o aconselham sobre o futuro do PCE mas pedelhes que “dejen ejercernos la norma democrática de plena libertad para organizarnos y buscar nuestras propias verdades, con el derecho a acertar y a equivocarnos” já que “de nada sirve la necrofilia (...) dejando a muchas personas y a muchas ideas sin silla nin representación.” O autor identifica-se com os que pretendem continuar a trabalhar no projeto da IU, convidando-os a atuar com a mesma lealdade e honra com que têm vindo a trabalhar os comunistas espanhóis.

Em nome individual, mas nunca sem nos esquecermos que, naquele momento, Francisco Frutos era um dos mais proeminentes dirigentes do PCE, o autor nega-se a responsabilizar-se por outra coisa “que no sea mi historia personal y colectiva”, não aceitando que a política seja feita de “golpes compulsivos” e continuando a apresentar-se disponível para trabalhar, no PCE e na IU, em “politicas concretas que continuo considerando imprescindibles.”

Em relação ao “socialismo real”, Frutos refere que o PCE desde muito cedo se distanciou da prática governativa naqueles países mas refere também que “si no hubiera habido el empuje revolucionário de principios de siglo (...) la situación de los trabajadores de nuestro entorno sería diferente y, seguramente, el empuje fascista de los años 30, en vez de haber sido yugulado tendría vigencia en una forma más dramática que la que conoce el mundo actual.” Essa força continuava, segundo Frutos, a ter um espaço importante no cenário internacional, dando como exemplo a luta contra o Chile de Pinochet ou o renascimento dos movimentos nazis nos EUA. Frutos conclui esperando que quem acredita que a história não termina com o fim do PCUS e que os ideais de justiça, socialismo, paz e solidariedade fazem sentido, espere “con un poco de paciencia el asentamiento de las convulsiones actuales” no sentido de que não se exerça nada precipitado no sentido de dissolver o PCE, trabalhando, antes, de forma mais árdua no enraizamento da IU: “respectemos a toda la historia que hay detrás de cada hombre y mujer que en España creyó y cree en el comunismo. Sin ellos no seríamos nada.”

O texto de Frutos enquadra as críticas levantadas ao PCE no cenário pós-golpe de Estado na URSS, em setembro de 1991, numa interpretação muito individualizada, mas ainda assim partilhada pela direção do partido. A definição do problema central encontra-se nas vozes que,

na sociedade espanhola, se levantavam não apenas a favor da extinção do PCE como numa certa condescendência perante a sua existência, acreditando que nunca representaria uma força política de relevo. A interpretação baseia-se em declarações, artigos, conselhos privados dados a Frutos e a outros dirigentes do PCE, claramente motivadas pelo fim do “socialismo real” e pelo fracasso do golpe da ala mais conservadora do PCUS, que leva, como vimos Maidanik expor, à elevação da figura de Ieltsin e do capitalismo como solução hegemónica para a Rússia. A avaliação feita por Frutos é de que os críticos deveriam prestar mais atenção ao seu próprio percurso histórico e abster-se de fazer associações entre o PCE e o “socialismo real”, deixando que o próprio partido reflita acerca do seu futuro. A solução para a conjuntura seria, na opinião de Frutos, um esforço ainda maior de reunião das esquerdas espanholas na IU, reconhecendo validade atual aos valores que a coligação defende.

O texto é rico em metáforas acerca dos “conselheiros”, assumindo-os por vezes com comparações duras, como animais necrófagos, como agressores ou falsos moralistas, e observando as suas pretensões perante o PCE como um “enterro.” Também a adjetivação é forte, no texto de Frutos: ele próprio considera-se irritado, enraivecido, associa aos críticos qualificações relacionadas com a condescendência ou a intromissão em assuntos alheios, servindo-se várias vezes de exemplos históricos para retratar a luta dos comunistas espanhóis pela liberdade e democracia. O tom não é brando para com os críticos ao PCE. No contexto espanhol, Frutos acusa-os de serem democratas apenas naquele momento e de terem estado do lado errado em muitos momentos cruciais da história do país. Existe também, no texto de Frutos, um claro reforço estrutural correspondente ao esclarecimento do papel do PCE e da IU em Espanha, do comunismo no mundo e uma definição exata de exemplos para os quais a ação e o pensamento do PCE continuavam, naquela altura a ter validade. É assinalável, no texto de Frutos, a pouca referência ao “socialismo real”, a nenhuma referência à URSS e a total orientação do debate para o âmbito nacional.

É assinalável também que nas páginas do *Mundo Obrero* de setembro e outubro de 1991 exista sim um debate sobre os acontecimentos e as modificações no mundo comunista mas que o PCE tenha recorrido maioritariamente a autores externos à estrutura partidária, como Carlos Taibo ou mesmo Achille Occhetto. Não obstante, um texto de Juan Jose Azcona, personalidade de relevo no PCE e um dos principais partidários, nesta altura, pela

concretização da IU enquanto partido político, intitulado “La revolución de octubre y el PCE”<sup>818</sup> traz uma reflexão interessante sobre o momento político que o partido atravessava. A associação entre o fracasso do golpe de agosto de 1991, a dissolução do PCUS e a proposta de dissolução do PCE é naturalmente encarada como “falsa”, uma vez que “el papel jugado en las luchas por las libertades y la democracia en España por el PCE y la identificación de nuestro partido con el socialismo democrático establecen puntos claros de diferenciación con la práctica política del PCUS.”

O autor fala de vários momentos históricos nas relações entre PCE e PCUS, “de mayor o menor sincronía” mas que eram assentes numa “separación clara a raíz de la apuesta del PCE por el eurocomunismo a finales de la década de los 70.” Azcona acusa o PCUS de ter impulsionado “abertamente la creación de escisiones en el PCE y el PSUC” e de manter relações com o PCPE e o PCC, “incluso hasta este mismo mes de agosto.”

Azcona refere que “históricamente en el PCE hemos ido superando con debates a veces traumáticos, concepciones que relacionaban nuestra política con el papel de la Unión Soviética en el mapa mundial.” O autor sublinha que a defesa da URSS como pátria do socialismo era um eixo dominante em todos os partidos comunistas até à dissolução da III Internacional em 1943 mas que essa cultura permaneceu viva na maioria dos militantes comunistas: “la teorización acerca de que la plasmación de la lucha de clases a nivel internacional era la confrontación entre el Este y el Oeste (...) estuvo vigente en el PCE durante decenios y fue aspecto central en las discusiones del V Congreso del PSUC.” O autor relembra também que a existência de um movimento comunista internacional, do qual o PCE faria parte “tuvo que ser recientemente aprobada (enero de 1989) en el Congreso de Unificación.” O autor queria com isto salientar que uma coisa era o debate sobre o paralelismo entre o PCE e o PCUS e outra o debate sobre a relação do PCE com a URSS e com as suas práticas políticas e internacionais.

O XII congresso do PCE, em fevereiro de 1988, reforçou “que el PCE se basa en el marxismo revolucionario y aprende del proceso de las revoluciones socialistas que inauguró la Revolución de Octubre.” Azcona é da opinião de que o partido deve esperar algum tempo para analisar com a devida profundidade os acontecimentos de agosto de 1991 na URSS: “lo

---

<sup>818</sup> Mundo Obrero, outubro 1991, p.15

que sí parece existir es un acuerdo general, en primer lugar en el pueblo soviético, de que han supuesto una «ruptura» y no una «reforma» con el sistema anterior, con el sistema político y económico nacido en 1917.” Neste sentido, Azcona é da opinião de que os comunistas espanhóis devem aprender com os desenvolvimentos decorrentes da revolução de outubro, nos quais ele inclui praticamente todo o século XX na URSS, para “colocar en cada momento al ciudadano, al trabajador, al ser humano, como protagonista de la historia, garantizando su participación real en la toma de decisiones en su lugar de residencia y de trabajo”, concluído que os acontecimentos de agosto de 1991 afetam diretamente todos os comunistas mas que “la necesidad de superar el sistema capitalista, desde mi punto de vista más imprescindible que nunca, nos debe llevar a debatir con serenidad los contenidos de una nueva identidad transformadora cara al siglo XXI y de los instrumentos políticos más útiles para ello.”

Uma opção editorial radicalmente diferente da do PSUC. O partido catalão, reagindo também ao golpe de Estado na URSS na edição de setembro do *Treball*, fá-o através de uma análise alargada da situação soviética, dedicando-lhe um editorial, um interessante texto sobre as diferenças entre o PSUC e o PCUS e uma entrevista a Ribó, onde a questão é enquadrada no âmbito da separação absoluta entre o “socialismo real” e os objetivos do PSUC, nesta altura já inserido na coligação IC.

A própria capa da edição é praticamente toda ocupada por uma imensa imagem da multidão em Moscovo, sob o título “El poble diu no al passat”<sup>819</sup> anunciando também uma entrevista a Rafael Ribó, a respeito da festa anual do *Treball* mas onde a referência à situação internacional, particularmente na URSS, se assume como tema central da entrevista.

O suplemento dedicado à crise na URSS inicia-se com um parágrafo em que é referido que o golpe era um dos acontecimentos “més anunciats o esparats dels darrers temps” mas que não foi por isso que deixou de surpreender o mundo. O PSUC interpreta as intenções do “Bando dos Oito” como uma tentativa de “retorn al passat” que provocou precisamente o efeito contrário daquilo que era pretendido: “la desintegració nacional de l’URSS és un fet evident i reconegut internacionalmente.” O *Treball* dá nota que a situação precária da economia soviética era o motivo principal de descontentamento com o governo de Gorbachov. A imagem escolhida mostra o interior de um prédio de apartamentos em

---

<sup>819</sup> *Treball*, setembro 1991, capa

Moscovo, onde os carros estão estacionados no meio da lama, seguida de outra fotografia onde se vê uma fila de pessoas para adquirir maçãs “que, a més d’estar verdes, estaven picades dels ocells i tenien unes taques negres que feian dubtar de la seva «menjabilitat».” Explicando o que sucedeu no final de agosto de 1991 na URSS, o *Treball* fala de um grupo de nostálgicos do passado que acreditavam poder capitalizar o descontentamento com Gorbatchov e “van pretendre donar un gir de 180 graus a l’evolució tant de la política exterior com interior de l’URSS.” O PSUC classifica-o como um grupo de membros da “nomenklatura” que procurou ameaçar e impressionar todos aqueles que fossem contra os interesses do país. Uma última imagem mostra a sede do KGB, identificada como centro nevrálgico do processo “de les operacions que pretenien posar fi al procés democratizador de l’URSS.

Um dos textos mais importantes publicados pelo PSUC neste contexto é o editorial dessa edição do *Treball*, intitulado “De la reforma al trencament”<sup>820</sup>, onde a partir de uma descrição da política de Gorbatchov se aponta o seu falhanço a nível económico e se refere que esse curso estaria para ser invertido, com a assinatura do Tratado da União: “Gorbatxov estimulava el PCUS a que aquest jugués un paper d’avantguarda en la construcció de la nova societat soviética, partint d’una profunda democratització de l’activitat del Partit.” O erro de Gorbatchov, aponta este editorial, teria sido o de acreditar que era possível realizar a mudança tendo como estrutura de apoio o velho PCUS: “així ho van entendre Alexander Iakovlev i Edvard Xevardnadze que van abandonar el PCUS i van advertir dels perills involucionistes que s’estaven cenyint sobre l’URSS.” O editorial sugere que Gorbatchov se deveria ter reunido com os setores mais próximos da *perestroika* e da mobilização social mas refere também que, não obstante, o golpe teria acontecido. O PSUC reconhece na figura de Ieltsin um democrata “a qui cal reconèixer el paper jugat en favor de la democràcia” mas afirma que inevitavelmente, mesmo sem a ação de Ielstin, o golpe teria sempre fracassado pelo facto de Gorvatchov ter consciencializado toda a sociedade para os valores da democracia, criando uma “consciência democrática” forte no povo soviético.

No rescaldo do golpe, “s’ha donat ràpidament un procés rupturista am el passat”, com a aprovação de eleições presidenciais e parlamentares antecipadas, abrindo caminho para a

---

<sup>820</sup> *Treball*, setembro 1991, p.2

economia de mercado, a reestruturação do KGB e a dissolução do PCUS “per la seva complicitat amb les colpistes.”

O PSUC admite que todos os processos de mudança acarretam incertezas, mas mais ainda na situação da URSS, uma vez que não se sabia como seria ocupado o lugar deixado vago pelo PCUS, apontando o Movimento para as Reformas Democráticas de Xevardnadze como demasiado recente e ainda não consolidado na sociedade russa. Quanto ao “Rússia Democrática” de Ieltsin, o PCUS encara-o como uma soma de vários movimentos e tendências, comparando-o ao sindicato Solidariedade da Polónia, “per tant cal que es vagin consolidant les organitzacions polítiques i socials com un pas més cap a la consolidació democrática i la normalització política, superant en aquesta fase possibles «caceres de bruixes» que no ajudarien pas en el difícil camí que encara queda por recorrer.”

O PSUC interpreta a questão dos nacionalismos, na URSS, como sendo o problema mais grave, que levará, para os comunistas catalães, ao mais que provável desmembramento do país que, no seu entender, deveria ser feito pela via política, afastando assim a possibilidade de a URSS se transformar numa segunda Jugoslávia, “amb les greus conseqüences que podria tenir tant a l’URSS com a Europa.”

Em “Una qüestió de tot el planeta”<sup>821</sup>, Isuka Palau fala da reação da IC, coligação na qual se integrava o PSUC, ao golpe de Estado na URSS, afirmando que a IC foi uma das forças políticas catalãs que mais rapidamente reagiu e de forma mais contundente. No próprio dia em que se deu a tentativa de golpe de Estado, Rafael Ribó veio a público qualificá-lo como “un tràgic pas enrere en l’evolució de la societat soviética i en l’evolució de la situació internacional.” Para o partido, o golpe destinava-se a interromper a *perestroika* e o processo de democratização da URSS através de “actuacions inacceptables de tipus dictatorial” e que o seu fracasso significa a “llibertat a la qual el poble soviètic no volia renunciar.” A Comissão Permanente da IC reuniu-se de emergência no dia 20 de agosto emitindo um comunicado em que declarava que “l’autoritarisme que s’havia volgut tornar a imposar amb el cop d’Estat era precisament una de les causes principals de la greu situació que travessa el país” e apontando a *perestroika* e a conseqüente democratização que essa visão política proporciona, como a única solução possível para a URSS.

---

<sup>821</sup> Treball, setembro de 1991, p.4

Após o triunfo do que a IC considera como os ideais democráticos, a coligação expressou a sua satisfação e apresentou no Parlamento Europeu propostas de ajuda económica à URSS. Rafael Ribó referiu, nessa altura, que era imprescindível, mais do que nunca, a cooperação europeia “per fer irreversible els passos que s’han donat cap a la democratització” e que teria sido a “timidesa” demonstrada pelos líderes ocidentais para com a *perestroika* que facilitara o golpe de Estado.

Rafael Ribó assina o comunicado que a IC emitiu ainda no curso da tentativa de deposição de Gorbachov. Em “Un salt cap enrere”, o presidente da IC refere que, na sua opinião, a culpa pelo golpe não se poderia atribuir unicamente a uma personagem: “no crec que es tracti ara de centrar en un sol personatge, Gorbachov, es desti de la història; però sí que és el moment de calibrar el que significava la seva política i les possibles repercussions que hauria tingut la seva desaparició.” Ribó afirma que por mais erros que tivesse cometido, Gorbachov era quem representava uma política de profundas reformas, a *perestroika*: “la seva formulació va significar una novetat, un atreviment” por se tratar de um processo de fundo que enfrentava inúmeras dificuldades, enquadrado nos grandes desequilíbrios estruturais da URSS e que procurava interferir com todas as áreas, através de mudanças substanciais que ia muito além de realizar correções no que estava errado para propor novas propostas, dando como exemplo as modificações no próprio programa e estruturas partidárias. Porém, refere Ribó, à *perestroika* faltava-lhe, desde o início, “cos teòric i d’impuls politic davant de dos reptes: la democratització de l’URSS i la solució dels seus greus problemes econòmics.”

Segundo Ribó, o golpe ganhou terreno no caos político e nas dificuldades económicas e realizou-se como resposta, também, à onda de nacionalismos e à assinatura do Tratado da União: “la gran paradoxa del cop radicava en que cometia el mateix error històric d’avatars anteriors: cercava la solució dels problemes que volia afrontar agreujant les causes.” Ribó dá aqui como exemplo a longa etapa da governação de Brezhnev, “de repressió, autoritarisme i creixent burocratització”, para descrever “com s’agreugen els problemes polítics, es deterioren les condicions socials i se sufoquen les temàtiques nacionals.”

O presidente da IC volta a frisar que com o golpe, o “Bando dos Oito” pretendia um regresso ao passado e que, à primeira vista, quem iria beneficiar disso seriam os setores mais reacionários da URSS, com grandes repercussões na ordem mundial: “això hauria calgut



afegir l'intent de reconstrucció d'un sistema autotitari de restricció i prohibició de l'exercici de llibertats democràtiques", o que tornaria ainda mais difíceis as aspirações das suas diversas repúblicas e as suas "llibertats nacionals." A nível internacional, Ribó afirma que a vitória do golpe traria a restauração "per als falcons de l'un i l'altre costat" do equilíbrio baseado no terror, "i s'haurien donat nous arguments a arcaiques estructures militars com l'OTAN."

O efeito negativo que Ribó mais quis salientar no seu comunicado, caso o golpe tivesse sido bem-sucedido, tinha a ver com o debate sobre as esquerdas: "es podria haver donat el cas que s'intentés ressuscitar un enemic, una excusa, per distreure l'atenció sobre els problemes reals que ha d'afrontar la humanitat i el rol que li toca desenvolupar a una esquerra de transformació", debate esse que a *perestroika* tinha favorecido, ao trazer à luz do dia importantes questões que, para Ribó, constituíam a base de uma nova esquerda, como o desarmamento, o crescimento equilibrado, a cooperação internacional e a ecologia.

O PSUC vai mais longe e, perante críticas externas à democraticidade do seu funcionamento e do seu programa, afirma que "PCUS-PSUC: no és el mateix"<sup>822</sup> para definitivamente se distanciar de qualquer associação aos comunistas soviéticos. Gregori López Raimundo inicia o texto expondo que, no dia 25 de agosto, no jornal *Avui*, comentava-se que, perante a demissão de Gorbachov e a dissolução do PCUS, estes acontecimentos "influiran necessariamente en la resta de partits comunistes mundials", avisando que essas associações e uma onda de transformação poderiam "arribar molt aviat al PSUC." O jornal adiantava que "la situació internacional està pressionant cada cop més a la desaparició del PSUC i la seva dissolució al si d'Iniciativa."

Sem retirar legitimidade às observações dos comentadores do *Avui*, López Raimundo explica que, na sua opinião, o PSUC não sairá afetado pelo desaparecimento do PCUS e superará as pressões "dels que preconitzen o esperen la seva desaparició", já que o drama vivido pelo PCUS é, na opinião do antigo presidente do PSUC, a consequência da sua transformação num "partit Estat en l'època de Stalin" e da sua incapacidade de transformar-se num partido democrático. Além disso, o autor aponta a dificuldade do PCUS em aplicar decididamente a *perestroika* e a presença de uma linha dura conservadora como determinantes no desfecho que o partido soviético conheceu. Na sua opinião manter o PCUS vivo após a

---

<sup>822</sup> Treball, setembro 1991, p.5

tentativa de golpe de Estado na URSS foi um erro cometido por Gorbatchov, do qual Ieltsin se aproveitou, ao referir que o PCUS não era mais um partido mas antes “una peça clau de l’aparell dictatorial.” López Raimundo considera a afirmação de Ieltsin “incontestable” e explica a impossibilidade de Gorbatchov em reformar o PCUS e iniciar assim o processo de desmantelamento do partido. Porém, refere o autor, “també mostra de manera rotunda l’arbitrarietat que suposaria pretendre o esperar que, per això, s’hagi de dissoïdre el PSUC.”

De facto, como demonstra López Raimundo, o PSUC nunca foi um partido de Estado ou nenhum elemento chave de um regime ditatorial. E remete à própria história do partido para o explicar: “el PSUC no va néixer d’una escissió del socialisme, com altres partits comunistes, sinó de la unificació de socialistes, comunistes i nacionalistes”, tendo, logo após a sua fundação, um papel determinante na defesa da República, em 1936/39, da autonomia da Catalunha “davant els sublevats i davant els ultraesquerrans i incontrolats.” Após o triunfo do franquismo, o autor ressalta o papel chave do PSUC na luta contra o aparelho ditatorial, no seio do movimento comunista internacional onde esteve, juntamente com o PCE, “al capdavant de la lluita per la correcció de les concepcions i pràctiques stalinistes en contra de la tesi soviética del partir guia i de la soberania limitada”, assim como contra a intervenção em Praga, em 1968, no Afeganistão, a partir de 1979 e, sobretudo, “per la independència dels partits comunistes i per una via nacional, democrática i pluralista d’avenç cap al socialisme”, que o autor diz ser a base do eurocomunismo e que continuava a estar na base do partido.

López Raimundo refere a “sinceritat” com que os militantes do PSUC lutaram sempre pela democracia e pelo pluralismo, a “constància” com que lutaram contra a ditadura e a forma decisiva com que participaram nas plataformas unitárias que culminaram com a formação da Assembleia da Catalunha. No período da Transição Espanhola, o PSUC, segundo o autor, pautou-se por uma “conducta democrática”, evidente também na forma como se relaciona dentro da IC.

O autor deixa claras as finalidades que inspiraram o PSUC desde o seu nascimento: “una societat més igualitária i fraternal, sense explotadors ni explotats”, frisando que esses ideais continuavam vigentes em 1991, “i gràcies a la lluita per aquestes finalitats dels comunistes i del conjunt de les esquerres en general es va aconseguir conquestes de les quals podem sentir-nos orgullosos.”

Novamente na comunicação pública do PSUC surgem âmbitos nos quais o partido, incluído na IC, se demonstrava preparado para trabalhar e que constituíam pontos essenciais: as diferenças entre o Norte e o Sul do planeta, o desemprego, o armamento ou a destruição do meio ambiente. Nesse sentido, López Raimundo garantia que o PSUC iria “manter i desenvolupar l’acció en defensa dels sectors més desfavorits de la població i la lluita pel món millor a què el PSUC sempre va dedicar les energies.” O objetivo seria o de transformar a IC numa coligação plural de esquerda, que integrasse movimentos, partidos e grupos de cidadãos, “capaç d’oferir una alternativa a l’actual hegemonia del centre-dreta a Catalunya.” Desta forma, fossem quais fossem os desenvolvimentos na URSS, López Raimundo encararia sempre o PSUC como um partido catalão inserido numa coligação e excluía definitivamente o debate sobre a sua dissolução nas próximas reuniões partidárias.

Outra personalidade de igual relevo do PSUC, Antoni Gutiérrez Díaz, antigo secretário-geral do PSUC e um dirigente com um papel fundamental na integração do PSUC na IC, vem também, nesta altura, expor, no texto “Cop d’Estat contra l’esquerra”<sup>823</sup>, a razão pela qual o PSUC condenou o golpe de Estado na URSS desde o seu primeiro momento. Gutiérrez considera que a tentativa de golpe abriu espaço a uma série de modificações a nível mundial, todas elas com assinaláveis repercussões. O autor compara aquilo a que chama “revolució” de agosto de 1991 com a revolução russa de 1917, afirmando não ser uma comparação desproporcionada, dado o facto de o mundo ter “entrat en una etapa històrica”, tal como acontecera no início do século, cujo embrião estava, segundo o autor, no início da *perestroika* de Gorbatchov, em 1985/86.

Aos motivos já explicados por outros autores acerca das motivações do golpe, Gutiérrez acrescenta a “desorganització de les estructures institucionals i administratives, amb un augment inquietant de l’especulació i la criminalitat.” Os objetivos “antidemocràtics i involucionistes” do golpe vão encontrar, segundo o autor, um Muro na reação popular “fonamentalment encapçalada per Boris Eltsin i Xevardnaze.” O autor analisa em seguida as conseqüências diretas da tentativa fracassada de golpe: “el suicidi del PCUS (...) [uma] organització incapaç d’evolucionar davant les noves exigéncies”. A segunda conseqüência, na sua opinião, o golpe dado na credibilidade de Gorbatchov e do seu projeto político, que

---

<sup>823</sup> Treball, setembro 1991, p.5

passava por “un procés centrista que intentava, allora, frenar els sectors conservadors i posar al pas els corrents més radicals, amb l’esperança que l’àmplia via de participació popular donés suport a una dinàmica de canvis institucionals i econòmics cap a una societat democràtica basada en una economia mixta i compromesa amb els corrents internacionals de pau.” Se, por um lado, como afirma Gutiérrez, a participação popular na repressão do golpe só foi possível graças à abertura democrática proporcionada por Gorbachov, também é certa a observação de que foram os seus mais próximos colaboradores que puseram a sua liderança e as suas políticas em questão.

Em terceiro lugar, Gutiérrez afirma que o que a linha conservadora do PCUS tentou fazer em agosto de 1991 foi também um golpe para toda a esquerda europeia, que apostara, “sense reserves”, na *perestroika* de Gorbachov. O autor dá, neste parágrafo, o exemplo da desconfiança com que a esquerda europeia recebeu Boris Ieltsin no Parlamento Europeu, onde tinha estado, já após a tentativa de golpe na URSS, a convite dos democratas-cristãos. Não obstante, os partidos de esquerda do Parlamento Europeu reconheceram “l’important paper jugat en defensa de la democràcia per Boris Eltsin, allora que vèiem disminuir el paper de Gorbachov”, ou seja, o líder em que a esquerda europeia tinha colocado a sua confiança para dirigir o processo de democratização da URSS.

Por outro lado, Gutiérrez dá particular importância às consequências da tentativa de golpe de Estado nos partidos comunistas europeus, considerando que os partidos que não condenaram “claramente, energicamente i inequivocamente el cop d’Estat s’han fet creditors d’un desprestigi politic que posa en dubte el seu paper en la societat democràtica.” Mas, continua o autor, “per injust que sigui”, os acontecimentos na URSS tiveram também, na sua opinião, uma repercussão nos partidos comunistas de tradição democrática, anti-dogmáticos e críticos “des de fa dècades amb el PCUS, del qual havien rebut reiterades i dures agressions” e no qual inclui, logicamente, o PSUC e também o PCE.

Entre os conselheiros que sugeriam a extinção do PSUC, Gutiérrez reconhece que podia haver alguns bem-intencionados mas que a maioria seria constituída por “oportunistes de tota mena i demòcrates de dubtosa procedència.” E se, para o autor, o debate em torno da dissolução do PSUC e do PCE motivado pelos acontecimentos na URSS é obsoleto, muito mais é a tentativa de associação destes acontecimentos à IC e à IU, representantes “d’una

esquerra transformadora, que compregui els valors de l'eurocomunisme i que contribueixi a la construcció d'una nova esquerra que enriqueixi la pluralitat d'aquests corrents.” Gutiérrez aconselha os comunistas catalães a procurar superar o clima desfavorável criado pelo golpe de Estado, evitando discussões “estèrils” e parar qualquer processo de divisão interna baseada na interpretação sobre os acontecimentos na URSS.

Em “IC és la representació de l'esquerra sense fronteres”<sup>824</sup> Rafael Ribó, secretario-geral do PSUC e presidente da IC é entrevistado, entre outros assuntos, acerca do seu posicionamento perante os acontecimentos na URSS e as possíveis repercussões no PSUC e na IC. O entrevistador, Josep Torrecillas, inicia a entrevista perguntando diretamente a Ribó quais seriam as consequências dos acontecimentos na URSS para as duas formações políticas representadas por Ribó. Este salienta que todas as atenções deveriam estar voltadas para as eleições na Catalunha, a ter lugar no final de 1991 e início de 1992, assim como na preparação da segunda Assembleia Nacional da IC e no Congresso do PSUC. Não obstante, Ribó salienta que a resposta incluiria falar sobre os erros do “socialismo real”, algo que só poderia ser respondido em “un llibre o en deu llibres.” Em resumo, no entanto, Ribó expressa a impossibilidade de uma prática política que compreendesse o autoritarismo e formas ditatoriais poder estar relacionada com socialismo e que o falhanço da *perestroika* se deveu ao facto de querer impor-se em regimes políticos precisamente autoritários e ditatoriais. Por outro lado, Ribó refere que os países do “socialismo real” não souberam “conciliar l'Estat politic i l'Estat social [e] no es van a saber construir unes relacions econòmiques, un joc politic, que fes entrar la democràcia a àrees més enllà de les institucions, com ara l'economia o la societat.”

Ribó classifica a *perestroika* como “una esplèndida proposta a nível internacional capaz d'abordar els problemes més importants que té la humanitat, sense distraccions” e que permitiu estabelecer um debate sobre as esquerdas longe dos esquemas habituais e das teorias de “bons e maus.” Não obstante, Ribó reconhece que a *perestroika* não estava preparada com um discurso teórico e político forte capaz de promover a democratização da própria sociedade, ultrapassar a crise económica e conviver com os nacionalismos: “justament, aquests tres temes

---

<sup>824</sup> Treball, setembro 1991, p. 8

han estat d'eix central, tant dels possibles colpistes, com des esdeveniments posteriors al 19 d'agost a l'URSS.”

O secretário-geral do PSUC não se mostrava partidário de frases “eclosives i brillants” sobre a realidade, como as que apregoavam a “morte de Marx” ou o “fim do comunismo”. O entrevistado supunha que cada vez mais se encontraria nas universidades obras sobre o marxismo, teoria que não tinha nada a ver com uma “concepció totalitzant del món ni com a cos dogmàtic.” Ribó afirma, no entanto, que alguns conceitos mudaram indubitavelmente, como a divisão clara entre socialista e comunistas, herdada dos anos 20 do séc.XX e que, segundo o entrevistado, dadas as novas condicions sociais e o fim do “socialismo real”, “já no té vigencia [e] el que cal és que des d'aquesta pluralitat realment existent entre les esquerres cadascuna, des de la seva perspectiva, aportí una sèrie de reflexions sobre un nou discurs politic i teòric (...): la voluntat de lluitar per una societat sense acotacions, per una societat de lliures i iguals.”

Em relação às consequências dos acontecimentos na URSS no PSUC, Ribó diz que é “desbarroer” ou insensato, dizer que uma vez que Gorbachov decidiu dissolver o PCUS, o PSUC deveria seguir o mesmo caminho. O entrevistado utiliza os mesmos argumentos de López Raimundo e Gutiérrez para criticar os que procuram uma associação mecânica entre os dois partidos, para os que acreditam que com o fim do “socialismo real” “já no quedi cap base per qualsevol planejament d'emancipació social.” Não obstante, Ribó reconhece a transcendência dos acontecimentos na URSS para as esquerdas de todo o mundo, por poderem fazer crer que ser de esquerda “és já inviable” e também para o PSUC, por se encontrar “immers en una tradició comunista, i per tant seriosament tocat pels esdeveniments qua s'han produït a l'URSS.” No entanto, Ribó pede aos militantes do PSUC que tenham a consciência de que muito antes da queda do Muro ou do fim do PCUS existia já entre eles a percepção de que era necessária a procura de uma nova esquerda, com uma nova identidade e que essa procura se materializou na criação da IC: “era l'aplicació d'una politica de fa molts anys, d'una politica de convergència, de buscar una formació politica nova i (...) una proposta de fons madura i estratègica.” Segundo Ribó, os acontecimentos na URSS devem mostrar como é possível fazer crescer o projeto da IC no sentido de articular as energias das esquerdas.

*L'Humanité* dedica pelo menos quatro capas exclusivamente à tentativa de golpe de Estado na URSS em agosto de 1991, com dezenas de notícias com descrições detalhadas sobre o desenrolar dos eventos. Por se tratar de um diário, *L'Humanité* acompanhou o golpe com a incerteza com que este se foi desenvolvendo, tendo um nível de detalhe muito mais preciso do que os jornais partidários até agora analisados e levando a cabo uma cobertura jornalística muito idêntica à da imprensa generalista, com a prevalência da descrição do facto sobre a sua interpretação.

Nesse sentido, concentramo-nos nas interpretações vindas diretamente do PCF e espelhadas nas páginas de *L'Humanité*, assim como em alguns editoriais e notas de imprensa assinadas por dirigentes de relevo.

Logo no dia 20 de agosto de 1991, na capa, *L'Humanité* deu nota da reação do PCF à tentativa de deposição de Gorbatchov: “Le Bureau politique du PCF «partage l’inquiétude» que provoquent les événements en URSS”, classificando o afastamento de Gorbatchov como “innacceptable” e deixando claro que “rien ne doit aggraver leur sort déjà si préoccupant ni menacer la paix et la sécurité” mas afirmando também que “ces événements ne sauraient détourner les communistes français de la construction d’un socialisme inédit, démocratique, autogestionnaire, pluraliste.” E é mesmo Georges Marchais quem declarava a sua convicção de que apenas “la poursuite et l’accélération de reformes démocratiques peuvent sortir la société soviétique de l’ornière”, mostrando-se radicalmente oposto à tentativa de golpe de Estado.<sup>825</sup>

Em “Une déclaration du Bureau politique”<sup>826</sup>, o PCF afirma logo no dia seguinte a ser conhecida a tentativa de golpe de Estado na URSS a importância desses acontecimentos para a URSS, para a Europa e para o mundo, demonstrando a “inquiétude (...) profonde” que representam e afirmando que “le Parti communiste français la partage et souhaite faire part de sa première réaction.” Colocando como ponto essencial o interesse do povo soviético, o PCF classifica a deposição de Gorbatchov como inaceitável, opondo-se a medidas de força e de restrição das liberdades que trazem com elas o risco de agravamento dos problemas do país

---

<sup>825</sup> *L'Humanité*, 20/08/1991, capa

<sup>826</sup> *L'Humanité*, 20/08/1991, p.5

interpretando o que se passa na URSS como um desenvolvimento “nouveau et critique de la grave crise sociale, économique, politique, institutionnelle que connaît ce pays.”

Na origem dessa crise, o PCF não põe a política de Gorbatchov mas antes a situação por ele herdada, anterior a 1985 e que fez com que o novo secretário-geral do PCUS sentisse a necessidade de encetar reformas profundas na sociedade e no país, “que nous souhaitons publiquement depuis des années – que nous avons soutenu la perestroïka, dont les objectifs proclamés étaient de construire un socialisme démocratique, humaniste, moderne.”

O PCF elogia depois as medidas tomadas por Gorbatchov no sentido do respeito pelos direitos do Homem, da liberdade de imprensa, de criatividade, religião, de democracia política, assim como o curso por ele empreendido relativamente às relações internacionais da URSS, favoráveis ao desarmamento e à cooperação. Porém, “les structures et les comportements hérités du passé, les erreurs commises notamment en matière économique, le mécontentement et le découragement suscites par des promesses non ténues, l’exacerbation des nationalismes” teriam conduzido, na opinião do PCF, à crise económica e aos conflitos originados pela questão dos nacionalismos e independentismos. E, nesse sentido, a interpretação do PCF é de que em vez de atenuar, o atraso da URSS em relação aos “grands pays capitalistes” acentuou-se e a pressão desses mesmos países sobre a economia soviética e sobre a sua política exterior “se sont fait plus pesantes et plus impératives.”

O PCF é claro ao afirmar que a *perestroïka* não conseguiu ultrapassar os obstáculos que se propunha ultrapassar mas “cela ne nous conduit pas pour autant à considérer qu’il y aurait d’autre moyen pour réformer le socialisme en Union Soviétique que celui de la démocratisation et de sa modernisation.”

Os comunistas franceses, assim o explica a nota do Comité Central do PCF, analisaram as causas do desaparecimento do “socialismo real”, no seu XXVII Congresso, em dezembro de 1990, determinando conclusões que consideraram fundamentais: a estatização generalizada das respetivas sociedades tolheu o espírito de iniciativa e de responsabilidade e amplificou os métodos burocráticos e autoritários característicos da opressão e exploração dos trabalhadores; naqueles países, a classe trabalhadora não tinha qualquer papel relevante, o que inviabilizava a noção de socialismo que, segundo o PCF, “ne peut être que l’oeuvre créatrice du peuple”; os partidos comunistas existentes naqueles países não eram partidos atrativos,



modernos e criativos, capazes de executar corretamente o seu papel de partidos de vanguarda progressista do povo; a organização da sociedade do “socialismo real” propunha um regresso à ordem antiga pré-estabelecida: “nous avons la conviction que nombre de ces éléments continuent de jouer un grand rôle dans la crise aigue de la société soviétique et qu’il n’est pas d’autre voie pour la dépasser réellement que de les prendre à bras-le-corps.”

Voltando-se para o seu próprio papel na sociedade francesa, o PCF afirma que os acontecimentos na URSS não demoverão os comunistas franceses do seu objetivo, que era o da luta pela transformação socialista da França: “ce n’est pas une marque d’obstination mais de réalisme.” Em seguida, o PCF faz uma descrição dos falhanços do capitalismo, referindo tomar como exemplo daquilo que não serve à França tanto o capitalismo como os erros cometidos por “telle ou telle société socialiste afin de ne pas répéter les mêmes erreurs, et non pas pour en conclure que l’avenir appartiendrait au capitalisme.”

O PCF diz que em 1976 procurava um projeto de construção do socialismo diferente daquele que existia nos países do “socialismo real”: “une société socialiste à inventer parce qu’elle n’existe nulle part ailleurs” e que seria construída pelo povo em total independência, concretizando um “socialisme autogestionnaire, pluraliste, où le verdict du suffrage universel sera respecté en toute circonstance.” O PCF, como deixou claro no seu XXVII Congresso rejeita assim a ideia de um modelo único de socialismo, tendo como objetivo a democratização de todas as esferas da vida social.

Arnaud Spire, um dos jornalistas de *L’Humanité* com mais destaque ao longo dos anos em estudo, assina o editorial “De quel droit?”<sup>827</sup> onde o tema do golpe de Estado na URSS volta a ser o assunto central, clarificando a posição de forte oposição ao golpe de todos os quadrantes do PCF. O autor frisa novamente que a forma como Gorbatchov foi deposto é inaceitável mas refere também que “cela ne justifie pas pour autant que soi exclu de la civilisation un peuple qui a besoin au fond de continuer l’évolution enterprise”, referindo-se às declarações de George Bush a respeito da situação na URSS, que considerou como uma grave ingerência.

Spire considera a declaração emitida pelo PCF no dia anterior como inequívoca: o partido apoiou a *perestroika* porque estava em harmonia com os seus próprios princípios e

---

<sup>827</sup> L’Humanité, 21/08/1991, p.3

espera que o processo de democratização da sociedade soviética continue, para dessa forma “éviter à l’URSS le chaos vers lequel les capitalistes la poussent.” No que se refere a Boris Ieltsin, o editor de *L’Humanité* classifica as suas ações como “un pauvre calcul politicien.”

Jacques Coubard, no seu editorial “Plus que jamais”<sup>828</sup>, publicado no dia seguinte, quando Gorbatchov tinha já regressado a Moscovo e o golpe tinha sido contido, reafirma a posição do PCF, considerando que o que acontecera em Moscovo “confirme le choix que les communistes français ont fait pour leur pays” e que passa pela ideia de um socialismo “moderne construit à tous les étages à partir des réalités françaises. Démocratique, pluraliste, respectant en toute circonstance le verdict du suffrage universel” e que promova a participação dos trabalhadores nas opções de gestão: “un socialisme à la française qui mette fin au gâchis humain que nous connaissons.”

Porém, não obstante a firmeza da condenação da tentativa de golpe e do apoio à *perestroika*, emitido em comunicado oficial pelo PCF no próprio dia em que o golpe de Estado foi conhecido, também em França se levantaram vozes que contestavam a clareza do posicionamento do PCF. Na origem dessas dúvidas, o tom com que Marchais classificou a deposição de Gorbatchov. E é para as esclarecer que o Comité Central do partido emite um novo comunicado, intitulado precisamente “Un mise au point du secretariat du Comité Central”<sup>829</sup>

Nele, o PCF reage aos textos presentes em *Le Monde* e em *Libération* sobre a reação do partido aos acontecimentos dos dias anteriores na URSS. Nesses textos, os jornais acusavam Marchais de ter emitido uma declaração em que não citava o nome de Gorbatchov, não qualificava a sua deposição e isso motivara um protesto por parte de Charles Fiterman, figura proeminente no PCF e que mais tarde, em 1998, passaria para o PS. O Comité Central do PCF esclarecia, no entanto, que “tout participant à cette réunion peut témoigner que ce n’est pas ainsi que les choses se sont passées” e que Georges Marchais teria submetido à aprovação do Comité Central o seu comunicado, deixando precisamente “en blanc” a apreciação que o Bureau político do partido deveria fazer da deposição de Gorbatchov.

---

<sup>828</sup> L’Humanité, 22/08/1991, p.3

<sup>829</sup> L’Humanité, 22/08/1991, p.7

O texto esclarece que Marchais manteve conversas telefónicas com vários dirigentes do PCF e que havia diferentes perspetivas sobre a forma como o partido se deveria referir àquele tema “et qu’il fallait donc en mettre une au point ensemble.” Marchais deixara claro perante o partido que aquilo a que Gorbatchov fora sujeito “ne pouvait être accepté” e que após a escuta dos vários pontos de vista o organismo do partido concordou com a expressão “inacceptables” para classificar as condições de deposição de Gorbatchov: “il est donc inexact et malintentionné de prétendre que la position du Bureau politique était prise contre l’avis de Georges Marchais.” O texto dá também nota de que Charles Fiterman não concordou com a redação do texto final adotada pela maioria dos elementos do Comité Central.

No dia seguinte, o próprio Georges Marchais quis explicar o seu posicionamento perante os acontecimentos e fê-lo através de uma entrevista à *TF1* e à *Antenne 2*, reproduzida, em parte das páginas de *L’Humanité*. Em “Soutien a la perestroika”<sup>830</sup>, Marchais explica que o PCF está satisfeito com o falhanço do golpe de Estado na URSS e que o partido o tinha condenado desde o primeiro minuto, não admitindo nenhuma solução política alcançada através da força e da privação das liberdades: “nous souhations naturellement que Mikhail Gorbachev retrouve toutes les responsabilités qu’il doit à la Constitution”, incentivando-o a continuar a política da *perestroika*. Quanto ao papel de Ieltsin, Marchais refere que este teve um papel “incontestablement (...) positif” mas que era necessário, à altura, prosseguir com o trabalho e que a confiança do PCF estava com Gorbatchov, tecendo ao líder soviético rasgados elogios. Não obstante, Marchais esperava uma resposta firme de Gorbatchov no caso de, como sugeriu o jornalista na sua pergunta, Ieltsin vir a sobrepor-se a Gorbatchov no seguimento dos acontecimentos em análise.

Nessa mesma edição, a mensagem de Georges Marchais a Gorbatchov é transcrita, em “La satisfaction du PCF”<sup>831</sup>. Nela, Marchais informa Gorbatchov da sua satisfação, e dos comunistas franceses, pela reposição da ordem na URSS: “dans notre pays, l’émotion à été vive, la condamnation du coup d’Etat unanime”, ressaltando que “le fait que notre parti [o PCF] a pris sa part de cette condamnation lui a donné plus de force.” Dessa forma, Marchais congratula-se com o facto de o PCF ter podido contribuir com o apoio aos que, na URSS,

---

<sup>830</sup> *L’Humanité*, 23/08/1991, p.5

<sup>831</sup> *L’Humanité*, 23/08/1991, p.5

procuravam a restauração da democracia. Marchais apelida o golpe de “aventure” que procurava o pior para o povo soviético, assim como para a segurança da Europa e do mundo: “elle s’est finalement conclue par une débandade sans honneur.”

Marchais descreve também a Gorbatchov a satisfação pelo facto de o PCUS ter agido, também, no sentido da restauração da normalidade, embora admita que as condições para as quais Gorbatchov regressa, após o golpe, estão modificadas, estando consciente de que “l’expérience que viennent de faire les peuples soviétiques ne peut être sans conséquences, que le poids politiques des différents partis et forces en présence dans votre société a évolué.” Marchais, na sua mensagem a Gorbatchov, espera que este utilize todas as suas prerrogativas constitucionais de forma a assegurar que a legalidade é plenamente restabelecida, assim como todas as liberdades democráticas: “nous avons la conviction qu’il demeure possible pour les peuples soviétiques de progresser vers des solutions socialistes modernes – c’est-à-dire originales, humaines, démocratiques – aux immenses problèmes auxquels ils sont confrontés.” Por fim, Marchais reafirma o seu apoio incondicional a Gorbatchov, a compreensão dos comunistas franceses no sentido do esforço que seria necessário fazer para acarretar as medidas necessárias àqueles fins.

Não obstante os vários posicionamentos oficiais espelhados nas páginas de *L’Humanité* e a ronda de entrevistas em que os principais dirigentes franceses se mostravam em sintonia perante a condenação ao golpe de Estado e o apoio a Gorbatchov, determinados quadrantes políticos da sociedade francesa continuavam (aliás, como vimos nos outros casos antecedentes) a questionar o papel do PCF e a associá-lo ao PCUS, determinando que seria o momento para que o PCF se dissolvesse, à semelhança do que acontecera com o PCUS.

A 26 de agosto, George Marchais é novamente entrevistado, desta vez para a edição de domingo do próprio *Humanité*, sob o título “La raison d’être du PCF”.<sup>832</sup> Aí, Marchais aborda a questão da demissão de Gorbatchov do PCUS e analisa a forma como o PCF continua a ser relevante para a transformação da sociedade francesa. À pergunta sobre a razão por que o PCF não condenou desde logo o golpe, Marchais responde que o jornalista se engana e que desde o primeiro momento o PCF considerou inaceitáveis os desenvolvimentos na URSS: “ne cherchons pas d’ambiguïté où il n’y en a pas.”

---

<sup>832</sup> *L’Humanité*, 26/08/1991, p.

Em relação à *perestroika*, Marchais reafirma o apoio do PCF, negando que esta política seja a responsável pela situação da URSS e remetendo para o seu posicionamento, onde afirmou claramente, como vimos, que a crise económica na URSS era culpa da conjuntura herdada por Gorbatchov. Marchais elogia novamente o papel positivo de Ieltsin mas, “cela dit, sur l’échiquier politique français, il serait classé à droite” enquanto Gorbatchov, segundo as suas próprias declarações, permanecia comunista: “je ne vous étonnerai pas en vous disant que c’est de lui que me sens le plus proche.” Quanto a um entendimento entre Gorbatchov e Ieltsin, Marchais esperava que fosse possível, de forma a garantir soluções democráticas, humanas e modernas para os problemas da URSS: “j’ai bien conscience que c’est une voie très difficile, mais je persiste à la croire encore possible, bien qu’à la évidence l’attitude arrogante et intolérante d’Eltsine, ces décisions (...) n’aillent pas dans ce sens.”

A pergunta mais importante é feita em seguida, procurando a opinião de Marchais sobre a hipótese do “fim do comunismo” e da razão de ser do PCF. Marchais começa por afirmar a intencionalidade com que se associaram os autores do golpe ao comunismo, classificando-a como injusta: “le «communisme» ce n’est pas cela: c’est l’engagement de générations d’hommes et de femmes dans beaucoup de pays, dont la France, en faveur de la justice, de la liberté, de la paix.” Marchais reconhece, contudo, que os golpistas de agosto de 1991 na URSS que, na sua opinião, queriam fazer reverter o rumo da História, se apoiaram numa visão do comunismo do tempo de Estaline. Marchais volta a frisar o facto de que desde 1976 o PCF rompeu com esse modelo: “nous faisons nôtre une tout autre Conception du socialisme. (...) Ces sociétés étaient fondées sur la contraente; nous avons choisi un socialisme par e pour la liberté (...) se construisant de bout en bout à partir des réalités françaises.

Marchais afirma que ao longo do séc.XX foram tomadas, em nome do comunismo, muitas medidas erradas mas que se trata disso mesmo, medidas erradas, que nada tinham a ver com a ideologia em si e que “ne condamne pas pour autant les objectifs du socialisme, du communisme.” O PCF permanecia com a convicção de que que as soluções para os problemas das sociedades capitalistas passavam pelo socialismo: “nous ne disons pas que nous possédions la vérité révélée, mais nous avons des idées à ce propôs, et nous nous mettons à la disposition de tous ceux qui cherchent, réfléchissent, aspirent à une autre vie.” Assim, conclui

Marchais, o PCF, enquanto perseguir essa vontade de modificação e de reflexão sobre a sociedade, não perdeu a sua razão de existir.

O secretário-geral do PCF responde, nesta entrevista, a outras questões, como a divergência de opiniões no seio do partido, considerando-a normal num partido democrático e volta a frisar o facto de que o fim do “socialismo real” não apanhou o PCF nem os seus militantes desprevenidos, uma vez que já tinham refletido sobre os desvios e as fragilidades daqueles regimes. A reflexão mais recente, repetiu, realizara-se no XXVII congresso do partido.

“PCF et PCUS: le jour et la nuit”<sup>833</sup> faz um apanhado de todos os momentos históricos em que o PCF discordou ou debateu temas relacionados com o PCUS. A condenação “sans appel” do estalinismo, decidida e comunicada após a reunião de 27 e 28 de maio de 1975; a eliminação da noção de “modelo” para alcançar a sociedade socialista; a marcha democrática para o socialismo; o abandono de qualquer referência à ditadura do proletariado e a via francesa para o socialismo; o descontentamento com o rumo tomado pelo socialismo nos países do “socialismo real”, reforçados e comunicados após o XXII Congresso do PCF em 1976; a reflexão sobre a propriedade do Estado e as formas de produção, com a declaração de Georges Marchais em 1977 referente ao facto de não ser suficiente, para uma sociedade assumir-se como socialista, que a propriedade da produção esteja nas mãos do Estado, já que deveria também estar nas mãos dos próprios trabalhadores; o abandono da expressão marxismo-leninismo em 1979 e de qualquer linha dogmática em 1979; o apoio à política da *perestroika* de Gorbatchov a partir de 1985, opondo-se a qualquer visão conservadora do comunismo e saudando a tentativa de o líder soviético encetar por um caminho de democratização da sociedade e, por fim, em 1988, o já citado XXVII Congresso e a condenação clara de todos os abusos e desvios do “socialismo real.”

Mas também no funcionamento do próprio partido são ressaltadas as devidas diferenças em relação ao PCUS: “ce sont les communistes que sont maîtres de ce parti, coacteurs du Congrès, coacteurs de ses lendemains. Quand les communistes ont des désaccords, il en est tenu compte. La discussion n’est jamais close. Non seulement le débat est libre, mais il est encouragé. Aucun problème politique ne peut être résolu par des mesures administratives.”

---

<sup>833</sup> L’Humanité, 26/08/1991, p.10

Dessa forma, o PCF classifica-se a si próprio como um partido moderno, onde um dirigente do partido é apenas um entre milhares de militantes. Jean-Paul Monterran e Arnaud Spire rematam o texto afirmando que os militantes do PCF têm como missão “aider à la mise en oeuvre la plus efficace, la plus créatrice possible de la politique décidée par les communistes.”

Não obstante estas tomadas de posição, que não partem apenas de Georges Marchais mas de vários dirigentes e militantes comunistas de destaque, as associações entre o PCF e o PCUS continuam a ser feitas, neste período, na sociedade francesa, levantando questões relativas ao financiamento do partido francês pelo seu homónimo soviético.

Nesse sentido, no dia seguinte, uma nova comunicação<sup>834</sup> do Comité Central do PCF é publicada na íntegra em *L'Humanité*, reafirmando o seu posicionamento radicalmente oposto aos acontecimentos que tentaram depor Gorbatchov e impedir a continuação da política da *perestroika* na URSS. A discussão é trazida novamente para o seio do próprio PCF, reafirmando que “face à la campagne à laquelle les événements de la Union Soviétique donnent lieu chez nous, le Parti communiste appelle les forces populaires, les forces de gauche à ne pas laisser sans riposte les attaques arrogantes de la droite et de l'extrême droite contre les valeurs de justice, de liberté, de paix.” O PCF apelava assim a todos os comunistas franceses, independentemente das suas opiniões sobre um ou outro ponto relativas ao próprio partido, “à faire face ensemble à cette agression.”

No que se refere ao caso italiano, em agosto de 1991 o PCI já não existe tendo, como vimos dado origem a dois partidos distintos, o PDS e a Refundação Comunista. O PCI dissolve-se definitivamente no seu XX Congresso, em fevereiro de 1991, em Rimini e o partido para onde passam a extensa maioria dos quadros do PCI assume-se como um partido social-democrata, do centro-esquerda, esvaziando totalmente dos seus estatutos e conteúdos programáticos qualquer menção ao comunismo, afastando-se definitivamente da história do PCI, num processo radical de reforma. Recordemos que, nesta altura, também, *L'Unità* não era mais um órgão de imprensa associado a um partido comunista: já com capital privado, o jornal ainda era detido maioritariamente pelo PDS, mas não tinha qualquer obrigação editorial de publicar ou anunciar os posicionamentos oficiais do PDS perante qualquer notícia ou acontecimento.

---

<sup>834</sup> *L'Humanité*, 27/08/1991, p.7

O posicionamento do PDS relativamente aos acontecimentos em questão não se reveste, então, do mesmo interesse para a nossa análise, uma vez que não se trata de um partido comunista. Por outro lado, tendo passado por um processo de total afastamento do comunismo, que compreendeu a sua própria dissolução, não haverá, da parte dos outros atores políticos italianos, sugestões a que o novo partido, totalmente alheio à ideologia comunista, se renove, dissolva nem é exercida pelos seus dirigentes a mesma pressão para uma reação que existe nos outros partidos que analisamos.

O interesse na análise das reações dos partidos que estudamos aos acontecimentos de agosto de 1991 na URSS é o de verificar de que forma a sua reação motivou mudanças no próprio partido e como se posicionaram, favoravelmente, ou não, ao golpe de Estado, quais as suas estratégias comunicativas, os enquadramentos da informação pública e o *timing*, tom e reação face às críticas provenientes de vários quadrantes da sociedade. Em relação ao caso italiano, e dada a dissolução do PCI, não fará sentido, portanto analisar a comunicação pública do novo partido enquadrada sob estes ângulos de abordagem.

Não obstante, procuraremos em *L'Unità* alguma reação por parte dos dirigentes mais destacados do PDS que se posicione dentro de algum dos âmbitos da abordagem que realizámos para os outros partidos.

A primeira reação de Achille Occhetto acontece no dia 20 de agosto, a partir da sede do PDS. Em “«Gorbaciov libero, no ai golpisti»”<sup>835</sup>, *L'Unità* descreve a reação do líder do PDS ao golpe de Estado: “Gorbaciov resta per noi il legittimo presidente dell'Urss, non riconosciamo altri poteri. È un colpo autoritario come in Cile, ma non bisogna arrendersi allo logica del fatto compiuto.” Desta forma, Occhetto demonstra a sua total solidariedade para com Gorbatchov e condena a tentativa de golpe de Estado, assumindo que iria pedir às autoridades europeias um posicionamento rígido no que se refere ao regresso de Gorbatchov e sugerindo a todas as forças políticas italianas que se mobilizem no sentido de exigir o regresso à normalidade na URSS. Occhetto, em declarações às seis da manhã do dia 20 de agosto, entrega à comunicação social a declaração oficial do PDS, classificando o golpe como um “avvenimento dramaticissimo, di proporzioni mondiali” com graves repercussões em todo o mundo. O dirigente do PDS classifica os golpistas como “forze conservatrici”, declarando

---

<sup>835</sup> *L'Unità*, 20/08/1991, p.10



que estas teriam recorrido ao seu último instrumento: “la risposta autoritaria e il colpo di mano.” Perante as declarações dos golpistas de que teriam tomado conta da situação na URSS devido à crise no país, Occhetto afirma que esse tipo de atitudes era “tipico di tutti i reazionari: dare la colpa di tutto a chi vuol riformare addossargli le responsabilità storiche di un processo degenerativo.”

Occhetto refere-se a Gorbachov como “compagno e amico” e recorda, nas suas declarações à imprensa, a colaboração mútua “nella difficile opera per fare prevalere le ragioni dell'intelligenza e della democrazia sull'ottusità conservatrice e totalitaria, per ridare un senso al socialismo.” Falando em seu nome e de Giorgio Napolitano, Occhetto dirige-se ao governo italiano, exigindo que este se informe das condições em que se encontra Gorbachov e que tudo faça no sentido de repor a normalidade e a legalidade na URSS.

Por outro lado, a comunicação de Occhetto centra-se na ideia de que o golpe não era irreversível, salientando que o PDS não dispõe de contactos directos com as autoridades soviéticas mas que, no caso de o golpe avançar e se chegar ao momento em que se teria de reconhecer os novos dirigentes da URSS, a posição do PDS não seria diferente, continuando a assumir que Gorbachov era o líder legítimo do país: “in tal caso la nostra posizione non potrebbe essere diversa da quella assunta dal Pci dinanzi a un Pinochet o a uno Jaruzelsky.” Neste sentido, Occhetto elogia o posicionamento “più articolato” de George Bush e critica Andreotti, primeiro-ministro italiano, que afirmara que a situação na URSS tratar-se-ia de um assunto interno de um Estado, sobre o qual o governo italiano não iria tomar uma posição no imediato.

Perante a pergunta provocatória sobre se Occhetto se sentiria próximo a Gorbachov devido às suas raízes comunistas, o dirigente do PDS responde que não se sente próximo por uma questão de raízes políticas mas “per la determinazione con cui si batte oggi a difesa della democrazia come forza occidentale.” Porém, as questões relativas ao passado comunista de Occhetto não se ficariam por essa. À questão sobre se existiria alguma diferença em relação à reação aos acontecimentos na URSS de um partido chamado PCI ou de um partido chamado PDS, Occhetto responde, encerrando definitivamente o tema: “cambia molto. Se avessimo dovuto affrontare questa drammatica crisi senza aver compiuto una profonda trasformazione, la nostra posizione sarebbe stata identica ma l'atteggiamento politico e psicologico del partito

sarebbe stato ben diverso.” O dirigente do PDS vai mais longe neste assunto, explicando que, em agosto de 1991, “persigiamo i valori veri del socialismo al di fuori di qualsiasi legame con ciò che fu il movimento comunista”, confirmando assim a nossa hipótese prévia, de que o PDS se alheava de qualquer responsabilidade histórica perante o PCI. No dia seguinte, Occhetto tomava uma posição conjunta com Bettino Craxi acerca da condenação ao golpe de Estado na URSS, defendendo os “democratas soviéticos”<sup>836</sup>

Na entrevista “Gorbaciov e la perestrojka hanno cambiato l’Urss”<sup>837</sup>, o jornalista de *L’Unità* faz uma última pergunta a Occhetto, questionando-o sobre o paralelismo que este possa rever entre o percurso da URSS e o do PCI, antes de se dissolver e de a maioria dos seus quadros passar para o PDS. Occhetto diz identificar-se com todas as forças políticas que batalham pela renovação: “a me capitò prima di concludere il processo della «svolta», di sentirmi dire da un alto rappresentante della chiesa cattolica parole di questo tenore «Capisco benissimo la sua sofferenza profonda perché in questi momenti di grande trapasso, come per la Chiesa fu il Concilio vaticano secondo, la sofferenza è più forte in chi deve innovare che in chi vuole conservare e contrastare».” Não obstante a sua própria convicção e a afirmação de grandeza de que o processo que conduziu, de transformação do PCI, se equiparou, de alguma forma, ao do segundo Concílio do Vaticano, Occhetto é mais modesto ao afirmar que “la nostra svolta non era identificata con questo o quel Paese dell’Est. È partita dalla caduta del Muro di Berlino proprio perché legata al mutamento complessivo, di sistema, mondiale, che tocca l’Est come l’Ovest. Eppure è evidente che i nostri problemi sono diversi.”

Não abandonaríamos as declarações de dirigentes do PDS sem antes expormos as linhas gerais de um editorial assinado por Piero Fassino, intitulado “Conclusa la storia del comunismo”.<sup>838</sup> Nele, o antigo deputado do PCI, à altura membro do grupo parlamentar do PDS, dá, com a dissolução do PCUS, como finalizado o processo iniciado em 1917 “eche ha segnato questo secolo e tutti gli avvenimenti che lo hanno percorso.” Fassino qualifica a história do comunismo como “un grande discrimine per tutti, per chi ad esso guardava con speranza, per chi ne era avversario”, vaticinando que “tutto ciò oggi è finito”, fechando-se uma era para a Europa e para o mundo: “e ciò è accaduto perché l’idea forte dell’uguaglianza

---

<sup>836</sup> L’Unità, 21/08/1991, p.8

<sup>837</sup> idem

<sup>838</sup> L’Unità, 25/08/1989, capa

degli uomini - valore che ha ispirato nei secoli religione, filosofie, movimenti politici, rivoluzioni - è stata, nell'esperienza concreta del comunismo, separata dalla libertà e dalla democrazia, e ha portato alla construção de un regime político autoritario e oppressivo.” O autor refere a incapacidade de reformulação do comunismo sem autoritarismo, citando líderes, de Khrushchov a Tito, que tentaram, na sua opinião em vão, reformar o comunismo partindo apenas da questão económica e mantendo estruturas políticas autoritárias. Para Fassino, Gorbachov era a prova final de que não poderia haver comunismo sem autoritarismo: “questi sei anni di perestrojka ci hanno messo quotidianamente di fronte ad un aparente paradosso: in un paese retto dal potere unico del Pcus, solo il segretario del Pcus avrebbe potuto avviare e gestire la transizione democrática.” Para o autor, o golpe de agosto pôs a nu este parodoxo e a falência da *perestroika*.

Fassino termina afirmando que não obstante o mundo estar ainda cheio de injustiças e de opressão, os acontecimentos de Varsóvia, Berlim, Praga, Bucareste, Budapeste, Sófia e Moscovo demonstrariam uma clara lição: “soltanto nella democrazia potranno essere costruite le risposte alle domande di giustizia, di libertà, di affermazione individuale che pone l'umanità.” Decididamente, tais valores, que correspondem precisamente, como vimos analisando, aos principais vetores dos estatutos dos PC's que estudamos, para Fassino, não poderiam ser alcançados através do comunismo, fatalmente incompatível, para o autor outrora militante destacado do PCI, com a democracia.

### **3.4.2 - Uma família comunista ocidental? Diferentes posicionamentos públicos para os mesmos fenómenos históricos.**

Partimos de uma premissa de base: a de que os partidos comunistas sul-europeus que estudamos comunicaram de forma distinta os vários processos de mudança ocorridos nas sociedades do chamado “socialismo real”, enquadrando-os numa perspectiva própria, relacionada, entre outros aspetos, com o momento pelo qual os próprios partidos passavam e com as realidades nacionais em que se inseriam. Uma das conclusões a que chegámos desde cedo na nossa investigação foi a de que estes partidos, embora com uma forte componente internacionalista e mantendo relações entre si e com outros partidos comunistas, davam uma

muito maior primazia ao contexto nacional em que se inseriam do que à realidade internacional, privilegiando uma interpretação dos acontecimentos inserida no contexto dessa mesma realidade nacional. No entanto, perante os acontecimentos que levaram à deposição dos governos polaco, húngaro, checoslovaco, leste-alemão, búlgaro, romeno e soviético, os partidos comunistas sul-europeus tiveram de reagir. Em primeiro lugar, por se tratarem aqueles de governos encabeçados por partidos que se intitulavam defensores da mesma ideologia que os partidos em análise – a ideologia comunista – embora desde pelo menos os anos 70 os principais dirigentes dos partidos sul-europeus se tivessem demarcado do tipo de governação praticado naqueles países. Todos eles, à exceção do PCP, abraçaram o eurocomunismo em determinadas fases da sua existência. E mesmo o PCP, que para alguns estudiosos se mantinha como o menos flexível dos partidos comunistas em análise, publicara, pela mão do seu secretário-geral e em documentos congressuais ou de definição de princípios, teses em que se afirmava claramente a ideia da construção do socialismo pela via democrática, atenta à realidade nacional e a defesa de um regime multipartidário, que garantisse as liberdades coletivas e individuais.

O PCI e o PCF, particularmente, mas também os outros partidos em estudo, foram claros, na sua comunicação pública, ao afirmar que haviam já alertado os governos da Europa centro-oriental para a necessidade de corrigir determinados desvios, arbitrariedades e ações contrárias à prática do comunismo, entre eles a burocratização do sistema político, a censura, a polícia política, os abusos de poder, o culto de personalidades, a perpetuação de figuras no governo ou outros aspetos que, enfim, contrariavam a democracia e na qual os partidos comunistas em estudo vinham pautando a sua ação ao longo das décadas anteriores. Em situação de revolução popular, como foi o caso do PCP em 1974, de transição para a democracia, como o caso do PCE e PSUC em 1977, de governo, como o caso do PCF durante os anos de 1980 a 1983 ou de principal força de oposição, como foi o caso do PCI desde 1948 até à sua dissolução em 1999, a história destes partidos está, portanto, associada indelévelmente à luta contra as ditaduras que vigoravam nos seus países e à luta pela democracia.

No entanto, e como é referido várias vezes ao longo do nosso trabalho, todas as atenções se voltam para os partidos comunistas durante 1989/1991, sobretudo para os que estudamos e que, como referimos, não propunham um modelo de organização do sistema político para os

seus respectivos países que se assemelhasse àquele dos países do “socialismo real”. O exemplo dos países da Europa centro-oriental era mencionado pelos dirigentes dos partidos em estudo mas sempre no sentido, como vimos pela análise da sua imprensa partidária, de louvar os feitos alcançados com a industrialização ou da conquista de direitos sociais essenciais para os trabalhadores e para os cidadãos em geral, como sejam o acesso à saúde, à educação ou à cultura. Uma primeira conclusão, e talvez uma das mais importantes, é a de que os partidos que analisamos nunca elogiaram, nos três anos que estudamos, o sistema político do “socialismo real” em nenhum momento, ao longo da sua informação pública. Pelo contrário, criticaram-no, em várias notas emitidas pelos seus principais dirigentes e impressas nas páginas dos jornais dos partidos. Essa crítica foi feita sempre, pelos cinco partidos, não com uma intenção de novidade, de mudança de estratégia, mas remetendo a posicionamentos passados, particularmente do final dos anos 60 e inícios dos anos 70, onde as mesmas críticas à forma de organização do aparelho político do socialismo real tinham sido já feitas.

Se a constatação de que essa crítica já existia não constitui novidade, a ideia de que o elogio aos objetivos cumpridos no âmbito do Estado social não obrigava a uma visão acrítica dos sistemas políticos é um dos principais dados novos para reflexão. Este é, no entanto, o único ponto de proximidade entre os posicionamentos dos cinco partidos comunistas que estudamos: a veiculação pública de que, por todos, a crítica aos desvios do “socialismo real” no que respeita à organização do sistema político e à sua falta de democraticidade já tinha sido feita mas que esta não invalidava a constatação de importantes conquistas que as sociedades da Europa centro-oriental tinham conseguido desde o período pós-guerra.

Em vários aspetos, no entanto, os partidos em estudo discordam, encetando diferentes estratégias de comunicação para trazer a público os seus posicionamentos perante o desenrolar dos acontecimentos. São diferenças a nível de tempo, de espaço dado a cada um dos processos, mas sobretudo diferenças ao nível da interpretação deste ciclo histórico.

No que respeita ao caso polaco, são várias as considerações que se podem retirar dos textos publicados pelo PCP a respeito do processo de mudança na Polónia. Existe um claro apoio às tentativas de reforma do PZRP e uma exaltação do acordo encontrado entre o partido comunista e a oposição, na Mesa Redonda de fevereiro de 1989. Não é questionado nunca o papel protagonista do PZRP, embora seja referido, inclusivé por Cunhal, a questão das quotas

reservadas ao partido no parlamento como um elemento transitório no sentido de uma democracia plena. A reação do PCP ao resultado eleitoral de junho de 1989 assume claramente a vitória do Solidariedade mas é levada no sentido de encontrar pontos de convergência entre os dois partidos mais votados, numa visão que pode levar a supor que o PCP acreditava numa coligação representativa de uma reformulação do socialismo na Polónia.

Esse posicionamento é claramente interrompido quando se dá a extinção do PZRP e o PCP não apoia o rumo tomado no XI Congresso do PZRP, reconhecendo na nova solução encontrada falta de identidade política e prevendo problemas graves, entre outros, ao nível da militância. Perante a percepção do fim definitivo do socialismo na Polónia, o tom da comunicação pública do PCP sobre os acontecimentos na Polónia passa a ser altamente crítico, baseado em evidências, demonstradas através de números da economia. O tom das descrições da situação na Polónia passa inclusivé pela descrição de degradação da vida do cidadão comum.

Porém, o PCP interpreta sobretudo a mudança na Polónia como tendo-se iniciado com um pressuposto válido, o da renovação do partido dirigente e da assunção dos erros e desvios do passado, mas realizada através de processos errados, resultando numa sociedade capitalista, afastada de qualquer ideal socialista, na qual o PCP não reconhece melhorias, pelo menos à altura da produção dos últimos textos sobre a Polónia, chegando mesmo a apontar os desvios autoritários do protagonista da mudança no país e a confirmar as observações de Álvaro Cunhal, que previam uma desintegração dos movimentos interessados na mudança e a viragem total em direção ao capitalismo e à economia de mercado.

O posicionamento do PCE face às mudanças ocorridas na Polónia nos anos de 1989 e 1990 passa também por diversas fases mas tem contornos bastante diferentes das interpretações dadas pelo PCP, encontrando, no entanto, pontos em comum que importa salientar. A comunicação do PCE é orientada sobretudo para a análise do papel da oposição polaca no contexto da mudança. E isso significa colocá-la, numa primeira fase, como ator fundamental da mudança, não se esquecendo, porém, mais tarde, de referir que o primeiro governo não comunista da Polónia desde 1945 se limitou a prosseguir as reformas anteriormente iniciadas pelo governo antecessor.

Mas é sobre o Solidariedade que recai a atenção do PCE em todo o processo. Numa primeira fase, o partido espanhol é partidário de um entendimento entre o PZRP e o

Solidariedade, descrito como essencial para a Polónia, não deixando de reconhecer, à semelhança do PCP, o papel de dirigente do PZRP e classificando as eleições ocorridas em junho de 1989 como verdadeiramente democráticas, não obstante a quota reservada ao partido comunista polaco na Sejm, a câmara baixa do Parlamento polaco.

O PCE congratula-se acerca do acordo encontrado no período pós-eleitoral, afirmando ser esse o caminho certo para a Polónia nos anos seguintes, o das conversações, das negociações, da coordenação entre as forças interessadas em manter o país no rumo do socialismo democrático, presumindo, até um determinado momento, coincidente com o início da campanha presidencial de 1990, que o Solidariedade estaria interessado na procura de uma sociedade socialista democrática. A expressão “sociedade cidadã” é várias vezes utilizada para caracterizar o que, assim o davam a entender, todos os membros do novo governo desejavam para a Polónia. Ao contrário do PCP, o PCE fala cedo da relevância do sindicato OPZZ como representante da única oposição à solução de governo encontrada e da sua renitência em pactuar quer com os comunistas reformistas, quer com o Solidariedade.

Há outra vertente importante na comunicação pública do PCE sobre o caso polaco, decisiva para interpretarmos o seu posicionamento sobre o tema e que é o papel dado, na sua análise, a outros intervenientes no processo. Seja a interferência de Margaret Thatcher, que força a legalização do Solidariedade com a promessa da renegociação da dívida polaca, seja o papel de George Bush, que se congratula com as reformas e promete mais ajudas se as estas continuarem, seja a ingerência da Igreja e de Karol Wojtyla, o Papa que, desde o primeiro momento, inspira Walesa e está perto de todos os momentos decisivos, incluindo a Mesa Redonda, realizada em fevereiro de 1989.

Perpassa a ideia, na comunicação pública do PCE sobre o caso polaco, de que tudo o que aconteceu na Polónia havia tido causas relacionadas com a economia. O governo foi forçado a fazer reformas para poder renegociar a dívida, as manifestações de descontentamento dos cidadãos havia-se prendido com motivos relacionados com o baixo nível de vida, a votação no Solidariedade (recordemos a frase de um ex-membro do sindicato, que afirma que “até uma vaca que levasse o nome Solidariedade a eleições as teria ganho”) havia tido como base a esperança numa alteração da situação económica apoiada em reformas

e as intervenções estrangeiras iam sempre no sentido de querer levar a Polónia para o mundo do mercado livre e do capitalismo.

Uma interpretação política, no entanto, está na base do apoio ao processo ocorrido no PZRP, que se converte num partido social-democrata no seu XI Congresso. O PCE acredita naquele momento que o Solidariedade é demasiado heterogéneo, que iria acabar por desiludir os eleitores e fracionar-se, desaparecendo no mapa político. E, à semelhança do que poderia acontecer nos restantes países da Europa centro-oriental, poderia vir a ser o partido comunista renovado que, após uma fase de castigo e de desconfiança dos eleitores, encabeçasse a mudança e renascesse revitalizado. Mostraria o futuro que o SdRP, ou a Aliança Democrática de Esquerda, na qual se incluía, chegaria ao governo da Polónia em 1993 e em 2001 e elegeria o Presidente do país em 1995 e em 2000, encontrando-se, no entanto, na atualidade, sem um único representante no Parlamento polaco. No entanto, o SdRP nunca esteve, enquanto governo, próximo das expectativas de renovação do socialismo que existiam em 1989.

Em relação ao PSUC que, como vimos, dedica pouco espaço no *Treball* ao caso polaco, há, de uma forma geral, dois momentos interessantes na abordagem que faz aos acontecimentos na Polónia. O primeiro é uma tentativa clara de se demarcar do comunismo de Estado, defendendo-se com o facto de ser um partido eurocomunista desde os anos 70 e deixando claro que a instauração de ditaduras do proletariado não é um procedimento político que sirva o interesse do socialismo.

O segundo elemento é a abordagem das intenções do Solidariedade no processo de convergência para a formação de um governo. Segundo o PSUC, o sindicato não queria governar a Polónia num momento difícil e, à semelhança do que já referimos a propósito dos outros partidos, o Solidariedade seria uma força fracionada, com várias divisões internas, algumas das quais com objetivos insequentes para o processo de reformas.

Por fim, o partido catalão coloca definitivamente uma ênfase crucial no processo polaco, defendendo que o seu êxito significaria o êxito do socialismo democrático, da *Perestroika* e da perceção do mundo em relação ao comunismo.

Em termos gerais, o PCF, através dos textos publicados no jornal *L'Humanité*, quase todos da autoria dos enviados do partido a Varsóvia, Jean Paul Piérot e Claude Marchand, faz uma cobertura muito extensa da situação na Polónia, particularmente do contexto anterior e



posterior às eleições parlamentares de junho de 1989. Uma das características que encontramos na comunicação do PCF é a atenção dada às manobras políticas no país, às jogadas de bastidores, sobretudo no que diz respeito à tentativa de Walesa em permanecer como protagonista das negociações para a formação de um governo, conseguindo, através, precisamente, dos jogos políticos descritos nos artigos, trazer a si o apoio de dois partidos anteriormente aliados do PZRP. A popularidade de Walesa junto dos eleitores é interpretada pelo PCF como consequência da sua posição histórica no Solidariedade mas a sua ascensão ao poder é vista como o resultado de “jogos de bastidores” ocorridos não só entre dirigentes políticos, mas também com o apoio de agentes estrangeiros e da Igreja.

Outro elemento notório da comunicação do PCF são as várias descrições sobre o quotidiano na Polónia, beneficiando do facto de haver um enviado especial ao país em vários momentos ao longo dos dois anos em estudo. Ao contrário de relatar uma melhoria das condições de vida, o jornalista francês deixa transparecer um agravamento notório na crise social polaca, colocando-se definitivamente do lado da franja da opinião que não reconhece que tenha havido qualquer vantagem na passagem radical ao capitalismo e ao liberalismo.

Os textos de *L'Humanité* são, em muitos momentos, textos com preocupações jornalísticas bem vincadas, procurando alcançar imparcialidade, mesmo tratando-se de um jornal partidário. Porém, como seria expectável, são vários os momentos em que uma interpretação e uma tomada de posição transparecem. São sobretudo cinco esses momentos. Em primeiro lugar, o regozijo pela celebração de uma campanha eleitoral legal e, no entender do partido, democrática, na Polónia, em junho de 1989. Em segundo lugar, a desconfiança em relação ao sindicato Solidariedade que aparece, no caso do PCF, e ao contrário dos outros partidos, logo no início de 1989 e transparece inúmeras vezes no seu material de comunicação. Em terceiro lugar, a crítica ao passado do PZRP e à falta de democraticidade do sistema político polaco, mas a defesa de que foi aquele partido a impulsionar as reformas e de que a via transformadora seguida não resolveu a crise partidária. Ou seja, embora sem lhe dedicar uma reflexão profunda, é patente no jornal do PCF a ideia de que a passagem da esquerda polaca do comunismo à social-democracia não trouxe os resultados esperados pelo partido, ou seja, um suposto reinício livre de atribuições de culpas e a negação do passado. Em quarto lugar, o jornal do PCF é talvez aquele que mais atenção presta às intromissões estrangeiras,

em particular do governo norte-americano, nos assuntos internos da Polónia. O que é um dos dados mais importantes desta análise: a URSS é sempre descrita com um papel passivo, observador das mudanças, enquanto os EUA têm um papel interventivo, aliciando o país ao recurso ao crédito e prometendo melhorias económicas se fossem implementadas determinadas medidas acordadas. Por fim, uma quinta interpretação clara que surge nos textos do PCF é a crítica à figura de Lech Walesa: antissemitismo, racismo, autoritarismo, tentativas de golpe contra o Parlamento... O novo presidente da Polónia e a sua atuação não são, de forma alguma, poupados no jornal do PCF, que, num dos seus últimos textos sobre este assunto, cita uma fonte que compara Walesa a Mussolini, à semelhança do que fazem o PCP e o PCE.

No caso do PCI, em profunda reformulação ao longo destes anos, é claríssimo, como vimos, o apoio dos dirigentes partidários a Walesa e ao Solidariedade, que consideram ser o seu partido irmão na Polónia e não, como aliás o vinham dizendo desde inícios dos anos 70, o PZRP. É interessante notar, no entanto, que o tom de entusiasmo em torno de Walesa vai esmorecendo mas este nunca chega a ser tão vincado como nos outros jornais analisados, preferindo realçar sempre as qualidades diplomáticas do líder do Solidariedade a qualquer desvio totalitário que, de resto, nunca é referido na comunicação pública do PCI.

A crítica a Walesa acontece unicamente na indecisão do período pós eleitoral de junho, julho e agosto de 1989, em que o presidente do Solidariedade, inicialmente, nega rotundamente negociar qualquer governo com os comunistas, para depois negociar um governo com os partidos tradicionalmente aliados do PZRP e, finalmente, aceitar empossar um governo liderado por um destacado membro do Solidariedade, onde os comunistas têm quatro pastas ministeriais; e no período eleitoral de dezembro de 1990, em que Walesa é acusado de “una certa demagogia”<sup>839</sup>, ainda assim muito inferior à de Tyminski.

Pelo contrário, o tom é sempre crítico face ao PZRP e, concretamente, à linha mais conservadora do partido. Na fase da “refundação” do PZRP, o PCI manifesta o medo e o temor à possibilidade de uma facção de esquerda poder formar um partido próprio, não utilizando o mesmo tipo de linguagem quando se refere à linha mais à direita do partido que, esses sim, formam um partido próprio.

---

<sup>839</sup> “Nel duello Walesa – Mazowiecki spunta l’ambiguo Tyminski”, L’Unità, 23/11/1990, p.6

Porém, a comunicação pública do PCI admite por diversas vezes que o Solidariedade erra ao opor-se a uma negociação com a facção reformista do partido comunista e ao querer monopolizar o processo de mudança na Polónia, sob pena de desagradar à própria população e à URSS.

Não obstante, o tom a respeito do sindicato de Walesa é sempre o de dar-lhe o protagonismo da mudança. É nesse sentido que em finais de agosto, já com a questão do governo polaco resolvida, *L'Unità* dedica várias páginas a um dossier sobre a história do Solidariedade, em “Solidarnosc. Dai cantieri al potere.”<sup>840</sup>, admite-se que houve uma notável transformação no sindicato mas nunca se deixa de olhar a figura de Walesa como uma espécie de timoneiro da mudança: “È il campione di una grande lotta nata da rivendicazioni operaie”; “Un sacrificio grande e il segno di una grande fiducia sulle possibilità di farcela. Se funziona la Polonia ha già trovato il successore di Jaruzelski.”

Sobre o PZRP, mesmo após a aceitação em praticamente abandonar o poder, em agosto de 1989, o tom da comunicação pública do partido italiano é sempre depreciativo, referindo-se aos comunistas como “falchi” que contestam Walesa. A exceção será talvez o texto de Gerardo Chiaromonte, “Difendo il coraggio di Jaruzelski”<sup>841</sup>, que contraria, logo na sua introdução, toda a retórica utilizada pelo PCI para se referir ao PZRP e às suas figuras históricas: “Il generale-dittatore, il restauratore, l'uomo simbolo dei conservatori del Poup e della società polacca. Ma valgono ancora questi giudizi dati su Jaruzelski? Penso proprio di no. Credo che l'attuale presidente passerà alla storia come un patriota polacco e, al tempo stesso, un rinnovatore delle idee e della pratica del socialismo. È per questo che difendo il coraggio politico del comunista.”

A explicação para este apoio incondicional a Walesa, na comunicação pública do PCI relativa ao caso polaco, poderá ter a ver com o facto de que o partido italiano encontra em Walesa, logo desde o início dos anos 80, um interlocutor no Leste europeu, não lhe reconhecendo um desvio à direita logo em finais de 1990 e em 1991 porventura porque o próprio PCI o realizava também, abrindo-se à social-democracia, excluindo qualquer

---

<sup>840</sup> *L'Unità*, 20/08/1989, p.4

<sup>841</sup> *idem*

referência ao comunismo e seguindo uma via política e ideológica idêntica ao do sindicato Solidariedade.

Em relação ao caso húngaro, talvez mais até do que em relação ao caso polaco, as interpretações que surgem na comunicação pública dos cinco partidos que estudamos é variada e, por vezes contrastante. O PCP tem uma postura marcadamente discreta na sua avaliação das mudanças na Hungria, começando por falar, num primeiro momento, numa reestruturação gradual do MSzMP, justificando-se no facto de acreditar que a sociedade húngara não estava preparada e não queria uma passagem brusca para o capitalismo. Num primeiro momento da sua comunicação pública, o PCP referiu sempre que o que estava em causa era a renovação do socialismo no país, num processo que o MSzMP devia liderar enquanto partido dirigente.

Também o seu posicionamento perante a reavaliação dos acontecimentos de outubro de 1956 foi discreto, não havendo, à semelhança, particularmente, do PCF, do PSUC e do PCI, uma nota partidária que confirmasse que o partido concordava com a reabilitação das personalidades envolvidas e com a revisão sobre o que realmente aconteceu em 1956, nomeadamente a intervenção soviética no país. O PCP foi pouco opinativo quanto à descrição das cerimónias de homenagem às vítimas de 1956, continuando a referir, contudo, que, embora tenha havido um claro reposicionamento por parte do governo húngaro, era inegável a presença de forças desestabilizadoras e “desqualificadas” no seio das manifestações de 1956.

Igualmente breve e factual é a interpretação dos comunistas portugueses sobre o desaparecimento do MSzMP. A principal interpretação é a de que o MSZP não era o herdeiro legítimo do antigo partido comunista, considerando-o um partido do centro, focado na passagem do sistema político e económico húngaro para um sistema capitalista. Sensivelmente a partir de outubro de 1990, a comunicação pública do PCP sobre o caso húngaro deixa de conter menções à revitalização do socialismo no país, não mencionando sequer a existência de uma facção à esquerda do novo partido.

A questão do novo quadro político húngaro, constituído por diversos partidos, é analisada de forma um pouco mais extensa pelo PCP, que, num primeiro momento, fala do Fórum Democrático, partido que viria a ganhar as eleições parlamentares de 1990, como um partido democrata cristão, apoiado por representantes estrangeiros e situado no centro do

espectro político. Mais tarde, nova comunicação do PCP referia o vencedor das eleições como representante da direita e condutor de um jogo de bastidores políticos já na própria campanha eleitoral, que levaria à formação do novo governo húngaro.

O tom geral da comunicação pública do PCP sobre o caso húngaro é de uma enorme contenção. Contrasta com o seu posicionamento descritivo e interpretativo sobre o caso polaco na medida em que não há uma clara tomada de posição perante o rumo dos acontecimentos: o PCP não apoia nenhum dos partidos que concorre ao ato eleitoral, não reconhece o MSZP como herdeiro do MSzMP mas, mais importante do que tudo isto, não publica, nas páginas do *Avante!*, uma autocrítica ao seu próprio posicionamento perante as manifestações de outubro de 1956.

A comunicação pública do PCE sobre o caso húngaro contrasta fortemente com a do PCP e aproxima-se à dos outros partidos analisados. Ao contrário dos comunistas portugueses, os espanhóis fazem uma grande revisão interna sobre o seu posicionamento face a 1956, reconhecendo que não estiveram “do lado certo” e apoiando o governo húngaro na reabilitação da figura de Nály. O PCE demonstra, ao contrário do PCP, uma total confiança no governo de Pozsgay, congratulando-se pela chegada do multipartidarismo à Hungria e falando de justiça perante as personalidades de 1956. Na comunicação do PCE, a intervenção dos exércitos do Pacto de Varsóvia é sempre descrita como “invasão” e intromissão de forças estrangeiras num assunto interno da Hungria.

O posicionamento dos comunistas espanhóis, no que se refere ao caso húngaro, é, na nossa opinião, o mais interessante destes cinco partidos estudados. O PCE aproveita os desenvolvimentos na Hungria para fazer uma própria revisão da sua história, comparando-se ao rumo que os comunistas húngaros estavam a seguir, no final dos anos oitenta. Esta comparação centra-se no facto de os comunistas espanhóis se reverem numa transição que também eles próprios, segundo a sua comunicação pública, teriam feito: a passagem definitiva à defesa do socialismo democrático.

Para o PCE, esta noção de continuidade histórica revela-se no facto de as reformas na Hungria não surgirem, assim o refletem, apenas em 1989: ainda antes, desde Kádár, os comunistas húngaros vinham preparando o caminho das reformas e, como tal, o que sucede

na Hungria em 1989 e 1990 seria uma continuidade histórica lógica de opções que vinham já sendo tomadas anos antes.

Ainda em relação a 1956, o PCE descreve exaustivamente as cerimónias de homenagem às vítimas, utilizando o momento como prova de que o MSzMP e os comunistas húngaros estavam dispostos a mudar e que o processo de democratização da Hungria e a renovação do socialismo não iria parar. Isso mesmo fica patente no apoio do PCE à nova formação política, o MSZP. Os comunistas espanhóis fazem uma extensa cobertura do último congresso do MSzMP e dizem-se dispostos a trabalhar e a apoiar a nova formação política decorrente dessa reunião. Opõem-se à dissidência, que apelidam de conservadora, e publicam uma nota do Comité Central do PCE onde reafirmam que o partido espanhol desde havia muito tempo que defendia o socialismo democrático e as liberdades e que condenava os governos autoritários do Leste europeu.

O tom de continuidade histórica continua patente no relato da enviada do *Mundo Obrero* à Hungria por ocasião da campanha eleitoral de março e abril de 1990. O PCE fala de eleições que decorrem em “normalidade”, num clima em que os socialistas estão descredibilizados pelos erros do passado, mas aos quais o povo húngaro reconhece a vontade de levar a cabo reformas graduais para a democratização da sociedade. Ao contrário dos outros partidos em estudo, o PCE é apanhado de surpresa com a vitória do Fórum Democrático, partido que apelida de centro-direita mas sobre o qual não parecia ter compreendido a sua verdadeira dimensão na sociedade húngara. Não obstante, o PCE fala de “eleições exemplares” onde o que falha é apenas o facto de todos os partidos terem uma proposta programática muito parecida, incluindo os socialistas, e que passava por uma aproximação ao Ocidente.

Uma atitude de colaboração e confiança é também a que transparece na comunicação pública do PSUC sobre o processo húngaro. Em quase tudo os catalães concordam com o posicionamento do PCE, nomeadamente na ideia de que o reformismo não surge de forma brusca na sociedade húngara mas sim como um processo contínuo que procura uma total mudança.

Porém, ao contrário do PCE, o PSUC apoia uma integração total da Hungria no Ocidente e reconhece que as mudanças no sentido da democratização da sociedade húngara se deviam a fatores económicos. Os comunistas catalães falam de uma crise económica que originou a

necessidade de mudança e não o contrário. Essa fragilidade económica, reconhecem, tem como origem erros cometidos pelos vários governos comunistas mas também ingerências estrangeiras, quer do Ocidente, quer da URSS, nos assuntos internos húngaros. A pressão social, e aqui o *Treball* cita uma fonte estrangeira, motivada por uma degradação na qualidade de vida, teria sido acolhida pelos dirigentes comunistas como uma demanda por uma mudança radical na sociedade húngara e estado na base da opção pelo caminho das reformas democratizantes.

Em relação ao novo partido, o PSUC, à semelhança do PCE, diz-se disposto também a colaborar e reconhece-o como herdeiro do MSzMP, agora com uma vocação social-democrata muito mais determinante. Os catalães fazem também a sua autocrítica em relação ao posicionamento do partido perante os acontecimentos de 1956 e referem, como vimos, um dado interpretativo curioso, que é o facto de que, embora os comunistas húngaros tenham reconhecido a necessidade de uma revisão histórica face a 1956 e tenham iniciado o processo de reformas primeiro do que qualquer outro país da Europa de Leste, este poderia não ter chegado a tempo. O facto viria a confirmar-se com o fraco resultado eleitoral do novo partido socialista húngaro nas eleições de 1990.

A tónica da comunicação pública do PCF em relação ao processo de transformação na Hungria é bastante diferente dos partidos que vimos até agora. O partido francês dá uma importância essencial, nas páginas de *L'Humanité*, a todos os processos que reabilitaram as figuras participantes dos acontecimentos de outubro de 1956, aproveitando, também, para levar a cabo uma extensa revisão do posicionamento do próprio PCF. O partido utiliza sempre termos como “tragédia” ou “vítimas” para se referir à repressão e traz a público uma nota do Comité Central do PCF sobre o revisionismo histórico que deveria ser levado a cabo em relação a 1956 e, numa visão mais lata, sobre o que é, já desde antes, o comunismo e a construção de uma sociedade socialista para o partido francês.

As cerimónias fúnebres de Nály são descritas pelo enviado especial do PCF de forma muito extensa, aproveitando para trazer novas perspectivas sobre vários assuntos importantes. Entre eles, o PCF é o primeiro a notar a radicalização nacionalista da juventude em torno de uma nova formação política, o Fidezs, cujo representante no funeral de Nály associa o

comunismo unicamente ao totalitarismo e afirma a incapacidade de a democracia conviver com o comunismo.

Nessa mesma ocasião, o PCF faz uma crítica cerrada ao percurso do comunismo húngaro até 1988 mas explica, através de diversos textos, que o MSzMP está empenhado no processo de democratização do país. Não obstante, o entusiasmo com o novo partido, por parte do PCF, é pouco. O partido francês é o único, entre os que estudamos, que acusa o MSZP de procurar uma falsa unanimidade interna e iniciar um percurso político já com traços de autoritarismo, ao não respeitar a opinião de uma fatia importante dos seus militantes.

A visão do PCF é de que se trata de uma estratégia por parte de Pozsgay: sem os comunistas mais conservadores, esperaria perder o lastro dos quarenta anos de governação comunista na Hungria e partir, assim, de forma mais consensual, para uma futura disputa pelo poder. A atitude é vista pelo enviado especial do PCF como oportunista.

Este fraco entusiasmo do PCF pelo MSZP manifesta-se também durante o período eleitoral de março e abril de 1990, quando o partido francês refere que os socialistas húngaros não são bem vistos devido aos erros do passado e, também, aos erros cometidos pelo governo de Pozsgay que instaurara medidas fortes de austeridade. Novamente, o PCF alerta para a radicalização do nacionalismo na Hungria e para a quase proibição do uso da palavra “socialismo”, que é utilizada apenas pelo partido à esquerda do MSZP, a quem os comunistas franceses dedicam um grande espaço de análise, parecendo identificar-se mais com esses do que com os socialistas.

Sobre a campanha eleitoral, surge também uma nova interpretação, relativamente ao anticomunismo: o PCF dá o exemplo de ex-comunistas que, participando então das listas de partidos da direita, são fortemente críticos do comunismo, dando a ideia, novamente de um grande oportunismo político por parte de algumas figuras anteriormente ligadas ao MSzMP. A interpretação do PCF é a de que ganhou a direita na Hungria e que a transformação da sociedade húngara seria radical e não gradual, como o partido cria que seria aconselhável.

A abordagem do PCI aos acontecimentos na Hungria em 1989 e 1990 difere de todos os partidos analisados previamente. Os comunistas italianos, também eles em fase de profunda reformulação ao nível da sua identidade, preferem falar da abertura proporcionada pelo MSzMP às reformas como tendo partido de Gorbachov e não dos comunistas húngaros.



Aproveitam para reforçar o apoio à *perestroika* e à imagem da saída das tropas soviéticas da Hungria, amplamente documentada nas páginas de *L'Unità*. A abertura da fronteira austro-húngara merece também uma extensa cobertura por parte do jornal, extrapolando o acontecimento para o fim da Guerra Fria, da “Cortina de Ferro”, do “Este”, o fim da divisão do continente, e sublinhando o desejo do povo húngaro em sair do país.

Novamente, em poucos momentos na comunicação pública do PCI sobre o caso húngaro, e à semelhança do que aconteceu já no caso polaco, diríamos estar na presença de um órgão de comunicação de um partido comunista. O tipo de linguagem, de informação ou os ângulos de abordagem, quando não são idênticos aos da imprensa generalista, tendem a relacionar-se muito mais com uma publicação partidária de um partido social-democrata. O que, de facto, o PCI já praticamente o era no final de 1990.

A figura de Imre Nagy é elogiada quase até à exaustão, tido como chefe da primeira grande revolução democrática no bloco do Leste europeu. O posicionamento do PCI, em 1956, já revisto nos anos 70, não é novamente tido em conta, nas páginas do jornal, em 1989. Para o partido, esse reposicionamento e essa autocrítica estavam já feitas, até porque, entre os partidos que estudamos, o PCI foi aquele que o fez mais cedo e, mesmo na altura dos acontecimentos, aquele onde a dissidência interna ao apoio da intervenção soviética em Budapeste se fez sentir mais forte, levando, como vimos, inclusivé, à formação de uma corrente de dissidência interna com um peso bastante expressivo no partido.

Occhetto aproveita de forma exemplar, no que se refere à oportunidade política, as cerimónias de homenagem a Nagy. Desloca-se a Budapeste, é recebido pelo governo húngaro, tece elogios a esta tomada de posição revisionista e aproveita para referir que aquela era a prova de que o socialismo e o comunismo se podiam reformar e reconhecer os erros do passado. Em plena campanha eleitoral em Itália, o secretário-geral do PCI ofusca o seu homólogo do PSI, no palco das comemorações, num franco aproveitamento público de um palco internacional onde demonstrava o apoio à democratização do Leste, às políticas de Gorbatchov e afirmava a moderação e o processo de transformação em curso no seu partido.

Sem surpreender, o PCI congratula-se pelo fim do MSzMP, afirmando-o como um momento decisivo para a Hungria e declarando que não poderia haver uma transição para a democracia com o MSzMP no poder. Occhetto e a direção do partido criticam a dissidência

conservadora no interior do MSzMP, chegando a insinuar que pretendiam a continuidade de políticas estalinistas do passado e que eram contrários às reformas. Tal como no PCI, o processo de transformação do MSzMP é também apelidado de “svolta” e de democratização do partido.

No período eleitoral, porém, o PCI aproxima-se mais do Fórum Democrático, que considera ser um partido de centro, vitorioso, num ato eleitoral que colocou definitivamente, assim o entendeu o partido, o MSzMP fora do jogo político húngaro e enterrou o comunismo no país. Para o PCI, no entanto, nem tudo foi positivo na campanha eleitoral de 1990 – em particular, e à semelhança de outros partidos que estudámos, o crescimento do nacionalismo e a instabilidade governativa preocupavam os comunistas italianos, que falavam, à altura da passagem da Hungria para uma “democracia emocional” sujeita a frágeis entendimentos entre forças políticas ainda muito jovens.

Ao contrário dos outros casos até agora analisados, a mudança na Checoslováquia parece reunir mais consenso do que discórdia na comunicação pública dos partidos comunistas ocidentais que analisamos. Na base deste consenso, porventura, a ideia de que já não havia margem, em novembro e dezembro de 1989, para recusar a visão de uma transformação séria em curso na Europa. Essa transformação era, no entanto, ainda entendida como uma renovação do socialismo, em particular no caso checoslovaco, onde os protagonistas da mudança eram figuras que outrora haviam pertencido ao Partido Comunista.

É essencial compreender, para a análise do posicionamento destes cinco partidos, a sua interpretação perante as manifestações de novembro e dezembro de 1989 na Checoslováquia e a visão sobre a “Primavera de Praga” de 1968 e os seus ecos no ano de 1989.

Todos os partidos analisados colocam-se inegavelmente ao lado dos manifestantes da Praça Venceslau, compreendendo as suas exigências e reconhecendo a necessidade de renovação do socialismo na Checoslováquia aos mais diversos níveis, mas sobretudo no sentido de uma modificação da organização política do país. O que difere, entre os cinco, é a forma como interpretam a atitude do KSČ nos vários momentos dessa transformação.

O PCP atribui desde o início uma posição dialogante entre o governo e os manifestantes. O partido português é inclusivé aquele que assume haver um maior número de manifestantes nas ruas checoslovacas mas o que menos valoriza a carga policial de 17 de novembro de 1989.

O PCP nunca refere os feridos resultantes da intervenção das forças de segurança mas classifica-a, contudo, como uma “repressão” contra manifestantes com exigências legítimas. Uma visão diferente, perante a atuação da polícia, têm sobretudo o PCF e o PCI. Estes últimos falam em “atos brutais”, dão como certo um estudante morto, publicam artigos indignados, carregados de uma imagética forte contra o ato policial, que relacionam com o governo comunista, herdeiro do estalinismo. A este propósito, Achille Occhetto falava, inclusivé, de um “ato odioso” contra o povo, num protesto pacífico e legal.

Em relação ao KSČ, todos os partidos reconhecem a necessidade de uma mudança urgente, uma renovação de fundo, que corte definitivamente com o passado. O PCP sugere que essa transformação estava já em curso, desde o Verão de 1989, e que o KSČ estava progressivamente a cumprir as “exigências legítimas” dos manifestantes. Neste sentido, é acompanhado pelo PCE nesta análise. O partido espanhol admite que as iniciativas de mudança do sistema partem igualmente dos manifestantes e do governo, que estava disposto a dialogar. O PCE encara as manifestações como um renascimento da esperança numa renovação do socialismo checoslovaco, demonstrando, tal como os outros partidos, o seu total apoio aos manifestantes e às suas reivindicações, especialmente no que se refere à realização de eleições livres.

O olhar do PCE, que considera Adamec um precursor das reformas, não é tão pessimista, no que se refere ao KSČ, como o do PCF e do PCI. Os comunistas franceses acusam o governo vigente de não ser socialista, de tomar medidas contrárias ao socialismo, numa extensa cobertura do caso checoslovaco no qual são os únicos a transcrever as palavras de apoio de Gorbatchov aos manifestantes, mas também os que analisam de forma mais intensiva as mudanças que ocorrem no interior do KSČ. O PCI associa ao KSČ a ideia de intransigência e ausência de diálogo, contrastando com a opinião do PCP e do PCE sobre o assunto. Os italianos fazem uma crítica cerrada ao aparelho de Estado checoslovaco, exaltando os manifestantes e os seus representantes, em textos carregados de metáforas e de dicotomias que colocam sempre os protestos do lado do “certo” e o governo do lado do “errado”, através de exemplos e de comparações históricas que remetem para um ideário mais amplo.

De uma forma geral, o PCP e o PCE têm uma atitude mais contida, tanto no que se refere à exaltação das manifestações e dos seus protagonistas, quanto à crítica ao KSČ. Reconhecem

indubitavelmente nos primeiros aspirações legítimas, dando-lhes apoio mas elogiando também a postura do KSČ, que progressivamente vai saindo do imobilismo e reconhecendo a necessidade de responder prontamente às aspirações dos manifestantes, revendo o passado e pedindo desculpa pelos erros cometidos.

Todos os partidos, mas especialmente os ibéricos, admitem a existência de dois KSČ: um “estalinista”, conservador, e um outro, atento às necessidades de mudança e às exigências da população checoslovaca que se manifestava nas ruas do país ao longo de novembro e dezembro de 1989, e que estava disposto a ceder o poder, como viria a fazer no final desses dois meses.

A visão do PCF e do PCI é mais abrangente. O PCF inclui a “Revolução de Veludo” num espaço lato inserido nas mudanças em curso na Europa, reconhecendo-lhe uma dimensão histórica pela rapidez, pelo dinamismo e pela cadência com que se desenrola, perante o olhar surpreso de todo o mundo. No entanto, os comunistas franceses expressam por diversas vezes o seu receio e a sua incerteza face ao rumo dos acontecimentos, precisamente pelo facto de que não ter existido, da parte do KSČ, uma mudança radical que permitisse afirmar com certeza, pelo menos para o PCF, que a democratização da Checoslováquia seria levada a sério, de forma consistente. Quanto ao PCI, observa a “Revolução de Veludo” como uma explosão genuína da população, diferente das outras ex-repúblicas populares porque não estaria a ser orientado por nenhuma organização sindical ou partidária e por reabilitar a figura dos dois grandes mentores da “Primavera de Praga”: Havel e Dubcek.

A “Primavera de Praga” é um tema central na comunicação política destes partidos em referência ao caso checoslovaco. No entanto, o único que tem uma atitude francamente comedida é o PCP. Os comunistas portugueses, cujo apoio à intervenção do Pacto de Varsóvia em 1968 em Praga, embora ainda discutida, está documentada em notas oficiais da cúpula partidária, falou da necessidade de rever o passado mas prefere transcrever o comunicado dos cinco países do Leste europeu que apoiaram a intervenção na Checoslováquia, em 1968, e que vieram a público para a criticar, em 1989. Da parte do PCP, não existe uma autocrítica mas a promessa de que a reflexão seria feita de forma séria. O posicionamento do PCP, no início da “Revolução de Veludo” e em relação à “Primavera de Praga”, é idêntico ao da própria URSS: os posicionamentos deveriam ser revistos tendo em conta o contexto histórico do final dos

anos 60. O PCP admite, porém, que no contexto do final dos 80, a intervenção militar e as suas consequências deveriam ser questionadas e o partido iria realizar uma reflexão sobre o assunto.

PCE, PSUC, PCF e PCI não têm o mesmo tipo de abordagem da “Primavera de Praga” porque, no caso destes partidos, não é necessário qualquer revisionismo ou autocrítica. Todos comparam o contexto de 1989 a 1968, embora o PCI aponte uma grande e importante diferença. Ao contrário de 1968, em 1989, e à exceção da Roménia, todo o mundo do “socialismo real” se tinha desmoronado e a Checoslováquia não era mais uma “ilha” reformadora num espaço, a Europa centro-oriental, onde a mudança não estava a ser pensada. É também o PCI que classifica como hipócrita o facto de o Ocidente se preocupar de forma tão intensa com a intervenção soviética em Praga, em 1968, e esquecer a guerra norte-americana no Vietname, conflito com repercussões infinitamente mais trágicas. Embora criticando ambas as situações, o PCI referia que deveria também ser realizada uma revisão sobre o posicionamento dos governos ocidentais perante outras ingerências, que não mereceram o mesmo repúdio que mereceu a repressão à “Primavera de Praga”.

Não obstante, o PCI é o partido que mais exalta Havel e Dubcek, em textos que quase deificam os dois protagonistas, aplaudindo o facto de Dubcek não regressar ao KSČ e defendendo a ideia de uma recompensa histórica aos reformistas de 1968. Também o PCF exalta a figura de Havel, responsabilizando-o pela transformação da Checoslováquia e do socialismo. Similarmente, no PSUC, todo o processo checoslovaco é analisado em torno na figura de Vaclav Havel e Alexander Dubcek. Os catalães falam de 1968 como a *perestroika* checoslovaca, inspiradora da soviética.

O PSUC é o único partido a referir a questão dos nacionalismos checo e eslovaco, numa entrevista em que um jornalista do *Treball* pergunta a Dubcek sobre como iria reagir perante uma demonstração de intenção de independência da Eslováquia. Dubcek não responde ao PSUC, dando a ideia, em 1990, de que esse seria um assunto que não estava ainda em cima da mesa.

Embora PCE, PSUC, PCI e PCF tenham criticado a intervenção do Pacto de Varsóvia em 1968, todos reconhecem que sentiram, na altura, a necessidade de não se afastar radicalmente da URSS, não querendo deixar transparecer uma heterodoxia que os demarcasse

definitivamente do movimento comunista internacional. Entre os partidos estudados, aquele com um posicionamento mais radical em relação a esta questão é claramente o PCI, que refere que, à semelhança de 1968, quando o partido rompeu definitivamente com a ideia de um modelo único para a construção do socialismo e aprofundou as teses do eurocomunismo, também em 1989 o PCI se afirmava capaz de estar numa posição de destaque para levar a cabo uma mudança na esquerda europeia. Uma mudança em que o PCI dizia querer incluir também os antigos partidos comunistas do centro e Leste da Europa e que visava uma unificação em torno da construção de uma esquerda democrática e socialista, alheia ao comunismo. Para o PCI, de resto, o comunismo estava, já em 1990, “velho” e “falido.”

Assim, a grande particularidade do caso checoslovaco tem a ver com a rapidez com que se desenvolveram os acontecimentos que deram lugar à deposição do governo comunista. Essa transição acabou por contar com a participação de um KSČ que, embora não tivesse passado por uma social-democratização, à semelhança do PZRP polaco ou do MSzMP húngaro, foi responsável por uma passagem de testemunho pacífica e consensual, protagonizada por dirigentes que reconheciam a inevitabilidade de reformar a sociedade checoslovaca.

No que se refere aos partidos ocidentais em estudo, as únicas divergências, em termos de comunicação política, concentram-se na reticência do PCP em assumir a autocrítica perante o apoio à intervenção soviética em 1968 e às visões diferentes dos partidos acerca do KSČ e da “Revolução de Veludo”. No que se refere às exigências da população, todos os partidos analisados se colocam ao lado dos protestos, compreendendo que a Europa, em novembro e dezembro de 1989, passava por uma fase de incontestável mudança. À exceção do PCI, no entanto, todos os outros partidos continuam a assumir, na sua comunicação pública, que o que estava em curso era uma renovação do socialismo e é com grande consternação que recebem da Checoslováquia as notícias sobre a ilegalização do KSČ e as atitudes anticomunistas do Parlamento democraticamente eleito.

A RDA é o país, depois da URSS, sobre o qual, no período em questão, mais textos falam na imprensa partidária das formações políticas que estudamos. Esta importância dada à Alemanha de Leste vem justificada, em todos os jornais analisados: o PCP refere o relevo do contexto daquele país enquanto o melhor exemplo dos feitos alcançados pelo socialismo; o PCE aproveita para realçar o papel fundamental da RDA enquanto espaço intermédio entre os

dois blocos militares; o PSUC faz uma reflexão sobre toda a esquerda europeia e, na sua opinião, a necessidade de união e de ultrapassar velhas diferenças, partindo precisamente do processo alemão e da modificação do SED; o PCF realiza uma importante revisão histórica mencionando a RDA como o centro da luta comunista pela liberdade e insistindo na dimensão geoestratégica da Alemanha; e o PCI, nas páginas de *L'Unità*, utiliza a RDA para vaticinar, de uma vez por todas, a morte do “socialismo real” bem como a Alemanha unida como exemplo de possibilidade de união real entre os vários países da Europa. Um dos editoriais do PCI refere mesmo que a Prússia estaria novamente no centro da Europa, sendo crucial para a manutenção do seu equilíbrio.

Mas se todos concordam que a RDA ocupa, pela sua localização geográfica, pela sua história, um dos casos mais relevantes em termos da definição de forças no continente mas também entre os dois blocos militares, os posicionamentos dos partidos estudados face a este processo de mudança variam bastante. Veremos que, de entre todos os casos estudados, o da RDA é aquele em que a leitura política é mais díspar entre os partidos que analisamos.

Um assunto que começa cedo a ser debatido por quase todos os partidos, perante a vaga de emigrantes que partiam da RDA para a RFA, é a questão da união das Alemanhas, numa altura em que poucas vozes se ouviam ainda a respeito do tema. O PCP começa logo em agosto de 1990 por afirmar que os rumores em torno da reunificação alemã partiam de uma ingerência por parte da RFA nos assuntos internos da RDA e de uma campanha ideológica que visava denegrir o país. O primeiro nunca aceitou o segundo enquanto Estado soberano e, como tal, segundo a visão do PCP, a ideia da reunificação, que passa a ser descrita como “anexação” pelo partido português ainda em 1989, nunca saíra realmente da lista de intenções da RFA. Neste aspeto, o PCP opõe-se firmemente à ideia da perda de soberania por parte da RDA, afirmando que este deveria continuar a ser um Estado e que qualquer tendência no sentido de união entre os dois países seria sempre marcada pelo abandono do socialismo e pela opção pelo capitalismo.

Já o PCE aborda mais tarde a questão da unidade alemã e sob uma perspetiva diferente da do PCP. O partido espanhol elencava, à semelhança do PCF e do PCI, uma série de opiniões de altos dirigentes internacionais que eram desfavoráveis à reunificação das Alemanhas, não deixando clara a sua opinião quanto ao assunto, apenas referindo que o tema deveria ser

tratado com “cautela e precaução.” O PCE, no entanto, traz uma questão essencial que nenhum dos outros partidos analisados mencionara e que é a da desconfiança existente por parte da RFA em relação aos alemães do Leste, sugerindo que aquela se sentiria de certa forma ameaçada com uma possível reunificação, ao não saber como lidar com uma possível vaga de trabalhadores qualificados, denotando a possibilidade do aparecimento de discriminação em relação aos possíveis migrantes da RDA num cenário pós-reunificação.

O PSUC dimensiona a discussão sobre a reunificação alemã para um sentido mais lato, relacionando-a com a divisão da própria Europa. Sem se mostrar nunca, durante o período analisado, contra a ideia da união entre as Alemanhas, contrastando aqui com o PCP e o PCF e aproximando-se claramente do posicionamento do PCI, o PSUC refere, no entanto, que a reunificação alemã, ou a abertura da “cortina de ferro”, vinham terminar com uma divisão existente na Europa mas não terminavam com outras, como por exemplo a clara divisão entre a Europa do Norte e a Europa do Sul. Uma divisão que, segundo o PSUC, não é política mas sim económica e que promoveria igualmente desigualdades sobre as quais a Europa precisava de refletir.

Quanto ao PCF, este é, à semelhança do PCP, um dos primeiros partidos a abordar a questão da reunificação alemã, também em agosto de 1989, para demonstrar as suas grandes reticências quanto à possibilidade de este processo vir a acontecer. De facto, o PCF procurava mostrar exaustivamente as consequências negativas de uma grande Alemanha no contexto europeu, sobretudo económicas mas também ao nível das relações internacionais entre os dois blocos militares. O receio do PCF em relação à reunificação da Alemanha é mencionado pelo PCI. O partido italiano cita Marchais e ironiza com o facto de a união entre a RDA e a RFA poder significar o reavivar de novos e velhos fantasmas para os franceses, incluindo aqui, não apenas os comunistas, mas também os principais dirigentes do país.

O PCI é, de facto, de entre os partidos analisados, aquele que assumia claramente a sua posição favorável à reunificação alemã, desde que realizada, como refere Occhetto, dentro do quadro da integração europeia. O secretário-geral do PCI dizia que o assunto não era tabu para os comunistas italianos, que o encarava favoravelmente e que, inclusivé, acreditava que a Itália deveria, em termos políticos, articular as visões dos vários agentes políticos do país e ter uma visão comum sobre a hipótese da reunificação alemã. O PCI e Occhetto são os



primeiros a assumir a questão como premente no quadro europeu, enquanto os outros partidos remetera a discussão para um tempo futuro, não a considerando urgente. O PCI não só a considerava premente como apoiava a fusão das Alemanhas, durante o período analisado, desde que tendo em conta o equilíbrio europeu. O partido referiu, inclusivé, que uma Alemanha forte poderia representar um contrapeso importante às duas potências mundiais, desde que se pautasse pela defesa dos interesses da Europa e não tivesse uma atitude bélica. A proposta de Willy Brandt de um Estado alemão confederado, ganha adeptos no PCI e é apontada como a via ideal para a solução da questão da divisão entre as Alemanhas.

Um dos assuntos mais importantes, e extensamente debatido na comunicação pública destes cinco partidos, é o da emigração de cidadãos da RDA para a RFA. O PCP encara o fluxo de emigrantes como sendo resultado de ingerências da RFA. Embora o partido português reconhecesse problemas no sistema político da RDA, não os especificou publicamente, até novembro de 1989. Referindo-se aos cidadãos sempre como “emigrantes” e raramente empregando a palavra “refugiados”, o PCP falava de uma guerra ideológica que tinha como objetivo atrair quadros altamente especializados para a RFA a um custo barato. Esta visão não era exclusiva do PCP. Também o PSUC falava da transferência de mão-de-obra barata para a RFA como solução para os problemas deste país em termos de trabalho especializado. O PSUC refere, aliás, que a RFA solucionara o problema de mão-de-obra não especializada com a imigração turca e que em 1989 procurava quadros tecnicamente formados, encontrando na RDA vários milhares de jovens com formação universitária de qualidade.

O partido catalão não vai tão longe quanto o PCP, que fala de campanha ideológica e ingerência, mas é de alguma forma consensual, em todos os partidos analisados, à exceção do PCI, que a emigração de cidadãos qualificados da RDA interessava à RFA. O PCF, por exemplo, junta-se ao posicionamento do PCP e fala várias vezes de como a RFA pretendia denegrir a RDA a fim de convencer os seus cidadãos a emigrar. O partido dá nota de que a extensa maioria das casas de Berlim Leste tinha acesso a canais de televisão do lado ocidental, onde a campanha para a atração de cidadãos qualificados era feita diariamente.

O PCI, destoando aqui também dos outros partidos, chama aos emigrantes da RDA “fugitivos”, “refugiados”, chegando a referir que, da parte da RDA, a autorização de saída do país seria um gesto de clemência. O processo de emigração é retratado diariamente em *L'Unità*

como uma fuga, através de cenários catastróficos onde se recorria a imagens como a de famílias que eram obrigadas a separar-se ou cidadãos acampados à porta de Embaixadas. Num primeiro momento, a comunicação pública do PCI retrata a RFA como benevolente para com os refugiados, autorizando a sua entrada no país e acolhendo-os na sua sociedade.

É apenas mais tarde que o PCI admite que o problema da emigração é das duas Alemanhas, deixando implícito que a RFA trataria os alemães de Leste como “alemães de segunda” e esclarecendo que a divisão nunca teria sido bem aceite por nenhuma das partes.

Em determinado momento, coincidente com o início das manifestações em Leipzig, todos os partidos parecem concordar que os emigrantes fugiam de um regime autoritário, ainda que este tivesse várias nuances entre os cinco partidos analisados. Enquanto o PCP continua apenas a falar de “problemas estruturais” do sistema político da RDA, sem ainda os mencionar, preferindo contrapor os números relativos à emigração legal da RDA, que proporcionalmente, afirma, é até superior à da RFA, o PSUC fala numa “histeria coletiva” em torno da emigração na RDA e da ideia de que os cidadãos não fogem do socialismo mas sim do autoritarismo de um sistema político imutável.

É, no entanto, o PCF quem debate mais abertamente esta questão, relativa às motivações que levam os habitantes da RDA a abandonar o seu país. O partido explica que, perante a inflexibilidade do governo da RDA em aceitar a mudança, a sua recusa em enveredar pela *perestroika*, aquilo que estava a acontecer na RDA era uma fuga com motivações democráticas. Aqui, o PCI está também de acordo, falando de uma fuga de um sistema político que não demonstrava vontade de qualquer tipo de mudança no sentido de uma maior democratização. O “sufocante” regime político da RDA descrito por PCF e PCI teria levado à fuga massiva de cidadãos, em busca de liberdade, o que representando também a irreversibilidade do processo de desmantelamento do “socialismo real”, ideia também presente na comunicação pública do PSUC, que afirma que o “socialismo real” falhara.

O partido catalão vai mais longe, referindo que, embora fosse um projeto falhado, as sociedades do “socialismo real” registavam entre si diferenças significativas, não devendo ser vistas como um bloco monolítico onde os sistemas políticos e toda a organização da sociedade teriam sido cópias gémeas umas das outras.

O exemplo mais flagrante era o caso da RDA: uma ideia que é referida pelo PSUC mas sobretudo pelo PCI é a de que aquele país não teria existido sem um determinado sistema político, o do “socialismo real”, e que, como tal, o próprio país desapareceria caso seguisse um rumo idêntico ao da Polónia ou da Hungria. O PSUC chega mesmo a afirmar que existiriam dificuldades em encetar reformas na RDA porque aquele tipo de socialismo era a matriz da existência do Estado. O PSUC e o PCI associavam assim a existência do Estado de Leste alemão ao próprio sistema político nele vigente desde o período pós-guerra, contrariando a ideia da possibilidade da existência da RDA sem “socialismo real.” Tal observação não era acompanhada pelo PCP e pelo PCE, que destacavam o facto de a mudança na RDA ser possível, ao mesmo tempo, também, que se manteria a soberania do país.

Mas não é apenas em torno da relação do sistema político com o Estado que a RDA marcava diferenças consideráveis em relação aos outros países do “socialismo real.” Noutra ponto em que todos os partidos estão de acordo, embora surja apenas como uma possibilidade na comunicação pública do PCI, é o facto de, dentro do “socialismo real”, e mesmo num quadro internacional, a RDA ser um país economicamente desenvolvido e que proporcionava aos seus habitantes um nível de vida digno. Quem mais exaltava este facto era o PCP, que elogiava todas as conquistas da RDA desde o período pós-guerra a vários níveis, entre eles o da industrialização, o da modernização das estruturas, o do ensino, o do estado social e, considerado pelo PCP como a mais importante, o da questão da manutenção da paz na Europa, já que, durante toda a sua existência, a RDA teria assegurado sempre um clima de paz na região, ao contrário, na opinião do PCP, da RFA, cujas intenções belicistas não teriam desaparecido nunca. Também o PSUC referia o desenvolvimento económico do país e o PCF a sociedade da RDA como uma das mais bem-sucedidas de toda a Europa. O PCI colocava a questão sobre se a RDA é um país pobre ou não sem a responder, admitindo, no entanto, que entre os países do “socialismo real” a diferença do nível de vida entre os habitantes da RDA e de outros países era notória. Não atribui a esse facto, no entanto, nenhum tipo de legitimação ou elogio ao governo ou ao sistema político do país.

É também neste contexto que os partidos analisam as manifestações que ocorreram, como vimos, em várias cidades alemãs e que haviam juntado centenas de milhares de cidadãos. A comunicação política do PCP é aquela que atribui um significado menos

expressivo, em termos editoriais, a essas manifestações, enquadrando-as sempre no contexto da renovação política e económica da RDA e, por outro lado, não lhes atribuindo um peso significativo nas várias decisões por parte do governo que se seguiram nas semanas posteriores. O PCP encarava essas mudanças, como a saída de Honecker, a nomeação de Krenz, a maior abertura a reformas e mesmo a questão da abertura das fronteiras, como decisões estatais baseadas em reuniões partidárias do SED, não as relacionando diretamente com as manifestações populares. Esta atitude demonstra, da parte do partido português, a percepção de que o SED continuava no centro da vida política da RDA e, no que se refere às manifestações, que haviam sido sempre motivadas pela vontade de modernização do socialismo e pela urgência de reformas radicais, interpretando-as como movimentos de cidadãos organizados com vista à renovação do socialismo no país e nunca como uma vontade de modificação radical do regime político. A comprová-lo, o jornal do PCP apresentava vários testemunhos de habitantes de Berlim que referem precisamente essa conceção das manifestações. O PCP vê em Krenz uma personalidade capaz de liderar a mudança e é nesta altura que o partido publica um dos mais importantes documentos deste período, a “Nota sobre os acontecimentos na RDA”, onde finalmente apontava os problemas que os comunistas portugueses reconhecem no sistema político daquele país. A centralização excessiva, o alheamento do Estado perante as reivindicações dos cidadãos, a burocratização, a repressão das liberdades individuais, entre outras, são formas de governar perante as quais o PCP demonstra a sua clara oposição. O PCP reforça o seu apoio à política da *perestroika*, contrária a todos os desvios do “socialismo real” e enceta novamente uma reflexão sobre o que considera ser o rumo para a construção do socialismo segundo a sua perspectiva: uma sociedade multipartidária, plural, com respeito pelo papel do Estado e pelas liberdades individuais e de expressão.

No âmbito da publicação desta nota, o PCP, através do deputado Carlos Brito, levaria à Assembleia da República uma intervenção onde condenaria com veemência os defeitos do “socialismo real”, que diria serem contrários à perspectiva do PCP sobre o comunismo mas referindo também que a mudança, quer na RDA, quer noutros países da Europa centro-oriental, teria partido do próprio sistema, demonstrando assim a capacidade de o socialismo se renovar e reformar. O PCP esclareceria que todas estas críticas tinham já sido feitas pelo

partido ao longo das décadas anteriores e expressas de forma muito evidente no seu XII Congresso, em dezembro de 1988, onde aprovara o programa do partido, intitulado “Uma Democracia Avançada no Limiar do séc.XXI”. A intervenção do PCP na Assembleia da República terminaria com uma elocução de outros pontos do globo onde os sistemas políticos eram igualmente autoritários e as condições de vida dos habitantes muito mais degradantes do que aquelas vividas nos países do “socialismo real”, mas para os quais, inexplicavelmente, a atenção da imprensa e dos governos ocidentais não estava virada.

Em contraste com esta estratégia do PCP, que publica um documento essencial para a perceção do seu posicionamento perante as modificações na Europa centro-oriental no seguimento do processo de mudança na RDA e que debate essa mesma perceção no Parlamento português, o PCE opta por tratar o caso alemão de forma idêntica à de outros casos de transformações nos países do “socialismo real.”

O PCE reforça a ideia da ausência de socialismo sem liberdade mas não tem uma atitude defensiva ou esclarecedora, remetendo quem fazia a associação entre os comunistas espanhóis e o “socialismo real” para tomadas de posição do partido nos anos sessenta, setenta e início dos anos oitenta e referindo apenas o papel decisivo do PCE na luta pelas liberdades democráticas no contexto da luta contra o franquismo e da Transição Espanhola. Os comunistas espanhóis entendem a abertura das fronteiras da RDA como o verdadeiro início do processo de distensão da Europa. Por outro lado, a comunicação pública do PCE sobre as transformações da RDA não tem a o mesmo tom eufórico que tem, por exemplo, a do PCI. Os comunistas espanhóis relembram que, à altura da queda do Muro de Berlim, este já não era uma “muralha de aço”, na medida em que encaram o acontecimento como um processo lógico e previsível perante as alterações noutros países vizinhos e de acordo com a política da *perestroika*,

Para o PCE, o Muro de Berlim era a última desculpa para os governos anticomunistas falarem do *inimigo* comunista, sendo que o regime da RDA, deposto em 1989, era o último bastião da propaganda ocidental em relação ao “socialismo real” e, como tal, o processo de democratização do país adquiria contornos importantes nas relações entre os dois blocos militares. Na opinião dos comunistas espanhóis, um desses blocos tinha procurado, ao longo da segunda metade do séc.XX, manter a paz no continente e legitimar-se através do progresso

social, enquanto o outro procurava legitimar-se através da teoria do medo do inimigo, sendo o principal responsável pelas tensões vividas no período da Guerra Fria.

A ideia de tensão e distensão é também referida pelo PSUC para afirmar que a tensão reforçava o poder e a distensão gerava conflitos internos, motivo pelo qual, a partir do momento em que os habitantes da RDA se teriam apercebido da mudança nos países vizinhos e na URSS, procuravam também eles modificar o seu próprio Estado. Ao contrário do PCP, também o PSUC não vê necessidade, no âmbito do processo de transformação da RDA, de emitir comunicados oficiais ou ter uma atitude defensiva, não obstante as vozes que associavam os comunistas catalães ao “socialismo real”. Esta distinção, segundo o partido, estava já feita desde 1968, altura em que o PSUC condenou a intervenção militar em Praga e, passado pouco tempo, enveredou definitivamente pelo eurocomunismo.

Segundo o PSUC, a suspensão do autoritarismo não geraria automaticamente um avanço na direção do socialismo democrático, sendo necessário estar atento à questão dos nacionalismos e do capitalismo selvagem. É nas páginas do *Treball*, também, que é feita uma polémica declaração, ao se afirmar que o que faria a diferença entre os vários partidos comunistas europeus não era o seu programa, em muitos pontos idêntico, mas sim a forma de aplicar esse programa e o respeito pela democracia e pela liberdade.

No PCF é o próprio Marchais que se defende, afirmando que os comunistas franceses já reivindicavam ao governo da RDA a abertura das fronteiras, colocando-se definitivamente do lado da mudança e das reformas mas sem fazer uma reflexão sobre o próprio PCF ou sobre a forma como o partido encarava o comunismo. Relativamente às manifestações populares na RDA, o PCF dedica-lhes grande protagonismo, afirmando que os manifestantes tinham o mesmo tipo de reivindicações daqueles que já haviam saído do país. Em termos de estratégia de comunicação, perante a imensa manifestação de Leipzig em novembro de 1989, o PCF reorienta o foco da sua atenção aos emigrantes para o interior da própria RDA, passando a estar as manifestações e as reivindicações internas no centro do seu objeto de debate. O PCF, à semelhança do PCP, afirmava, então, que as manifestações na RDA se faziam em nome da renovação do socialismo e identificava inclusivé uma série de militantes comunistas presentes nos protestos, reforçando a ideia de que os manifestantes não pretendiam a mudança para o capitalismo mas sim a reforma do socialismo. O PCF congratulava-se com os primeiros sinais

de mudança, novamente como o PCP, apoiando Krenz e reconhecendo alterações importantes no país. E talvez por isso mesmo, interrogava-se sobre a razão por que os protestos subiam de tom e continuavam, contradizendo a ideia de que a partir do momento em que o governo demonstrasse vontade de mudança, essas manifestações populares seriam mais moderadas. Era convicção do partido de que o povo da RDA não queria uma “solução à polaca” mas antes a manutenção do socialismo, facto que claramente afastava os seus objetivos do regime da RFA.

Na noite em que o governo da RDA abre as fronteiras, a 9 de novembro de 1989, a reação do jornalista do PCF é idêntica à do enviado do PCI: o tom eufórico, a emoção e a estupefação com que a medida é vista pelos dois partidos contrasta com a visão serena do PCE, que interpretou o facto, como vimos, como uma continuidade dos processos de mudança na Europa centro-oriental.

Os principais dirigentes do PCF insistem, contudo, no facto de que a abertura das fronteiras era há muito pedida pelos comunistas franceses e que o momento que se vivia na RDA era o de uma revolução dentro da revolução, tal como sugerido por Gorbatchov e pela *perestroika*. À semelhança do PCP, também o PCF sublinhava no socialismo a capacidade de se adaptar e renovar, constituindo-se como uma teoria forte de organização do Estado, capaz de resistir e se reformar. Não obstante, o PCF, tal como fizera o PSUC, apelava à necessidade de redobrar a atenção perante ideologias que poderiam reaparecer com uma maior elasticidade do sistema político. Em vários momentos, o PCF refere o neonazismo e o anticomunismo como um perigo a ter em conta no âmbito das transformações em curso na RDA.

O PCI distingue-se dos demais, em termos da sua estratégia de comunicação acerca do processo alemão, em relação aos outros partidos analisados. Os comunistas italianos falavam também da questão da distensão, mas numa posição oposta à do PCE, e mesmo à do PSUC, considerando que era a ausência de reformas que gerava instabilidade interna num país. Por isso mesmo, o PCI pedia continuamente ao governo da RDA uma aceleração nas reformas, rejeitando sistematicamente as propostas realizadas pelo SED, nomeadamente a da substituição de Honecker por Krenz na direção do partido, aconselhando mudanças de facto e não apenas a continuidade das políticas anteriores.

Um facto assinalável é o de vários dirigentes de relevo assinarem editoriais em *L'Unità* sobre o processo na RDA, demonstrando a importância que o PCI lhe atribuiu no quadro de uma reflexão sobre a própria esquerda. Entre os comunistas italianos, nessa altura, viviam-se momentos decisivos quanto ao rumo do próprio PCI, pelo que é natural que, por um lado, surgissem pontos de vista diferentes sobre a mesma questão nas páginas de *L'Unità*, assinados por personalidades igualmente relevantes e, por outro lado, houvesse um certo aproveitamento do processo de mudanças na RDA para promover a reflexão sobre alterações internas no próprio PCI. Occhetto e Napolitano congratulam-se publicamente quando o SED finalmente cede e as reformas ganham maior robustez na RDA. Ao contrário dos outros partidos, o PCI não fala de uma pretensão, por parte dos manifestantes, da renovação do socialismo e muito menos do sistema político do país. Pelo contrário, alguns autores são até da opinião de que, para a execução de reformas radicais na RDA seria imprescindível a introdução de várias medidas de carácter liberal. E, numa interpretação totalmente contrária à do PCP, o PCI dá a ideia de um sistema político altamente enfraquecido e confuso, na RDA, onde as decisões eram tomadas de acordo com a intensa contribuição da população em protesto. Para o PCI, não era apenas Honecker que tinha culpa pelo estado da RDA mas todo o sistema político, todos os dirigentes do SED que, ao longo dos anos, haviam permitido a manutenção de uma organização política repressiva e autoritária. A busca de um “Gorbatchov alemão” não terminaria com Krenz, para o PCI, mas sim com Modrow, a quem os comunistas italianos reconheceram a capacidade de reformar todo um sistema político, indo ao encontro das aspirações das gerações mais jovens que protestavam continuamente nas ruas das principais cidades alemãs.

No caso italiano, a aproximação do PCI à social-democracia é já muito evidente na reacção publicada aos acontecimentos na RDA. Para além de assumir o facto de que os manifestantes de Leipzig e de outras cidades procuravam a reforma de todo o sistema político, admitindo a necessidade da adoção de medidas liberais, há, na noite da abertura das fronteiras entre Berlim ocidental e oriental, uma afirmação nas páginas de *L'Unità* que repete as palavras de Kennedy quando em 1963 visitou a cidade: “Eu sou um berlinês!” A expressão escolhida no momento da constatação da abertura do Muro não veio de nenhum dos mentores do socialismo, de nenhum político italiano comunista ou figura associada à esquerda



revolucionária. Não obstante a fama daquela frase e a sua óbvia associação à fronteira então aberta, haveria decerto, entre os escritos dos inúmeros pensadores do socialismo, alguma mais indicada para estar expressa no principal órgão de informação de um partido comunista.

Por outro lado, à medida que os acontecimentos se sucedem, o PCI vai procurando adaptar a sua estratégia de comunicação à medida que a própria mudança se dá no interior do partido. São inúmeras as páginas de *L'Unità* onde notícias sobre a euforia vivida na RDA convivem com declarações de Occhetto sobre a necessidade de mudança no PCI e em determinados momentos os termos passam a ser idênticos para o secretário-geral do PCI se referir às reformas no seu partido e no sistema político da RDA. Não que, de alguma forma, em termos organizacionais ou estruturais, Occhetto admitisse alguma parecença entre o PCI e o SED. Mas as ideias de mudança, de renovação, de reforma, repetida até à exaustão na comunicação pública do PCI sobre o caso alemão dá o mote a variados textos onde essas mesmas ideias são aplicadas ao PCI. Como se houvesse uma estratégia clara de promover a discussão sobre a mudança, aproveitando para isso os momentos vividos na RDA.

A RDA ocupa, como vimos, uma extensa parte da comunicação pública dos partidos analisados. Pelo contrário, em relação à Bulgária, e à exceção do PCF, onde o caso búlgaro é exaustivamente abordado nas páginas de *L'Humanité*, todos os outros partidos comunistas ocidentais analisados refletem a mesma tendência da historiografia sobre os acontecimentos históricos de 1989/1991, ao não dar um relevo significativo à alteração do sistema político e económico na Bulgária ao longo dos anos de 1989 e 1990. No caso dos partidos ibéricos, essa omissão de reflexão em torno do caso búlgaro é ainda mais flagrante, dando a ideia que quer o PCP, quer o PCE só se interessavam verdadeiramente pelas modificações levadas a cabo na Bulgária quando o BSP, o partido que surge da renovação do antigo partido comunista, ganha as eleições parlamentares de junho de 1990 com maioria absoluta e daí decorrem ações, levadas a cabo pela oposição perdedora, que ambos os partidos associam ao anticomunismo e ao ressurgimento do nacionalismo e da extrema-direita no país.

Todos os partidos analisados concordam, no entanto, em que o processo de mudança na Bulgária ocorre de forma diferente do resto das antigas repúblicas populares, chamando-lhe, inclusivé, “anormal” ou “peculiar”, e que tem a ver com o facto de a mudança partir de dentro do próprio partido, de ter sido o próprio BKP a tomar a iniciativa da mudança, inspirado nas

mudanças de sistema ocorridas noutros países do chamado socialismo real e não provir de movimentações populares com peso e persistência consideráveis para alterar a ordem estabelecida. Noutro ponto em que os partidos concordam é no facto de não existirem, quando se dão as principais mudanças no BKP, organizações políticas ou sindicais suficientemente organizadas para representar uma verdadeira oposição, deixando esse papel a organizações pequenas, algumas de âmbito ecológico, formadas por intelectuais búlgaros, que mais tarde assumem a forma de partidos políticos, num período posterior, quando o próprio sistema político estava já alterado pelo BKP.

Outro ponto comum para onde toda a comunicação pública do caso búlgaro nos partidos comunistas ocidentais analisados aponta é para o facto de as mudanças ocorridas dentro do BKP, que passaram inclusivé pela mudança do nome e que ocorreram ao longo de sete meses, terem sido suficientes para a população olhar para o partido de forma diferente e assumir que se tratava de uma organização política distinta daquela que governou a Bulgária durante 45 anos.

O PCP e o PCE interpretam também as particularidades do caso búlgaro no facto de o país ter uma demografia distinta da dos outros países do socialismo real, em particular pelas questões étnicas, não tão expressivas nos outros países que analisamos. Esta questão tem particular relevância, para estes partidos, no resultado eleitoral de junho de 1990, uma vez que a oposição ao BSP tinha um discurso nacionalista que hostilizava a minoria turca, representante de mais de 10% do eleitorado. Nem o PCF, nem o PCI, colocam de forma tão expressiva a tónica da sua comunicação na questão do mapa étnico búlgaro, nem na questão da opressão da minoria turca que, nas eleições de junho de 1990, se fez representar por um partido próprio, tendo sido decisiva na derrota do principal partido da oposição ao BSP. Não obstante, quer o PCP, quer o PCE, numa fase inicial de todo o processo, assumem a existência de uma “propaganda turca” com vista a descredibilizar o BKP. O posicionamento dos dois partidos, então, não é de uma aproximação total às reivindicações da minoria turca na Bulgária, embora critiquem a atitude do BKP perante essa mesma minoria, mas antes de sublinhar a importância do seu papel na derrota da oposição ao BSP.

No PCP, o caso búlgaro serve ainda para refletir sobre o socialismo real de uma forma mais abrangente. Em entrevista, Álvaro Cunhal assume claramente terem existido “erros” e

“desvios” que haviam provocado a “ineficácia” das soluções encontradas pelos governantes dos países do socialismo real, entre os quais destaca a Bulgária, o que lhe dá novamente espaço para expressar com veemência a necessidade de cada país encontrar o seu próprio rumo para o socialismo e a impossibilidade do estabelecimento de modelos únicos. Também o PCE compara o caso búlgaro com outros países do socialismo real, para referir que a mudança no BKP se inspirou nos erros cometidos pelos outros partidos de governo na Europa central e de Leste e daí partir para uma mudança levada a cabo a partir de dentro, num momento onde, como referimos, não existia ainda uma oposição devidamente organizada no país.

Ao contrário do que parece ser consensual entre os historiadores que analisámos, o PCF e o PCI consideraram ser surpreendente a forma como Jivkov foi afastado do poder pelo próprio BKP. No entanto, existem grandes diferenças, entre os dois partidos, na forma como se referem ao político que governou a Bulgária durante 35 anos. No caso francês, não existe uma crítica expressa a Jivkov. O PCF fala de um líder reformista, que procurou, desde 1987, reformar o sistema político e económico búlgaro, afastando-se de Moscovo para iniciar uma *perestroika* com contornos nacionais, que passou pela aproximação ao Ocidente e pelos primeiros passos rumo à economia de mercado. O PCI, pelo seu lado, fala de um “rei” que “reinou” na Bulgária de forma autoritária e não conseguiu preparar o país para a mudança. O partido italiano questiona-se, inclusivé, se em 1989 a Bulgária estaria preparada para iniciar um processo de mudança idêntico ao dos outros países do centro e Leste europeu. O PCI reconhece a capacidade de Jivkov de se adaptar aos diferentes líderes soviéticos mas assume que o fez com um “punho de ferro” disfarçado com “luvas de veludo.” Ambos os partidos concordam, no entanto, na sua desconfiança em relação a Mladenov, que substituiu Jivkov em dezembro de 1989, pela falta de popularidade junto dos cidadãos búlgaros. O PCF fala de um líder demasiado permeável às exigências dos manifestantes, com um perfil demasiado populista.

Um ponto em que o PCF e o PCI não estão de acordo é na dimensão e na importância das manifestações de dezembro e janeiro na Bulgária. O PCF atribuía-lhes uma dimensão mais pequena do que a atribuída pelo PCI e fala, em relação a janeiro de 1990, de manifestações com um carácter xenófobo, já que não se destinavam exclusivamente a propor uma mudança política mas se mostravam organizadas, também, em torno de grupos anti-islâmicos e

reticentes quanto ao desmantelamento do processo de “bulgarização” da etnia turca. Já o PCI exagera claramente a dimensão das manifestações, extrapolando os seus números e os seus efeitos na sociedade, dando a ideia de que estas são sempre manifestações espontâneas, pedindo mais liberdade e mais democracia e mostrando-se muito críticas também a Mladenov, facto que o PCF não reconhece nas várias manifestações. O partido francês, por seu lado, fala em manifestações confusas, onde vários *slogans* são apresentados e onde não existe uma crítica expressa ao novo secretário-geral do BKP.

Onde todos os partidos analisados concordam é no facto de os resultados eleitorais de junho de 1990 na Bulgária terem sido uma surpresa. A vitória com maioria absoluta do BSP é vista, sobretudo pelo PCP e pelo PCE, como a vitória da ideia de um consenso político, que a oposição búlgara, contudo, recusa. O partido comunista espanhol, à semelhança também do francês, aponta fragilidades ao maior partido da oposição, formado por 16 organizações diferentes, subsidiadas pelo Ocidente e que começavam, ainda durante a campanha eleitoral, a demonstrar cisões e diferenças graves entre si.

O PCF atribui o resultado eleitoral ao facto de ter sido o BSP, então BKP, a iniciar as reformas na Bulgária, que se encontrariam já numa fase avançada à data das eleições. O partido francês transmite a ideia de uma escolha entre duas formações políticas parecidas, que só discordariam no ritmo a aplicar às reformas, entre um ritmo mais lento e gradual proposto pelos socialistas e uma “terapia de choque” proposta pela oposição, que assustou os eleitores. Já o PCI fala de medo e de esperança na campanha eleitoral. Medo dessa tal “terapia de choque” a aplicar caso a oposição ganhasse e esperança, também atribuída à oposição, de que a sua vitória representasse realmente uma mudança no país. O PCI é, de entre todos os partidos analisados, aquele que menos acreditava numa vitória eleitoral do BSP, embora as sondagens assim o demonstrassem. O partido italiano é também o que mais espaço dá à campanha eleitoral, com textos refletindo a violência com que esta se desenvolvia na Bulgária, com confrontos diretos entre apoiantes dos vários partidos, facto que contrasta com a visão do PCF, de uma campanha organizada em torno de ideias e de duas propostas diferentes para a Bulgária: uma de mudanças mais faseadas, outra mais agressiva.

O tema do anticomunismo é também importante na análise destes partidos sobre o caso búlgaro e as reações ao resultado eleitoral de junho de 1990. O PCP dá mais espaço, no

*Avante!*, à discussão sobre as reações violentas da oposição perdedora do que deu, por exemplo, às mudanças internas no BKP. O partido português descreve manifestações incendiárias e a tentativa de aparente bloqueio a qualquer decisão que partisse do BSP, partido vencedor das eleições. O PCE tem uma interpretação interessante para a reação violenta da oposição à derrota: atribui a culpa da exaltação e da recusa em aceitar os resultados, baseada em denúncias infundadas sobre uma possível fraude eleitoral, à herança do estalinismo. Tal interpretação parecia contraditória, visto que o partido “herdeiro” dos anos de governação autoritária na Bulgária era o BSP e não a UFD. Mas García Raya, jornalista do *Mundo Obrero*, falava contudo de um carácter autoritário demasiadamente enraizado nos dirigentes búlgaros, refreado no caso do BSP mas presente numa oposição nacionalista, que não aceitou calmamente a derrota eleitoral e se recusava a assumir qualquer compromisso de governo onde os ex-comunistas estivessem presentes.

O PCF fala mesmo de um “desrespeito” às eleições democráticas por parte da UFD, a quem também reconhece um perfil nacionalista muito vincado e de quem é muito crítico. Jean Paul Piérot pergunta-se, inclusivé, se os resultados eleitorais de junho de 1990 na Bulgária não iriam desencadear uma radicalização ainda mais evidente da oposição, rumo à extrema-direita, ao invés de terem o efeito que, na sua opinião, seria o mais benéfico para o país, e que era o de possibilitarem um maior dinamismo ao BSP e uma política de entendimento político na Bulgária.

De uma forma geral, e à exceção do PCF, todos os outros partidos analisados consideram, tendo em conta os desenvolvimentos noutros países do “socialismo real”, a mudança na Bulgária como um assunto com menos relevo do que a mudança na RDA ou na Polónia, por exemplo. O facto de se tratar de uma evolução tardia e inspirada pela mudança noutros países pode estar na base desta falta de atenção sobre o caso búlgaro que, no entanto, contém em si peculiaridades muito interessantes, como vimos, como o facto de partir inteiramente de dentro do próprio partido no poder, partido esse que, após a sua reforma interna, é o único, dentro dos outros partidos ex-comunistas da Europa centro-oriental, a alcançar a vitória nas primeiras eleições democráticas realizadas no país, conseguindo assegurar a maioria absoluta dos votos.

A comunicação pública dos cinco partidos comunistas ocidentais em análise acerca do processo de mudança de regime na Roménia, que compreendeu as manifestações populares, a deposição, julgamento e execução de Nicolae Ceausescu e a instalação de um governo provisório liderado por Ion Iliescu e a sua Frente de Salvação Nacional, é porventura das mais consensuais, entre os casos analisados. Consensual na medida em que todos os partidos admitem, com algumas *nuances* de linguagem e estilo, que o governo de Ceausescu na Roménia há muito se afastara dos ideais que deveriam pautar a conduta de um governo socialista, aproximando-se de forma muito mais evidente do nacionalismo. Entre outras (des)qualificações para o regime de Ceausescu, o PCP fala de uma “tirania totalitária”, o PCE de “autoritarismo de uma família”, o PSUC de “ditador nepotista”, o PCF de “ditadura feudalista” e o PCI de “tragicomédia estalinista e grotesca.” Todos os partidos analisados concordam, e a maioria deles reflete esta opinião logo aquando do XIV Congresso do PCR em setembro de 1989, que o sistema romeno revela erros, desvios, problemas estruturais cuja solução passaria necessariamente pelo afastamento do ditador e pela instalação de um governo que, inspirado na *Perestroika*, procurasse um “socialismo de rosto humano.”

No caso do PCP, esta crítica a Ceausescu, em setembro de 1989, ainda não é tão evidente nem tão contundente como viria a ser meses mais tarde. Nessa altura, ao contrário do PCF (os únicos dois partidos, entre os analisados, a enviarem uma delegação ao XIV Congresso do PCR). O outro partido, o PCF assume desde logo uma atitude muito mais crítica, falando de um PCR alheio a qualquer mudança e à própria realidade, encenando uma caricatura burocrática na reunião que reelege Ceausescu como secretário-geral do PCR e justificando a presença da sua delegação no XIV Congresso como forma de fazer ouvir a sua voz em relação às profundas e graves divergências entre o partido francês e o romeno.

Um ponto que ressalta na comunicação do caso romeno, em todos os partidos analisados, é a quantidade de notas oficiais emitidas sobre a questão pelos seus órgãos dirigentes. O PCP fá-lo para reforçar a sua crítica à repressão das manifestações em Timisoara, condenando os métodos autoritários contrários ao socialismo, o PCE manifesta-se a partir do seu órgão dirigente para demarcar-se de qualquer relacionamento com Ceausescu e a sua visão do socialismo e o PSUC evidencia a questão da construção de uma nova esquerda, fator, de resto, transversal a toda a comunicação do partido catalão. O PCF, por seu lado, é o partido

que mais comunicados oficiais publica nas páginas do seu jornal, criticando a repressão, exaltando as divergências com o PCR, justificando a sua presença no XIV congresso como agente crítico do regime. O PCI, embora com menos momentos de transcrições oficiais nas páginas de *L'Unità*, fá-lo transcrevendo as palavras de Occhetto, que reafirma o líder romeno como totalmente estranho aos valores do socialismo e, mais tarde, se congratula com a sua rápida deposição, segundo ele, possível graças à política de *perestroika* iniciada por Gorbatchov em 1985.

A caracterização do regime de Ceausescu na Roménia e da repressão das manifestações de dezembro de 1989 no país é exaustivamente explorada pelos partidos em análise, especialmente nos casos francês e italiano. O PCF compara a repressão de Timisoara a Tiananmen, ideia também presente na comunicação pública do PCI. Mas os franceses vão mais longe, comparando mesmo Timisoara a Guernica e a *Securitate* às SS alemãs. Todos os outros partidos fazem, contudo, o contraste entre a situação na Roménia e a invasão norte-americana do Panamá: o PCP afirma que o empolamento do número de mortes e da real situação na Roménia serviu como “ilusão de ótica” patrocinada pela imprensa generalista para retirar a atenção do Panamá. Ideia que o PCE também procura passar, criticando a forma como a situação na Roménia teria servido como “manobra de diversão” da opinião pública. Já o PSUC alerta para o facto de que a não condenação, por parte dos governos ocidentais, da invasão norte-americana no Panamá, poderia abrir portas a uma normalização desse tipo de atos e, por exemplo, adotando a ideia a que se opõe, a uma atitude idêntica em relação à Roménia, seja por parte da URSS ou dos EUA, mas contando sempre com a passividade do Ocidente.

Uma ideia que fica clara, no entanto, é que todos os partidos analisados se deixam levar pelos relatos da imprensa generalista acerca da repressão que o governo romeno exerceu sobre os manifestantes. Alguns mais prudentes, como o PCE ou o PCF, falam no início de um número indeterminado de mortos, outros mais exacerbados, como o PCP e o PCI, falam logo em milhares de vítimas apenas o PCP e o PCE realizam *a posteriori* uma reflexão acerca do verdadeiro peso do acontecimento, uma vez conhecidos os dados reais. O PCP fá-lo com mais veemência. Nunca deixando de dar o seu apoio aos manifestantes nem de criticar o governo de Ceausescu, questionando-se quanto ao que realmente se teria passado em Timisoara e Arad,

reavaliando o número de mortos e especulando sobre a possibilidade de ter havido inflacionamento do número de vítimas por parte da imprensa internacional. O PCP chega inclusive a questionar a necessidade de ajuda humanitária à Roménia, afirmando que esta foi publicitada de forma exaustiva por outros partidos políticos internacionais, incluindo os comunistas mas que, citando observações de um jornalista em Bucareste, não teria sido nunca solicitada pelo povo romeno.

Uma atitude diametralmente oposta em relação aos outros quatro partidos analisados. O PCE e o PCI falam da urgência da salvaguarda dos direitos humanos na Roménia e na ajuda necessária para que o povo romeno saísse da situação de miséria. O PCF é, sem dúvida, o partido mais ativo nesta questão da ajuda humanitária aos romenos, organizando petições, recolhas de alimentos e outros bens, publicitando a sua solidariedade em diversos momentos e evidenciando de forma constante a situação de degradação não apenas das condições de vida dos habitantes, que afirma terem sofrido atrocidades para além do imaginável nas mãos de Ceausescu, mas também de todo o aparelho industrial e agrícola do país.

Onde os partidos discordam é na forma como essa ajuda deveria chegar à Roménia. PSUC e particularmente o PCF são contrários, durante os dias da revolta popular, à ideia de qualquer intervenção armada por parte de forças estrangeiras. E, posteriormente, o PCF insiste que não era necessária nenhuma ingerência na atuação do governo provisório mas antes um forte investimento na ajuda humanitária ao país. Já o PCI é favorável a uma intervenção internacional mais efetiva, propondo inclusive a ideia de o governo italiano servir de mediador entre a comunidade internacional e o governo provisório romeno liderado pela Frente de Salvação Nacional. A importância dada pelo partido italiano à atuação internacional na Roménia é evidenciada ao longo de toda a sua comunicação pública, já que o PCI acreditava que os romenos, por si só, não teriam a força suficiente para depor o governo de Ceausescu. Occhetto chega a falar de uma união dos países aliados, mediada pelos italianos, para negociar a recomposição e recuperação da sociedade romena.

Entre as reações internacionais, a da URSS é sobretudo valorizada pelo PCP, que se congratula com o apoio soviético aos manifestantes e organiza grande parte do seu discurso de acordo com as interpretações soviéticas sobre o que passava na Roménia. Não obstante, aquando da crítica ao empolamento da realidade dos números das manifestações ou no que se



refere à ajuda humanitária, o PCP não se abstém de manter posicionamentos diferentes daqueles de Gorbatchov. O secretário-geral do PCUS é também uma personalidade importante na comunicação pública do PCI sobre o caso romeno, que lhe elogia a prudência na reação aos acontecimentos. Em relação à URSS, o texto de Adriano Guerra em *L'Unità* assume claramente que a mudança na Roménia só foi possível pela política da *perestroika* de Gorbatchov. Não só pelo que proporcionou em termos de abertura e no que foi contrária à ingerência estrangeira, mas sobretudo no que representou em termos da retirada de poder à autoridade de Ceausescu. Segundo o autor, o governo romeno, ultranacionalista, via a sua legitimidade ser reforçada que no exterior, quer no próprio país utilizando técnicas típicas de ditaduras isolacionistas, ao mostrar-se irreduzível perante várias decisões da URSS a nível internacional, quase sempre relacionadas precisamente com a intervenção em Estados soberanos, como no caso da Checoslováquia em 1968 e do Afeganistão em 1979. Uma vez que a URSS de Gorbatchov e da *perestroika* perdera definitivamente, segundo Guerra, qualquer resquício da doutrina de Brezhnev, deixara de ser, aos olhos dos romenos, uma ameaça, para representar o bastião da renovação do socialismo. Esta alteração de forças prejudicou em muito a legitimidade de Ceausescu perante o seu próprio povo.

A ideia de um regime nacionalista é, de facto, apontada várias vezes na caracterização do governo de Ceausescu. O “nacional comunismo” do socialismo real ganhara, na Roménia, e segundo, por exemplo, o PCF, os seus contornos mais radicais, apelidados sobretudo pelo PCP e PCF de totalitários, sendo a ideia de uma nação fechada sobre si própria, uma ditadura organizada em torno de um clã que controlava a população através do medo, da repressão, vivendo de forma faustosa enquanto a sociedade civil definha, transparece na comunicação pública de todos os partidos analisados, ao ponto de o PCI considerar a Roménia uma “anomalia” dentro do próprio mundo socialista europeu. Uma “anomalia” onde a figura do ditador se confunde com a de todo o aparelho de Estado, do governo, à polícia política, ao exército, às instituições, e que, por isso mesmo, só poderia ser corrigida depondo esse mesmo ditador.

A surpresa, ou a ausência dela, perante a transformação na Roménia é outro dos pontos onde os partidos analisados não estão de acordo. O PCP omite a sua reação mas transparece na própria comunicação do partido uma certa surpresa perante, sobretudo, a forma como a

revolução decorreu. Por outro lado, o partido português mostra-se surpreso, sim, com a proporção dos erros e desvios cometidos por Ceausescu, sempre ocultados aquando de reuniões internacionais e visitas mútuas. Já o PCE considerara antes que seria uma questão de tempo até a Roménia seguir o caminho das outras repúblicas populares da Europa centro-oriental. O partido espanhol reconhecia que os contornos da mudança na Roménia deveriam ser diferentes daqueles de outros países vizinhos mas não deixa transparecer um sentimento de surpresa quando os acontecimentos se desenrolam. Ao contrário do PSUC. O partido catalão, à semelhança do italiano, considerava a Roménia ainda muito subjugada pela tirania de Ceausescu e foi com surpresa que os comunistas catalães viram a forma como rapidamente se desenvolveram os acontecimentos na Roménia.

À semelhança do PCE, também o PCF considerava as reformas na Roménia como iminentes e di-lo logo após a sua presença no XIV Congresso do PCR. Reformas que não partiriam do “imóvel” governo de Ceausescu mas seriam antes exigidas pela sociedade civil, que tinha dado provas de alguma capacidade de reação, nomeadamente em Brasov, em 1987. Também o PCI falava de uma situação expectável temendo, no entanto, que o desenrolar dos acontecimentos se desse de forma muito mais brutal e repressiva do que nos outros países do centro e Leste europeus.

Um ponto central em toda a comunicação pública do caso romeno é o das ligações dos partidos comunistas que estudamos ao PCR. O PCP, embora tenha estado presente no XIV Congresso do PCR, em setembro de 1989, não sente a mesma necessidade de se defender das críticas que o PCF, o partido mais visado internacionalmente pelas suas relações com Ceausescu. Este é um ponto essencial de toda a comunicação do partido francês. Utilizando exemplos de políticos franceses, de direita e socialistas, que mantiveram relações, fizeram visitas à Roménia e receberam o governante em França, o PCF procura exaustivamente demarcar-se de qualquer associação entre os comunistas franceses e o regime de Ceausescu. Seja pelo facto de não reconhecer um único aspeto positivo na governação do clã Ceausescu, mesmo durante os anos 60 e 70 (altura em que, como outros partidos, entre os quais o PCP e o PCI comentam, a Roménia era uma das mais promissoras economias do socialismo real), seja justificando-se pela sua presença na última reunião do PCR com o facto de a sua presença significar uma atitude crítica, seja apontando o dedo a vários políticos franceses que

mantiveram relações com o governo romeno, a atitude do PCF é altamente defensiva face a este assunto. Este posicionamento de aversão radical a Ceausescu fá-lo ser o único a exhibir no seu principal órgão de informação as imagens do cadáver do ditador, justificando a legitimidade do seu julgamento e da sua execução e lançar acusações, baseadas em declarações diretas, de que não seriam os comunistas franceses mas sim os políticos de direita e os socialistas que conheceriam o estado deplorável das condições de vida dos romenos e que, mesmo assim, continuariam a manter com Ceausescu relações diplomáticas e de amizade.

A necessidade de defesa perante as acusações, na sociedade francesa, de que algum modo o PCF compactuava com o regime romeno, ocupa uma extensa quantidade de páginas de *L'Humanité* e ganha eco em Itália, onde o PCI fala da polémica em França, precisamente causada pelas acusações de que o PCF manteria ligações estreitas com o PCR. O facto de este assunto ter uma relevância fundamental na comunicação pública do PCF a respeito do caso romeno é revelador, sobretudo, de como um ciclo de acontecimentos internacionais afetou de forma muito notória a imagem de um partido e da instrumentalização desses mesmos acontecimentos para assuntos de política interna de um país.

Em relação ao governo provisório, os posicionamentos são também distintos, entre os partidos analisados. O PCP e o PSUC mostram-se prudentes mas confiantes na liderança de Ion Iliescu, com o partido catalão a referir que Iliescu poderia representar a mudança necessária para a construção de uma nova esquerda na Roménia. Já o PCE admite que o novo governo romeno, ainda que provisório, é muito frágil e hesitante em questões essenciais, como a proibição ou não do PCR ou a abolição da pena de morte. Pelo contrário, o PCF demonstra total confiança em Iliescu e na esperança da renovação do socialismo na Roménia. Este é uma expressão que o PCI nunca utiliza para caracterizar o novo governo romeno ou todo o processo de transformação. E é uma omissão que não pode passar despercebida. Embora passando o próprio PCI por um processo de mudança, este não reconhece (ou pelo menos não o exprime de forma contundente na sua comunicação pública) o governo provisório romeno como capaz de levar a cabo essa transformação do socialismo que o PCI via necessária, mostrando, entre os partidos analisados, a atitude mais prudente em relação a Iliescu e ao facto de o chamarem de “Gorbatchov romeno.” O PCI é também o único partido a publicar um editorial abertamente crítico com a forma como se realizara o julgamento e execução do ditador romeno,

justificando-os com o facto de a Roménia viver subjugada a uma ditadura e necessitar de tempo para se adaptar aos procedimentos de uma democracia plena.

A reação pública dos partidos em análise ao caso romeno, embora com algumas diferenças entre si, que ficaram bem explícitas com esta análise final, é sobretudo concordante no que respeita à caracterização do governo de Ceausescu. Também por se tratar do último país da Europa socialista, à exceção da Jugoslávia, a realizar uma mudança de regime, os partidos comunistas que analisamos, mesmo aqueles que são apanhados de surpresa pelos desenvolvimentos na Roménia, estão já conscientes de que, ao iniciar-se o processo de mudança, este seria irreversível. Por um lado, as características do regime de Ceausescu, opressivas, nacionalistas e totalmente contrárias ao que o socialismo preconiza, facilitaram o trabalho de comunicação dos partidos políticos que estudamos, que terminam o ano de 1989 com uma crítica aberta a um país do antigo socialismo real, muitas vezes mais incisiva e utilizando esquemas comparativos (com a Guerra Civil Espanhola, com a II Guerra Mundial, com o feudalismo, etc.) mais radicais do que os próprios órgãos de comunicação generalista e não hesitando, todos eles, em caracterizar Ceausescu como um ditador totalitário, um rei (expressão transversal a quase todos os partidos) totalmente afastado dos valores humanistas do socialismo.

As reações dos partidos comunistas estudados ao golpe de Estado na URSS, em agosto de 1991, constituem um dos pontos mais interessantes desta análise, por permitirem retirar conclusões muito sólidas quanto à forma como esses próprios se encontravam integrados nas respetivas sociedades e, também, a relevância que os próprios atribuem ao contexto em que inserem na interpretação desses acontecimentos. Por outro lado, através da análise de conteúdo efetuada percebemos a dimensão da importância de uma tomada de posição destes partidos perante o golpe de Estado e o desaparecimento do PCUS, exigida por vários quadrantes das sociedades do Sul da Europa aqui estudadas de uma forma, em quase todos os casos, bastante incisiva.

Para a análise comparativa deste caso convém separar os partidos analisados em dois grupos: aqueles que mantinham estrutura e designação em agosto de 1991 (PCP, PCE, PSUC e PCF) e o caso italiano, onde o PCI já não existe em agosto de 1991 tendo sido dissolvido no

seu XX Congresso, em fevereiro de 1991, transitando a maioria dos seus quadros para um novo partido.

Todos os partidos do primeiro grupo demonstram uma profunda preocupação com os desenvolvimentos na URSS em agosto de 1991. Fazem-no, no entanto, de formas diferentes e através de ângulos de abordagem distintos. Deste grupo, o PCP e o PCF destacam-se como sendo aqueles que se considerou terem uma reação menos imediatista, menos categórica e mais prudente perante o desenrolar dos acontecimentos. O PCP classifica o golpe de Estado como uma alteração imprevisível, logo na madrugada de 19 de agosto, optando por uma estratégia em que ficaria a aguardar o desenvolvimento dos acontecimentos na URSS para tomar um posicionamento mais objetivo. O PCF mostra-se, numa nota também publicada nessa madrugada, inquieto e classifica como inaceitável a deposição de Gorbatchov.

Particularmente no caso português, as reações públicas ao posicionamento do PCP partiram de várias figuras políticas, entre elas o secretário-geral do PS, que exigiu aos comunistas a tomada de uma posição firme contra o golpe de Estado na URSS, chegando a conceder ao PCP quarenta e oito horas para que o fizesse.

O PCP explicou que a leitura enviesada das palavras da sua nota política se inseriam numa campanha difamatória, numa “histeria anticomunista”, numa “perseguição” com vista a enfraquecer o partido num período próximo à realização de eleições legislativas em Portugal. O PCP acusou, assim, os críticos ao seu posicionamento de lerem apenas um dos parágrafos da sua nota política, esquecendo os demais, onde o PCP, logo no dia 19 de agosto, se mostrava firme na defesa dos objetivos da *perestroika*, voltando a posicionar-se próximo a Gorbatchov, pedindo a Moscovo o seu regresso e com isso o regresso da legalidade constitucional à URSS.

Neste ponto, o PCF é até mais crítico da *perestroika* do que o PCP, afirmando que esta política não conseguiu ultrapassar os obstáculos herdados em 1985, motivadores da situação de crise em que se encontrava a URSS. Por parte do PCP, se há alguma precaução na análise imediata do golpe, não há na defesa firme da *perestroika* e da convicção de que aquela era a única forma de a URSS encetar o caminho rumo às reformas democráticas. Os comunistas portugueses reconhecem que a *perestroika* ainda não teria cumprido todos os seus objetivos e, como tal, o seu restabelecimento seria a atitude ideal a seguir. O PCP não fala do período pré-1985 como sendo uma herança responsável pela situação de crise que atravessava a URSS,

como fez o PCF, mas traz antes o debate, logo na sua primeira nota política sobre os acontecimentos, para os meses antecedentes a agosto de 1991 e aquilo que chama “escalada antidemocrática”, na qual insere os vários movimentos nacionalistas e a figura de Ieltsin como agitador, procurando uma solução para a URSS que não passasse pela *perestroika* de Gorbatchov.

O material público do PCP sobre o golpe de Estado de 1991 na URSS não é, no entanto, num primeiro momento, suficientemente claro a definir se, na opinião do partido, uma solução que passasse pelo sucesso do golpe seria melhor do que uma solução que passasse pela demissão de Ieltsin e pelo encaminhamento da sociedade soviética para o capitalismo. E aqui se fixa o principal erro na estratégia de comunicação pública do PCP sobre o golpe de Estado de 1991 na URSS. Embora sendo clara a posição prudente do partido (chega, inclusivé, a dizer que esperaria por Gorbatchov para tomar uma posição oficial), embora estando explícita naquela nota a defesa incondicional de Gorbatchov e das políticas da *perestroika*, o PCP hesita em classificar o “Bando dos Oito” como a pior solução perante as que se lhe apresentavam para o futuro da URSS. A precaução do PCP na análise dos acontecimentos é de tal ordem que inverte a sua própria intenção para transparecer a ideia de que o PCP simplesmente aguardava de forma passiva o desenrolar dos acontecimentos, na expectativa de saber se de facto o golpe seria vitorioso, e o PCP ficaria do lado dos golpistas, ou Gorbatchov regressaria e o PCP prosseguiria o seu apoio à *perestroika* ou, e neste ponto é onde o partido tem uma posição mais firme, Ieltsin e a direita nacionalista sairiam vencedores do clima de desentendimento, situação condenada pelo PCP.

No entanto, esta não seria, de todo, a intenção do partido no seu primeiro comunicado, esclarecendo-o posteriormente e atribuindo aquilo que o PCP descrevia como sendo uma leitura simplista desse comunicado a uma tentativa de condicionar o seu posicionamento e denegrir a imagem do PCP numa altura próxima à realização de eleições legislativas. O PCP classificaria como “ridículo”, “despropositado”, “sem fundamento” quem associou a declaração do partido a respeito dos acontecimentos na URSS a uma defesa dos golpistas, enquadrando essa visão na realidade nacional e no clima de pré-campanha eleitoral que o país vivia e acusando a comunicação social e vários agentes políticos de realizarem uma manipulação das palavras do partido, mostrando-se por isso fortemente indignado.

O esquema comunicativo do PCP é claro: a defesa incondicional da *perestroika* e do regresso à normalidade constitucional na URSS associada ao receio perante as investidas da direita nacionalista na URSS. Esta revelar-se-ia, inclusivé, uma reação ponderada e o futuro viria a demonstrar que os receios do PCP estavam certos quanto ao papel de Ieltsin na neutralização de Gorbatchov. Porém, acreditamos que, entre a defesa de Gorbatchov e a crítica a Ieltsin, a estratégia de comunicação do PCP perdeu o foco central da matéria em análise, que era a tomada de posse do poder pela força por um grupo de membros do PCUS, dando azo a que esse relativo vazio interpretativo suscitasse a manipulação da sua mensagem para um aproveitamento político da situação. Uma análise histórica sobre o posicionamento do PCP tem em conta o contexto anterior, de firme apoio à *perestroika* e a Gorbatchov, as envolventes estruturais de toda a situação na URSS, como o avanço da direita nacionalista e o constante clima de conflito e crise estrutural, assim como os testemunhos posteriores, quando a posição do PCP é mais firme na condenação dos golpistas. A análise política, que maioritariamente foi feita do comunicado do PCP na madrugada de 19 de agosto, não tem estas preocupações de fundo, aproveitando demasiada precaução, hesitações e vazios de interpretação para seleccionar e manipular a informação. Do ponto de vista histórico, tudo o que diga respeito à especulação política não encontra lugar numa análise séria dos factos.

No caso do PCF acontece praticamente a mesma situação, quase sendo possível supor que os dirigentes de ambos os partidos, PCP e PCF, teriam coordenado os seus discursos naquela madrugada. Porém, não existe qualquer evidência que aponte nesse sentido, a não ser a tal precaução na análise dos acontecimentos. No caso da sociedade francesa, a indignação está no facto de Marchais ter classificado apenas como “inaceitável” a deposição de Gorbatchov. O secretário-geral do partido esclareceria que esse foi um termo discutido e trabalhado com os membros do Comité Central, que tinham perspectivas diferentes sobre a forma como o PCF se deveria dirigir ao público. No caso francês, foram inclusivé conhecidas as vozes dissonantes da opção maioritária do partido, facto que Marchais qualifica como normal num partido onde as divergências de opinião são respeitadas. Em relação a Ieltsin, embora a sua atitude seja vista pelo PCF como tendo na base um certo calculismo político, o partido não deixa de lhe reconhecer um contributo positivo para o término do golpe. À semelhança do PCP, porém, o PCF reconhece que o papel de Ieltsin deveria terminar assim

que restabelecida a ordem constitucional na URSS e que o governo deveria continuar nas mãos de Gorbatchov, legalmente mandatado para o fazer. Também à semelhança do caso português, e, de resto, como vimos alguns autores sugerirem aquando da análise às interpretações sobre este ciclo de acontecimentos, o PCF é firme ao referir que o líder soviético deveria utilizar os mecanismos legais ao seu alcance para repor a normalidade e impedir a escalada populista da direita representada por Ieltsin.

Quer no caso francês, quer no português, a demasiada precaução na condenação do golpe esteve na origem de críticas severas aos dois partidos que culminam quando Gorbatchov regressa ao poder e se demite da direção do PCUS. Tanto em França como em Portugal, os analistas políticos e outros partidos referem que, à semelhança do PCUS, também o PCF e o PCP se deveriam dissolver. Seria de esperar, contudo, que em relação a partidos que foram firmes a condenar o golpe de Estado na URSS o mesmo não acontecesse. Porém, não foi esse o caso.

O PCE e o PSUC criticam duramente o “Bando dos Oito”, na própria madrugada em que são conhecidas as suas intenções. O PSUC refere mesmo que o golpe era esperado e que significaria a inevitável dissolução do PCUS e da URSS, caracterizando-o como tendo sido levado a cabo por um grupo de nostálgicos que tentaram capitalizar com o descontentamento da sociedade soviética perante Gorbatchov e que procuravam travar a democratização do sistema político do país. O PSUC encara Ieltsin como um “democrata” e o Tratado da União, prestes a ser assinado quando se dá o golpe, como a forma ideal de reverter a situação de crise na URSS. Os comunistas catalães, ao contrário dos portugueses e franceses, são bastante mais duros nas suas críticas a Gorbatchov, acusando-o de ter tentado democratizar uma sociedade mantendo um partido único, assemelhando-o ao caso polaco e às tentativas de realizar reformas mantendo o mesmo tipo de organização política. No PSUC, Ieltsin chega mesmo a ser comparado com Walesa e com o Solidariedade e a IC, coligação na qual se incluía o PSUC, é das primeiras formações políticas a condenar veementemente a tentativa de golpe e a apelar à CE que tomasse medidas no sentido de reforçar a convicção europeia de que o governo que os golpistas procuravam instalar não era legítimo. Na opinião dos dirigentes do PSUC, Gorbatchov representava indiscutivelmente a vontade da mudança rumo à democracia, mas fazia-o inserido num sistema que não permitiria a sua concretização. O partido catalão,



apoiando-se nas suas próprias decisões estratégicas, defendia para a URSS um debate intenso sobre as esquerdas e a possibilidade de Gorbatchov e Ieltsin trabalharem juntos numa solução comum.

Também o PCE reage prontamente ao golpe de Estado, condenando-o e promovendo uma análise de fundo sobre as causas e as consequências do fracasso do mesmo, chegando à conclusão de que a única concretização alcançada pelos golpistas teria sido o enfraquecimento definitivo da esquerda na URSS e vendo Ieltsin ocupar o lugar de Gorbatchov enquanto interlocutor da URSS com o Ocidente. O PCE realiza uma longa reflexão sobre a URSS, já no período pós-golpe, publicando uma esquematização das forças políticas do país e atribuindo a Gorbatchov um lugar próximo do centro-direita e a Ielstin o papel de representante da direita nacionalista.

Não obstante a diferente estratégia de comunicação por parte do PCE e do PSUC, marcadamente mais incisiva quanto à condenação do golpe de Estado desde o primeiro minuto, também nas sociedades espanhola e catalã, após a dissolução do PCUS, são muitas as vezes que se ouvem propondo e aconselhando aqueles partidos a dissolverem-se também. Recordemos que ambos estavam já inseridos em coligações latas de esquerda e que a diferença entre ambas, que será fundamental também na análise a essas críticas, é que a IU mantém o ideário comunista, enquanto a IC, em palavras do próprio presidente, procura representar o centro-esquerda na sociedade catalã.

Não obstante os posicionamentos diferentes face ao golpe de Estado, as estratégias de comunicação díspares seguidas por estes quatro partidos e o seu próprio momento individual inseridos nas sociedades onde atuam, todos são alvos de críticas perante a dissolução do PCUS e de sugestões a que também se dissolvam. Na base dessas sugestões, que são todas interpretações da área da análise política, o questionar da democraticidade interna dos partidos, as suas relações com o PCUS e, num âmbito ideológico, o facto de representarem uma doutrina política que, segundo os mais críticos, não se poderia dissociar do autoritarismo.

A reação destes quatro partidos perante essas críticas e perante a ideia de que se deveriam dissolver é idêntica. Sobretudo, todos fazem um recuo histórico para referir a sua ação na luta pela democracia e pelas liberdades nas sociedades em que se inserem. O PCP refere o incansável trabalho dos comunistas portugueses na oposição ao Estado Novo e o seu

papel na defesa da democracia no período pós-revolução de 25 de abril de 1974, demonstrando a sua indignação perante aqueles que tentavam colar o PCP a regimes autoritários. Através de vários comunicados oficiais, o PCP considera insultuosa essa associação e enquadra-a na área do estritamente político e imediatista, sendo completamente desligada da história do partido e do seu programa para a organização da sociedade portuguesa. O PCP refere, neste sentido, que desde cedo, na reorganização do partido em 1941 e muito explícita no VI Congresso, de 1965, defendeu a via portuguesa para o socialismo e considera ofensivas as propostas acerca da sua dissolução numa altura que, segundo o partido, os valores do comunismo seriam mais importantes do que nunca. Também o PCE realiza um recuo histórico para lembrar as lutas dos comunistas espanhóis pela liberdade, no contexto do regime franquista, não reconhecendo legitimidade aos críticos. No caso espanhol, o PCE relembra que alguns dos que levantavam a voz pedindo a dissolução do PCE com base na dissolução do PCUS se abstiveram de lutar pela democracia ao longo de toda a vigência da ditadura em Espanha.

A todas estas críticas o PCE responde com dureza, à semelhança do PCP referindo que o debate da dissolução do PCE na IU deveria ser feito através de uma reflexão ponderada, interna e aguardando com tranquilidade que os ânimos se acalmassem e nunca por sugestões externas ou por uma possível relação entre o PCE e o PCUS. Também na Catalunha vários quadrantes políticos se apressam, após a dissolução do PCUS, a afirmar que a dissolução do PSUC na IC seria inevitável, trazendo igualmente para a discussão concreta da realidade em que se inseria o partido consequências decorrentes de um processo internacional. Também o PSUC realiza o seu recuo histórico, indo mais longe do que o PCP e o PCE para referir que o PSUC nasceu da união entre várias forças de esquerda e que, como tal, o partido tem uma forte tradição de entendimento com outras forças do mesmo quadrante político. De todos os partidos em análise, o PSUC é aquele que menos exclui a questão da cedência de estatutos a uma coligação, facto que viria a acontecer, como vimos. Porém, o secretário-geral do partido não admite que essa reflexão sobre a dissolução do PSUC numa coligação de esquerda plural seja realizada no contexto do fim do comunismo na URSS, expressão que rejeita. Ribó defende que essa discussão deve ter lugar, e demonstrar-se-ia partidário de uma integração completa do PSUC na IC, mas refere que ela já vinha sendo feita desde muito antes dos acontecimentos na Europa centro-oriental e que compreendia uma reflexão sobre os novos

âmbitos da esquerda, onde inclui as preocupações ecológicas, o desarmamento, entre outros. O PSUC pretendia ir mais longe, propondo uma união entre socialistas e comunistas, realizada num âmbito completamente distante dos acontecimentos internacionais e respeitantes unicamente à visão do partido e da IC perante o novo papel da esquerda no mundo.

O PCF é igualmente intransigente perante as críticas ao partido baseadas na dissolução do PCUS na URSS e realiza não tanto um recuo histórico mas uma análise dos fundamentos do próprio partido. Em vários comunicados, o Comité Central frisa a organização do PCF como sendo distinta da do PCUS, assim como os seus objetivos e a proposta para alcançar os objetivos do socialismo. O PCF é o que mais insiste no tema da crítica aos desvios do “socialismo real” como tendo sido já realizada pelo partido. No contexto da associação entre o PCF e o PCUS, o primeiro informa que desde 1976 que os comunistas franceses se opuseram determinantemente à forma de governar nos países da Europa centro-oriental e propunham uma via francesa para o socialismo fazendo, particularmente no seu XVII congresso, em 1988, fortes críticas ao “socialismo real” e à falta de democraticidade na organização interna dos partidos no poder naqueles países. A comunicação pública do PCF em respeito às críticas que o associam ao PCUS é irrelutante na admissão de qualquer semelhança entre ambos, reafirmando o seu distanciamento perante o partido soviético e afirmando a validade do comunismo no sentido como os comunistas franceses o interpretam e do PCF perante os desafios da sociedade francesa. De todos os partidos, o PCF é o único a apelar a uma mobilização nas ruas dos comunistas e “amigos” do PCF de forma a contrariar as interpretações, novamente políticas, que propõem a sua dissolução tendo como base a ideia, errada no seu entender, de que o comunismo acabara com o PCUS.

Mas não é apenas o PCF que admite a longa data do seu distanciamento com o PCUS. Também os outros partidos o fazem, remetendo para textos políticos em que a condenação aos desvios ao socialismo encetados pelos governos do “socialismo real” estão bem explícitas. O PCP fá-lo remetendo para entrevistas de Álvaro Cunhal, algumas delas analisadas no âmbito do nosso estudo, onde em 1987 se mostrara publicamente descontente com o rumo seguido pelos partidos da Europa centro-oriental. No entanto, o PCP afirma que essa oposição às práticas “autoritárias” por parte dos países do “socialismo real” não data de 1987, tendo surgido internamente, no partido, desde o final dos anos 70 e publicamente aquando da tomada

de posse de Gorbatchov e da defesa da política da *perestroika* que propunha, exatamente, corrigir esses desvios praticados pelos governos da Europa centro-oriental. Embora sem nunca ter abraçado concretamente o eurocomunismo, ou sendo, como vimos, retratado como um partido “eurocomunista anómalo”, precisamente por realizar essas críticas apenas no interior do partido, o PCP propôs desde os anos 60 uma via portuguesa para o socialismo, rejeitando a ideia de modelos únicos de conceção das sociedades socialistas. Em agosto e setembro de 1991, o PCP mostrava-se, portanto, claramente indignado perante a ideia de reformar ou dissolver o partido tendo como base um possível carácter autoritário quer da sua organização interna, quer do seu modelo de proposta para uma sociedade socialista em Portugal.

Neste sentido, também o PCE reafirma a sua crítica aos desvios do “socialismo real”, reconhecendo que se distanciou da proposta de um modelo específico para alcançar o socialismo nos anos 70 e que por isso existia uma separação clara entre os comunistas espanhóis e o comunismo soviético, motivadora, inclusive, de cisões no próprio partido, que originaram em Espanha novos partidos comunistas. O PCE considera, portanto, que o comunismo espanhol não termina com a dissolução do PCUS, de cuja estratégia já se tinham desligado há décadas. No caso do PSUC, esta convicção de que o partido catalão se tinha distanciado do “socialismo real” é expressa de forma ainda mais forte perante a sugestão de que o partido se deveria dissolver. Os principais dirigentes do PSUC e da IC falam em “arbitrariedades” na comparação entre os dois partidos, defendendo que o partido catalão se opôs à forma de governo dos países do “socialismo real” muito antes do que os seus congéneres ibéricos e sendo por isso “insensata” qualquer aproximação entre os dois partidos. A ideia de que a crítica aos desvios também já tinha sido feita sobressai nas declarações de Ribó, que compara agosto de 1991 a outubro de 1917 no que diz respeito às conquistas populares no derrube de regimes autoritários. É também na comunicação pública do PSUC que sobressai a ideia de que as interpretações feitas perante a dissolução do PCUS, em referência a outros partidos comunistas, são meramente políticas, não se apoiando em factos históricos e recorrendo à manipulação enquanto estratégia de comunicação, uma vez que os opositores políticos procuram associar o contexto envolvente ao golpe de Estado de agosto de 1991 na URSS e a decorrente demissão de Gorbatchov e dissolução do PCUS não apenas a partidos comunistas “dogmáticos” como a partidos comunistas democráticos. Em linhas

gerais, o secretário-geral do PSUC resume em poucas palavras o que a estratégia política daqueles anos procurou fazer, tendo recebido como resposta, por parte destes quatro partidos, uma análise histórica e ideológica que tornavam obsoletas as associações entre o comunismo ocidental e o “socialismo real.” Na verdade, apenas o PSUC se dissolve na IC, sendo essa, no entanto, uma estratégia que vinha sendo estudada desde a sua própria fundação. Quer o PCP, quer o PCE e o PCF continuaram a manter os seus estatutos próprios, não obstante as críticas e os conselhos que, na opinião de Francisco Frutos, eram manifestamente “dispensáveis.”

O caso italiano representa, como vimos, uma situação completamente à parte. Tendo abandonado definitivamente qualquer menção ao comunismo, o novo partido, o PDS apresentava-se assim imune às críticas perante o desmantelamento da URSS. De facto, é do próprio PDS que surgem as mais contundentes críticas não só ao golpe de Estado, como à URSS e ao comunismo. Occhetto, líder do novo partido, é radicalmente contra o golpe de Estado e posiciona-se favorável ao regresso de Gorbatchov e à restauração da legalidade na URSS. Apelida Gorbatchov de “amigo” e admite situar-se no mesmo espectro político que o presidente da URSS, que considera ser o da social-democracia. Estas são, porém, as únicas semelhanças entre o posicionamento do PDS e o dos outros partidos estudados. Occhetto elogia rasgadamente a atitude de Ieltsin e de Bush no tratamento dos acontecimentos, criticando o governo italiano, de direita, por não se ter declarado manifestamente contra o golpe e ter assumido que uma tomada de posição representativa do governo de Itália seria uma ingerência nos assuntos internos da URSS.

Às perguntas sobre se a sua atitude seria diferente caso existisse ainda o PCI, Occhetto mostra-se sereno, afirmando que o partido teria a mesma atitude perante o golpe mas que sofreria pressões políticas e psicológicas que não sofre o PDS, precisamente por ser um partido do centro-esquerda, o que lhe tirou, na opinião de Occhetto, qualquer associação com o PCUS. O dirigente diz que a única forma de os partidos comunistas não serem associados ao PCUS é desligarem-se do seu passado e seguir a via do PCI rumo à social-democratização do partido. Numa atitude algo exacerbada, Occhetto compara o fim do PCI ao II Concílio do Vaticano, em 1961, que procurou reformar atualizar alguns dos conceitos de uma das instituições que, pela sua própria natureza religiosa, é das mais dogmáticas do mundo. Já a comparação entre a “svolta” do PCI e a *perestroika* não merece a mesma correspondência, por parte de Occhetto,

uma vez que não obstante as suas intenções reformistas, Gorbachov continuava ligado ao PCUS. Um dos textos centrais para percebermos o desligamento total entre o PDS e o PCI vem de um dos membros do grupo parlamentar daquele partido italiano que afirma que com o PCUS e a URSS morre o comunismo e que isso deveria compreender também o fim de todos os outros partidos comunistas, uma vez que a história teria provado que, mesmo com tentativas de reforma como a *perestroika*, o comunismo é incompatível com a democracia, tendo sempre que ser materializado em governos autoritários.

Embora com diferentes reações e estratégias para as comunicar, os quatro partidos comunistas que analisamos compreendem um eixo central no que respeita ao seu posicionamento perante o fim do PCUS e da URSS. Esse eixo central é organizado, pelos partidos, em torno da condenação ao golpe de Estado (feita com mais ou menos contundência), a defesa do regresso à normalidade constitucional na URSS, que supunha o regresso de Gorbachov, a ideia de que a *perestroika* encontrou obstáculos mas que era a via ideal para a democratização da sociedade soviética e a obrigação a um posicionamento perante as associações entre esses partidos e o PCUS, que visavam sugerir a sua dissolução. Esse posicionamento baseou-se, nos quatro casos, num franco recuo histórico para realçar o percurso de luta pela democracia e liberdades e no enumerar dos momentos, ao longo da sua história, em que os partidos se tinham distanciado do PCUS e assumido uma via própria para alcançar o socialismo. Mesmo no caso português,<sup>842</sup> estes quatro partidos deixam claro que desde os anos 60/70 propõem um tipo de sociedade socialista apoiada em condicionalismos específicos dos contextos em que atuam, recusando modelos e propostas dogmáticas.

Pela análise que temos vindo a efetuar, concluímos que a ideia de uma *família comunista ocidental*, observando os seus posicionamentos em relação aos acontecimentos na Europa centro-oriental entre 1989 e 1991, poderia não existir sob a forma de uma organização internacional que juntasse os partidos comunistas do Ocidente<sup>843</sup>. Podem até os partidos em

---

<sup>842</sup> Somos da opinião de Rizzo de que o PCP entra definitivamente na classificação de “eurocomunista anómalo” pelo facto de não trazer a público, como os outros partidos fizeram, nos anos 70, as suas críticas aos desvios do “socialismo real” fazendo-o de forma pública apenas em 1987.

<sup>843</sup> A este respeito, Joan Botella e Luis Ramiro referem: “the old family of Communist parties, in the sense in which this term was traditionally used, has disappeared. The parties have opted for different paths in attempt to guarantee their survival as organizations and, upon doing so, some of them have definitively distanced themselves from this common root. (in Botella, Joan e Luís Ramiro. *The crisis of Communism and Party Change. The evolution of West Communist Parties*. Barcelona: ICPS Universitat Autònoma de Barcelona, 2003, p.253)

análise não se incluírem todos no chamado eurocomunismo, do qual o PCI foi fundados no início dos anos 70. Mas há, no entanto, vários vetores estratégicos que os aproximam e tornam possível falar de um grupo de partidos com uma estratégia comum. Não se trata, definitivamente, de partidos gémeos, sendo que nem os partidos comunistas do “socialismo real” o eram, mas são sem dúvida partidos políticos que têm algo em comum e que se torna bastante evidente nos seus posicionamentos face aos acontecimentos em estudo, embora os tenham interpretado, em vários momentos, de forma diferente. Esse terreno em comum é a oposição a doutrinas dogmáticas, a defesa da democracia e o repúdio ao autoritarismo. Mesmo interpretando-os e posicionando-se de forma distinta perante vários aspetos, em nenhum momento, no âmbito dos acontecimentos que estudamos, nenhum dos partidos defendeu a permanência de estruturas autoritárias nos vários países que analisamos, evidenciando de forma determinante o seu compromisso com a democracia e as liberdades e propondo sempre enquadramentos históricos para explicar os seus próprios posicionamentos.

É curioso verificar que, em determinado discurso político, e em determinada análise histórica, é precisamente a ausência da defesa desses valores que está na origem das principais críticas aos partidos que estudamos.

### **3.4.3– Considerações Finais: confirmação das hipóteses de trabalho**

Através do estudo realizado, sentimo-nos, agora, capazes de responder claramente às hipóteses de trabalho que levantámos no início deste capítulo, procurando organizá-las de forma a contribuírem de forma decisiva para a demonstração da nossa tese inicial.

Assim, a primeira hipótese que levantámos dizia respeito ao facto de a informação pública partidária ser construída de forma a suscitar interpretações por parte dos leitores, interpretações essas produzidas dentro de um forte enquadramento ideológico e de uma crítica ao capitalismo. Esta hipótese desenvolve-se em duas, considerando a primeira que os partidos comunistas procedem a um enquadramento histórico e ideológico na divulgação de informações sobre os acontecimentos que marcam o derrube dos governos ditos socialistas na Europa e que à medida que se vão desenrolando os acontecimentos, estes partidos emitem caracterizações depreciativas do capitalismo na sua divulgação das informações.

Confirmámos esta hipótese com a análise das nossas fontes. O enquadramento ideológico é realizado diversas vezes por todos os partidos, explicitando o que, segundo os seus pontos de vista, eram o comunismo e o socialismo, nas suas matrizes e nos seus objetivos iniciais, para fazerem um contraste com a realidade dos países do “socialismo real”. Aí, todos os partidos analisados reconheceram que os governos em exercício se desviaram dos princípios da ideologia comunista. Na comunicação pública dos vários partidos, a referência à ideologia comunista é realizada, no entanto, de diferentes formas. É claro o esforço do PCP, do PCE e do PCF de reafirmarem a validade do comunismo, realizando esta reflexão precisamente através de uma estratégia de distanciamento face à realidade do “socialismo real” e sublinhando, por inúmeras vezes, como vimos, o seu afastamento em relação a práticas políticas autoritárias. O PSUC tem uma atitude menos explícita no que refere à promoção da atualidade do comunismo, fazendo-o mais num contexto de validade das políticas de esquerda, no geral. Porém, a sua demarcação em relação ao “socialismo real”, invocando preceitos ideológicos, é também bastante evidente. O PCI situa-se numa zona intermédia, no que se refere a este enquadramento ideológico ao longo da sua comunicação política. Fá-lo em determinadas alturas, como por exemplo na valorização da oposição de esquerda nos vários países do “socialismo real” mas não existe, como no PCP, PCE e PCF, a defesa continuada dos valores do comunismo.

O enquadramento histórico está presente ao longo de toda a comunicação política dos partidos e realiza-se sobretudo através de dois âmbitos. Num primeiro, os partidos recorrem à sua própria história para se distanciar do “socialismo real”, referindo os momentos em que lutaram contra o Fascismo, no contexto de ditaduras, e o seu compromisso histórico com a democracia e as liberdades. Fazem-no de forma bastante explícita e, como vimos, repetem-no sucessivamente à medida que comunicam publicamente os seus posicionamentos perante os casos de transformação. Por outro lado, o enquadramento histórico surge também no que se refere à caracterização do percurso dos países onde se davam as transformações. Mais clara por parte do PCP e ausente no caso do PCI, existe na comunicação pública dos partidos uma espécie de salvaguarda histórica que serviria para de certa forma evidenciar determinados aspetos positivos alcançados pelo “socialismo real”. São feitos alguns relatos de como as sociedades dos países da Europa centro-oriental se encontravam no período do pós-II guerra



mundial para valorizar elementos como a melhoria do nível de vida dos cidadãos ou a industrialização dos países.

A crítica ao capitalismo existe também, enquadrada numa crítica, em geral, ao Ocidente e à sua ingerência particularmente por parte dos governos norte-americano, britânico e oeste-alemão. Todos os partidos, incluindo o PCI, demonstram preocupação perante a aceleração das reformas económicas rumo a uma economia capitalista, em sentido contrário ao da renovação do socialismo, ou de um novo conceito de esquerda, defendido pelos vários partidos

O enquadramento ideológico e histórico, presente na comunicação pública dos partidos analisados, é claramente realizado de forma a propor interpretações aos leitores. E esse esquema interpretativo é facilmente descodificado. Em primeiro lugar, a ideia de que o “socialismo real” não representava a forma como estes partidos defendiam a construção do comunismo, deixando claro que desde décadas propunham um modelo diferente. Este posicionamento sugere a ideia de contraste, para que não houvesse uma identificação entre os partidos que analisamos aqueles cujo poder estava, então, a ser deposto na Europa centro-oriental. Em segundo lugar, o enquadramento histórico pretende fornecer provas concretas de que a premissa anterior era verdadeira. Nunca os partidos analisados impuseram um determinado regime nas sociedades onde atuavam e, pelo contrário, defenderam a democracia ao longo da sua história e lutaram pelas liberdades, em cada contexto específico. O percurso histórico alia-se assim à referência ideológica para concretizar um contraste marcante entre os partidos que estudamos e o “socialismo real.” Por fim, outra das interpretações evidentes, relativas a esta hipótese de trabalho, é a de que o capitalismo não era a solução para os problemas daquelas sociedades, evidenciando exemplos históricos e outras sociedades onde o capitalismo não resolvia, e, em alguns casos, até acentuava, os problemas que eram apontados como responsáveis pela falência do “socialismo real”.

Claramente, como vem sendo referido, estes enquadramentos enunciam-se de forma diferente consoante os partidos, e mesmo dentro de cada partido, variam consoante o caso analisado e o período temporal. O caso do PCI é o mais antagónico: no final de 1991, já com o partido extinto, os seus dirigentes, entretanto integrados no PDS, reveem todo o seu posicionamento enquanto antigos representantes de um partido comunista e declaram a impossibilidade de o comunismo se reformar e de existir fora de um contexto de autoritarismo.

Nesse sentido, embora confirmemos indubitavelmente esta hipótese de trabalho, ela deve ser encarada com todas as nuances que evidenciamos ao longo da análise da informação, tendo sempre presente que embora exista um claro enquadramento histórico e ideológico motivador de interpretações na comunicação pública destes cinco partidos, o seu conteúdo e as interpretações que se propõe suscitar não são, de forma alguma, as mesmas. O PCP, o PCE e o PCF são mais constantes na utilização do enquadramento ideológico e histórico para promover a validade do comunismo e o distanciamento em relação ao “socialismo real”; o PSUC fá-lo, como vimos, de forma mais contida, promovendo antes a necessidade de um encontro entre as esquerdas e o PCI vai gradualmente alterando a intenção com que realiza este enquadramento, à medida que também o próprio partido se vai alterando e, por fim, se dissolve.

A nossa segunda hipótese de trabalho relaciona-se com o facto de os partidos analisados refletirem as suas próprias mudanças internas, quando existem, nos enquadramentos que fazem na sua informação pública referente às transformações na Europa centro-oriental, servindo de justificação, ou de apoio, às próprias teses internas do partido ao nível da sua estratégia. Supunhamos que os partidos cuja opção política passou pela manutenção da identidade comunista interpretassem o “socialismo real” como tendo um impacto negativo na luta pelo socialismo e que os partidos que passaram por uma revisão identitária, ao longo deste período, utilizassem, junto dos militantes e dos eleitores em geral, o desenrolar dos acontecimentos na Europa centro-oriental como forte justificação para essa mudança de identidade política.

Não restam dúvidas, perante a análise das fontes primárias e as conclusões a que chegámos, de que os posicionamentos perante o fim do “socialismo real” refletem a estratégia seguida pelos partidos no seu próprio processo identitário. No entanto, em todos os casos analisados, a manutenção ou opção pela mudança estratégica já se tinha dado antes de os acontecimentos na Europa centro-oriental ou, no caso do PCI, desenrolam-se ao longo dos anos de 1988-1990. Isto se falarmos unicamente em relação a opções internas tomadas pelos partidos quanto à sua estrutura pois se considerarmos a mudança de posicionamento face ao “socialismo real”, esta tinha já acontecido também no caso do PCI, tendo sido levada a cabo muito antes de 1989.

A nível interno, o PCP não realiza uma profunda mudança ao longo destes anos. Álvaro Cunhal só abandona a liderança do partido em 1992 e, nos anos que decorrem estes acontecimentos, o principal momento de reflexão sobre os acontecimentos a Leste tem lugar no XIII Congresso do PCP (extraordinário), em maio de 1990, “convocado para apreciar os acontecimentos, a situação e a evolução na URSS e nos outros países socialistas, seu significado e consequências na situação internacional, na vida dos trabalhadores e dos povos do mundo e no movimento comunista e operário; o avanço do processo de restauração do capitalismo monopolista em Portugal; o ideal comunista e a identidade do PCP e orientações e medidas para o reforço da sua capacidade de intervenção na nova situação criada pela evolução internacional e nacional.”<sup>844</sup> Nesse Congresso, o PCP analisou as causas do que apelidou de “fracasso de um modelo que representou o afastamento dos ideais do socialismo”, tendo aprofundado o debate sobre a identidade do PCP e reafirmado as suas diferenças em relação àqueles governos e à sua ação política, assim como “a atualidade e projeção dos ideais comunistas.” É nesse Congresso que o PCP opta pela manutenção da sua própria identidade, frisando a diferença em relação aos governos do “socialismo real” e reafirmando o seu compromisso democrático perante os portugueses. A palavra “renovação” aparece nas conclusões do Congresso, não no sentido de proceder a qualquer reavaliação das suas estruturas ou da sua identidade mas sim no âmbito de um fortalecimento da união dos comunistas portugueses e na proposta de um programa político moderno para Portugal.

Dessa forma, e como revimos ao longo da nossa análise, o PCP reforça a ideia de que o “socialismo real” compreendeu graves desvios ao socialismo, criticando-os ao longo de todos os seus posicionamentos perante as mudanças que foram ocorrendo na Europa centro-oriental ao longo de 1989, 1990 e 1991. Por outro lado, o PCP referia que essa crítica ao “socialismo real” era anterior a esse Congresso, ou mesmo ao ano de 1989, tendo-se realizado a nível interno e tendo sido transmitida a opinião do partido aos líderes dos partidos do Leste europeu. Publicamente, o primeiro documento a que tivemos acesso em que é realizada uma crítica severa aos desvios cometidos pelos governos do “socialismo real” data de 1987, altura em que Álvaro Cunhal regressa de uma viagem ao Leste da Europa e afirma ao *Avante!* a sua

---

<sup>844</sup> <http://www.pcp.pt/partido/anos/80anos/historia-congressos.html>, consultado a 18/08/2016

preocupação perante os problemas daquelas sociedades. Essa entrevista é dada, no entanto, já em plena *perestroika* na URSS.

Não obstante, o PCP refere várias vezes ao longo do material que analisámos o facto de desde o início dos anos 70 ter proposto uma via concreta para a construção de uma sociedade socialista em Portugal, que em nada se assemelhava ao “socialismo real.”

Quanto ao PCE, o partido encontrava-se desde 1986 inserido na coligação IU mas realiza igualmente um Congresso extraordinário, o XIII Congresso do PCE, em julho de 1991, em que deixa indicações claras acerca do que entende ser o papel do PCE. As ideias de “renovação” e “reestruturação” surgem de forma mais pronunciada do que nas conclusões do Congresso do PCP. No entanto, o momento político de ambos os partidos é diferente. Em Espanha, como vimos, sugeria-se a dissolução do PCE na IU ou a adoção de uma estratégia idêntica à do caso italiano, com o abandono da identidade comunista do partido. O PCE refere, nas conclusões desse Congresso, que “el PCE actual, sus funciones y su estructura no se corresponden con la necesidad al hallarse en competencia funcional con IU. El PCE deberá adaptarse a las nuevas exigencias que el desarrollo de su proyecto político aconsejen en cada momento.” O partido decidira, então, não se dissolver: “proponemos una profunda reestructuración del trabajo político y organizativo del PCE. No es nueva la propuesta; es más concreta, simple y realizable si, realmente, todo el que defiende la existencia del PCE o de un colectivo o corriente de comunistas organizados, lo asume en realidad y lo hace entendiendo que el carácter instrumental del partido lo convierte en una necesidad complementaria y nunca en un objetivo final.” O partido refere que manterá uma posição global sobre determinados assuntos políticos e manifestará a sua opinião sempre que IU não os tenha abordado, seja em termos públicos ou internos: “el nuevo papel del PCE se deriva de esta reflexión y supone una concepción más ajustada y real a la función global de un partido comunista en nuestros días. Dicho papel no és ni más ni menos importante que el actual. Es distinto.”

No que se refere à diferenciação entre os governos do “socialismo real” e o PCE sublinha o facto de os comunistas espanhóis se terem desde a desestalinização, nos anos 50, se ter desligado de qualquer experiência governativa que se baseasse num único modelo. À semelhança do PCP, o PCE distancia-se de qualquer alteração ao nível da sua própria estrutura interna como tendo origem na falência daqueles regimes, uma vez que os tinha já, décadas

antes, declarados como incapazes de aplicar a ideologia comunista e da construção de uma sociedade socialista.

Quanto ao PSUC, inserido na IC desde 1987, realiza o seu VIII Congresso em julho de 1988, numa altura anterior aos desenvolvimentos na Europa centro-oriental, onde constata que existe “necessitats de renovació d’unes estructures burocratitzades i poc participatives, i a la sensibilizació cap a noves exigències de la societat civil, que avui s’expressen a través de moviments i formes reivindicatives”. Essa renovação do PSUC passou pela integração definitiva na IC, mantendo-se enquanto partido mas dissolvendo os seus estatutos naquela coligação, que pretendia representar a união de todas as esquerdas da Catalunha. O secretário-geral do partido, Rafael Ribó, defendia em 1988 que o PSUC deveria deixar de se identificar como um partido comunista para integrar definitivamente a IC e identificar-se com a esquerda num sentido mais amplo. Contudo, o exame que o PSUC faz das transformações ocorridas na Europa centro-oriental não se relacionam com esta opção estratégica do partido, uma vez que também o PSUC, à semelhança do PCP e do PCE, se tinha distanciado de qualquer solução para a construção do socialismo que significasse a identificação com um modelo.

No caso do PCF, o partido francês não realiza nenhum processo de reestruturação ao longo dos anos analisados, sendo, entre os partidos estudados, aquele que menos inclui o tema da renovação e da reestruturação nas suas comunicações públicas, sendo essa reflexão realizada mais tarde pelo partido. No entanto, no seu XVII Congresso, em dezembro de 1990, o partido reflete sobre os acontecimentos na Europa centro-oriental e sobre o fim do “socialismo real”, trazendo a público uma nota em que dá conta, como vimos, que o PCF criticara já os desvios praticados por esses governos e se afastara, desde 1976, de qualquer solução que passasse pela prática autoritária ou dogmática do socialismo.

Quanto ao PCI, a mudança no partido acontece durante os anos que estudamos, dando lugar à sua dissolução e à formação de dois novos partidos, o PDS e a Refundação Comunista. A reflexão sobre a transformação do PCI, por parte de Achille Occhetto, seu secretário-geral, vinha sendo feita desde antes de 1989. Não obstante, no seu discurso de conclusão no XX Congresso do partido, em fevereiro de 1991, Occhetto refere que o PDS surge porque “pensiamo di poter rappresentare, portare alla politica, all’impegno forse nuove, perché

pensiamo di non essere i testimoni di un fallimento, ma i portatori di una rinascita” numa clara alusão ao “socialismo real.”

O que não confirmamos é que a maioria dos partidos utilizem a sua crítica ao “socialismo real” para proporem alterações internas. Essa assunção acontece antes ao contrário: é de fora das estruturas políticas que essa associação surge e não de dentro dos próprios partidos, que insistem em demarcar-se de qualquer semelhança estrutural ou organizativa com os partidos da Europa centro-oriental. A exceção seria o caso italiano. Porém, mesmo o PCI faz poucas referências, nos seus documentos políticos, ao desmantelamento do sistema soviético como justificação para a dissolução do partido. Essa transformação é muito mais, senão exclusivamente, centrada na procura de um modelo partidário que consiga representar uma alternativa de governo em Itália. Nos documentos provenientes das suas reuniões internas, o PCI faz muito mais referência, por exemplo, à criação de uma nova esquerda para combater temas como a guerra e a fome, do que para ultrapassar os preconceitos relacionados com a história do comunismo.

Em suma, os partidos comunistas que estudámos realizam todos, sendo o PCF o caso mais discreto, momentos de reflexão sobre os acontecimentos na Europa centro-oriental através da promoção de reuniões partidárias de relevo, como por exemplo congressos extraordinários. No entanto, as mudanças estruturais nesses partidos são anteriores (como no caso do PCE e PSUC) ou bastante posteriores (como no caso do PCF) aos anos em estudo e não encontramos, nos documentos políticos analisados e nos posicionamentos estudados através da imprensa partidária, uma relação entre a transferência de estruturas internas e o reflexo dos acontecimentos na Europa centro-oriental.

A terceira hipótese de trabalho prende-se com o facto de um dos principais posicionamentos partidários, manifestado através de enquadramentos claros na informação pública, ser o de salientar o seu repúdio face aos desvios ocorridos no “socialismo real.” Como complemento a esta hipótese, a ideia de que o enquadramento dado pelos partidos que estudamos, através da imprensa partidária, até ao golpe de Estado na URSS, em agosto de 1991, é o de que se vive uma renovação do socialismo no Leste e nunca uma destruição.

Todos os partidos são altamente críticos perante os governos dos países da Europa centro-oriental, à exceção da URSS de Gorbatchov, e este facto é dos que está mais explícito

ao longo da análise efetuada, não existindo grandes divergências entre os vários partidos, em termos de intensidade ou de *timing* em que analisam a situação. O PCP será, ainda assim, o partido que tem uma atitude mais prudente na crítica aos governos do “socialismo real”, não deixando, no entanto, de incluir no seu discurso nenhum dos pontos que os outros partidos referem: a excessiva burocratização, os abusos de poder, o culto à figura do líder, a censura, a polícia política, a demasiada estatização das estruturas económicas e produtivas, a ausência de liberdades individuais, de imprensa ou de expressão, o mau funcionamento do sistema partidário, a existência de uma elite dirigente e, o ponto mais salientado por todos os partidos, a ausência do papel dos trabalhadores, para os quais uma sociedade socialista deveria estar primordialmente direcionada, nas tomadas de decisões na vida política, económica e social dos vários países. Estes são, de uma forma geral, os elementos chave que caracterizam o repúdio apresentado por todos os partidos face aos governos do “socialismo real.”

Há alguns fatores em que os partidos divergem, no entanto. Aqui, novamente, os polos mais extremos são, por contraste, o PCP e o PCI. O PCP não é tão crítico quanto ao funcionamento interno dos vários partidos comunistas, reconhecendo-lhes capacidade de renovação, na maioria dos casos (a exceção consensual será o PCR), enquanto o PCI, particularmente no fim deste ciclo de acontecimentos, não reconhece validade na reforma interna dos partidos comunistas da Europa centro-oriental, preferindo sempre, e isto é uma constante na comunicação do partido italiano, estar ao lado dos movimentos de oposição, como o Solidariedade polaco ou o Fórum Democrático checoslovaco.

A oposição que vai surgindo naqueles países é encarada de forma diferente pelos vários partidos. A primeira grande desilusão é causada pelo Solidariedade, movimento que PCE, PSUC, PCF e PCI apoiaram no seu início, contra uma proposta de renovação do PZRP, mais defendida pelo PCP. À medida que os acontecimentos se desenrolam na Polónia, e mesmo no caso do PCI, as opções de Walesa vão sendo descritas cada vez com mais desconfiança por parte dos comunistas ocidentais. No extremo oposto, a oposição romena a Ceausescu, que conta com o apoio dos cinco partidos comunistas que estudamos.

Há que salientar a figura de Ieltsin, que claramente divide os cinco partidos. O PCP, o PCE e o PCF enquadram Ieltsin na direita. Quem vai mais longe é o PCE, que encara Ieltsin como representante da direita nacionalista russa. Já o PSUC via em Ieltsin como um democrata

e o PDS, no período posterior ao golpe de Estado na URSS, revê em Ieltsin um partidário da democracia e espera um entendimento entre este e Gorbatchov para que fosse encontrada uma solução governativa na URSS.

Quanto à questão da renovação do socialismo, esta é também transversal aos cinco partidos que estudamos. De facto, estes partidos acreditavam, e é muito evidente esta assunção no caso da RDA, que, num momento inicial, o que iria acontecer aos países da Europa centro-oriental era um processo idêntico ao que Gorbatchov propunha para a URSS. Uma democratização das estruturas políticas, uma abertura económica capaz de fazer com que os países saíssem da crise que atravessavam, mas sempre dentro do quadro de uma renovação do socialismo rumo ao socialismo democrático. Numa fase inicial, todos os partidos reconheciam que esse era o caminho proposto e era nesse sentido que se estavam a dar as reformas nos respetivos partidos de governo. Só mais tarde, aquando da realização das primeiras eleições legislativas nos vários países (exceção feita no caso búlgaro) é que os partidos ocidentais se apercebem definitivamente que a mudança não estaria a ser feita no sentido de uma revisão do socialismo mas antes no caminho da instalação do capitalismo. As vitórias da direita na Hungria, na RDA, o desvio da oposição na Polónia e na Checoslováquia e, muito particularmente, o carácter ultranacionalista e a governação à direita de Ieltsin na Rússia retiram qualquer esperança numa reformulação do socialismo naqueles países.

## **Conclusão**

No âmbito das considerações finais desta investigação, propomos voltar à introdução do estudo, procurando sintetizar as conclusões a que chegámos, referentes ao problema colocado no início deste texto, estabelecendo a confirmação de uma tese relativa à leitura das realidades que estudámos e da forma como conduzimos este trabalho.

Em primeiro lugar, propusemo-nos estudar como se desenrolaram e que efeitos provocaram os principais acontecimentos que tiveram lugar na Europa centro-oriental entre 1989 e 1991 e que levaram à deposição dos governos do chamado “socialismo real” e à desintegração da URSS, uma das duas superpotências saídas da II Guerra Mundial. Propusemo-nos abordar este tema através dos olhos de cinco partidos comunistas sul-



européus, estudando para isso a forma como esses partidos comunicaram esses acontecimentos na sua imprensa partidária e quais foram as suas interpretações concretas desse ciclo histórico, partindo do princípio de que representaram temas essenciais sobre os quais esses partidos se debruçaram. Dentro dessa abordagem, procurámos definir as estratégias de comunicação levadas a cabo pelos partidos em análise, com o objetivo de as parametrizar dentro do quadro de uma metodologia de estudo específica e observando de que forma se conjugaram com as opções políticas tomadas pelos partidos sobre os quais versa a nossa investigação, no âmbito das transformações e transferências de estruturas políticas.

A resposta essencial a que procurámos chegar neste estudo, através da interpretação, esclarecimento e posicionamento da informação analisada através das fontes primárias, prende-se com a questão sobre se os partidos que estudamos deveriam ser considerados *herdeiros* de uma determinada prática da ideologia que defendem. A noção de *herança*, tal como a explicámos na introdução deste trabalho, poderia ser encarada quer como continuidade, quer como rutura em relação a determinado elemento prévio em consideração.

E daí a necessidade de definir esse elemento, patente nas várias interpretações académicas que estudámos na fase inicial desta investigação. O fim do “socialismo real” representou, tal como sustentam os vários autores que analisámos, uma alteração estrutural a diversos níveis, com consequências profundas nas relações políticas, económicas e sociais e na configuração da Europa e do mundo, muitas delas viajando até à atualidade, onde as consequências são ainda sentidas, por exemplo, ao nível do papel desempenhado pela esquerda nos vários sistemas políticos, ao nível das relações internacionais e, mais interessante para o nosso trabalho, ao nível do papel político que representam os vários partidos comunistas europeus.

Através da análise das fontes e do desenvolvimento do trabalho, uma distinção ficou desde logo clara. A separação entre os partidos comunistas que estudámos e os partidos do governo nos vários países da Europa centro-oriental é extensa. De um lado, cinco partidos comunistas com raízes democráticas profundas nas sociedades em que se inseriam, com uma história rica em termos de luta pelas liberdades e operando, nos anos em estudo, dentro de um sistema político pluralista. Do outro, partidos de Estado, inseridos em sistemas políticos que lhes conferiam o papel de vanguarda e cuja democraticidade, ao nível da sua organização

interna e das suas práticas políticas, foi sistematicamente posta em causa ao longo da segunda metade do séc.XX, sendo caracterizados por vários autores e observadores políticos internacionais como responsáveis pela organização autoritária das sociedades em que inseriam.

Não obstante, os dois grupos de partidos defendiam uma ideologia comum, o comunismo. Esta aproximação entre os dois grupos de partidos supunha não apenas a defesa teórica dessa ideologia como a existência de relações políticas formais entre ambos. Com o destapar das fragilidades e dos desvios operados relativamente ao projeto socialista pelos partidos de governo na Europa centro-oriental e a sua deposição através, maioritariamente, de manifestações populares apoiadas por movimentos de oposição e por pressões externas exercidas por líderes de países ocidentais, essas relações entre partidos comunistas de um lado e do outro da Europa estão na base para que seja exigida, pela opinião pública, uma tomada de posição por parte dos partidos comunistas que estudamos perante o fim do “socialismo real.”

Uma primeira conclusão que surge da nossa investigação, e que se prende diretamente com as hipóteses de trabalho levantadas e com a nossa tese, é a de que os partidos comunistas que estudamos se demarcaram claramente das práticas levadas a cabo pelos partidos de governo na Europa centro-oriental, e isso constituiu uma das principais estratégias de comunicação com que nos deparámos. Através de vários documentos fundamentais, do desenrolar de críticas aos sistemas políticos daqueles países, os cinco partidos comunistas em análise optaram, logo desde o início do ciclo de acontecimentos em estudo, por se demarcar, ao nível da prática e fundamentos políticos, dos partidos que estavam a ser contestados na Europa centro-oriental.

Fazem-no de formas distintas, no entanto. De entre todos, o PCP é o mais cauteloso nesta estratégia de demarcação, sem que isso signifique que não o faça. Fá-lo por diversas vezes, na informação que analisámos, muitas vezes em resposta, precisamente, aos que o acusavam de não ter um posicionamento claro contrário às práticas políticas do “socialismo real.” O PCF, através de vários comunicados oficiais do partido nas páginas do seu principal jornal, fá-lo também, recorrendo inúmeras vezes a estratégias de comunicação que, organizadas segundo enquadramentos próprios, visavam realizar uma separação clara entre o

partido francês e os partidos da Europa centro-oriental. Claramente, quem o faz de forma mais contundente é o PCI, seguido do PSUC. O primeiro é o que mais utiliza a expressão “totalitarismo” para se referir ao “socialismo real” e o segundo é o que propõe com mais veemência que seja aproveitada a reflexão em curso sobre o comunismo para se estender a uma reflexão mais alargada sobre a esquerda. Quanto ao PCE, coloca-lo-íamos, no que se refere a esta estratégia de demarcação em relação ao “socialismo real”, num espaço intermédio de análise. Sublinhamos que todos os partidos o fazem, ao longo de vários textos.

Esta demarcação é feita não apenas referindo esses desvios e erros como também documentos políticos dos próprios partidos que analisámos em que reafirmavam o seu repúdio pela prática do socialismo baseado num modelo único. O PSUC e o PCI admitem tê-lo feito em 1968, no seguimento da contestação à intervenção do Pacto de Varsóvia em Praga, o PCF em 1976, no seu XXII Congresso, onde se distancia definitivamente do “socialismo real” e se aproxima do eurocomunismo e o PCE em 1968 e novamente em 1978, altura em que abandona as menções ao leninismo, por ocasião do seu IX Congresso, e se aproxima também do eurocomunismo. O PCE, no entanto, desde muito antes se comprometera com a construção do comunismo pela via democrática.<sup>845</sup> O PCP realizou um debate interno de crítica ao “socialismo real” que não foi tornado público da mesma forma que os partidos anteriores. No entanto, as fontes do partido remetem várias vezes para documentos de Álvaro Cunhal, entre os quais o relatório “Rumo à Vitória – As Tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional”, editado em 1974 mas proveniente de um relatório apresentado pelo autor ao VI Congresso (clandestino) do PCP em 1965, e a própria originalidade do PCP no contexto do comunismo ocidental permite compreender o posicionamento do partido<sup>846</sup>. Não obstante a

---

<sup>845</sup> Carme Molinero e Pere Ysàs recordam que “a lo largo de los sesenta, el establecimiento de un régimen democrático se convirtió en el objetivo primero y fundamental de su [do PCE] acción política, al que subordinaron todos los demás. Igualmente, la democracia se situó en el centro tanto del camino hacia el socialismo – la «revolución de la mayoría – como del modelo del inédito socialismo propugnado, el «socialismo en libertad», que en muchos aspectos se contraponía al «socialismo real» de la URSS y de los regímenes de Europa del Este. (em Molinero, Carmen e Ysàs, Pere, “El PCE y la democracia” em *Las Izquierdas en Tiempo de Transición*, coord. Carme Molinero e Pere Ysàs. Valência: PUV Universitat de València. 2016, p.115)

<sup>846</sup> Segundo Fernando Rosas, o PCP teria consolidado em Portugal um “«espaço político de implantação entre a recusa do reformismo» adoptado por PCI, PCE y PCF, «e o ataque ao “radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista”» del que Cunhal acusaba a los marxistas-leninistas que se acercaban a la línea china o albanesa; se configuró así «una espécie de centrismo à esquerda», una «posição peculiar, essa espécie de “esquerda” do campo pró-soviético, entre a recusa da social-democracia e do esquerdismo»», que, en resumidas cuentas, «seria o seguro de vida do PCP para os conturbados tempos da implosão da URSS e da queda do Muro»” (cit. por Loff, Manuel, “Comunistas y socialistas en el proceso portugués de democratización” em *Las Izquierdas en Tiempo de Transición*, coord. Carme Molinero e Pere Ysàs. Valência: PUV Universitat de València. 2016, p.68)

falta de um posicionamento público tão evidente como o dos outros partidos em questão, o já referido XIII Congresso do PCP, de maio de 1990, deixa clara a sua oposição a qualquer forma de autoritarismo e a defesa dos valores da democracia na construção de uma sociedade socialista.

Em segundo lugar, e decorrente da conclusão anterior, uma das considerações fundamentais a ter em conta na análise das estratégias de comunicação destes partidos é o seu posicionamento perante os movimentos de oposição nos países do “socialismo real” e a forma como se desenrolaram esses acontecimentos. Concluímos, então, que perante a evidente necessidade de mudança que os partidos ocidentais sentem ser precisa no “socialismo real” e que todos assumem publicamente, particularmente após o início da *perestroika* de Gorbatchov, essa mudança foi identificada de forma distinta pelos partidos analisados. O PCI mostrou-se sempre, na sua comunicação pública, muito mais próximo da oposição (particularmente na Polónia, Hungria e Checoslováquia) do que dos partidos de governo, mesmo após a renovação destes e muito embora a apoiasse desde o primeiro momento. Os outros partidos tiveram estratégias comunicativas idênticas, revelando um determinado grau de compreensão inicial com os partidos ou movimentos oposicionistas mas, ao contrário do PCI, confiando também na possibilidade e na intenção de renovação da maioria dos partidos de governo. Acreditamos que, na base desta confiança, o exemplo da URSS era decisivo, já que Gorbatchov se propusera reformar a sociedade soviética mantendo o PCUS como partido dirigente.

Esta é, porém, uma estratégia que se altera ao longo do período analisado. À medida que as oposições aos governos da Europa centro-oriental se vão aproximando do Ocidente, particularmente no que diz respeito às políticas económicas, perdendo, na grande maioria dos casos, qualquer raízes socialista, alguns dos partidos em análise, especialmente o PCP, mas também o PCF e o PCE, vão-se afastando daquelas forças políticas, identificando-as com o capitalismo e com a permeabilidade a ingerências externas, particularmente dos governos norte-americano, britânico e oeste-alemão.

Uma terceira conclusão, decorrente da análise levada a cabo neste trabalho, e diretamente relacionada com os objetivos da investigação, prende-se com o facto de ser evidente, na comunicação levada a cabo pelos partidos em estudo, que estes consideraram

existir diferenças significativas entre os partidos de governo na Europa centro-oriental e entre as diversas sociedades que a constituem. Essas diferenças foram assinaladas ao nível da caracterização dos regimes mas também ao nível do desenvolvimento das próprias sociedades e, também, das causas que estão na origem da contestação aos vários sistemas políticos.

Um dos partidos que sobressai em relação a todos os outros é o PCR, juntamente com o seu líder, Nicolae Ceausescu e o país que governava, a Roménia. Todos os partidos analisados concordavam em optar por um tom extremamente pejorativo para caracterizar a governação de Ceausescu e a realidade romena, atribuindo-lhe designações correspondentes à prática de uma governação totalitária. PCP, PCE, PSUC, PCI e PCF concordavam que não existia qualquer tipo de possibilidade de renovação do PCR e mostravam-se satisfeitos perante a sua deposição. O governo de Ceausescu era caracterizado como sendo nacionalista, alheio a todo e qualquer fundamento de construção de uma sociedade socialista. Por outro lado, os sucessores do ditador foram elogiados por todos os partidos, considerando Iliescu o líder capaz de realizar uma reforma da sociedade romena dentro dos parâmetros da construção do socialismo.

Em relação à Bulgária, é com satisfação que os partidos analisados recebem a notícia da vitória do BSP, servindo, por exemplo no caso do PCP e do PCE, para pôr em evidência a conclusão de que os antigos partidos de governo poderiam representar alternativas e governar na sequência de eleições democráticas e livres. A Hungria, a Checoslováquia e a RDA são caracterizadas como sociedades onde os habitantes têm um nível de vida considerado razoável, por oposição à Roménia, à Bulgária e à Polónia. Particularmente no caso da RDA, os partidos ocidentais em análise não consideram que as motivações para a revolta popular se prendam com motivos económicos mas antes com uma vontade expressa de democratizar o sistema político.

Também, no seguimento desta conclusão, os fatores que desencadeiam as várias mudanças são analisados como tendo origens distintas e partindo de atores distintos. Enquanto na Polónia, Hungria, Checoslováquia e RDA os partidos concluíram que existiu uma pressão cidadã, organizada ou não em movimentos sindicais e/ou políticos, as mudanças na Roménia e na Bulgária partiram de dentro dos próprios partidos. No caso romeno, o PCR perdeu de tal forma a sua representatividade que, como referiram alguns dos enviados à Roménia,

praticamente se desmaterializou, desaparecendo no quadro político do país, sendo posteriormente ilegalizado. Na Bulgária, o partido comunista iniciou a sua reformulação sem que houvesse uma forte pressão cidadã ou movimentos de oposição fortemente organizados. Neste caso, os partidos concordaram que se tratou de uma reação motivada por influência do que se passava nos outros países do “socialismo real”. Um caso que diverge dos apresentados é o da URSS. Aqui, os partidos identificaram uma facção interna do PCUS, caracterizada como mais conservadora, como sendo a responsável, no seguimento do golpe de Estado de agosto de 1991, pela desintegração do próprio sistema. A figura de Ieltsin não foi, contudo, de todo consensual, sendo que, entre os cinco partidos estudados, só os dirigentes do PDS e do PSUC interpretam a atuação de Ieltsin como a de um responsável político interessado na democratização do sistema soviético. Particularmente o PCP, mas também o PCF e o PCE, acusaram Ieltsin de aproveitamento político e duvidaram da sua capacidade para encontrar uma solução governativa que compreendesse a continuidade da *perestroika* e evitasse o desmembramento definitivo da URSS.

A ideia central desta conclusão, no entanto, é a de que os partidos analisados não encaravam o chamado “bloco de Leste” como um conjunto de sociedades gêmeas, com os mesmos problemas e governados por partidos idênticos. O reconhecimento da variedade de realidades, culturas, etnias, dos diferentes modelos de desenvolvimento ou modelos económico, e condições de vida, da diferença nas causas e as consequências do derrube dos governos desses países e as diferenças entre as várias forças de oposição é transversal a todos os partidos analisados, contrariando a ideia de que o fim do “socialismo real” se deu como um efeito dominó onde as peças que caem são todas iguais, sem que isso recuse a ideia de uma observação mútua entre o rumo dos acontecimentos das várias sociedades. Os partidos reconhecem que o fim da “soberania limitada” imposta sobre aqueles países, promovido pela *perestroika* de Gorbachov, esteve sem dúvida na origem da mudança, mas as motivações, os cenários e os atores envolvidos diferiram muito de país para país.

A partir da análise da comunicação pública destes partidos acerca do ciclo de acontecimentos em estudo podemos retirar uma quarta conclusão: não foram os acontecimentos na Europa centro-oriental que motivaram mudanças estratégicas na estrutura dos partidos políticos que estudamos.

No caso do PCE, a mudança ocorrera em 1986, com a criação da coligação IU; no PSUC, a mudança ocorre em 1987, também com a integração do partido na coligação IC. Em Portugal, o PCP realiza uma reflexão em torno da identidade do partido, apoiada numa análise sobre as mudanças internacionais, mas essa reflexão, incluída no seu XIII Congresso, de maio de 1990, não altera a estrutura partidária. A grande mudança acontece com o comunismo italiano, que deixa de estar representado pelo PCI, uma vez que o partido, ao longo desses anos, se dissolve, dando origem a dois partidos distintos. No entanto, o projeto de reforma no PCI começara anos antes, em 1986, no XVII Congresso, quando surgem de forma mais convincente as teses sobre a necessidade de reformar o partido e de o tornar uma alternativa de governo em Itália. Nos Congressos seguintes, de março de 1989 e de março de 1990, a direção do PCI impulsiona uma transformação radical no partido, facto que se viria a consumar no XX Congresso, de fevereiro de 1991. No caso do PCF, é realizada no início dos anos 90 uma reflexão idêntica à do PCP, a nível interno, surgindo igualmente dissidências que pressionam a direção do partido no sentido de uma maior mutação. A verdadeira renovação do partido, no entanto, acontece apenas em 1994, motivada por perdas eleitorais significativas e no âmbito do seu XXVIII Congresso, em janeiro desse ano, no qual Robert Hue é eleito secretário-geral e são formadas duas correntes internas, uma próxima ao eurocomunismo, outra mais próxima ao marxismo-leninismo.

A discussão sobre os efeitos do fim do “socialismo real” nos partidos comunistas que estudámos é, portanto, uma discussão muito mais política do que histórica. E parte sobretudo, mas não somente, de atores externos aos partidos. Mesmo no caso do PCI, as referências a uma “nova esquerda” raramente são associadas, pelos seus dirigentes e promotores da mudança, a um possível efeito colateral das transformações na Europa.

O facto de partidos que desde os anos 70 se assumiram como eurocomunistas (como é o caso do PCI, PSUC, PCE e PCF) e procederem eles próprios a uma reformulação da sua identidade devido ao desmantelamento do “socialismo real” e da URSS não é uma hipótese minimamente sustentável, do ponto de vista da análise histórica daqueles partidos. Em diversos momentos, mesmo antes dos anos 70 (na atuação soviética em Budapeste em 1956, na crítica a Estaline, em 1956, na cisão sino-soviética em 1959 ou na repressão à “Primavera de Praga” em 1968) os partidos que citámos, na sua maioria, reviram os seus posicionamentos.

Além disso, o PCI foi o partido fundador do eurocomunismo: não faz qualquer sentido pensar que a sua vontade de remodelação ou, no caso, a sua extinção, se deva à extinção da própria URSS. Além disso, assumindo que o PCP é, entre os partidos analisados, aquele que ao longo da sua história entra menos vezes em desacordo com a linha soviética, seria de esperar que, perante o desaparecimento da sua referência internacional, o PCP fosse o partido que sofresse, em 1991, uma mudança mais radical. Porém, é precisamente o contrário que acontece: a reflexão realizada pelo PCP mantém a estrutura do partido, enquanto o PCI, tradicionalmente mais afastado da URSS, desaparece.

Historicamente, estes percursos e estas opções fazem todo o sentido. Trata-se, como temos vindo a expor, de partidos que muito antes de 1989, e antes até da *perestroika* de Gorbatchov, assumiram a ideia da construção de um modelo próprio do socialismo, adaptado às sociedades onde atuavam e sem obedecer a um modelo único. É certo que também na Europa centro-oriental houve divergências profundas com o PCUS e com a URSS, algumas das quais se acentuaram após a eleição de Gorbatchov. No entanto, e daí ser interessante o cruzamento de disciplinas para analisar estas conclusões, o que distingue os partidos comunistas ocidentais dos partidos de Estado do “socialismo real” é precisamente o compromisso dos primeiros com os valores democráticos e as liberdades.

E, por outro lado, a esta conclusão não deverá ser alheia a reflexão de que as esquerdas sociais-democratas nos países ocidentais (nomeadamente em Portugal e na Itália) passam também por transformações evidentes ao longo dos anos 70, 80 e 90.<sup>847</sup>

Finalmente, uma quinta e última conclusão, decorrente das anteriores, aponta para o facto de os partidos políticos em estudo adaptarem às realidades nacionais muita da discussão em torno das modificações levadas a cabo na Europa centro-oriental. Pela análise extensa que fizemos da imprensa partidária desses anos, todos os partidos em questão privilegiam de forma determinante a realidade nacional sobre os acontecimentos internacionais. Todo este ciclo de

---

<sup>847</sup> A este respeito, André Freire refere que, nas décadas posteriores ao desmantelamento da URSS e do “socialismo real” “ocorreram transformações enormes nas orientações, identidades e estratégias dos partidos sociais-democratas (...) O que se passa é que elas começaram muito antes da dupla queda (1989-1991) e, portanto, esta teve, quanto muito, um efeito de reforço de tendências anteriores. E este reforço de tendências anteriores não será propriamente um efeito menor, antes pelo contrário, simplesmente tem a sua raiz primeira antes da dupla queda.” (em Freire, André. “Crise e transformação nas esquerdas europeias, antes e depois do fim dos regimes do «socialismo realmente existente» (1989-1991)” em *O Fim da URSS. A nova Rússia e a crise das esquerdas*. Coord. Cient. Pedro Aires Oliveira. Lisboa: Edições Colibri, Fundação Mário Soares, Instituto de História Contemporânea da FCSH da UNL, 2013, p.293)



acontecimentos na Europa centro-oriental ocupa, sem dúvida, um espaço muito importante na comunicação pública destes partidos. No entanto, a análise do seu conteúdo levou-nos a concluir que existe quase sempre uma transposição dos temas para assuntos relacionados com a vivência dos partidos nas suas respetivas sociedades.

O PCP fá-lo várias vezes, sendo que o momento mais marcante é quando relaciona as críticas feitas ao PCP no seguimento da sua reação ao golpe de Estado na URSS com uma estratégia de manipulação, por parte de outros atores políticos e da imprensa generalista, com vista a denegrir a imagem do PCP. As principais críticas ao PCP, e aquelas às quais responde com mais firmeza, vêm do secretário-geral do PS, partido que partilhava a o espectro da esquerda política portuguesa com os comunistas.

Um exemplo desta tendência por parte do PCE está presente na associação que Julio Anguita faz entre os resultados eleitorais em Espanha e os acontecimentos na Europa centro-oriental. Anguita, em entrevista em junho de 1990 ao *Mundo Obrero*<sup>848</sup> refere que lhe parece absurda a hipótese de uma dissolução ou desaparecimento do PCE, inspirada nos acontecimentos que levam ao fim do “socialismo real” ou na discussão que estava a ser levada a cabo pelo PCI, uma vez que os resultados legislativos da IU subiram cerca de 5% entre as eleições de 1986 e as de 1989, levando-o a crer que a conjuntura internacional não afectaria a perceção dos eleitores espanhóis acerca da coligação de esquerda.

O PSUC, pelo contrário, inspira-se na ideia de uma *nova* esquerda para promover a união entre os vários partidos da esquerda catalã em torno da IC. Um dos documentos de reflexão publicados pelo partido catalão respeitante ao ciclo de acontecimentos que estudamos<sup>849</sup> faz uma reflexão, no seu final, sobre a necessidade de, perante os desenvolvimentos na Europa centro-oriental, encontrar um novo fórum de reunião de todas as esquerdas democráticas catalãs, procurando uma aproximação à Internacional Socialista.

No caso francês, o PCF realiza por diversas vezes associações entre os acontecimentos na Europa centro-oriental e a realidade política francesa. Por exemplo, no tratamento do processo de mudança na Roménia, o PCF responde às críticas de que estivera presente no XIV congresso do PCR, em novembro de 1989, onde, de entre os partidos estudados, encontra

---

<sup>848</sup> “No se disuelve el PCE, ni entra en la Internacional Comunista”, *Mundo Obrero*, 23/06/1990, p.9

<sup>849</sup> “El PSUC elabora un document sobre la nova situació internacional”, *Treball*, abril de 1990, p.13

apenas a delegação do PCP, com críticas aos vários quadrantes políticos franceses, os quais acusa de terem estabelecido ao longo dos anos relações muito mais próximas, enquanto governo, com a Roménia de Ceausescu, do que o próprio PCF. De resto, a Roménia constitui um caso de particular interesse para o estudo das estratégias de comunicação do PCF, que passam muito por uma opção defensiva em relação às críticas mas também por uma posição de ataque em relação a outros dirigentes franceses, da esquerda à direita, que mantiveram relações com o regime de Ceausescu sem o criticar nem repudiar.

O PCI é, dos partidos analisados, aquele que mais vezes traz os assuntos relacionados com o ciclo de acontecimentos de 1989/91 na Europa centro-oriental para o debate político italiano. Fá-lo logo com o caso polaco, exigindo que o governo de direita chamado “penta-partido” apoie o Solidariedade, tal como faria, mais tarde, em 1991, com uma crítica acérrima ao governo de Andreotti por não ter emitido uma nota em nome do governo italiano criticando os responsáveis pelo golpe de Estado na URSS. A situação mais marcante, porém, acontece na Hungria, a 16 de junho de 1989, na cerimónia oficial de homenagem a Imre Nagy. Achille Occhetto esteve presente em Budapeste e, a dois dias das eleições europeias, procurando de todas as formas canalizar para si e para o seu partido a ideia de uma esquerda democrática, próxima do socialismo reformista, capaz de repudiar e rever totalmente o seu posicionamento perante a atuação soviética na Hungria em 1956 e ofuscando dessa forma a presença de Bettino Craxi, do PSI, numa altura em que ambos disputavam a liderança da esquerda italiana.

Os principais enquadramentos dados pelos partidos políticos em estudo no âmbito da sua comunicação sobre o ciclo de acontecimentos de 1989/1991 na Europa centro-oriental orientaram-se através de cinco linhas mestras: (i) uma demarcação clara em relação às práticas dos partidos de governo nos países do “socialismo real”, que compreendeu, por parte de todos os partidos, uma crítica explícita aos desvios e aos erros cometidos e que reforçou, durante estes anos, críticas que vinham já sendo feitas publicamente, na maioria dos casos, desde os anos 70 (essas críticas ganham uma materialização mais evidente a partir do início deste ciclo histórico, compreendendo a tomada de posições oficiais decorrentes de congressos extraordinários e reuniões partidárias); (ii) um posicionamento de apoio inicial às forças de oposição aos governos do “socialismo real”, que se retrai quando essas mesmas forças de oposição se tornam governo e/ou se aproximam do capitalismo, encerrando em definitivo a

ideia de uma transformação em curso com vista à democratização do socialismo e que não é transversal a todos os partidos, sendo que, no caso italiano e catalão, continuou a haver uma identificação e uma relação próxima com os partidos e movimentos representantes da oposição aos antigos partidos comunistas no governo; (iii) um esclarecimento, através das diferentes perspetivas sobre cada um dos processos, sobre as diferenças existentes em cada país onde os acontecimentos se desenvolvem, negando a perceção de que estes constituíam um bloco uniforme de políticas e contextos, para caracterizar sociedades com problemas distintos e motivações distintas conducentes à mudança; (iv) uma estratégia evidente de comunicar que qualquer alteração interna levada a cabo por parte dos partidos comunistas sul-europeus em estudo durante estes anos não se relacionou com a crise do “socialismo real” mas antes com particularidades específicas do momento político e histórico que os próprios partidos atravessavam; (v) e, por fim, o enquadramento das reações a muitos desses acontecimentos numa realidade nacional, privilegiando a reflexão sobre o ciclo de estudos inserida no contexto das sociedades onde esses partidos comunistas atuavam.

Os principais pontos de divergência na comunicação pública dos cinco partidos passam de forma mais evidente pelo (i) tom com que cada partido foi caracterizando cada processo, aproximando-se mais ou menos assertivamente da crítica aos governos depostos; (ii) pela manutenção ou não da sua confiança em relação às formações políticas e às personalidades que representaram a oposição nos países onde se deram as mudanças; (iii) na ênfase dada a determinados processos de mudança em relação a outros, motivados pela sua própria perceção perante as transformações nos diversos países; (iv) pelo *timing* em que foram comunicados posicionamentos oficiais dos partidos; (v) pelo diferente envolvimento dos dirigentes partidários no debate sobre as transformações em curso; (vi) pela perceção quanto ao que alguns partidos afirmaram como sendo ingerências estrangeiras nos assuntos internos dos países da Europa centro-oriental e, finalmente, (vii) pela presença não idêntica de comunicados oficiais e tomadas de posição dos vários partidos no âmbito da reação aos acontecimentos na Europa centro-oriental e pela ênfase dada a essas transformações no âmbito de uma reflexão lata sobre a necessidade de mudança ou resistência das próprias estruturas políticas, ainda que enquadrando sempre essa reflexão em pressupostos relacionados com a realidade interna de cada uma das sociedades onde esses partidos operavam.

Finalmente, estamos em condições de emitir uma conclusão sobre a questão que nos trouxe até aqui: até que ponto serão os partidos comunistas analisados *herdeiros* do “socialismo real”? Não o são do ponto de vista histórico, com toda a certeza, já que todas as estruturas políticas que estudamos, particularmente as que ainda existem na atualidade, passaram por processos de mudança profundos anteriores ao período de 1989/1991 mas que não haviam terminado, também, no início dos anos 90. De acordo com uma abordagem histórica destes cinco partidos, as suas diferenças em relação aos partidos de governo nos países do “socialismo realmente existente” é notória, no que se refere às suas práticas, aos seus objetivos e à forma de levar a cabo a construção de uma sociedade socialista. Não há nada, no debate histórico, que nos permita afirmar que os partidos comunistas que estudámos, após a década de 60, pretendessem estabelecer qualquer espécie de continuidade relativamente às práticas do comunismo no espaço do “socialismo real”. Pelo contrário, são evidentes os momentos em que se demarcaram deste e prosseguiram com a sua via própria para a construção do socialismo, organizados em sociedades multipartidárias.

PCP, PCE, PSUC, PCF e PCI não deveriam, então, ser interpretados, do ponto de vista histórico, como herdeiros de uma prática política que não defendiam aquando do ciclo de acontecimentos que estudamos. Se nos remetêssemos exclusivamente à história destes partidos comunistas e às suas reações públicas perante o desmoronamento do “socialismo real” na Europa centro-oriental, poderíamos até inverter os papéis e afirmar que os partidos de governo, desses Estados, que se tentaram reformar durante este período poderiam, esses sim, poderiam ter-se inspirado, caso a renovação tivesse sido bem-sucedida, nas transformações pelas quais passaram os partidos comunistas ocidentais.

O debate histórico não é, no entanto, o que prevalece na discussão pública sobre o lugar e o papel do comunismo ocidental. As interpretações politicamente intencionadas, que em muitos momentos ignoram a história e o percurso dos partidos que estudámos, sobrepõem-se à confirmação factual e à procura de um esclarecimento histórico. Recuperemos, então, uma frase da introdução desta investigação: “a ideia de uma herança geralmente supõe procedência, continuidade, legitimidade, transferência mas pode também supor rutura, conflito, intervalo e mudança.” Considerando o estudo histórico que levámos a cabo, apoiado numa metodologia própria e com vista à resposta a uma pergunta central que se prendia com a hipótese de os

partidos comunistas em análise serem herdeiros de uma determinada prática do comunismo, consideramos que estes partidos poderiam, em determinado momento da sua história, ter passado uma “escritura de repúdio” de tal herança, materializada em vários documentos históricos. Esses momentos, como vimos, e por muito que a discussão política teime em não os aceitar, aconteceram antes que o ciclo de acontecimentos que estudámos tivesse lugar. A “escritura de repúdio” da herança do “socialismo real”, efetuada através da sua crítica e da reafirmação da escolha de um caminho diferente para a construção do socialismo, levou a que os partidos comunistas que estudámos seguissem (os que ainda existem na atualidade) rumos diferentes, construindo políticas diferentes, encetando alianças distintas e reafirmando-se fundamentais para o funcionamento dos vários sistemas políticos nacionais, enquadrados no âmbito da esquerda europeia, para a democraticidade da qual, inseridos nos seus sistemas políticos, têm contribuído ao longo de uma extensa maioria da sua história.

## Referências bibliográficas

### Fontes Primárias

Todas as seguintes fontes primárias foram consultadas no período entre 20/12/1988 e 31/01/1992:

*Avante!*

*Mundo Obrero*

*Treball*

*L'Humanité*

*L'Unità*

### Fontes Secundárias

**Adams**, W. C. "Network News Research in Perspective: A Bibliographic Essay"." em *Television Network News: Issues in Content Research*, editado por W. Adams and F. Schreibman. Washington: George Washington University, 1978.

**Amalrik**, Andrei. *Will the Soviet Union Survive until 1984?*. Nova Iorque: Harper & Row, 1970.

**Amaral**, Diogo Freitas do. *Glória e Tragédia de Gorbachov*. Coimbra: Almedina, 2012.

**Andolfatto**, Dominique. *PCF: De la mutation à la liquidation. Démocratie ou totalitarisme*. Mônaco: Rocher, 2005.

**Asami**, Etsuko, e Alfredo Gómez Gil. *Marcelino Camacho y Josefina, Coherencia y Honradez de un líder*. Madrid: Algaba Ediciones, 2003.

**Aslund**, Anders. *Gorbachev's Struggle for Economic Reform*. Londres: Frances Printer, 1989.

**Bédarida**, François. *Histoire, Critique Et Responsabilité*, Textos reunidos por Gabrielle Muc e Michel Trebitsch. Bruxelas: Editions Complexe, 2003.

**Bell**, D.S. (ed.). *Western European Communists and the Collapse of Communism*. Londres: Berg Publishers, 1993.

**Berlinguer**, Enrico, Paolo Bufalini, e Ottano Cecchi. *O Compromisso Histórico*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975.

- Blanco**, Maria Dolores Ferrero, “Las Reacciones en Europa tras la invasión soviética de Checoslovaquia en 1968”, em *Cuadernos Const. de la Cátedra Fadrique Furió Ceriol*, nº 45/46, Valência, (2003/2004): p. 239
- Bloch**, Marc. *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*. Paris: A.Colin, 1949.
- Bosco**, Anna, e Leonardo Morlino. *Party Change in Southern Europe*. Londres: Routledge, 2007.
- Bosco**, Anna, e Morlino, L. “What changes in South European parties? A comparative introduction”, *Party Change in Southern Europe*, (2007) Londres: Routledge, pp. 1-28.
- Bosco**, Anna. *Comunisti: Trasformazioni di partito in Italia, Spagna e Portogallo*. Ricerca. Bolonha: Il mulino, 2000.
- Botella**, Joan e Luís Ramiro. *The crisis of Communism and Party Change. The evolution of West Communist Parties*. Barcelona: ICPS Universitat Autònoma de Barcelona, 2003
- Braudel**, Fernand. *L'identité de la France. Vol. I*, Paris: Arthaud-Flamarion, 1988.
- Brown**, Archie. *Ascensão e queda do comunismo*. Alfragide: Edições Dom Quixote, 2010.
- Brown**, M.E. *The Historiography of Communism*. Filadélfia: Temple University Press, 2009.
- Brown**, Micheal. "The History of the History of U.S. Communism." em *New Studies in the Politics and Culture of US Communism*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1993.
- Brunet**, Jean-Paul. *Histoire du Parti Communiste Français, 1920-1986*. Paris: Presses universitaires de France, 1987.
- Brunner**, J.J. *Cultura y Modernidad*. Cidade do México: Grijalbo, 1992.
- Bull**, Martin J. e Paul Heywood. *West European Communist Parties after the Revolutions of 1989*. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1994.
- Calise**, M. *Come cambiano i partiti*. Bolonha: Il Mulino, 1992.
- Caparelli**, Sérgio. *Comunicação de Massa sem Massa*. São Paulo: Summus Editorial, 1980.
- Cardoso**, C. F., e H.P. Brignoli. *Os Métodos da História: Introdução aos problemas, métodos e técnicas da História Demográfica, Econômica e Social*. São José: Universidad de Costa Rica, 1975.
- Charlot**, Jean. *Les partis politiques et le système des partis en France*. Paris: Ministère des Affaires Étrangères, Direction de la Presse de l'Information et de La Communication, 1992.
- Chaveau**, A. e Philippe Tétart. *Questões para a História do Presente*. São Paulo: EDUSC, 1999.
- Cliff**, T. *Lenin: Building the Party*. Londres: Pluto, 1975.

**Colling**, L. "Agenda-Setting e Framing: Reafirmando os efeitos limitados." em *Revista Famecos*, nº 14 (2001): pp. 88-101.

**Cortesi**, L. *Storia del Comunismo: Da utopia al termidoro sovietico*. Roma: Manifestolibri, 2010.

**Courtois**, Stéphane, Nicolas Werth, Jean-Louis Panné, Andrzej Paczkowski, Karel Bartosek, e Jean-Louis Margolin. *Le livre noir du communisme. Crimes, terreur, répression*. Paris: Éditions Robert Laffont, S.A., 1997.

**Coyer**, Kate, Tony Dowmunt, e Alan Fountain. *The Alternative Media Handbook*. Abingdon: Taylor & Francis, 2007.

**Crespo**, Horacio. "Para una historiografía del comunismo - algunas observaciones de método." em *El comunismo: otras miradas desde América Latina*. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2007., p.69-92.

**Cunha**, Adelino. *Álvaro Cunhal - Retrato pessoal e íntimo*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

**Cunha**, Carlos. "It Is Not Enough to Switch Partners When the Dance Remains the Same. The Portuguese Communist Party'S Continued Orthodoxy." em *Communist and Post-Communist Parties in Europe*, coordenado por Patrick Moureau. Paris: Cerf, 2013.

**Cunha**, Carlos. "Le Parti Communiste Portugais: un 'fossile' vivant." em *Problemes politiques et sociaux*, Nov-Dez. (1999): pp. 830-81.

**Cunha**, Carlos. "The Portuguese Communist Party and Perestroika: Resistance and Reforms." em *Current Politics and Economics of Europe* 1.2 (1991): pp. 157-71.

**Cunha**, Carlos. "The Portuguese Communist Party." em *Political Parties and Democracy in Portugal*, coordenado por Thomas C. Bruneau. Boulder: Westview Press, 1997., pp. 23-54.

**Cunhal**, Álvaro. *Desenvolver Portugal - Ano 2000*. Lisboa: Editorial Avante!, 1987.

**d'Encausse**, Hélène Carrière. *La gloire des nations ou la fin de l'empire soviétique*. Paris: Fayard, 1990.

**Dalmás**, Carine. "Partidos comunistas e políticas culturais: um estudo comparado aa imprensa comunista no Brasil e no Chile, 1935-1956." em *Izquierdas* 3, no. 8 (2010).

**Delacroix**, C.; Dosse, F.; Garcia, P.; Trebitsch, M. *Les Chemins D'histoire*. Bruxelas: Editions Complexe, 2002.

**Devlin**, K. "Eurocommunism: Between East and West." em *International Security*, nº 3 (1979): pp. 81–107.

**Devlin**, K. "The New Crisis in European Communism." em *Problems of Communism* 17, no. 6 (1968): pp. 57-68.

**Di Palma**, G. "Eurocommunism?". em *Comparative Politics* 9, nº 3 (1977): pp. 357–375.



- Diamandouros**, Nikiforos P., e Richard Gunther. *Parties, Politics, and Democracy in the New Southern Europe. The New Southern Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.
- Diamond**, Larry. "Thinking About Hybrid Regimes." em *The Journal of Democracy* 12, nº 2 (2002). pp. 21-35
- Dreyfus**, Michel, Bruno Groppo, Claudio Ingerflom, Roland Lew, Claude Pannetier, Bernard Pudal, Serge Wolikow. *O Século dos comunismos. Depois da ideologia e da propaganda, uma visão serena e rigorosa*. Coordenado por Michel Dreyfus e Serge Wolikow. Lisboa: Notícias Editorial, 2004.
- Entman**, Robert M. "Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm." *Journal of Communication* 43, no. 4 (1993): pp. 51-58.
- Entman**, Robert M. *Projections of Power: Framing News, Public Opinion, and U.S. Foreign Policy*. Chicago: University of Chicago Press, 2004.
- Fejtő**, François. *La fin des démocraties populaires*. Paris: Éditions du Seuil, 1992.
- Fernandes**, F. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.
- Ferro**, Marc. *O Regresso da História*. Lisboa: Bertrand, 2012.
- Fontana**, Josep. *La Historia despues del fin de la Historia: Reflexiones acerca de la situacion actual de la Ciencia Historica*. Barcelona: Crítica, 1992.
- Freire**, A., Lobo, M. C., e Magalhães, P, *Eleições e Cultura Política*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007
- Freire**, André. "Crise e transformação nas esquerdas europeias, antes e depois do fim dos regimes do «socialismo realmente existente» (1989-1991)" em *O Fim da URSS. A nova Rússia e a crise das esquerdas*. Coord. Cient. Pedro Aires Oliveira. Lisboa: Edições Colibri, Fundação Mário Soares, Instituto de História Contemporânea da FCSH da UNL, 2013, p.247-302)
- Freire**, André, *Mudança eleitoral em Portugal: Clivagens, economia e voto em eleições legislativas, 1983-1999*, Oeiras: Celta Editora, 2001
- Freire**, André. "Realinhamentos Eleitorais, 1983-1999: Estruturas Sociais, economia e voto partidário." em *Análise Social XXXVII* (162) (2002): p. 121-49.
- Frontani**, Micheal R. "Alternative Press." em *Encyclopedia of American Journalism*, coordenado por Stephen L. Vaughn. Nova Iorque: Routledge, 2007.
- Frutos**, Francisco. "El debate real del PCE." *El País*, 13/11 1991.
- Fukuyama**, Francis. *The end of History and the last man*. Nova Iorque: Free Press, 1992.
- Furet**, François, e Ernst Nolte. *Fascisme Et Communisme*. Paris: Éditions Plon, 1998.
- Furet**, François. *Le passé d'une illusion, Essai sur l'idée communiste au XXe siècle*. Paris: Éditions Robert Laffont/ Calmann-Lévy, 1995.

- Galli**, Giorgio. *Storia del PCI: Livorno 1921, Rimini 1991*. Milão: Kaos, 1993.
- Gaspar**, Carlos, e Vasco Rato. *Rumo à memória: Crónicas da crise comunista*. Lisboa: Quetzal, 1992.
- Giovannini**, Fabio. *Se tornasse il Comunismo. Tramonto e Rinascita di una visione del mondo*. Milão: Il Minotauro, 1996.
- Giudici**, Marco. *Dopo il PCI : Cronaca di una svolta annunciata*. Roma: Cinque lune, 1990.
- Goff**, Jacques le. *La Nouvelle Histoire*. Paris: Éditions Complexe, 2006.
- Goffman**, Erving. *Frame Analysis, an Essay on the Organization of Experience*. Boston: Northeastern University Press, 1986.
- Goldman**, Lucien. "Estrutura social y consciencia colectiva de las estructuras." em *Las Estructuras y los hombres*, coordenado por Labrousse et alii. Barcelona: Ediciones Ariel, 1969., p. 104-113
- Gotovitch**, J. "PC et presse institutionnelle." em *Journées d'Etudes internationales: Presse communiste, presse radicale (1919-2000) Rôle, organisation et perspectives*. Bruxelas, 2005.
- Gotovitch**, José, Pascal Delwit, e Jean-Michel De Waele. *L'Europe des Communistes*. Bruxelas: Editions Complexe, 1992.
- Greene**, T.H. "Non-Ruling Communist Parties and Political Adaptation." em *Studies in Comparative Communism 1*, nº 4 (1973): pp. 331–454.
- Guerra**, Adriano. *Il crollo dell'impero sovietico*. Roma: Editori riuniti, 1996.
- Gunther**, R., Puhle, H.-J., e Diamandouros, P. N., *The politics of democratic consolidation: Southern Europe in comparative perspective*, Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1995
- Habermas**, Jurgen. "What does Socialism mean today? The rectifying revolution and the need for new thinking on the left." em *New Left Review September/ October*, nº 183 (1990).
- Hackett**, Robert A. "Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos média noticiosos." em *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"*, coordenado por Nelson Traquina. Lisboa: Comunicação & Linguagens, 1993.
- Harman**, Chris. "The Revolutionary Press." em *International Socialism 2* nº 24, Summer 1984 (1984): pp.3-44.
- Hobsbawm**, E. J. *A Era dos Extremos. História breve do séc. XX*. Lisboa: Presença, 1996.
- Hobsbawm**, E. J. *How to change the world: Marx and Marxism 1840-2011*. Londres: Little Brown and Company, 2011.
- Hoffman**, Stanley. "Fragments Floating in the Here and Now." Em *Daedalus*, Winter (1979): p.17.

- Hollander**, Paul. *O fim do compromisso. Intelectuais, revolucionários e moralidade política. Para que conste*. Colares: Pedra da Lua, 2008.
- Hudson**, K. *European Communism since 1989*. Londres: Macmillan, 2000.
- Huntington**, S.P. *The Third Wave: Democratization in the late twentieth century*. Oklahoma: University of Oklahoma Press, 1991.
- Jalali**, C. *Partidos e democracia em Portugal, 1974- 2005*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.
- Jalali**, Carlos “Trent’anni dopo la rivoluzione. Come è cambiato il sistema partitico portoghese” em *Partiti ed Elettori nel Sud Europa*, coordenado por Anna Bosco, Roma: Rubbettino, 2006, pp. 3-45.
- Jalali**, Carlos, “Velhas clivagens em novas democracias: A consolidação do comportamento eleitoral português desde 1974”, in *Eleições e Cultura Política*, coordenado por Freire, A., Lobo, M. C., e Magalhães, P., Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007, pp. 199-226.
- Jenson**, Jane, e George Ross. *The view from inside: A French Communist cell in crisis*. Berkeley: University of California, 1985.
- Jovitt**, Ken. *New World Disorder: The Leninist Extinction*. Berkeley: University of California Press, 1992.
- Keith**, Daniel. "Party Organisation and Party Adaptation: Western European Communist and Successor Parties." Tese de doutoramento. University of Sussex, 2011.
- Kenix**, Linda Jean. "The Future of Alternative Media?". *Observatorio* 5, nº 1 (2011): pp 187-214.
- Khun**, Raymond. *The Media in France*. Londres: Routledge, 1995.
- Landry**, C., Morley, D., Southwood, R. (Comedia). "The Alternative Press: The Development of Underdevelopment." *Media Culture Society* 6 (1984): pp. 95-102.
- Laurent**, Dominique. Christian Delporte, Claude Penner, Jean-François Sirinelli et Serge Wolikow (dir.), “«L’humanité» de Jaurès à nos jours”. em <http://chrhc.revues.org/606#text.>, consultado em 13/05/2015
- Lazar**, M. "Communism in Western Europe in the 1980s." em *Journal of Communist Studies* 4, nº 3 (1988): pp. 242–58.
- Lenin**, V.I. “«Left-Wing» Communism, an Infantile Disorder. Pequim: Foreign Language Press, 1970. (1ª edição 1920).
- Lenin**, V.I. “What is to be done?” em *Essential works of Lenin: «What Is to Be Done?» and other Writings*. Coordenado por H.M. Christman. Nova Iorque: Dover Publications, 1987.
- Lewin**, Moshe. *O Século Soviético*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2004.

**Loff**, Manuel, “Comunistas y socialistas en el proceso portugués de democratización” em *Las Izquierdas en Tiempo de Transición*, coord. Carme Molinero e Pere Ysàs. Valência: PUV Universitat de València. 2016, p.59-86

**Mancini**, P., e D. C. Hallin. *Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

**March**, Luke, e André Freire. *A Esquerda Radical em Portugal e na Europa*. Vila do Conde: Quidnovi, 2012.

**Marchais**, G. “O Socialismo para a França” Comunicação apresentada no 22º Congresso do PCF - 1976.. Lisboa: Editora Argumentos/ Seara Nova, 1976.

**Mayayo**, Andreu. *Nuestra Utopía : Psuc, cincuenta años de historia de Cataluña*. Barcelona: Planeta, 1986.

**McCombs**, M. *A Teoria da agenda: A mídia e a opinião pública*. Petrópolis: Vozes, 2009.

**McCombs**, M., e D. Shaw. "The Agenda-Setting Function of Mass Media." em *Public Opinion Quarterly*, no. 36 (1972): 176-87.

**McInnes**, N. *The Communist Parties of Western Europe*. Londres: Oxford University Press, 1975.

**Mindich**, David T.Z. *Just the Facts: How "Objectivity" Came to Define American Journalism*. Nova Iorque: NYU Press, 2000.

**Molinero**, Carmen e Ysàs, Pere, “El PCE y la democracia” em *Las Izquierdas en Tiempo de Transición*, coord. Carme Molinero e Pere Ysàs. Valência: PUV Universitat de València. 2016, p.115-140

**Moore**, Jr., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

**Morlino**, L. e Sartori, G. *La comparación en las ciencias sociales*. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

**Mortimer**, E., Filo della Torre, P. e Story, J. "Whatever Happened to ‘Eurocommunism’." em *International Affairs* 55, nº 4 (1979): pp. 574–85.

**Narkiewicz**, Olga A. *The End of the Bolshevik Dream: Western European Communist Parties in the Late Twentieth Century*. Londres/ Nova Iorque: Routledge, 1990.

**Novais**, Rui, e Álvaro Curia. "A Diachronic Analysis of Portuguese Digital Campaigning." em *Political Campaigning in the Information Age*, coordenado por Ashu M.G. Solo. Hershey: IGI Global, (2014): pp. 210-225

**Oberschall**, Anthony. *Social Movements: Ideologies, Interests, and Identities*. Nova Jérсия: Transaction Publishers, 1995.

**Opp**, K.D., P. Voss, and C. Gern. *Origins of a Spontaneous Revolution: East Germany, 1989*. Ann Harbor: University of Michigan Press, 1995.

**Pilieri**, Antonio. *La grande mutazione : Il Pci*. Florença: Vallecchi, 1991.

- Pimlott**, Herbert F. "Marxism Today from the Margins to the Mainstream: The Promotion and Distribution of Marxism Today." em *Journalism*, nº 5 (2004).
- Pimlott**, Herbert F. "Marxism's 'Communicative Crisis'? Mapping Debates over Leninist Print-Media Practices in the 20th Century." *Socialist Studies* 2, nº 2 (2006): pp. 57-77.
- Pons**, Silvio. *Berlinguer e la fine del comunismo*. Turim: Giulio Einaudi, 2006.
- Pudal**, Bernard. "La beauté de la mort communiste." em *Presses de Sciences Po/ Revue française de science politique* 52, nº 5 (2002): pp. 545 - 59.
- Pudal**, Bernard. "Les Communistes." em *Histoire des gauches en France*, coordenado por Jean-Jacques Becker e Gilles Candar. Paris: La Découverte/ Poche (2005): pp. 51-57
- Ragin**, C. e Zaret, D. "Theory and Method in Comparative Research." em *Social Forces* 61, nº 3 (1983): pp. 731-54.
- Ranger**, Jean. "Le déclin du Parti Communiste Français." em *Revue française de science politique* 36e année, nº1 (1986): 46-63.
- Rémond**, R. *Pour une histoire politique*. Paris: Editions du Seuil, 1996.
- Rizzo**, Aldo. *La Frontiera dell'eurocomunismo*. Roma-Bari: Laterza, 1977.
- Roca**, Francesc. "Atles De La Revista Nous Horitzons (1960-1977)." em *Nous Horitzons*, nº 198 (2010): pp. 38-41.
- Rodríguez Araujo**, Octavio. *Esquerdas e Esquerdismo: da Primeira Internacional a Porto Alegre*. trad. port. Porto: Campo das Letras, 2006.
- Schedler**, Andreas. "The Menu of Manipulation." em *The Journal of Democracy* 13, nº 2 (2002): pp. 36-50
- Scheufele**, D. A. e Tewksbury, D. "Framing, Agenda Setting and Priming: The Evolution of Three Media Effects Models." em *Journal of Communication* 57 (2007): pp. 9-20.
- Schneider**, Sérgio; Schmitt, Cláudia Job. "O Uso Do Método Comparativo Nas Ciências Sociais." em *Cadernos de Sociologia* 9 (1998): p. 49-97.
- Schwab**, George. *Eurocommunism: The Ideological and Political-Theoretical Foundations*. Westport: CT: Greenwood, 1981.
- Seymour-Ure**, C. *The Political Impact of Mass Media*. Londres: Constable, 1979.
- Singer**, Daniel. "Five Days That Shook the Party." em *The Nation*, 23/03/1985.
- Skocpol**, T, e M Somers. "The Use of Comparative History in Macro-Social Inquiry." em *Comparative studies in Society and History* 22, Abril (1980): 174-97.
- Soljenitsyne**, Alexandre. *L'archipel du Goulag*. Paris: Seuil, 1973.
- Soulet**, Jean-François. *História da Europa de Leste: da Segunda Guerra Mundial aos nossos dias*. Lisboa: Teorema, 2006.

- Sparks, C.** "The Working-Class Press: Radical and Revolutionary Alternatives." em *Media Culture Society* 7 (1985):pp. 133-46.
- Spriano, Paolo.** *Storia del Partito Comunista Italiano I: da Bordiga a Gramsci*. Turim: Einaudi, 1967.
- Taibo, Carlos.** *Unión Soviética: la quiebra de un modelo*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 1991.
- Timmermann, H.** "The Eurocommunists and the West." em *Problems of Communism* 28 (1979): pp. 31–54.
- Timmermann, Heinz.** *The Decline of the World Communist Movement*. Boulder: Westview Press, 1987.
- Trotsky, L.** *The History of the Russian Revolution*. Londres: Gollancz, 1965. (1ª ed. 1932)
- Urban, G. R.** *Eurocommunism: Its Roots and Future in Italy and Elsewhere*. Londres: Temple Smith, 1978.
- Vanke, Jeffrey.** "Georges Marchais and the Decline of French Communism." em *Journal of Cold War Studies* 6, nº 1 (Winter 2004): pp. 90-94.
- Varela, Raquel.** *A História do PCP na Revolução dos Cravos*. Lisboa: Bertrand Editora, 2011.
- Vários.** *60 anos de luta ao serviço do Povo e da Pátria*. Lisboa: Editorial «Avante!», 1981.
- Vários.** *Para una historia del P.C.E. 60º Aniversario de la fundación del P.C.E.* Madrid: Fundación de Investigaciones Marxistas, 1980.
- Velek, Josef.** "The Meaning of the 1989 Revolution for the Project of Modern Society." em *Traditions and Present Problems of Czech Political Culture*, coordenado por Miloslav Bednar e Michal Vejrazka. Washington: Paidea Publishers & The Council for Research in Values and Philosophy (1994): pp. 117-126.
- Venâncio, Rafael Duarte Oliveira.** *Jornalismo e linha editorial: Construção das notícias na imprensa partidária e comercial*. Rio de Janeiro: Serviços Editoriais, 2009.
- Waller, M.** "The Radical Sources of the Crisis in West European Communist Parties." em *Political Studies* 37 (1989): pp. 39–61.
- Waller, M. e Fennema, M. (eds.).** *Communist Parties in Western Europe: Decline or Adaptation?* Oxford: Basil Blackwell, 1988.
- Weinberg, Leonard.** *The Transformation of Italian Communism*. Nova Jérícia: Transaction Publishers, 1995.
- Wilson, F.L.** *The Failure of West European Communism: Implications for the Future*. Paragon House, 1993.
- Wilson, F. L.** "After the Deluge: The French Communist Party after the End of Communism." em *German Policy Studies/Politikfeldanalyse* nº 2 (2002): pp. 259-276